

EPIGRAFIA MEDIEVAL PORTUGUESA (862-1422)

vol. I

Mário Jorge Barroca

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

A série bibliográfica «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas» propõe-se publicar obras importantes num domínio do conhecimento crítico moderno em que cabem também estudos valiosos de cultura clássica. Muitas destas investigações vão ao arripio das tendências tecnocráticas contemporâneas, só voltadas para os problemas, tidos como maiores, do quantitativo. O regresso às fontes clássicas de um saber universal tem de ser o signo característico de um novo Humanismo.

Esta filosofia inspira e anima o programa doutrinal desta série de edições, cuja responsabilidade coube ao extinto Instituto Nacional de Investigação Científica e que a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica deseja prosseguir, de parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian.

**EPIGRAFIA MEDIEVAL
PORTUGUESA
(862-1422)**

MÁRIO JORGE BARROCA
Bolseiro do Instituto Nacional de Investigação Científica

**EPIGRAFIA MEDIEVAL
PORTUGUESA
(862-1422)**

VOLUME I

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Título: **EPIGRAFIA MEDIEVAL PORTUGUESA**
(862-1422) – Vol. I

Autor: MÁRIO JORGE BARROCA

Edição: Fundação Calouste Gulbenkian
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Tiragem: 1000 exemplares

Execução gráfica: ORGAL Impressores – Porto

Distribuição: Dinalivro · Audil

© Fundação Calouste Gulbenkian
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Fevereiro 2000

Depósito legal: 145 436/99

ISBN: 972-31-0872-0

*Dissertação de doutoramento apresentada à
Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

Para a Helena e para os meus Pais

“... que também as pedras falam para averiguar antiguidades ...”

(SÃO TOMÁS 1644-51, vol. I, p. 376)

PALAVRAS PRÉVIAS

O estudo que agora se publica constituiu o texto apresentado por nós a acto académico na Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção do grau de Doutor. De entre as várias opções que, legitimamente, se ofereciam, optamos por preservar o texto da Dissertação inalterado, apresentando-o a público tal como ele foi submetido ao Júri Académico, apenas corrigindo uma ou outra gralha. Trata-se, por isso, de um texto datado, marcado pelo tempo e pelas circunstâncias que o viram nascer. Um texto datado, que resulta de uma pesquisa de oito anos, iniciada em 1987, mas que depois de concluída a redacção da Dissertação, em fins de 1995, não se deu por encerrada e que, naturalmente, já nos permitiu identificar mais uma dezena de inscrições medievais que deveriam figurar no nosso inventário. Um texto marcado, também, pelo tempo do calendário académico, que não se compadeceu com uma exploração mais exhaustiva dos dados contidos no *Corpus Epigráfico*, como seria do nosso agrado. Marcado, enfim, pelas circunstâncias de termos de conciliar, nem sempre da melhor forma, a investigação de Doutoramento com a actividade docente e com uma gama variada de interesses que ultrapassaram, sempre muito, o âmbito restricto da Epigrafia Medieval. Apesar de reconhecermos as limitações de que a obra enferma, decidimos apresentar a público a versão original desta dissertação já que a outra alternativa, que implicaria uma nova redacção de todo o primeiro volume e a actualização do *Corpus Epigráfico*, consumiria demasiadas energias e demasidado tempo.

O Júri que apreciou esta Dissertação de Doutoramento, em acto público decorrido no Anfiteatro Nobre da Faculdade de Letras da Universidade do Porto a 26 de Março de 1996, era constituído pelos Professores Doutores Carlos Alberto Ferreira de Almeida (Orientador e Arguente), José d'Encarnação (Arguente), Armando Coelho Ferreira da

Silva, Rui Manuel Sobral Centeno e Maria Teresa Cordeiro de Moura Soeiro, tendo sido presidido pelo Professor Doutor António de Sousa Pedrosa (Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto à data da realização das Provas). Devemos, infelizmente, registar aqui o desaparecimento prematuro do Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, de quem fomos assistente na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e que nos honrou com a sua orientação científica e pedagógica ao longo de doze anos. A sua trágica morte deixou-nos, a todos, mais pobres. A Faculdade de Letras da Universidade do Porto perdeu um dos seus mais prestigiados docentes. A Cultura Portuguesa perdeu o autor de uma das mais originais e fecundas produções intelectuais da segunda metade do Século XX. Pela nossa parte perdemos um Mestre, um referencial para toda a nossa actividade. Sem o contacto que mantivemos com ele ao longo de tantos anos, desde os nossos tempos de aluno, sem os ensinamentos que nos transmitiu, sem a sua original maneira de ver as coisas e a sua radical forma de perspectivar os temas, enfim sem a sua orientação, esta obra teria sido certamente muito diferente. Pelo muito que lhe devemos e que lhe deve esta obra, as nossas derradeiras palavras não poderiam deixar de ser de evocação da sua memória.

Porto, 31 de Dezembro de 1997

INTRODUÇÃO

Quando, em Julho de 1987, em reunião com o Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, lhe manifestámos o nosso interesse em trabalhar a Epigrafia Medieval Portuguesa com vista à elaboração da dissertação de doutoramento estávamos bem longe de pensar na dimensão da tarefa que nos esperava. O ponto de partida era um universo de pouco mais de duas centenas de epígrafes compreendidas entre o Séc. IX e os fins do Séc. XV – 71 eram as que Cordeiro de Sousa inventariara até aos fins do Séc. XII num estudo pioneiro e marcante – repartidas por todo o território nacional. Cedo começámos a ter consciência da dimensão que o estudo ia tomando e da impossibilidade de o levarmos a cabo dentro das limitações impostas pelo calendário académico. Este aspecto obrigou-nos, a partir de determinado momento, a eliminar os letreiros compreendidos entre 1422 e 1500, perto de três centenas de epígrafes, ficando então definido o âmbito cronológico do estudo: as epígrafes medievais portuguesas até à mudança do sistema de datação, ordenada por D. João I em Agosto de 1422. A metodologia seguida teve pouco de inovador. Pautou-se pelo que outros, antes e melhor que nós, fizeram para outras áreas cronológicas ou geográficas. Muitas das novidades encontradas foram, apenas, o resultado de um regresso, tão sistemático quanto possível, ao monumento. Por vezes, não um regresso mas vários regressos, tantos quantos foram necessários ou possíveis. Casos houve de letreiros que foram visitados cinco, seis e mais vezes, em diferentes ocasiões do dia e do ano, com diferentes condições de luz. Procurámos, efectivamente, estudar todas as epígrafes a partir do original, nunca confiando exclusivamente na leitura de outros, mas também nunca esquecendo os seus contributos. Esta metodologia permitiu corrigir alguns erros que se tinham perpetuado de autor para autor. Por outro lado, o trabalho de inventariação, que nos levou a percorrer muitos milhares de quilómetros, de Norte a Sul, embora seja forçosamente incompleto, permitiu a identificação de diversas inscrições que permaneciam inéditas. Possibilitou, ainda, que se reunisse numa única obra um volume até agora nunca visto de epígrafes medievais portuguesas. As tarefas de levantamento de campo absorveram demasiado tempo, com a fotografia e a medição de todos os exemplares sobreviventes – à excepção de um pequeno número onde isso não foi possível, por vicissitudes diversas que, nalguns casos, preferimos aqui não recordar. Outro tanto se diga do levantamento bibliográfico, certamente incompleto, mas que mesmo assim atingiu

proporções não imaginadas. Por fim, a redacção do *Corpus* epigráfico, que integra os dois tomos do segundo volume desta dissertação, demorou demasiado tempo e consumiu demasiadas energias. Tarefa apenas concluída em Agosto de 1995, deixou livre para a redacção do primeiro volume escassos dois meses. No fundo, e quase paradoxalmente, o ponto de partida da investigação foi atingido no final do tempo disponível. Dessas circunstâncias se ressentiu, naturalmente, todo o trabalho, esperando contar com a benevolência do leitor.

Na elaboração desta dissertação contámos com diversos e preciosos auxílios, que gostaríamos de recordar aqui com palavras de gratidão. As primeiras vão, naturalmente, para o Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Tivemos o privilégio de ser seu aluno em duas cadeiras – Arte Medieval e Arqueologia Medieval – que nos marcaram profundamente e que foram as responsáveis pela nossa opção pela Arqueologia Medieval enquanto área de investigação. Tivemos, depois, o privilégio de ser seu assistente nesta disciplina. Os seus ensinamentos, a sua forma de perspectivar os temas, o seu discurso interdisciplinar, onde se cruzam com riqueza e inovação domínios como a Arqueologia, a Arte, a História, a Antropologia, a Etnografia e a Geografia, bem como a sua postura ética, sempre nos influenciaram e guiaram. Tivemos, finalmente, o privilégio de sermos por si orientados ao longo de doze anos – quatro enquanto assistente estagiário, na preparação da dissertação para Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, e depois ao longo dos oito anos de preparação desta dissertação de doutoramento. Por tudo quanto lhe devemos é difícil encontrar palavras para exprimir o nosso profundo reconhecimento.

Tivemos, ainda, o ensejo de contar com a confiança e o conselho de alguns dos maiores Epigrafistas. Não podemos, aqui, deixar de recordar com gratidão uma proveitosa reunião de trabalho que tivemos com o Professor Doutor José d'Encarnação nas instalações do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, com quem mantivemos, a partir de então, uma correspondência regular. De igual modo, não podemos deixar de registar aqui o nosso testemunho de reconhecimento ao Professor Doutor Robert Favreau, da Universidade de Poitiers, com quem mantivemos igualmente uma correspondência epistolar e que nos distinguiu com testemunhos de apreço.

Foram muitas as pessoas que nos auxiliaram em diversos momentos do nosso percurso, fornecendo indicações sobre uma ou outra inscrição, facultando bibliografia de difícil acesso, esclarecendo dúvidas ou trocando impressões e confiando opiniões. A todos estamos profundamente agradecidos e, mesmo correndo o risco de pecar por omissão, gostaríamos de deixar aqui registados os seus nomes. Começando pelos Docentes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, gostaríamos de testemunhar o nosso reconhecimento ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno, a cujo

empenho ficámos a dever o facto de termos sido contemplados por uma Bolsa do I.N.I.C., e ao Professor Doutor José Marques, que nunca se poupou a esforços, esclarecendo algumas das nossas dúvidas. Aos Professores Doutores Armando Luís Gomes de Carvalho Homem, Luís Miguel Duarte e Henrique David, bem como aos nossos colegas Dr.^s José Augusto Pizarro, Luís Carlos Amaral e Cristina Cunha, que nos auxiliaram das mais variadas formas, cedendo bibliografia, dispendendo tempo na leitura de partes do texto, esclarecendo dúvidas ou mantendo connosco prolongados e profícuos diálogos, gostaríamos de deixar o testemunho de gratidão. Não poderíamos deixar de registar, ainda, o nosso reconhecimento ao Professor Doutor José Carlos Miranda, que importunámos com as nossas epígrafes versificadas ou rimadas, ao Dr. João Carlos Garcia, que pacientemente nos esclareceu sobre as opções cartográficas, e à Dr.^a Helena Osswald, a quem retirámos, igualmente, alguns momentos do seu tempo. Uma palavra igualmente para todos os Docentes do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, a quem tanto devemos. Que nos perdoem se distinguirmos aqui, por questões de elementar justiça, os nomes da Professora Doutora Teresa Soeiro, do Professor Doutor Rui Centeno, do Professor Doutor Vitor Oliveira Jorge e dos Dr.^s Carlos Alberto Brochado de Almeida e João Pedro Cunha Ribeiro. A todos eles, pela indicação de epígrafes, pela cedência de fotografias ou de bibliografia, pelos conselhos avisados e pelas palavras de estímulo, estamos gratos.

Fora do círculo restrito da Faculdade de Letras da Universidade do Porto contámos, igualmente, com preciosos auxílios. Devemos, aqui, registar palavras especiais de gratidão e reconhecimento ao Dr. Manuel Luís Real e ao Professor Doutor Avelino de Jesus da Costa, a quem tanto devemos. De igual forma somos devedores de informações e de palavras de estímulo aos Professores Doutores José Mattoso e Jorge de Alarcão e à Professora Doutora Maria José Azevedo Santos, a quem gostaríamos de testemunhar o nosso reconhecimento. O mesmo se diga em relação ao Professor Doutor Manuel Riu e Riu, da Universidade de Barcelona, ao Professor José Avelino Gutierrez Gonzalez, da Universidade de Oviedo, e ao Professor Doutor Patrick Le Roux, da Universidade de Toulouse. Ao Dr. Silvestre Lacerda, do Arquivo Distrital do Porto, ao Dr. João Gouveia Monteiro e à Dr.^a Helena Catarino, da Faculdade de Letras de Coimbra, à Dr.^a Manuela Santos Silva, da Faculdade de Letras de Lisboa, ao Dr. Cláudio Torres, do Campo Arqueológico de Mértola, ao P.^o António José Baptista, Pároco da Facha, ao Cónego António Macedo, da Sé de Braga, ao Dr. António Huet de Bacelar Gonçalves, do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, à Dr.^a Teresa Pires de Carvalho e ao Arquitecto Carlos Guimarães, ao Dr. António Manuel Carvalho Lima, ao Dr. Jorge Adolfo Meneses Marques, à Dr.^a Helena Frade e à Dr.^a Alexandra Gradim, devemos igualmente uma palavra de reconhecimento.

Por fim, uma palavra muito especial para a nossa mulher, que nos acompanhou em andanças pelo país fora, percorrendo milhares de quilómetros, sujeitando-se a condições climatéricas nem sempre as mais recomendáveis, a peculiares horários de refeições, auxiliando em leituras e fotografias, anotando pacientemente medidas, perdendo dias em Bibliotecas e Museus, por fim passando pela dura provação de ler integralmente o original desta dissertação. Por tudo quanto este trabalho lhe deve são escassas as palavras. Fica a promessa que não mais a levaremos a Reigoso ... embora nós certamente aí regressemos uma e mais vezes.

CAPÍTULO I

EM TORNO DOS CONCEITOS DE EPÍGRAFE E DE EPIGRAFIA

A primeira tarefa que se impõe numa dissertação desta natureza é, obviamente, discutir os conceitos de *Epígrafe* e de *Epigrafia*. Um terreno que poderá parecer, à partida, estéril e inútil ou até mesmo já demasiado debatido para que se volte a insistir. Engana-se, no entanto, quem assim pensa. Na realidade, os conceitos de Epígrafe e de Epigrafia continuam a levantar polémica e a suscitar reflexões. Diríamos mesmo que foi apenas num passado relativamente recente – correspondendo grosso modo aos últimos 25 anos – que esses conceitos começaram a merecer alguma atenção e a suscitar reflexões críticas por parte de historiadores, arqueólogos, paleógrafos e epigrafistas.

A evolução dos conceitos de Epígrafe e de Epigrafia – que como veremos adiante são realidades que devem ser distinguidas – encontra-se umbilicalmente ligada à história da própria ciência. Na realidade, a Epigrafia começou por se interessar, com o Renascimento, pelas inscrições clássicas, latinas e gregas, ou, quando muito, pelas inscrições das primeiras comunidades cristãs. Só bastante mais tarde começaria a alargar-se para domínios cronológicos mais recentes, procurando abarcar toda a Idade Média e mesmo a Época Moderna. Esta origem haveria de ditar que, desde sempre, a Epigrafia Clássica tivesse um maior desenvolvimento que a Epigrafia Medieval. Ainda hoje assim é, e só assim se compreende que até hoje os Historiadores e Arqueólogos medievalistas portugueses não tivessem à sua disposição um *Corpus* Epigráfico, ao contrário do que acontece com a Arqueologia Romana onde, apesar de não haver ainda um inventário exaustivo e uma obra onde se concentrem todas as inscrições conhecidas, os Arqueólogos e Historiadores dispõem de diversas grandes colecções (E. Hübner, CIL II; J. Vives, ILER; J. d'Encarnação, IRCP; etc.). Ora, na definição do conceito de Epígrafe o contributo que podemos esperar da Epigrafia Clássica – que nos perdoem os seus cultores – tem sido menor. Na realidade, a discussão do conceito de Epígrafe faz-se pelo confronto com outros documentos escritos. Como, por força dos condicionamentos impostos pela conservação diferencial dos materiais, a esmagadora maioria dos

documentos escritos coevos das Civilizações Clássicas – Grega e Romana – pertencem ao domínio das inscrições¹, é natural que os tentames de definição do conceito de Epígrafe saídos do domínio da Epigrafia Clássica sejam relativamente limitados. Foram estes, no entanto, os conceitos que orientaram e ajudaram a erguer a ciência durante muitos anos. Registemos as definições apresentadas por alguns dos maiores Epigrafistas clássicos para depois podermos analisar melhor os problemas que elas suscitam.

Em 1914 René Cagnat definia Epigrafia como a “*ciência das inscrições*” (CAGNAT R. 1914, p. XIII), esquecendo-se, no entanto, de precisar o que entendia por “*inscrição*”. No entanto, o seu Curso, cuja primeira versão foi editada em 1884-1885, contempla inscrições gravadas ou esculpidas em suportes pétreos, metálicos e cerâmicos, desde as inscrições monumentais até aos simples epitáfios e às inscrições em objectos de uso quotidiano e personalizado (*instrumentum*), e aos letreiros em telhas e em tijolos. Uma diversidade que deixa, de alguma forma, compreender o que o autor entendia por “*inscrição*”. A definição de Cagnat seria a adoptada por Cordeiro de Sousa, que nos seus *Apontamentos de Epigrafia Portuguesa* começava por esclarecer: “*A Epigrafia é, como se sabe, a ciência das inscrições.*” (SOUSA J.M.C. 1928, p. 7 (da 3.^a ed., de 1983).

¹ Poderíamos mesmo dizer que a maioria dos documentos escritos *coevos* das Civilizações Clássicas pertencem ao domínio dos suportes rígidos e duráveis (sejam eles pétreos, metálicos ou cerâmicos), e que apenas um reduzido grupo utiliza suportes não-rígidos e perecíveis (placas de cera, pergaminho e, sobretudo, papiro). Se perspectivarmos esta repartição não em termos de suportes mas em termos de técnica de escrita, poderíamos dizer que ao primeiro grupo, claramente predominante, pertencem técnicas de gravação e de escultura, as que se adaptam aos suportes rígidos, enquanto que ao segundo grupo pertencem as técnicas de escrita com estilete e com tinta. Portanto, poderíamos dizer que a maioria dos documentos escritos *coevos* que conseguiram sobreviver até hoje foram esculpidos ou gravados, em actos premeditados e programados, onde não há lugar à cursividade natural da escrita com tinta, e que esta apenas ocorre num reduzido número de documentos. E, no entanto, a escrita sobre suportes perecíveis seria, sem dúvida, de uso muito mais alargado do que faz supor o escasso número de exemplos conhecidos. Assim o apontam o facto de se conhecerem diversos instrumentos relacionados com as diferentes formas de escrita, desde estiletos metálicos (*stilus*) até tinteiros em Terra Sigillata (*atramentaria*). No caso português, e para apenas citar duas estações arqueológicas romanas sobejamente conhecidas, poderíamos invocar aqui os exemplos de Conimbriga e de Monte Mózinho. Em Conimbriga, o aparecimento de estiletos em bronze e ferro para gravação nas placas de madeira encerada (ALARCÃO e ETIENNE 1979, pp. 177-180, N.ºs 188 a 202; ALARCÃO A.M. 1984, p. 84, N.ºs 367.1 a 367.5) e de fragmentos cerâmicos correspondentes a pelo menos 14 tinteiros em Terra Sigillata, denunciadores da escrita com tinta (ALARCÃO e ETIENNE 1975, p. 94 e p. 102, N.ºs 172-173; ALARCÃO A.M. 1984, p. 84, N.ºs 366.11 e 366.2), revelam-nos a convivência dos dois sistemas de escrita no povoado. Por seu turno, as escavações de Monte Mózinho forneceram um tinteiro inteiro e um fragmento de outro, concebidos em Terra Sigillata Hispânica (CARVALHO T.P. 1993, p. 97 e Fig. XLIII, N.ºs 406 e 2132; SOEIRO T. 1984, p. 183, Fig. LXXXVII, N.º 5; p. 295, Fig. CXLII, N.º 3). Não muito longe desta estação, numa das necrópoles romanas de Antas, no vale do rio Cavalum, apareceu um *stilus* em bronze para escrita em tábuas de cera (BRANDÃO D.P. 1961, pp. 29-34; SOEIRO T. 1984, p. 95), o que vem sublinhar que também nesta zona do Noroeste conviviam os dois sistemas de escrita em época romana. Outras estações romanas portuguesas forneceram também fragmentos de tinteiros, nomeadamente Aljustrel e Santiago do Cacém (cf. VASCONCELOS J.L. 1897-1913, vol. III, pp. 188-190; BRANDÃO D.P. 1961, pp. 29 e ss.).

Em 1939, Giulio Battelli escrevia nas suas Lições de Paleografia que “... *delle scritture su pietra, su bronzo, su terracota si occupa l’Epigrafia*” (cit. por FAVREAU 1979, p. 13; vd. tb. NAVASCUÉS Y DE JUAN e GOMEZ MORENO 1953, pp. 73-74). Uma delimitação do âmbito da Epigrafia que atende, portanto, apenas à natureza do suporte dos textos, o mesmo critério que levava Batelli a remeter a “escrita sobre moedas” para a Numismática e a “escrita dos selos” para a Esfragística.

Por seu turno, Raymond Bloch, em 1952, a propósito das palavras *epígrafe* e *inscrição* registava:

“... *ces deux mots issus du grec et du latin ont même valeur étymologique et désignent ce qui est écrit (... scribere) sur (... in) une matière durable, pierre, terre-cuite, métal, verre, os, stuc, mosaïque: l’Épigraphie est la science qui s’en occupe.*” (BLOCH 1952, p. 5).

Não deixa de ser curioso registarmos que, por um lado Raymond Bloch procura socorrer-se da etimologia da palavra para definir a especificidade da ciência, mas que acaba por a ultrapassar. Na realidade, etimologicamente Epigrafia designa apenas o que é escrito sobre, não especificando a natureza do suporte. Reconhecendo que a etimologia por si só não auxilia muito no esclarecimento do conceito de Epigrafia, Raymond Bloch acrescentou a natureza do suporte – “matéria durável” (conceito que, como veremos mais à frente, não é menos ambíguo). Este autor, no entanto, não deixava de sublinhar como a fronteira entre a Epigrafia e a Paleografia podia ser ténue:

“*En vérité, le domaine de l’épigraphie touche parfois de fort près à ce qui forme l’objet d’autres disciplines de l’histoire ancienne. La paléographie latine traite ainsi de l’écriture romaine et l’étudie en principe quand elle apparaît sur des matières périssables, telles que le papyrus, le parchemin. Mais elle ne peut se désintéresser des monuments de pierre ou de métal qui portent les documents les plus anciens en écriture latine. Inversement, l’attention de l’épigraphiste est attirée par les tablettes de cire romaines couverts d’écrits.*” (BLOCH 1952, p. 5).

Jean Mallon realçaria igualmente como era ténue a fronteira entre a Epigrafia e a Paleografia, escrevendo em 1952:

“*Il n’y a pas de terme plus propre aux malentendus que le mot “inscriptions”. On ne peut le définir d’une manière satisfaisante que par un critère purement scolaire, dont nous verrons qu’il est lui-même très conventionnel, mais qui a l’avantage de préciser ce dont on parle: les “inscriptions”, ce sont les monuments qui trouvent traditionnellement leur place dans le Corpus tel qu’il a été conçu au dix-neuvième siècle, et qui forment ainsi l’objet d’une science mal définie, dont les frontières avec d’autres sciences, surtout avec la paléographie, sont très arbitraires: l’épigraphie. Or, trouvent leur place dans le Corpus tous les*

monuments graphiques, sauf ceux qui sont écrits à l'encre sur papyrus et sur parchemin. Il s'agit d'une masse innombrable et hétéroclite de monuments: inscriptions sur pierre, sur cire, sur métaux, sur terre cuite et sur parois, faites au moyen du ciseau, de la pointe sèche et du pinceau, qui, plus ou moins denses selon les régions et les époques, recouvrent pourtant toute l'étendue du monde romain et jalonnent toute la longueur de l'histoire romaine." (MALLON 1952, p. 55).

Jean Mallon entendia, portanto, em 1952, que a distinção entre Epigrafia e Paleografia se poderia estabelecer tendo em atenção o método de escrita e o suporte. Ou seja, seriam da Epigrafia todos os documentos escritos excepto aqueles que utilizavam a tinta e eram escritos sobre papiro e pergaminho. Apesar de reconhecer que se tratava de “uma massa inumerável e heteróclita de monumentos”, era esse o seu critério para definir os limites da Epigrafia². No ano seguinte, em 1953, Joaquín Maria de Nasvascués y de Juan defendia, perante a Real Academia de la Historia, em Madrid, que a Epigrafia seria “*un metodo científico que tiene por finalidad el estudio integral de las inscripciones.*”, esclarecendo que

“Por inscripción entiendo, según el concepto generalmente admitido, la escritura trazada sobre ciertas materias de naturaleza inorgánica, u orgánica a veces, pero siempre caracterizada por una dureza física que requiere procedimientos de escribir adecuados, diferentes de los usuales en la escritura trazada sobre las materias escritorias corrientes.” (NAVASCUÉS Y DE JUAN e GOMEZ MORENO 1953, p. 82).

Trata-se, como se pode ver, de uma definição que, apesar de formulada em termos diferentes da maioria das restantes definições, acaba por não se afastar das duas grandes premissas que já havíamos encontrado anteriormente: natureza de suporte e técnica de escrita continuam a servir como delimitadores do conceito de “epígrafe”.

Finalmente, para Jacques Stiennon

“... la différence essentielle entre la paléographie et l'épigraphie réside dans le fait que la première de ces disciplines s'occupe des écritures tracées sur un support souple tandis que la seconde s'intéresse aux documents inscrits sur matériau dur.” (STIENNON 1973, p. 134),

ressalvando desde logo

“Plusieurs érudits ont déjà relevé le caractère arbitaire de cette distinction: où commence le matériau dur et où finit le support souple?” (STIENNON 1973, p. 134).

² Uma dezena de anos mais tarde, em 1964-65, o mesmo autor haveria de se mostrar sensível às limitações que uma tal definição acarretava (cf. MALLON 1986, p. 284), como veremos mais adiante, quando referirmos a placa de mármore de Byrsa.

O mesmo autor reconheceria ainda que

“Avec la diplomatique, l’épigraphie est certainement la science auxiliaire la plus proche de la paléographie. Tellement proche qu’il n’y a pas lieu, à notre avis, de les distinguer nettement l’une de l’autre, tout au moins en ce qui concerne la période médiévale. L’acte d’écrire sur un matériau souple – qui est du ressort de la paléographie – implique le maniement d’outils et un effort musculaire différents de ceux que nécessite l’acte d’inscrire sur un matériau dur – auquel s’intéresse l’épigraphie. Par contre, il y a interférence constante entre les deux disciplines: l’on peut tirer bien des enseignements de l’étude des passages en capitales épigraphiques contenus dans les manuscrits, tandis que le style calligraphique des inscriptions éclaire bien des aspects de l’écriture tracée sur le parchemin, sans parler de la comparaison de leurs systèmes d’abréviations.” (STIENNON 1973, p. 22).

Como este autor sublinhou, habituámo-nos desde os inovadores estudos de Jean Mallon a abordar a Epigrafia por diversas fases, desde a minuta ou rascunho, feito em materiais flexíveis ou perecíveis, até à *ordinatio* e à gravação, feitas em materiais duros. Esta metodologia permitiu a Mallon demonstrar como o *ductus* e a cursividade da escrita da minuta pode influenciar o traçado definitivo da inscrição (vd., por exemplo, a sua abordagem do Epitáfio de Rogata – MALLON 1986, p. 111 e ss.). Estas perspectivas aproximaram ainda mais a Epigrafia da Paleografia, tornando, uma e outra, sobretudo para a Idade Média, indissociáveis (STIENNON 1973, p. 135). A Epigrafia por ser permeável às influências do *ductus* e da cursividade da escrita corrente, a Paleografia porque, afinal, recebe influências da Epigrafia nas letras capitais que usa abundantemente, sobretudo nos códices:

“L’influence du style épigraphique sur le style paléographique apparaît surtout dans les passages en capitales épigraphiques qui, dans les manuscrits, correspondent à des titres d’ouvrages ou de chapitres.” (STIENNON 1973, p. 135).

No entanto, e apesar de reconhecer e sublinhar as múltiplas influências que se podem detectar entre a Epigrafia e a Paleografia, Stiennon continua a aceitar, em 1973, que a distinção entre as duas ciências se pode estabelecer tendo em atenção a matéria e a técnica de escrita: a primeira com documentos *inscritos* em matéria dura, a segunda com textos *traçados* sobre suportes flexíveis.

Registemos, agora, algumas tentativas de definições mais sucintas de Epigrafia e Epígrafe. Na Enciclopédia Britânica define-se Epigrafia nos seguintes termos:

“Epigraphy (from the classical Greek Epigrahein, «to write upon, incise», and epigraphe, «inscription»), denotes a branch of scholarship devoted to the study of written matter recorded on hard or durable material.” (Cf. *The New Encyclopaedia Britannica. Macropaedia*, s.v. “Epigraphy”, vol. 6, 15.^a ed., Londres, 1978, p. 915).

Por seu turno, a *New Caxton Encyclopedia* define o termo considerando que

“An Epigraph is any sort of inscription wich is engraved, scratched, painted, or otherwise imprinted upon a wide variety of materials.” (Cf. *The New Caxton Encyclopedia*, s.v. “Epigraphy”, vol. 7, Londres, 1986, p. 292).

A Enciclopédia Francesa esclarece que a Epigrafia é a

“Science des inscriptions, qui s’applique aux textes gravés sur des matières dures (pierre, marbre, bronze) à des époques anciennes.” (*Encyclopedie Française*, s.v. “Epigraphie”, vol. 7, Larousse, 1989, pp. 4423-4424).

Definição sensivelmente idêntica à do *Petit Larousse Illustré*, que diz ser a

“Science auxiliaire de l’histoire, qui étudie les inscriptions sur matières durables (pierre, métal, bois).” (*Le Petit Larousse Illustré*, s.v. “Épigraphie”, Paris, 1991, p. 380).

Finalmente, entre nós, a Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira escreve que

“... a Epigrafia ocupa-se dos documentos gravados a cinzel e buril sobre cobre, mármore, pedra e outras matérias duras, que foram os primeiros registos de factos e sucessos da Humanidade...” (GEPB 1935-60, s.v. “Epigrafia”, vol. IX, p. 873),

enquanto que na Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura (VERBO), em artigo da autoria de D. Fernando de Almeida, se define Epigrafia como

“Ciência que se ocupa de inscrições feitas na superfície de materiais duros: pedra, bronze, cerâmica.”,

acrescentando que

“... o grande interesse da Epigrafia reside no facto das inscrições serem, quase sempre, contemporâneas dos acontecimentos a que dizem respeito. São documentos autênticos, originais e não cópias, como tantas vezes sucede na Paleografia.” (VERBO, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, s.v. “Epigrafia”, vol. 7, cols. 664-665).

Por seu turno, Scarlat Lambrino, no Dicionário de História de Portugal, definia Epigrafia como a

“Ciência que se ocupa das inscrições gravadas, pintadas ou incisadas numa matéria duradoira (pedra, metal, madeira), diferentemente da Paleografia, que estuda os textos escritos à mão e à tinta sobre papiro ou pergaminho, e da Numismática, que trata das moedas.” (D.H.P., s.v. “Epigrafia”, vol. II, p. 408),

enquanto que o P.^o Avelino de Jesus da Costa, nos seus Apontamentos de Epigrafia, declarava que

“A Epigrafia é, etimologicamente, a ciência que estuda as epígrafes ou inscrições, isto é, os textos gravados em matéria duradoira (pedra, ardósia, metal, cerâmica, vidro, estuque, mosaico, etc.)...” (COSTA A.J. 1972).

Os parâmetros da definição de Raymond Bloch e de Jean Mallon, que como vemos foram aceites na maioria dos dicionários e enciclopédias, seriam retomados, mais recentemente e entre nós, por José d'Encarnação que definiu a Epigrafia como a

“... ciência que estuda as inscrições em materiais duros: pedra, metal, cerâmica, etc...” (ENCARNAÇÃO J. 1979(a), “Glossário”, s.v. Epigrafia, p. 7; vd. tb. ENCARNAÇÃO J. 1979(b), p. 8).

Assim, e como se pode verificar, a definição do conceito de Epigrafia, ciência, e de Epígrafe, seu objecto de estudo, quando formulada a partir dos domínios clássicos é usualmente feita tendo em conta o suporte ou matéria-prima ou, quando muito, conjugando esses aspectos com a técnica de escrita. A Epigrafia dedicava-se ao estudo dos textos registados em materiais duros e perenes, a Paleografia aos textos registados em materiais flexíveis e perecíveis. A primeira grava ou esculpe os seus textos, a segunda utiliza a tinta ou outras matérias colorantes para os registar. Ora, esta definição, que poderíamos classificar de “Clássica” (porque directamente influenciada pelos estudos de Epigrafia Clássica), coloca problemas quando avançamos no tempo e chegamos à Idade Média. Na realidade, fruto de diversos condicionalismos que não importa aqui desenvolver, a documentação escrita medieval é bastante mais abundante que a clássica. Ora, a multiplicação do número de documentos é acompanhada igualmente de uma diversificação dos suportes da escrita. E, com essa diversificação, começam a surgir problemas na delimitação do que é objecto de estudo da Epigrafia e o que compete à Paleografia. O primeiro autor a chamar a atenção para esta estimulante problemática foi Robert Favreau, o principal responsável pela renovação dos estudos de Epigrafia Medieval em França. Nas suas palavras,

“Il faut pousser plus avant la réflexion, car on ne peut se satisfaire de définitions fondées seulement sur une notion de support matériel, de forme extérieure. Il est impossible de tracer, à ce point de vue, une limite précise entre la paléographie et l'épigraphie. La première étudie principalement, il est vrai, les textes écrits sur papyrus, parchemin, papier, mais son domaine recouvre en fait l'ensemble de l'écrit, donc aussi bien les inscriptions sur pierre ou autre matière, que les légendes des sceaux ou des monnaies. L'épigraphie ne se limite pas à une étude de l'écriture des inscriptions, mais elle fait partie du champ de recherche du paléographe. On ne peut pas plus retenir comme fondamentale la notion de matière «dure», «non périssable».” (FAVREAU 1979, pp. 12-13).

Na realidade, as definições de Epigrafia e Epígrafe tendo por base a natureza do suporte da escrita não servem para o caso da Epigrafia Medieval. Exemplifiquemos com algumas situações onde a ambiguidade do documento revela de forma clara como esses parâmetros se tornam insuficientes para a definição do conceito para o período medieval.

O primeiro exemplo que nos ocorre é o das pizarras visigóticas da zona de Salamanca, estudadas e valorizadas por diversos autores, nomeadamente por D. Manuel Gomez-Moreno (GOMEZ-MORENO 1966), Manuel C. Diaz y Diaz (DIAZ Y DIAZ 1960; DIAZ Y DIAZ 1961; DIAZ Y DIAZ 1966; DIAZ Y DIAZ 1975), Angel Canelas Lopez (CANELLAS LOPEZ A. 1979) e, mais recentemente, por Isabel Velázquez Soriano, que lhes consagrou a sua Dissertação de Doutoramento (VELÁZQUEZ SORIANO 1989). Trata-se de um conjunto de pelo menos 104 textos gravados em placas de xisto, algumas delas opistógrafas, aparecidas numa série de estações arqueológicas concentradas na sua esmagadora maioria dentro da área definida pelo polígono Salamanca-Ávila-Plasencia-Ciudad Rodrigo (cf. VELÁZQUEZ SORIANO 1989, pp. 40-64). Entre os locais de achado avultam os nomes de Diego Álvaro e de Lerilla, duas estações arqueológicas que foram elevadas à categoria de estações epónimas: a primeira designando as “pizarras” com texto, a segunda designando as “pizarras” numéricas. O aparecimento destas “pizarras” não se circunscreve, no entanto, apenas a esta zona. É conhecida uma “pizarra” de texto procedente de Carrio (Prov. das Astúrias) – precisamente o texto mais tardio, dos meados do Séc. VIII (cf. VELÁZQUEZ SORIANO 1989, pp. 55-56 e N.º 104, pp. 312-314) – e algumas “pizarras” numéricas aparecidas em Coca (Prov. de Segóvia) (VELÁZQUEZ SORIANO 1989, p. 55) e em Quintanilla de Arriba (Prov. de Valladolid) (VELÁZQUEZ SORIANO 1989, p. 55). Em Portugal, são conhecidas três pequenas placas: uma “pizarra” de texto, opistógrafa, aparecida na Colina de Maximinos, em Braga, durante as escavações de salvamento de Bracara Augusta (BRA MAXX 0841); um pequeno fragmento de outra, igualmente de texto e opistógrafa, procedente da Colina de Maximinos onde foi recolhido há alguns anos pelo Cónego Luciano Afonso dos Santos, e que se conserva no Museu Pio XII; e, finalmente, uma placa de xisto com desenho, procedente da Falperra, nas imediações da mesma cidade, e que se conserva no mesmo Museu bracarense (cf. BARROCA 1991(b), pp. 146-147). Registemos, ainda, a referência ao aparecimento de placas de xisto gravadas nas imediações da Capela de St.º André, em Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo), que Luís Coelho divulgou (cf. COELHO L. 1972, p. 276; VELÁZQUEZ SORIANO 1989, p. 54; BARROCA 1991(b), p. 148). Como já tivemos oportunidade de sublinhar em 1991, as placas de xisto dos séc. VI e VII revelam-se curiosos documentos onde são bem patentes as contradições a que se pode chegar quando se abordam os conceitos de Epígrafe e Epigrafia tendo apenas em atenção a natureza do suporte e a técnica da escrita. Na realidade, estamos aqui perante documentos gravados, com estilete metálico³, em placas de xisto, ou seja, sobre matéria dura e perene.

³ Isabel Velázquez Soriano regista, mesmo, o aparecimento de estiletos destinados à escrita na estação de Dehesa del Cañal (Pelayos, Salamanca) e em Navahombela (Salamanca), bem como pedras destinadas a afiar esses

De acordo com a definição clássica de Epigrafia e de Epígrafe, e tendo em atenção suporte e técnica de escrita, seríamos obrigados a classificar estas “pizarras” dentro da Epigrafia. E, no entanto, a situação parece ser bem diferente. Na realidade, encontramos nas “pizarras” visigodas verdadeiros *documentos*, no sentido que normalmente os Paleógrafos e os Diplomatas costumam dar a esta palavra, com textos que apresentam estruturas típicas dos documentos que são vulgarmente exarados em pergaminho. Nelas encontramos desde documentos de conteúdo jurídico, cartas de venda de propriedades, cartas de empréstimo e de troca, inventários de rendas agrícolas, de produções cerealíferas e de gado, inventários fiscais e salariais, até exercícios escolares⁴. Encontramos, mesmo, documentos jurídicos onde não faltam as listas de testemunhas e confirmantes que legitimam o acto, tal como nos documentos em pergaminho, e mesmo em alguns casos com o *signum* de autenticação, tudo aspectos estranhos à Epigrafia mas por demais comuns aos domínios da Diplomática. Por fim, sublinhemos que entre esta colecção de “pizarras” se encontra uma epístola escrita por Faustino a Paulo, aparecida em El Barrado (Plasencia, Cáceres) (cf. VELÁZQUEZ SORIANO 1989, N.º 103, pp. 309-311), facto que é igualmente estranho aos domínios da Epigrafia. Portanto, poderíamos dizer que, do ponto de vista do conteúdo, as “pizarras” visigodas se afastam drasticamente da esfera dos “textos epigráficos” e que pertencem, verdadeiramente, ao domínio da Diplomática⁵. De resto, parece-nos ser particularmente elucidativo o facto de Isabel Velázquez Soriano, quando estudou e sistematizou os conteúdos das pizarras, ter utilizado uma tipologia que foi retirada dos domínios da Diplomática, e não da Epigrafia (cf. VELÁZQUEZ SORIANO 1989, p. 573 e ss.), na esteira, de resto, do que já fizera uma década antes Angel Canellas Lopez (CANELLAS LOPEZ 1979, p. 45 e ss.). Por outro lado, não é apenas no seu conteúdo que as “pizarras” se afastam dos domínios da Epigrafia. A análise paleográfica revela-nos a presença alargada e sistemática de um alfabeto marcadamente cursivo que, como escrevemos em 1991 (BARROCA 1991(b), p. 152), pode ser considerado como o elo de ligação entre a “Nova Cursiva Romana Comum” (na designação de Jean Mallon) e a letra Visigótica Cursiva dos nossos mais antigos pergaminhos, cujo exemplo mais antigo sobrevivente na área portuguesa remonta, segundo Maria José Azevedo Santos, ao ano de 882 (cf. SANTOS

estíletes na Dehesa del Cañal (cf. VELÁZQUEZ SORIANO 1989, p. 69, nota 51 e Apêndice Gráfico, p. 811, Fig. 5).

⁴ Neste domínio da aprendizagem da escrita, simultaneamente fascinante e estranho à Epigrafia, salientemos a presença de exercícios escolares envolvendo a cópia de simples alfabetos (Inscs. N.º 25 e N.º 57), até aos exercícios de cópia onde se utilizaram Salmos e outros textos de conteúdo moral e religioso (Inscs. N.º 7, N.º 29, N.º 58 e N.º 59) (cf. VELÁZQUEZ SORIANO 1989, pp. 623-638).

⁵ Este aspecto já foi, de resto, sublinhado por Manuel C. Diaz y Diaz (DIAZ Y DIAZ 1975, p. 25) e por nós nas notas de leitura que escrevemos a propósito da obra de Isabel Velázquez Soriano (BARROCA 1991(b), pp. 150-152).

M.J.A. 1988, p. 82)⁶. Na realidade, fruto da natureza do xisto – uma rocha muito branda, que se pode gravar facilmente – e pelo facto de serem mais grafitadas do que gravadas, as “pizarras” apresentam textos onde se sente a cursividade da escrita feita com pena ou cálam. Poderíamos, portanto, dizer que apenas factores acidentais ou conjunturais (possivelmente a escassez de pergaminho, a carestia das peles e a abundância de xisto como rocha nativa) levaram a que as populações da zona de Salamanca se socorressem do xisto para exararem os seus documentos⁷. Noutras circunstâncias e alguns séculos mais tarde, elas não teriam certamente qualquer hesitação em utilizar o pergaminho para o fazer. Se alguma dúvida restasse poderíamos invocar um derradeiro argumento: comparem-se as “pizarras” visigóticas com as epígrafes paleocristãs, suas contemporâneas, e facilmente se poderá verificar como, quer ao nível de conteúdo, quer ao nível das características paleográficas, há um divórcio completo entre os dois universos. Como escrevemos em 1991, “*o divórcio temático que se pode detectar entre as inscrições lapidares paleocristãs, com um largo predomínio para os epitáfios, e as “pizarras”, com uma total ausência de epitáfios, ajuda a sublinhar precisamente a diferença de natureza destes dois universos documentais: as primeiras são epígrafes, no sentido pleno do termo, as “pizarras” são documentos quotidianos gravados em xisto*” (BARROCA 1991(b), p. 151). Ou seja, quer pelas características paleográficas, quer pelos respectivos conteúdos, seríamos levados a considerar as “pizarras” visigóticas como documentos a serem tratados pela Paleografia e pela Diplomática. No entanto, o suporte rígido e pétreo levaria a que, na perspectiva da definição clássica de Epigrafia e Epígrafe, estes documentos fossem incluídos dentro desta ciência.

⁶ Efectivamente, as “pizarras” visigóticas ocupam um lugar especial nos domínios da Paleografia já que ajudam a caracterizar esse passo decisivo na transformação da “Nova Cursiva Romana Comum”, que ainda se conseguiu impor em toda a área do Império, na letra Visigótica, a caligrafia regional que triunfou na Península Ibérica quando se fragmenta o espectro paleográfico da bacia mediterrânica e do mundo ocidental. É o momento em que surgem as diferentes escritas que Stiennon designa de uma forma genérica por “escritas pré-carolinas” (STIENNON 1973, pp. 71-94). Ora, no que respeita à Península Ibérica esse passo encontra-se pouco ilustrado, já que são muito raros os documentos em pergaminho para os primeiros séculos da Alta Idade Média. Assim, a Paleografia apenas podia contar com documentos relativamente tardios, como são os diplomas dos séc. IX e seguintes, onde não se assiste à formação do alfabeto mas à sua utilização numa forma já conseguida. Deste modo, as “pizarras” permitem acompanhar um pouco melhor o período de formação desse novo alfabeto.

⁷ É certo que a natureza dos suportes impõe diferentes condições de conservação que levam a que o xisto se conserve melhor que o pergaminho. Este aspecto não nos permite afirmar que as populações da zona de Salamanca, onde ocorrem as pizarras, não tenham utilizado o pergaminho ou outros suportes flexíveis e percíveis para a escrita. No entanto, o facto de as pizarras aparecerem em abundância nestas estações e serem escassas fora desta zona denuncia a existência de um quadro particular na área de Salamanca, onde as populações lançaram mão de suportes de escrita menos ortodoxos.

Embora o caso das “pizarras” visigóticas seja um dos exemplos mais significativos, e um dos que se encontra geograficamente mais próximo de nós, não é, no entanto, o único caso que aqui pode ser referido. Poderíamos invocar, igualmente, as placas de xisto aparecidas em algumas abadias cistercienses do Norte da Europa: uma aparecida em 1889 nas ruínas da abadia cisterciense de Foigny (Laon, França), e cinco, opistógrafas, da 2.^a metade do séc. XIII, provenientes da abadia de Villers-en-Brabant (Bélgica), onde foram recolhidas em 1894 nos alicerces do dormitório do Séc. XVIII (cf. STIENNON 1973, p. 147). Estamos exactamente perante a mesma situação: documentos que foram registados em superfícies rígidas mas que, no demais, pertencem aos domínios da Paleografia e da Diplomática.

O mesmo se diga dos cerca de 350 textos dos séculos XI e XII, compreendendo entre eles numerosas epístolas, encontrados em Nóvgorod (Bielo Rússia, ex-URSS) durante trabalhos arqueológicos realizados entre 1951 e 1958. Trata-se de textos que utilizam cascas de bétulas como suporte e que foram gravados com recurso a estiletos duros (feitos em osso ou metal) (cf. STIENNON 1973, pp. 146-147; CHROPOVSKY 1989, p. 159 e Figs. nas pp. 189 e 192). Pelo conteúdo deveriam ser remetidos para a Paleografia e a Diplomática. No entanto, os seus suportes rígidos, que obrigaram à utilização de estiletos para se gravar os textos, convidariam a que fossem enquadrados na Epigrafia, na sua definição clássica.

Jacques Stiennon reporta-se, ainda, à utilização de placas de chumbo para registo efémero de escrita, à semelhança das placas de cera tão comuns na Antiguidade e que a Idade Média também não ignorou (STIENNON 1973, pp. 147-148)⁸. Trata-se, uma vez mais, de exemplos de suportes rígidos utilizados para registar textos que, verdadeiramente, fogem ao âmbito da Epigrafia.

Gostaríamos igualmente de chamar a atenção para o caso das lipsanotecas medievais, pequenas caixas-relicário esculpidas em madeira e que apresentam tantas vezes legendas. Tivemos oportunidade de publicar juntamente com o Dr. Manuel Real, em 1992, o notável conjunto da Igreja Velha de S. Torcato, com as suas oito caixas, a mais antiga do Séc. X (Caixa N.º 1), cinco do Séc. XI (Caixas N.ºs 2 a 6), uma datada de 1132 (Caixa N.º 7) e outra do Séc. XIV (Caixa N.º 8) (BARROCA e REAL M.L. 1992(a), pp. 146-154). Neste invulgar conjunto apenas a primeira caixa não apresenta legenda exterior identificando a natureza da Relíquia ou Relíquias que encerrava. Todas as restantes apresentam pequenas legendas, as mais antigas do Séc. XI, depois avivadas no Séc. XIII. Estas legendas já colocam alguns problemas. Trata-se, efectivamente, de

⁸ Sobre a sobrevivência do uso das tábuas de cera na Idade Média, e sua importância, veja-se a recente síntese de Albert d’Haenens (HAENENS 1995, pp. 114-127).

textos escritos com pena ou cálamio e tinta, apresentando letra visigótica redonda do Séc. XI (nos letreiros mais antigos) ou gótica do Séc. XIII (nas intervenções de avivamento), e que devem ser enquadrados dentro da Paleografia. No entanto, por força das circunstâncias, foram registadas sobre suporte rígido – a madeira. Sublinhemos que se estas legendas, por serem textos muito sintéticos, podem oferecer algumas dúvidas, já a notícia da Dedicção do templo românico, em 1132, se revela mais esclarecedora. Na realidade, num dos laterais maiores da Caixa N.º 7, foi escrita a seguinte notícia:

*D[e]dicata est Ec(c)l(es)ia ista a D(om)no Pelagio
Brac(h)arensi Archiep(iscop)o in Honore S(an)c(t)i Sa[lv]ja
toris. S(an)cte Marie. S(an)cti Michaelis. S(an)cti P(e)tr[is] A]p(osto)li
S(an)cti Torquati. Anno ab I(n)carnationis D(omi)ni
M^o. C^o. XXX^o II^o*

(Cf. BARROCA e REAL M.L. 1992(a), p. 153).

Trata-se, como se pode verificar, de um texto que comemora a Dedicção do templo pelo Arcebispo de Braga, D. Paio Mendes, arrolando os Santos cujas relíquias tinham sido depositadas no Altar, e que foi escrito com pena ou cálamio e tinta, utilizando letra carolina comum à dos manuscritos da época, mas que foi registada sobre matéria dura, neste caso madeira. Ou seja, um texto que pelo tipo de letra e de técnica de escrita deveria pertencer à Paleografia, mas que no conceito clássico de Epigrafia, por ser registado em superfície dura, seria remetido para esta disciplina. O exemplo das lipsanotecas de S. Torcato, junto a Guimarães, poderia ser multiplicado. São conhecidos mais casos de lipsanotecas medievais em Portugal, algumas ilustrando as mesmas perspectivas suscitadas pela Caixa N.º 7 de S. Torcato. Na realidade, em S. João Baptista de Covas (Vieira do Minho), apareceu uma caixa de vidro e prata, do séc. XVIII, contendo dois *authentica* em pergaminho, e os Autos de Abertura do velho Altar, onde se declarava:

“O letreiro escrito por fora do caixotinho de pau diz: Dedicata est Ecclesia ista ad Domno Pelagio Bracharensi Archiepiscopo. in honorem Sanctae Mariae. Sancti Michaelis. S. Bartholomei. Sancti Ioannis. Sancti Iacobi. Era mil e cento e trinta e oito. 1138.” (Cf. BARROCA e REAL M.L. 1992(a), p. 155).

Esta notícia, evidentemente moderna, revela que a primitiva lipsanoteca de S. João de Covas era uma caixa de madeira, à semelhança de outros casos, e que possuía igualmente a notícia da Dedicção realizada pelo Arcebispo Bracarense D. Paio Mendes. Ou seja, um caso em tudo semelhante ao de S. Torcato. Por seu turno, na Capela de N.ª S.ª do Torrão, em Longroiva, apareceu em 1977 uma “tábua de madeira” quando se procedeu ao desmonte do Altar, e onde Adriano Vasco Rodrigues leu a seguinte notícia:

*“Dedicata est ista eclia a Dno
Iohane Arcpicpo Bracaren I
Honore Scae Mariae Sci
Nicolai Conf. et Alior S. Cruz:
Erecta M C L XXXIII”*

(COSTA M.G. 1977-79, vol. II, p. 255-256; RODRIGUES A.V. 1983, pp. 112-113; BARROCA e REAL M.L. 1992(a), p. 156).

Infelizmente a tábua voltou a ser encerrada no pé de Altar (que resulta do reaproveitamento de uma Ara Romana dedicada a Jupiter), não sendo possível conferir a leitura do texto medieval. Tratava-se, sem dúvida, de uma situação semelhante à da Igreja de S. Tiago de Areias (St.º Tirso), onde no Tombo Paroquial de 1548 se dá notícia da abertura do Altar daquele templo, com o aparecimento de uma tábua com a memória da cerimónia de Dedicção:

“Memória que se achou em hua taboa q estava metida no altar de S. T.go sendo de pedra. «DEDICATA EST ISTA ECCLESIA A DOMINO JOHANNE BRACHARENSIS ARCHIEPISCOPO. IN HONORE SANCTII JACOBI: SANCTI LAURENTII. SANCTI PELLAGII. SANCTI ROMANI. ANO M C L XXX V III»”

(Cf. CARDOSO L. 1747-51, s.v. “Areas”, vol. I, p. 543; GEPB 1935-60, s.v. “Areias”, vol. 38, p. 508; LIMA A.C.P. 1940(b), pp. 326-327; LIMA A.A.P. 1951, p. 77; ALMEIDA C.A.F. 1978, vol. II, p. 53; CORREIA F.C. 1989(a), p. 22; CORREIA F.C. 1989(b), p. 21; BARROCA e REAL M.L. 1992(a), p. 157)⁹.

Julgamos não ser necessário invocar aqui exemplos de lipsanotecas espanholas, que se vão conhecendo em número crescente, e que revelam situações idênticas, com legendas que muitas vezes ultrapassam a simples identificação de Santos (cf., por exemplo, BARROCA e REAL M.L. 1992(a), pp. 158-159).

Todas estas caixas-relicário revelam-nos textos que foram registados sobre suportes rígidos, portanto classicamente atribuíveis à Epigrafia, mas com técnicas de escrita (utilizando pena ou cálamo e tinta) e com recurso a alfabetos que os remetem para os domínios da Paleografia.

⁹ Para além destes exemplos, e de outros já arrolados no estudo de 1992, registemos que mais recentemente tivemos oportunidade de estudar, juntamente com Jorge Adolfo Meneses Marques, o interessante caso da Caixa-Relicário de Mamouros (Castro Daire), mas que neste caso a Caixa não apresenta legenda registada na madeira. Encerrava, no entanto, pequeno pergaminho com os Dez Mandamentos da Lei de Deus, seguidos dos inícios dos quatro Evangelhos. O seu estudo encontra-se no prelo.

O mesmo poderíamos dizer, por exemplo, do Cofre com Cena Galante, do Museu Grão Vasco, em Viseu (Inv. N.º 179) (cf. EXPO 1983, Núcleo Madre de Deus, p. 170, N.º 3.3.1.13; ROSAS 1991, p. 250, N.º 159). Trata-se de um pequeno cofre em madeira que apresenta na face interna da tampa uma cena galante pintada a têmpera onde vemos à esquerda um cavalo ajaezado (apresentando cela, estribos e arreio), ao centro um Cavaleiro (erguendo uma flor) e à direita uma Dama. Este cofre constitui o único exemplo conhecido no espaço português de uma peça medieval de uso profano, ocupando por isso um lugar de relevo no nosso Património. Ora, na moldura superior da face interna da tampa, por cima da cena galante, encontra-se registada uma pequena legenda em letra gótica, típica do Séc. XIV, que possivelmente elucidaria a cena iconografada em baixo. Essa legenda, muito encoberta por camadas de tinta posteriores, ainda é visível ao olhar mais atento, ficando algo mais realçada em fotografia com luz ultravioleta. Trata-se, portanto, de uma legenda que foi registada sobre suporte rígido mas que para ser exarada se socorreu de técnica (pena e tinta) e de um alfabeto comuns aos documentos em pergaminho. O Cofre do Museu Grão Vasco pode, portanto, neste aspecto ser colocado lado a lado com as Caixas-Relicário. E o mesmo se diga do celebrado retrato de D. João I, que se conservava na Galeria de Pintura de Viena de Áustria e que foi, em 1952, adquirido para a colecção do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA, Inv. N.º 2006), em cuja moldura lateral esquerda e superior se pode ler a legenda:

HEC EST VERA DIGNE AC VENERABILIS MEMORIE DOMINI IO-
ANNIS DEFU(n)CTI QUOND(am) PORTUGALIE NOBILISSIMI ET ILLUS-
TRISSIMI / REGIS YMAGO QUIPE QUI DU VIVERET DE JUBEROT VIC-
TORIA POTITUS EST POTENTISSIMA

(Cf., por exemplo, LIMA H.C.F. 1922, pp. 183-188; COUTO J. 1952, pp. 299-302; FONSECA L.A. 1991, p. 266, N.º 177; EXPO 1994, p. 247, N.º 84).

Também aqui parece justo realçar que estamos perante uma legenda exarada a tinta mas sobre uma superfície rígida, de madeira.

Poderíamos, ainda, acrescentar a este rol de exemplos o caso da lista de nomes registada numa placa de mármore aparecida nas escavações de Byrsa (Cartago). A placa foi estudada e divulgada por Jean Mallon e Charles Perrat, tendo estes autores reconhecido nela vinte e quatro nomes organizados em duas colunas (MALLON 1986, pp. 282-289). Esta lista, escrita a tinta, com alfabeto cursivo, sobre suporte marmóreo é, assim, mais um caso de ambiguidade. O próprio Jean Mallon não deixaria de assinalar esse aspecto:

“Selon le critère, aussi consacré qu’obscur, des matières déclarées «durables», l’épigraphie absorberait un tel «document» dans la masse des «inscriptions», dont elle l’écarterait s’il était seulement écrit sur une matière déclarée «périssable».” (MALLON 1986, p. 284).

No caso português, e para cronologias muito mais recentes, poderíamos referir aqui as legendas que se podem encontrar em diversas zonas do Mosteiro da Batalha, pintadas a ocre e com alfabeto gótico quatrocentista. Trata-se de um conjunto que tem passado despercebido aos olhos dos investigadores nacionais mas que se reveste de um inegável interesse histórico. O Mosteiro da Batalha é, de resto, o local onde encontramos a maior colecção de grafitos tardo-medievais portugueses, um núcleo a todos os títulos notável, que esperamos poder vir estudar em breve.

Abordemos, por fim, um derradeiro tipo de materiais que podem ilustrar a nossa perspectiva. Referimo-nos aos textos gravados sobre tijolos e telhas antes de estes terem sido cozidos. Jean Mallon estudou alguns exemplos que, por isso, ficaram célebres. Um deles foi o tijolo de Aceuchal, que se encontrava no Museu de Mérida (tendo sido depois levado para o Museu Nacional de Madrid), onde o Marquês de Monsalud, e na sua esteira outros autores, entenderam que estava exarado o epitáfio de “*Filumene Asiana*”, e onde Jean Mallon reconheceu antes um verso da Eneida, de Virgílio (MALLON 1986, pp. 132-166). Nesse mesmo estudo Mallon apresenta um pequeno inventário com mais cinco tijolos com textos escritos (MALLON 1986, pp. 146-147). Quatro anos mais tarde, o mesmo Jean Mallon teria oportunidade de estudar o tijolo de Villaviciosa de Córdoba (MALLON 1986, pp. 222-225). Em 1973 debruçar-se-ia sobre a *tegula* de Villafranca de los Barros (Prov. de Badajoz), do séc. III (MALLON 1986, pp. 322-325), tema que retomaria por diversas vezes (MALLON 1986, p. 326 e p. 330). E muitos outros exemplos semelhantes poderiam ser aqui recordados.

No caso português, e para não recuarmos para exemplos tão antigos como os que Jean Mallon tratou, poderíamos invocar aqui quatro casos:

- o tijolo quinhentista recolhido em Alenquer e que se conserva no Museu do Carmo, divulgado em primeira mão por Borges de Figueiredo, e onde se pode ler:

“ESTE TIGOLHO HE / DE FERNÃ DALVA / RES”
(FIGUEIREDO A.C.B. 1887(e), p. 76);

- o tijolo de 169[...], inédito, que se conserva entre o espólio do antigo Museu de Monsaraz, instalado no piso superior da Sacristia da Igreja Matriz de Monsaraz, e que nunca chegou a ser transferido para as novas instalações;
- o tijolo de 1769, procedente da demolição do Convento de St.º António de Ourém, que José da Cunha Saraiva estudou e que documenta o lançamento da primeira pedra da obra em Julho de 1769, em cerimónia presidida por Luís Leite Pereira (SARAIVA J.C. 1932-34, pp. 183-186);

– e, finalmente, a telha procedente do Convento de S. Francisco de Alenquer, que se conserva no Museu Hipólito Cabaço, de Alenquer, que José Luís de Matos divulgou, e onde se lê a legenda:

“NUnc T(em)P(o)RIS FACTA SUM”

(cf. MATOS J.L. 1969, p. 286-287).

São tudo exemplos de textos que foram registados em superfícies moles – e por isso marcados pela presença de alfabetos com uma cursividade típica da escrita com tinta – mas que, por força da cozedura, se vieram a tornar superfícies duras. Estamos, neste pequeno grupo de testemunhos, perante uma situação um pouco diferente das que apontamos nos casos precedentes. Na realidade, todos os exemplos até aqui analisados são de textos que foram registados em superfícies duras mas que, nas restantes dimensões (técnica de escrita, alfabeto e conteúdo) pertencem aos domínios da Paleografia e da Diplomática. No caso dos tijolos e telhas que acabamos de referir a situação é algo diferente. Na realidade, os textos foram registados com ponta seca sobre uma superfície mole, sendo essa a circunstância que ditou o tipo de técnica de escrita e o alfabeto. No entanto, vieram depois a adquirir um carácter rígido, quando foram submetidos a cozedura. Assim, embora hoje sejam suportes rígidos, não o eram no acto da escrita.

Todos estes exemplos – as “pizarras” visigóticas, as placas de xisto dos sécs. XII e XIII, as cascas de bétula, as placas de chumbo, as lipsanotecas e de uma maneira geral as legendas exaradas sobre madeira, as legendas pintadas sobre suportes pétreos, ou, finalmente, as legendas em tijolos ou em telhas – levam-nos a concluir, portanto, que o conceito de Epígrafe tem de ser formulado independentemente do tipo e natureza do suporte ou que, pelo menos, as características do suporte não são por si só suficientes para definir esse conceito. Na realidade, se tomarmos um bocado de madeira podemos escrever sobre ele com pena e tinta (criando assim um documento que compete à Paleografia estudar) mas podemos também utilizar uma goiva ou um formão para gravarmos um texto em letras autónomas, maiúsculas e sem cursividade (criando assim um documento que deveria ser analisado no contexto da Epigrafia). É o que se passa, por exemplo, com o xisto: as “pizarras” visigóticas, pelo seu conteúdo, pela técnica de escrita e pelo alfabeto, devem ser afastadas dos domínios da Epigrafia, mas isso não significa que não se conheçam epígrafes, no verdadeiro sentido da palavra, que utilizam essa rocha como suporte (vd., por exemplo, a Insc. N.º 55 ou a Insc. N.º 648 do nosso inventário). O mesmo se passa com as legendas pintadas a tinta sobre suportes pétreos: afastamos do rol dos materiais epigráficos documentos como a lista de nomes estudada por Jean Mallon ou as legendas do Mosteiro da Batalha, mas não deixamos de incluir no nosso *Corpus* a inscrição pintada do tímpano Sul de Ermida de Paiva, de 1214, que pelo tipo de letra e pelo seu conteúdo pertence inegavelmente aos domínios

da Epigrafia (cf. Insc. N.º 273)¹⁰. Deste modo, podemos concluir que a divisão entre a Epigrafia e as outras ciências da escrita (nomeadamente a Paleografia e a Diplomática) não poderá ser feita, pelo menos para os tempos medievais e modernos, com base nos critérios que Raymond Bloch utilizou para formular a sua clássica definição de Epigrafia Latina e que tantos autores adoptaram. Que critérios adoptar, então?

Julgamos que as melhores e mais fecundas reflexões sobre a definição de Epígrafe e de Epigrafia pertencem a Robert Favreau. O caminho começou a ser trilhado logo em 1969, quando em artigo saído nos *Cahiers de Civilisation Médiévale*, este autor salientava:

“La définition classique, telle qu’on la trouve dans les différents manuels d’épigraphie latine, peut s’exprimer ainsi: l’épigraphie est la science de ce qui est écrit sur une matière dure. On rejettera, sans hésitation, cette définition, pour habituelle qu’elle soit, en considérant qu’il n’est pas satisfaisant de définir une science historique à partir simplement d’une notion de support matériel.” (FAVREAU 1969, p. 394).

O mesmo autor sublinhava ainda que

“La définition traditionnelle manque en outre de netteté; peut-on vraiment parler de matières durables pour l’ardoise, la cire, le verre?” (FAVREAU 1966, p. 394).

Efectivamente, o binómio matéria dura/matéria mole costuma ser associado a outro (matéria perene/matéria perecível), atribuindo-se os primeiros itens à Epigrafia e os segundos à Paleografia. Ora, o conceito de matéria perene ou duradoura é um conceito igualmente ambíguo, como os arqueólogos, melhor que ninguém, sabem. Um bocado de couro é matéria durável nas tundras do Norte da Europa, podendo sobreviver mais de 4.000 anos, mas é material perecível nos solos ácidos da paisagem granítica do Norte de Portugal, onde não resistirá sequer umas centenas de anos. Do mesmo modo, um bocado de madeira pode conservar-se por diversos milénios em climas secos e pode desaparecer em poucas dezenas de anos em climas húmidos. O ferro, por exemplo, que é matéria rígida e considerada durável quando se trabalha, pode sofrer processos de oxidação relativamente rápidos e tão profundos que aniquilam toda a sua estrutura metálica. Será, assim, um material durável ou devemos incluir dentro das matérias perecíveis? O vidro, por fim, pode sobreviver vários milénios mas pode, também, partir-se e desaparecer em pouco tempo. Enfim, a conservação dos materiais não é apenas o

¹⁰ Do mesmo modo que, se estivéssemos a estudar a Epigrafia Moderna, deveríamos incluir as inscrições outrora pintadas dos tímpanos das Igrejas de Cedofeita, de Paço de Sousa ou de Unhão (que infelizmente os restauros da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais eliminaram antes de serem convenientemente estudadas).

fruto da sua natureza mas também das condições ambientais e, muitas vezes, o resultado de circunstâncias acidentais. A sua sobrevivência até aos nossos dias é, assim, o resultado da conjugação de muitas variáveis, algumas dificilmente previsíveis. Não podemos, portanto, aceitar o conceito de “durável” como um conceito com validade universal que sirva para a definição de epígrafe.

Tentando definir a Epigrafia, e tendo em mente o que ensina a diversidade documental da Idade Média, Robert Favreau escreveria em 1969:

“Science de l’écrit, comme l’indique l’étymologie (... écrire sur), l’épigraphie fait partie du domaine large de la paléographie. Tout au plus peut-on dire que l’obligation d’écrire sur une matière habituellement plus résistante et aussi plus diversifiée peut entraîner pour la paléographie des inscriptions des caractères différant quelque peu – mais non fondamentalement – de ceux de la paléographie des chartes. L’obligation d’être lu de façon claire, parfois loin, par beaucoup, est sans doute la cause principale de l’emploi général des majuscules dans les inscriptions.” (FAVREAU 1969, p. 394).

E, num esforço para encontrar a verdadeira originalidade dos documentos epigráficos, que permitisse fundamentar uma distinção clara dos documentos estudados pela Diplomática, Robert Favreau salientava:

“Les inscriptions médiévales n’ont pas pour but de fonder des droits, d’établir des actes de nature juridique, des contrats, des pièces ayant une valeur déterminée dans le temps. Elles ne constituent pas des «archives», des sources documentaires. L’existence d’une douzaine de chartes dites «lapidaires» ne doit pas prêter à confusion, nom plus que celle des rares chartes métalliques connues. Les «chartes lapidaires» sont en fait des copies, souvent abrégées – sans les préambules, les noms des témoins – d’actes originaux faisant seuls foi en cas de contestation. L’épigraphie se rattache plutôt à l’étude des sources narratives. Elle a pour but de porter un élément d’information quelconque à la connaissance du public pour le présent et pour l’avenir. La notion de durée, retenue pour la définition de l’épigraphie, apparaît bien plus valable dans le domaine du fond que dans celui de la forme: c’est parce qu’on souhaitait un témoignage durable qu’on a employé une matière durable. Les notions de durée et de publicité apparaissent ici fondamentales.” (FAVREAU 1969, p. 395)¹¹.

¹¹ Estas palavras de Robert Favreau levaram-nos a meditar durante muito tempo sobre a verdadeira essência de algumas das epígrafes do nosso *Corpus*, nomeadamente da Insc. N.º 387, datada de 15 de Agosto de 1276, comemorativa da instituição de um hospital em Portalegre, da Insc. N.º 524, da Igreja de Recardães, datada de 1312, e da Insc. N.º 560, de 1324, comemorativa da instituição da capela de Bartolomeu Joanes, na Sé de Lisboa. Na realidade, qualquer destas inscrições – e talvez seja também o caso da Insc. N.º 502, de 1304, do Mosteiro de Ganfei (muito truncada),

E concluía este autor:

“On pourrait donc proposer comme nouvelle définition de l'épigraphie: science de ce qui est écrit, en général sur une matière résistante, en vue d'une publicité universelle et durable. La notion de matière pourrait être maintenue afin d'assurer une liaison avec la définition traditionnelle, mais on doit bien admettre que le support matériel de l'inscription est, en tant que tel, indifférent.” (FAVREAU 1969, p. 395).

Ou seja, poderíamos dizer que para Robert Favreau a noção de “epígrafe” se deve basear mais no conteúdo do que na forma ou suporte. Curiosamente, uma posição não muito diferente da que D. Manuel Gomez Moreno havia defendido em 1953 quando, com uma modernidade assinalável, escrevia a propósito do conceito de epígrafe que

“Publicidad, solemnidad y perduración la caracterizan, y éstos son los requisitos exigibles para entrar en el noble acervo de la Epigrafía.” (NAVASCUÉS Y DE JUAN e GOMEZ MORENO 1953, p. 93).

A mesma linha de pensamento seria retomada por Robert Favreau dez anos mais tarde, quando escreveu para a *Typologie des Sources du Moyen Âge Occidental* o fascículo dedicado às Inscrições Medievais. Trata-se de um texto que marca de forma indelével os estudos de Epigrafia Medieval, onde Robert Favreau teve oportunidade de salientar que a Epigrafia, ramo da Paleografia (entendida no sentido lato de ciência da escrita), deve ser individualizada da Diplomática:

“Partie intégrante de la paléographie, l'épigraphie se distingue fondamentalement de la diplomatique. Les inscriptions médiévales n'ont pas pour but de fonder des droits, d'établir des actes de nature juridique, des contrats entre des parties, des pièces ayant une valeur déterminée dans le temps. Elles ne constituent pas des «archives», des sources documentaires. (...) G. Battelli reconnaissait, en 1939, une «finalité» particulière à l'épigraphie, et c'est bien naturellement à partir de cette finalité, de cette originalité, que doit se chercher une définition. (...) J'ai proposé en 1969 de retenir comme éléments fondamentaux d'une définition les notions de publicité et de durée. Ces notions ressortent immédiatement de l'aspect des inscriptions: celles-ci sont habituellement écrites sur une matière durable afin d'assurer la durée de l'information qu'elles transmettent, et elles sont généralement rédigées en lettres capitales – ou en lettres minuscules non liées – afin d'être lues de façon claire, même de loin. (...) On pourrait donc proposer

e da Insc. N.º 298, de 1228, do Mosteiro de St.ª Cruz, que petrifica o diploma de Sagração assinado por D. João de Abbeville, Cardeal-Bispo de Sabine – afastam-se nos seus formulários do domínio típico das epígrafes, apresentando textos que se encontram mais próximos dos domínios da Diplomática. São, assim, e para utilizar a expressão de Robert Favreau, verdadeiras cartas ou documentos lapidares.

pour définition de l'épigraphie: science de ce qui est écrit, sur un monument ou un objet donné, en vue d'une publicité universelle et durable, et en dehors des préoccupations juridiques ou administratives qui sont essentielles dans les actes étudiés par la diplomatique. Il faut reconnaître qu'une définition de l'épigraphie reste malaisée, tant cette science est complexe et à la frontière de plusieurs autres disciplines." (FAVREAU 1979, pp. 14-16).

A propósito dessa fronteira fluida entre a Epigrafia e outras ciências afins, sobretudo a Paleografia, acrescentava ainda Robert Favreau que

"Il semble cependant que le champ propre, la «finalité» de l'épigraphie, la distingue nettement des autres sciences dites «auxiliaires», avec une préoccupation spécifique de publicité et de durée, et conduit l'épigraphiste à recourir à des méthodes particulières de recherche et d'étude." (FAVREAU 1979, p. 16).

Dois anos mais tarde, por ocasião de uma mesa-redonda precisamente subordinada ao tema das relações entre Epigrafia e Paleografia, o mesmo autor haveria de subscrever posição semelhante:

"L'épigraphie fait évidemment partie du domaine large de la paléographie. Elle doit aujourd'hui, en ce domaine, être comprise sous l'angle le plus large: déchiffrement, datation et localisation des textes, mais aussi histoire de l'écriture et de la culture." (FAVREAU 1981(b), p. 269).

As reflexões de Robert Favreau marcam um ponto de viragem na concepção de "epigrafia" e de "epígrafe". No entanto, poderemos atender apenas aos conceitos de publicidade e de durabilidade para definir o que é, ou não é, uma epígrafe? Julgamos que, sem colocar em causa a validade e a actualidade das suas reflexões, estes dois conceitos por si só não serão suficientes para definirmos o que se pode entender realmente por "epígrafe". É importante reter que a diferença fundamental se pode detectar entre a Epigrafia e a Diplomática e não propriamente entre a Epigrafia e a Paleografia. É essa diferença que nos permite remeter as "pizarras" visigóticas para domínios dessa ciência. No entanto, julgamos que utilizando apenas os conceitos de durabilidade ou perenidade e de publicidade restam ainda alguns documentos que verdadeiramente não pertencem aos domínios da Epigrafia. Deveremos, talvez, reter junto desses dois critérios um terceiro, cuja importância já foi realçada por Jean Mallon e Jacques Stiennon: a presença, ou ausência, da cursividade das letras, típicas do *ductus* de quem escreve com tinta. Na realidade, poderíamos dizer que, fruto de diversas circunstâncias – desde a necessidade de publicitar, de forma clara e sintética, uma mensagem, até aos próprios processos técnicos de criação de uma inscrição – a Epigrafia abdica da utilização natural das letras cursivas. Efectivamente, não podemos dizer que a Epigrafia se socorre

apenas de letras capitais ou maiúsculas. É bem conhecido o caso do alfabeto Gótico Anguloso, ou Alemão, que se impõe entre nós desde os finais da primeira década do Séc. XV, e onde a predominância recaiu sobre as letras minúsculas. Mas podemos dizer, com maioria de razão, que a Epigrafia evita o carácter cursivo da escrita, que ocorre com naturalidade nos textos escritos com pena ou cálamo e tinta e nos textos gravados com ponta seca sobre superfícies flexíveis ou de fraca dureza (recordemos os casos do xisto, das placas de chumbo e das placas de cera). A própria circunstância de as epígrafes serem gravadas ou esculpidas em processos lentos e pausados, onde as letras se vão sucedendo a um ritmo vagaroso, por vezes materializando uma *ordinatio* pré-concebida, leva a que o seu criador abdique da cursividade¹².

Ora, se acrescentarmos esta terceira dimensão aos dois conceitos enunciados por Robert Favreau poderemos afastar dos domínios da Epigrafia o último grupo de documentos escritos que ainda permaneceriam da “área” da Epigrafia quando aplicados os conceitos de publicidade e durabilidade. Referimo-nos aos grafitos, em que a Idade Média foi pródiga em nos deixar curiosos testemunhos¹³. No caso dos grafitos exclusivamente figurativos, a sua distinção do âmbito da Epigrafia já não deixava, obviamente, lugar a dúvidas. Mas no caso dos grafitos de texto, onde encontramos mensagens de mais diversa índole, a separação não era particularmente clara¹⁴. É certo que havia uma vontade ou necessidade de publicidade e de notariade por parte de quem os criou. Por outro lado, a técnica e o suporte do grafito implicam muitas vezes a noção de durabilidade nesses registos. No entanto, quer pelos seus conteúdos, quer pelo

¹² O que não impede que, como Jean Mallon demonstrou a propósito do epitáfio de Rogata, por vezes a cursividade do alfabeto da minuta não exerça alguma influência no traçado final das letras da epígrafe. No entanto, o facto de podermos encontrar numa inscrição um alfabeto que é influenciado pela cursividade de uma minuta é uma situação bem diferente de termos um alfabeto cursivo.

¹³ Para apenas referirmos casos ibéricos, poderíamos citar os estudos recentemente desenvolvidos na zona da Catalunha no âmbito do Centre de Documentació d’Art Medieval da Universidade Autònoma de Barcelona (CDAM-UAB), que desde 1980 empreendeu o registo sistemático e o estudo dos grafitos catalães. Aos membros desse Centro pertencem algumas das reflexões metodológicas mais recentes. No caso de Portugal, conhecemos diversos exemplos de grafitos medievais e modernos, alguns de complexa realização, que permanecem inéditos e sobre os quais pensamos vir a debruçarmo-nos em breve.

¹⁴ A designação “grafito” deriva do italiano “*graffito*”, e reflecte directamente a técnica de gravar a traço pouco profundo. Grafitado é, neste sentido, sinónimo de algo que é gravado superficialmente. Há, no entanto, múltiplos casos de grafitos que não foram gravados mas sim desenhados (a carvão ou a grafite) ou pintados (nomeadamente a ocre ou com outras cores). O grafito pode ainda ser individualizado como algo que é desenhado, pintado ou gravado superficialmente sobre um suporte que, à partida, não estaria destinado a recebê-lo, e que é fruto de uma vontade individual, expressa em circunstâncias (tempo e lugar) particulares. Deste modo, o conceito de “grafito” envolve uma enorme diversidade de situações: ao nível de suporte (pode ser registado sobre paredes, directamente nos silhares ou nas argamassas, sobre afloramentos rochosos, em cerâmicas, etc), de técnica (pode ser gravado, desenhado ou pintado), e de tema (pode ser figurativo ou apresentar texto, pode ser apotropaico ou não, pode resumir-se a um nome ou data ou pode transmitir mensagens mais extensas, etc.). Sobre o conceito de grafito veja-se, entre outros, FERRAN I GOMEZ e ROIG I DEU-LOFEU 1985, pp. 223-225 e, dos membros do CDAM-UAB, CARBONELL I ESTELLER *et alii* 1981, pp. 278-282.

processo de criação, tantas vezes espontâneo, quer ainda no que respeita à sua paleografia, marcada pela presença da cursividade, julgamos que estes testemunhos devem ser equacionados noutra área que não a da Epigrafia. Poderíamos, assim, afastar dos domínios da nossa dissertação casos como os grafitos da Capela dos Ferreiros, anexa à Igreja de Oliveira do Hospital, onde em diversos pontos do altar gótico, lavrado em calcário, se grafitaram no séc. XV, em época posterior à sua feitura, pequenas legendas identificando as imagens e, ao centro, coroando a Virgem com o Menino, a legenda devocional

D(eu)S HE G(r)aNDE.

O mesmo sucedeu com as estátuas jacentes de Domingos Joanes e de sua mulher Domingas Sabachais, que se conservam nessa mesma Capela, que receberam diversos grafitos, de diferentes épocas, muitos hoje ilegíveis, outros que mais não devem ter sido que traços isolados, mas onde nas mangas de cada estátua ainda se conseguem ler os grafitos tardo-medievais que revelavam a identidade de cada um dos defuntos. No jacente masculino lemos sem dificuldade

DOMY(n)GOS / JOHANNES

enquanto que no jacente feminino se grafitou

DOMYNGAS / SABACHAES

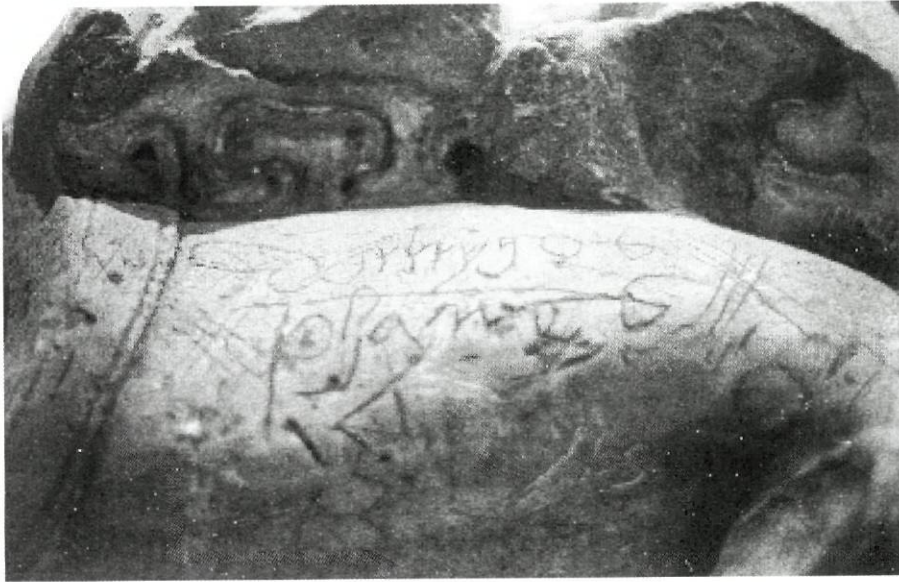
(Cf. Est. I, N.^{os} 1 e 2).

Podemos atribuir estes grafitos ao Século XV, atendendo às suas características paleográficas.

Poderíamos, igualmente, excluir os grafitos do castelo de Olivença, realizados no séc. XV, quando a fortificação ainda era portuguesa, e onde encontramos legendas grafitadas nos estuques e desenhos, alguns mostrando barcos, outros soldados, num caso com uma personagem feminina portadora de um estandarte triangular com as Quinas, de notável sabor medieval. O mesmo se diga dos grafitos do Mosteiro da Batalha, muitos de desenho mas outros com legendas em letra do séc. XV. Ou, por fim, a legenda grafitada, em letra visigótica de transição (para utilizarmos a nomenclatura estabelecida por Maria José Azevedo Santos – SANTOS M.J.A. 1988, p. 116 e ss.), registada no ábaco de um capitel românico que se conserva fragmentado e avulso no Claustro do Mosteiro de Lorvão¹⁵. Foi este o critério que seguimos na realização do *Corpus*

¹⁵ Todos os casos referidos, desde os grafitos da Capela dos Ferreiros, aos grafitos do Castelo de Olivença, do Mosteiro da Batalha, e do capitel românico do Mosteiro de Lorvão, chegaram até aos nossos dias inéditos. Conhecemos ainda outros grafitos medievais em Portugal, mas apenas com desenho, como seja o caso do *Agnus Dei* de Ermida de Paiva (cf. LACERDA 1919, p. 63 e Est. junto à p. 78), dos canídeos da Igreja de S. Salvador do Castelo de Ansiães e do Mosteiro de Paderne (cf. ALMEIDA C.A.F. 1978, vol. II, p. 41 e Est. XI, N.º 6 e XII, N.º 1) ou da cena com dois peões e um cavaleiro que se pode admirar na parede Sul da Igreja de Bravães (ALMEIDA C.A.F. 1978, vol. II, p. 41 e Est. XII, N.º 2). Acrescentemos, por fim, que o Túmulo de Cristo, escultura gótica do último quartel do Séc. XIV procedente do Mosteiro de St.ª Clara-a-Velha (Coimbra), e que hoje é pertença da colecção do Museu Nacional Machado de Castro (MNM, Inv. N.º 851), apresenta igualmente diversos grafitos.

Est. I



1



2

epigráfico, excluindo todos os grafitos com uma única excepção – quando contemplamos o desaparecido grafito do Castelo de Leiria, de 1342, que pelo seu conteúdo nos parece merecer figurar no conjunto epigráfico (cf. Insc. N.º 600).

Para além dos grafitos, encontramos um outro tipo de legendas que, apesar de serem registadas em suportes perenes, destinadas a publicitar uma mensagem – portanto buscando publicidade e durabilidade, os dois conceitos caros a Robert Favreau para definir “epígrafe” – não devem ser incluídas dentro do âmbito da Epigrafia. Referimo-nos aos casos das legendas em moedas e selos, cujo estudo deve ser acometido às respectivas ciências, a Numismática e a Sigilografia. Poderíamos, à partida, defender que à noção de Epigrafia acima enunciada se deveria ainda acrescentar uma nova dimensão: a do carácter irrepitível do acto epigráfico. Isto é, a Epigrafia apenas deveria estudar os letreiros que são individuais e únicos, e não aqueles que são fruto de trabalho repetitivo. Uma epígrafe seria sempre um exemplar único, criado por um processo não-mecânico, não sendo possível a existência de dois exemplares exactamente iguais. Afastaríamos, assim, os produtos da cunhagem – as moedas – e da impressão – os selos – onde uma mesma matriz pode dar origem a inúmeros originais idênticos (embora nunca rigorosamente iguais). No entanto, devemos sublinhar que esta nova nuance na definição de epígrafe não iria retirar do âmbito da Epigrafia os cunhos monetários ou as matrizes sigilares, já que quer uns quer outros são abertos por processos artesanais, e portanto constituem sempre exemplares únicos. Será, assim, mais correcto acrescentar, simplesmente, que as legendas das moedas (quer no seu produto final, as numismas, quer na fase inicial, nos cunhos monetários) devem ser estudadas pela Numismática, e que à Sigilografia ou Esfragística compete o estudo das legendas dos selos e das matrizes sigilares (cf. FAVREAU 1969, p. 397; FAVREAU 1979, p. 13).

A definição do conceito de “epígrafe”, ensaiada ao longo das páginas precedentes, não visou a criação de barreiras estanques entre as diferentes ciências que se ocupam da escrita e dos seus produtos. Não foi essa a nossa intenção, até porque os contributos das diferentes áreas apenas tornam mais rica a abordagem de cada uma. No entanto, ela revela-se importante para definir o âmbito contemplado na construção do *Corpus Epigráfico* que, não temos problemas em afirmá-lo, constituiu o principal objectivo da nossa dissertação – ou pelo menos, foi a etapa que mais energia e tempo consumiu. Nesse *Corpus* iremos encontrar uma ilustração da enorme diversidade que, ainda assim, depois de devidamente definido, o conceito de “epígrafe” encerra. Diversidade de suportes, de conteúdos, de tipos, de motivações. Nele encontraremos inscrições em lápides e em silhares (soluções esmagadoramente maioritárias), mas também casos de inscrições registadas em tampas de sepultura, em sarcófagos, em estelas, em

tímpanos, em lintéis, em pilares, em aduelas, em modilhões, em capitéis ou em impostas, em mesas ou em pés-de-altar, em lâminas de bronze ou em sinos, em objectos litúrgicos e em imagens devocionais, em simples rochedos, etc. Por outro lado, e no que respeita aos conteúdos, certamente que os epítáfios serão o grupo predominante, mas não podemos deixar de assinalar as inscrições monumentais, comemorativas de eventos religiosos (nomeadamente a Fundação, Dedicção ou Sagração de templos), de reformas arquitectónicas nos mais diversos tipos de construções, de obras de iniciativa régia (nomeadamente ao nível das obras públicas e das estruturas defensivas, urbanas ou castelares) ou de iniciativa de particulares, de eventos militares ou políticos marcantes, até às simples legendas, mensagens pias ou divisas pessoais. Assim, poderíamos dizer que o nosso *Corpus* abrange todos os documentos que podem ser englobados dentro do conceito de epígrafe que temos vindo a definir, com a diversidade inerente. Abrimos uma única excepção, ao não incluirmos as inscrições registadas em objectos quotidianos, de resto à semelhança do que outros autores antes de nós fizeram¹⁶.

No entanto, e como sublinhámos logo no início deste capítulo, o conceito de “epígrafe” não deve ser confundido com o conceito de “Epigrafia”. Na realidade, não é hoje possível, nem sequer legítimo, definir uma ciência – a Epigrafia – apenas por via da definição do seu objecto de estudo – a epígrafe. E, no entanto, de forma algo surpreendente, todos quantos num passado recente se debruçaram sobre estes problemas teóricos parecem ter ficado satisfeitos com a discussão e a definição do objecto de estudo da ciência, não realizando grandes incursões nos domínios da especificidade da própria ciência. Não é nossa intenção aventurarmo-nos nesses domínios epistemológicos, para os quais nem sequer estamos particularmente motivados. Mas não podemos deixar de sublinhar a sua importância, nomeadamente no que concerne à definição da especificidade do método de investigação, precisamente uma das alíneas que, juntamente com a definição do objecto de estudo, pode ajudar a definir a personalidade de uma ciência na área das Humanísticas (onde a formulação de Leis será sempre muito difícil de alcançar).

À semelhança do que aconteceu com a Paleografia, também a Epigrafia começou por ser, de início, uma simples técnica de leitura de documentos escritos e de validação da sua autenticidade. Ou seja, o que preocupava Paleógrafos e Epigrafistas nos primeiros tempos era, por um lado, a possibilidade de terem acesso à informação escrita

¹⁶ Também José d’Encarnação, quando tratou das *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, optou por deixar de parte as inscrições em objectos quotidianos (*instrumentum*), assim como as legendas monetárias: “*Salvo um caso particular, excluimos todos os dados referentes a instrumentum e a legendas monetárias (do âmbito da numismática)*.” (ENCARNAÇÃO J. 1984, vol. I, p. 9).

contida nos documentos (desenvolvendo-se, assim, as técnicas de leitura e de interpretação) e, por outro lado, assegurar que se tratava de documento coevo e legítimo (o que conduziu ao desenvolvimento da crítica interna do documento). A principal missão da Epigrafia, tal como acontecia com a Paleografia, seria, assim, a de colocar à disposição dos Historiadores novos dados e documentos para enriquecimento do discurso histórico. O que, para utilizar as palavras de Francisco Gimeno Blay, escritas a pensar na Paleografia, conferiria à Epigrafia um estatuto de ciência auxiliar da História:

“Las ciencias auxiliares de la historia han sido definidas en infinidad de ocasiones por distintos teóricos del conocimiento histórico. Casi todos ellos coinciden en la idea de que las “ciencias auxiliares” son aquellas partes del saber que preparan el conocimiento, lo disciplinan y ordenan. (...) la casi totalidad de teóricos comparten la idea de que la funcionalidad de las “ciencias auxiliares” es la de preparar el camino del conocimiento histórico realizando una crítica erudita sobre las fuentes necesarias para el historiador. Serán, como dice Pierre Vilar, necesarias pero no suficientes, puesto que no nos acercan al conocimiento de una realidad pasada, simplemente nos ofrecen la posibilidad de realizar una crítica empírica a fin de que el historiador pueda utilizar correctamente las fuentes históricas necesarias para su investigación.” (GIMENO BLAY 1986, p. 9).

Não nos apoquentam muito que se coloque o rótulo de “ciência auxiliar da História” à Epigrafia, como não nos afecta em nada que alguns insistam em classificar do mesmo modo a Arqueologia. Afinal são tudo ciências de um ramo mais vasto, o das Ciências Históricas. Ora, se quando um Historiador utiliza uma fonte documental está a transformar a Paleografia, a Diplomática ou a Epigrafia em ciências auxiliares do seu discurso histórico, o mesmo não se poderá dizer quando um epigrafista ou um paleógrafo utiliza dados históricos para enquadrar ou enriquecer o seu discurso? O arqueólogo medievalista, ao enquadrar os dados das suas investigações e escavações com elementos históricos, epigráficos ou documentais, não estará igualmente a adoptar essas ciências como “ciências auxiliares” do seu discurso? A evolução do saber conduziu a uma especialização crescente, pelo que é natural a proliferação de diferentes disciplinas. No entanto, a mesma evolução do saber que conduziu a essa especialização obriga igualmente a uma crescente interdisciplinaridade. É hoje difícil construir um discurso histórico sem se atender aos contributos de inúmeros ramos do saber.

“(…) hay que señalar la naturaleza relativa del concepto “disciplinas históricas auxiliares”. En una interpretación amplia, toda disciplina cuyos resultados o métodos son usados por el historiador en su investigación puede ser llamada auxiliar. La necesidad de integración de la ciencia, de la que somos cada vez más conscientes, explica el hecho de que la ciencia se convierta en un conjunto de disciplinas interrelacionadas que se ayudan entre si, de forma que cada disciplina

sea auxiliar en relación com alguna otra disciplina.” (Jerzy Topolsky, cit. in GIMENO BLAY 1986, p. 10).

Se é um facto que, a cada momento e de acordo com as situações, uma ciência se pode converter em ciência auxiliar de outra, há que ressaltar, no entanto, que parece justo distinguir dois níveis dentro do conceito de “ciência auxiliar”. Um primeiro estágio, onde a disciplina se limita realmente a interpretar, sistematizar e fornecer elementos para a História. Foi a situação dominante nos primeiros tempos, do séc. XVI ao Séc. XIX, certamente que com um grau crescente de erudição e de eficácia, mas onde a Epigrafia não possuía um método próprio e um objecto de estudo próprio. Uma segunda fase, cujos primeiros sintomas se podem colocar nos finais do Séc. XIX, mas que apenas se desenvolvem decididamente com a nossa centúria, quando a Epigrafia passa a contar com metodologia de trabalho própria e com uma área específica de conhecimento a desenvolver e sistematizar. Diríamos que na primeira fase o epigrafista se contentava em ler e interpretar o documento epigráfico, quedando-se pelo primeiro patamar da investigação. Nessa fase a Epigrafia não passava de uma técnica de leitura e de deciframento. Com a segunda fase, o epigrafista passou a preocupar-se igualmente com os aspectos internos da sua própria ciência, procurando retirar da epígrafe todos os elementos possíveis (técnicos, paleográficos, históricos, culturais, etc.). É o momento em que a Epigrafia se afirma como uma das ciências que ajuda a escrever a História da Escrita.

Não pode deixar de ser significativo que os primeiros manuais de Epigrafia ignorem os aspectos internos da disciplina. Analise-se, por exemplo, a estrutura do Manual de René Cagnat (redigido primeiro em 1884-85, com a 4.^a edição, revista, datada de 1914): uma primeira parte consagrada aos problemas paleográficos, uma segunda parte abordando problemas internos (Onomástica, *Cursus Honorum*, Nome e Títulos dos Imperadores), e uma terceira parte dedicada à classificação das inscrições (tendo em atenção a função e o suporte ou forma), concluindo com um “capítulo complementar” para abordar as questões, sempre delicadas, de restituição de inscrições mutiladas e de crítica interna (cf. CAGNAT R. 1914). Respeitante aos aspectos externos da epígrafe apenas encontramos a primeira parte, e mesmo esta perspectivada no sentido da validação da autenticidade do documento e da sua datação relativa. No entanto, nem um capítulo sobre as várias etapas da criação de uma inscrição, sobre os aspectos técnicos da sua realização, sobre a autoria da inscrição ou sobre o contributo que se pode esperar da Epigrafia para a História da Escrita. Estes são aspectos para os quais os epigrafistas apenas aprenderam a dar atenção com os estudos de Jean Mallon (MALLON 1952; MALLON 1986) ou, no espaço ibérico, a partir de Joaquín Maria de Navascués y de Juan (NAVASCUÉS Y DE JUAN e GOMEZ MORENO 1953). Reflexões que, para o caso específico da Epigrafia Medieval, seriam aprofundadas e sistematizadas por Robert Favreau (FAVREAU 1979).

Joaquín Maria de Navascués y de Juan teve oportunidade de sublinhar, no seu Discurso de admissão à Real Academia de la História, em 1953, como o itinerário dos estudos epigráficos havia conduzido a uma estranha situação:

“... se ha ido derechamente a la exploración del contenido textual de los letreros, relegando el interés de su escritura y de las materias que la contienen a un lugar secundario ...” (NAVASCUÉS Y DE JUAN e GOMEZ MORENO 1953, p. 24),

concluindo:

“El hecho es que en el concepto clásico de la Epigrafía es ésta una ciencia sin objeto propio.” (NAVASCUÉS Y DE JUAN e GOMEZ MORENO 1953, p. 31).

Ou seja, quase paradoxalmente, a Epigrafia esqueceu durante muito tempo as epígrafes. Ora, é precisamente no estudo exaustivo das epígrafes, perspectivadas enquanto documentos escritos com características peculiares, e portanto susceptíveis de fornecerem informações que outros documentos não estão aptos a fazer, e ao desenvolver metodologias próprias para esse estudo, que a Epigrafia pode ascender a um estatuto superior, deixando de ser uma técnica para passar a ser uma ciência. Como este autor sublinhou

“La inscripción es, (...) como todo escrito, un cuerpo físico en el cual se funden en un solo ser la escritura y su soporte, el cual es a su vez la expresión plástica de un lenguaje y de un pensamiento. De onde resulta que, como en todo escrito, en la ejecución de una inscripción intervienen estos factores: un factor intelectual, el pensamiento humano, en el que radica el origen de la inscripción; un factor lingüístico, por el que el pensamiento adquiere su expresión verbal; un factor psicológico, en virtud del cual intervienen la voluntad con el propósito de confiar a la escritura aquel pensamiento y la intención con que se quiere escribir; y, finalmente, unos factores físicos, que son la escritura y su soporte, los cuales entrañan un complejo de realidades sensibles determinadas en parte por la intención con que se escribe y en parte por las necesidades de la ejecución.” (NAVASCUÉS Y DE JUAN e GOMEZ MORENO 1953, p. 66).

E, procurando sistematizar, acrescentava:

“... en toda inscripción hay dos grupos de elementos. Unos son los externos, los que constituyen la forma física, la escritura y la materia, los cuales, fundidos en un solo ser, son un producto real de la cultura humana. Los otros elementos son los internos, contenidos en el texto de la escritura, el lenguaje y el pensamiento, sin otra realidad que la de los elementos externos, los cuales son su medio expresivo. Esta distinción entre la forma y su contenido es sustancial, a mi juicio, para ampliar el concepto de la Epigrafía de modo que sistemáticamente se

incluyan en él los elementos externos de las inscripciones.” (NAVASCUÉS Y DE JUAN e GOMEZ MORENO 1953, p. 67).

Assim, poderíamos concluir que a Epigrafia atinge o seu estado de maioridade quando, a partir dos meados do Séc. XX, compreende que deve explorar todos os aspectos externos dos seus documentos, sistematizando-os e retirando deles toda a informação que, para além da mensagem óbvia e evidente que está contida no seu texto, eles podem fornecer para a História.

É precisamente por esses elementos externos que começaremos a abordagem, necessariamente sintética, dos elementos que o *Corpus Epigráfico* nos faculta e sugere. Procuraremos seguir um percurso lógico, partindo de aspectos de enquadramento para chegarmos à epígrafe e depois ao seu conteúdo.

CAPÍTULO II

DISTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS E CRONOLÓGICAS

Analisemos agora alguns aspectos conjunturais que se podem detectar a partir da massa documental reunida no *Corpus*, nomeadamente ao nível cronológico e de distribuição geográfica.

O nosso *Corpus* Epigráfico comporta 759 inscrições, repartidas entre os anos de 862 (?) e 1422, mais duas epígrafes posteriores a 1422 mas que, porque foram iniciadas antes da mudança da Era decretada por D. João I nesse ano, continuam a utilizar a Era Hispânica como sistema de datação. Poder-se-á considerar que este total de 761 inscrições se revela relativamente modesto se comparado com épocas mais recuadas, nomeadamente com o universo das inscrições romanas. Efectivamente, José d'Encarnação teve oportunidade de inventariar, apenas para o *Conventus Pacensis*, um total de 680 inscrições romanas (cf. ENCARNAÇÃO J. 1984). Se compararmos esse número com o total nacional obtido para o período de 862-1422 somos obrigados a reconhecer que a situação é, numericamente, bastante mais modesta. Esta perspectiva sai claramente reforçada se compararmos o número total de inscrições numa e noutra época apenas dentro da área do *Conventus Pacensis*, ou seja, grosso modo na zona de Portugal a Sul do rio Tejo. Assim, face às 680 inscrições romanas inventariadas por José d'Encarnação até 1984, encontramos apenas 88 inscrições medievais posteriores a 862. Deveríamos, ainda, ponderar outro factor que torna ainda mais significativa a diferença numérica entre os dois universos epigráficos: é que o período medieval considerado é, cronologicamente, cerca de duas vezes mais extenso que o romano. A situação, no entanto, não é surpreendente já que, conforme diversos autores tiveram ocasião de sublinhar, verifica-se um forte contraste entre o número de inscrições romanas conhecidas e o número de epígrafes de épocas posteriores. Robert Favreau refere a estimativa de existência de mais de 300.000 inscrições pagãs na área do Império contra apenas 45 a 50.000 inscrições cristãs compreendidas entre os sécs. II e VII (FAVREAU 1979, p. 18; valores tb. apresentados no DACL, vol. VII, t. 1, cols. 623 e 707). Portanto, uma

proporção de 7 para 1 ou de 6 para 1. Se compararmos os valores encontrados por José Vives em relação ao espaço peninsular, teremos cerca de 6800 inscrições romanas (VIVES 1971-72) contra 593 inscrições paleocristãs (VIVES 1969), ou seja, uma proporção de 11,4 para 1, ainda mais significativa. No entanto, o próprio P.^e José Vives referia, em artigo do Dicionário de História Eclesiástica de Espanha, que “*Tenemos más de 7.000 textos romanos de los siglos I-IV, mientras que no llegarán a 1.000 los de los cristianos de los siglos IV-XII*” (DHEE 1972, s.v. “Epigrafia Cristiana”, vol. II, p. 796). Deste modo, o valor encontrado na área a Sul do Tejo para a Baixa Idade Média, na ordem de 7,7 para 1, não anda muito arredado dessa realidade.

Há, no entanto, um enorme desfasamento cronológico entre essas duas grandes séries epigráficas, que é preenchido com a Epigrafia Cristã ou Paleocristã, que continua a carecer em Portugal de uma síntese actualizada. As que foram ensaiadas por Emílio Hübner (1871 e 1900), por Miguel de Oliveira (1941) ou, mais recentemente, por José Vives (1969), mereciam um estudo aprofundado, com actualização de inventários e de leituras. Apesar de não pertencerem ao período cronológico que definimos para a nossa dissertação, procedemos a um levantamento das inscrições paleocristãs portuguesas tendo em vista traçar um panorama da realidade epigráfica do território actualmente português nesse momento decisivo da Alta Idade Média. Estamos conscientes de que esse esforço de inventariação, que foi empreendido à margem dos objectivos centrais que nortearam a nossa investigação, pode ter deixado de lado alguns exemplos. No entanto, não podemos deixar de sublinhar que ele permitiu o arrolamento de 116 inscrições na área portuguesa, contra as 52 inscrições referidas por Emílio Hübner (1871 e 1900), as 48 epígrafes reunidas pelo P.^e Miguel de Oliveira (1941) e as 77 inventariadas pelo P.^e José Vives (1969) para a mesma área e época. Julgamos, portanto, que, apesar das limitações que somos os primeiros a reconhecer, este inventário se revela mais próximo da realidade que as clássicas séries onde os historiadores costumam ir buscar as suas informações. O resultado desse esforço de inventariação, com a respectiva cartografia, consta do Anexo 1, incluído no 3.º volume desta dissertação. A série epigráfica paleocristã inaugura-se, entre nós, com o epitáfio de *Donata*, de 5 de Julho de 465, aparecido em Mértola e hoje infelizmente de paradeiro desconhecido. Julgamos que o exemplo mais tardio com datação expressa é o epitáfio do clérigo *Adulteus*, de 11 de Janeiro de 729, dezoito anos posterior à Invasão Muçulmana, aparecido em Tavira e hoje integrado na colecção do MNAE (cf. respectivamente Inscs, N.º 1 e N.º 72 do Anexo 1). Entre um e outro epitáfio, e incluindo os exemplos sem datação expressa, possuímos mais 114 epígrafes, num total de 116 exemplares. Em face dos dados coligidos não é difícil compreender que, também em Portugal, o corte drástico no volume de inscrições conhecidas coincide precisamente com o advento do

Cristianismo e os tempos altomedievos. Ou seja, com a queda do Império e o fim do poder fortemente centralizado (o que se traduz na quebra drástica do número de inscrições honoríficas e monumentais, fruto de encomendas do Estado), e com a adopção de uma nova religião (que por sua vez se traduz numa quebra do número de inscrições votivas e numa redução significativa do número de epitáfios, agora cada vez mais apenas acessíveis a determinados estratos sociais). De resto, nem seria de esperar outro panorama. Na sua esmagadora maioria, as inscrições paleocristãs portuguesas encontram-se localizadas a Sul do Tejo, uma zona mais intensamente romanizada e onde os valores culturais autóctones se fizeram sentir com menos personalidade (**Mapa 1**). Não deixa de ser impressionante registarmos que para a zona a Norte do Tejo se conhecem apenas 21 inscrições paleocristãs (já incluindo nesta contagem as três epígrafes de Dume, de existência duvidosa): as Inscs. N.^{os} 17, 32, 35, 36, 52, 53, 54, 56, 58, 60, 61, 66, 68, 70, 94, 95, 96, 110, 111, 112 e 116 do nosso Anexo 1. Assim, a zona a Norte do rio Tejo representa apenas 18 % do universo epigráfico paleocristão português. A cartografia obtida a partir dos elementos inventariados (**Mapa 1**) revela-se, a este título, perfeitamente elucidativa, expressando bem o enorme peso da zona alentejana. De resto, se nas inscrições conhecidas a Norte do Tejo retirarmos as epígrafes procedentes de Conimbriga (N.^{os} 17, 35, 36, 94, 95, 96), dos arredores de Lisboa (N.^{os} 68, 111, 112) ou do aro urbano de Braga (N.^{os} 52, 53, 54, 61), ou seja, aquelas que se ligam a centros urbanos, podemos facilmente verificar como os testemunhos da cristianização dos meios rurais, sobretudo os do Norte e Centro de Portugal, reflectem um processo de evangelização numa fase relativamente tardia, em boa parte posterior ao esforço de S. Martinho de Dume. É o que nos revela a Insc. N.^o 56, de 586, procedente de Vide (Rua, Moimenta da Beira), a Insc. N.^o 58, de 588, oriunda de Arcas (Sever, Moimenta da Beira), a Insc. N.^o 60, datada de 616, aparecida em Oleiros (Mosteiro, Castelo Branco), a Insc. N.^o 66, de 634, recolhida em Prado (S. Martinho do Peso, Mogadouro) e a Insc. N.^o 70, de 666, que se conserva em St.^a Maria de Açores (Celorico da Beira).

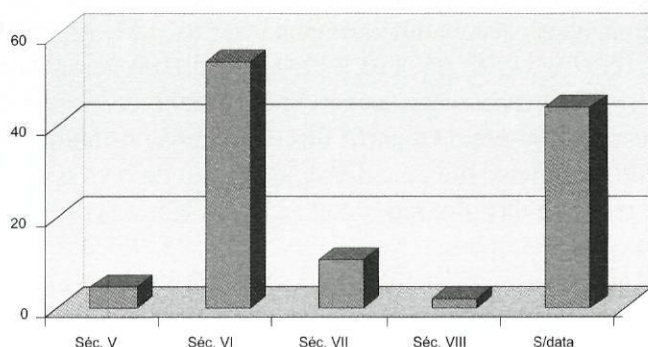
De entre as múltiplas perspectivas que a série epigráfica paleocristã nos revela não podem deixar de ser assinalados três aspectos.

Primeiro, a esmagadora predominância de epitáfios (compreendendo 107 exemplos entre um total de 116, ou seja, 92,24 %). Exceptuando os dois casos dumienses de pretensas inscrições versificadas, que provavelmente nunca existiram (Inscs. N.^{os} 52 e 53 do Anexo 1), e as inscrições registadas em objectos (nomeadamente em cabos de patenas), quase poderíamos dizer que a Epigrafia Paleocristã é, na área actualmente portuguesa, composta por epitáfios. O peso esmagador que os epitáfios representam neste universo epigráfico não pode deixar de traduzir, primeiro, o facto de a personalização do túmulo, com a apresentação de elementos cronológicos precisos, passar a ser

fundamental no quadro da nova religião (um aspecto que constitui novidade radical no panorama mediterrânico, já que os epitáfios pagãos são, por excelência, não datados)¹⁷.

Um segundo aspecto que gostaríamos de sublinhar prende-se com a grande concentração dos epitáfios ao longo do séc. VI. Se tomarmos apenas em linha de conta as inscrições com datação segura e expressa, verificamos que se conhecem 72 casos pertencentes aos sécs. V a VIII, dos quais 54 cabem ao séc. VI¹⁸. O quadro geral da sua distribuição por centúrias parece ser igualmente elucidativo.

Séc. V	5	4,31 %
Séc. VI	54	46,55 %
Séc. VII	11	9,49 %
Séc. VIII	2	1,72 %
s/datação	44	37,93 %
TOTAL	116	100 %



Por fim, um terceiro aspecto, já sobejamente conhecido, prende-se com o caso singular de Mértola. A colecção epigráfica paleocristã portuguesa deve a esta vila alentejana um total de 56 exemplos, ou seja, 48,28% das inscrições conhecidas¹⁹, na sua

¹⁷ Um dos aspectos contrastantes entre as inscrições romanas e as inscrições medievais é o peso extraordinário que os elementos cronológicos adquirem nesta última série. Na realidade, a maioria das inscrições romanas não apresenta cronologias precisas, o que leva a que, por exemplo, as colectâneas sejam sobretudo organizadas por critérios geográficos (vd., por exemplo, CIL, ILER ou IRCP). Pelo contrário, as inscrições cristãs, desde a série das epígrafes paleocristãs até às epígrafes tardo-medievais, reflectem quase sempre cronologias precisas, o que permite que, legitimamente, os inventários sejam organizados por critérios cronológicos, preferíveis aos critérios geográficos.

¹⁸ Paul Deschamps, seguindo Edmond Le Blant, já havia registado igualmente que, em relação às inscrições merovíngias, “*les inscriptions chrétiennes du VII^e siècle étaient moins nombreuses que celles du VI^e siècle*”, acrescentando ainda que “*les inscriptions appartenant aux deux premiers tiers du VII^e siècle sont rares*” (DESCHAMPS 1929, p. 12).

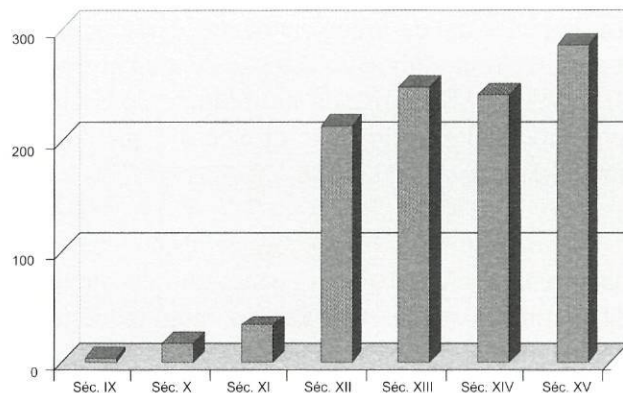
¹⁹ No Catálogo do Núcleo da Basílica Paleocristã do Museu de Mértola regista-se que a colecção epigráfica desta vila “*ultrapassa as seis dezenas*” de exemplares (TORRES C. 1993(a), p. 3, nota). No entanto, através da bibliografia compulsada apenas conseguimos identificar 56 casos, entre epitáfios completos e fragmentados.

quase totalidade procedentes da área da Basílica Paleocristã do Rossio do Carmo, recentemente musealizada. Este facto transforma Mértola num caso único no nosso País, não só pelo número de epitáfios conhecidos mas também pela qualidade de informação que estes revelam, permitindo acompanhar a organização eclesiástica da sua comunidade cristã (detectando-se já os cargos de presbítero, chantre, subdiácono e ostiário, para além dos religiosos, designação pouco precisa), identificando a presença de elementos vindos do Oriente, nomeadamente gregos (alguns desempenhando funções de certo destaque na hierarquia religiosa), e revelando o primeiro epitáfio judaico conhecido em território português (a Insc. N.º 3 do Anexo 1, datada de 482, que apresenta gravado, em baixo, um *menorah*). Anotemos, apenas, que em termos numéricos o segundo núcleo epigráfico paleocristão é o de Silveirona, com 10 lápides conhecidas, e que na maioria dos casos apenas se conhece uma inscrição procedente de cada local.

Traçado, em linhas genéricas, o panorama epigráfico que antecede o âmbito da nossa dissertação, nas duas perspectivas que nos ocupam agora – ou seja, no que concerne à distribuição geográfica e cronológica – é tempo de avançar com os elementos que nos revela o inventário que empreendemos para o período 862-1422.

Começemos por analisar a evolução geral, repartida por centúrias e englobando, nesta primeira fase, a totalidade das inscrições do séc. XV que inventariámos (e de que apenas constam no nosso *Corpus* as que utilizam a Era Hispânica, portanto ao todo 19 exemplares). O quadro geral obtido é o seguinte:

Séc. IX	2	0,19 %
Séc. X	15	1,46 %
Séc. XI	32	3,11 %
Séc. XII	203	19,73 %
Séc. XIII	249	24,20 %
Séc. XIV	241	23,42 %
Séc. XV	287	27,89 %
TOTAL	1029	100 %



A situação não apresenta grandes divergências em relação ao que se conhece para outras zonas da Europa, onde o período com menor produção epigráfica corresponde, sistematicamente, ao séc. VIII. Robert Favreau registava que

“Il a été partout noté la rareté relative des textes épigraphiques dans la première moitié du VIII^e siècle. Après une brillante reprise aux temps carolingiens, on trouve un autre vide à la suite des invasions normandes en France, de la fin du IX^e au début du X^e siècle, et des invasions sarrasines en Italie, durant la première moitié du X^e. De façon générale, les documents sont rares avant la seconde moitié du X^e siècle. Ils deviennent ensuite de plus en plus abondants à mesure que l’on avance vers les temps modernes.” (FAVREAU 1979, p. 18).

Para a Península Ibérica é evidente que a decadência do número de epígrafes a partir dos inícios do séc. VIII e a ausência de sintomas de recuperação ao longo de toda a centúria e em boa parte ao longo do séc. IX (se não na totalidade do século, pelo menos seguramente na sua primeira metade) não pode deixar de ser articulada com o fim da Monarquia Visigótica e a Invasão Muçulmana de 711. Na realidade, os conturbados tempos do início do processo da Reconquista Cristã compadeceram-se pouco com o florescimento do fenómeno epigráfico, como de resto aconteceu em relação a outros documentos escritos.

No caso português, e tomando apenas as inscrições com data expressa, sublinhemos que há um hiato de mais de um século, entre o ano de 729 (epitáfio de *Adulteus*, Insc. N.º 72 do Anexo 1) e o ano de 862 (?) (Insc. N.º 1 do nosso *Corpus*), no qual não se conhece nenhuma epígrafe cristã. Mesmo se procurarmos completar os elementos com outras séries epigráficas, nomeadamente a Árabe e a Judaica, encontramos apenas um caso que cai dentro desse período, o qual, de resto, oferece motivos para legítimas dúvidas. Trata-se de uma inscrição árabe do Ano da Hégira de 174 (A.D. [790-791]), registada num sinete aparecido em Palmela em 1772, que foi apenas noticiado por Fr. João de Sousa e que hoje é de paradeiro desconhecido (cf. Anexo 2.1, Insc. N.º 1).

Se analisarmos as repartições gerais por centúrias verificamos que o séc. IX apresenta um nível muito baixo – apenas dois exemplares identificados – e que os sécs. X e XI continuam a apresentar valores muito modestos – respectivamente 15 e 32 inscrições –, embora significativamente sempre em número crescente. Ao chegarmos aos fins do séc. XI podemos mesmo dizer que a área geográfica portuguesa tinha recuperado para níveis de produção epigráfica próximos dos do séc. VI, embora ainda algo mais modestos e, o que é importante, com um perfil geográfico muito distinto, o

mesmo se passando ao nível do tipo de inscrições. Na realidade, a geografia das inscrições começa a ser bastante distinta da que se verifica para a Alta Idade Média (Sécs. V a VIII). Como vimos, nestes primeiros séculos, suevo-visigóticos, a mancha epigráfica localizava-se sobretudo a Sul do Tejo, com uma ampla representação em Mértola e com uma concentração igualmente importante em Silveirona, mas com um número significativo de epitáfios dispersos um pouco por todo o Alentejo e Algarve. A Norte do Tejo encontramos pequenas concentrações de epígrafes em torno dos núcleos urbanos de Lisboa, Conimbriga e Braga, e depois uma rarefacção dos testemunhos epigráficos nas zonas rurais, nalguns casos apontando mesmo para cronologias relativamente tardias (séc. VII) (**Mapa 1**). A geografia das inscrições portuguesas dos sécs. IX a XI é bastante distinta deste quadro (**Mapa 3**). Sublinhemos, primeiro, a quase desertificação das áreas a Sul do Tejo (com excepção de Alcácer do Sal, Tavira e Mértola, respectivamente Inscs. N.ºs 2, 9 e 12). Por outro lado, e retirando o invulgar núcleo moçárabe de Faião (Inscs. N.ºs 13 a 17), todas as restantes inscrições conhecidas localizam-se no vale do Mondego ou a Norte deste rio, com um único exemplo a Sul (Lourosa da Serra, Insc. N.º 3), outros localizados imediatamente a Norte do rio (Montemor-o-Velho e Coimbra), alguns dispersos na zona a Norte (Fráguas, Trancoso e Arouca). Todos os restantes exemplos, num total de 33 casos (sobre um universo de 49), localizam-se no Entre-Douro-e-Minho, que era o verdadeiro coração demográfico nos primeiros tempos da Reconquista. Se para os sécs. IX e X a distribuição geográfica se revela menos expressiva, podendo mesmo deixar margem para alguma dúvida (pertencendo ao Entre-Douro-e-Minho apenas 4 exemplos de um total de 17), já com o séc. XI não há sombra de dúvida no que respeita às zonas onde se protagoniza um maior dinamismo epigráfico, e onde se relança definitivamente o registo epigráfico como forma de memorizar eventos ou protagonismos. Na realidade, das 32 inscrições que conseguimos inventariar para o Séc. XI, apenas 3 não pertencem ao Entre-Douro-e-Minho. Ou seja, 90,6% das inscrições do Séc. XI encontram-se no Entre-Douro-e-Minho. Este facto, aliado a muitas outras perspectivas (desde a densidade de vestígios funerários e arquitectónicos pré-românicos, que cada vez mais se vão identificando nesta zona, passando pelo desenvolvimento de uma importante e densa rede castelar, até ao elevado número de fundações monásticas e aos volumes de documentação escrita conhecida, etc.), reforça a ideia que o Entre-Douro-e-Minho é, nesta época, a zona que maior dinamismo apresenta, e onde se irá decidir muito do que será o devir do processo da Reconquista.

O quadro de distribuição de epígrafes por décadas revela-nos que a segunda metade do séc. XI terá sido marcada por uma recuperação significativa dos níveis de registo epigráfico, mas que os finais da centúria e os inícios do séc. XII foram assinalados por nova recessão. Efectivamente, passamos de níveis da ordem das 6 inscrições

por décadas (em 1061-1070 e 1071-1080) para 1 ou 2 epígrafes (nas décadas de 1081-1090, 1091-1100 e 1101-1110). Esta quebra não pode deixar de ser equacionada com a forte pressão Almorávida sobre os territórios cristãos (1086-1111), que se sente a partir do momento em que os Almorávidas conseguem reunificar o poder muçulmano, enfraquecido desde o fim do Califado de Córdoba pela proliferação dos reinos de Taifas. Depois da vitória de Zalaca (1086) sobre as forças de Afonso VI, os Almorávidas empreendem uma série de campanhas militares que voltam a colocar a linha de fronteira a Norte do Tejo, mergulhando o Norte cristão em nova fase de crise. A quebra da produção epigráfica que se regista nesta mudança de centúria deve ser espelho desses tempos difíceis.

Por outro lado, e como referimos, não é apenas ao nível da distribuição geográfica das inscrições que se verificam mudanças entre a Epigrafia Paleocristã e a Epigrafia Medieval. Essas mudanças sentem-se, igualmente, ao nível do teor das próprias epígrafes. Deixamos de ter o peso esmagador dos epitáfios (que, recordemos, representam mais de 92% das inscrições suevo-visigóticas), para começarmos a encontrar um leque mais variado de eventos que são dignos de serem memorizados através de epígrafes. Nas primeiras 49 inscrições do nosso inventário, correspondentes aos sécs. IX a XI, encontramos apenas 15 epitáfios (o que representa 30,6% do total), o que não pode deixar de espelhar uma mudança significativa na natureza do registo epigráfico. Na realidade, a Epigrafia deixa de estar presa aos domínios da Morte, registando preferencialmente a memória individual, como acontecia com a Alta Idade Média, para passar a abarcar domínios mais diversificados. O perfil tipológico que se começa a desenhar logo nestes primeiros tempos de recuperação do fenómeno epigráfico aproxima-se, assim, muito mais do que virá a caracterizar a Epigrafia Medieval nos séculos vindouros, afastando-se radicalmente do universo paleocristão.

O quadro geral que temos vindo a apreciar revela-nos que entre o Séc. XI e o Séc. XII se verifica uma profundíssima mudança no panorama epigráfico nacional. Na realidade, passamos de níveis da ordem das escassas inscrições por centúria (2 no séc. IX, 15 no séc. X e 32 no séc. XI), para a casa das várias centenas. Só para o séc. XII conhecemos e inventariámos 203 epígrafes, que representam um total de 26,68% do to-

²⁰ Julgamos que não é necessário salientar a novidade que este número de inscrições representa. Na realidade, bastará dizer que José Maria Cordeiro de Sousa, no seu pioneiro inventário “Inscrições dos Séculos VIII a XII existentes em Portugal” (SOUSA J.M.C. 1948(a)), reuniu 71 inscrições para os cinco séculos em causa, enquanto que o nosso inventário apresenta, até aos fins do Séc. XII, um total de 252 epígrafes.

tal do nosso Inventário²⁰. Este verdadeiro *boom* epigráfico acompanha, igualmente a situação que se conhece além-Pirinéus, não se revelando particularmente surpreendente. No entanto, devemos salientar que Portugal é, tanto quanto sabemos, o primeiro país que consegue contabilizar valores globais com um mínimo de segurança, já que nenhum outro país possui um inventário exaustivo das suas epígrafes medievais, pelo menos concluído²¹. Poderíamos dizer que, depois da crise dos sécs. VIII e IX, que conduziu a uma interrupção na criação de registos epigráficos, se começa a desenhar a partir de 862 um processo de recuperação, lento mas progressivo. Dentro desse processo de recuperação poderíamos definir três fases:

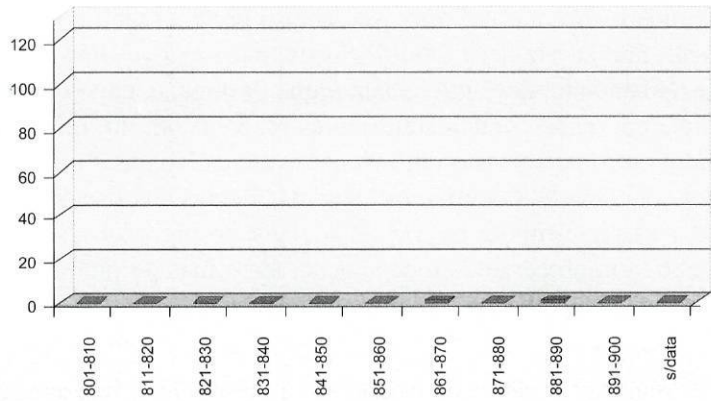
- uma 1.^a Fase, compreendida entre os anos de 862 e 1130, onde se verifica a ocorrência esporádica de inscrições; é mesmo provável que seja legítimo subdividir esta primeira fase em duas sub-fases: uma primeira entre 862 e 1060, com níveis de ocorrência epigráfica muito modestos (na ordem dos 1 a 3 casos por década); uma segunda sub-fase, que se desenrola entre 1061 e 1130, com níveis de ocorrência epigráfica mais significativos, mas que mesmo assim ficam sempre abaixo dos 8 exemplares por década;
- uma 2.^a Fase, compreendida entre os anos de 1131 e de 1161, onde se verifica um novo incremento na ocorrência de inscrições, agora com valores da ordem dos 13 ou 14 exemplares por década, que deveríamos classificar como uma fase intermédia de recuperação e expansão do fenómeno epigráfico;
- por fim, uma 3.^a Fase, que se desenrola a partir de 1161, onde assistimos a um verdadeiro *boom* epigráfico, como o país nunca assistira até então. Atingem-se, então, e com certa regularidade, valores da ordem das duas ou três dezenas de inscrições por década, que podem ser modestos para outras zonas da Europa mais desenvolvida, mas que, no nosso panorama cultural, marcado por uma acentuada pobreza, se revela importante.

A periodização que aqui defendemos encontra comprovação inequívoca na repartição do número de epígrafes por décadas. Tomemos, por agora, o número total das inscrições que inventariámos desde o séc. IX até aos fins do séc. XV (embora como já ressalvámos, apenas apresentemos no nosso *Corpus* as inscrições até 1422).

²¹ Na realidade, vários países possuem inventários em curso – como sejam os casos da França, da Suíça, da Polónia ou da Alemanha – mas em nenhum deles a tarefa foi dada por concluída. Portugal passa a ser, assim, e com as limitações que somos os primeiros a reconhecer, o primeiro país a possuir um *Corpus* Epigráfico para boa parte da sua Idade Média.

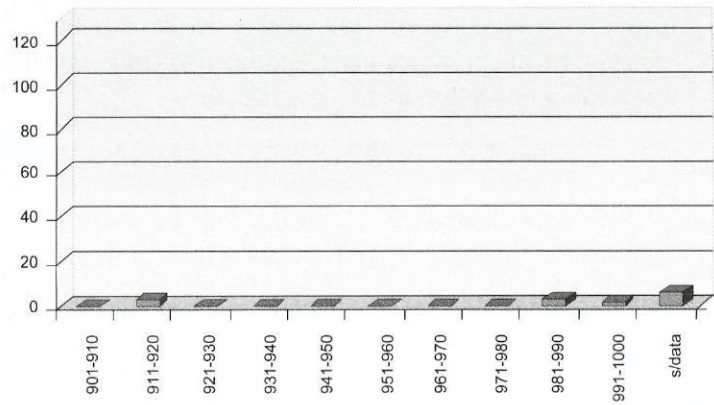
Séc. IX

801-810	- 0
811-820	- 0
821-830	- 0
831-840	- 0
841-850	- 0
851-860	- 0
861-870	- 1
871-880	- 0
881-890	- 1
891-900	- 0
s/d	- 0
TOTAL = 2	



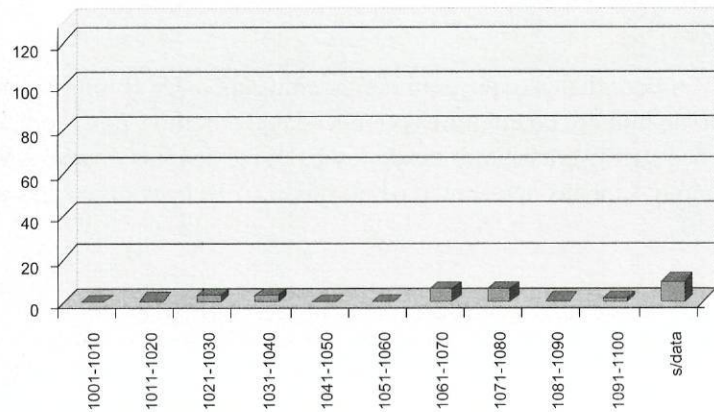
Séc. X

901-910	- 0
911-920	- 3
921-930	- 0
931-940	- 0
941-950	- 0
951-960	- 0
961-970	- 0
971-980	- 0
981-990	- 3
991-1000	- 2
s/d	- 7
TOTAL = 15	



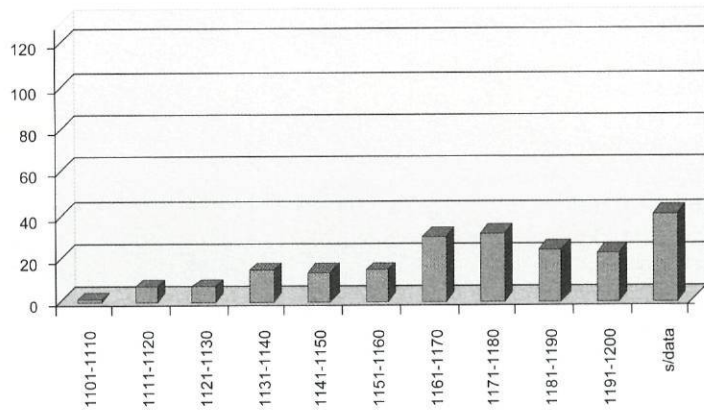
Séc. XI

1001-1010	- 0
1011-1020	- 1
1021-1030	- 3
1031-1040	- 3
1041-1050	- 0
1051-1060	- 0
1061-1070	- 6
1071-1080	- 6
1081-1090	- 1
1091-1100	- 2
s/d	- 10
TOTAL = 32	



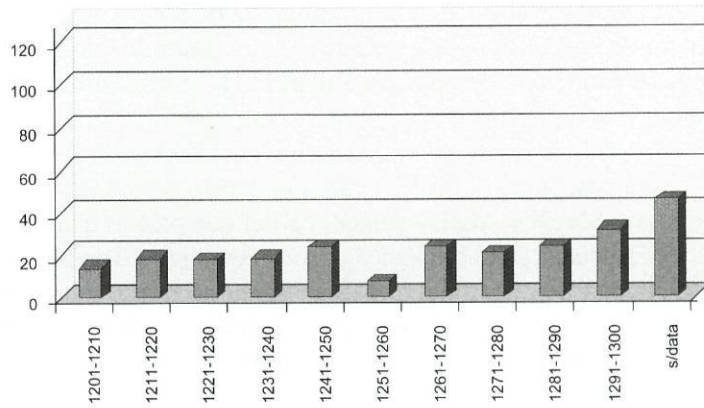
Séc. XII

1101-1110 – 1
1111-1120 – 7
1121-1130 – 7
1131-1140 – 14
1141-1150 – 13
1151-1160 – 14
1161-1170 – 30
1171-1180 – 31
1181-1190 – 24
1191-1200 – 22
s/d – 40
TOTAL = 203



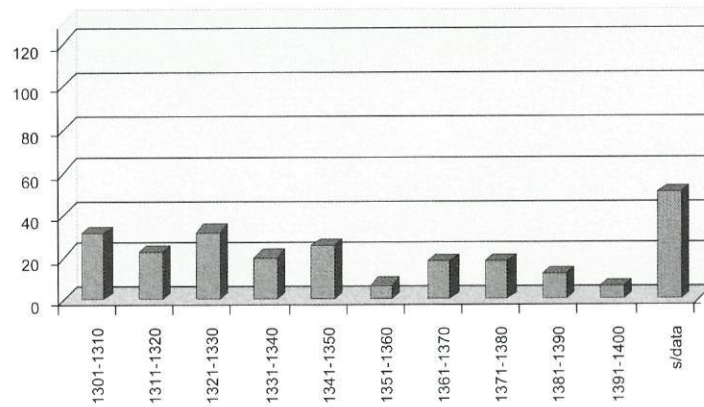
Séc. XIII

1201-1210 – 14
1211-1220 – 19
1221-1230 – 18
1231-1240 – 19
1241-1250 – 24
1251-1260 – 8
1261-1270 – 24
1271-1280 – 21
1281-1290 – 24
1291-1300 – 32
s/d – 46
TOTAL = 249

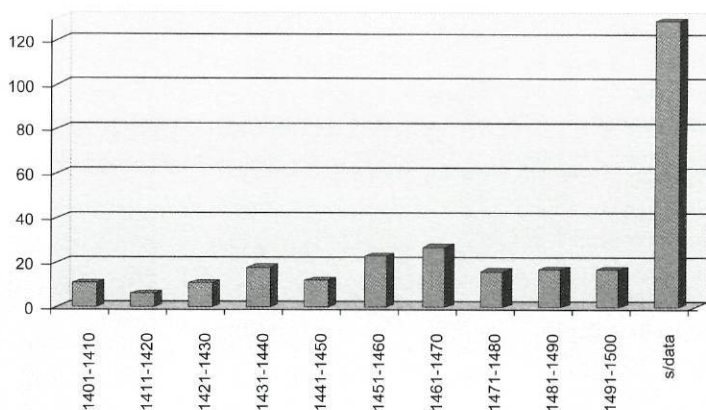


Séc. XIV

1301-1310 – 31
1311-1320 – 22
1321-1330 – 32
1331-1340 – 20
1341-1350 – 25
1351-1360 – 7
1361-1370 – 18
1371-1380 – 18
1381-1390 – 12
1391-1400 – 6
s/d – 50
TOTAL = 241

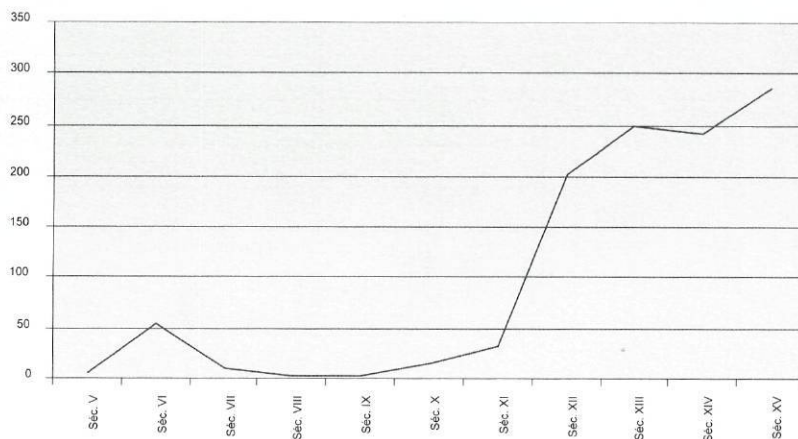


Séc. XV	
1401-1410	11
1411-1420	6
1421-1430	11
1431-1440	18
1441-1450	12
1451-1460	23
1461-1470	27
1471-1480	16
1481-1490	17
1491-1500	17
s/d	129
TOTAL = 287	



A análise destes elementos comprova de forma inequívoca que a recuperação do número de epígrafes ocorre no Séc. XII, permitindo, ainda, definir que o momento de viragem, anunciado desde a década de 1131-1140, ocorre de forma decisiva na década de 1161-1170.

Vejam, agora, a distribuição obtida para o total das centúrias desde o Séc. V até aos fins do Séc. XV. Aqui devemos registar que para as quatro primeiras centúrias (Sécs. V a VIII), apenas contabilizámos os totais com século determinado, deixando de lado as 44 inscrições sem datação rigorosa, apesar de sabermos que maioritariamente devem pertencer aos séculos VI e VII. Pelo contrário, nas inscrições dos sécs. IX a XV, que foram objecto da nossa atenção, incluímos o cômputo das inscrições sem datação dentro das respectivas centúrias. Os dados obtidos permitem obter a seguinte representação gráfica:



Julgamos que esta representação gráfica se revela exemplar, permitindo identificar claramente o período de maior crise, centrado nos séculos VIII e IX (ambos com apenas duas inscrições por cada centúria), seguido da lenta mas progressiva recuperação dos sécs. X e XI e da verdadeira explosão que se detecta no século XII. A partir deste momento os níveis de produção epigráfica manter-se-ão sempre dentro dos mesmos valores, com um aumento no século XIII (249 inscrições), seguido de leve quebra no século XIV (241 inscrições) e de nova recuperação no século XV (com 287 inscrições).

Salientemos que, do ponto de vista da distribuição geográfica, o século XII revela-nos uma distribuição não menos exemplar: todas as suas 203 inscrições cristãs localizam-se a Norte do rio Tejo, não se conhecendo nenhuma a Sul deste rio (**Mapa 4**). Este aspecto não pode deixar de ser posto em relevo, e de ser articulado com o processo da Reconquista Cristã. Na realidade, é possível individualizar três grandes fases na Reconquista até aos fins do Séc. XII: uma primeira fase, protagonizada por Afonso III das Astúrias, onde avultam as presúrias do Porto (por Vímara Peres, em 868), Chaves (pelo Conde Odoário, em 872) e Coimbra (pelo Conde Hermenegildo, em 878), num processo que conseguiu colocar definitivamente a linha de fronteira cristã no vale do Rio Douro; uma segunda fase, protagonizada por Fernando, o Magno, que na sequência da campanha militar das Beiras (1055-1058), pela qual reconquista Seia, Lamego, S. Martinho de Mouros e Viseu, culmina com a reconquista definitiva de Coimbra pelo moçárabe Sesnando Davides (1064), colocando a linha de fronteira cristã um pouco a Sul do curso do Mondego, sensivelmente no paralelo de Soure; e, por fim, os meados do séc. XII, protagonizados por D. Afonso Henriques, quando este monarca, no seguimento da reconquista definitiva de Santarém e de Lisboa (1147), conseguiu trazer a linha de fronteira até ao vale do Tejo. Em fins do Séc. XII o vale do rio Tejo era, ainda, o espaço de fronteira estável entre as duas civilizações, já que os esforços militares a Sul do Tejo na segunda metade da centúria não conseguiram assegurar o domínio estável das forças cristãs, que viriam a sofrer, com os finais da centúria, o duro revés das campanhas militares Almóadas. A presença das forças cristãs nas zonas mais setentrionais do Alentejo, com incursões até à zona de Évora e Beja, não conseguiu captivar o povoamento nem, significativamente, deixar testemunhos epigráficos nesta zona. Assim, para que a Epigrafia Cristã volte a encontrar testemunhos no Alentejo, será necessário aguardar pelo séc. XIII. Devemos, no entanto, salientar que o vazio epigráfico do Alentejo no Séc. XII no que respeita às inscrições cristãs é, obviamente, compensado pela presença de inscrições árabes, as quais encontram nesta zona o seu palco privilegiado (**Mapa 2**). Assim, quase poderíamos dizer que as duas cartografias se complementam.

Ao longo do séc. XII continuamos a assistir a um certo predomínio do Entre-Douro-e-Minho sobre as outras zonas do reino, embora agora de forma menos clara. Ao todo, conhecemos 85 inscrições para os três distritos desta região (Viana do Castelo, Braga e Porto), ou seja, quase 42 % do número total de epígrafes conhecidas para esta centúria. O Entre-Douro-e-Minho é, igualmente, a zona de Portugal que continua a apresentar uma distribuição mais equilibrada, detectando-se, é certo, significativas concentrações ao longo dos vales dos rios Lima, Cávado e Ave (**Mapa 4**). Por outro lado, não podemos deixar de salientar como, desde o século XI, e ainda muito durante o séc. XII, o fenómeno epigráfico anda associado à rede monástica, em que o Entre-Douro-e-Minho foi tão fértil.

O séc. XII assiste, igualmente, a duas importantes inovações. A primeira consiste no aparecimento de uma malha relativamente equilibrada de inscrições em toda a zona das Beiras, grosso modo até à zona de Leiria-Tomar. Esta mancha revela um significativo vazio para Leste do sistema montanhoso da Serra da Estrela e, de uma maneira geral, a Leste do vale do Rio Zêzere. Este aspecto não pode deixar de ser equacionado com as dificuldades de repovoamento que a Coroa Portuguesa encontrou nessas zonas mais recônditas ao longo de toda a centúria. O mesmo se diga de Trás-os-Montes que, para este séc. XII apresenta um total de apenas 4 inscrições. No entanto, não poderemos deixar de realçar a mancha epigráfica na zona do Douro Litoral e da Beira Alta, à qual não é igualmente estranha a rede monástica, sobretudo cisterciense, que se desenvolve nesta zona, e a mancha equilibrada que acompanha a fachada atlântica das Beiras, afinal ainda hoje a zona de maior dinamismo demográfico nesta área. A segunda grande novidade a que assistimos no século XII é o florescimento do primeiro núcleo epigráfico com um peso significativo: a cidade de Coimbra. Esta cidade apresenta 32 inscrições pertencentes ao séc. XII (15,8 % do total nacional para este século), sendo neste aspecto apenas rivalizada (e a certa distância) por Lisboa (com 10 inscrições) e por Montemor-o-Velho (com 9 inscrições). Este volume de inscrições não pode deixar de ser articulado com o protagonismo cultural e político que a cidade de Coimbra representa neste século. Na realidade, se o Conde D. Henrique fizera de Guimarães e Braga o eixo central da sua acção governativa (MATTOSO 1993, vol. 2, p. 35), D. Afonso Henriques elegeria Coimbra para verdadeira capital do seu reino (MATTOSO 1993, vol. 2, pp. 64-65). Esta foi a cidade que o monarca escolheu para residência, onde mais vezes permaneceu, onde esteve localizada a Cúria, onde se fundou uma das suas instituições monásticas favoritas (o Mosteiro de St.^a Cruz) com forte ligação à Coroa. Este seria, igualmente, o local eleito para sua derradeira morada e para primeiro Panteão Régio. Assim, face ao protagonismo político que desempenha a partir de 1131, não é de estranhar que Coimbra constitua o maior núcleo de inscrições portuguesas do

séc. XII. De resto, se observarmos o quadro geral da distribuição das inscrições por séculos e por distritos, não se torna difícil acompanhar a deslocação do centro de poder político: da zona de Coimbra, no séc. XII (onde D. Afonso Henriques passara a residir desde 1131), para Lisboa, no séc. XIII e sobretudo no séc. XIV (eleita para morada por D. Afonso III, a partir de 1255). Uma deslocação que se fez acompanhar de um incremento do volume de inscrições nuns centros e da diminuição de protagonismo de outros. Podemos, igualmente, acompanhar o florescimento de outros centros de influência, como os casos de Santarém e de Évora, ambos ao longo do séc. XIV.

Por fim, resta analisar o quadro evolutivo dos diferentes tipos de inscrições ao longo do séc. XII. Sublinhemos, primeiro, o grande peso que naturalmente representam os epitáfios, com 44,8 % do total de inscrições. Nas centúrias seguintes elevar-se-ão mesmo para valores superiores aos 50 %. No entanto, o grande peso que os epitáfios representam não constitui novidade nem se assume como característica marcante deste século XII. Se tivéssemos de eleger algum parâmetro que singularizasse o panorama epigráfico do Séc. XII face a outras centúrias realçaríamos, talvez, o peso significativo das inscrições relacionadas com o Sagrado, sobretudo as de Fundação, Dedicção, Sagração e Conclusão de obras de templos, que representam, no seu conjunto, um total de 55 casos (ou seja 27,1 %). Salientaríamos, igualmente, o escasso peso das inscrições de iniciativa régia e o protagonismo que a Ordem Militar do Templo adquire, sobretudo graças ao desempenho de D. Gualdim Pais.

O Séc. XIII pode ser caracterizado por diversos vectores. Um primeiro, a nível numérico, que reforça a tendência de expansão do fenómeno epigráfico que se desenhou desde a década de 60 do Séc. XII. O cômputo geral da centúria salda-se com um aumento da ordem dos 22 % em relação ao Séc. XII, atingindo-se agora as 249 inscrições. No que respeita à distribuição geográfica (**Mapa 5**), a centúria de Duzentos ficaria marcada pela penetração do fenómeno epigráfico cristão na zona alentejana, que como referimos até então lhe ficara à margem. Por outro lado, continua a sentir-se a presença de uma mancha cerrada na zona do Entre-Douro-e-Minho, com importantes núcleos no Alto Minho, no vale dos rios Lima e Ave, alargando-se nos concelhos de Braga e de Guimarães, acompanhada de um vazio por extensas zonas de Trás-os-Montes, uma área que se mostrou sempre pouco receptiva à criação de epígrafes. Este vazio epigráfico transmontano não pode deixar de ser associado a dois factores decisivos: o fraco protagonismo político da zona, arredada dos grandes centros de decisão, e a ausência de uma rede monástica forte. De igual modo, o elevado número de inscrições do Entre-Douro-e-Minho não pode deixar de ser colocado lado a lado com a rede monástica que aí encontramos. No que respeita à zona centro do País, salientemos a

permanência de Coimbra como um dos mais importantes focos epigráficos, ao contrário de Montemor-o-Velho que perde importância e quase desaparece. No entanto, uma das grandes novidades é o florescimento do atelier epigráfico de Alcobaça, com uma produção sobretudo centrada nesta centúria, e que ocupa um lugar de destaque na Epigrafia Medieval Portuguesa. Lisboa começa, entretanto, a ocupar uma posição de crescente importância, pressagiando já a sua elevação a principal centro epigráfico, que ocorrerá no séc. XIV. Por fim, e na zona a Sul do curso do Tejo, salientemos o aparecimento de uma série de inscrições que percorrem quase todo o Alentejo até ao Algarve, sobretudo na fachada oriental ou interior, começando em Avis e no Crato, passando por Évora e terminando em Tavira e Castro Marim, onde avultam as epígrafes presentes em castelos ou muralhas, quer de iniciativa de Ordens Militares (sendo de destacar aqui o papel da Ordem de Avis) quer de iniciativa dos próprios monarcas, e que começam a reflectir o cuidado posto na organização da linha de fronteira terrestre. Uma tendência que se acentua ainda mais no séc. XIV, depois da assinatura do Tratado de Alcanises (1297). Deste modo, podemos dizer que a penetração do fenómeno epigráfico no Alentejo, que se inaugura em 1214 mas que apenas ganha expressividade na segunda metade da centúria, se reveste de características peculiares: ao contrário de outras zonas a Norte, onde a epigrafia é, em boa parte, um fenómeno profundamente ligado à rede monástica, na zona alentejana é sobretudo o resultado da iniciativa régia, das Ordens Militares, dos elementos do Clero Secular. Por outro lado, e no que respeita à linguagem utilizada, por força da sua cronologia relativamente tardia a epigrafia alentejana terá um peso muito maior do Português que do Latim.

Referimos que o séc. XIII ficou marcado por um novo incremento do fenómeno epigráfico em relação à centúria precedente. No entanto, e apesar de o número total de inscrições ter aumentado cerca de 22 %, não podemos deixar de registar que a última década do séc. XII e as primeiras décadas de Duzentos parecem denunciar uma ligeira quebra no ritmo epigráfico, talvez fruto das condições difíceis que o Reino atravessava. Na realidade, a conjugação de uma série de factores – desde as invasões almóadas de 1190 e 1191²², até às crises frumentárias e as consequentes fomes²³, passando por conflitos com o reino de Leão, em 1196-99 e em 1211, por prolongados conflitos internos entre a Coroa e a Igreja, por lutas entre facções da Nobreza e por rebeliões urbanas,

²² Vd. Insc. N.º 188, de Tomar, de 5 de Julho de 1190.

²³ Nos fins do Séc. XII e primeira metade do Séc. XIII registam-se uma série de crises na produção agrícola: 1189-1197, 1200-1202, 1206, 1224-1226, 1232, 1237-1238 – cf. MARQUES A.H.O. 1962, pp. 37-38. Vejam-se testemunhos desses anos difíceis em PMH, Script., p. 3; LFidei 498; LDTarouca 669.

culminando com o período de anarquia dos últimos anos do reinado de D. Sancho II (sensivelmente a partir de 1230), e a Guerra Civil de 1245-48 – todos estes factores, dizíamos, transformaram a primeira metade do séc. XIII num período particularmente difícil que não deve ter convidado muito à multiplicação dos registos epigráficos. No entanto, devemos sublinhar que estas oscilações são relativamente ténues, embora acompanhem de perto a periodização que José Mattoso registou recentemente, ao sublinhar a crise dos anos de 1190-1210 (MATTOSO 1993, vol. II, pp. 102-104), que coincide precisamente com um momento de baixa no número geral de inscrições.

Há, no entanto, um momento de verdadeira “crise epigráfica” nos meados do século XIII. Reparemos que na década de 1251-1260 se conhecem apenas 8 inscrições, regressando-se a valores que já não se atingiam no reino desde os meados da primeira metade do séc. XII. Não acreditamos que esta quebra no volume de inscrições, como outras que adiante referiremos, possa ser meramente accidental. Esta recessão não pode deixar de ser colocada em paralelo com os efeitos da Guerra Civil de 1245-48, que destronou D. Sancho II e que pôs termo ao período de anarquia que se vivia no reino, levando ao poder o Conde de Bolonha. Julgamos que esta quebra significativa no número geral de inscrições na década de 1251-1260 pode, de alguma forma, traduzir as repercussões desses anos dramáticos e todo o processo de reorganização do reino que D. Afonso III empreendeu quando chegou ao poder, procurando repor a legalidade e pôr cobro aos desmandos da Nobreza.

No que concerne ao peso relativo dos diferentes tipos de inscrições, o Séc. XIII continua a revelar uma natural predominância dos epitáfios (56,6 %), mas assiste a uma diminuição acentuada do volume de inscrições relativas a obras religiosas. Na realidade, o conjunto das epígrafes de Fundação, Dedicção, Sagração e Conclusão de obras de templos já não representa senão 14,5 % do total das inscrições desta centúria (contra os 27,1 % do Séc. XII). Este processo de “dessacralização” da Epigrafia, se assim se pode dizer, tem tendência a acentuar-se ainda mais com o Séc. XIV. Curiosamente, do conjunto dos três tipos de inscrições, é o respeitante aos actos de Fundação que consegue resistir melhor (representando 7,39 % no Séc. XII, 3,61 % no Séc. XIII e 3,73 % no Séc. XIV). Diríamos, pelo contrário, que as cerimónias de Sagração e Dedicção, que ao longo do Séc. XII mereceram com certa regularidade ser memorizadas por inscrições (com 2,96 % e 8,87 %, respectivamente), foram as que mais se ressentiram. Ao longo do Séc. XIII diminuiu significativamente o número destas epígrafes (com 2,81 % e 3,21 %, respectivamente), quase desaparecendo no Séc. XIV (onde apenas representam 1,66 % e 0,41 %, respectivamente). Ou seja, enquanto que no séc. XII é relativamente comum que uma cerimónia de Sagração ou de Dedicção seja memorizada por epígrafe, com o séc. XIII e sobretudo com o séc. XIV essas cerimónias deixam

de merecer essa distinção, pelo menos de uma forma tão regular quanto o foram na centúria precedente.

Por fim, cumpre realçar que nos fins do Séc. XIII se assiste ao triunfo da língua portuguesa nos textos epigráficos, com um sucesso rapidamente atingido um pouco por todo o Reino. Na realidade, e como teremos oportunidade de tratar mais detalhadamente quando abordarmos os aspectos culturais, as primeiras inscrições em Português começam a ocorrer a partir da década de 60 do Séc. XIII, passando a ser sistemáticas a partir da década de 90 deste século. Efectivamente, a partir de 1292 podemos dizer que a língua vernácula foi cada vez mais utilizada, ficando o uso do Latim circunscrito aos domínios do Sagrado e às inscrições criadas por eclesiásticos.

O Século XIV traduz um novo equilíbrio no que respeita à distribuição geográfica das inscrições e ficou marcado por uma pequena regressão no número total de epígrafes conhecidas. Na realidade, a observação da distribuição global das inscrições trecentistas (**Mapa 6**) revela-nos uma diminuição do peso do Entre-Douro-e-Minho, que em vez das 85 inscrições do séc. XII e das 80 inscrições do séc. XIII, apresenta agora apenas 51 epígrafes. Em contrapartida, as zonas a Sul do Tejo assistem a um incremento da sua importância, em boa parte pela afirmação do núcleo eborense, o que permite que o reino apresente uma distribuição epigráfica mais equilibrada. Ao todo, o Alentejo e Algarve, que não possuíam qualquer inscrição cristã no séc. XII e que no séc. XIII se encontravam representados por apenas 30 exemplares, apresentam agora 49 epígrafes, o que é bastante expressivo uma vez que se aproxima do nível epigráfico do Entre-Douro-e-Minho. É certo que se continuam a assinalar grandes vazios em determinadas zonas do reino: assim acontece em boa parte de Trás-os-Montes, sempre mal representado do ponto de vista epigráfico, o mesmo se passando também em toda a zona interior das Beiras, desde as terras de Riba-Côa até às áreas a Leste da Serra da Estrela e do vale do Zêzere, e ainda em uma parte significativa do Alentejo, ao longo da costa atlântica. A distribuição geográfica das epígrafes traduz não só as zonas com povoamento mais desenvolvido (Entre-Douro-e-Minho, Beira Litoral e Estremadura) mas, também, na zona alentejana, a preocupação régia com a fronteira terrestre. O séc. XIV revela-nos, ainda, o desenvolvimento de algumas concentrações urbanas importantes, espelho da própria geografia política. Para além de Coimbra, que apesar de tudo preserva alguma importância (embora reduzindo das 32 inscrições do Séc. XII e das 31 do Séc. XIII, para apenas 15 no Séc. XIV, reflexo do crescente afastamento do Rei e da Corte em relação à cidade do Mondego), salientemos a afirmação de alguns centros urbanos que ganham expressividade precisamente com o Séc. XIV. Referimo-nos a Lisboa, Santarém e Évora. Vale a pena colocarmos em quadro comparativo os totais de epígrafes conhecidas para cada uma das quatro cidades ao longo dos sécs. XII, XIII e

XIV, uma vez que esse quadro espelha bem a progressiva deslocação dos centros de decisão para Sul, passando de Coimbra para Lisboa e depois assistindo ao crescente aumento de prestígio de Santarém e de Évora ao longo do séc. XIV:

	Séc. XII	Séc. XIII	Séc. XIV
Cidade de Coimbra	32	31	15
Cidade de Santarém	1	3	12
Cidade de Lisboa	10	12	44
Cidade de Évora	0	4	15

A perspectiva que este quadro geral nos apresenta é, afinal, paralela à que se pode colher dos diversos itinerários régios: um progressivo esvaziamento de importância política de Coimbra à medida que nos aproximamos dos fins da Idade Média, a afirmação de Lisboa como capital do reino, desde que D. Afonso III a elegeu para aí fixar residência, em 1255, assim como a crescente influência de Santarém e Évora junto dos monarcas, cada vez mais eleitas para estadias da Corte. Os centros de decisão política estavam a deslocar-se para Sul.

Se o séc. XIII tinha assistido ao florescimento do núcleo epigráfico da Abadia de Alcobaça, caso único entre nós, que conseguiu suplantar ao longo dessa centúria as mais importantes concentrações urbanas, o Séc. XIV assiste à sua decadência decisiva:

	Séc. XII	Séc. XIII	Séc. XIV
Alcobaça	5	42	6

Efectivamente, podemos dizer que a decadência do núcleo epigráfico de Alcobaça arranca logo em inícios do século XIV, com a construção do claustro de D. Dinis (Insc. N.º 516, de 6 de Abril de 1308), que veio destruir duas alas do claustro românico e a quadra central (privando-nos de um número ainda maior de epígrafes ducentistas). Aparentemente, terá sido a construção do novo claustro que veio quebrar o hábito de se abrirem epitáfios, antes tão difundido entre esta comunidade cisterciense. Na realidade, desde o momento em que se lançou a obra dionisina, orientada por Mestre Domingos Domingues, deixamos de possuir inscrições em Alcobaça, à excepção de dois epitáfios de Abades, que se admiravam nas respectivas tampas sepulcrais, embutidas no chão da Sala do Capítulo, e que entretanto desapareceram, tal como todas as tampas

de Abades que se encontravam nesse compartimento. A decadência do núcleo de Alcobaça foi acompanhada, em processo inverso, pela afirmação do núcleo da Sé de Lisboa, que recebeu grande incremento quando o templo foi eleito por D. Afonso IV para local de sua derradeira morada, gesto que foi acompanhado por sua mulher e por alguns dos Nobres da sua Corte.

	Séc. XII	Séc. XIII	Séc. XIV
Sé de Lisboa	6	2	29

O Séc. XIV assiste, ainda, a algumas significativas mutações. Por um lado, o aumento significativo do número de inscrições respeitantes a obras de defesa, quer em castelos quer em cercas urbanas, sobretudo por protagonismo régio. Desde os meados do Séc. XIII, com D. Afonso III, nos habituámos a ver o monarca empenhar-se em obras de cariz militar, deixando testemunho epigráfico dessa sua iniciativa. Agora, com o Séc. XIV esse movimento tende a acentuar-se ainda mais, quando o país, pela conjugação de diversas circunstâncias (desde a necessidade de actualizar soluções arquitectónicas em função das inovações poliorcéticas, passando pela necessidade de reconstruir fortificações afectadas por terramotos, de munir vilas e cidades com novas estruturas defensivas, mais adequadas à evolução demográfica e urbana, e culminando com as crescentes necessidades de defesa, no quadro de diversos conflitos com Castela), se viu obrigado a um esforço de modernização das suas estruturas defensivas.

Por outro lado, esta centúria assiste a um outro evento não menos significativo: o aparecimento de inscrições memorizando obras de iniciativa concelhia, espelho do reforço do poder municipal (vd. Insc. N.º 586 e Insc. N.º 587, ambas de 1336).

Ao nível dos epitáfios, que continuam a representar uma parte significativa do total de letreiros conhecidos (51,8 %), registemos a afirmação dos epitáfios de cidadãos e burgueses. Até ao séc. XIII o universo dos epitáfios é dominado pelos elementos da Família Real, do Clero Secular e Regular, da Nobreza, das Ordens Militares e dos funcionários régios. Na realidade, até 1270 não possuímos nenhum caso de uma inscrição funerária onde seja claramente explicitada outra condição social. O último terço do séc. XIII assiste ao aparecimento, tímido, dos primeiros exemplos de epitáfios relacionados com cidadãos ou burgueses (Insc. N.º 383, de 1273; Insc. N.º 411, de 1287; Insc. N.º 438, de 1296). No entanto, será com o Séc. XIV que esta tendência se acentua mais (Insc. N.º 497, de 1302; Insc. N.º 522, de 1310; Insc. N.º 599, de 1341; Insc. N.º 605, de 1343; Insc. N.º 613, de 1348; Insc. N.º 616, de 1348; e as Inscs. trecentistas não datadas N.ºs 710, 711, 712 e 713).

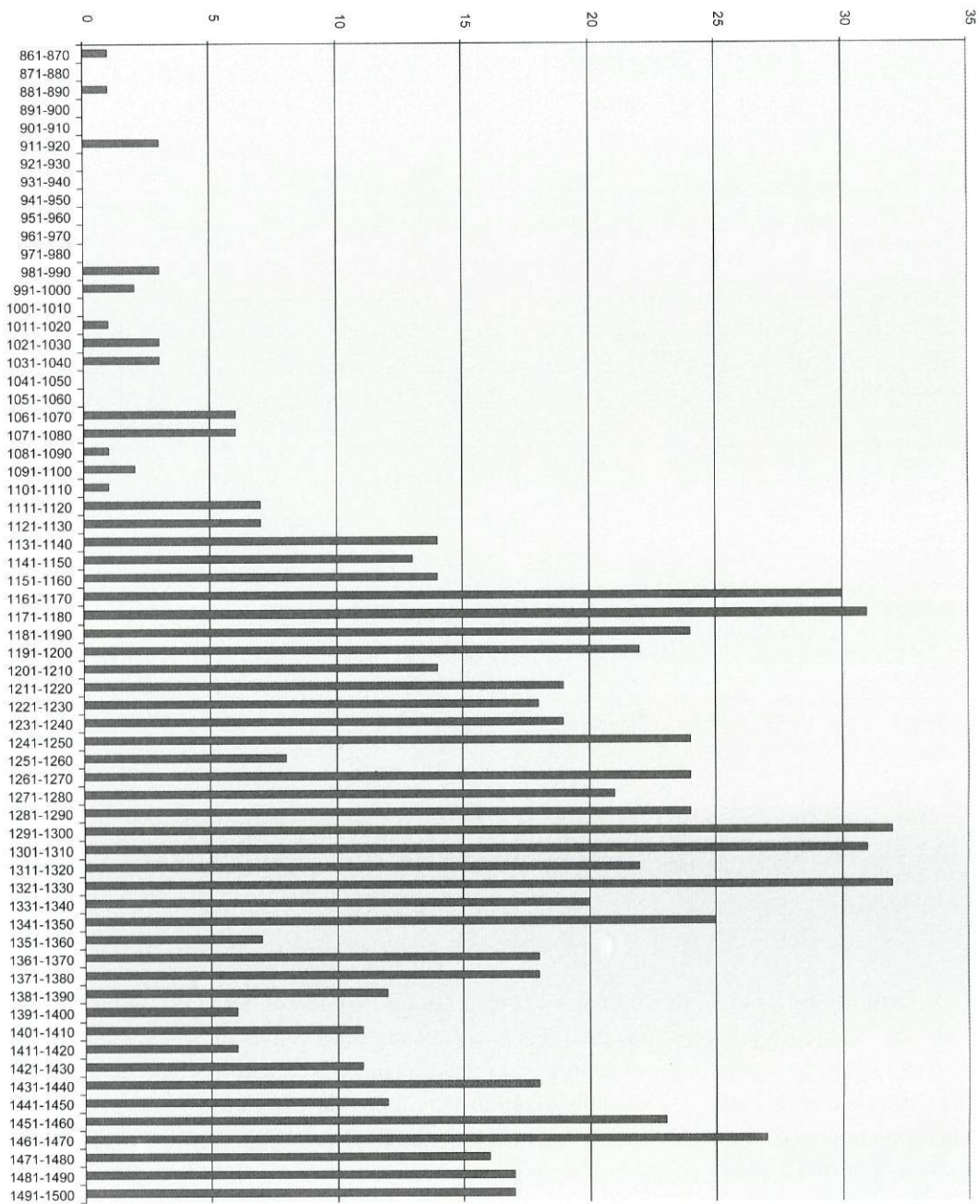
Em termos de ritmos epigráficos, a centúria de Trezentos revela-nos uma ligeira quebra (241 inscrições identificadas, contra as 249 do séc. XIII e as 287 do séc. XV). Esta descida, que se denuncia no gráfico geral, apresenta, no entanto, diferentes faseamentos. Na realidade, se analisarmos o quadro geral da repartição das inscrições por décadas, podemos facilmente verificar que a primeira metade da centúria representa um momento de alta na produção epigráfica (com níveis médios da ordem das 26 inscrições por década). O mesmo não acontece com a segunda metade do século, depois da crise da Peste Negra, da qual não se volta a recuperar. A média nesta segunda metade do séc. XIV queda-se pelas 12 inscrições por década. Esta descida dos valores médios não pode ser meramente acidental, mas traduz uma conjuntura desfavorável que é sobejamente conhecida dos Historiadores. Há, no entanto, possibilidade de caracterizar melhor a evolução desta segunda metade do séc. XIV. Na realidade, poderíamos dizer que a década de 1351-1360 representou um dos momentos mais baixos em termos de produção epigráfica desde a retoma do séc. XII, conhecendo-se apenas 7 exemplos. Esta situação deve espelhar as consequências económicas, sociais e demográficas da Peste Negra. Houve, depois, uma fase de recuperação: nas décadas de 1361-1370 e 1371-1380 registamos, para cada uma delas, 18 inscrições. No entanto, os finais da centúria seriam marcados por nova e prolongada crise epigráfica: a partir da década de 1381-1390 começamos a sentir de novo uma recessão (com apenas 12 inscrições, das quais, sublinhe-se, apenas 3 são posteriores à Crise), com um momento baixo em 1391-1400 (apenas 6 inscrições, nível só detectado em algumas décadas do séc. XI). Parece claro que esta nova crise epigráfica deve ser colocada em paralelo com a Crise Dinástica de 1383-85, com os difíceis anos da Guerra com Castela (que se prolongaria até ser assinada a Paz em 1411) e com a dura crise económica que Portugal enfrentou, e os seus níveis assustadores de inflação. A “crise epigráfica” prolonga-se pelos inícios do séc. XV, apenas sendo ultrapassada a partir da década de 1411-1420. Devemos, no entanto, ressaltar um aspecto que aparentemente ressalta do quadro global do Séc. XV com a repartição das inscrições por décadas. Referimo-nos ao facto de nunca mais voltarmos a encontrar níveis epigráficos tão altos como os da segunda metade do séc. XII ou dos fins do séc. XIII e inícios do séc. XIV. Na realidade, os valores médios por década raras vezes ultrapassarão as duas dezenas de exemplares. No entanto, neste aspecto devemos ponderar outro factor. O Séc. XV assiste à difusão dos epitáfios sem elementos cronológicos, apenas identificando a pessoa, o que se traduz num aumento significativo das inscrições não datadas (que passam de níveis da ordem das 40 ou 50 inscrições por centúria, na maioria por se encontrarem hoje truncadas, para as 129 inscrições no Séc. XV).

Ainda no que respeita à crise dos meados do séc. XIV cumpre realçar que, como seria de esperar, ela não se sente logo nos anos da Peste Negra (1348-1350), mas um

pouco mais tarde. De resto, será de salientar o núcleo de epígrafes funerárias que conseguimos relacionar com essa epidemia, nomeadamente pela presença de documentos inéditos (cf. Insc. N.º 613, um extenso epitáfio inédito; Insc. N.º 614, epitáfio esquecido da maioria dos investigadores; Inscs. N.ºs 616 e 618, de óbitos possivelmente relacionados com a Epidemia; e a Insc. N.º 617, objecto de uma nova proposta cronológica).

Para concluirmos este comentário aos ritmos cronológicos e às distribuições geográficas das inscrições dos Sécs. IX a XV, diríamos que as diversas cartografias obtidas para as diferentes centúrias denunciam ritmos de reconquista, de desenvolvimento da rede monástica (à qual a Epigrafia esteve sempre muito presa) e, sobretudo, de povoamento. Vejam-se as grandes concentrações no Entre-Douro-e-Minho e em boa parte das Beiras (apenas atenuadas a partir do Séc. XIV), que acompanham as manchas de maior dinamismo demográfico, de maior afirmação do fenómeno monástico, e de maior concentração dos monumentos românicos. O mesmo se diga do insistente vazio transmontano ou dos não menos insistentes vazios nas zonas da Beira interior (quer na zona de Riba-Côa quer, sobretudo, nos territórios a Leste do Zêzere e da Serra da Estrela), denunciadores de um povoamento sempre rarefeito e difícil, agravado pela ausência de uma rede monástica forte. Por outro lado, a significativa ausência de inscrições cristãs a Sul do Tejo até ao ano de 1214 (Insc. N.º 275), não pode deixar de ser entendida como espelho das dificuldades que a empresa da Reconquista teve nessas zonas ao longo da segunda metade do séc. XII, do mesmo modo que a recuperação epigráfica ensaiada a partir dos meados do séc. XIII, sobretudo na zona interior, é fruto directo do interesse colocado nos domínios de fronteira. Esta mancha de inscrições nas zonas fronteiriças do Alto Alentejo contrasta com os vazios que sempre persistiram em toda a zona atlântica do Alentejo e em boa parte do Algarve. Salientemos, por outro lado, que a crescente afirmação epigráfica do Centro-Sul do país nos sécs. XIII e XIV acompanha não só a deslocação dos centros de decisão política para Sul, num movimento que é secundado pela Nobreza, mas também, de certo modo, a própria geografia do Gótico.

Gostaríamos, para terminar, de chamar a atenção para o facto de as diferentes cartografias obtidas para a Epigrafia Medieval Portuguesa traduzirem, de certa forma, o oposto da distribuição geográfica das Cartas de Foral (vd., por exemplo, a cartografia de Torquato de Sousa Soares, in DHP, s.v. “Concelhos”, vol. II, pp. 138-139; ou a versão simplificada, de leitura mais clara, ensaiada por A. H. de Oliveira Marques, in MARQUES A.H.O. 1972, p. 142). Uma situação que se compreende facilmente se atendermos a que, em boa parte, a concessão dessas cartas obedecia a necessidades de incremento do povoamento e de fixação de populações, traduzindo, portanto, as deficiências de colonização e de povoamento. Deste modo, é natural que as manchas epigráficas, que denunciam zonas mais povoadas, apresentem uma distribuição cartográfica simétrica em relação aos Forais.



Distribuição das Inscrições por Centúrias e por Distritos

	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV*	Total	%
Aveiro	-	1	-	6	3	6	-	16	2,10
Beja	-	1	-	-	6	6	1	14	1,84
Braga	-	3	13	39	31	22	4	112	14,72
Bragança	-	-	-	1	7	3	-	11	1,44
Castelo Branco	-	-	-	-	1	-	3	4	0,53
Coimbra	-	3	2	52	38	24	-	119	15,64
Évora	-	-	-	-	15	31	2	48	6,31
Faro	-	1	-	-	5	4	-	10	1,31
Guarda	-	1	-	9	6	1	-	17	2,23
Leiria	-	-	-	10	44	17	-	71	9,33
Lisboa	-	5	-	10	15	52	5	87	11,43
Portalegre	-	-	-	-	4	6	-	10	1,31
Porto	-	-	9	28	29	20	2	88	11,56
Santarém	-	-	-	7	8	21	1	37	4,86
Setúbal	1	-	-	-	-	2	1	4	0,53
Viana do Castelo	1	-	7	18	20	9	-	55	7,23
Vila Real	-	-	-	3	2	1	-	6	0,79
Viseu	-	-	1	17	14	8	-	40	5,26
Espanha	-	-	-	-	-	5	-	5	0,66
Prov. Desc.	-	-	-	3	1	3	-	7	0,92
TOTAL	2	15	32	203	249	241	19	761	100
%	0,26	1,98	4,20	26,68	32,72	31,67	2,49	100	

* Até 1422

Gostaríamos, ainda, de chamar a atenção para a evolução interna dos diferentes tipos de inscrições por centúria, para tentar definir algumas linhas de força. Elaborámos dois gráficos que permitem acompanhar a evolução ao longo do período abarcado pelo nosso *Corpus*: o primeiro considerando o número de inscrições respeitantes a cada tipo dentro de cada centúria; o segundo reduzindo esse número a valores percentuais, por forma a determinar a evolução do peso relativo de cada tipo de inscrição no seio de cada século.

Devemos confessar que, dos dois gráficos, preferimos o primeiro, já que a sua análise parece ser mais fiel à realidade. Efectivamente, o gráfico da Distribuição Percentual do Tipo de Inscrições apresenta algumas distorções para as primeiras centúrias, fruto do reduzido número de epígrafes conhecidas, o que conduz facilmente a valores percentuais elevados. Veja-se, a título de exemplo, como seríamos levados a pensar, pela análise deste gráfico, que as inscrições comemorativas de sagrações teriam o seu ponto mais importante no Séc. XI, quando na realidade encontramos o maior número de inscrições de sagração quer no Séc. XII quer no Séc. XIII. No entanto, a imagem que este gráfico percentual transmite torna-se mais fiel no que respeita aos Sécs. XII, XIII e XIV, quando cresce o número de epígrafes.

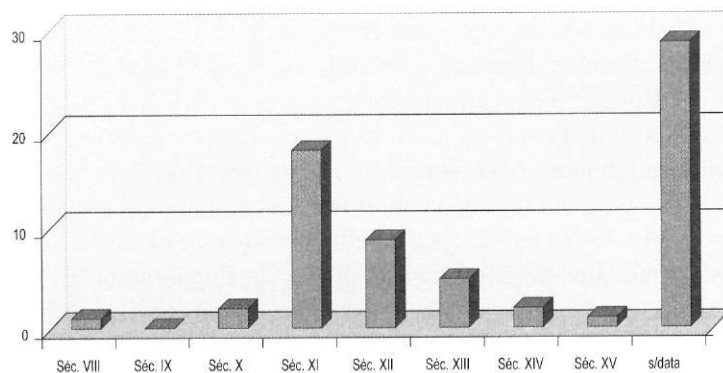
As duas representações gráficas permitem avaliar, em primeiro lugar, o peso que a epigrafia funerária preservou sempre, suplantando sem margem para dúvidas todos os restantes tipos de inscrições. Apesar de, quando comparado com o universo epigráfico paleocristão, o seu peso diminuir muito (passando dos 92 % para valores na casa dos 50 %), ele não deixa de ser o grupo dominante na colecção epigráfica. No entanto, estes gráficos permitem observar igualmente a importância que as inscrições de Sagração-Dedicação-Fundação representam no Séc. XII, e a diminuição progressiva do seu peso à medida que nos vamos aproximando dos fins da Idade Média. Na realidade, e como já referimos, nota-se uma tendência para a redução cada vez maior do número de epígrafes comemorando essas cerimónias, sendo notório que as que resistem melhor a este processo de desgaste são as de Fundação. Por outro lado, à medida que vamos avançando nas centúrias vai ganhando importância crescente o número de inscrições comemorando obras em castelos ou em amuralhamentos urbanos: de um número pouco expressivo no Séc. XII (onde encontramos lápides relacionadas com protagonismos quer do monarca quer da Ordem do Templo) assistimos a um aumento significativo a partir dos meados do Séc. XIII e sobretudo com o Séc. XIV. Qualquer dos gráficos reflecte, igualmente, este processo que coincide com as reformas góticas dos castelos e as adaptações das construções militares aos novos condicionalismos da poliorcética, nomeadamente aos conceitos de defesa activa. Por fim, salientemos que à medida que nos vamos aproximando dos fins da Idade Média há, também, uma crescente diversificação dos tipos de inscrição. Não é de estranhar, por isso, o aumento das inscrições “comemorativas” e “diversas”, duas categorias mais genéricas que pecam, talvez, por serem pouco precisas.

Tal como aconteceu em relação à Epigrafia Paleocristã, procedemos igualmente a um inventário das inscrições relativas às minorias étnico-religiosas – muçulmana e judaica – com vista a uma auscultação do panorama geral que estas nos podiam facultar. Este levantamento teve por limites extremos a periodização que encarámos inicialmente

para a nossa Dissertação, portanto desde o Séc. IX até aos fins do Séc. XV. Não foi nossa intenção proceder ao seu estudo mas apenas verificar quais as linhas de força que pautavam estas duas séries epigráficas nos dois domínios que nos têm vindo a ocupar até aqui: os das distribuições geográfica e cronológica. O inventário consta dos Anexos 2.1 e 2.2 (Vol. III), tendo dado origem a uma Cartografia (**Mapa 2**).

No que respeita aos testemunhos da Epigrafia Muçulmana no território actualmente português, conseguimos inventariar um total de 67 inscrições, algumas inéditas. A repartição cronológica destas inscrições aponta para um momento de maior força nos Sécs. XI e XII, o que não constituiu motivo de grande surpresa. Se retirarmos a inscrição do sinete de Palmela, do Ano da Hégira de 174 (A.D. 790-791), referido por Fr. João de Sousa em 1772, que oferece motivos de fundadas dúvidas, a área actualmente portuguesa conhece apenas inscrições a partir do Séc. X, com dois casos, apresentando logo na centúria seguinte o seu apogeu. O quadro da distribuição por centúrias revela esse momento de maior expansão:

Epigrafia Árabe	
Séc. VIII	1
Séc. IX	0
Séc. X	2
Séc. XI	18
Séc. XII	9
Séc. XIII	5
Séc. XIV	2
Séc. XV	1
S/Datação	29
TOTAL	67



Este quadro merece algumas considerações. Ressalvada já a situação relativa à inscrição de Palmela, do Séc. VIII, devemos sublinhar a importância que os Séculos XI e XII assumem para esta série epigráfica (40,3 %), e a natural decadência que se detecta ao longo do Séc. XIII, fruto da progressão da Reconquista. Mesmo assim, não podemos deixar de sublinhar a existência de epitáfios claramente posteriores à Reconquista Cristã, espelhando a presença de comunidades muçulmanas que, apesar de viverem sob domínio cristão, preservaram a sua personalidade e cultura. Referimo-nos,

nomeadamente, às inscrições funerárias de Moura e da Praça da Figueira (Lisboa), a primeira comemorando o óbito de [...] Abu Al-Wasid Isma'il Ibn Abi Abd Allah al-Ansari, ocorrido a 8 de Abril de 1368 (Insc. N.º 36), a segunda memorizando o de Al-Abbas Ahamad [...], falecido a 17 de Julho de 1398 (Insc. N.º 37). Com elas deve encerrar-se a lista das inscrições muçulmanas com datação expressa já que a única inscrição datada do Séc. XV, a epígrafe de Santarém de 4 de Fevereiro de 1488, oferece muitas dúvidas quanto à sua origem peninsular. Na realidade, como A. R. Nykl sublinhou, esta lápide utiliza o Persa Xiita, língua estranha à Península Ibérica, devendo ser proveniente do Oriente, provavelmente da Índia (cf. Insc. N.º 38).

Na série epigráfica muçulmana os epitáfios constituem o grupo mais expressivo (com 39 exemplos, ou seja 58,2 %), logo seguido das inscrições com invocações religiosas, nomeadamente Suras retiradas do Corão (14 exemplos, ou seja 20,9 %). Há, no entanto, um pequeno mas interessante grupo de inscrições comemorando eventos político-militares (5 exemplares, 7,5 %). Pertence a este pequeno grupo a inscrição comemorativa da reconstrução de Évora depois do saque de Ordonho II (Insc. N.º 2, de [914-915]), com outra epígrafe comemorativa no reverso (Insc. N.º 26), e as lápides comemorativas da construção de torres em Moura (Insc. N.º 7) e em Silves (Insc. N.º 32). Do ponto de vista paleográfico, a epigrafia muçulmana revela uma opção quase unânime pelo alfabeto Cúfico (com pelo menos 53 exemplos, correspondentes a 79,1 %), seguido a grande distância pelo alfabeto Nashri (apenas 8 casos, ou seja 11,9 %).

A Epigrafia Muçulmana apresenta uma distribuição geográfica que se pode considerar complementar da que encontramos para a Epigrafia Cristã até ao Séc. XII. Na realidade, enquanto que esta se difunde a Norte do Tejo, a série epigráfica muçulmana apresenta uma distribuição sobretudo concentrada nas zonas a Sul deste rio, com raras excepções. Entre as excepções salientamos os núcleos de Lisboa e de Santarém, de resto perfeitamente compreensíveis, e a inscrição árabe da Sé Velha de Coimbra, do Séc. XII, com a sua singular mensagem, julgamos que ali deixada por algum Mestre Construtor (Alarife) ou pedreiro árabe ao serviço das forças cristãs:

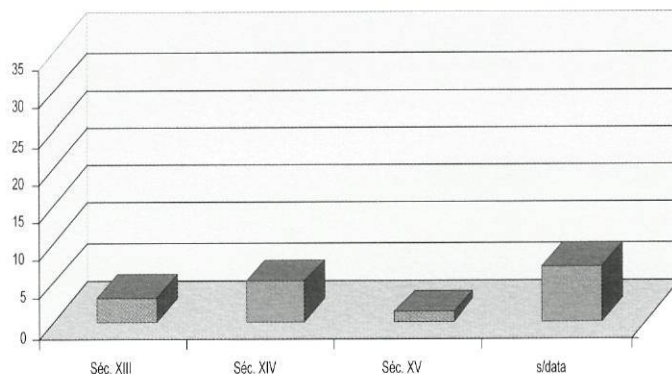
*“Escrevi isto como memória permanente do meu sofrimento:
A minha mão perecerá um dia, mas a grandeza ficará.”*
(Insc. N.º 27).

Por fim, cumpre explicar a presença de duas inscrições árabes em pleno Entre-Douro-e-Minho. O primeiro caso, sobejamente conhecido, diz respeito ao cofre da Sé de Braga, encomendado em [1004-1008] por Abd al-Malik, filho de Al-Mansur, para uma das suas favoritas, e que deve ter sido incorporado no Tesouro Bracarense na sequência de algum saque de guerra, possivelmente ainda no Séc. XI (Insc. N.º 4). Mais

surpreendente poderia parecer, a uma primeira análise, a presença de um fragmento de uma inscrição árabe na Igreja de S. Tomé de Aguiã (Arcos de Valdevez). No entanto, trata-se de um caso de reaproveitamento de materiais. Na realidade, a inscrição foi criada em mármore de Estremoz, memorizando a morte de um Xeque – Rasti al-Mu[...] – que depois de ter deixado de cumprir a sua missão, em algum almocavar do Sul de Portugal, foi reaproveitada na base do sacrário da igreja paroquial de S. Tomé de Aguiã, onde Félix Alves Pereira a encontrou e levou para Lisboa. A sua presença a Norte do Lima não é, portanto, espelho de qualquer comunidade muçulmana, mas antes fruto da natureza do seu suporte, o mármore, uma pedra nobre que justificou o seu reaproveitamento.

Ao contrário da colecção epigráfica muçulmana – que é relativamente farta, apresenta cronologias antigas e possui uma expressiva cartografia – a série epigráfica judaica revela-se pouco numerosa, muito dispersa e com uma cartografia pouco elucidativa. Na realidade, conhecemos apenas 16 epígrafes judaicas na área actualmente portuguesa, repartidas da seguinte forma entre os Sécs. XIII e XV:

Epigrafia Judaica	
Séc. XIII	3
Séc. XIV	5
Séc. XV	1
S/Datação	7
TOTAL	16



As inscrições judaicas repartem-se de Norte a Sul do País, desde Braga (Insc. N.º 11), o caso mais setentrional, até ao Algarve (Inscs. N.ºs 5, 12, 13, 14, e 15). Salientemos a presença de inscrições que nos documentam a construção de diversas Sinagogas:

- a Sinagoga da Judiaria Velha de Lisboa, ou Judiaria da Pedreira (Insc. N.º 1, de 1260)
- a Sinagoga da Judiaria de Monchique, no Porto (Insc. N.º 7, do Séc. XIV)
- a Sinagoga da Judiaria de Belmonte (Insc. N.º 2, de 1297)
- a Sinagoga da Judiaria de Gouveia (Insc. N.º 9, de 1496).

Ao lado deste pequeno núcleo (31,25 %) encontramos igualmente as inscrições funerárias, com 7 exemplares (43,75 %). Este núcleo epigráfico revela, por um lado, cronologias tardias (mas coerentes entre si e homogêneas), arrancando no Séc. XIII a partir de 1260. Por outro lado, a fraca representação das inscrições judaicas em Portugal, que em nada traduz a importância social e numérica da comunidade judaica em Portugal, deve estar relacionada com os difíceis tempos que se seguiram à expulsão dos Judeus do reino, por D.Manuel I, no ano de 1496 ²⁴.

²⁴ Não deixa de ser interessante verificarmos a coincidência de este ser igualmente o ano que figura na inscrição da Sinagoga de Gouveia.

CAPÍTULO III

A IDADE MÉDIA E AS INSCRIÇÕES

3.1. Designações.

O objecto de estudo desta dissertação recebeu, ao longo dos tempos, diversas designações. Devemos mesmo sublinhar que as duas formas hoje mais usuais – inscrição e epígrafe – são inovações relativamente tardias. Na realidade Robert Favreau regista que a palavra *inscriptio* se encontra documentada pela primeira vez apenas no séc. XIV e que só começa a ser utilizada com alguma regularidade a partir de 1496, dominando já no séc. XVI. Por seu turno, *epígrafe* é expressão ainda mais recente, que apenas está documentada a partir de 1694, enquanto que a palavra *epigrafia*, sua derivada, apenas se regista em 1843 (FAVREAU 1979, p. 13)²⁵. Como se designavam, então, esses documentos ao longo dos tempos medievais?

Robert Favreau elucida-nos que na Idade Média europeia as inscrições eram designadas pelos termos *titulus* ou *epitaphium*, e pelas formas verbais *scriptum*, *caelatum* e *inscriptum* (FAVREAU 1979, p. 13). No espaço peninsular e para a Alta Idade Média registemos que St.º Isidoro de Sevilha, nas suas *Etimologias*, utilizou as expressões *epitaphium* e *titulus* para designar as inscrições funerárias: “*Epitaphium Graece, Latine supra tumulum. Est enim titulus mortuorum...*”²⁶. O mesmo autor acrescentava um pouco mais à frente: “*Epigramma est titulus, quod Latinum superscriptio interpretatur...*”²⁷. A expressão *titulus* fora, de resto, a utilizada maioritariamente na época

²⁵ Este autor recua, assim, em dois anos o aparecimento do termo *Epigrafia*, que Raymond Bloch entendia ter surgido no panorama cultural ocidental apenas em 1845 (cf. BLOCH 1952, p. 5).

²⁶ “El término griego *epitafio* significa en latín «sobre el sepulcro». Es una inscripción en honor de los muertos...” (Etimologias, I:39, pp. 354-355).

²⁷ “Epigrama es lo mismo que «letrero»; el latín lo traduce por *superscriptio*...” (Etimologias, I:39, pp. 354-355).

romana para designar as inscrições (cf. ENCARNAÇÃO J. 1984, vol. I, Inscs. N.º 187, N.º 339 e N.º 468).

Pela nossa parte, e no que respeita a Portugal, encontramos uma série de expressões utilizadas ao longo da Baixa Idade Média para se designar uma inscrição. Dentro das palavras latinas a que parece ter tido maior sucesso é a palavra *Era*, mas encontramos mais alguns exemplos, nomeadamente as formas mais explícitas *Epitaphium* ou *Petra Scripta*. No que concerne às palavras portuguesas, em uso a partir do momento em que se divulga a língua vernácula, registemos a sobrevivência da palavra *Era*, e ainda a utilização de expressões como *Letreiro*, *Memoria*, *Titulo* e *Sinaaes*. Analisemos alguns casos, sem a preocupação de sermos exaustivos.

No *Livro das Kalendas*, o obituário da Sé de Coimbra, encontramos abundantes referências aos epitáfios da Sé Velha. Utilizamos sistematicamente essas informações no nosso *Corpus*, caso a caso, realçando o importante contributo que essas notícias obituárias fornecem para o estudo das inscrições que ainda hoje sobrevivem na Sé Velha de Coimbra ou que se guardam no Museu Nacional Machado de Castro²⁸. Não iremos aqui registar todas as passagens do Obituário que se reportam a inscrições, mas apenas escolher alguns casos que nos parecem mais significativos. A estrutura do Obituário obedece, como se sabe, a princípios essencialmente pragmáticos. Cada fólio corresponde a um dia do ano, apresentando em cima uma pequena notícia de carácter hagiográfico, revelando os Santos que nesse dia se comemoravam, à qual se seguem as notícias das diversas comemorações de aniversário que os Cónegos se tinham comprometido a realizar. Essas comemorações incluíam a celebração de missas e a reza de determinadas orações – sendo algumas delas mesmo especificadas – e, no caso de a sepultura ficar na Sé, a deslocação ao local da derradeira morada, para se rezar e se lançar Água Benta. Assim, nas notícias dos aniversários encontramos muitas vezes não só a referência aos bens doados, que justificavam a comemoração, mas também

²⁸ É igualmente possível, através de um inventário criterioso das referências do *Livro das Kalendas*, determinar o número total de inscrições funerárias medievais desaparecidas na voragem dos tempos e a sua localização no templo, no claustro ou em outras construções anexas. Durante algum tempo tivemos a esperança de poder vir a encetar esse estudo em tempo útil para o vir a incluir nesta dissertação. No entanto, tal acabou por se afigurar de todo impossível. Salientemos, apenas, que no espaço da Sé Velha de Coimbra inventariámos dezoito campos rectangulares rebaixados, com profundidades que, em média, oscilam entre os 3 e 7 cm, destinados a receber lápides com inscrições e que se encontram hoje vazios. No entanto, no Museu Nacional Machado de Castro, onde se conservam as inscrições retiradas da Sé Velha durante os restauros do início do século ou em ocasiões mais recentes, apenas se encontram nove inscrições que utilizam lápides como suporte e que são dadas como procedentes da Sé Velha. Deste modo, ficamos a saber que pelo menos outras nove inscrições, gravadas em lápides, se devem ter perdido. Certamente que as notícias obituárias do *Livro das Kalendas* ajudarão, num futuro próximo, a completar o panorama dos documentos epigráficos da Sé Velha entretanto desaparecidos.

elementos relativos à localização da sepultura, onde os Cónegos se deviam deslocar. Para facilitar o reconhecimento da sepultura e evitar equívocos a notícia obituária descreve a localização do sepulcro em relação a pormenores arquitectónicos ou a outros monumentos, e fornece muitas vezes indicações sobre um ou outro aspecto particular dos moimentos. É o caso, por exemplo, de D. Martinho Pais, Subdiácono e Chantre da Sé de Coimbra, cuja localização se faz em relação a pormenores arquitectónicos:

“... *qui iacet in monumento toto lapideo quod est in primo angulo claustri positum extra testudinem prope parietem arborum in principio navis Sancti Michaelis...*” (LKal., vol. I, p. 21);

ou o caso de D. Martinho Peres, que se esclarece estar em arcossólio para facilitar a sua identificação:

“... *qui iacet in monumento toto lapideo cum suo nepote Laurencio Alfonsi olim Canonico huius ecclesie, quod monumentum est positum sub arcu lapideo in directo porte mediane.*” (LKal., vol. I, pp. 23-24);

ou o caso de Martinho Peres, de alcunha Conde, Presbítero e Cónego da Sé, onde se refere a presença de um Nó de Salomão:

“... *qui iacet in nave Sancti Michaelis sub tertia testudine computando a principali porta claustri sub campana lapidea in qua est sculptum signum quod dicitur Salomonis.*” (LKal., vol. I, p. 251; vd. descrição do mesmo monumento ou de outro muito semelhante no vol. II, p. 303);

ou o caso de Pedro Martins, Prior da Colegiada de S. Salvador de Coimbra, cuja tampa apresentava diversos símbolos gravados:

“... *qui iacet in nave fontis parum ultra capellam Sancte Marie sub campana lapidea habenti in se duas rotulas in quarum una est signum crucis et in alia rotula sunt imagines lunarum.*” (LKal., vol. I, p. 302; vd. tb. LKal., vol. II, p. 126 e p. 222);

ou, para terminar, o caso de D. André Joanes, Chantre da Sé de Coimbra, onde se descrevem igualmente motivos ornamentais para facilitar a sua localização:

“... *iacet intus in ecclesia Colimbriensi versus portalem occidentalem sub campana de aere ubi sunt leones et galli figurati*” (LKal., vol. II, p. 131; vd. Insc. N.º 608).

Quando os monumentos apresentavam outras particularidades que facilitavam a sua rápida identificação elas eram sempre anotadas (“*sub campana lapidea fracta*”, LKal., vol. II, p. 26; vd. tb. p. 65; ou “*sub campana stricta et fracta que est posita inter duas campanas lapideas sanas*”, LKal., vol. II, p. 248).

No caso dos monumentos mais sumptuosos, a sua localização era menos problemática e, portanto, dispensava grandes pormenores. Assim, para D. Egas Fafes de Lanhoso, que jazia em sarcófago com estátua jacente, diz-se apenas:

“*Qui iacet honorifice intus in capella Sancte Clare quam construi fecit in proprio monumento sculpto imagine episcopali.*” (LKal., vol. I, p. 204 – vd. Insc. N.º 367).

O mesmo se diga de D. Vataça Lascaris, igualmente enterrada em sarcófago com estátua jacente,

“... *que sepulta est in choro Colimbriensi monumento elevato et egregie sculto*” (LKal., vol. I, p. 211).

Ou, no caso do Alvazil D. Sesnando, cujo monumento era igualmente descrito como um

“... *monumento lapideo egregie sculto et elevato sub archu lapideo ...*” (LKal., vol. II, p. 114)²⁹.

O objectivo era, portanto, facilitar uma rápida localização do monumento funerário, sem deixar margem para equívocos. Ora, entre os pormenores singulares que são contemplados nas descrições do aspecto geral dos túmulos, encontramos por vezes a referência à presença de inscrições. No caso do *Livro das Kalendas*, estas são sistematicamente designadas “*Era*” (com uma única excepção), uma designação que reflecte directamente o cariz eminentemente cronológico de que se reveste o epitáfio nestes tempos mediévicos. Registemos alguns exemplos, igualmente sem a preocupação de sermos exaustivos. O primeiro que ocorre é o de D. Telo, marido de D. Teresa, que faleceu em 1205 e que foi enterrado no Claustro da Sé Velha, na nave de S. Miguel:

“... *cuius corpus sepultum est in nave Sancti Michaelis in secundo monumento toto lapideo posito inter podium claustri et parietem arborum extra terciam testudinem ipsius navis computando testudines versus principales portas claustri ut in pariete claustri desuper monumentum posita indicat eius Era.*” (LKal., vol. I, p. 68).

Outros exemplos podem ser acrescentados. Domingos Moniz, Presbítero e Cónego da Sé, jazia no Claustro da Sé, na nave da Sala do Capítulo, e tinha o seu epitáfio colocado no pilar por cima do seu sepulcro: “... *supra quam pilam est Era lapidea ipsius Dominici Munionis*” (LKal., vol. I, p. 74). Gonçalo Dias, Deão da Sé, jazia em sarcófago embutido em arcosólio, onde figurava o seu epitáfio: “... *iacet in monumento posito sub archu versus fontem ut sub archu ibi eius Era posita manifestat.*”

²⁹ Infelizmente o monumento que hoje sobrevive na Sala do Capítulo do Claustro da Sé Velha, é um cenotáfio do Séc. XV, criado numa fase já relativamente avançada dessa centúria, muito posterior à redacção do *Livro das Kalendas*. Não sabemos, portanto, como seria o sarcófago a que se refere o Obituário, sendo certo que, se se tratava do túmulo coevo da morte do Alvazil Sesnando Davides, ocorrida em 1091, seria impossível que fosse um jacente, apesar de a expressão utilizada ser semelhante à do jacente de D. Vataça.

(LKal., vol. I, p. 113). Registemos, ainda, o caso de Pedro Martins, dito *Maariz*, que jazia em sepulcro bem mais modesto, uma simples campa rasa, “... *in nave fontis sine campana lapidea, cuius fovea est directe sub Era decani Visensis Paschasii Gondini...*” (LKal., vol. I, p. 179). A inscrição de D. Pascácio Godins ainda hoje sobrevive, embora já removida da sua localização original, fazendo parte do acervo do Museu Nacional Machado de Castro (cf. Insc. N.º 407). O mesmo se diga do monumento de D. Pascácio Nunes, referido na notícia do seu aniversário (“*et iacet circa limen porte occidentalis intus pavimento ecclesie sub campana lapidea ibi posita et in pariete prope campanam est posita Era archidiaconi supradicti*” – LKal., vol. II, p. 184), e que, neste caso, se conserva ainda no local de origem: na própria Sé Velha, imediatamente atrás do volante direito do Portal Ocidental (cf. Insc. N.º 417). Por fim, registemos o exemplo de Domingas Martins, mulher de Martim Domingues dito “*Camerarii*”, que

“... *iacet in claustro ultra capellam decani Visensis in monumento Dominici Guilhelmi scriptoris avunculi ipsius, sub quo monumento in pariete dicti claustri Era dicti scriptoris est posita iuxta campanam lapideam ubi est longum signum crucis et imago ensis...*” (LKal., vol. II, p. 30)³⁰.

O caso da inscrição de Afonso Mendes, Porcionário da Sé de Coimbra, filho do mercador Mendo Joanes e de Gontinha Álvares, revela-se interessante por nos fornecer indicações sobre a forma como a lápide epigrafada estava fixada à parede, com cravos e cal. Pais e filho jaziam na mesma sepultura, referindo-se a propósito da comemoração do progenitor, Mendo Joanes, que este

“... *iacet in claustro in nave fontis parum ultra capellam Sancte Marie versus arbores ubi sunt tres campane lapidee, et iacet sub campana lapidea que est in medio ad pedes secundi capitellis versus arbores computando versus hostium claustri super quod capitelle est quedam Era lapidea afixa cum clavis et calce eius filii Alfonsi Menendi olim porcionarii huius ecclesie, qui iacet cum eo sub dicta campana.*” (LKal., vol. I, p. 267).

A comemoração de aniversário de sua mãe, Gontinha Álvares, exarada no fólio respeitante às 14 calendas de Outubro, fornece pormenores sensivelmente idênticos (cf. LKal., vol. II, pp. 155-156).

³⁰ São abundantes as referências a inscrições exaradas ao longo do *Livro das Kalendas* – como vimos quase sempre designadas pela palavra “*era*”. Para não alongarmos muito este capítulo com exemplos repetitivos, registemos apenas que além dos casos citados, se podem encontrar outros no LKal., vol. I, p. 118, p. 144, p. 168, p. 184, p. 224, p. 236, p. 254 e p. 277; e no LKal., vol. II, p. 50, p. 65, p. 152, p. 159, p. 211, p. 263, p. 268, p. 283, p. 298, p. 319 e p. 321.

Não muito distinta é a descrição da inscrição de Martim Peres, referida quando se trata da sepultura de Mestre João, Cónego da Sé de Coimbra e Físico, que

“... *iacet in claustro in nave capituli sub campana lapidea posita ad pedes columpnarum (...) super quas columpnas est quedam Era fixa cum III^{or} clavis iuxta parietem ipsius claustri que Era est Martini Petri dicti Finuli eius consanguinei, qui iacet cum eo sub dicta campana.*” (LKal., vol. II, p. 115; vd. referência ao mesmo monumento tb. p. 143).

Gostaríamos, ainda, de sublinhar que o *Livro das Kalendas* nos revela que na Sé Velha de Coimbra nem todas as inscrições estavam gravadas em lápides ou silhares, localizados nas imediações do túmulo. Encontramos, igualmente, uma referência a uma tampa com inscrição gravada:

“... *qui Martinus Stephani iacet in claustro in nave Sancti Michaelis sub campana lapidea iuncta columpnis parietis dicti claustri in qua campana est nomen dicti Martini Stephani scriptum.*” (LKal., vol. II, p. 197).

Ao longo do *Livro das Kalendas* encontramos apenas um caso onde a inscrição não é designada pela palavra “Era” mas antes, de forma bem mais explícita, pela palavra “*Epitaphium*”. É na notícia obituária de D. Guilherme de *Cregolo*, Cónego da Sé de Coimbra, que tinha sido enterrado no Claustro da Sé, na nave da Sala do Capítulo,

“... *et habet ad caput campane super in dicto pariete Epitaphium scriptum cum era et positum inter duo Epitaphia*” (LKal., vol. II, p. 41).

A palavra “Era”, utilizada de forma esmagadoramente maioritária no *Livro das Kalendas* para designar as inscrições, ocorre igualmente em algumas epígrafes do nosso *Corpus* com o mesmo sentido. Veja-se, por exemplo, o caso da inscrição do Castelo de Borba, de 1302, que conclui revelando o nome do autor do texto da inscrição:

... EU: P(ero): SALVADORIZ FIZ: ESTA: E(ra):

(cf. Insc. N.º 495). Parece-nos mais legítimo interpretar esta passagem como revelando que Pedro Salvadores teria sido o autor do texto da inscrição, e não propriamente o autor material da epígrafe, ou seja, o lapicida. Na realidade, este provavelmente nem saberia ler ou escrever, tendo-se limitado a copiar para suporte pétreo o que figurava numa minuta que lhe foi facultada por outrem. A palavra *Era* encontra-se aqui claramente aplicada como sinónimo de inscrição.

Voltamos a encontrar a mesma palavra, nessa acepção, na inscrição funerária de D. Gil Martins, da linhagem do Outeiro, que foi o 13.º Mestre da Ordem de Avis e que viria a ser designado 1.º Mestre da Ordem de Cristo, quando esta ordem militar foi fundada para suceder à extinta Ordem do Templo. D. Gil Martins faleceu a 13 de Novembro de 1321, e foi enterrado na Igreja de St.^a Maria dos Olivais, em Tomar, tal como

tinham sido todos os seus antecessores no governo dos destinos da Ordem (até então do Templo). A sua inscrição, hoje em mau estado de conservação, remata declarando:

... : E QuEm : MAIS : Q(ui)SER SABER : CATE : AS :
OUTRAS : ERAS

(cf. Insc. N.º 548). É evidente que neste contexto a palavra *Era* designa as outras inscrições funerárias da Igreja de St.^a Maria dos Olivais. Ou seja, o autor do texto deste epitáfio sugeria ao leitor que estivesse interessado em saber mais elementos sobre os Mestres da Ordem, que “catasse” (ou seja, recolhesse) a informação nas outras inscrições. Como se sabe, a Igreja de St.^a Maria dos Olivais era o panteão dos Mestres do Templo, e continuou a ser com os Mestres de Cristo.

Perspectiva idêntica é revelada pelo epitáfio desaparecido de Martim Gomes, cavaleiro, que outrora se encontrava na Igreja do Salvador, em Torres Novas, e que esclarecia que

... : M(a)RTIM : GOMEZ : CAVALEIRO : IAS : SO ESTA : ERA...

(cf. Insc. N.º 569). Parece claro que, também aqui, a palavra *Era* foi aplicada como sinónimo de inscrição.

De igual modo no epitáfio de D. Pedro, Bispo de Évora, que foi encomendado por Martim Ortiz, se regista a mesma palavra com esse sentido:

... : ESTA : ERA : MA(n)DOU : POER : MARTIN ORTIZ :
CRIADO : DO BISPo : DoM : P(er)O

(cf. Insc. N.º 595, de 1 de Julho de 1340).

Podemos, assim, dizer que a palavra *Era* foi utilizada, quer em Latim quer em Português, para designar “inscrição”, e que foi mesmo a opção predominante na nossa Idade Média³¹. Há, no entanto, outras palavras que foram igualmente aplicadas com esse sentido. Continuemos, para já, com as expressões latinas.

No Foral dado em 1212 aos moradores do Castelo de S. Cristóvão de Panóias, ao definirem-se os seus limites, regista-se a dado passo que eles passavam pela “*Petra Scripta*”:

“... *Deinde per Agudelos, et inde per Pena Cabral, et per capita de Revedo Traveso, et inde per Petra Scripta et inde per aqua de Corrago, et inde unde primitus incoavimus.*” (PMH, Leges, p. 552).

³¹ Parece-nos ser bem significativo que uma das pedreiras de onde teria sido hipoteticamente retirada a pedra utilizada na insc. de Sagração de San Juan de los Baños, do A.D. de 661, seja precisamente conhecida por *Las Eras* (termo de Valoria, Valladolid) (cf. NASVASCUÉS Y DE JUAN 1961, p. 7).

A referência não é suficientemente explícita para afastar todas as dúvidas. Assim, e tratando-se previsivelmente de um ponto localizado em alguma zona alta ou destacada da paisagem, é possível que a designação *Petra Scripta* diga respeito a alguma rocha com inscrição (se o for, certamente romana) ou, em alternativa, a alguma rocha com gravuras rupestres³². Não é este, no entanto, o único caso.

Em 7 de Agosto de 1103, em documento exarado no *Liber Fidei*, encontramos uma referência à

“... *hereditate meam propria quam habeo in termino de Sancto Petro de Maximinos sub illa Penna Scripta iuxta vallum de Longara...*” (LFidei, doc. N.º 171, vol. I, p. 201).

Trata-se de uma referência que coloca o mesmo tipo de problemas que a passagem do foral de S. Cristóvão de Panóias.

Em 27 de Setembro de 1109 encontramos novo exemplo, desta vez na delimitação entre a *villa* de Porcas e a *villa* de Travaços (Conc. de Penafiel), doada ao Mosteiro de Paço de Sousa, onde para além de um “*pavimentum petrarum*”, com evidente interesse arqueológico, se refere várias vezes uma “... *petra scripta que iacet iusta illam viam...*” (DMP, DP III, doc. 335 = LTPSousa, doc. 145). Registemos, ainda, que em 1105 já outro diploma se reportava ao mesmo “*pavimentum petrarium*” e à mesma “*petra scripta*” (cf. LTPSousa, doc. 14). Esta *Petra Scripta* que estava junto a uma via podia muito bem ser uma inscrição funerária romana ou até um miliário, embora também não seja de todo impossível que fosse um letreiro medieval.

Em Outubro de 1210 a vila de Pitancinhos (Freg. de Palmeira, Conc. de Braga) é definida nos seguintes termos:

“... *villa Pitancinus in terretorio Bracare sub monte Mamete et alia parte sub monte Pena Scripta discurrentis aquis ad fluvium Kadavi...*” (RAMOS C.S. 1991, vol. II, doc. 234, pp. 190-191).

Trata-se, portanto, de uma situação paralela à que referimos a propósito do Foral de S. Cristóvão de Panóias.

Algo diferente é a referência a uma “... *archana scripta quod est prefixa circa Auruíta...*” (DMP, DP III, doc. 430 = LTPSousa, doc. 106), que se situaria entre

³² Ainda nos nossos dias os afloramentos onde se encontram gravuras rupestres podem ser popularmente conhecidos como “*Pedra Letreira*” ou como “*Pedra Escrita*”. Veja-se, por exemplo, o caso da “*Pedra Escrita*” de Serrazes (S. Pedro do Sul), da “*Pedra Escrita*” de Ridevides (Alfândega da Fé), da “*Pedra Escrita*” da Tapada do Cordeiro (Alfândega da Fé) ou da “*Pedra Letreira*” (Góis). A palavra “*escrita*” é assim adoptada como sinónimo de pintada ou desenhada, em acepções não muito distintas das que vemos na designação do abrigo da “*Pala Pinta*” (Alijó), do “*Outeiro dos Riscos*” (Cepelos, Vale de Cambra) ou das “*Ferraduras Pintadas*” (Oliveira de Frades), tudo designações que reflectem directamente a presença de gravados ou de pinturas.

Gandarela e Paradela, no concelho de Arouca. Tratar-se-ia de algum monumento funerário epigrafado?

Passando para o grupo das designações em língua vernácula, e para além do caso da palavra *Era* que, como já vimos, foi utilizada tanto em Latim como em Português com o sentido de inscrição, registemos desde logo as palavras “*letreiro*” e “*tytolo*”. Ambas foram abundantemente utilizadas como sinónimo de inscrição no *Livro III dos Aniversários* da Sé de Évora, um códice mandado executar pelo Chantre Martim Vasques e concluído em 21 de Maio de 1470. Quando nesse obituário se refere a comemoração do aniversário de Fernão de Colos, diz-se “... e tem huu tytolo em cima do moymento.” (LOURO 1965-67, p. 66). A inscrição ou *tytolo* de Fernão de Colos sobreviveu até aos nossos dias, conservando-se hoje no Museu Regional de Évora (cf. Insc. N.º 344, de 1251). Não é este o único caso referido neste Livro de Aniversários, embora seja o único que logrou chegar aos nossos dias. Na realidade, encontramos mais referências a inscrições funerárias no Obituário da Sé de Évora. É o caso de Maria Lavrego, que “... jaz na campa dos letreiros...” (LOURO 1965-67, p. 68), ou de seu sobrinho, Afonso Fernandes (LOURO 1965-67, p. 68), ou de Mor Fernandes, mãe de Esteve Anes, que jazia “... no moymento das leteras” (LOURO 1965-67, p. 70). O mesmo se diga de Álvaro Gonçalves Guisado, cónego e prior de Vilalva, que se encontrava enterrado “... em huma campa branca que tem um letreiro...” (LOURO 1965-67, p. 72), de Gonçalo Gonçalves, que “... tem o seu nome sobre a cova...” (LOURO 1965-67, p. 74), e de Lopo Vasques, cónego, que fora enterrado “... em campa grande escrita...” (LOURO 1965-67, p. 77). Acrescentemos os casos de Nuno Fernandes, Mestre-Escola da Sé de Évora, que “... jaz na meetade da capela de S. Bartolomeu onde está uma pedra em que está escripto seu nome...” (LOURO 1965-67, p. 78), de Mestre Garcia, que jaz numa “... campa pequena brãca cõ hum letreiro...” (LOURO 1965-67, p. 83). Ao longo deste Livro de Aniversários da Sé de Évora encontramos, por fim, duas possíveis referências à inscrição comemorativa da Batalha do Salado (a Insc. N.º 592 do nosso *Corpus*), quando se reporta à “... coluna que tem a pedra escrita...” ou o “... letreiro que esta metido no pegom...” (LOURO 1965-67, p. 81 e p. 85, respectivamente).

Podemos, portanto, registar a partir do Livro de Aniversários de Évora, uma série de formas utilizadas para designar epígrafes: desde *tytolo*, a *letreiro*, *leteras*, não esquecendo *pedra escrita* ³³.

³³ A expressão “*letera*” podia ser utilizada como sinónimo de palavra mas também como sinónimo de letras, no sentido literal do termo. Assim surge nos Manuscritos de João Pedro Ribeiro, onde este Erudito registava a referência, num documento do Cartório do Mosteiro de St.º Tirso datado de 27 de Janeiro de 1438, a “... hum calcz esmaltado no pee com leteras...” (CRUZ A. 1938, p. 220). Tratava-se, portanto, de um cálice com esmaltes, que no pé devia

No *Livro de Aniversários* da Colegiada de Santiago de Coimbra, de que chegou aos nossos dias apenas uma parte, publicada por Isaías da Rosa Pereira, encontramos de novo a expressão *letras* como sinónimo de inscrição:

“... *Item aniversario por Rui Fernandez, mercador, e Maria Dominguez, sua molher, polas casas da Rua de Peliteiros. Jaz sepultado no meo da igreja contra ho coro em a campãa das letras que tem hua marca no meo.*” (PEREIRA I.R. 1978, p. 21).

O Obituário do Cabido da Sé do Porto, um manuscrito de que sobrevive uma cópia executada na segunda metade do séc. XV, posterior a 1447 (cf. fl. 12) e anterior a 1468 (cf. fl. 87 v.º) (vd. FREITAS E.A.C. 1976, p. 1), revela-nos perspectivas idênticas às do exemplo eborense, embora menos ricas. Voltamos a encontrar as descrições dos moimentos ou da sua localização, por vezes com valorização de certos pormenores, nomeadamente motivos ornamentais ou siglas funerárias. Veja-se, a título de exemplo, o caso de Pedro Anes, “... *escrivom da camera do bpo dom Joham dAzevedo ...*”, cujo aniversário se comemorava a 20 de Abril:

“... *E iram com cruz e agua beenta sobre a ssua cova ante Sancta Luzia que tem hua campaa que tem hua screvainha com huu tinteyro ...*” (ADP, Ms. 1574, fl. 28 v.º).

Trata-se de um belo exemplo de como o domínio da escrita podia ser prestigiante, a ponto de os elementos de trabalho do escriba terem sido gravados na tampa do seu moimento³⁴. Por outro lado, são abundantes as referências a siglas funerárias que se

apresentar uma inscrição comemorando a oferta ou identificando o seu programa iconográfico. Infelizmente este cálice não chegou aos nossos dias.

O mesmo se poderá dizer da inscrição comemorativa da construção dos Paços que D. Nuno Rodrigues de Andrade mandou erguer em Ferreira do Zêzere, onde se regista na parte final que:

... : ESTAS : LETERAS : PIN[tou g]ONCALO : TENREIRO : MOORDOMO MOOR : E :
CHANCELER : MOOR : [do] DITO : S[enhor mee]STRE :

A palavra *Leteras* pode ser aqui igualmente interpretada como sinónimo de caracteres ou, em sentido mais lato, entendida como sinónimo de palavras. Gonçalo Tenreiro, Mordomo-Mor e Chanceler-Mor do Mestre da Ordem de Cristo, teria assim “pintado” a *ordinatio* que orientou o lapicida no seu trabalho de gravação das letras.

³⁴ Neste Obituário encontramos uma das mais interessantes demonstrações do que se poderia classificar de “cultura letrada”. No fólio 54 regista-se a seguinte notícia relativa a um eclipse total do Sol:

“*De Mil IIIc LXXVIIJ . XXIX dias de Julho entre as onze e as doze horas do dia foy o ssol eclissy en tanto q a lua cobrio o ssol de todo ponto e de todalas partes q do sol no pareçia cousa algua. E foy feita noute en tanta scuridom q dentro em casa se no podia leer hua carta sem candeia. As estrelas apareçerom no çeeo. E durou este eclipssy per hua grande hora. E quando a lua cobrio o ssol ficou toda redonda e negra.*” (fl. 54).

A imagem dada para reforçar a ideia da intensidade do eclipse – que dentro de uma casa apenas se conseguia ler uma carta com candeia – é bem reveladora da cultura letrada e clerical, como o é o domínio do tempo que esta notícia espelha quando diz que tudo ocorreu entre as 11 e as 12 horas.

encontravam gravadas nas campas, que são cuidadosamente desenhadas nos fólhos do Obituário (cf. BARROCA 1987, pp. 313-314). Não encontramos, no entanto, ao longo do Obituário da Sé do Porto exemplos de palavras ou expressões utilizadas para designar epígrafes, embora estas não sejam de todo ignoradas. Na realidade, no fólho relativo a 22 de Janeiro, a propósito dos aniversários de Vicente Anes, cambador, e de seu filho Pedro Vicente, regista-se que em cada comemoração

“... *pollas casas que o dito Pedro Vicente deu ao Cabidoo na rua do Remoynho que estom junto com o virgeu que foy do Mestre Scola e ora he ja do dito Cabidoo...*”, este “... *ha de hir com cruz e agua beenta sobre a cova que esta na Crasta Velha junto com o Adro primeiro d’apar do lugar hu esta o Pregador da parte do avrigo e see scripto no esteo da pedra Pero Vicente e feyta em esse esteo e sobre a campaa da dita cova huua tal marca...*” (ADP, Ms. 1574, fl. 6 v.º).

A sigla funerária em causa era constituída por pequeno círculo associado, pelo lado direito, a uma cruz. Neste caso, não encontramos uma expressão utilizada para designar especificamente a epígrafe mas temos, em contrapartida, a leitura (de parte) do seu conteúdo. Este volta a ser referido a 22 de Fevereiro (ADP, Ms. 1574, fl. 14 v.º), e de novo em 5 de Dezembro, agora pelo aniversário de Giralda Peres, mulher de Vicente Anes:

“... *e ham de ir sobre ella aa Crasta Velha iunto com ho arco primeiro da par do lugar hu esta o Pregador da parte do avrego onde está scripto Pero Vicente e sobre a campaa esta scripto este signal...*” (ADP, Ms. 1574, fl. 86).

Não é, no entanto, caso único. Ao registar-se a obrigação de comemorar o aniversário pela alma de João Gonçalves, Abade da Lavra, regista-se:

“*E jaz na Crasta Velha onde esta ho grande arco da parte de fora e seu nome he scripto na parede.*” (ADP, Ms. 1574, fl. 17, de 4 de Março).

E o mesmo poderíamos dizer de Catarina Afonso:

“*Em este dia ha o Cabidoo de fazer huu annyverssayro pola alma de Catherina Affonso medideyra que foy criada de Dom Joham Affonso Chantre desta egreia e ham de hir sobre ella que iaz na Crasta logo açerca da porta por que se saae pera a Crasta e na campaa som scriptas letras Aqui Iaz C^a Affm...*” (ADP, Ms. 1574, fl. 72, de 9 de Outubro).

Poderíamos dizer que, simbolicamente, estas notícias podem ser apontadas como dos primeiros ensaios de transcrição de inscrições em Portugal, talvez apenas antecedidas por algumas Hagiografias exaradas nos P.M.H., Script., nomeadamente a Vida de St.^a Senhorinha. Curiosamente, no Obituário portuense não se encontra referida nenhuma das inscrições medievais da Sé do Porto de que temos conhecimento do seu

conteúdo (nem o epitáfio de Domingos Afonso, falecido a 11 de Novembro de 1345 – Insc. N.º 609; nem o epitáfio desaparecido de Pedro Durães, falecido a 7 de Maio de 1291 – Insc. N.º 418), cujos nomes são já ignorados nos respectivos fólhos.

Registemos, por fim, algumas formas mais tardias utilizadas para designar inscrições. Na lápide de Santarém, de 1336, a palavra escolhida foi *sinaaes*:

... POSERON AQ(u)I ESTES SINAAES PER MANDADO DO CONCELHO ...
(cf. Insc. N.º 587).

O Conde D. Pedro, na sua *Crónica Geral de Espanha*, utiliza a expressão *leteras* com o sentido de epígrafe:

“... e avia en elle hua porta muy sotilmente feita e assaz pequena e, em cima della leteras gregas que deziam: «Quando Hercules fez esta casa, andava a era em quatro mil e seis annos.»” (Crón. 1344, vol. II, pp. 310-311; vd. tb. NUNES J.J. 1932, pp. 91-92).

Rui de Pina, no Séc. XV, utiliza a palavra *letreiro* quando regista, na *Crónica de D. Dinis*, que o Infante D. Afonso, Senhor de Portalegre,

“... jaas sepultado no Moesteyro de S. Dominguos de Lixboa, em hum moymento de pedra, que estaa à porta do Coro...”,

esclarecendo:

“... porque esta hee ha verdade, que affirmo, e eu ha vy no proprio letreiro, que tem ho dito moymento e assi ho aচেy por outras escrituras asáas autenti-quas...” (Crón. Rui Pina, p. 238) (vd. Insc. N.º 525, de 1312).

Será igualmente a palavra *letreiro* a que Rui de Sousa utilizará, em 1485, quando ao redigir o seu testamento pede que sobre a sua sepultura seja colocado um “*letereyro*” (cf. AZEVEDO P.A. 1904, p. 192 – documento que analisaremos com mais detalhe no capítulo seguinte).

Por seu turno, em 1529 os monges de St.º Tirso aplicaram a palavra *memória* como sinónimo de epitáfio. Assim se pode verificar na inscrição moderna de D. Martim Gil de Sousa ou de Riba Vizela, 2.º Conde de Barcelos, e de sua mulher, D. Violante Sanches, que tinham sido enterrados nesse mosteiro sem epitáfio e em campas separadas, males que seriam corrigidos em 1529 por determinação de D. Miguel da Silva, o qual mandou colocar a seguinte epígrafe:

AQUI IAZ D. MARTIM GIL DE SOUSA CONDE DE BARCELLOS / ALFE-
REZ MOOR DELREY D. DINIS E MORDOMO MOOR / DELREY D. AFON-
SO SEU FILHO SENDO PRINCIPE E IAZ / COM ELLE A CONDESSA DONA
VIOLANTE SANCHES SUA / MOLHER OS QUAIS DERÃO A ESTE MOYS-

TEIRO DE / S. TY(r)SSO MUYTAS HERDADES QUE (h)OGE POSSUYE E O / CHÃO DO COUCE QUE SE TROCOU POR OUTRAS / E POR DINHEYRO DE QUE ESTA IGREIA SE REEDIFICOU / IAZIAM APARTADOS *SEM MEMORIA ALGUUA* E DOM / MIGUEL DA SYLVA B(is)PO DE VISEU CORRE- GENDO ESTA CASA / OS POS NESTA SEPULTURA E LUGAR POR SEUS MERECIMENTOS / AN(no) . M . D . XXVIII

D. Martim Gil, 2.º Conde de Barcelos, fora o mecenas da reforma gótica da Igreja monástica de St.º Tirso, erguida nos inícios do Séc. XIV, tendo deixado para o efeito avultados bens no seu testamento, redigido em 1312. É, por isso, natural que a sua memória fosse venerada com particular gratidão pelos monges de St.º Tirso e que D. Miguel da Silva, dois séculos depois da sua morte, se tenha ainda preocupado com a criação de uma inscrição que perpetuasse o seu nome.

Sintetizando, podemos dizer que, no que respeita à forma como a Idade Média designou as inscrições, apenas se conhecem expressões utilizadas numa fase relativamente tardia, na sua maioria a partir dos inícios do Séc. XIV. No que respeita ao Latim, a forma que parece ser dominante é a palavra *Era* (por vezes *Era Lapidea*), que predomina de forma esmagadora no *Livro das Kalendas* da Sé de Coimbra, lado a lado com formas de uso mais esporádico, como *Epitaphium*, *Lapidem* ou *Petra Scripta*. No que concerne ao Português, as formas mais usuais foram *Era*, *Letreiro*, *Leteras*, *Memória*, *Sinais* ou *Título*.

3.2. Representações.

As mais antigas representações iconográficas de inscrições que conhecemos encontram-se registadas no *Livro das Fortalezas do Reino*, de Duarte de Armas, um manuscrito que foi desenhado em 1509, como demonstrou o recente estudo de Manuel da Silva Castelo Branco. Em diversos fólios da sua obra podemos admirar a representação de lápides com Escudos Nacionais, colocadas sobre as entradas das fortificações ou em outros lugares de prestígio, mas na maioria dos casos estas não apresentam qualquer sintoma de possuírem inscrição. Há, no entanto, dois casos inequívocos de representação de inscrições, nos fólios relativos a Mértola e a Castelo Branco.

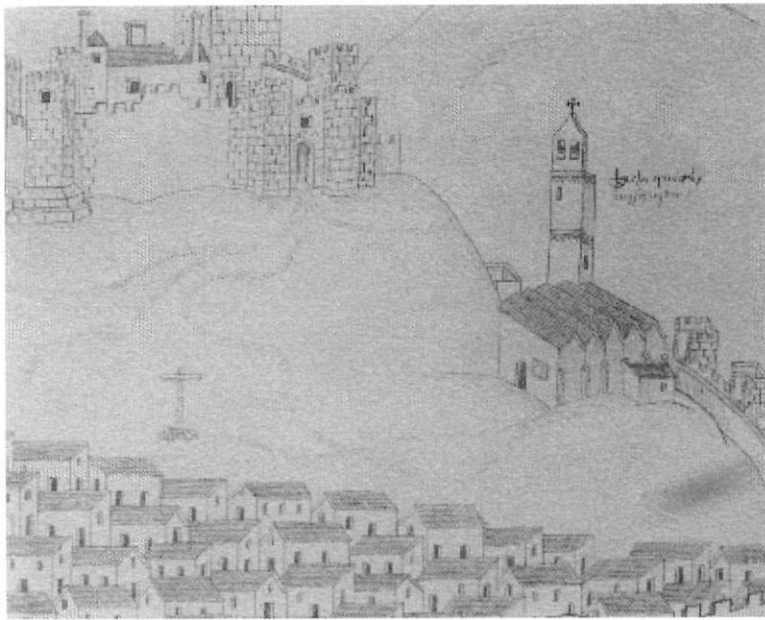
No caso de Mértola, na vista tirada de Sudeste (fls. 4 v.º-5), podemos admirar uma inscrição desenhada na fachada principal da Igreja Matriz, à direita do Portal. O templo ainda é representado com o seu telhado original, com cinco tramos, revelando a organização interna do edifício, concebido originalmente para ser Mesquita, e que depois da Reconquista seria Sagrado e adaptado a Igreja cristã. A própria morfologia do seu

campanário, tal como o desenhou Duarte de Armas, não consegue disfarçar a primitiva função de minarete. De resto, Duarte de Armas não se esqueceu de registar na legenda: “*Igreja que foy misquyta*”. À direita do portal Duarte de Armas desenhou uma lápide rectangular de assinaláveis dimensões (embora seja natural a existência de algum desequilíbrio na proporção relativa dos diversos elementos que integram o desenho do edifício), podendo-se distinguir a representação esquemática de três regras (Est. II, N.º 1).

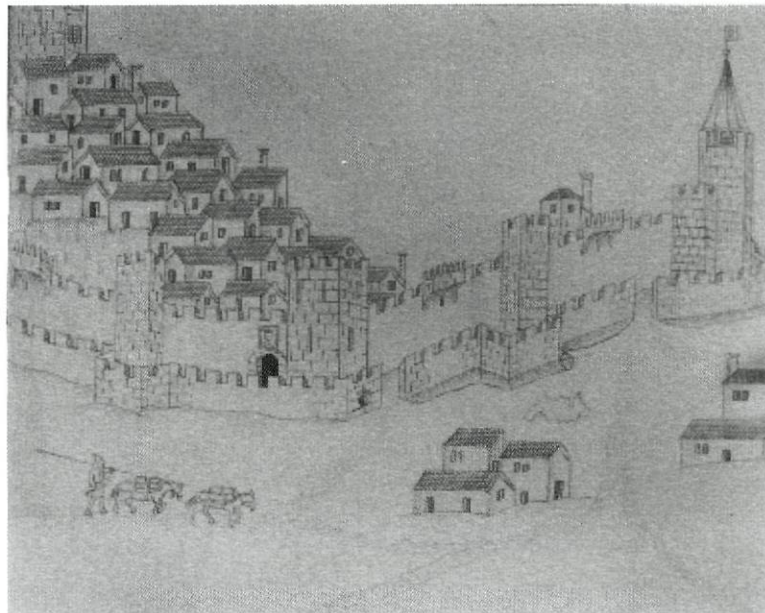
Em Castelo Branco, no fólio que retrata a cidade e as suas muralhas em perspectiva tirada de Sudeste (fls. 51 v.º-52), podemos observar em primeiro plano uma das portas da cidade, ladeada por torre e coroada por lápide. Nesta vemos, em cima, o Escudo Nacional e, por baixo deste, a representação esquemática de um letreiro com, aparentemente, duas regras (Est. II, N.º 2).

Infelizmente, nenhuma destas inscrições sobreviveu até aos nossos dias.

Est. II



1



2

CAPÍTULO IV

A CRIAÇÃO DE UMA INSCRIÇÃO

4.1. Encomenda e Encomendadores.

O primeiro passo na abordagem do processo de criação de uma epígrafe é o da encomenda. São, infelizmente, muito escassos os elementos que conhecemos para esta fase. Durante algum tempo tivemos a esperança de vir a encontrar algum contrato de encomenda de uma inscrição que nos fornecesse alguns pormenores. Seria interessante saber quais os elementos que o encomendador facultaria à oficina, se indicava algum dado sobre os temas ornamentais da lápide, sobre o conteúdo do texto (ou até mesmo se facultava o próprio texto), qual o prazo de entrega e o preço previsto para a obra. Recordemos, apenas, como se afiguram ricos em ensinamentos o contrato de encomenda do monumento funerário de D. Gonçalo Pereira ou o recibo do moimento de D. Vataça Lascaris, ambos túmulos com estátua jacente, feitos na oficina de Mestre Pero no segundo quartel do séc. XIV³⁵. Ou como, ainda para o estudo da estatuária funerária medieval, a inscrição do túmulo de D. Fernão Gomes de Góis, que se conserva na

³⁵ O contrato assinado por D. Gonçalo Pereira, em 1334, com “*Meestre Pero morador en Coimbra e com Tello Garcya morador en Lixboa*”, ambos “*meestres dass hymageeys*”, para que estes executassem “... *huu moymento con ssa cobertura e ass outrass pedras...*”, refere que o programa iconográfico do túmulo seria definido pelo Arcebispo de Braga:

“... *devemos a lavar e aperffazer e afigurar per aquela guysa que o dito Arcebispo ou sseu çerto recado mandar ffazer, covem a ssaber assy de ffegurass como de sygnaaes, como de totalas outras coussas que o dito ssenhor mandar ffazer ou ppoer, assy no moymento come na dita cobertura como enas ditas pedras...*” (MONTEIRO M. 1980, p. 304).

Ficamos, assim, a saber que D. Gonçalo Pereira iria indicar, noutro documento, a natureza do programa iconográfico do seu moimento. Pelo contrato de 1334 era, ainda, estipulado prazo e preço da obra:

“*A qual obra devemos começar e affazer dess Julho meyhado primeiro que vem em deante e non herger dela maão ata que a dita obra non sseja ffeyta e acabada. (...) Pela qual obra que nos ssobre ditos devemos a ffazer, devemos daver dozentas livras dass quaes dozentas livras conhoçemos e conffessamos que reçebemos en ssignal e en paga quareenta livras...*” (MONTEIRO M. 1980, p. 304).

Igreja Matriz de Oliveira do Conde, se tornou rapidamente um elemento de referência obrigatória graças aos elementos que nos faculta sobre o prazo de execução de uma obra de escultura desse género ³⁶. Lamentavelmente essa esperança não foi correspondida. Conhecemos, no entanto, algumas referências que, não sendo rigorosamente contratos de encomenda (e portanto não facultando elementos quanto ao texto, iconografia, prazos ou preço), nos fornecem ainda assim curiosos pormenores. Sublinhemos, desde já, que são sempre casos tardios, do séc. XV, portanto posteriores aos limites cronológicos adoptados pelo nosso estudo.

O primeiro exemplo é um diploma do Infante D. Henrique, datado de 12 de Outubro de 1431, pelo qual o filho de D. João I doava à Universidade de Lisboa, para instalação mais condigna, as casas que possuía em Lisboa, no “Bairro dos Escolares”. No documento o Infante, reconhecendo que a Universidade

“... nom tijna casas proprias em que leesem e fezesem seus autos escolasticos de todas as sciências, ante andava senpre per casas alheas e de aluguer, come cousa desabrigada e desalojada...”,

fazia

Sobre o túmulo de D. Vataça, executado igualmente por Mestre Pero, conhecemos o recibo assinado em 29 de Janeiro de 1337, o qual nos revela que D. Vataça pagou pelo seu moimento a quantia de 161 libras e 8 soldos, mais um manto (DIAS P. 1986, p. 116; COELHO M.H.C. e VENTURA L. 1987, p. 191). O monumento estava, portanto, concluído em 29 de Janeiro de 1337.

³⁶ O túmulo de D. Fernão Gomes de Góis apresenta, na secção lateral da sua tampa com jacente, uma inscrição funerária, de conteúdo vulgar, que nos diz:

AQUI : IAZ : FERNAM : GOMEZ : DE : / GOOES : CAMAREIRO : MOOR : Que : FOY : DO
: MUY : NOBRE : REY : DOM : YOHAM : DE : PORTUGAL : O QuAL : O DITO : SENHOR
: REY : FEZ : CAVALEIRO : O DIA : QUE : FILHOU : ÇEUTA : AOS : M / OUROS :

No bordo superior do sarcófago encontra-se uma legenda do programa iconográfico da arca, identificando os diversos Santos nela representados, legenda que se conclui no friso inferior do sarcófago. Aqui, ao longo do lateral direito, encontramos a inscrição justamente celebrizada, que nos revela o autor do Jacente e o tempo que este demorou a realizá-lo:

... AM : AFONSO : MEESTRE : DOS : SINOS LAVROU : ESTE : MOIMENTO : E : COMECO O
: NA : ERA : DO : NA(s)CIMENTO : DE : NOS(s)O : SENHOR : IH(es)U : XPO : DE : MIL : CCCC
: XXXIX : ANOS : E ACABOU O : NA : ERA : XL : COMECADO : TRES : DIAZ : ANDAD[os] :
MAIO : E : POZ : DOZE : MESES : EM : LAVRALO : PEZ (?) :

A singularidade da informação levou a que, desde que Vergílio Correia a valorizou, a inscrição de Oliveira do Conde se transformasse rapidamente numa referência clássica nos estudos de escultura funerária medieval portuguesa.

A inscrição de D. Fernão Gomes de Góis foi publicada por CORREIA V. 1924, pp. 202-203; GEPB 1935-60, s.v. “Góis (Fernão Gomes de)”, vol. XII, p. 497; CORREIA V. 1941-78, vol. III, pp. 58-59; GONÇALVES A.N. 1980, p. 295; DIAS P. 1979, pp. 116-117.

“... pura, livre, e jrrevogavell doaçom, antre vivos veladoira pera todo senpre... das mjnhas casas que eu ey neesta çidade, em o Bairro dos Escolares, que foram de Gonçallo Tenreiro e depois de Ruy Freire de Andrade e depois de Johan Eanes, armeiro do dicto senhor rrey, meu ssenhor e padre, de quem eu as comprey...” (Mon. Henr., vol. IV, Doc. 3, pp. 5 e 7)³⁷.

O diploma revela curiosos pormenores em relação aos espaços doados, às suas funções e às pinturas alegóricas que deveriam apresentar. Assim, ficamos a saber que todas as Artes deveriam ser leccionadas na zona do claustro, para onde abriam as diversas casas, excepto a Gramática: “*afora a Gramatica, porque he de grande arroydo, a quall mando que sse lea na casa de fora*”, uma alusão clara à prática da leitura em voz alta, dominante na Idade Média³⁸. Nas diversas casas estariam pintadas alegorias às Sete Artes, especificando-se que na sala destinada à Medicina deveria ser pintada a figura de Galeno (“*hi seia pintado Galiano*”), na sala destinada ao ensino da Teologia deveria ser pintada a Santíssima Trindade (“*hi este pintada a Sancta Trindade*”), na sala para a leitura das Decretais seria pintada uma figura de um Papa, em alegoria a Gregório IX (“*hi este pintado huu Papa*”), na sala para a leitura da Filosofia “*natural e moral*” estaria representado Aristóteles (“*hi este pintado Aristotelles*”) e na sala destinada à leitura das Leis a figura de um Imperador (“*hi este pintado huu Emperador*”) (cf. Mon. Henr., vol. IV, p. 7). A concluir o diploma o Infante D. Henrique revela:

“*E, em testemunho desto, mandey dar esta mjnha carta aa dicta Universidade e mando que outra se ponha e sculpa em huua grande pedra que este posta na parede das dictas casas, sobre a porta, pera senpre.*” (Mon. Henr., vol. IV, Doc. 3, p. 8).

Não sabemos se a vontade do Infante foi alguma vez satisfeita, embora seja provável que assim tenha acontecido. Essa inscrição, que petrificava a sua vontade exarada em pergaminho, não conseguiu chegar aos nossos dias. No entanto, o simples facto de o Infante D. Henrique ter determinado a sua execução é já significativo. Na realidade, essa sua disposição reflecte de forma indirecta algumas das dimensões que eram vulgarmente reconhecidas a uma inscrição, nomeadamente a sua capacidade de publicitar, de memorizar e de perpetuar uma mensagem. Quando o Infante ordenava que as suas disposições fossem esculpidas em pedra e que esta fosse colocada sobre a porta de acesso às novas instalações da Universidade, ele estava a providenciar que as suas decisões fossem memorizadas “*pera senpre*”, ou seja, estava a reconhecer implicitamente que uma epígrafe era um registo mais perene que um documento em pergaminho ou que a memória dos homens. É que, como reconhecia D. Afonso III em 1261,

³⁷ Sobre Gonçalo Tenreiro e Rui Freire de Andrade veja-se a nossa Insc. N.º 632, de 1362.

³⁸ A leitura silenciosa, introspectiva, foi uma inovação relativamente tardia, como sublinha Paul Zumthor (ZUMTHOR 1989, p. 126; BARTHES e COMPAGNON 1987(c), p. 185).

“... os homens sum mortaes, e a renembrancha dos feitos que fazem no pode sempre durar nos coraçoes dos homens que despois nace...” (SOUSA A.C. 1739-48, vol. I, pp. 79-81).

Por isso recomendava D. Duarte que

“... por grande que alguém a sinta [a Memória], que nunca em ela muito se confie, porque falece ligeiramente onde cumpre por muitas guisas, e porém sempre se proveja em toda cousa que bem puder de pôr as cousas em escrito ou mandar que o lembrem, como se pensasse que a fraca tivesse” (Leal Cons., p. 36).

O Infante D. Henrique estava, no entanto, também a reconhecer que o conteúdo de uma epígrafe era mais público que o de um vulgar documento legal, pelo que com ela tinha mais garantias de que a sua vontade seria respeitada pelos vindouros. No entanto, e por ironia do destino, a lápide da Universidade não chegou aos nossos dias, sendo afinal a sua existência apenas revelada pelo documento em pergaminho que ela procurava publicitar e eternizar.

O segundo documento que gostaríamos de aqui abordar é o testamento de Rui de Sousa, filho de Rui Borges de Sousa, Alcaide-Mor de Santarém, que redigiu o seu testamento em 1485³⁹. Este documento foi retirado do esquecimento dos arquivos pela mão incansável de Pedro A. de Azevedo, que o deixou transcrito nas páginas de *O Archeólogo Português*. Trata-se de um testamento rico em pormenores, pelo qual Rui de Sousa determina que seja enterrado em S. Domingos de Santarém:

“... que o meu corpo seja enterrado dentro em o moysteyro de Sam Domjngos se ao tal tempo falecer em Santarem junto com onde jaz o corpo e sepoltura de meu padre...”,

sublinhando que

“... se ao tal tempo for em outra parte... seja enterrado na jgreja ou moysteyro principal em tall lugar pera que se aja de treladar ao dito moysteyro de Sam Domingos de Santarem por que asy he mjnha vontade...” (AZEVEDO P.A. 1904, p. 190).

Rui de Sousa deixava diversos bens ao Mosteiro de S. Domingos e pedia para ser erigida uma capela para si, para seu Pai e para os da sua linhagem:

“... e assy a renda desto como a dos outros sobre ditos seja pera hua capela que elles ditos faram no alpendre de Sam Domjngos do sobre dito moysteyro,

³⁹ A biografia de seu Pai, Rui Borges de Sousa, foi traçada por Humberto Baquero Moreno – cf. MORENO H.B. 1973, vol. II, pp. 976-977.

pedyndo lugar aos frades satisfazendo o moysteyro em maneyra que o ajam por bem, a qual capela sera feyta em deryto de hum arco de moymento que comprado he por parte de meu padre que Deos aja na sua gloria...” (AZEVEDO P.A. 1904, p. 191).

Logo aqui começam os pormenores detalhados, reveladores de uma decidida vontade de Rui de Sousa. Esclarecia este que

“... o qual arco ficara por arco da dita capella e seja de maneyra e grandor que a fazenda que pera ello tenerem lhes der lugar e nela sera posto hu altar do orago de nosa Senhora da Conçeyçam e hu corçefixo e rreverença de ssua morte e payxom, e no meio da dita capella dyante do altar sse poera hu moymento de pedra mujto alva com letaras em rredor que dygam quem aly jaz e as armas de-reytas dos Borges segundo as meu pay trazia no dito moymento em escudos lavrado tudo na mesma pedra, ao qual moymento sera treladada e metida a ossada do dito meu padre que Deos aja...” (AZEVEDO P.A. 1904, p. 191).

No que respeita ao seu monumento, a descrição de Rui de Sousa é mais pormenorizada ainda:

“... e na parte do Avangelho antre o arco e o altar em na parede sera posto hu moymento pera mjnha osada que nelle treladaram e meteram de hua pedra alva asy obrado, e pela maneyra posto como o de Afomso Pereira o Reposteyro morador dell Rey Dom Afomso o qujnto que Deos aja na sua gloria que esta em Sam Francisquo no dito lugar de Santarem... em o qual moymento seram postas mjnhas armas a saber as dos de Sousa e as dos Borges, as de Sousa a parte de-reyta e as dos Borges a ezquerda metydas a quarteyrões em hu escudo e letaras no moymento que dygam como eu aly me mandey lançar e hum letereyro acima de moymento que conte como mandey ffazer aquella capela so honrra e louvor de nosa Senhora da Conçeyçom e da morte e payxam do seu Santo Bento Filho... e tambem avendo em memoria o nome e o lynhagem do dito Senhor meu padre e mjnha e dos sepultados socesores nosos em a dita capella e o moymento que do arco sayr sera posto da outra banda e nele se meteram as ossadas de mjnhas yrmãs...” (AZEVEDO P.A. 1904, pp. 191-192).

Rui de Sousa pretendia, portanto, criar um verdadeiro panteão para si e para os da sua linhagem, determinando que o cenotáfio destinado a seu pai – falecido em 1462 (cf. MORENO H.B. 1973, vol. II, p. 977) – fosse personalizado por uma inscrição e pelos brasões, o mesmo acontecendo com o seu sarcófago, acrescentando ainda uma lápide onde se memorizaria o seu protagonismo na criação desta capela, a qual seria fixada na parede.

São estes os dois documentos que encontramos onde os seus outorgantes determinam a criação de inscrições. É provável que existam outros, alguns até mais ricos e elucidativos, mas infelizmente não os conseguimos localizar.

Se sobre a encomenda de epígrafes dispomos de escassos elementos, é possível, no entanto, avançar um pouco mais na caracterização social dos encomendadores de inscrições na nossa Baixa Idade Média.

Há um pequeno número de epígrafes do nosso *Corpus* onde conseguimos determinar que foram resultado de encomendas prévias. Isto é, são epitáfios encomendados antes das pessoas visadas terem falecido, apresentando, por isso originalmente as partes referentes aos elementos cronológicos em branco, apenas gravadas em alguns casos depois do desenlace. Nestes casos parece lícito supor que o encomendador terá sido a própria pessoa a que diz respeito esse epitáfio. Poderíamos agrupar dentro desta situação:

- o epitáfio de Maria Pais que, ao encomendar a inscrição de seu marido, André, mandou desde logo gravar as duas primeiras regras do seu próprio epitáfio, deixando apenas em branco a parte relativa aos elementos cronológicos do seu falecimento, completados depois de 14 de Setembro de 1194 (cf. Inscs. N.º 189 e N.º 200);
- o epitáfio de Ordonho, do séc. XII, que nunca chegou a ser concluído na parte respeitante aos dados cronológicos (Insc. N.º 237);
- o epitáfio de D. Martinho, outrora em Pombeiro, falecido a 10 de Novembro de 1219 (Insc. N.º 287);
- o túmulo de D. Nuno Martins de Chacim, que se conserva em Castro de Avelãs, com legenda igualmente incompleta, fruto de encomenda realizada entre 1262 e 1288 (Insc. N.º 357);
- o epitáfio de Domingos Aparício, de 1362 (?) (Insc. N.º 629);
- o de Vasco Pais de Pereira ou do Monte, em Oliveira do Hospital, de 20 de Outubro de 1362 (Insc. N.º 633);
- o epitáfio de D. Afonso Pires, Bispo do Porto, encomendado cerca de 1362, e nunca completado quando o prelado faleceu, em 1372 (Insc. N.º 634);
- a inscrição de D. João Peres, Prior Crasteiro de Pombeiro, datada de 1366 (Insc. N.º 639);
- a inscrição funerária de Júrio Geraldês, Corregedor de Entre-Douro-e-Minho, que se conserva em Vila Boa do Bispo, completada depois do seu falecimento em 1381 (Insc. N.º 664);

– e os epitáfios de dois *companhons* de Bartolomeu Joanes, o de [Gi]ral de Santarém, mercador de Lisboa (Insc. N.º 711) e o de outro mercador, de nome desconhecido (Insc. N.º 712)⁴⁰.

A todos estes exemplos teremos de acrescentar outros que, pelo teor da própria inscrição, nos revelam a pessoa que a encomendou. Nesse grupo poderíamos incluir a esmagadora maioria das inscrições em objectos de ourivesaria: casos como o cálice moçárabe da Sé de Braga, oferecido pelos Condes Portucalenses em [997-1008] (Insc. N.º 10), ou o cálice de D. Gueda Mendes, encomendado por este nobre para oferecer ao Mosteiro de Refojos de Basto (Insc. N.º 96, de 1152), bem como os cálices que D. Dulce, esposa de D. Sancho I, ofereceu a Alcobaça (Inscs. N.º 151 e N.º 152, de [1174-1198]), ou o cálice com que D. Sancho I e D. Dulce distinguiram o Convento de St.^a Marinha da Costa (Insc. N.º 181, de 1187), a cruz que Fr. Afonso Mendes entregou à Igreja de Poiares da Régua, sede da Comenda que lhe fora confiada pela Ordem do Hospital (Insc. N.º 293, de 1225), ou a cruz que o Prior D. Vasco Martins ofereceu ao seu mosteiro de Ancede (Insc. N.º 621, de [1354-1375]). Apenas afastaríamos desta situação a Cruz de ouro de D. Sancho I, que foi entregue ao Mosteiro de St.^a Cruz de Coimbra em 1214 no cumprimento das disposições testamentárias do monarca, e cuja inscrição foi, obviamente, decidida por outra pessoa que não o Rei, que havia falecido três anos antes, em 1211 (Insc. N.º 272, de 1214).

Ao rol das inscrições em objectos de ourivesaria poderíamos acrescentar outros casos de inscrições lapidares cujo teor do texto epigráfico espelha directamente o seu encomendador, a pessoa que definiu o perfil do texto. Veja-se, por exemplo, o caso da inscrição de Rio Mau onde a forma como o Presbítero Pedro Dias é tratado – “indigno sacerdote” – nos revela claramente que a encomenda da epígrafe, bem como a definição do seu texto, deve ter partido do próprio presbítero (Insc. N.º 93, de 1151). O mesmo se pode dizer de muitos outros casos como, por exemplo, as inscrições comemorativas de cerimónias de Sagração ou Dedicção de templos onde são mencionados não só o nome do Prelado que preside à cerimónia mas também o do promotor desta, muitas vezes o presbítero do templo, que deve ter sido o encomendador da memória epigráfica. Ou os epitáfios laudatórios encomendados por parentes próximos, como o

⁴⁰ Os casos de inscrições que apresentam espaços em branco para serem completados os elementos cronológicos depois de terem ocorrido os respectivos eventos correspondem, esmagadoramente, a inscrições funerárias. Há, no entanto, uma ou outra excepção, como o caso da inscrição da Colegiada de N.^a S.^a da Oliveira, em Guimaraes, que comemora o empenho de D. João I na reforma do templo, que apresenta espaços em branco na última regra destinados a serem completados depois de concluída a obra (cf. Insc. N.º 673, de 1387).

de Rodrigo Sanches, fruto de encomenda de sua irmã D. Constança Sanches (Insc. N.º 325, de 1245), ou o de Fr. Estêvão Vasques Pimentel, encomendado por seu sobrinho-neto, D. Álvaro Gonçalves Pereira, que “herdou” o cargo de Prior da Ordem do Hospital depois da morte de Fr. Estêvão (cf. Insc. N.º 588, de 1336). Acrescentemos, por fim, outras situações onde pela forma como o texto foi redigido é possível entrever o seu encomendador. Assim acontece, por exemplo, com a inscrição de D. Lopo Fernandes Pacheco, extenso letrado da Sé de Lisboa, que pelo relevo que dá ao seu segundo casamento, com D. Maria Rodrigues de Vilalobos, silenciando o seu primeiro casamento (com D. Maria Gomes Taveira), não se esquecendo de registar pormenorizadamente a ascendência de D. Maria de Vilalobos (embora silenciando a própria ascendência de D. Lopo), nos denuncia que se trata de uma encomenda realizada por D. Maria de Vilalobos, que sobreviveu ao seu marido quase vinte anos. De resto, assim se compreendem melhor as afinidades que unem o túmulo de D. Lopo e o de D. Maria de Vilalobos, desde os pequenos colunelos que soerguem as arcas até à organização exclusivamente heráldica dos seus laterais, revelando que o moimento de D. Maria de Vilalobos deve ter sido encomendado sensivelmente ao mesmo tempo que o de seu marido, e que ambos devem resultar da vontade de D. Maria de Vilalobos (cf. Inscs. N.º 619, N.º 620 e N.º 709). Acrescentemos o caso da inscrição de Coimbra de [1367-1383] onde se memorizam obras ordenadas por D. Fernando, mas que pelo relevo que se dá ao papel de D. Martim de Albernaz, nomeadamente pela colocação, por duas vezes, do seu brasão pessoal (em vez das Armas do Reino, como seria natural), nos revela que estamos perante uma encomenda feita por si ou, mais provavelmente, por algum descendente directo (cf. Insc. N.º 642). Uma situação idêntica à que se verifica, por exemplo, na inscrição comemorativa da construção da muralha fernandina de Lisboa, que se conserva na Rua da Mouraria, onde o lugar de destaque reservado a D. Gomes Martins de Setúbal, regedor da obra, que ocupa cerca de 20% do letrado, acaba por denunciar o encomendador do letrado, a pessoa que definiu o seu teor (cf. Insc. N.º 652).

Como se pode verificar, não é difícil determinar, em variados casos e tendo em atenção diversos pormenores, qual a origem da encomenda da epígrafe. Por vezes o protagonismo nem sequer deve ter sido individual, mas pode ter partido de uma comunidade monástica (vd., por exemplo, Inscs. N.º 71, N.º 110, N.º 289, N.º 295, N.º 300, N.º 343, N.º 348, etc.), ou de uma Ordem Militar (vd., por exemplo, Inscs. N.º 98, N.º 104, N.º 136, N.º 137, N.º 138, N.º 142, N.º 148, N.º 275, etc.).

A análise dos diferentes casos que integram o nosso *Corpus* Epigráfico que permitem adivinhar o encomendador da inscrição revela-nos que, em boa parte da nossa Idade Média, essas encomendas saíram sistematicamente de grupos privilegiados da sociedade: da Família Real (incluindo-se aqui o monarca, esposa, filhos legítimos e

bastardos), até elementos da hierarquia religiosa (quer secular quer regular), passando pela Nobreza e pelas Ordens Militares. Seria necessário aguardar pelo último quartel do Séc. XIII para começarmos a assistir ao protagonismo de ricos cidadãos, nomeadamente mercadores, e de funcionários régios na encomenda de registos epigráficos. Acompanhando a tendência que se desenha um pouco por toda a Europa, o número destas encomendas saídas dos níveis intermédios da sociedade tende a aumentar ao longo do Séc. XIV, e ainda mais no séc. XV, traduzindo uma “democratização” do registo epigráfico, que é acompanhada pela sua progressiva “laicização”.

4.2. Autor do Texto.

O encomendador do texto ou da obra não deve, no entanto, ser confundido com o autor do texto epigráfico, da mesma forma que este não pode ser confundido com a pessoa que o rasgou no suporte escolhido. É certo que, como Robert Favreau teve ensejo de realçar,

“celui qui a commandé l’oeuvre intéresse aussi l’epigraphiste dans la mesure où il a pu influencer le programme iconographique que l’inscription accompagne, ou même parfois donner le texte” (FAVREAU 1979, p. 24).

Pode, realmente, ter havido um ou outro caso onde o encomendador entregou o texto que pretendia ver eternizado na pedra ou noutra suporte. Mas muitos devem ter apenas definido as linhas gerais do teor do texto, como o caso bem explícito de Rui de Sousa, em 1485, ou até ter deixado grande liberdade ao seu criador. É mesmo possível que no momento da encomenda fossem facultados ao cliente diversos formulários, exemplos pelos quais poderia decidir o perfil que o texto devia adoptar ⁴¹. Na maior parte dos

⁴¹ Edmond Le Blant (1869) e René Cagnat (1889) demonstraram, respectivamente, para a Epigrafia Paleocristã e Clássica, que as oficinas epigráficas possuíam manuais ou catálogos com diversos formulários para os diferentes tipos de inscrições (LE BLANT 1869, pp. 59-74; CAGNAT 1889, pp. 51-65). A existência desses manuais ou formulários, de que nenhum sobreviveu até aos nossos dias, documenta-se por diversas formas: numa série de epígrafes onde o lapicida transcreveu literalmente o texto do manual, esquecendo-se de o adaptar à situação em causa, mantendo expressões como TANTUS, ILLO ou ILLA, que se destinavam a ser substituídas, caso a caso, pelos elementos que podiam variar (o nome da pessoa ou os dados cronológicos) – por exemplo “... ET TRANSIIT KLENDAS IVLIAS RIGNI NOSTRI CHDOEDO REGIS TANTO INDICIONE QUARTA ...” (LE BLANT 1869, p. 60) ou “L. CRITONIVS. L. L. FELIX . SIBI . ET CRITONIAE . L. L. RVFINA TANTUM” (CAGNAT 1889, p. 52); ou pela ocorrência de epígrafes utilizando frases ou expressões similares apesar de ocorrerem em zonas muito afastadas entre si, o que espelha a circulação desses formulários (vd. LE BLANT 1869, p. 62 e ss.; CAGNAT 1889, p. 54 e ss.; DACL 1907-51, s.v. “Lapicides”, vol. VIII, tomo I, cols. 1337 e 1342-1343; MALLON 1952, p. 58; FAVREAU 1979, p. 35).

casos estamos convencidos de que – pelo menos nos textos um pouco mais elaborados, que fogem às soluções mais estereotipadas – o autor do texto não deve ter sido o encomendador. Mesmo no que concerne a inscrições encomendadas por instituições monásticas e criadas no seio dos seus próprios *scriptoria* podemos por vezes distinguir entre a encomenda (decidida pelo colectivo monástico) e o autor do texto. Será, por exemplo, o caso da inscrição versificada de Alcobaça que ficou a memorizar a mudança dos monges da Abadia Velha para a Abadia Nova, em 6 de Agosto de 1223, que foi certamente decidida pelos monges mas que, pela forma como o texto foi concebido, e pela sua original disposição gráfica, podemos com algum grau de verosimilhança supor que terá sido criada por Fr. Martinho (cf. comentário à Insc. N.º 289, de 1223). Na realidade, este monge assinou as duas únicas subscrições de códices saídos do *scriptorium* monástico de Alcobaça que adoptam as mesmas soluções: textos versificados e disposição gráfica colocando em comum a última letra de cada verso. Esta singular forma gráfica funciona, aqui, como verdadeira identificação da autoria do texto. O caso da colecção epigráfica alcobacense é, neste sentido, singular em Portugal, até porque, se neste caso conseguimos identificar o monge responsável pelo texto epigráfico, noutros casos conseguimos determinar a identidade do monge-lapicida responsável pela abertura de alguns epitáfios nos silhares do Claustro do Silêncio, o qual personalizou o seu trabalho com uma pequena sigla – um I coroado por pequeno segmento de recta horizontal – que denuncia o seu nome: João. Ficamos a saber, portanto, que no segundo quartel do Séc. XIII a Abadia de Alcobaça devia incumbir o seu Monge Martinho de criar os textos mais elaborados, da mesma forma que, no terceiro quartel do século XIII Fr. João seria o monge-lapicida de Alcobaça.

O caso da inscrição de Alcobaça de 6 de Agosto de 1223 não é o único entre nós onde conseguimos, pela análise das características do texto epigráfico, definir a autoria do texto, embora seja o único onde, por esse processo de raciocínio, conseguimos alcançar uma identidade precisa. Há, na realidade, outros casos onde conseguimos definir o meio de onde saiu a inscrição, ou, dizendo por outras palavras, o *scriptorium* onde o texto epigráfico foi concebido, apesar de não termos conseguido identificar o nome do responsável pela criação literária. É o caso de St.^a Cruz de Coimbra, em cujo *scriptorium* devem ter sido criados os textos de diversas inscrições desta cidade. Como se sabe, St.^a Cruz de Coimbra foi, juntamente com Alcobaça, a instituição monástica que melhor preservou a memória histórica do reino. No entanto, o desenvolvimento desta tradição memorialista, que foi no início apanágio da cultura monástica, deu-se de forma mais precoce em St.^a Cruz do que em Alcobaça. Na realidade, e como José Mattoso teve oportunidade de demonstrar, enquanto que a memória histórica ligada aos meios senhoriais (sobretudo os Infanções do Séc. XI que se guindam à condição de Ricos-Homens no século seguinte) teve particular desenvolvimento no Norte de Portugal,

no seio de instituições monásticas do Entre-Douro-e-Minho⁴², a memória do Reino e dos eventos ligados a D. Afonso Henriques foi sobretudo protagonizada por St.^a Cruz de Coimbra. Compreende-se que assim tenha sido não só por o Mosteiro de St.^a Cruz estar geograficamente mais próximo do palco dos eventos, mas também por outros motivos: por ser uma fundação que desde os primeiros momentos cativou as simpatias do monarca, por a cidade de Coimbra ter sido eleita pelo monarca para sua residência, e por ter sido com o apoio dos cavaleiros de Coimbra que o rei assinou alguns dos eventos militares mais significativos. Não é por acaso que foi aqui que se criou a *Gesta de D. Afonso Henriques* (cf. SARAIVA A.J. 1979) e que os mais importantes e mais antigos registos analísticos que possuímos sejam oriundos de St.^a Cruz de Coimbra (embora possam ter tido origem num protótipo mais antigo, saído do *scriptorium* de St.^o Tirso, como sugeriu José Mattoso). Referimo-nos nomeadamente aos *Annales Portucalenses Veteres*, nas suas diversas versões: a curta, mais antiga, exarada num fólio do *Liber Comicum* de 1139 (BPMP, St.^a Cruz N.º 4; ACMA, pp. 27-28), e as duas versões longas copiadas no *Livro das Eras* ou *das Noas* (que se conserva no ANTT) (ACMA, pp. 69-79; PMH, Script., pp. 2-5). Só numa fase mais tardia se viria a desenvolver em Alcobça o culto pela memória histórica do Reino, e não pode deixar de ser significativo que o primeiro registo analístico do mosteiro cisterciense tenha sido o resultado de uma cópia de um original de St.^a Cruz (o *Chronicon Alcobacense*, cópia actualizada dos *Annales Portucalenses Veteres*, que foi levado durante a dominação filipina para a Biblioteca de Alcalá de Henares, e que Florez publicou na *España Sagrada* sob a designação de *Chronicon Complutense*). No entanto, St.^a Cruz de Coimbra continuou a ser, até aos fins da Idade Média, a principal instituição a cultivar a memória histórica do reino, como nos testemunham os *Anais Quatrocentistas* (integrando o *Caderno de Memórias dos Reis que foram nestes Reinos*, as *Arengas e Memórias Avulsas* e as *IIIª e IVª Crónica Breve*), já mais próximos dos registos cronísticos que dos registos analísticos (ACMA, pp. 90 e ss.). Alcobça apenas assumiria a liderança com a Época Moderna, quando corporizou o monumental projecto da *Monarquia Lusitana*.

A cultura histórica que, desde muito cedo, se desenvolveu em St.^a Cruz de Coimbra, não teve paralelo em mais nenhuma instituição monástica coimbrã. Na realidade, em nenhum outro mosteiro ou instituição eclesiástica desta cidade encontramos traços

⁴² É o caso do protótipo onde se baseou a versão mais antiga dos *Annales Portucalenses Veteres*, que deve ter sido criado em fins do Séc. XI no Mosteiro de St.^o Tirso, memorizando eventos até 1079 e dando particular relevo ao papel da família da Maia (MATTOSO 1982(b), pp. 487 e 490-497); ou, ao nível das memórias de família, o registo linhagístico da família de Riba Douro, exarado num fólio do *Livro de Testamentos de Paço de Sousa* (LTPSousa, p. 140); ou do *Livro Velho de Linhagens*, escrito no *scriptorium* de St.^o Tirso (MATTOSO 1981, p. 45; MATTOSO 1985(b), pp. 311-312).

deste gosto pela memória histórica, nem mesmo na Sé de Coimbra, que possuía bons registos obituários. Podemos, portanto, dizer que, nestas primeiras décadas do Reino, St.^a Cruz de Coimbra se assumiu como a instituição preservadora da memória do Reino, mesmo que não tenha tido desde logo consciência disso, misturando indiscriminadamente eventos nacionais com acontecimentos de interesse meramente monástico, portanto o geral com o particular. De resto não é de estranhar que assim tenha sido, já que St.^a Cruz se assume claramente como o mais dinâmico *scriptorium* de Coimbra, já com produção conhecida em 1139, escassos oito anos depois da fundação da instituição, tendo sido um dos mais activos do reino na sua época (talvez apenas rivalizando com Lorvão ou com Alcobaça). Assim, podemos dizer com toda a segurança que, de entre todas as instituições coimbrãs, o Mosteiro de St.^a Cruz era a única que nesta cidade estava à altura de conceber o texto de algumas das inscrições que se conservam nesta cidade, nomeadamente aquelas que, para a indicação da data, se servem da referência a diversos eventos históricos. Efectivamente, a esmagadora maioria das inscrições medievais utilizam apenas um sistema de datação, pela Era Hispânica. Alguns casos, relativamente escassos, conjugam esta Era com o Ano da Encarnação, espelhando a erudição eclesiástica de quem as concebeu. No entanto, num pequeno grupo de inscrições encontramos a conjugação de elementos históricos com a Era Hispânica. É o caso da inscrição de Soure, de 1138, cuja data se exprime na seguinte forma:

... ERA M C L XX VI. REGNANTE COMITIS HENRICE FILIO ADE-FONSO, X ANNO SUI REGNI (Insc. N.º 73).

Ou a inscrição de St.^a Maria da Alcáçova de Santarém, de 1154, que começa logo declarando:

ANNO AB INCARNACIONE : DomiNI . M . C . L . IIII . et . AB URBE ISTA CAPTA . VII . REGNANTE DOMNO ALFONSO . REGE . COMITIS HEnRICI FILIO... (Insc. N.º 98).

A estas duas inscrições, oriundas de fora de Coimbra, devemos acrescentar três letreiros do perímetro da cidade. Referimo-nos à inscrição do pé-de-altar da Sé Velha, de [1174-1175], de que apenas conhecemos a parte terminal do seu texto:

[...] X'VI : ET ETATIS : FILII EIus : REGIS : SANTII : XX° : I : (Insc. N.º 150),

à inscrição da Torre Quinária da muralha de Coimbra, de 1198, toda ela dominada pela vontade de se apresentarem elementos cronológicos:

“+ : Era : M : CC : XXX : VI : Regnante : Apud : Portugale : Rege : Sancio : Incliti : Regis : Alfonsi : / Et : Regine : Mahalde : Filio : Et :

Illustris : Comitis : Henrici : Et : Nobilissime : Tarasie : / Regine : Nepote : Ipsos : Iubente : Constructa : Est : Hec : Turris : Anno : Regni / Ipsius : Et : Uxoribus : Eius : Regine : Dulcie : Tercio : Decimo : / A Capcione : Vero : Civitatis : Colimbrie : Per : Regem : Fer / nandum : Ex : Sarracenis : Centesimo : Tricesimo : Tercio : / Presidente : Tunc : In : Predicta : Civitate : Episcopo : Dño : Petro” (cf. Insc. N.º 205),

e à inscrição da Torre de Belcouce, datada de 1211:

REGNANTE : APUD : PORTUGALIAM : ILLUSTRIS(s)IMO : REGE : SANCIO / INCLITI : REGIS : ALFONSI : ET REGINE : MAHALDE : FILIO : ET ILLUSTRIS : COMITIS / HENRICI : ET PIIS(s)IME : REGINE : TARASIE : NEPOTE : IPSO : IUBENTE : HEC / TUR(r)IS : CONSTRUCTA : EST : ANNO : REGNI : IPSIUS : XX : IIII : A CAPCIONE : CIVITATIS / A SAR(r)ACENIS : PER REGEM : FERNANDUM : C : X' : VI : + : ERA : M^a : CC^a : X^a : VIII^a (Insc. N.º 265).

Ora, a forma como neste pequeno conjunto de inscrições se utilizam os elementos históricos na definição da data espelha a origem do texto epigráfico. Em relação aos dois últimos casos – as inscrições da Torre Quinária e da Torre de Belcouce – julgamos que não é necessário sublinhar o paralelismo existente entre estes dois textos. Com tão profundas afinidades e separados entre si por apenas treze anos, eles devem ter sido criados pela mesma pessoa, certamente um monge crúzio. Como António Cruz teve oportunidade de realçar, o *scriptorium* de St.^a Cruz denuncia, pelo menos desde os tempos de Pedro Alfarde, uma predileção pela utilização de dados históricos na definição de datas (cf. CRUZ A. 1984, pp. 21-22)⁴³. E, não podemos deixar de realçar, torna-se particularmente significativo que (se a nossa interpretação estiver correcta) D. Sancho I tenha encomendado a redacção de dois letreiros comemorativos de obras régias de natureza militar e defensiva ao Mosteiro de St.^a Cruz, que seu pai tanto distinguira em vida,

⁴³ Pedro Alfarde, responsável pela organização do Livro Santo a partir de 1155 (cf., entre outros, AZEVEDO R. 1935, pp. 53-54; Leontina Ventura in LSanto, p. 36 e ss.), já se encontra documentado em St.^a Cruz no ano de 1135 (LSanto, N.º 24) e, como Presbítero do mosteiro, em 1143 (LSanto, N.º 25), 1146 (LSanto, N.º 32) e 1147 (LSanto, N.º 49). O seu papel na organização do Livro Santo (cf. AZEVEDO R. 1935, sobretudo pp. 49-59; CRUZ A. 1964, pp. 69-74; Leontina Ventura in LSanto, p. 37, nota 125), compilando documentos, manipulando-os para que melhor servissem em proveito do seu Mosteiro (sobretudo face às questões que este manteve com a Sé de Coimbra) e, muito provavelmente destruindo de seguida os originais, revela-nos que Pedro Alfarde devia ocupar um lugar proeminente na orgânica do *scriptorium* de St.^a Cruz nestes inícios da segunda metade do Séc. XII. Não é de estranhar, por isso, que tenha chegado a ser Prior do Mosteiro de St.^a Cruz, de que foi o quarto titular, governando os destinos da casa entre 1184-1190 (AZEVEDO R. 1935, p. 51; Leontina Ventura in LSanto, p. 37). Não deve ter sido ele o autor do texto das nossas epígrafes coimbrãs uma vez que nessa altura já teria falecido, mas o texto destas inscrições não deixa de reflectir o estigma que este Crúzio deixou no *scriptorium* do Mosteiro de Coimbra.

com doações e provas de estima, elegendo-o mesmo para Panteão, num gesto que D. Sancho I acompanharia. O facto de as duas inscrições régias sanchinas terem sido criadas no *scriptorium* deste mosteiro reforça, ainda mais, a situação de St.^a Cruz como mosteiro régio.

Em relação aos três primeiros exemplos – Soure, Santarém e Sé Velha – é necessário um pouco mais de precaução. A situação é, de resto, um pouco distinta já que, ao contrário das inscrições de D. Sancho I, que recorrem a eventos históricos, passados, estes três textos utilizam elementos de um passado recente. Mesmo assim, sublinhemos que a inscrição da Igreja de N.^a S.^a da Finisterra, em Soure, foi criada por pessoa oriunda de Coimbra, talvez por Salvado, a quem D. Mendo Arias confiara a missão de escrever a *Vita Sancti Martini Sauriensis*, registo laudatório de seu irmão, S. Martinho de Soure, que tinha sido aprisionado pelos Muçulmanos e falecera no cativeiro (PMH, Script., pp. 59-62; LSanto, 51, pp. 175-183; BRANDÃO A. 1632(a), fls. 286 v.º-289). Segundo Henrique Barrilaro Ruas a *Vita* teria sido redigida entre 1147 e 1150 (RUAS 1947, p. 234), tendo sido depois copiada no *Livro Santo*, códice iniciado em 1155 (cf. AZEVEDO R. 1935, p. 51; Leontina Ventura in LSanto, pp. 36-38). Como se sabe, Salvado não era monge de St.^a Cruz de Coimbra mas sim presbítero de Soure. Julgamos, no entanto, que a sua formação cultural não pode deixar de andar associada a St.^a Cruz de Coimbra ou, pelo menos, à cidade do Mondego. Recordemos, apenas, que S. Martinho, para além de ter sido elemento do Cabido da Sé de Coimbra, onde foi educado desde jovem, fora também confrade de D. Telo e dos fundadores do mosteiro crúzio, assim se compreendendo em parte os motivos porque a Vida de S. Martinho se encontra exarada no Livro Santo de St.^a Cruz. O caso da inscrição da Alcáçova de Santarém, de 1154, é, talvez, o mais problemático, até porque este letrado, que deve ter sido criado pouco depois dessa data, já em pleno Mestrado de D. Gualdim Pais, deve ter surgido no contexto de uma disputa pelos direitos do Eclesiástico de Santarém que se travava entre os Templários (que alegavam doação de D. Afonso Henriques) e a recém-restaurada Diocese de Lisboa (cujo Bispo, D. Gilberto, reclamava a posse dos direitos) (cf. comentário à Insc. N.º 98). Mais fácil de explicar se afigura o caso do Altar-Mor da Sé de Coimbra. Bastará recordar que, na altura da Sagração do Altar, a Diocese era governada pela carismática figura de D. Miguel Salomão, o prelado responsável por um dos períodos de maior dinamismo na construção do edifício, e que D. Miguel Salomão, que começara a sua carreira eclesiástica na Sé de Coimbra, se retirou para St.^a Cruz por motivos de saúde, de onde saiu quando foi eleito Bispo de Coimbra (1162-1176). Viria, no entanto, a resignar em 1176, regressando de novo à reclusão crúzia, onde viria a falecer em 1180 (vd. elementos coligidos no comentário à insc. N.º 165, de 1180). Assim, no momento em que se verifica a cerimónia de Sagração do Altar-Mor da Sé de Coimbra, D. Miguel Salomão já estivera em contacto estreito com o *scriptorium* de St.^a Cruz, conhecendo por certo a predilecção pelas datas com referências cronológicas múltiplas.

Assim, podemos, com relativa segurança, dizer que dois destes textos – Torre Quinária e Torre de Belcouce – saíram do *scriptorium* de St.^a Cruz de Coimbra, que era a única instituição em Coimbra que preservava e cultivava a memória histórica, enquanto que dois outros – Soure e Altar-Mor da Sé de Coimbra – se não foram criados no próprio *scriptorium* devem ter sido decisivamente influenciados pela sua tradição⁴⁴.

Há, no entanto, outras formas de se assinalar a origem cultural de um letrado. Uma das mais características é a opção que, em certos meios eclesiásticos mais eruditos, se teve pelas chamadas “*datas caprichosas*”. Trata-se de uma forma específica de apresentar a data onde, para se fugir às soluções mais estereotipadas e monótonas, se propõe ao leitor a contabilização de diversas parcelas. Assim, por exemplo, na inscrição da Sé de Lisboa, em vez de se indicar o Ano de 1147, anotou-se:

TUnC : ANnI : DomiNI : CUm : CEnTUM : MILLE : NOTAnTUR : /
CUMQue : QuaTER DEenIS : QuaTUOR : ATQue : TriBUs :

ou seja: $1100 + (4 \times 10) + 4 + 3 = 1147$ anos. João Pedro Ribeiro declarava que pela

“*extravagancia com que se achão exprimidas algumas datas, lhes faz dar o nome de caprichosas, em contraposição das ordinarias, e correntes*” (RIBEIRO J.P. 1811, p. 115).

Este autor, no capítulo que consagrou a este tipo de datas, reuniu alguns exemplos retirados da Diplomática, nomeadamente do Cartório de Moreira e do Livro Preto da Sé de Coimbra⁴⁵, acrescentando o caso da inscrição da Sé de Lisboa. O inventário que conduziu à elaboração do nosso *Corpus* permitiu-nos identificar outros casos de utilização deste sistema de datação. Começemos por inventariar essas soluções, para depois nos debruçarmos sobre os problemas de autoria dos textos. As “*datas caprichosas*”

⁴⁴ Apesar de se socorrer igualmente de um evento histórico para exarar a data, julgamos que a situação que se detecta na inscrição de N.^a S.^a da Fresta, em Trancoso, referindo o ano como sendo aquele em que foi capturada Jerusalém (Insc. N.^o 155), é muito distinta da que temos vindo a analisar. Na realidade, no caso de Trancoso trata-se da referência a um evento contemporâneo da criação do próprio letrado, que foi aí referido por ter causado viva impressão na sociedade da época, enquanto que os casos que analisámos até agora são referências a acontecimentos do passado, portanto referências a uma memória histórica.

⁴⁵ Do Cartório de Moreira, João Pedro Ribeiro retirou um documento onde a Era de 1046 (A.D. 1008) se encontrava registada na forma: “*Era Millena et quater decies sexta.*” (RIBEIRO J.P. 1811, p. 115). Do Livro Preto da Sé de Coimbra elegeu o diploma de doação de Recemondo ao Mosteiro da Vacariça, de 1047 (Era de 1085), onde a Era foi exarada na forma: “*Era nobis dena. bis dena. ter dena. quater dena. quinquies dena. sex dena. septies dena occies dena. V. supra decies centena.*” (LPreto N.^o 130; RIBEIRO J.P. 1811, pp. 115-116).

Acrescentemos que, no Livro Preto da Sé de Coimbra, encontramos a mesma forma de exprimir a Era num documento de teor semelhante (LPreto N.^o 132), e em mais dois diplomas: um da Era de 1051 (A.D. 1013): “*Era decies centena. quinquies dena. I.^o*” (LPreto N.^o 147); e outro da Era de 1032 (A.D. 994): “*Era deciens centena et terdecena II.^o*” (LPreto N.^o 517).

surgem pela primeira vez nos domínios da Epigrafia precisamente com a inscrição da Sé de Lisboa, comemorativa da tomada da cidade em 1147, de que possuímos uma cópia do séc. XIII ou XIV (cf. Insc. N.º 87). Continuamos a detectar essa opção na inscrição funerária de Randulfina (Insc. N.º 111), um epitáfio desaparecido que suscita algumas dúvidas, e no epitáfio, igualmente desaparecido, de D. Frutuoso Gonçalves (Insc. N.º 112), ambos textos do ano de 1162. Depois volta a surgir no epitáfio da Meana D. Teresa Afonso, viúva de D. Egas Moniz, o Aio, falecida em 1171, cujo letreiro se encontrava outrora no Mosteiro de Salzedas, instituição de que fora fundadora e protectora (cf. Insc. N.º 139). Na mesma instituição monástica havia ainda uma outra inscrição que apresentava a data expressa na forma “caprichosa”: a inscrição comemorativa da cerimónia de sagração do templo, do ano de 1225 (Insc. N.º 295). A inscrição versificada de D. Rodrigo Sanches, encomendada por sua irmã D. Constança Sanches e redigida em Coimbra, opta igualmente por este sistema para exprimir a data (Insc. N.º 325, de 1245), o mesmo acontecendo com a inscrição de D. Afonso III de 1249 que comemorava a fundação do Mosteiro de S. Domingos de Lisboa (Insc. N.º 338). Alguns anos mais tarde seria utilizado na inscrição rimada que memorizou a morte de D. Durando Pais (Insc. N.º 402, de 1283). Por fim, registemos a presença de mais dois exemplos nos epitáfios rimados do Mosteiro de Celas: o epitáfio de D. Elvira Lopes, de 1285 (Insc. N.º 406) e o de D. Maria Fernandes, de 1300 (Insc. N.º 448). Portanto, possuímos ao todo dez exemplos de “datas caprichosas” na Epigrafia Medieval Portuguesa, balizadas entre os anos de 1147 e 1300 (tendo em atenção as datas expressas, que não são, forçosamente, as datas de criação das epígrafes). Podemos salientar alguns vectores em relação a este pequeno lote de epígrafes. O primeiro é, obviamente, o facto de o ressurgimento das “datas caprichosas” na segunda metade do século XII (cerca de um século depois de deixarem de ocorrer nos meios diplomáticos) e ao longo de todo o século XIII andar intimamente associado aos textos rimados ou versificados. Por outro lado, o facto de estarmos a lidar com textos que andam quase sempre relacionados com os meios monásticos. É esta última dimensão que nos interessa por agora. Na realidade, tomando os dez casos acima individualizados, podemos dizer, no que respeita às origens dos seus textos, que a maioria deles anda associado a *scriptoria* monásticos (6 casos: Inscs. N.º 139, N.º 295, N.º 325, N.º 338, N.º 406 e N.º 448), enquanto que um se encontraria numa Igreja-Colegiada (Insc. N.º 111) e que dois se associam a Sés (Inscs. N.º 87 e N.º 402). Apenas um caso foge a estas situações: o epitáfio de D. Frutuoso Gonçalves, que se encontrava outrora na Igreja de St.^a Maria Madalena de Panóias (Insc. N.º 112). No entanto, não acreditamos que em Constantim de Panóias houvesse, em 1162, pessoa apta a redigir texto rimado como o do epitáfio de D. Frutuoso. A explicação para a sua origem deve ser outra. E, na realidade, não podemos esquecer que D. Frutuoso Gonçalves fora, primeiro, abade do Mosteiro de S. Martinho de

Caramos, tendo abdicado desse cargo para se deslocar em peregrinação à Terra Santa. Assim, podemos supor que o texto do seu epitáfio pode ter saído do *scriptorium* do mosteiro de Caramos, situação bem mais plausível que a de ter sido criado em Constantim de Panóias. Ora, segundo nos asseguram Francisco Xavier da Serra Craesbeeck e Fr. Tomás da Encarnação, o epitáfio versificado de D. Frutuoso Gonçalves teria sido redigido por D. Afonso Pais, o Abade de Caramos que lhe sucedeu no governo desse mosteiro. Deste modo, poderíamos elevar para sete o número de casos de “datas caprichosas” oriundos de meios monásticos. É mesmo possível que a essa família se possa igualmente acrescentar o epitáfio de Randulfina, da Igreja-Colegiada de S. Pedro de Coimbra (Insc. N.º 111). Este peso do meio eclesiástico e, particularmente, do meio monástico não pode deixar de reflectir a origem do texto, ou seja, o meio cultural onde se conceberam esses textos. As “datas caprichosas” funcionam, assim, de certa forma como “assinatura”, denunciando a origem dos textos.

Na mesma perspectiva podem ser encarados os epitáfios rimados e versificados, independentemente de apresentarem “datas caprichosas”. Entre casos de simples textos rimados, de *cursus* leonino, de versos leoninos e de hexâmetros dactílicos, conseguimos identificar 21 exemplos (Inscs. N.º 73, N.º 101, N.º 111, N.º 112, N.º 224, N.º 289, N.º 295, N.º 325, N.º 338, N.º 348, N.º 367, N.º 374, N.º 395, N.º 402, N.º 406, N.º 415, N.º 418, N.º 448, N.º 476, N.º 531 e N.º 588). Eles revelam uma origem esmagadoramente monástica, com particular concentração na zona de Coimbra e no seu aro de influência. Na realidade, tomando em consideração o local de proveniência destes letrados, poderíamos dizer que 13 são oriundos de Mosteiros (62 %), 4 de Sés (19 %) e 4 de Igrejas-Colegiadas ou de templos paroquiais (19 %). A percentagem do primeiro grupo torna-se mais significativa se tivermos em consideração que o epitáfio do Abade D. Frutuoso Gonçalves terá sido criado, muito provavelmente, no Mosteiro de Caramos, o que eleva o peso desse grupo para os 14 casos ou 66,6 %. Por outro lado, a ocorrência deste tipo de inscrições nas Sés portuguesas (Coimbra, Porto e Évora), é um acontecimento relativamente tardio, da segunda metade do séc. XIII. Por fim, sublinhemos o peso dos textos versificados produzidos em Coimbra ou na zona de sua influência. Se considerarmos que a inscrição rimada de N.ª S.ª da Finisterra (Insc. N.º 73) deve ter sido criada por pessoa culturalmente formada em Coimbra, o mesmo acontecendo com o epitáfio de D. Justa Rabaldes, que esteve outrora no Mosteiro de S. Félix de Chelas (Insc. N.º 224), e que o epitáfio de D. Rodrigo Sanches foi encomendado por sua irmã, D. Constança Sanches, em Coimbra, podemos dizer que 11 destes textos epigráficos rimados ou versificados foram produzidos na zona de Coimbra (52,4 %). Independentemente destas considerações, devemos sublinhar que todos estes textos rimados, denunciadores de um nível cultural superior, foram produzidos nos meios

eclesiásticos. Num ou noutro caso conhecemos mesmo a pessoa a quem se ficou a dever o texto. Na realidade, Fr. Nicolau de St.^a Maria refere que o epitáfio de D. Constança Sanches, falecida em 1269 (Insc. N.º 374), fora composto pelo “*Prior D. João Pirez, que era excellente poeta latino*” (SANTA MARIA N. 1668, Parte II, p. 542). Trata-se do Prior D. João Pires, que se ocupou dos destinos de St.^a Cruz no tempo de D. Afonso III. Como se sabe, D. Constança Sanches professou nas Donas de St.^a Cruz, casa feminina que se erguia anexa ao mosteiro crúzio masculino. Compreende-se, assim, que tenha sido enterrada neste mosteiro. O seu túmulo fora encomendado por D. Constança Sanches quando decidiu erguer, no Claustro de St.^a Cruz, uma Capela consagrada a St.^o António. Deste modo, podemos supor que a inscrição versificada terá sido igualmente resultado de uma encomenda prévia, sendo, portanto, algo anterior a 1269. De resto, trata-se de um epitáfio sem data expressa, o que se adapta bem a esta circunstância. Ora, esta perspectiva pode sugerir que o epitáfio de D. Rodrigo Sanches (Insc. N.º 325, de 1245), que D. Constança Sanches encomendou em Coimbra juntamente com o seu moimento, pode ter sido criado pela mesma pessoa. A este exemplo poderíamos acrescentar outros: o do epitáfio de Constantim de Panóias, já referido, redigido pelo Abade de Caramos, D. Afonso Pais, em honra do seu antecessor, D. Frutuoso Gonçalves (cf. Insc. N.º 112, de 1162); e o epitáfio de St.^a Senhorinha, que como o próprio autor confessa, foi redigido pelo Arcebispo de Braga, D. Paio Mendes (cf. Insc. N.º 66, de 1130).

A origem dos textos epigráficos em meios ligados ao Clero, quer regular quer secular, sente-se ainda quando encontramos a referência do dia em relação à festividade religiosa em vez da contagem normal. Assim acontece em 20 casos ao longo do nosso *Corpus*:

- Insc. N.º 87 – 1147 – Festa de S. Crispim (25 de Outubro)
- Insc. N.º 134 – 1170 – Festa de S. Gordiano e S. Epímaco (10 de Maio)
- Insc. N.º 186 – 1189 – Festa da Trasladação do corpo de Santiago (30 de Dezembro)
- Insc. N.º 268 – [1212-1228] – Festa de St.^a Luzia (16 de Setembro ou 13 de Dezembro)
- Insc. N.º 275 – 1214 – Festa da Assunção de St.^a Maria (15 de Agosto)
- Insc. N.º 335 – 1248 – Festa da Anunciação da Virgem (25 de Março)
- Insc. N.º 389-A – 1276 – Vigília de S. Lourenço (9 de Agosto)
- Insc. N.º 409 – 1286 – Festa dos St.^{os} Inocentes (28 de Dezembro)
- Insc. N.º 498 – 1302 – Festa de S. Vicente (22 de Janeiro)
- Insc. N.º 508 – 1306 – Festa de S. Miguel (29 de Setembro)

- Insc. N.º 511 – 1307 – Véspera da Festa de S. Miguel (28 de Setembro)
 Insc. N.º 518 – 1308 – Festa de S. Nicolau (6 de Dezembro)
 Insc. N.º 521 – 1310 – Festa de St.º André (30 de Novembro)
 Insc. N.º 565 – 1326 – Festa de St.º André (30 de Novembro)
 Insc. N.º 571 – 1329 – Festa de S. Bento (12 de Julho)
 Insc. N.º 574 – 1330 – Festa de S. Mamede (7 de Agosto)
 Insc. N.º 610 – 1346 – Festa de St.º André (30 de Novembro)
 Insc. N.º 668 – 1382 – Festa de Santiago (25 de Julho)
 Insc. N.º 732 – 1401 – Festa de St.º Ildefonso (23 de Janeiro)
 Insc. N.º 747 – 1419 – Festa de St.ª Maria de Março (25 de Março).

É certo que algumas das festividades, por força de serem tão divulgadas, pouco esclarecem sobre a origem do autor do texto epigráfico. É o caso, por exemplo, do S. Miguel de Setembro ou de St.ª Maria de Março, que todos deveriam conhecer. No entanto, noutros casos o facto das referências hagiográficas serem pouco comuns elucidam-nos sobre o perfil cultural do autor do texto epigráfico. Certamente que só a um clérigo poderia ocorrer a ideia de referir o dia 10 de Maio, não apenas pela indicação dos VI Idos de Maio, mas ainda pela Festa de S. Gordiano e S. Epímaco.

É certo que muitos outros pequenos indícios poderiam ser utilizados para caracterizar o autor do texto epigráfico. Não é de estranhar que, para boa parte do período cronológico abarcado pelo nosso *Corpus* eles tenham sido, esmagadoramente, pessoas com formação religiosa. A Igreja foi, durante muito tempo, a entidade que melhor preservou o domínio da escrita. Até ao séc. XIII podemos mesmo dizer que ser letrado era quase sempre sinónimo de ser clérigo. No entanto, nem todas as inscrições foram criadas por clérigos ou sequer por cristãos. Alguns indícios revelam-nos igualmente que houve letrados criados por muçulmanos que viviam sob domínio cristão. Veja-se o caso, claríssimo, da inscrição do Castelo do Alandroal, de [1294-1298], criada pelo Alarife Galvo, um mestre arquitecto ao serviço da Ordem de Avis, que não deixou passar a oportunidade de registar na pedra o lema dos Reis de Granada, transliterado (e adulterado) para caracteres latinos por forma a passar mais despercebido aos olhos dos cristãos:

LEGALI : BI : IL : ILLALLA : DEUS : /
 E : E DEUS : SERA : POR : QUEN : EL /
 FOR : ES(s)E : VENCERA : EU : MOURO : G /
 ALVO : FOI : MAESTRE : DE FAZER : EST /
 E CASTELO DO ALANDROAL

(Insc. N.º 431). Como se sabe, o lema ou divisa dos Reis de Granada, adoptado desde a queda de Sevilha, foi

WA LA GHALIBI ILLA ALLAH

ou seja,

E Não [há] Vencedor Senão Deus.

O Alarife Galvo, certamente um saudoso dos tempos de hegemonia muçulmana no Sul da Península, colocou esta divisa a abrir a inscrição do castelo do Alandroal, a qual terá passado despercebida aos olhos das forças cristãs (ou não foi devidamente compreendida). Curiosamente, o início desta inscrição viria a dar o nome à Porta do Castelo junto da qual se encontra, ainda hoje designada por “Porta Legal”.

Há, no entanto, outros indícios da presença de muçulmanos na criação de textos epigráficos. Na realidade, algumas inscrições apresentam frases sentenciosas, que sempre foram muito do agrado da cultura muçulmana e que tiveram escasso eco no mundo cristão. E, significativamente, os casos de frases sentenciosas que conseguimos encontrar no nosso *Corpus* concentram-se precisamente no Sul de Portugal, onde a presença da cultura muçulmana deixou marcas mais profundas. É o caso da própria lápide do Castelo do Alandroal onde, depois do lema dos Reis de Granada, encontramos uma dessas frases sentenciosas:

Deus é e Deus será, e por quem Ele for esse vencerá.

No próprio castelo do Alandroal encontramos outra inscrição com frases sentenciosas, coroadas a porta da Torre de Menagem, a primeira reportando-se às consequências dos actos e a segunda exaltando os valores da Lealdade:

QUANDO : QUISERES : FAZE /
R : ALGUA : COUSA : CATA : O QUE /
TE : EN : DEPOIS : VERA : E QUEN : DE T /
I : FIAR : NO NO : ENGANES : LEALDADE /
VENCE : TODALAS : COUSAS

(Insc. N.º 432). Esta inscrição encerra duas frases sentenciosas, a primeira declarando:

QUANDO : QUISERES : FAZER : ALGUA : COUSA : CATA : O QUE
TE : EN : DEPOIS : VERA :

e a segunda dizendo:

E QUEN : DE TI : FIAR : NO NO : ENGANES : LEALDADE VENCE
: TODALAS : COUSAS

O sentido da primeira frase, como defendemos no comentário a este leiteiro, é: “Quando quiseres fazer alguma coisa procura o que te d’isso depois virá”. Ou seja, “quando quiseres fazer alguma coisa atende às consequências que disso poderão derivar”. A segunda frase oferece menos dificuldades de interpretação: “E quem em ti

confiar não o enganes: lealdade vence todas as coisas”. A predilecção por este tipo de frases denuncia a origem cultural do seu autor, que terá sido, muito provavelmente, uma vez mais o Alarife Galvo que, ao serviço dos Mestres de Avis D. João Afonso e D. Lourenço Afonso, ergueu o Castelo do Alandroal entre 1294 e 1298. O terceiro caso de frases sentenciosas encontra-se na inscrição do castelo de Albuquerque, que ficou a memorizar as obras empreendidas por D. Afonso Sanches, bastardo de D. Dinis e Senhor de Albuquerque. A inscrição, de 4 de Agosto de 1306, encerra declarando:

Que : TODALAS : CO / USAS : Que Com DeuS : SON FEITAS : TODAS : / ADEAnTE : VAm : E : TODAS : Que : Em : NEL : SOm / TODAS : Am : De : FALECeR : E POR : Em Quem : PraZA : EL : Que : AIA BOA : CIMA

(Insc. N.º 507). Ou seja: “Que todas as coisas que com Deus são feitas, todas adiante vão; e todas as que sem Ele são [feitas], todas hão-de falecer. E por isso, quem agrade a Ele haja bom fim” (cf. comentário à insc. N.º 507). Trata-se, uma vez mais, de um elemento que denuncia a origem cultural de quem concebeu este letreiro, certamente mouro ao serviço do Bastardo Régio ou pessoa familiarizada com os valores da cultura muçulmana.

Há, no entanto, outros casos onde o próprio autor do texto epigráfico não deixou escapar a oportunidade de perpetuar o seu nome na obra que criou. Referimo-nos aos exemplos onde, na parte final do texto epigráfico, se revela o nome do seu autor, por vezes socorrendo-se de fórmulas próximas das que os escribas utilizavam para assinalar o seu labor na transcrição de códices ou de simples documentos. O primeiro caso de autoria confessada de um letreiro encontramos-lo na inscrição da Igreja de S. Martinho de Montemor-o-Velho, que encerra com a declaração:

... I(o)H(a)N(ne)S P(res)BR(i)TER SCRIPSIT

(Insc. N.º 65, de 1130). O Presbítero João foi, sem dúvida, o autor do texto da inscrição. O mesmo se diga do epitáfio de St.^a Senhorinha, onde o Arcebispo D. Paio Mendes confessa o seu papel não só na redacção da *Vita* mas também na criação do próprio epitáfio (cf. Insc. N.º 66, de 1130). É possível que, como sugerimos no respectivo comentário, seja também a situação da inscrição de Unhão, comemorativa da Dedicção do templo pelo Bispo D. João Peculiar, em 1165, que encerra com a indicação

... Magister SISALDI S

e onde o último S apresenta sinal de abreviatura que poderia ser desdobrado em S(cripsit) (Insc. N.º 119, de 1165). De igual modo, a inscrição comemorativa da Dedicção da Igreja do Mosteiro de St.^a Maria da Oliveira, de que apenas sobrevive a parte terminal, encerra com a revelação do nome do autor do seu texto:

... GUTIER(re) NOTUIT

(cf. Insc. N.º 129, de 1168). A expressão “*Notuit*” revela-nos como o seu autor estava familiarizado com a linguagem diplomática, mais parecendo que estava a rematar um diploma do que a terminar o texto de uma inscrição. Já no caso da inscrição da Igreja de St.^a Maria de Lamas do Vouga, também comemorativa da Dedicção do templo, a situação é um pouco diversa. Na realidade, o autor do texto não deixou explícito o seu nome, ao contrário dos casos que temos vindo a acompanhar. No entanto, não resistiu a deixar um voto piedoso:

... Qui SCRIPSIT VIVAT In ETERNUm AMen

(Insc. N.º 134, de 1170). Ora, como defendemos no respectivo comentário, a forma como esta lápide encerra revela-nos, de forma indiscutível, a origem do seu autor: ele seria pessoa familiarizada com o trabalho dos *scriptoria* da época, onde expressões muito similares eram frequentemente eleitas pelos escribas para encerrar as subscrições. Registemos alguns exemplos com flagrante paralelismo, retirados dos códices copiados nos *scriptoria* de St.^a Cruz de Coimbra e do Mosteiro de Alcobaça. No mosteiro crúzio encontramos na subscrição do códice 11 a fórmula: “*Qui scripsit scribat semper cum Domino vivat.*” (CRUZ A. 1964, p. 107). A mesma fórmula volta a ocorrer no códice 82 (CRUZ A. 1964, p. 111). Alguns escribas crúzios deixaram igualmente exarados nas subscrições votos pedindo orações por suas almas, por vezes associados a lamentos pela dureza do trabalho da escrita e a incompreensão que os meios não-letrados tinham para com essa actividade: “*Rogo lectorem ut pro me Dominum quisquis fuerit oret. Scribere qui nescit: nullum putat esse laborem.*” (CRUZ A. 1964, p. 102) ou “*Unde rogo lectorem ut mei in suis orationibus memoriam habeat.*” (CRUZ A. 1964, p. 104; vd. outros exemplos em CRUZ A. 1964, pp. 88 e 93). No caso do *scriptorium* alcobacense voltamos a encontrar essas subscrições com fórmulas próximas da que consta da inscrição de St.^a Maria de Lamas do Vouga. A fórmula “*Qui Scripsit Scripsat Semper cum Domino Vivat*”, que já encontramos nos códices de St.^a Cruz, é abundantemente utilizada pelos monges cistercienses (cf. Cód. Alc. 52, 203, 211, 218, 277, 382, 447 e 448; sobre os votos dos copistas alcobacenses vd. tb. MARTINS M. 1958, pp. 412-423). Há, no entanto, algumas variantes: “*Egidius scripsit. Sempre cum Domino vivit.*” (Cód. Alc. 194); “*Qui Scripsit Scribat et cum Dominus Benedicat*” (Cód. Alc. 204); “*Qui Scripsit Scribat: et Semper cum Domino in Gloria Vivat*” (Cód. Alc. 67); “*Scriptor qui Scripsit cum Xpo Vivere Possit*” (Cód. Alc. 40); ou “*Qui Scripsit Scriptus Sit Sempre Benedictus*” (Cód. Alc. 139 e 181, e não muito distinto em Cód. Alc. 190). Esta derradeira fórmula seria a utilizada por *Egeas* na subscrição da sua cópia do Comentário ao Apocalipse de S. João, realizada no *scriptorium* de Lorvão, e concluída em 1189: “*Jam liber est scriptus. Qui scripsit sit benedictus*”

(EGRY 1972, p. 91). Curiosamente, o costume de exarar estes votos no fim dos códices sobreviveu em Alcobça até épocas bastante tardias, sendo ainda utilizado em 1416 (Cód. Alc. 181) e em 1442 (Cód. Alc. 67). A presença destas frases ocorre, portanto, com relativa abundância nas produções dos *scriptoria* monásticos, revelando de certa forma a dureza do trabalho dos copistas, mas não ocorre no universo da Diplomática. Na realidade, quem copiava documentos avulsos em pergaminho era, normalmente, bastante mais sintético na subscrição, assinalando muitas vezes apenas a sua condição de escriba. Deste modo, podemos dizer que o aparecimento do voto «QUI SCRIPSIT VIVAT In ETERNUm AMen» na inscrição de Lamas do Vouga nos revela, de forma indirecta, a origem cultural do seu autor, a qual de resto, como vimos antes, já se adivinhava pela forma como referiu o dia da cerimónia: «In FEStIVITATE SanCtORum CORDINI ET EPIMACHI».

Regressando aos casos onde o autor do texto deixou exarada a sua identidade, julgamos que poderá ser essa a situação da inscrição do Castelo de Almourol que coroa a porta exterior de acesso à fortaleza. Na realidade, como defendemos no respectivo comentário (Insc. N.º 137, de 1171), há vestígios seguros de uma derradeira regra que nunca foi lida, e que nós também não conseguimos decifrar, que conclui na vertical, à direita do texto, onde parece estar exarado o nome do responsável pelo letreiro. Atendendo à unidade que se detecta entre diversas epígrafes dos Templários nestes meados da segunda metade do séc. XII, esta informação revelar-se-ia particularmente interessante já que podia fornecer-nos o nome do responsável por diversos registos epigráficos da Ordem do Templo.

Dois anos mais tarde, em 1173, voltamos a encontrar uma inscrição onde o autor do texto assina o seu trabalho:

... PELAGI[u]S : MAGISTER : SCRIBSIT.

Trata-se da epígrafe que ficou a memorizar a Fundação do templo paroquial de S. Pedro de Avelãs de Cima (Insc. N.º 144). Este exemplo revela-se particularmente interessante uma vez que veio a exercer influência no séc. XVIII, quando a Igreja foi remodelada (em 1714) e se colocaram duas lápides modernas na frontaria: uma copiando o texto medieval, cujo original se preserva no interior; outra memorizando a reconstrução de 1714, onde também se assinalou a autoria do texto epigráfico:

... QUI HAEC : SCRIPSIT : EMMANUELE : DE ANDRADE

(cf. comentário à Insc. N.º 144).

Já no séc. XIII, o primeiro exemplo que encontramos é o da inscrição de Avis, de 1214, que ficou a assinalar a penetração do fenómeno epigráfico cristão a sul do Tejo e que comemorou a fundação do sistema defensivo da vila pela Ordem de Avis.

A referência revela-nos o nome de Estêvão Martins, que devia ser um elemento do *scriptorium* da Ordem de Avis:

... STEFANUS : MARTINI : SCRIPSIT : PATER NOSTER : PRO :
AnImA : EIUS :

(Insc. N.º 275, de 15 de Agosto de 1214). É possível que, como defendemos no respectivo comentário, a parte terminal deste letreiro, pedindo a oração de um Padre Nosso pelas almas de D. Fernando Anes, Mestre de Avis falecido em 1221, e de D. Estêvão Martins, seja resultado de intervenção algo posterior ao momento de criação do letreiro.

Se a nossa interpretação da epígrafe de Paderne estiver correcta, a parte terminal deste letreiro, onde se refere

... G[il]BE(r)TO : FECIT

revelaria igualmente o autor do texto epigráfico (Insc. N.º 347, de Dezembro de 1255). Bastante mais clara é a situação da inscrição de Borba, onde se pode ler:

... : EU : P(ero) : SALVADORIZ FIZ : ESTA : E(ra) :

(Insc. N.º 495, de 1302). A palavra Era encontra-se utilizada como sinónimo de epígrafe, e Pedro Salvadores foi, portanto, o autor do texto desta inscrição comemorativa da construção do castelo de Borba. Sublinhemos que esta inscrição é a primeira das epígrafes que nos revelam o nome do autor do texto que parece ter sido criada por pessoa ligada a meios laicos. Efectivamente, até agora todos os autores de textos epigráficos parecem ser pessoas ligadas aos meios religiosos (regular e secular) ou a Ordens Militares.

No caso da inscrição do Mosteiro de S. Francisco de Alenquer, de 1317, pode ser colocada em paralelo com o exemplo já aqui abordado da lápide de Lamas do Vouga. Na realidade, tal como em Lamas do Vouga, o autor do texto não deixou o seu nome, mas revelou-nos a sua formação cultural quando rematou a inscrição latina dizendo:

OPerE : FINITO : SIT : LAUS : ET : GL(or)IA : CRISTO : AMEN : +

(cf. Insc. N.º 535, de 1317). Esta forma de concluir o texto encontra numerosos paralelos nas subscrições dos códices saídos dos *scriptoria* monásticos, nomeadamente de St.^a Cruz de Coimbra e de Alcobaça. No primeiro *scriptorium* encontramos uma fórmula muito semelhante a essa num códice de 1191:

“*Perscripto Libro: Sit Laus et Gloria Christo. Per manus Fernandi Garsie prebiteri canonici Sancte Crucis colimbriensis monasterij. XVº Kalendas Februarij: in Era M^a. CC^a. XX^a. VIIIJ^a.*” (CRUZ A. 1964, p. 102).

Uma fórmula em tudo idêntica seria utilizada no mesmo Mosteiro em 1234 (CRUZ A. 1964, p. 105), e, com leves alterações, por Joanes Miguéis em códice não datado:

“*Qui scripsit scribat semper cum Domino vivat. Finito libro sit laus et gloria Christo.*” (CRUZ A. 1964, p. 107).

No *scriptorium* de Alcobaça iremos encontrar o mesmo tipo de votos:

“*Qui Scripsit vivat. Qui legit eum benedicat. Finito Libro. Sit Laus et Gloria Xpo.*” (Cód. Alc. 359, do Séc. XIII)

ou

“*Finito Libro Isto. Sit Laus et Gloria Xpo. Amen.*” (Cód. Alc. 139, do séc. XV).

Deste modo, mesmo que não tenha revelado o seu nome, o autor da inscrição de Alenquer assinalou, involuntariamente, o meio cultural onde se movia. Ele não podia deixar de ser pessoa familiarizada com o trabalho dos *scriptoria* monásticos. Assim, embora utilizando fórmula diferente da que encontramos na inscrição de Lamas do Vouga, a lápide latina de Alenquer leva-nos a conclusões similares.

É possível que a inscrição funerária do Bispo D. Pedro, de Évora, encomendada por Martim Ortiz, que fora seu criado, tenha sido da sua iniciativa (cf. Insc. N.º 595, de 1340). A forma como o texto foi redigido deixa, no entanto, alguma margem para dúvidas, podendo Martim Ortiz ter feito apenas a encomenda, e o texto sido redigido por outra pessoa.

Já o caso da epígrafe de Ferreira do Zêzere, comemorando a construção dos Paços de D. Nuno Rodrigues de Andrade, Mestre da Ordem de Cristo, não deixa qualquer margem para dúvidas:

... : ESTAS : LETERAS : PINT[ou g]ONCALO : TENREIRO : MO-
ORDO[mo m]OOR : E : CHANCELER : MOOR : [do] DITO : S[enhor
me]STRE :

(cf. Insc. N.º 632, de 5 de Julho de 1362). A expressão “pintou” pode ser entendida no sentido literal do termo – ou seja, que Gonçalo Tenreiro pintou as letras da inscrição no suporte, criando a *ordinatio*. No entanto, e como referimos no seu comentário, a conjugação de uma série de outros elementos – desde a inscrição latina na moldura do letreiro, contrastante com o texto principal em português, até à utilização de elementos cronológicos precisos em relação ao início do Mestrado de D. Nuno Rodrigues de Andrade, que não seriam acessíveis a todos – recomendam que tenha sido também ele o autor do texto epigráfico.

Por fim, registemos um derradeiro caso de autoria confessa de um texto epigráfico, na inscrição de Torres Novas de 1376. Este letreiro remata declarando:

... : E : DESTA : OBRA : FOI : M(estr)e : ST(evão) : DO(mingu)IZ :
PEDREIRO : Q(ue) : ESTO : FEZ : E : LAVROU :

(Insc. N.º 655). O Mestre (ou Arquitecto) Estêvão Domingues, que seria certamente pessoa letrada, foi, portanto, o autor do texto deste letreiro.

O quadro que temos vindo a traçar aponta no sentido de a grande maioria das inscrições medievais onde é possível adivinhar o perfil cultural do autor do seu texto ter sido, pelo menos até aos finais do século XIII, esmagadoramente concebida por pessoas ligadas aos meios eclesiásticos, quer seculares quer regulares. A situação está de acordo com as linhas de força que se detectam em toda a Europa, onde, como Robert Favreau salientou

“Il est évident qu’il n’y a pas d’«épigraphe de métier» au Moyen Age. Les auteurs d’inscriptions sont les lettrés du temps, le clerc chargé de la rédaction des chartes ou celui qui travaille à la bibliothèque du couvent ou du chapitre.” (FAVREAU 1981, p. 270).

Com o avançar dos tempos, e com a progressiva laicização da sociedade, a escrita passará a ser, igualmente, dominada por um número crescente de pessoas leigas. Com o séc. XIII surgem os tabeliães⁴⁶, primeiro passo nesse processo de laicização que começa a contrariar a hegemonia eclesiástica quase total que se verificava até então nos domínios da escrita. Assim, não será de estranhar que, pelo menos a partir dos meados do séc. XIII, cada vez mais se encontrem civis por detrás da criação dos textos epigráficos, pelo menos naqueles que utilizam a língua vernácula, que se divulga entre nós como linguagem epigráfica com o reinado de D. Dinis. Devemos, no entanto, sublinhar que a Idade Média portuguesa nunca conheceu “profissionais” que se dedicassem à redacção de inscrições. Esta tarefa seria, nos casos mais simples, realizada no seio das próprias oficinas epigráficas, talvez apoiando-se em modelos, e nos casos mais elaborados confiada a um letrado que, esporadicamente, criava um texto epigráfico. A situação tenderia a modificar-se na Época Moderna, quando entre as tarefas que os profissionais da escrita realizavam a troco da respectiva remuneração, passa a ser mencionada a redacção de epitáfios. Damião de Góis, na sua *Descrição da Cidade de Lisboa*, redigida em 1554, registava que na Praça do Pelourinho

⁴⁶ Segundo o DHP, data de 1218 a primeira referência a um tabelião em Portugal, quando P. Raolis assina diplomas intitulado-se *“primus et publicus tabellio Domini Regis A. juratus in Ulixbona”* (cf. DHP, s.v. “Tabeliães”, vol. VI, p. 108). Gama Barros refere, no entanto, um documento de 1212 onde, entre as testemunhas, figura um *“Martino Martinis tabalionem Domini Rex”* (BARROS H. G. 1945-54, t. VIII, p. 369). Estudos mais recentes fizeram recuar esse limite para o ano de 1211 (cf., por ex., CUNHA M.C. 1990, p. 251). A multiplicação do número destes profissionais da escrita ao longo do séc. XIII, abarcando de forma cada vez mais equilibrada as diferentes zonas do reino, levou ao aparecimento dos primeiros numeramentos de tabeliães, em 1287-90 (MARQUES A.H.O. 1965, p. 57 e ss.) e dos primeiros registos de tabeliães, datados de 1305 (cf. BARROS H.G. 1945-54, t. VIII, p. 379; DHP, s.v. “Tabeliães”, vol. VI, p. 108).

“... se vêem sempre muitos homens sentados em frente de mesas, a quem poderíamos chamar notários ou tabeliões, embora não tenham nenhum cargo oficial. Todos eles ganham a vida pelo seguinte processo: ouvindo com atenção os que a eles acodem e lhes expõem os seus problemas, escrevem imediatamente e no mesmo lugar em folhas de papel que entregam aos requerentes, recebendo a paga conforme o assunto: de modo que estão sempre a postos para redigir cartas, mensagens amorosas, elogios, discursos, epitáfios, versos, louvores, orações fúnebres, petições, notas e outras coisas do gênero que se lhes peça.” (GÓIS D. 1554, p. 54).

4.3. Minuta e *Ordinatio*.

Já diversos autores tiveram oportunidade de realçar que a criação de uma inscrição compreende três fases distintas. Jean Mallon, no seu clássico estudo *Paléographie Romaine*, distinguiu a gênese ou criação do texto epigráfico, em suporte não-rígido (pergaminho, papiro, placa de cera, etc.) e com recurso a alfabetos cursivos comuns (1.^a fase); a marcação das letras no suporte (com recurso a pincel e tinta, a carvão, a ponta seca ou mesmo a cinzel), com a sua paginação – *ordinatio* – (2.^a fase); e a operação de gravação das letras (com martelo e cinzel) (3.^a fase) (MALLON 1952, pp. 57-58). Jean Mallon seria o responsável pela introdução de uma nova expressão na linguagem dos estudos epigráficos – *ordinatio* – que utilizou pela primeira vez em 1948 para designar a 2.^a fase de criação de uma epígrafe, compreendendo a paginação do texto (cf. MALLON 1986, pp. 196-200). Na perspectiva deste autor, expressões como *scripsit* diriam respeito não tanto à autoria intelectual do texto mas sobretudo à criação da *ordinatio*, enquanto que *sculpsit* respeitaria ao trabalho de criação material da inscrição. Em abono da sua interpretação, Jean Mallon valorizaria uma inscrição bilingue da Sicília, do Séc. I d.C., onde se referiam as diferentes operações que se processavam num atelier epigráfico: “... *tituli heic ordinantur et sculpuntur ...*” (CIL, X, 7296) (MALLON 1952, p. 57; MALLON 1986, p. 196). Para Mallon, esta passagem documentaria, ainda, que o texto tinha sido criado fora da oficina epigráfica, e que apenas as operações de paginação e gravação tiveram aí lugar (MALLON 1952, p. 58). As suas conclusões seriam retomadas e aprofundadas alguns anos mais tarde, em estudo monográfico que consagrou aos “*Scriptoria Épigraphiques*”, em boa parte em resposta às dúvidas que Louis Robert levantara (MALLON 1957, p. 177 e ss.).

Depois dos estudos de Jean Mallon, diversos autores defenderam o mesmo modelo. Robert Favreau, em 1979, individualizou as mesmas três etapas que Mallon: a minuta, em escrita corrente, cursiva, “*fort comparable à celle des chartes*”; a *ordinatio*,

com a disposição do texto no suporte e a transposição dos caracteres minúsculos para maiúsculos; e o trabalho de gravação (FAVREAU 1979, p. 51). Vicente Garcia Lobo, ao estudar a colecção epigráfica de San Miguel de Escalada, distinguiu igualmente uma 1.^a fase (*scriptio*), compreendendo a redacção do texto original, em letra comum e sobre pergaminho, certamente realizada num *scriptorium*; uma 2.^a fase (*ordinatio*), com a passagem desse texto para caracteres epigráficos e a sua paginação, feita por pessoa letrada mas na oficina epigráfica; e uma 3.^a fase (*gravação*), correspondendo ao trabalho de pedreiros especializados (GARCIA LOBO 1982, pp. 12-13)⁴⁷. António Durán Gudiol subdividiu a fase de execução de uma inscrição em três operações: 1.^a, a regularização da superfície da pedra ou, melhor dizendo, a preparação do suporte; 2.^a, a marcação do campo epigráfico e a paginação do texto; 3.^a, a gravação das letras, com recurso a cinzel (DURÁN GUDIOL 1967, pp. 47-50).

A minuta é o texto criado pelo autor tal como ele é fornecido à oficina epigráfica ou a quem o irá gravar. É, portanto, o texto em bruto, sem paginação, sem abreviaturas e escrito com alfabeto cursivo, típico das escritas com pena ou cálamo e tinta. Correspondendo a uma fase intermédia do trabalho epigráfico, a minuta devia ser rapidamente destruída, motivo porque não chegou nenhum exemplo até aos nossos dias⁴⁸. Há, no entanto, pequenos indícios que nos revelam que o autor da *ordinatio* se baseou numa minuta. É o caso de pequenos erros ou lapsos que se devem à deficiente compreensão da caligrafia dessa minuta, como se verifica, por exemplo, na insc. de S. Salvador de Pedregais, onde se regista IN (h)ODOREM em vez de IN (h)ONOREM (cf. Insc. N.º 52, de 1113), lapso que evidentemente resultou de má compreensão do N que estava na minuta, confundido com um D. O mesmo se diga da inscrição da Igreja de Santiago da Moita que revela que o templo se ergueu “IN HONOREm SANCTI CUCUEATI” (Insc. N.º 201, de 1195), lapso devido a má interpretação do F de CUCUFATI. Ou no caso de S. João de Alporão, em Santarém, na inscrição funerária de D. Afonso, bastardo de D. Afonso Henriques, que foi Mestre da Ordem do Hospital, em Rodes, e cujo epitáfio declara que foi “MAOISTER” em vez de MAGISTER, por confusão do G com um O (Insc. N.º 259, de 1207). Acrescentemos a esta lista de lapsos por deficiente interpretação da minuta o caso da inscrição de S. Pedro de Balsemão,

⁴⁷ Entendia Garcia Lobo que esta mesma separação de tarefas seria perceptível em certos textos epigráficos, atribuindo expressões como *scripsit* à criação do texto epigráfico (1.^a fase), e expressões como *fecit* à criação material da epígrafe (portanto à 2.^a ou 3.^a fase) (GARCIA LOBO 1982, p. 13, nota 29). Deste modo, quando uma inscrição revelava “f... *scripsit*” estaria a facultar o nome do autor do texto, enquanto que quando se registava “f... *fecit*” estaria a memorizar o autor material do letreiro.

⁴⁸ Robert Favreau levanta a hipótese de dois fragmentos de telhas romanas encontrados dentro de um túmulo em Sainte-Gertrude à Nivelles serem minutas de um epitáfio anterior a 1046 (FAVREAU 1979, p. 51, nota 70).

encomendada pelo Bispo do Porto D. Afonso Pires cerca de 1362, e onde encontramos ECCLesIAB em vez de ECCLesIAM, confundindo-se um M (certamente uncial) com um B ou, mais provavelmente, não compreendendo o sinal específico da terminação em M utilizado pelos escribas medievais, graficamente semelhante a um z minúsculo, que terá sido entendido como B (cf. STIENNON 1973, p. 128) (cf. Insc. N.º 634, de [1362-1372]). Ou, para terminar, o caso da inscrição funerária de D. Fernando, onde o escultor registou OBTUBRO em vez de OUTUBRO, um erro que se compreende se atendermos à forma adoptada pelo U maiúsculo e pelo B minúsculo no Alfabeto Gótico Anguloso, ou Alemão, utilizado neste letreiro (cf. Insc. N.º 669). Todos estes exemplos revelam-nos, indirectamente, a existência da minuta no quadro da concepção de uma inscrição⁴⁹.

Deve também ter sido por problemas de interpretação da minuta, que não deve ter compreendido, que o monge alcobacense que estava a gravar na pedra o epitáfio de Lourenço, registou as letras IU e deixou, depois, um espaço em branco. Certamente que não entendeu o que na minuta estava escrito – IUNII ou IULII – preferindo deixar um espaço em branco, para ser depois preenchido, a incorrer em erro. No entanto, todo o epitáfio ficaria incompleto, pelo que essa passagem acabou por nunca ser terminada (cf. Insc. N.º 327, de 1245).

Numa situação normal e ideal, a minuta, contendo o texto epigráfico, era entregue na oficina epigráfica a um *ordinator* para o texto ser paginado, ou seja disposto em função da mancha gráfica pretendida. O paginador do texto devia ser ainda pessoa letrada, o que certamente não acontecia com o lapicida, a pessoa encarregada de gravar as letras⁵⁰. Ao paginador competia ler o texto, analisar a disposição deste em função do espaço disponível e do tamanho de letras pretendido, e optar pelas possíveis abreviaturas. Deste modo, o *ordinator* tinha de ser pessoa não só letrada mas também familiarizada com a linguagem epigráfica e com os sistemas de abreviaturas em uso (cf. ENCARNAÇÃO J. 1984, vol. II, pp. 830 e 832). Diríamos mesmo que, pelo menos para os tempos medievais, o paginador era pessoa potencialmente mais familiarizada com o mundo epigráfico que o autor do texto, que podia muitas vezes ao longo de toda a sua vida criar apenas o texto para uma inscrição. Por outro lado, convém sublinhar que,

⁴⁹ Também José d'Encarnação teve oportunidade de registar nas inscrições romanas do Sul de Portugal a existência de lapsos que se explicam pela deficiente interpretação da minuta (cf. ENCARNAÇÃO J. 1984, p. 835).

⁵⁰ A este propósito escreveu Robert Favreau: "*Celui qui ordonne le texte (...) est nécessairement un lettré, et peut être celui-là même qui l'a fourni, moine historiographe ou maître sculpteur par exemple. Celui qui grave le texte (...) a dû être souvent un simple ouvrier, illettré ou peu instruit, surtout pour les inscriptions lapidaires.*" (FAVREAU 1979, p. 30).

embora numa primeira análise possa parecer que o *ordinator* tinha um papel relativamente passivo no processo de criação de uma inscrição, ele tinha, na realidade, uma intervenção activa e fundamental. Efectivamente, era ele que dava forma ao texto apresentado, definindo o perfil paleográfico da epígrafe, escolhendo alfabeto e sistemas de abreviaturas, podendo dar mais relevo a uma passagem ou, paralelamente, relegar outra para plano secundário, pelo simples jogo de espaçamento e de uso de abreviaturas.

O trabalho do paginador consistia na criação da *ordinatio*. Certamente que, na nossa Idade Média, o autor do texto foi por vezes o autor da *ordinatio*, sobretudo quando estamos a lidar com textos concebidos e integralmente criados em ambientes monásticos⁵¹. No entanto, mesmo no caso dos *scriptoria* monásticos, quando encontramos a clara distinção entre copistas, miniaturistas (ou iluminadores) e titulares, que traduz a especialização de cada uma dessas tarefas, não podemos deixar de pensar que deviam ser estes últimos os responsáveis pela paginação de algumas epígrafes. É possível, portanto, que mesmo nos casos de criações monásticas tenha havido diferentes mãos em cada fase de criação de uma inscrição, não se devendo confundir autoria intelectual do texto e autoria da sua paginação e forma. Registemos que mesmo ao nível da Diplomática pode haver distinção entre os dois patamares do acto escrito – entre o que cria o texto e o que o copia para o pergaminho. Num documento do Liber Fidei regista-se que essa carta:

“*Fuit scripta in temporibus Comes Domno Henrrico et Infans Domna Tarasia in Conventu Ecclesie Sancte Marie Bracarensis. Romanus Presbiter notuit atque conf., Petrus Eitaz qui Lex Gotorum solet comprobare exaravit.*” (LFidei, 636, de 6 de Julho de 1106 = DMP, DP III, N.º 225).

Esta pequena passagem documenta-nos bem como a própria Idade Média distinguia entre a criação do texto, em minuta, e a cópia do texto para pergaminho, entre *notuit* e *exaravit*.

⁵¹ Maria de la Soterraña Martin Postigo procedeu ao estudo monográfico da inscrição da Ermida de San Frutos de Duratón, de 1110, tendo chegado à conclusão que a sua *ordinatio*, pelo estreito paralelismo que apresentava com os títulos do *Beatus* de Silos (concluído em 1109), teria sido criada no *scriptorium* de Silos. Atendendo a que o *Beatus* de Silos teve como copista o monge Domingos, como miniaturista o monge Pedro e como *titulador* o monge Munio, que era a pessoa encarregada de conceber os títulos nesse *scriptorium*, utilizando nas suas criações as mesmas letras enlaçadas, geminadas e inclusas que se podem observar na inscrição de San Frutos de Duratón, Maria de la Soterraña Martin Postigo concluía que o letreiro teria sido concebido pelo *titulador* Munio (cf. MARTIN POSTIGO 1972, sobretudo pp. 212-214). O paralelismo entre a *ordinatio* de algumas epígrafes e as titulações de certos códices já foi, de resto, notada também por Chantal Fraisse para o caso de Moissac, quando colocou lado a lado o manuscrito B.N.Lat. 2390, dos inícios do séc. XII e a inscrição do Claustro de Moissac de 1100 (FRAISSE 1992, p. 14). É possível que esta situação se tenha verificado igualmente em Portugal, nomeadamente em núcleos como o de Alcobaça.

Por fim, devemos ressaltar que em diversos casos não terá havido qualquer *ordinatio*, o que quer dizer que o lapicida foi gravando os caracteres sem qualquer planeamento prévio, ocupando o espaço à medida que ia necessitando. Este tipo de procedimento conduz, inevitavelmente, a inscrições com manchas gráficas desequilibradas, onde sobra espaço em branco na parte final ou onde, pelo contrário, a falta de espaço adequado conduz a dificuldades que são contornadas pela criação de regras progressivamente mais estreitas ou gravadas em locais inicialmente não previstos (nomeadamente em molduras ou nos silhares inferiores).

Conseguimos detectar, igualmente, uma situação intermédia entre o planeamento prévio e integral de uma inscrição e a ausência total de planeamento. Referimo-nos às epígrafes onde o texto foi sendo paginado linha a linha, à medida que se ia progredindo no labor de gravação, o que parece ter sido uma solução relativamente comum.

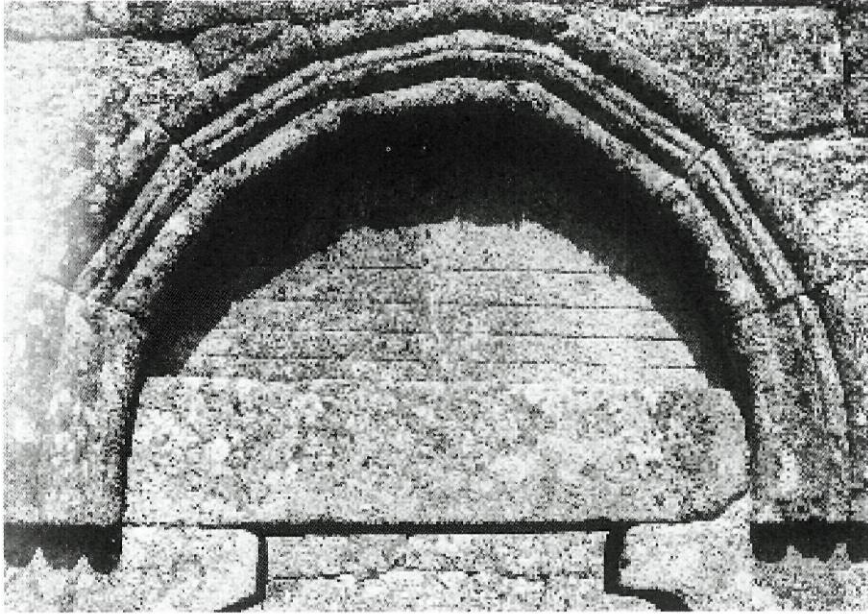
O trabalho de paginação do texto em função do suporte era normalmente feito com recurso a elementos colorantes, nomeadamente carvão ou ocre ⁵². O *ordinator*, para facilitar o seu trabalho e regularizar o módulo das letras, traçava o regramento. Podia optar por linhas simples (delimitando apenas a altura das diferentes regras) ou por linhas duplas (assinalando os espaços interlineares, onde por vezes se gravavam os sinais de abreviatura). Muitas vezes o campo epigráfico era delimitado à esquerda e à direita com linhas verticais, definindo-se, assim, a “caixa”. O regramento podia ser registado de forma efémera, com recurso a carvão, grafite ou ocre, ou podia ser gravado na própria pedra, adquirindo assim valor igualmente estético. Numa solução intermédia, podia ser grafitado no suporte pétreo, com traço fino e leve o que pode passar facilmente despercebido se a observação se fizer sem o recurso a luz adequada. A presença destas “regras grafitadas” nota-se sobretudo nos suportes mais brandos e regulares (calcário, mármore), não ocorrendo em suportes mais duros e irregulares (como o granito), e tem vindo a ser registada num número crescente de exemplos de diferentes épocas (cf. ENCARNAÇÃO J. 1984, p. 832). Por vezes a opção sistemática por determinada tendência ajuda a definir a personalidade dos ateliers. Assim, por exemplo, o atelier epigráfico de Coimbra optou vulgarmente por gravar as próprias regras no suporte pétreo, assinalando de forma clara o campo epigráfico. Pelo contrário,

⁵² Jean Mallon sublinha que, em alguns epitáfios romanos, quando se iconografam os instrumentos de trabalho da pedra, denunciando a actividade profissional do defunto, se apresentam ao lado das serras, dos martelos e dos cinzéis, outros objectos que parecem ser bocados de giz ou de carvão utilizados na marcação da *ordinatio* (MALLON 1952, p. 58). No DACL, Henri Leclercq registou igualmente diversas lápides romanas com a panóplia dos instrumentos dos lapicidas onde, nalguns casos, parecem ter sido representados igualmente bocados de carvão ou giz (DACL 1907-51, s.v. “Lapicides”, vol. VIII, tomo 1, cols. 1329-1330).

em Alcobaça os monges evitaram sempre materializar as regras das inscrições, socorrendo-se de elementos pictóricos ou grafitando, a traço muito fino, as linhas de apoio. Por vezes houve alterações no programa (cf. Insc. N.º 322, de 1243), ou as inscrições quedaram-se inacabadas (cf. Insc. N.º 355, de 1262, com a última letra nunca devidamente rebaixada), o que permite verificar que a *ordinatio* era grafitada no silhar, sendo depois as letras gravadas com cinzel.

Conhecemos alguns casos de campos epigráficos definidos e prontos a receber inscrições que, por qualquer motivo, nunca foram gravadas. Um dos casos encontra-se em S. Miguel de Escalada (León), onde na galeria porticada que acompanha a Igreja Moçárabe pelo lado Sul encontramos um campo epigráfico devidamente preparado que nunca chegou a ser gravado (vd., por exemplo, GARCIA LOBO 1982, p. 13, nota 28). Trata-se de um campo gravado com cinco regras (apresentado como anomalia a ausência do último espaço interlinear), que foi registado no silhar que coroa um dos capitéis da galeria porticada.

Em Portugal conhecemos diversos casos de inscrições inacabadas (nomeadamente em Alcobaça), mas apenas três exemplos de campos epigráficos preparados para receber textos que nunca se concretizaram. Por felicidade os dois exemplos ilustram-nos diferentes soluções técnicas. O primeiro caso é o do tímpano do Portal lateral Sul da Igreja de S. João Baptista do Castelo de Ansiães (Lavandeira, Carrazeda de Ansiães), que se ergue na zona de acesso à fortaleza, na área extra-muros. Este tímpano, em granito, apresenta quatro regras claramente marcadas, com traços rectilíneos gravados (Est. III, n.º 1). É evidente que não se trata de qualquer motivo ornamental nem sequer de obra do acaso. Para ali esteve programada uma inscrição que, por motivos que nos escapam, nunca chegou a ser gravada. O segundo exemplo encontra-se no tímpano da Torre de Menagem do Castelo de Ródão, onde os Templários deviam ter programada uma inscrição que nunca chegou a ser gravada, ficando apenas as regras assinaladas e, ao lado destas, uma cruz dentro de campo circular. O terceiro caso que conhecemos encontra-se no Mosteiro da Batalha. Já tivemos oportunidade de referir que nas paredes deste monumento encontramos diversos grafitos, dos mais elaborados que possuímos em Portugal, que pensamos vir a estudar em breve. Ora, no claustro de D. Afonso V, erguido segundo traço de Fernão de Évora, encontramos numa das paredes interiores da galeria um campo epigráfico definido com traço escuro onde se distinguem quatro regras e respectivos espaços interlineares, para além dos limites máximos do campo epigráfico, à esquerda e à direita. No entanto, nem o regramento foi gravado nem este campo epigráfico recebeu qualquer letra (Est. III, N.º 2). Deste modo, e apenas contando com três casos, possuímos duas situações distintas: na Igreja de S. João Baptista de Ansiães e em Ródão gravaram-se as regras, materializando na pedra, de forma perene,



1



2

o regramento, enquanto que no Mosteiro da Batalha se preferiu pintar, a traço leve, as linhas que definem os limites do campo epigráfico, as regras e os espaços interlineares, que se destinavam a apoiar o trabalho do lapicida mas que seriam, por certo, apagadas depois de este ter concluído a sua intervenção.

Finalmente, cumpre realçar o exemplo de Ermida de Paiva e da sua inscrição pintada no tímpano lateral Sul (Insc. N.º 273, de 1214). Trata-se, como referimos no respectivo comentário, da única inscrição pintada que conhecemos em Portugal para o período ao qual consagramos a nossa atenção. No entanto, e apesar de ser exclusivamente pintada, a inscrição de Ermida de Paiva apresenta todas as características de uma epígrafe comum: o mesmo tipo de letra que as suas congéneres contemporâneas, com caracteres isolados sem qualquer sintoma de cursividade, a utilização dos usuais três pontos sobrepostos como sinal de separação de palavras, e as regras cuidadosamente pintadas, tudo utilizando tinta ocre. Deste modo, esta inscrição premonstratense do Templo das Siglas pode, justamente, ser entendida como um exemplar onde *ordinatio* e epígrafe se unem e confundem. Aqui encontramos perfeitamente ilustrado o trabalho do *ordinator* ou paginador, mas não vemos traço do trabalho do lapicida. Assim, e como defendemos quando tratámos do conceito de Epígrafe, devemos encarar o caso de Ermida de Paiva como uma epígrafe de pleno direito.

Quando as inscrições eram muito extensas o *ordinator* podia traçar linhas de apoio intermédias. Assim acontece, por exemplo, com a grande epígrafe de instituição da Capela de S. Bartolomeu, anexa à Sé de Lisboa, ordenada por Bartolomeu Joanes⁵³. Trata-se de uma extensa inscrição, com 28 regras exaradas numa lápide de calcário com 72,5 x 73 cm, vulgarmente conhecida como a “ordenação da Capela de Bartolomeu Joanes”, designação retirada das primeiras palavras com que abre o letreiro (Insc. N.º 560). Neste caso ainda é perceptível em certas zonas da lápide a marcação das regras,

⁵³ A “Ordenação” da Capela de Bartolomeu Joanes é a inscrição mais extensa do nosso Inventário. Atendendo ao universo epigráfico português, a inscrição de Bartolomeu Joanes pode ser considerada como uma inscrição extensa, tal como o podem ser a inscrição de Vera Cruz de Marmelar (Insc. N.º 368, de 1268), a inscrição de Recardães (Insc. N.º 524, de 1312), a memória da Batalha do Salado na Sé de Évora (Insc. N.º 592, de 1340), ou o epitáfio de Lourenço Anes na Sé de Lisboa (Insc. N.º 613, de 1348). Nada que se compare, no entanto, com o epitáfio de D. João I, que se gravou no lateral do seu sarcófago ao longo de 27 extensas regras (com 306,5 cm de comprimento, tendo as letras 2 cm de altura), e cuja transcrição ocupa quatro páginas da obra de D. António Caetano de Sousa (SOUSA A.C. 1735-48, vol. III, pp. 9-12). No lado oposto da arca, o epitáfio de D. Filipa de Lencastre apresenta “apenas” 21 regras, ocupando três páginas na obra de D. António Caetano de Sousa (SOUSA A.C. 1735-48, vol. III, pp. 17-20). Outros casos alémpirinéus são ainda mais extensas. Robert Favreau regista em Anvéville (Normandia) uma inscrição com 200 versos (FAVREAU 1979, p. 33).

que guiou a paginação do texto e a gravação das letras. Como a lápide era grande, o paginador marcou não só as linhas, os espaços interlineares e os limites extremos da mancha gráfica (a “caixa”), mas também assinalou, com traço vertical, o eixo central da lápide. Passou, assim, a contar com um elemento auxiliar para a distribuição dos caracteres por cada regra. O facto de a lápide se encontrar num espaço interior e a certa altura levou a que esses traços, que normalmente eram apagados ou desapareciam com o tempo, conseguissem sobreviver até aos nossos dias, revelando-se um precioso testemunho da forma como se procedia à paginação de um texto longo.

Depois de planeado o número de regras e sua extensão, e de estas terem sido assinaladas no respectivo suporte, o *ordinator* procedia à distribuição do texto em função do espaço. Desenhava (ou grafitava) as letras, uma a uma, dando-lhes a configuração pretendida. O melhor exemplo desta fase do trabalho epigráfico é, sem sombra de dúvidas, a inscrição romana de *Gemellae*, que Jean Baradez identificou nos confins do Saara e que Jean Mallon estudou monograficamente (MALLON 1986, pp. 246-249). Trata-se de uma ara dedicada aos *Dii Campestribus* por *Marcus Celerinius Augendus* que apresenta texto epigráfico com sete regras mas das quais apenas foram gravadas as três primeiras linhas e os três primeiros caracteres da quarta regra. O restante texto permanece pintado no suporte, devidamente paginado, sem que o lapicida o tenha rebaixado. Não se trata de uma inscrição concebida para ficar parcialmente gravada e parcialmente pintada (o que seria, de resto, inédito), mas sim de um caso de uma inscrição inacabada: Jean Mallon encontrou vestígios do traçado a tinta das letras das primeiras regras, quando o lapicida se afastou ligeiramente da matriz definida pela *ordinatio* (MALLON 1986, p. 247). Esta situação, tanto quanto sabemos única, revela de forma clara o procedimento técnico que se seguia na transposição de um texto epigráfico para o suporte, com o planeamento integral da inscrição antes de ser gravada. Notemos, ainda, que o *ordinator* norte-africano utilizou o vermelho para a *ordinatio* das primeiras quatro linhas, e que depois mudou para tinta negra, embora esta mudança, como sublinhou Jean Mallon, não pareça ter qualquer significado especial (MALLON 1986, p. 246, nota 6).

O papel do *ordinator* não se resumia apenas a uma distribuição equilibrada do texto epigráfico, que numa situação ideal deveria conduzir a uma ocupação integral da mancha gráfica disponível. Na realidade, o *ordinator* tinha a possibilidade de intervir na própria concepção da inscrição, podendo dar mais relevo a determinadas passagens do texto – quer pela colocação de menos abreviaturas, quer pelo maior afastamento das letras. José d’Encarnação teve oportunidade de realçar essa subtil intervenção do paginador em algumas epígrafes romanas (ENCARNAÇÃO J. 1984, vol. II, pp. 830 e 831). A situação não foi totalmente ignorada nos tempos medievais. É relativamente comum

encontrarmos, sobretudo ao nível dos elementos cronológicos, um maior afastamento entre os diferentes caracteres, o que contribui significativamente para que essas passagens sobressaíam em relação ao resto do texto⁵⁴.

A maioria das inscrições que integram o nosso *Corpus* apresentam vestígios de terem sido concebidas com auxílio de uma *ordinatio*, que pode ter sido mais ou menos feliz, e que o lapicida soube mais ou menos respeitar. Em muitos casos podemos sentir que não houve um planeamento integral do texto em função do espaço disponível, mas que a paginação do texto se foi fazendo regra a regra, de acordo com as necessidades. No entanto, na imensa maioria dos casos sentimos uma preocupação de regularidade e de equilíbrio. Devemos, de qualquer forma, sublinhar que há casos onde encontramos uma negação frontal de qualquer ensaio de *ordinatio*. Esses casos merecem ser igualmente anotados. De entre os exemplos que integram o nosso inventário poderíamos salientar o caso da inscrição da Capela de S. Bartolomeu, junto a St.º Tirso (Insc. N.º 55, de 1116), com a sua acentuada irregularidade, ou, sobretudo, o núcleo de inscrições da Igreja de Resende (Inscs. N.ºs 486 a 490, do séc. XIII) e a inscrição sepulcral de D. João Martins, cavaleiro de Mondego, que se conserva em S. Jorge de Favaio (Insc. N.º 568, de 1327). Se o primeiro exemplo, de 1116, pode ser em parte explicado pela antiguidade do epitáfio de Sessando, registado em xisto e numa época em que as epígrafes ainda eram documentos raros, já nos restantes exemplos estamos perante a manifesta inabilidade do “lapicida” para criar um documento epigráfico. Repararemos que as inscrições de Resende, cada uma contendo apenas um simples nome, nunca devem ter tido qualquer ensaio de planeamento. Tão pouco a pessoa que as gravou devia saber ler, não tendo compreendido algumas letras. No que respeita ao epitáfio de Favaio, trata-se de um caso tardio – de 1327 – destinado a um elemento da pequena nobreza local, onde encontramos a mais radical negação de qualquer *ordinatio*, e onde nem sequer a superfície do suporte foi devidamente regularizada. Um exemplo que acaba por ganhar alguma notoriedade pela ausência de qualidade que patenteia, e que traduz o afastamento de Trás-os-Montes dos meios criadores de epígrafes. Na realidade, a pessoa que criou o epitáfio de D. João Martins nunca devia ter tido qualquer experiência nestes domínios.

Encontramos outros casos onde, apesar de as regras terem sido gravadas no suporte, parece ter havido uma total independência entre essa matriz e as letras que

⁵⁴ Não conhecemos, entre nós, nenhum caso semelhante ao que se verifica na zona de Toulouse, onde em diversas inscrições encontramos diferentes colorações como forma de dar relevo a certas passagens dos letrados. Efectivamente, diversas inscrições da Galeria Epigráfica do Musée des Augustins (Toulouse) apresentam as letras das passagens encerrando os elementos cronológicos pintadas a vermelho, e as letras das restantes partes pintadas a azul.

depois se foram registando. É o caso, por exemplo, da inscrição da Capela de St.^a Maria do Mosteiro de Roriz (Insc. N.º 350, de 1258) ou da inscrição da Quinta dos Cedros, junto a Celorico da Beira (Insc. N.º 280, de 1217).

Por fim, gostaríamos de salientar o caso da pequena inscrição de S. João de Mocharro, templo de Óbidos situado na zona extra-muros e hoje quase esquecido (Insc. N.º 585, de 1334). Trata-se de um curioso caso onde a inscrição foi gravada com auxílio de um campo epigráfico. As regras devem ter sido assinaladas no suporte com recurso a elementos colorantes, tendo sido depois desenhadas e gravadas as letras. Terminada a operação, o lapicida gravou as próprias regras, mas encerrou a última com traço vertical depois da derradeira palavra, não prolongando mais o traço até ao limite do campo epigráfico. Assim, as regras que hoje ali vemos gravadas foram definidas, na sua extensão, pelo tamanho da epígrafe. Por outro lado, no momento em que o lapicida gravou o regramento na pedra, encerrando-o logo depois de terminado o letreiro, converteu esse regramento em moldura. Ele perdeu a sua funcionalidade e ganhou um valor essencialmente estético. Trata-se, portanto, de uma curiosa mutação.

4.4. Execução.

Já analisámos a intervenção de duas pessoas no trabalho de criação de uma inscrição: o autor do texto epigráfico, muitas vezes pessoa oriunda dos meios eclesiásticos (sobretudo nos primeiros séculos abarcados pelo nosso inventário, seguramente até à segunda metade do Séc. XIII); e o *ordinator*, responsável pela transformação do texto da minuta em texto epigráfico, paginando-o em função das dimensões pretendidas. É tempo de nos debruçarmos um pouco sobre o executor da inscrição, o lapicida.

Ao lapicida competia gravar os caracteres que tinham sido desenhados no suporte pelo paginador. Na maior parte dos casos seria pessoa analfabeta, que não compreendia o que estava a gravar, o que ajuda a compreender algumas situações anómalas, como por exemplo as dificuldades com que lutamos na interpretação de certas passagens do epitáfio de *Vimaranus*, proveniente de S. Tomé da Serra (Insc. N.º 24, de 1037), ou do epitáfio de [...] Mendes, do Mosteiro de Cête (Insc. N.º 28, de 1067), ou em algumas das inscrições de Resende (Inscs. N.ºs 486-490). Por vezes, quando lhe era apenas apresentada a minuta e não havia um paginador que resolvesse os problemas de transposição do texto para o suporte pétreo, o lapicida podia incorrer em erros de pormenor. É o que acontece, por exemplo, com a inscrição de Canedo, onde uma deficiente interpretação do T da minuta levou o lapicida a gravar um carácter semelhante a um

segmento de recta coroado por círculo. Na realidade, os TT da minuta deviam apresentar o segmento horizontal encerrado com curva à esquerda, segundo o velho protótipo moçárabe, o que não foi compreendido pelo lapicida (Insc. N.º 50, de 1105). Esse mesmo tipo de dificuldades sentimos, por exemplo, na inscrição funerária de Sesnando (Insc. N.º 55, de 1116), ou na inscrição de Bertianos (Insc. N.º 83, de 1145), para além dos exemplos que acima aduzimos quando procurámos demonstrar a existência da minuta no processo de criação de uma epígrafe. É, no entanto, significativo que os casos se tornem progressivamente mais raros à medida que a cronologia vai avançando, reflexo de lapicidas mais bem preparados e de oficinas epigráficas com trabalho mais profissional, de melhor qualidade. Afinal, uma evolução natural à medida que o registo epigráfico se vai divulgando.

Das três cadeias operatórias – minuta, *ordinatio* e gravação – é esta última a que envolve técnicos com menor formação cultural. Não será de estranhar, portanto, que seja também esta a fase que menos testemunhos encontramos no teor das próprias epígrafes. Efectivamente, sendo trabalhadores maioritariamente analfabetos, os lapicidas não deixavam mensagens personalizando o seu trabalho, como o fizeram em diversos casos os autores dos textos ou os autores da *ordinatio*⁵⁵. Uma das poucas excepções poderá ser o caso da inscrição de Torres Novas de 1376, que já acima citámos a propósito da autoria do texto, e que nos diz que:

... : DESTA : OBRA : FOI : M(estr)e : ST(evão) : DO(mingu)IZ : PEDREIRO : Q(ue) : ESTO : FEZ : E : LAVROU :

(Insc. N.º 655). Na realidade, a distinção estabelecida entre *FEZ* e *LAVROU* pode querer indicar que o Mestre (ou Arquitecto) Estêvão Domingues, para além de ter sido o responsável pela obra, teria ainda “feito” (escrito ou paginado) e “lavrado” (ou gravado) o texto da inscrição. Não nos parece de todo impossível que assim tenha sido, até porque Estêvão Domingues seria certamente pessoa letrada, esclarecendo ainda que para além de “Mestre” era “Pedreiro”.

Outro caso, para nós ainda mais interessante, será o do Mosteiro de Alcobaça. Em diversas inscrições ducentistas do Claustro do Silêncio encontramos uma pequena sigla colocada junto do limite inferior do campo epigráfico, a meio ou no ângulo direito, constituída por um I coroado por pequeno segmento de recta (sinal de abreviatura de valor universal). Vergílio Correia, que anotou por duas vezes a sua presença, entendeu que se tratava de uma cruz em *Tau* (cf. CORREIA V. 1929(c), p. 79, N.º 3; p. 80, N.º 11), não a valorizando devidamente. Na realidade não se trata de uma cruz em *Tau*

⁵⁵ São conhecidas, no entanto, algumas referências a lapicidas na Epigrafia Paleocristã – cf. DACL 1907-52, s.v. “Lapicidas”, vol. VIII, tomo 1, cols. 1328-1331.

já que os dois segmentos – vertical e horizontal – não se unem. Trata-se, verdadeiramente, de um I coroadado por sinal de abreviatura, que nos revela que o autor material desses letreiros, o lapicida, se chamava João. Atendendo à estrutura interna do Mosteiro, somos levados a pensar que, na segunda metade do séc. XIII, o Mosteiro de Alcobaça tinha um monge-lapicida encarregado de criar os epitáfios. Conhecemos, ao todo, seis inscrições que apresentam essa sigla e que, portanto, foram criadas pelo mesmo lapicida:

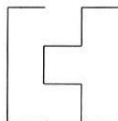
- Insc. N.º 314, de 27 de Fevereiro de 1239 – epitáfio de D. Garcia Mendes de Sousa, criado, como defendemos e justificamos no respectivo comentário, entre 1276 e 1284;
- Insc. N.º 365, de 2 de Novembro de 1266 – epitáfio de D. Afonso Peres, Pretor de Torres Vedras; como o Pretor se encontra documentado vivo em 1274 e 1275, é possível que a data do epitáfio encerre erro, podendo ser antes de 1276 (cf. comentário à Insc.);
- Insc. N.º 383, de 13 de Dezembro de 1269 – epitáfio de D. Maria Viegas, mãe de D. Afonso Peres, Pretor de Torres Vedras;
- Insc. N.º 408, de 17 de Setembro de 1285 – epitáfio de D. Estêvão Martins, Abade de Alcobaça (1251-1276) que renunciou ao cargo, tendo sido por isso enterrado no Claustro do Silêncio e não na Sala do Capítulo (o que ditou que o seu epitáfio sobrevivesse até aos nossos dias, ao contrário dos letreiros da Sala do Capítulo);
- Insc. N.º 468, do séc. XIII, não datada – epitáfio de D. Mendo Peres de Azevedo;
- Insc. N.º 470, do séc. XIII, não datada – inscrição de conteúdo piedoso.

É possível que este monge-lapicida tivesse sido o responsável pela criação de muitos outros epitáfios, já que da colecção de Alcobaça – sem dúvida a mais notável do Reino – apenas sobrevive uma ínfima parte⁵⁶. Do conjunto que conseguimos identificar salientemos que há uma certa coerência cronológica, que aponta para limites extremos da

⁵⁶ Anotemos que apenas sobrevivem os letreiros que se gravaram nas Alas Sul (ou da Leitura) e Leste (ou do Capítulo) do Claustro de Alcobaça, em qualquer dos casos nas paredes fronteiras à quadra central. Todas as outras paredes, que deviam possuir igualmente epitáfios – quer as paredes da quadra central, quer as das Alas Norte e Oeste – foram destruídas quando, em 1308, se deu início ao Claustro Dionisino (cf. Insc. N.º 516). Do velho claustro apenas seriam preservadas as paredes exteriores Leste e Sul (ou seja, as que utilizavam as faces externas das paredes da Igreja), sendo as restantes demolidas para dar lugar a um espaço de maiores proporções. De resto, junto do tecto das duas alas mais antigas ainda conseguimos ver as marcas da modelação do velho claustro de Alcobaça, de proporções mais modestas e com abóbadas menos amplas. Para além deste duro golpe, a colecção epigráfica sofreu pelo menos mais um revés: quando se destruíram as tampas das sepulturas dos Abades, que se podiam admirar na Sala do Capítulo, embutidas no solo, e das quais encontramos diversas notícias ao longo da *Monarquia Lusitana*, tendo sido, portanto, destruídas depois dos Sécs. XVII-XVIII. É possível que tenha havido outro momento de destruição de elementos epigráficos. Na realidade, em 29 de Agosto de 1519, D. Vasco de Pina, que desempenhava as funções de Alcaide-Mor de Alcobaça

actividade deste lapicida os anos de 1269 e 1285. Na realidade, e como referimos, a inscrição de D. Garcia Mendes de Sousa deve ter sido criada entre 1276 e 1284, e o epitáfio de D. Afonso Peres deve ter sido encomendado na mesma altura em que o Pretor de Torres Vedras providenciou o letreiro para sua mãe (1269), tendo havido lapso na conclusão dos elementos cronológicos quando este faleceu. Ora, entre os anos de 1269 e 1285 encontramos em Alcobaça apenas mais dois epitáfios que os que ostentam a sigla de Fr. João (Inscs. N.º 375 e N.º 399). Podemos, portanto, concluir que apesar de este monge ter personalizado o seu trabalho por, pelo menos, seis vezes, houve outras inscrições que executou sem assinalar a sua intervenção com sigla? Esta hipótese parece mais plausível que a de considerarmos que havia diversas pessoas na Abadia que executavam inscrições.

Para além do exemplo de Alcobaça, onde estamos perante uma verdadeira assinatura do trabalho do lapicida, há indícios de ordem paleográfica que denunciam que por trás de mais do que uma inscrição pode ter estado a mesma pessoa. Por vezes, as lápides podem estar mesmo dispersas por regiões muito distantes. Analisemos, apenas, um caso particularmente claro. Nos fins da primeira metade do Séc. XIII houve, em Coimbra, um lapicida que teve uma forma peculiar de grafar os numerais da Era. Na realidade, em vez de utilizar dois CC, curvos ou rectos, colocados lado a lado, este lapicida preferiu incluir o segundo C parcialmente dentro do espaço do primeiro, tratando-se, em ambos os casos, de letras rectificadas (ou seja, desenhadas com segmentos de recta). Esquematizando a solução gráfica, teremos:



e de Provedor das Rendas do Mosteiro, escreveu ao monarca queixando-se do estado de ruína a que tinham chegado os lagares do Mosteiro, pedindo a realização de obras e sugerindo o nome de João de Castilho (que então se encontrava em Belém) para orientar os trabalhos. Para reduzir os custos, o Alcaide-Mor sublinhava que

“... aqui neste Moesteiro ha muitas câpãas que nom servem de nada, de que se poderia fazer com menos despesa...” (cf. VITERBO F.M.S. 1899-1922, vol. I, p. 189).

Se a sugestão de D. Vasco de Pina foi seguida, certamente que outros elementos epigráficos terão sido destruídos. E, não podemos deixar de salientar que possuímos muitos epitáfios gravados em silhares de Alcobaça mas muito poucos exemplos de tampas de sepulturas, que se deviam localizar junto dos letreiros. É portanto possível que a produção de Fr. João, monge-lapicida de Alcobaça, não se tenha resumido a estes seis exemplos que hoje conseguimos identificar.

Encontramos esta solução gráfica apenas em três inscrições: no epitáfio do Cónego João Sendines, da Sé Velha de Coimbra (Insc. N.º 331, de 17 de Outubro de 1246), no epitáfio de Maria do Arco, procedente da Igreja de Santiago de Coimbra (Insc. N.º 339, de 17 de Abril de 1249), e, surpreendentemente, no epitáfio de João Mendes, que se conserva na Igreja Matriz do Crato (Insc. N.º 336, de 12 de Maio de 1248). Este último é, no entanto, um caso de uma inscrição “importada” da zona de Coimbra, o que traduz apenas o prestígio que alcançara o atelier epigráfico dessa cidade, na altura o melhor que o reino possuía. Como teremos oportunidade de abordar mais à frente, quando tratarmos da dispersão geográfica das inscrições produzidas pelo atelier de Coimbra, esta oficina epigráfica conseguiu vender inscrições para o Entre-Douro-e-Minho, para as Beiras e para o Alentejo, sendo o epitáfio do Crato um dos exemplos mais arredados. A forma peculiar como os CC da Era foram gravados, aliado ao facto de estarmos perante inscrições afastadas entre si por um máximo de três anos e ao facto de terem sido todas produzidas na zona de Coimbra, acaba por nos revelar que devemos estar perante o trabalho do mesmo lapicida.

Parece legítimo supor que o lapicida seria um pedreiro especializado, habilitado para trabalhos mais delicados que o simples pedreiro-talhante. Andaria, assim, mais próximo do pedreiro-escultor, se é que, muitas vezes, não era mesmo um desses artistas encarregados de esculpir capitéis ou outros relevos. Na realidade, quando encontramos lápides que ostentam campos historiados com relevos esculpidos (por exemplo, Inscs. N.º 397, N.º 448, N.º 565, N.º 575, N.º 610, N.º 666, N.º 667 ou N.º 695), com desenho a traço fino retratando os defuntos (por exemplo, Inscs. N.º 577, N.º 590, N.º 594, N.º 643 ou N.º 744) ou com temas ornamentais ocupando os espaços que quedavam em branco na parte final das regras (por exemplo, Inscs. N.º 87, N.º 445, N.º 513 ou N.º 516), devemos considerar que estamos perante o trabalho de verdadeiros escultores. Isto para não referir casos mais explícitos, como sejam os túmulos com jacentes ou com outros temas ornamentais, por vezes simplesmente heráldicos, ou as lápides que conjugam texto com as Armas Nacionais ou com brasões de família, que se vulgarizam sobretudo com o Séc. XIV.

Infelizmente a documentação medieval é muito parca em informações relativas a pedreiros e, na maior parte dos casos não distingue o tipo de trabalho que faziam. Na realidade, são raras as referências explícitas, como uma de 1341 onde se menciona “*Martim Dominguez pedreiro que faz moos*” (Chanc. Afonso IV, vol. III, doc. 337). Na maior parte dos casos temos apenas a menção a pedreiros, no sentido genérico do termo, que tanto podem ser os operários que se dedicavam ao trabalho em pedreiras (como, por exemplo, parece ser o caso de algumas referências retiradas das Inquirições de 1258, citadas por Carlos Alberto Ferreira de Almeida – ALMEIDA C.A.F. 1978,

vol. II, p. 30), ou pedreiros mais especializados (como, por exemplo, os pedreiros de pontes que recebem privilégio de D. Sancho I – DS, N.º 184, de 29 de Maio de 1209 – ou os pedreiros que trabalhavam na Ponte de Olivença em 1363 – “*pedreiros que lavram na dicta ponte*” de Olivença – Chanc. Pedro I, doc. 859). Sublinhemos que todos merecem o mesmo tratamento e designação que os pedreiros que trabalhavam na obra da Sé de Coimbra em 1186 e que testemunham diploma desse ano: “... *et omnes petrarii Sedis Sce Marie testis...*” (LPreto, doc. 8). Certamente que estes pedreiros que testemunham o diploma de 1186 não seriam simples pedreiros-talhantes. Deviam, pelo contrário, ocupar lugar de algum relevo no estaleiro das obras da Sé, parecendo justo considerar que seriam pedreiros-escultores.

O lapicida tinha à sua disposição uma série de instrumentos de que chegaram até nós algumas representações gravadas, nomeadamente em inscrições tardo-romanas e paleocristãs (cf. DACL 1907-52, s.v. “Lapicides”, vol. VIII, tomo 1, col. 1329-1330). Aí vemos, com regularidade, a representação de malhos ou maços, juntamente com os ponteiros ou os cinzéis. Assim como o compasso e o esquadro, por vezes com o fio de prumo, se assumiram como símbolos profissionais dos arquitectos, servindo para individualizar e caracterizar a sua actividade, podemos dizer que o martelo e o cinzel se assumiram como os símbolos dos lapicidas e escultores. À medida que vamos avançando no tempo, são cada vez mais raros os casos de inscrições que apresentam a panóplia dos instrumentos dos lapicidas. No entanto, são conhecidas diversas representações de instrumentos de trabalho da pedra quer em iluminuras que retratam edifícios em processo de construção, fornecendo pormenores sobre os respectivos estaleiros, quer nas tampas de algumas sepulturas, aqui como elemento indicador da profissão (vd., por exemplo, ALMEIDA C.A.F. 1978, vol. II, Ests. IV a VIII; COLOMBIER 1973; COLDSTREAM 1991). Podemos, através destas representações iconográficas, deduzir qual o tipo de instrumentos que os lapicidas tinham à sua disposição, que não seria, por certo, muito distinto do dos escultores. Uma das melhores colecções de instrumentos medievais para trabalho da pedra apareceu nas escavações do Castelo de Buda, em Budapeste (cf. NAGY 1977, pp. 112-116) (Est. IV). O lapicida devia utilizar os diversos instrumentos que tinha à sua disposição, desde os martelos e maços, passando pelas escodas para desbaste primário das pedras, até aos escopros, cinzéis e ponteiros, utilizados para os trabalhos mais delicados, de gravação das letras (Est. V). No caso do trabalho de ourivesaria, para além dos cinzéis, o ourives podia ainda utilizar o buril.

Os malhos ou maços são martelos com cabeça metálica de remate quadrangular em ambos os lados, sem gumes nem unhas ou orelhas, que podiam ser utilizados para desbaste grosseiro mas que serviam sobretudo como percutores. Para além destes martelos, que já se encontram representados em inscrições tardo-romanas e paleocristãs,

os lapicidas dispunham de outros tipos de martelos, todos igualmente sem unhas ou orelhas (que apenas ocorrem nos martelos de carpinteiro ou marceneiro). Para os trabalhos de desbaste dispunham, ainda, das escodas, martelos de aço com dois gumes dentados. Nos nossos monumentos de calcário – nomeadamente na Sé Velha de Coimbra e em Alcobaça – ainda são bem visíveis os traços da utilização das escodas pelos pedreiros. O pedreiro e o lapicida dispunham, ainda, de martelos com gumes simples, quer horizontais quer verticais, que eram utilizados na regularização da superfície da pedra. Nas escavações que realizámos no Eremitério Rupestre de Sabariz (Vila Fria, Viana do Castelo) conseguimos determinar, através da análise de uma zona inacabada, que o martelo utilizado na abertura da estrutura eremítica era de gume horizontal e tinha uma superfície cortante com 4,5 cm de largura. A estes tipos de martelos devemos acrescentar ainda os martelos de duas pontas afiladas, semelhantes aos actuais martelos de geólogo, utilizados para talhe de pedra. No nosso inventário possuímos apenas um exemplo de representação de um instrumento de talhe de pedra – a inscrição da Jolda, que queda avulsa no adro daquele templo, datada de 1325 (Insc. N.º 560-A). Nessa epígrafe podemos ver, ao centro, uma representação de um martelo de duas pontas, utilizado pelos talhadores de pedra para desbaste. Na Sé de Faro encontramos uma sigla de pedreiro que representa precisamente a parte metálica de um martelo de duas pontas. É possível que seja igualmente um martelo o instrumento representado numa pedra avulsa que se conserva no Claustro do Mosteiro de Cête, embora aqui também seja possível que se trate de um machado.

Dentro da gama de instrumentos cortantes incluíam-se os escopros, os cinzéis e os ponteiros. Os escopros são instrumentos de aço, de secção circular ou poligonal (tal como ainda hoje apresentam), com cabeça para rebatimento e, na outra extremidade, um gume cortante. Este pode ser mais largo ou mais estreito, de acordo com a precisão de trabalho pretendido. Assim, o escopro de desbaste apresenta gume largo, enquanto que um escopro de apontar possui um gume estreito. Quando o gume é mais afiado o escopro recebe o nome de cinzel. Os cinzéis apresentam, assim, a mesma forma que os escopros: corpos alongados, com secção circular ou poligonal, cabeça para rebatimento e ponta cortante. Por vezes a extremidade cortante apresenta aço mais temperado que o corpo por forma a aumentar, pelo enriquecimento no teor de carbono, a resistência do gume (como Gabrielle Démiens d'Archimbaud teve oportunidade de documentar em cinzéis de Rougiers, provenientes dos níveis C1 e C2, da primeira metade do séc. XIV (c.1309-c.1360) – DÉMIENS D'ARCHIMBAUD 1980, p. 459). Nalguns casos o gume podia ser igualmente denteado (correspondente ao inglês *claw-chisel*), mas na maioria dos casos o gume era simples, quando muito levemente arqueado (*bull-nosed chisel*). O cinzel utiliza-se para acabamento de superfícies e para gravar letras, podendo a superfície cortante assumir diferentes dimensões, de acordo com as

funções. O cinzel é colocado perpendicular à superfície do suporte e é utilizado sobretudo com pancadas secas. O traço gravado das letras consegue-se, assim, pela deslocação do cinzel entre cada pancada. Pelo contrário, o buril, que apresenta cabeça cortante com secção em V, é utilizado sobretudo para trabalho de metal. É utilizado inclinado, formando pequeno ângulo com a superfície do suporte, o que permite obter, com sucessivas pancadas, um traço contínuo e único.

“Le burin, instrument d’acier taillé en biseau, permet les traits les plus fins, donc les déliés, mais les lettres débordent lorsque le graveur n’aura pu arrêter à temps son effort avant un changement de direction ou de lettre. Le ciselet, instrument de fer tranchant à un bout, oblige à des coups nombreux pour chaque lettre, les haltes du poinçon faisant dent sur la reprise suivante.” (FAVREAU 1979, p. 33).

Para além de escopros e cinzéis, o lapicida dispunha ainda dos ponteiros, que, como o nome indica, apresentam a extremidade afilada, sem gume, correspondendo ao que os nossos pedreiros designam por “ponteiro de bico de pardal” (em inglês *punch* ou *drill*). Eram utilizados para trabalhos de pormenor.

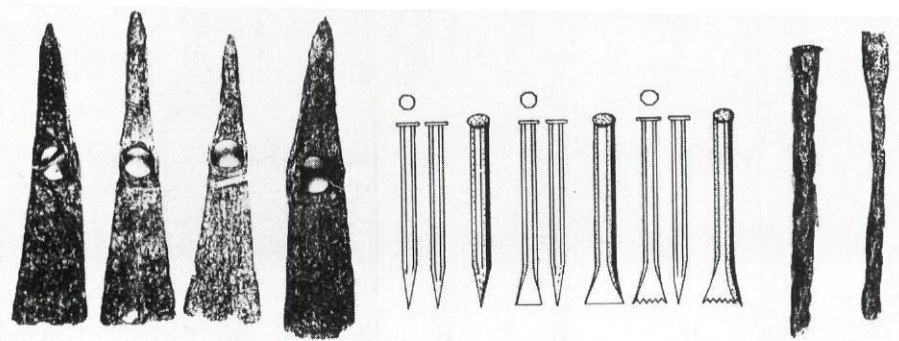
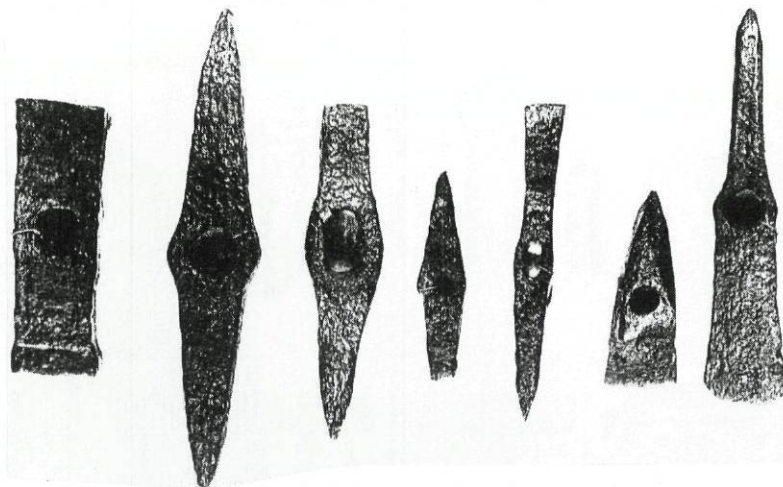
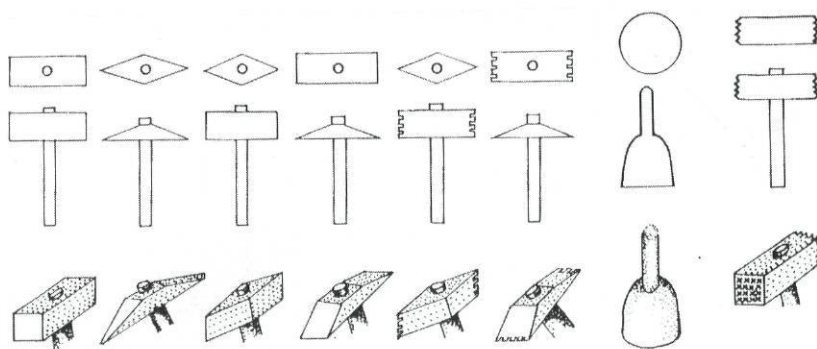
Acrescentemos, por fim, que as goivas, utilizadas sobretudo no trabalho da madeira, também eram utilizadas nas oficinas epigráficas para trabalho em pedras brandas, nomeadamente o calcário. As goivas (em inglês *gouge*) apresentam gume em forma de meia-cana ou terço-de-cana, podendo esta assumir diferentes diâmetros, de acordo com o trabalho a que se destinava. As goivas, no entanto, tinham uma utilização reduzida, sendo aplicadas em calcários brandos mas tornando-se inútil face à dureza e irregularidade do granito.

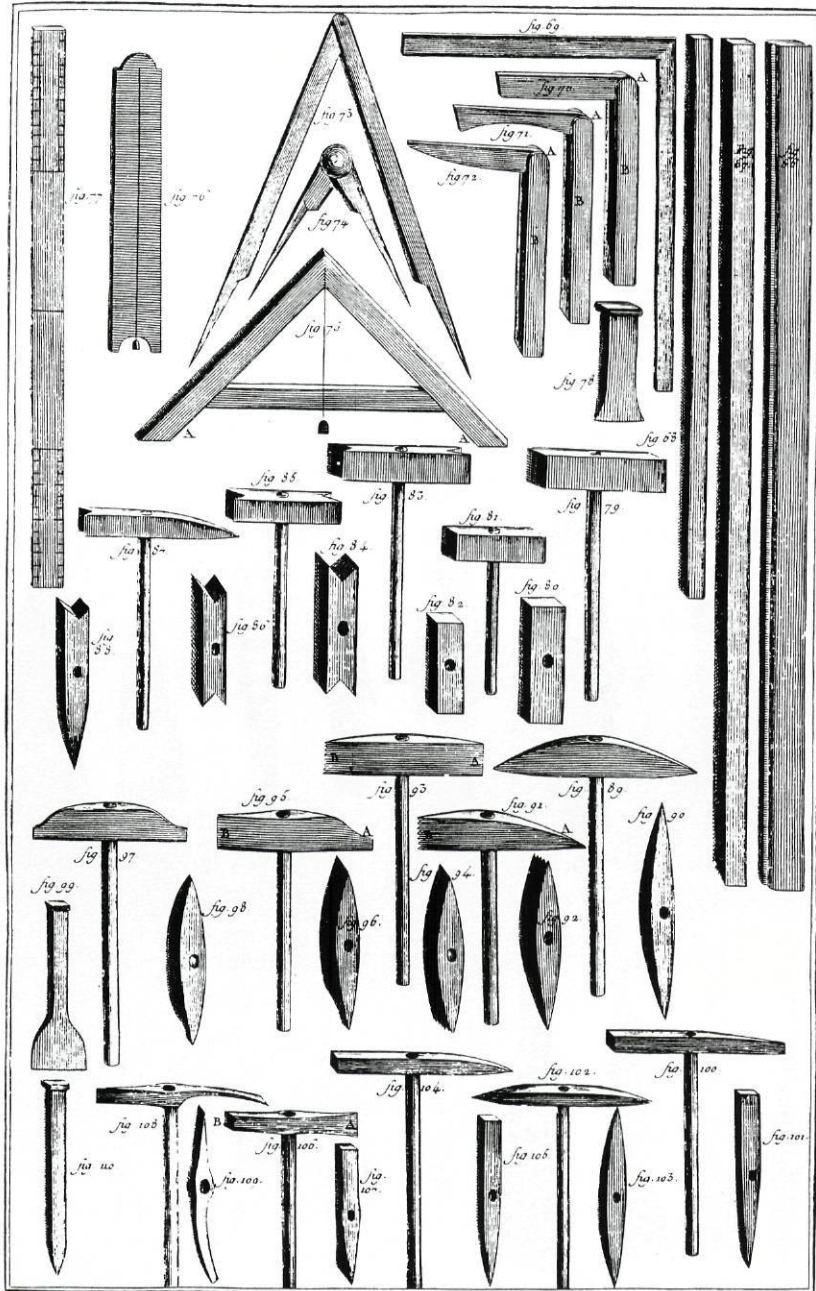
Certamente que uma oficina epigráfica deveria contar também com instrumentos de precisão para o traçado de campos epigráficos, regramentos e letras, onde se incluíam desde compassos, esquadros e réguas, até moldes (quer de letras, quer de perfis de molduras).

Por fim, devemos acrescentar à panóplia dos instrumentos dos lapicidas os bocados de carvão ou ocre, utilizados na criação da *ordinatio*, que faziam por certo parte regular dos objectos de trabalho de uma oficina epigráfica, e que Henri Leclerq pretendeu identificar em algumas lápides tardo-romanas e paleocristãs.

Perante a escassez de elementos que possuímos sobre o funcionamento de uma oficina epigráfica e os diferentes procedimentos técnicos da fase de gravação de um letreiro, os casos de inscrições inacabadas revelam-se particularmente importantes já que são eles que nos podem lançar alguma luz sobre estes aspectos. Ao longo do nosso inventário encontramos, no Mosteiro de Alcobaça, diversos desses casos de difícil

Est. IV





explicação: a inscrição funerária de 1208 (Insc. N.º 263), a inscrição funerária de 1224 (Insc. N.º 291), a inscrição funerária de 1230 (Insc. N.º 301), o epitáfio inacabado de 1262 (Insc. N.º 354) e a inscrição funerária de D. Domingos Martins, Abade de Alcobaça, de 1302 (Insc. N.º 498). A estes exemplos do Claustro do Silêncio de Alcobaça devem ser associados os casos do epitáfio de D. Urraca Vasques, em St.º Tirso (Insc. N.º 282), e da inscrição da Alfândega do Porto, de [1357-1367] (Insc. N.º 623), que todos os elementos apontam no sentido de nunca ter sido devidamente acabada.

O primeiro exemplo que aqui referimos é o epitáfio alcobacense de D. Maior Mendes, de 1208 (Insc. N.º 263): o lapicida gravou as três primeiras regras com espaçamento regular e começou a gravar a quarta linha. Aqui notamos desde logo um (aparente) maior alargamento da mancha, em boa parte devido ao facto de não terem sido utilizados sinais de separação de palavras. A quarta regra foi quase toda gravada, mas na última palavra, PETRI, sentimos que as três últimas letras estão apenas parcialmente gravadas, quase como se fossem um primeiro estudo do lapicida. Depois deste nome não foi gravado mais nenhum elemento. Ignoramos o patronímico de D. Pedro e estão ausentes os usuais votos piedosos que nos habituámos a encontrar nos epitáfios desta época. Diríamos, portanto, que em face dos elementos que este epitáfio nos facultava, o lapicida alcobacense começava por preparar a superfície do campo epigráfico, alisando-a e marcando as regras sem as gravar, talvez recorrendo a um elemento colorante. Depois ia gravando linha a linha o epitáfio. Podia planear o trabalho dentro de cada linha ou dentro de cada palavra mas seguramente não o fazia para todo o texto. Depois de terminado o trabalho de gravação de cada linha era tempo de se registarem os sinais de separação de palavras, em Alcobaça quase sempre constituídos por pequenos triângulos. Foi o facto de a quarta regra ter ficado inacabada que impediu as palavras dessa linha que já estavam plenamente gravadas de terem sido enquadradas pelos sinais de separação. No caso da inscrição de Alcobaça de 1224, sublinhemos que o lapicida já tinha procedido ao regramento do campo epigráfico, definindo seis regras a traço leve (facto pouco comum em Alcobaça, que normalmente não materializava as regras no suporte), das quais apenas gravou as duas primeiras. Por motivo que ignoramos, interrompeu o seu trabalho e não o voltou a retomar. Para além das regras assinaladas a traço fino, o campo epigráfico não revela mais nenhum sintoma de *ordinatio*. Diríamos, portanto, que o lapicida ia dispondo o texto ao longo das regras à medida que progredia no seu labor de gravação. E, efectivamente, na última palavra da segunda regra encontramos as primeiras letras perfeitamente gravadas (MAR), mas o C apresenta-se inacabado, não tendo sido totalmente rebaixado. Assim, este exemplo alcobacense revela-nos que o lapicida não grafitava toda a regra antes de começar a gravar as primeiras letras, nem sequer toda a palavra: ia gravando a inscrição letra a letra, apenas ensaiando a configuração de cada letra antes de iniciar a sua gravação. A mesma

perspectiva nos revela o epitáfio inacabado de 1230 (Insc. N.º 301): o lapicida gravou o friso superior, com motivo geométrico simples mas de feliz efeito, assinalou com traço duplo os limites do campo epigráfico, à esquerda e à direita, mas não registou qualquer regra. Começou a exarar o epitáfio, gravando integralmente uma primeira regra e o início da segunda, onde se quedou pela primeira palavra. A seguir a esta não encontramos o menor sintoma de qualquer planeamento, nem grafitado nem pintado. O epitáfio inacabado de Agosto de 1262 (Insc. N.º 354) reflecte uma situação paralela: o campo epigráfico foi regularizado e preparado (embora sem regras marcadas) e as letras foram integralmente gravadas na primeira regra e em boa parte da segunda linha. Depois de se indicar o mês de Agosto, o trabalho do lapicida foi interrompido. Aparentemente, depois da última letra do mês teria já grafitado uma linha vertical, que nunca rebaixou totalmente, e que faria parte da letra seguinte. Nos inícios do Séc. XIV, a inscrição funerária do Abade D. Domingos Martins facultou-nos informações semelhantes. Tendo abdicado em vida, o Abade D. Domingos Martins perdeu o direito de ser enterrado na Sala do Capítulo de Alcobça. Seria inumado no Claustro do Silêncio, junto da porta de acesso ao templo, facto que ditou que o seu epitáfio conseguisse chegar aos nossos dias. A sua inscrição funerária apresenta campo epigráfico regularizado e cinco regras integralmente gravadas. Foi gravada, portanto, uma boa porção do texto que estava inicialmente previsto, e que devia constar da minuta, talvez mesmo a sua quase totalidade. No entanto, na sexta linha apenas se gravou: MA EIUS RE (de ANI/MA EIUS RE). Faltou completar o voto final, “REQUIESCAT IN PACE. AMEN”. Não se pode dizer que seja um caso de falta de espaço, já que o lapicida ainda podia gravar nessa mesma regra mais quatro letras e, por baixo, tinha espaço livre suficiente para registar várias regras. O epitáfio de D. Domingos Martins foi abruptamente interrompido por motivos desconhecidos, e não voltou a ser retomado para ser concluído. Depois das duas primeiras letras de REQUIESCAT não encontramos qualquer sinal de alguma vez ter sido gravada ou grafitada qualquer letra. Assim, podemos dizer que também aqui o lapicida ia distribuindo o texto à medida que o ia gravando. Por fim, acrescentemos que na inscrição funerária de D. Rodrigo Mendes de Sousa, de 1262 (Insc. N.º 355), temos um epitáfio quase integralmente gravado: campo cuidadosamente preparado, cinco regras integralmente gravadas, com caracteres elegantes, e na sexta regra apenas as letras ESCA (de REQUI / ESCA). A última letra da palavra, um T, foi grafitado mas nunca foi rebaixado. Podemos mesmo reconhecer que o lapicida tinha optado por um T minúsculo, semelhante ao T de OBIIT. Todos estes exemplos do Claustro do Silêncio de Alcobça revelam-nos que o monge encarregado de gravar os epitáfios não recorria a uma *ordinatio*, planeando a distribuição do texto em função do espaço disponível, mas que preferia ir gravando o texto, repartindo-o pelas regras à medida que progredia na sua tarefa. Grafitava cada letra a seu tempo, definindo os

contornos, corrigindo pormenores até atingir a forma e o equilíbrio pretendidos, e depois gravava-a definitivamente antes de passar para a letra seguinte.

Já os exemplos do Norte granítico revelam uma opção diferente. No caso do epítáfio de D. Urraca Vasques, repartido entre diversos silhares no Claustro do Mosteiro beneditino de St.º Tirso, devemos sublinhar que o trabalho nunca foi concluído na parte terminal. A sexta e última regra apresenta as letras REQIES, com I incluso dentro do Q. Depois da derradeira letra gravada, um S, conseguem-se ver as letras CAT mas apenas grafitadas. Ou seja, o lapicida não planeava todo o letreiro, do princípio ao fim, antes de começar a gravar, nem dava início ao registo definitivo das letras sem qualquer planeamento. Optava por uma solução intermédia: ia grafitando, a traço fino, as palavras, na sua totalidade, e só depois de devidamente planeada a distribuição das letras dava início ao trabalho de gravação.

A inscrição da Alfândega do Porto, de [1357-1367], que sobrevive hoje no interior do edifício do Arquivo Histórico Municipal do Porto, revela-nos uma situação não muito distinta. A inscrição foi embutida na fachada principal do edifício medieval da Alfândega, à esquerda do Portal, na base da Torre Norte (numa posição quase simétrica à inscrição do Arquitecto João Anes Melacho – Insc. N.º 723). Por força dos acrescentos que o edifício foi sofrendo, esse espaço exterior converteu-se posteriormente em espaço interior. A inscrição, de granito, revela-nos um Escudo Nacional delineado a traço simples, gravado, e em baixo as primeiras letras da epígrafe, igualmente gravadas com traço simples. No entanto, não se deve confundir este traço gravado com os traços grafitados de Alcobaça ou de St.º Tirso. No caso da inscrição da Alfândega, o traço gravado é bem mais profundo que os exemplos de Alcobaça ou St.º Tirso. A lápide encontra-se mutilada na parte inferior, o que nos impede de saber se teria sido gravada na totalidade, como tudo parece sugerir. Assim, no caso da inscrição da Alfândega do Porto estamos perante uma situação diversa da que testemunhamos em Alcobaça e em St.º Tirso (embora seguramente mais próxima desta última que da primeira): o lapicida planeou toda a inscrição, gravou-a a traço leve (mas mais profundo que o simples grafitado) e só depois iria gravar definitivamente o letreiro. Por qualquer motivo isso nunca aconteceu.

Mesmo o mais experimentado lapicida não estava livre de cometer os seus erros. Perante um lapso, e para que não tivesse de deixar de lado todo o trabalho, restavam-lhe diversas alternativas. Se o problema fosse a ausência de uma porção do texto, podia entrelinhar as partes em falta (cf., por exemplo, Insc. N.º 20) ou alterar a redacção do texto por forma a deslocar essa informação para a parte final da epígrafe (cf., por exemplo, Insc. N.º 513). Se o problema fosse algum erro podia raspar o texto gravado e corrigir por cima ou mais à frente (cf. Insc. N.º 31). No entanto, a solução mais usual

parece ter sido o rebaixamento de um pequeno campo rectangular, eliminando assim a zona que encerrava o erro e criando uma superfície lisa apta a receber novos caracteres. Encontramos esse sistema utilizado pela primeira vez na Epigrafia Medieval Portuguesa na inscrição de Alcobaça de 6 de Agosto de 1223, comemorativa da transferência dos monges da Abadia Velha para a Abadia Nova (Insc. N.º 289), utilizado na linha 5 para corrigir a palavra LAUDEMUS. Depois voltamos a registar a sua utilização na inscrição de 1308 da Sé de Évora, onde o T de SANCTI (na l.11) foi corrigido por rebaixamento (Insc. N.º 513). O mesmo aconteceria na inscrição comemorativa do Claustro Dionisino de Alcobaça, de 6 de Abril de 1308, onde na linha 9 se corrigiram as sílabas NORE da palavra HONOREm pelo método do campo rebaixado (Insc. N.º 516). E, por fim, na inscrição funerária do Abade D. Estêvão Anes, de Cête, de 23 de Julho de 1323, onde se corrigiu o dia da morte – Xº KLS – logo no início do epitáfio (Insc. N.º 556). José d’Encarnação já tivera oportunidade de registar a presença deste sistema de pequenos campos rebaixados para corrigir erros do lapicida nas inscrições romanas do Sul de Portugal (cf. ENCARNAÇÃO J. 1984, vol. II, p. 835; vol. I, Insc. N.º 115, de Mértola)⁵⁷. No entanto, este Autor registou outras modalidades igualmente detectadas na epigrafia do *Conventus Pancensis*, e que parecem ter alcançado a preferência dos lapicidas romanos: letras emendadas, gravadas por cima ou entrelinhadas. Agora, com os tempos medievais, a opção pelos micro-campos rebaixados parece ter sido a solução que maior sucesso alcançou. De resto, sem recurso a luz adequada, esses pequenos campos passam facilmente despercebidos.

4.5. Matéria-Prima.

“... matériau, technique, outil ont d’immédiates répercussions sur l’épigraphie. Les inscriptions se tracent difficilement sur le granit, d’où des lettres plus larges, un nombre réduit de conjonctions, enclavements et entrelacements de lettres, un texte souvent plus bref. Le schiste ardoisier (...) offre au contraire tant de facilités que le texte y sera parfois moins bien cadré, la préparation immédiate plus négligée, tandis que l’écriture pourra marquer plus de diversité et être plus proche du tracé des minuscules. Le marbre se prête admirablement à l’emploi de la belle capitale classique et aux longs textes...” (FAVREAU 1979, p. 31)

⁵⁷ Encontramos uma solução idêntica numa inscrição dos inícios do Séc. III, que René Cagnat reproduz no seu Manual (CAGNAT 1914, Pl. XV, N.º 1 = CIL, VIII, 2557).

No que concerne à natureza dos suportes, devemos registar que a Epigrafia Medieval Portuguesa não reservou grandes surpresas. Bastaria olhar para as cartografias de distribuição geográfica das inscrições pelas diferentes centúrias para adivinharmos o peso esmagador que o granito e o calcário iriam ter nas opções dos lapicidas. E, na realidade, assim aconteceu.

As 761 inscrições inventariadas apresentam a seguinte distribuição no que respeita à natureza dos suportes:

Suporte	N.º	%
Granito	272	35,74
Calcário	270	35,48
Mármore	74	9,73
Xisto	2	0,26
Basalto	1	0,13
Grés	1	0,13
Metais	26	3,42
Osso	1	0,13
Não Determinado	114	14,98
TOTAIS	761	100

Este quadro revela o peso esmagador dos granitos no Norte e Centro de Portugal, e dos calcários no Centro e Sul do País, e a escassa margem de manobra de que dispunham os lapicidas. Na realidade, esta distribuição reflecte o facto de, na imensa maioria dos casos, as inscrições medievais portuguesas serem criações locais, tendo sido os seus autores obrigados a utilizar as rochas nativas⁵⁸. Se analisarmos a distribuição dos diferentes tipos de suportes por distritos teremos uma mais clara percepção dessa realidade:

⁵⁸ Já José d'Encarnação tinha sublinhado esta perspectiva para o *Conventus Pacensis* na época romana (ENCARNAÇÃO J. 1984, p. 821).

	GR	CA	MA	XI	BA	GR	ME	OS	ND
Viana do Castelo	52								3
Braga	82	6	1				8	1	14
Porto	72	2		1			3		10
Vila Real	3						1		2
Bragança	9		2						
Aveiro	6	7					1		2
Viseu	29	3		1			1		6
Coimbra	3	89					2		25
Guarda	14								3
Castelo Branco	1	3							
Leiria		59	1				2		9
Santarém		25	4		1		1		6
Lisboa		54	7				2		24
Setúbal		3	1						
Portalegre		3	6						1
Évora			41				2		5
Beja		4	9						1
Faro		5	1			1			3
Prov. Desconhecida	1	3					3		
Espanha		4	1						

GR = Granito; CA = Calcário; MA = Mármore; XI = Xisto; BA = Basalto;
 GR = Grés; ME = Metal; OS = Osso; ND = Não Determinado

Assim, as inscrições em granito surgem-nos claramente predominantes nos Distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda. O Distrito de Aveiro encontra-se numa zona de transição da mancha granítica para os calcários do Centro, situação que se espelha bem nas proporções das duas matérias primas. Por seu turno, o calcário é dominante no Distrito de Coimbra (exceptuando três inscrições em granito, em zonas muito circunscritas – Lourosa da Serra e Oliveira do Hospital), e nos Distritos de Castelo Branco, Leiria, Santarém e Lisboa. Se a Estremadura portuguesa, prolongando-se a Norte até Coimbra, é a área dos calcários, o Alentejo é, por excelência, a zona dos mármore, predominantes em proporções elucidativas nos

Distritos de Portalegre, Évora e Beja. Anotemos, por fim, que apenas o calcário e o mármore conseguiram ser rochas de “exportação”. Assim, o aparecimento de lápides de calcário no Entre-Douro-e-Minho (nomeadamente nos Distritos de Braga e Porto) resulta da deslocação de epígrafes criadas no atelier de Coimbra, o mesmo acontecendo em alguns casos das Beiras, onde nos surgem inscrições de calcário em manchas claramente graníticas (por exemplo, no Distrito de Viseu). Por fim, o caso dos mármore é facilmente explicável já que esta rocha foi, desde sempre, um material de eleição para os trabalhos de escultura. As inscrições em mármore são dominantes no Alentejo, traduzindo a proximidade e o sucesso dos mármore de Estremoz e de Vila Viçosa, as mais celebrizadas pedreiras desta nobre rocha. Na zona de Lisboa encontramos igualmente algumas inscrições que utilizam mármore, mas aqui estamos sobretudo perante o mármore de Pero Pinheiro. Por fim, os dois casos em Trás-os-Montes são oriundos da zona de Vimioso onde, como se sabe, se encontra uma área de mármore.

Deste quadro geral devemos reter o peso esmagador dos granitos, dos calcários e dos mármore no conjunto da Epigrafia Medieval Portuguesa: por junto, os três tipos de suporte representam 80,95 % dos casos. Uma percentagem que se torna ainda mais significativa se afastarmos deste universo as inscrições desaparecidas para as quais desconhecemos a natureza do suporte, e entrarmos apenas em linha de conta com as epígrafes onde este é conhecido. Nessa situação, o conjunto das três rochas passa a representar 95,21 % dos casos.

Estas três rochas prestam-se, no entanto, a trabalhos muito diversos. O granito, rocha granular constituída essencialmente por quartzo e feldspato, revela-se um suporte difícil para o trabalho epigráfico, sobretudo pela irregularidade da sua textura, aliada à dureza. Deste modo, a sua utilização esmagadora no Entre-Douro-e-Minho e nas manchas graníticas das Beiras traduz, igualmente, dificuldades económicas e de transporte e reflecte a escassa dimensão das oficinas epigráficas. Na realidade, se as oficinas tivessem uma actividade significativa e continuada, se o poder económico fosse maior e se os meios de transporte fossem melhores certamente que o peso dos calcários e dos mármore seria maior. Notemos, por outro lado, que quando lidamos com inscrições em granito encontramos uma predominância das epígrafes gravadas em silhares, revelando o aproveitamento de material de construção, ao contrário do que acontece com as inscrições em calcário importadas para essas áreas do Norte e Centro de Portugal, sistematicamente em lápide (mais baratas, porque levavam menos matéria-prima e eram mais fáceis de deslocar). Reparemos, ainda, que dentro dos granitos há uma enorme diversidade, que conduz a contrastes muito grandes. Podemos ter um trabalho difícil mas relativamente regular em granitos de grão fino, mas certamente que ele será irregular e medíocre em granitos de grão grosso, nomeadamente nos granitos “dente-de-cavalo”. Veja-se, por exemplo, o contraste entre a inscrição de S. Cristóvão de Rio

Mau, gravada em silhares do granito da zona, de grão fino e características peculiares (Insc. N.º 93), e a inscrição de S. Martinho de Campo (Insc. N.º 268) ou de Cadoso (Insc. N.º 143), ambas utilizando granito “dente-de-cavalo”. Deste modo, e tal como alguns autores já sublinharam para o caso da escultura do nosso Românico (por exemplo, ALMEIDA C.A.F. 1972, pp. 6-7), sente-se igualmente uma preocupação em escolher o granito de grão mais fino e regular para suporte da escrita. Pelo contrário, os calcários, rochas sedimentares carbonatadas, e os mármore, resultantes da cristalização de sedimentos calcários, revelam-se rochas de trabalho mais regular e previsível. Prestaram-se, por isso, desde sempre aos trabalhos de escultura e foram sempre eleitas pelos lapicidas mais experientes.

Devemos igualmente reter a raridade da utilização dos xistos e dos basaltos: dois casos de utilização de xisto, e apenas um caso de basalto. Se, no caso dos basaltos, rocha eruptiva, a situação é relativamente compreensível, já que existem escassas chaminés de basalto no território nacional, já o xisto revela-se mais surpreendente, até porque é uma rocha facilmente gravável, o que poderia convidar à sua utilização como suporte epigráfico. No entanto, a situação foi muito diversa, tendo ocorrido apenas em dois casos: na inscrição de Sesnando, na Capela de S. Bartolomeu (St.º Tirso) (Insc. N.º 55) e na inscrição da Capela de S. Vicente da Granja (Nespereira) (Insc. N.º 648). Ambos os locais se encontram implantados dentro da mancha xistosa que atravessa o Douro Litoral, passando pela zona de Valongo, e penetra nas Beiras. A primeira inscrição encontra-se no extremo Norte desta mancha, a segunda a Sul do Douro. A utilização do xisto nestes dois casos espelha a deficiente preparação do lapicida responsável pelo trabalho de gravação, que optou não só por uma rocha local como também por uma rocha que, pela sua constituição folheada, facilmente se separa em lâminas, criando superfícies lisas aptas ao trabalho de gravação. No entanto, os xistos apresentam inconvenientes para o trabalho do lapicida, precisamente pela facilidade de lascagem. De resto, o escasso eco que os xistos alcançaram junto das oficinas epigráficas resulta sobretudo do deficiente trabalho a que esta rocha se prestava. Reparemos que Monsaraz, que se encontra dentro de uma mancha xistosa, não hesitou em utilizar o xisto como matéria-prima para as suas construções e calçadas, mas quando se tratou de obras escultóricas ou epigráficas preferiu importar os mármore de Estremoz. Já no caso do basalto, a situação é distinta. O basalto, rocha de origem vulcânica, é extraído em chaminés, e no nosso país encontramos poucos locais onde se pode proceder à exploração de basaltos. Os afloramentos portugueses mais importantes localizam-se sobretudo na zona compreendida entre Cascais-Oeiras e Mafra, com grande concentração na zona de Sintra e com afloramentos nas zonas de Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Óbidos, Rio Maior, Nazaré, Porto de Mós e um pouco a Norte de Leiria. Deste modo, a exploração de basalto devia ser bastante localizada na Idade Média, motivo porque esta rocha exclusivamente ornamental (já que não é adequada para a

construção), teve escasso emprego. Ao longo do nosso *Corpus Epigráfico* encontramos apenas um exemplo de utilização de basalto: a tampa sepulcral de D. Maria Afonso e D. João de La Cerda, que apresentava ao centro, dentro de enquadramentos arquitectónicos góticos, o retrato dos dois gravado e completado com embutidos de bronze, e na orla da tampa, à maneira de moldura, o epitáfio memorizando os seus nomes. Sobrevive apenas a parte inferior do monumento, que se conserva no acervo do Museu de S. João de Alporão (Insc. N.º 590, de [1338-1350]). Julgamos que é possível que fosse igualmente o caso do epitáfio da Rainha St.^a Isabel, que as crónicas antigas nos dizem que era em rocha azulada ou escura e com letras douradas (cf. Insc. N.º 589, de 1336). Devemos, mesmo assim, registar que para além da inscrição de D. Maria Afonso e D. João de La Cerda e, hipoteticamente, do epitáfio da Rainha Santa, conhecemos mais monumentos funerários medievais concebidos em basalto, que não figuram no nosso inventário por não apresentarem inscrição. É o caso, por exemplo, da tampa da sepultura de D. André Anes, Chantre da Sé de Coimbra e sobrinho de Acúrsio, o célebre jurista, que se encontra embutida no chão da Sé Velha, junto do primeiro pilar do lado direito, à entrada do templo. Trata-se de uma tampa de basalto, que possuía originalmente motivos gravados e realçados com embutidos metálicos de bronze, tal como o monumento de D. Maria Afonso e D. João de La Cerda. Infelizmente, esses embutidos foram todos retirados. No entanto, no Livro das Kalendas descreve-se o túmulo dizendo que era uma “*campana de ere ubi sunt leones et galli figurati*” (LKal., vol. II, p. 131). A inscrição de D. André Anes, que assinalava o seu local de enterramento, encontra-se exarada em placa de calcário. Estava outrora embutida no referido pilar, e pertence hoje à colecção do Museu Nacional Machado de Castro (cf. Insc. N.º 608, de 1345). Todos estes exemplos apresentam uma notória coerência cronológica, apontando para o favor que o basalto alcançou em Portugal no segundo quartel do séc. XIV, em pleno florescimento do primeiro gótico coimbrão.

Por fim, a utilização do grés merece igualmente uma nota. O grés é um arenito, ou seja, uma rocha detrítica consolidada onde as areias compactadas são predominantes. É célebre o grés da zona de Silves, com a sua típica coloração avermelhada, com que foi construído o castelo dessa cidade. Trata-se de uma rocha de textura fina e que, por isso, se presta bem ao trabalho do lapicida embora sem atingir, nem sequer se aproximar, a qualidade a que se presta o calcário ou o mármore. O grés já tinha sido utilizado como suporte de epígrafes durante a dominação muçulmana (cf. Inscs. N.º 5, N.º 57, N.º 59, N.º 60 e N.º 61 do nosso Anexo 2.1), e continuou a ser em épocas mais recentes. O nosso inventário conta apenas com uma inscrição em grés (Insc. N.º 424, de Tavira), mas julgamos possível que existissem mais exemplos, nomeadamente ao nível das inscrições algarvias de paradeiro desconhecido e suporte não determinado (por exemplo, Insc. N.º 392 ou N.º 640).

São muito escassos os elementos de que dispomos sobre a exploração de pedreiras na nossa Idade Média, ainda mais raros que os relativos à actividade mineira e de exploração de veios metálicos e, sobretudo, muito menos sistematizados. Em alguns diplomas encontramos referências a essas explorações, como, por exemplo, nos limites do Foral de Souto Maior (Chaves), datado de 1196, quando se regista: “... *per illa petreyra de Cidelio...*” (PMH, Leges, p. 504). No Livro das Kalendas encontramos igualmente algumas referências, como por exemplo no aniversário de D. Gonçalo Garcia, cognominado “*Mutus*”, que falecera em 1175 e pelo qual o Cabido receberia “*Im morabitinum de illo terreno quod est subtus Petrariam Veterem*” (LKal., vol. II, p. 126), sem dúvida uma pedreira que se devia situar junto da área urbana de Coimbra, do outro lado do Mondego. Na realidade, aqui se situavam diversas pedreiras que abasteciam a cidade de Coimbra na Idade Média. A situação desta pedreira é confirmada por outra notícia do Obituário, na comemoração do aniversário de Martinho Gonçalves, “*Mutuuus*”, certamente filho do primeiro, que falecera em 1251, pela qual o cabido da Sé recebia: “*Im morabitinum minus quarta per illas leiras que sunt sub petraria de ultra pontem*” (LKal., vol. II, p. 267). O aniversário tinha sido instituído por seu filho, Pedro Martins, portanto possivelmente neto do primeiro. Por outro lado, na Chancelaria de D. Afonso IV registamos a referência a duas pedreiras: uma situada na freguesia de Arcos (Conc. de Anadia): “... *o vale d aalen da pedreira...*” (Chanc. D. Afonso IV, vol. I, doc. 158); outra na zona de Matosinhos e Leça, a Norte do Porto, referida em dois diplomas: num que refere “... *o meu casal do Seixo... como sse começa na Pedra da Anta e parte con o termo de Leça e vai sse aa pedreyra...*” (Chanc. D. Afonso IV, vol. I, doc. 213), e noutro onde se menciona “... *como vai sair aa fonte de Matosinhos desi pera area desi ao couto que see sobre la azenha de Rial como vai partindo con Rial desi a Porrães desi aa pedreira...*” (Chanc. D. Afonso IV, vol. I, doc. 252). Por fim, registemos a curiosa referência de um diploma de D. Pedro I de 1361 que menciona

“... *que arredor da dicta cidade [de Lisboa] ha alguus que teem pedreiras em suas herdades as quaaes dizem que som comprjdoiras pera o muro que se ora faz na dicta cidade e que pero lhas querem comprar que lhas nom querem vender E pediram me por mercee que mandase que hu taaes pedreyras acharem que as possa o dicto concelho aver por aquello que virem que aguisadamente vallem...*” (Chanc. D. Pedro I, doc. 568).

Esta passagem, para além de revelar a existência de pedreiras nas imediações da cidade de Lisboa, como era natural, onde o concelho se abastecia para as obras, demonstra-nos que já em 1361 se trabalhava na reforma dos sistemas defensivos da capital.

Perante a notória escassez de referências e de elementos que possuímos para caracterizar a exploração de pedreiras ao longo da Idade Média, o exemplo da inscrição de Oliveira do Hospital revela-se particularmente valioso. Este letreiro, singelo e singular no teor do seu conteúdo, revela-se particularmente interessante, registando o transporte da pedra das pedreiras de Portunhos para Oliveira do Hospital, onde foram talhadas as imagens da Capela dos Ferreiros:

ESTAS : PEDRA / S : DE : ESTAS : LI / MASIES : VEEROM / DE :
PURTUNAS

(cf. Insc. N.º 598, de [1341]). Uma informação que se revela ainda mais interessante se tivermos em atenção que estamos perante obras de Mestre Pero, o mais importante escultor do primeiro gótico coimbrão, envolvendo não apenas imagens devocionais mas também os túmulos e jacentes de Domingos Joanes e de Domingas Sabachais e ainda o celebrizado Cavaleiro de Oliveira do Hospital, estátua que foi criada para figurar na Capela instituída por Domingos Joanes. Se tomarmos à letra a sua informação seremos levados a pensar que as pedras foram levadas das pedreiras de Portunhos para Oliveira do Hospital em bruto, por trabalhar, e que Mestre Pero e seus ajudantes se deslocaram para Oliveira do Hospital para trabalharem aí o calcário. A perspectiva parece ter lógica já que assim se evitavam os riscos de fractura das obras com a viagem. Deste modo, e tendo em atenção o tempo médio necessário para a execução da obra, Mestre Pero deve ter residido em Oliveira do Hospital cerca de ano e meio a dois anos. Mas há ainda outro aspecto que cumpre realçar: a escolha das pedreiras de Portunhos, e não de Ançã, Borbela ou Outil. Na realidade, e como esclarece Nelson Correia Borges, os calcários brandos destas zonas apresentam pequenas diferenças entre si: os de Ançã são mais friáveis, os de Outil mais moles e os de Portunhos, conhecidos popularmente como “Pedra de Boiça”, mais duros e compactos (BORGES N.C. 1987, p. 143). Assim, Mestre Pero ao escolher pedras saídas das pedreiras de Portunhos estava a optar por calcários mais duros que os de outras zonas, certamente mais adequados para as grandes dimensões dos túmulos com estátuas jacentes.

As qualidades plásticas dos calcários de Ançã-Portunhos, pela facilidade de trabalho e sua boa adaptação para a escultura, foram registadas por Duarte Nunes de Leão na sua *Descrição do Reino de Portugal*, editada em 1610:

“No lugar de Anaã [Sic] junto cõ Coimbra ha hua pedra branquissima, nam tão lustrosa como marmore, mas densa como gesso. He esta pedra tão molle & aparelhada para se lavar, que com scropos a lavrão os pedreiros & scultores como madeira rapando, & cortando, & não batendo, pelo que fazem della obras tam delicadas & miudas que de madeira ou de cera se não podem fazer mais.”
(LEÃO D. N. 1610, p. 45).

Diogo de Macedo registava, em 1934, uma passagem de autor antigo que realçava igualmente as boas condições de trabalho que os calcários brandos dos arredores de Coimbra ofereciam para a escultura, descrevendo as pedras de Ançã, Portunhos, Cantanhede e Borbela como sendo

“muy alva & limpa, & boa de lavar, & se serra como se fora madeira, & fazem nella mais labores & brincos” (MACEDO D. 1934, p. 23).

Já no que respeita aos mármore brancos da zona de Estremoz, registava Duarte Nunes de Leão que:

“Entre as pedras de muito preço & valor se podem contar os finissimos marmores que neste reino ha, principalmente na villa de Estremoz em Alem Tejo. O qual he de tanto lustro & graça que lhe não levão vantagem os mais finos alabastros de outras regiões.” (LEÃO D.N. 1610, p. 44).

Revelando ser *“branquissimo e de grã lustro”*, Duarte Nunes de Leão concluía:

“E por todas as montanhas & pedreiras daquela villa serem de hum mesmo genero de pedra, todos os edificios della, muros, torres, calçadas, & casas dos mais pobres homens, são de marmore. O qual se fora todo lavrado ao scorpo, e polido como he a grande torre q el Rei Dom Dinis hi mandou edificar, que de muitas legoas ao longe se enxerga, fizera hua maravilhosa vista. Daquella villa se levão os marmores para os mais nobres edificios & sepulturas do Reino.” (LEÃO D.N. 1610, p. 45).

Não era esta, no entanto, a única pedra digna de nota no Alentejo:

“Na villa de Viana apar de Evora ha outro marmore branquissimo, do qual por nam haver outra pedra naquelle lugar, sam edificadas todas as igrejas & casas de toda a gente alta & baxa, & as calçadas, & chafarizes & fontes que estão alvejando & dão mui graciosa vista a quem a aquella villa chega.” (LEÃO D.N. 1610, p. 44).

Acrescentava o mesmo autor que *“em Villaviçosa ha pedras que tirão a verde, mui fermosas ...”* (LEÃO D.N. 1610, p. 44), e que na região de Lisboa também se podiam encontrar bons mármore, vermelhos e rosados (LEÃO D.N. 1610, pp. 44-45). Curiosamente, os mármore verdes de Viana do Alentejo, que não cativaram nenhum lapicida medieval, também alcançaram muito pouco eco na época romana, contando José d’Encarnação apenas um exemplo (ENCARNAÇÃO J. 1984, vol. II, p. 821).

CAPÍTULO V

ASPECTOS INTERNOS: PALEOGRÁFICOS, BRAQUIGRÁFICOS E OUTROS

5.1. Evolução de Alfabetos.

A análise da evolução paleográfica das epígrafes revela-se um dos capítulos de mais difícil abordagem, não tanto pela escassez de elementos (quando muito seria precisamente pela situação inversa) mas sobretudo porque carece de uma sistematização que não foi compatível com o nosso calendário académico. Mesmo assim, gostaríamos de acentuar os principais vectores.

As dificuldades sentidas no estudo dos alfabetos epigráficos radicam em três ordens de factores, que importa desde já salientar.

A primeira dificuldade fica a dever-se à falta de estudos paleográficos respeitantes a alfabetos maiúsculos. Na realidade, temos à nossa disposição um volume considerável de elementos para os alfabetos minúsculos, marcados pela cursividade da escrita com pena ou cálamo e tinta, fruto da grande sistematização que a Paleografia já alcançou. No entanto, e paradoxalmente, verifica-se uma quase indiferença dos paleógrafos face aos alfabetos maiúsculos, muito menos utilizados nesse tipo de fontes, quase sempre circunscritos às titulações dos códices ou, quando muito, às cartas indentadas⁵⁹. Estes alfabetos, talvez fruto da sua escassa representatividade numérica, ou talvez porque a Paleografia tem dedicado mais atenção aos documentos avulsos, actos privados ou públicos, e menos atenção ao estudo dos Códices, nunca cativaram muito a atenção dos investigadores. Assim, há alguma dificuldade em estabelecer a correspondência entre as escritas da Diplomática e da Epigrafia, que têm sido encaradas

⁵⁹ Veja-se um magnífico exemplo dos elementos que as cartas indentadas podem fornecer para o estudo dos alfabetos maiúsculos no diploma do Mosteiro de Pedroso de Maio de 1187 que o Professor Doutor Avelino de Jesus da Costa reproduz no seu *Album de Paleografia* (COSTA A.J. 1976, N.º 50).

como universos independentes. Uma ideia profundamente errada uma vez que, como já referimos, muitos letrados medievais devem ter sido criados no seio dos *scriptoria* monásticos, pelos escribas que aí laboravam, sendo mesmo possível que, onde havia o cargo de titular de códices, tivesse sido esse o responsável pela *ordinatio* de algumas inscrições⁶⁰. De resto, seria difícil conceber que, numa sociedade onde a escrita era uma técnica apenas acessível a uns poucos, a criação epigráfica e os seus alfabetos fossem totalmente independentes dos circuitos de criação de documentos quotidianos e de códices, portanto da escrita com cálamou ou pena e tinta.

A segunda dificuldade radica no facto de as mudanças de alfabeto quase nunca se fazerem de forma abrupta e radical. Na realidade, a situação normal é que a passagem de um alfabeto para outro se faça paulatinamente, com avanços e recuos, aceitando a nova configuração nalgumas letras mas mantendo as velhas formas noutras. Se, por um lado, a distinção entre alguns alfabetos é relativamente fácil, outros casos há onde essa distinção se revela mais difícil. Na realidade, é relativamente simples individualizar o alfabeto moçárabe, dada a grande personalidade que este apresenta, e distingui-lo do alfabeto seguinte, correspondente à letra carolina, sobretudo ao nível de algumas letras. O mesmo acontece com a distinção entre o alfabeto gótico maiúsculo redondo e o alfabeto gótico minúsculo anguloso. No entanto, a diferença entre o alfabeto carolino e o gótico maiúsculo redondo é, por vezes, ténue e difícil de traçar. Trata-se, efectivamente, de um processo contínuo, que não foi marcado por rupturas, o que dificulta o trabalho de delimitação de um e outro alfabeto. Sublinhemos, finalmente, que excepto a mudança do gótico maiúsculo redondo para o gótico minúsculo anguloso, que é uma passagem abrupta, sem transição, fruto de uma opção estética que não se compadece com a convivência de velhas e novas formas paleográficas, todos os outros processos são lentos e graduais.

O terceiro problema com que nos debatemos é o das nomenclaturas. A análise do nosso *Corpus* permite definir pelo menos quatro grandes famílias de letras, com alguma coerência cronológica embora, por vezes, com fronteiras difíceis de definir de uma forma precisa. O problema com que nos debatemos não é, no entanto, novo.

⁶⁰ Veja-se, por exemplo, o já referido estudo de Maria de la Soterraña Martín Postigo sobre o *Beatus* de Silos (de 1109) e a inscrição de San Frutos de Duratón (de 1110) (MARTÍN POSTIGO 1972, sobretudo pp. 212-214). A autora defende que a epígrafe comemorando a dedicação da Ermida de San Frutos, em 1110, 24 anos depois da sua doação a Silos por Afonso VI, foi criada no *scriptorium* daquele mosteiro, tendo a minuta que deu origem à *ordinatio* sido muito provavelmente obra de Múnio, o titular do *Beatus* de Silos:

“Puede afirmarse que Munnio, titular del *Beatus*, fue el confeccionador de la «minuta» trasladada por el ordinator a la inscripción de la iglesia de San Frutos” (MARTÍN POSTIGO 1972, p. 214).

Julgamos mesmo que se pode atribuir a esse monge a autoria da própria *ordinatio* da epígrafe de San Frutos.

Cordeiro de Sousa, quando publicou, em 1927, o seu manual de Epigrafia Portuguesa, reflectiu precisamente as dificuldades com que lidou nesta área ao abordar os tipos de caracteres, evitando atribuir designação a alguns tipos de letras (cf. SOUSA J.M.C. 1928, pp. 15-21). A redacção de certas partes, por vezes pouco clara, espelha igualmente as dificuldades sentidas e não devidamente contornadas. Cordeiro de Sousa distinguia um primeiro tipo de caracteres – os “*caracteres quadrados*”, como lhes chama – que seria uma “*degenerescência do alfabeto romano*”, com opção “*pelos linhas acentuadamente angulosas*”, que teria predominado na Península depois da invasão de 711:

“... *resiste ainda às profundas convulsões do século VIII, quer mantendo-se dominante nos reinos cristãos por quase todo o longo e acidentado período da Reconquista, quer persistindo tolerado nos territórios de população moçárabe*” (SOUSA J.M.C. 1928, p. 15).

No entender deste autor, os “*caracteres quadrados*” não formariam, no entanto, “*uma série alfabética completa, nem sequer pode ser-lhe atribuída uma idade comum*” (SOUSA J.M.C. 1928, p. 15). Anunciando a sobrevivência de algumas formas até épocas tardias, nomeadamente os CC quadrados que chegavam até ao séc. XII, Cordeiro de Sousa entendia que a este tipo de letra tinham sucedido os “*caracteres de tipo cursivo em que a linha curva é quase exclusivamente empregada*” que “*ou nos vieram da velha escrita latina, ou, oriundos de além Pirinéus, pouco a pouco se foram introduzindo na epigrafia hispânica*” (SOUSA J.M.C. 1928, p. 16). Cordeiro de Sousa designa este novo tipo de letra, em determinados pontos, por “*letra francesa*”, procurando definir as suas características num texto algo confuso, onde se cruzam paralelos de cronologias muito díspares (SOUSA J.M.C. 1928, pp. 16-17). Este tipo de letra teria começado a ceder face a influências que se sentiriam a partir do “*declinar da primeira metade do século seguinte*”, portanto, a partir dos meados do Séc. XIII:

“... *só com o declinar da primeira metade do século seguinte se acentuam, entre nós, as suas formas onduladas e brandas, por entre os hirtos e angulosos caracteres das velhas inscrições*” (SOUSA J.M.C. 1928, p. 17).

Cordeiro de Sousa designaria este terceiro alfabeto por “*alfabeto uncial*”, revelando que triunfou apenas a partir de meados da segunda metade do séc. XIII (apontando exemplos de 1281 e 1286), apresentando inclusivamente uma tentativa de reconstituição integral (Est. VI, N.º 1).

“*As primeiras inscrições já escritas em português em que se encontram apenas caracteres unciais, não vão além do princípio do século XIV, época em que esses belos caracteres adquirem um aspecto formosíssimo. O seu talho profundamente em secção triangular, as curvas alargam-se ou comprimem-se seguindo livremente a fantasia do artista que os insculpe; as poucas linhas rectas interrompem-se*

com círculos ou pontos; os espaços vazios enchem-se com pequenos traços ou triângulos; e as extremidades ou se dilatam ou se contorcem em elegantes estilizações vegetais. Então a esses caracteres se dá o nome de monacais, escolásticos, ou góticos maiúsculos ...” (SOUSA J.M.C. 1928, pp. 18-19).

Continuando a traçar a evolução paleográfica das inscrições portuguesas, Cordeiro de Sousa esclarecia que

“O uncial mantém-se apenas o curto espaço de tempo que vai desde o fim da primeira metade do reinado de D. Dinis até o de D. João I, e pode dizer-se que esses formosíssimos caracteres desaparecem com a aproximação do fim do século XIV, se bem que sejam do ano de 1402 os que se lêem no velho túmulo do primeiro Arcebispo de Lisboa.” (SOUSA J.M.C. 1928, p. 19).

A evolução paleográfica completa-se quando

“Com o despontar do século XV surgem, entre nós, os caracteres góticos minúsculos. Nascidos da fusão do rúnico e do latim, é da Alemanha que o seu uso irradia para quase toda a escrita lapidar europeia. A sua adopção é rápida, quase não há transição, e num período relativamente curto substituem por completo os caracteres maiúsculos...” (SOUSA J.M.C. 1928, pp. 19-20).

Com a caracterização deste novo alfabeto (Est. VI, N.º 2) encerrava Cordeiro de Sousa a evolução paleográfica no que respeita à época que nos interessa.

Deste modo, podemos dizer que Cordeiro de Sousa individualizava quatro alfabetos epigráficos: para utilizarmos as suas designações, os “*caracteres quadrados*”; a “*letra francesa*”; os “*caracteres monacais*”, “*escolásticos*”, “*unciais*” ou “*góticos maiúsculos*”; e, por fim os “*caracteres góticos minúsculos*”. Embora a caracterização dos diferentes tipos de letras não esteja de todo incorrecta, até mesmo em algumas das sugestões cronológicas que apresenta – e nem seria de esperar outra situação de um experiente epigrafista como José Maria Cordeiro de Sousa –, as designações por ele utilizadas oferecem motivos de reparo. Esta foi, no entanto, até ao momento a única tentativa de sistematização que Portugal conheceu.

O problema das nomenclaturas não foi, no entanto, exclusivo dos investigadores nacionais. Antóni Durán Gudiol, ao tratar da escrita nas inscrições medievais da Província de Huesca, optou por um esquema semelhante ao que nós aqui seguimos, registando os problemas com que igualmente se debateu no que concerne à designação de cada alfabeto:

“Los alfabetos utilizados en la epigrafía altoaragonesa corresponden a las escrituras semiuncial, mayúscula gótica y minúscula gótica. Las inscripciones en semiuncial admiten ser clasificadas en dos grupos: las escritas en letra mozarabe y las de letra carolina, utilizándose en ambas indistintamente los caracteres

A B C D E F G
 H I L M N O
 P Q R S U
 X Z

1

a b c d e f g h
 i l m n o p q
 r s t u
 x y z

2

a, d, e, m, h, q según los modelos capital y uncial. Advierto al lector que he titulado antes de dar estos nombres – mozarabe y carolina – a las inscripciones de los siglos X-XII y que me he decidido por ellos al no encontrar otros que pudieran ser más apropiados.” (DURÁN GUDIOL 1967, p. 50).

Por seu turno, Vicente Garcia Lobo quando se ocupou das inscrições de San Miguel de Escalada, optou por uma classificação dos alfabetos onde distingue um alfabeto visigótico-mozárabe, um alfabeto carolino (com letras maiúsculas e unciais), um alfabeto gótico e um alfabeto humanístico-renascentista (GARCIA LOBO 1982, pp. 12 e 19). O autor não estabelece a distinção entre a letra gótica maiúscula redonda e a gótica minúscula angulosa porque a coleção de Escalada não possui qualquer exemplar com este último tipo de letra. Vicente Garcia Lobo haveria ainda de salientar:

“La comparación del trazado de estos epígrafes en su ejecución y en su técnica con el de algunos códices y documentos coetáneos nos revelará una clara correspondencia entre aquellos y estos, viniendo confirmar una vez más la tesis de Mallon y Navascués.” (GARCIA LOBO 1982, p. 12).

A influência dos manuscritos da época e dos alfabetos em uso nos *scriptoria* sobre os alfabetos epigráficos já tinha sido, de resto, sublinhada por Paul Deschamps em 1929, que realçou ainda a diferença cronológica que, por vezes, se sente entre os dois universos paleográficos:

“... nous avons constaté que les lapicides romans avaient du très souvent prendre leurs modèles dans les majuscules des manuscrits de l’époque; par conséquent les formes adoptées par les calligraphes ont du précéder d’un certain laps de temps celles qu’exécutèrent les graveurs par imitation.” (DESCHAMPS 1929, p. 9).

Pela nossa parte, decidimos individualizar quatro grandes grupos de alfabetos, atribuindo-lhes, depois de muitas dúvidas, as seguintes designações:

- Mozarabe
- Carolino com influências unciais
- Gótico Maiúsculo Redondo
- Gótico Minúsculo Anguloso.

Esta classificação, que em parte se encontra legitimada pelos estudos de outros investigadores, como Paul Deschamps, Robert Favreau, Garcia Lobo ou Durán Gudiol, pode ter alguns inconvenientes, mas tem pelo menos a virtude de clarificar o panorama e de permitir, de certa forma, a ponte para as caligrafias da época.

No seu recente estudo consagrado à evolução paleográfica em Portugal entre 882 e 1172, Maria José Azevedo Santos teve oportunidade de individualizar e caracterizar os seguintes tipos de letras:

- Visigótica Cursiva (882-1101)
 - Semi-Cursiva (977-1123)
 - Redonda (1014-1123)
 - de Transição (1054-1172)
- Carolina (1108-1172)
- Carolino-Gótica (1111-1172)
- Gótica (1123-1172)
- Minúscula Diplomática (1127-1172)⁶¹.

Sublinhemos que o ano de 1172 corresponde ao último documento conhecido onde ainda se sente a influência da letra Visigótica (cf. SANTOS M.J.A. 1988, p. XII). Assim, dispomos dos limites extremos de utilização da letra Visigótica em Portugal: o ano de 882, data da carta de fundação da Igreja de Lardosa (PMH, DC 9), e o ano de 1172, data de uma doação de Dórdia Pais ao Mosteiro de Pedroso (SANTOS M.J.A. 1988, Apêndice Documental, Doc. XV). No entanto, os limites terminais das letras Carolina, Gótica e Minúscula Diplomática (1172) coincidem com o limite cronológico em análise na Dissertação de Doutoramento de Maria José Azevedo Santos e não propriamente com o fim da utilização destes alfabetos. Assim, para estes tipos de letra importa sobretudo reter o momento em que se verifica a sua introdução em Portugal.

Comparando os dois esquemas, poderíamos dizer que o alfabeto epigráfico Moçárabe corresponde à escrita Visigótica. Trata-se, efectivamente, de um mero problema de nomenclaturas, não se justificando a distinção entre um e outro. Já Maria José Azevedo Santos teve oportunidade de se debruçar detalhadamente sobre este alfabeto e de realçar que a sua designação – “escrita visigótica” – pode induzir em erro. Na realidade, trata-se de um tipo de letra que foi utilizado na Península Ibérica entre os sécs. VIII e XIII (SANTOS M.J.A. 1988, p. 68), com um primeiro exemplo conhecido datado de 774 e, entre nós, de 882 (SANTOS M.J.A. 1988, p. 82). A utilização deste tipo de letra encontra-se, deste modo, desfasada da existência política do reino visigótico. Por outro lado, as primeiras designações conhecidas para este tipo de letra, datadas dos meados do séc. XIII, chamam-lhe letra “*toletana*”, opondo-a à letra “*gallica*” (SANTOS M.J.A. 1988, p. 71). Ou seja, distinguindo um alfabeto de origem peninsular, particularmente bem cultivado em Toledo⁶², de um alfabeto de “importação”:

“O termo mais antigo documentado, aplicado à letra visigótica, é o de “toletana” e surge em duas obras dos meados do séc. XIII, respectivamente de

⁶¹ Sobre os limites cronológicos de cada tipo de letra veja-se SANTOS M.J.A. 1988, pp. 82, 115, 117, 133-134, 175, 189, 200 e 209.

⁶² Repare-se que se fosse um alfabeto “visigótico”, no pleno sentido da palavra, o principal centro não seria certamente Toledo mas sim Sevilha.

D. Lucas de Tuy (Chronicon Mundi) e D. Rodrigo de Toledo (De Rebus Hispaniae). O texto, onde se insere o termo, refere-se, em ambos os casos, às disposições do concílio de León de 1090 cujas actas, infelizmente, não chegaram até nós. O primeiro autor escreve: “... *statuerunt ut scriptores gallicam litteram scriberent et praetermitterent toletanam in officiis ecclesiasticis ...*”, enquanto que o segundo diz: “... *statuerunt ut iam de caetero omnes scriptores, omissa littera Toletana, quam episcopus Gulphilas adinvenit, Gallicis litteris uterentur*”. Segundo estes autores o referido sínodo estabeleceu a substituição do uso da letra *toletana* (visigótica) pela *gallica* (carolina) (...)” (SANTOS M.J.A. 1988, p. 71).

Houve, no entanto, outras designações, entre as quais cumpre realçar uma nota dos sécs. XIII-XIV onde se classificava a letra visigótica: “*littera ista moçarava apellatur*” (SANTOS M.J. A. 1988, p. 72; sobre as diferentes designações e problemas suscitados, veja-se op. cit., pp. 68-76). Assim, o alfabeto que os paleógrafos classificam de visigótico poderia ser igualmente classificado de moçárabe sem que essa nomenclatura fugisse à realidade. Trata-se, efectivamente, de um alfabeto que resulta da evolução, lenta e regional (entenda-se peninsular), da escrita que Jean Mallon designou a “Nova Cursiva Romana Comum”. Embora os elementos documentais sejam escassos para o longo período dos sécs. V a VIII, as “pizarras” visigóticas, que D. Manuel Gomez-Moreno, Manuel C. Diaz y Diaz, Angel Canellas Lopez e, mais recentemente, Isabel Velázquez Soriano estudaram, ajudam a compreender a evolução do alfabeto. Uma evolução que culmina, nos sécs. VIII e IX, no alfabeto que os paleógrafos nos habituaram a designar por “escrita visigótica”. No entanto, não temos qualquer problema em identificar este alfabeto com o nosso alfabeto epigráfico moçárabe⁶³. Se algumas dúvidas restassem bastaria atender, por exemplo, aos alfabetos maiúsculos que foram utilizados nas titulações de alguns códices do Séc. X, escritos em letra visigótica e onde, ao nível das letras maiúsculas, encontramos exactamente as mesmas formas que no alfabeto epigráfico que designámos aqui por moçárabe (Est. VII, N.ºs 1 a 4)⁶⁴.

⁶³ Já António Durán Gudiol tinha, em 1967, sublinhado que a “*letra mozarabe [era] contemporânea de la visigótica de los documentos altoaragoneses*” (DURÁN GUDIOL 1967, p. 50).

⁶⁴ Exemplos retirados do Álbum de Paleografia (N.ºs 1 e 2) e do estudo do Professor Doutor Avelino de Jesus da Costa sobre Fragmentos de Códices Medievais (N.ºs 3 e 4) – cf. respectivamente: N.º 1: COSTA A.J. 1976, N.º 12, retirado de Códice do Escorial, do ano de 976; N.º 2: COSTA A.J. 1976, N.º 21, retirado da Vida dos Mártires de Lisboa Veríssimo, Máxima e Júlia, um Códice dos meados do séc. X; N.º 3: COSTA A.J. 1992, p. 92 e Est. XVI, dos meados do Séc. X; N.º 4: COSTA A.J. 1992, pp. 93-94 e Est. XVII, também dos meados do Séc. X. No mesmo volume de estudos do Professor Doutor Avelino de Jesus da Costa podemos encontrar mais exemplos que corroboram a nossa perspectiva, nomeadamente no estudo que este Autor consagrou à data do 1.º Concílio de Braga (COSTA A.J. 1992, pp. 43-44 e Ests. XXI-XXV).

INEPISINOD BRACARENSI
 OCTO ET CXXXI REGR
 DNONSO IHV XPO FELICE
 CURRENTE ERA OLY
 anno octavo aetatis eius de
 malagum quum gallens p
 cepi loa lucraus andrea
 marianus coans. Ispanas
 lucraus amaganus mado
 p paco p paco p paco
 apumri taly in paco
 liana elden prouincie bracia
 etu conuissana. p paco
 similes. p paco quod paco
 ad paco paco paco al paco
 clero lucraus madorus paco
 poluane ete paco paco
 scissina in quia paco paco
 uideri paco canonum paco
 caualiter. ac paco paco

1

Tal angum condonare dignus
 ra mundo. sicu apils dicta.
 quia angeli sunt admittunt
 ter spr luminis arum missi
 ppaeor quia maue accipiunt
 saluati. quia maue uita
 et regna sine fine hietu etoy.

PASSIO SCORV AC BEL
 ISSIMV MARTIRV
 XPI UEISSIMI. MAXIME. ET
 SULIE QUI PASSI SUNT. OLISIPONA
 INCURRERE. DIE. TA OCTOBR..
 nasporib illis. quam paco
 uerit prouincias ad romay
 Imperium paco paco paco

2

EXPLICIT EXPOSITIO
 SINODI
 IN RE EDICTUM
 IMPERATORUM
 INTERMUNE
 IN ELI EDO
 NESTIS
 IN PRAEPORES UNLENTI
 MANUS. EQWANCINUS
 aliquando quod illi paco uoat paco

3

INTERLUERANT TUNC
 SE LO NELO BONIFIC
 NUMEROX A UIM IBERI
 Ego habuim hdy qd ter recte ad laune
 meo paco paco paco paco
 sequamur paco paco
 Ego habu. hanc uentis. et dimment paco paco
 Ego in paco paco paco paco
 Ego paco paco paco paco
 Ego paco paco paco paco
 Ego paco paco paco paco
 Ego paco paco paco paco
 Ego paco paco paco paco
 Ego paco paco paco paco

4



Procurámos criar quadros de síntese das diferentes morfologias que cada tipo de letra pode assumir dentro de cada alfabeto, contemplando as formas mais representativas e as mais características (Ests. VIII a X). Achamos por bem começar pelo alfabeto das epígrafes paleocristãs (Est. VIII, 1) para melhor se compreenderem as inovações e as permanências que se verificam no alfabeto moçárabe (Est. VIII, 2). A análise destes quadros (Ests. VIII a X) permite reconhecer a relativa diversidade de soluções que o lapicida tinha ao seu dispor, dispensando-nos de ter de descrever todas as letras em pormenor, pelo que apenas chamaremos a atenção para algumas soluções gráficas mais interessantes. Antes de tudo, estes quadros revelam-nos que há algumas letras que são mais características do que outras, como acontece por exemplo de uma forma relativamente generalizada com os AA, os MM e os TT. Outras letras tiveram grande personalidade em determinados momentos, mas perderam esse protagonismo noutros. Veja-se, por exemplo, os DD e os LL paleocristãos, tão característicos, ou os BB e os RR moçárabes, letras que nos alfabetos seguintes acabam por adoptar formas menos elucidativas.

Sublinhemos, primeiro, que entre o universo das inscrições paleocristãs e o das epígrafes utilizando letras moçárabes ou de influência moçárabe não registamos nada de parecido com o que Paul Deschamps encontrou em França, quando traçou o panorama paleográfico entre os sécs. VIII e XII. Na realidade, este autor, depois de salientar a quebra que, quantitativamente, o séc. VII representou em relação ao séc. VI, e sobretudo a enorme crise que se desenhou no séc. VIII (tudo realidades que são comuns à Península Ibérica e à área portuguesa, como já sublinhámos no Capítulo 2), registou o que classificou de renascimento carolíngio, com as epígrafes procurando imitar alfabetos clássicos:

“C’est aux mêmes modèles que se sont adressés les graveurs sur pierre carolingiens: l’imitation des types classiques, le souci de donner à l’ensemble de la composition une grande régularité, de respecter le parallélisme des traits dans le sens horizontal et dans le sens vertical, se reconnaissant pendant tout le IX^e siècle et se retrouvent dans un certain nombre d’inscriptions du X^e siècle ...” (DESCHAMPS 1929, p. 14).

A mesma perspectiva seria realçada por Robert Favreau quando este autor registou a profunda mudança paleográfica que se verifica a partir de 800, quando a reforma encorajada por Carlos Magno leva a um ressurgimento de inscrições imitando a regularidade da Epigrafia Romana (FAVREAU 1979, p. 74). No caso da Península Ibérica, certamente fruto dos eventos de 711 e dos difíceis tempos que se seguiram, a realidade foi bastante diferente. Em vez do “renascimento carolíngio” verifica-se, pelo contrário, um dos momentos de mais profunda crise a que alguma vez o espaço peninsular assistiu a

nível epigráfico. Houve, no entanto, outras linhas de força em que a Península Ibérica acompanhou o panorama de além-Pirinéus traçado por Paul Deschamps e confirmado por Robert Favreau. Na realidade, Paul Deschamps salientou que para o séc. X ainda se possuem “*fort belles inscriptions*”, mas que à medida que se vão aproximando os finais da centúria, e durante os inícios do séc. XI se verifica uma redução significativa da qualidade das epígrafes (DESCHAMPS 1929, pp. 19 e 21). Favreau sublinharia que

“Les invasions normandes ou sarracines et l’effondrement du pouvoir central provoquent presque partout une rupture à la fin du IX^e et au début du X^e siècle. Les inscriptions se raréfient, comme au début du VIII^e siècle, et elles ne se rencontrent à nouveau, cette fois avec régularité, qu’à partir de la seconde moitié ou du second tiers du X^e siècle. On a l’impression, sauf pour les domaines ottoniens, d’assister à une sorte de régression, qui va se prolonger jusqu’au milieu du XI^e siècle. Les lettres sont gravées moins profondément, la hauteur des lettres n’est souvent pas constante, le bel arrondi laisse place à l’étirement dans le sens vertical, aux formes carrés des C et des G, à un renouveau de l’O en losange, tandis que les onciales restent peu représentées.” (FAVREAU 1979, p. 75).

Esta mesma tendência parece desenhar-se entre nós, com a inscrição de Lourosa a revelar uma qualidade assinalável, apesar de ser um letreiro muito curto, e com as epígrafes dos finais da centúria (desde 982) e ao longo de quase todo o séc. XI a demonstrarem uma diminuição significativa de qualidade e uma irregularidade assinalável nos módulos das letras e nos seus traçados.

O primeiro testemunho epigráfico do alfabeto moçárabe remonta à segunda metade séc. IX: trata-se do epitáfio do Diácono Floresindo, aparecido em Trevélez (Alpujarra, Granada), criado em pleno reinado de Muhammad I (852-886), o sucessor de Abd ar-Rahman II (cf. SIMONET 1897, vol. III, p. 541; GOMEZ MORENO 1919, p. 365; NAVASCUÉS Y DE JUAN 1941, p. 269, nota 2). O alfabeto moçárabe (Est. VIII, 2) optou geralmente por letras esguias, onde a altura prevalece sobre a largura⁶⁵. Por vezes, quando se trata de letras com hastes verticais (BB, CC, DD, EE, FF e RR), verificam-se pequenos prolongamentos das hastes acima e abaixo do corpo das letras, o que acentua ainda mais o aspecto esguio das letras (cf. Inscs. 12 e 49, por exemplo)⁶⁶.

⁶⁵ Sebastián Mariner Bigorra refere proporções da ordem de 2 para 1, com o dobro da altura em relação à largura (MARINER BIGORRA 1960-61, p. 319).

⁶⁶ Este costume de gravar as hastes verticais ultrapassando as linhas horizontais, suplantando as dimensões do que se pode chamar o corpo da letra, foi registado por Paul Deschamps nas inscrições francesas para uma época um pouco mais remota, nas epígrafes merovíngias (DESCHAMPS 1929, p. 11).

Epigrafia Medieval Portuguesa


Alfabeto Paleocristão

A	AA A A A A A A A
B	B B B
C	C C C C C
D	D D D D D D D D
E	E B E E
F	F E E E F
G	G
H	
I	I I Y
K	K
L	L L L L L L
M	M M M M M
N	N N N N
O	O O O
P	P P P P P
Q	Q Q Q Q Q Q Q
R	R R R R R
S	S S S S
T	T T T T Y Y
V	V X V X
X	X X X X
Y	
Z	

Alfabeto Moçárabe

A	A A A A A A A
B	B B
C	C C C C C
D	D D D D
E	E E E E
F	F F
G	G G G G
H	H H H
I	I Y
K	R
L	L L
M	M M M M M M M
N	N H
O	O O O
P	P P
Q	Q
R	R R R R R
S	S S
T	T T T T T T T T
V	V Y Y Y Y
X	X X
Y	
Z	

Nota-se, igualmente, uma predileção pelos remates triangulares das hastes. Os AA podem ter ou não traço horizontal entre as duas hastes convergentes. No grupo dos AA sem traço horizontal registemos a possibilidade de a letra ser constituída por apenas dois segmentos, convergentes num ponto, de configuração semelhante a um V invertido, ou de ser constituída por três segmentos de recta (dois segmentos oblíquos, que não se tocam, unidos em cima por traço horizontal, que pode ou não prolongar-se para os lados). Dentro dos BB salientemos dois tipos bem característicos: por um lado os BB onde a inflexão de curva a meio do lado direito não fecha totalmente, não tocando na haste vertical, que ocorre sobretudo até ao séc. X; e, por outro lado, os BB constituídos por duas “aselhas” ou “barrigas” independentes, afastadas para cada uma das extremidades da haste vertical, também não se tocando, que se usa até 1130 (Insc. N.º 65) e, num caso isolado, ainda em 1179 (Insc. N.º 160). Esta solução, que tem paralelo em alguns RR da mesma tipologia, revela-se das mais características do ponto de vista do alfabeto moçárabe (cf. MARINER BIGORRA 1960-61, p. 319). No que respeita aos CC devemos realçar os CC curvos semelhantes aos actuais ou com curva pronunciadamente aberta, lado a lado com as características formas angulosas (com correspondência nos OO losangulares) e as formas rectificadas, ou seja, compostas por segmentos de recta articulando-se em ângulos rectos. Aqui é de salientar o C recto com o traço vertical prolongando-se para cima e para baixo dos segmentos horizontais, opção que serve para acentuar ainda mais o aspecto esguio da letra. Esta solução tem paralelo noutras letras, nomeadamente nos EE, FF, RR. Nos EE, para além das letras com haste vertical prolongada, salientemos os EE com remates triangulares e o aparecimento de letras constituídas por dois segmentos curvos. Os FF denunciam exactamente as mesmas tendências que os EE. Já nos GG, para além da forma desenhada com arco aberto, de curvatura pouco pronunciada (com duas variantes em baixo), salientemos o início da evolução até às formas rectificadas que viriam a alcançar algum sucesso no séc. XII. Os II, desde sempre uma letra pouco característica, apresentam apenas um sub-tipo digno de nota, com uma forma semelhante a um Y com haste vertical à direita (utilizado entre 982 e 1113). Dentro dos LL registemos, apenas, o desaparecimento dos LL com barra descaída, que tanto sucesso tinham tido na série epigráfica paleocristã. Os MM são, de todas as letras, das mais características. Podemos encontrar de diferentes tipologias, sendo de realçar o M com pequeno segmento vertical ao meio, o M construído como dois VV invertidos, e o M losangular (este, com um único caso, em Manhente (1117), que se revela particularmente interessante por se tratar de uma “geometrização” do M uncial). Salientemos, igualmente, a sobrevivência de MM moçárabes até uma época relativamente tardia em algumas zonas, nomeadamente em Montemor-o-Velho. Os NN apresentam poucas variantes, sendo normalmente constituídos por duas linhas verticais unidas, a meio, por segmento de recta oblíquo ou quase

horizontal, normalmente não tocando nas extremidades opostas das hastes (como hoje acontece), mas partindo de meia altura. Não conhecemos, infelizmente, casos de “NN coxos”, ou seja, de NN onde a haste vertical direita tenha sido reduzida a metade do tamanho da haste esquerda, que tão característicos se revelam na epigrafia moçárabe. Dentro dos OO, para além dos tipos normais salientemos a opção pelo O angular, em losango, que se revela uma forma muito característica. Paul Deschamps regista esta mesma forma de O, losangular, em epígrafes merovíngias dos fins do séc. VI e do séc. VII, e, depois de um hiato correspondente ao séc. IX, de novo em inscrições do séc. X (DESCHAMPS 1929, pp. 11 e 21). Depois este tipo de O seria esquecido, já não ocorrendo nas epígrafes do Séc. XI. O quadro traçado por este autor difere substancialmente do nosso, onde o O losangular, ignorado pelas epígrafes paleocristãs, ocorre desde 982 até 1117. Teve, igualmente, uma sobrevivência relativamente grande, registando-se ainda a sua utilização num exemplo isolado em 1179. Nos PP salientemos como aspecto digno de nota as letras onde a linha curva não se une à haste vertical. Os RR oferecem, tal como os BB, um tipo marcadamente moçárabe, quando há uma separação clara das duas metades do lado direito da letra, com linha curva em cima, e haste oblíqua em baixo, sem se tocarem. Verificamos, igualmente, a presença de RR onde a metade direita da letra não se une à haste vertical, e um tipo não menos característico onde a linha oblíqua ultrapassa, em altura, a linha curva, quase parecendo um P ao qual se acrescentou um segmento oblíquo. Salientemos, ainda, a presença dos RR onde a linha vertical se prolonga para além do corpo da letra, por vezes com remates triangulares (como, por exemplo, em Fráguas). Os TT são das letras mais características dentro do alfabeto moçárabe. De todos os tipos o mais significativo talvez seja o T com a linha horizontal encurvada à esquerda, por vezes unindo-se mesmo à haste vertical, outras vezes não. Esta forma tão característica dos TT moçárabes pode ser detectada na Epigrafia portuguesa entre os anos de 1013 (Insc. N.º 18) e 1145 (Insc. N.º 83)⁶⁷. Mas são de salientar ainda os TT com a linha horizontal concebida como duas linhas curvas (em vez da usual linha recta) (1067 e 1128), ou como uma única linha curva, voltada para baixo. Nos VV, com valor vocálico e consonântico, salientemos, para além da forma usual e incharacterística, uma tipologia de forte personalidade, e que não mais se volta a utilizar. Referimo-nos aos VV desenhados como sendo , que nos surgem entre 1013 (N.º 18) e 1140 (N.º 78).

⁶⁷ Sublinhemos que este tipo de TT, marcadamente moçárabe, não ocorre nas pizarras visigóticas dos sécs. VI e VII, apenas surgindo nos exemplares mais tardios, sobretudo na de Carrios, de c. 750 (VELÁZQUEZ SORIANO 1989, pp. 77 e 105-106).

“De la fin du XI^e au début du XIII^e siècle, l’écriture des inscriptions tend à plus de clarté, et même à une certaine élégance. La ponctuation se développe et devient régulière, les formes carrés disparaissent progressivement et les onciales se multiplient. Conjonctions, enclavements, entrelacements, abréviations ne sont habituellement employées que si elles ne nuisent pas à la lecture, avec des exceptions qui peuvent tendre à une difficulté voulue. La recherche d’élégance, qui se traduit par un retour au bel arrondi, la gravure plus forte des traits, la distinction entre pleins et déliés, aboutit parfois à des adjonctions d’ornements adventices, à des lettres «fleuries»...” (FAVREAU 1979, p. 75).

A primeira metade do séc. XII constitui o período de transição entre o alfabeto epigráfico moçárabe e o alfabeto que aqui designamos por carolino (Est. IX, 1). O processo de transição fez-se de forma gradual, não pela rejeição repentina de um tipo de letra e adopção do novo, mas por uma mudança paulatina, primeiro de umas poucas letras, depois num número crescente. Os dois tipos de letras conviveram, portanto, durante cerca de meio século. Mesmo depois de passados os meados da centúria ainda iremos encontrar algumas resistências. É o que acontece, por exemplo, com o núcleo epigráfico de Montemor-o-Velho, que preserva características vincadamente moçárabes até uma fase relativamente tardia, ainda claramente perceptíveis em 1179⁶⁸.

O aparecimento e o triunfo da letra carolina entre os documentos da época foi, certamente, determinante para o seu aparecimento na Epigrafia. As designações por que a nova letra foi conhecida na época – “*littera gallica*”, “*littera francigena*” ou “*littera cathalana*” – espelham de forma exemplar a origem geográfica da nova caligrafia. Já tivemos oportunidade de referir que o Concílio de León de 22 de Março de 1090 teria decretado o abandono da *littera toletana* nos manuscritos eclesiásticos e decidido pela utilização da *littera gallica* (cf., entre outros, SANTOS M.J.A. 1988, p. 71; STIENNON 1973, p. 101; DAVID P. 1947, pp. 431-439). Apesar de esta recomendação ser mais teórica que prática, não deixa de ser significativo que o Concílio de León assim tenha decidido em 1090. Este aspecto deve ser enquadrado pelas circunstâncias históricas que acompanham o aparecimento desta nova letra: num momento em que é crescente a influência de clérigos franceses e cluniacenses nas mais altas hierarquias eclesiásticas peninsulares, quando se verifica a substituição da liturgia hispânica pelo ritual romano, e quando as regras monásticas autóctones (a de S. Isidoro e a de S. Frutuoso,

⁶⁸ O exemplo de Montemor-o-Velho está longe de ser excepção. Houve mesmo zonas onde as resistências sobreviveram até mais tarde. António Durán Gudiol detectou influências moçárabes nas epígrafes de San Juan de la Peña ainda no Séc. XIII (DURÁN GUDIOL 1967, p. 53).

reformada por S. Rosendo) são preteridas em favor da regra de S. Bento imposta por Cluny. No entanto, como Maria José Azevedo Santos demonstrou, nenhum destes acontecimentos teve uma influência directa sobre o aparecimento das primeiras manifestações da nova letra (SANTOS M.J.A. 1988, pp. 280-291). Na realidade, os primeiros sintomas de influência carolina começam-se a detectar na Visigótica de Transição, desde 1054, data que é muito anterior à recomendação das actas (perdidas) do Concílio de León de 1090 e muito anterior à reforma cluniacense (que entre nós se verifica c. 1085) ou à adopção do ritual romano (desde 1080, como J. Mattoso demonstrou). Diríamos, pelo contrário, que se essas circunstâncias históricas não foram determinantes para o aparecimento da letra carolina, como está demonstrado, terão sido por certo incentivos poderosos para a difusão e aceitação do novo tipo de letra. Efectivamente, bastaria ponderar as consequências da reforma litúrgica, que obrigou à substituição dos velhos livros litúrgicos, na sua maioria escritos com “*letra rabuda*”, por novos manuscritos adequados ao novo ritual, o que, face à insuficiente produção dos *scriptoria* peninsulares obrigou à importação de códices vindos de além-Pirinéus (veja-se o caso paradigmático do Missal de Mateus – BRAGANÇA 1975). A chegada dos novos livros, quer se destinassem a uso litúrgico quer fossem entregues aos *scriptoria* para servirem de modelo e serem copiados, deve ter exercido uma influência determinante na aceitação da nova letra. O mesmo se diga da crescente circulação de manuscritos pelo espaço peninsular (cf., por exemplo, COSTA A.J. 1990(a), pp. 1309-1334; MATTOSO 1985(b), pp. 347-364), que ajudou a difundir a nova caligrafia.

Mas, mais importante que as origens da letra carolina, tratadas por diversos autores (STIENNON 1973, pp. 94-100; SANTOS M.J.A. 1988, pp. 153-164), é para nós registar o momento em que se começa a verificar a utilização deste tipo de letra entre nós. Como referimos, Maria José Azevedo Santos entende que o primeiro exemplo de utilização da letra carolina entre nós remonta a 1103, encontrando-se na assinatura do Bispo de Coimbra, D. Maurício Burdino, começando a ocorrer nos diplomas a partir de 1108 (SANTOS M.J.A. 1988, p. 175). No entanto, como referimos, as influências carolinas sentem-se desde muito antes, ao nível da Visigótica de Transição desde 1054. O processo de afirmação da nova letra foi gradual e, segundo a mesma autora, em meados do séc. XII o “processo de introdução” da letra carolina estaria concluído (SANTOS M.J.A. 1988, p. 280).

A difusão do alfabeto epigráfico carolino não pode ser desligado do conhecimento da letra carolina utilizada desde inícios do séc. XII num número crescente de *scriptoria* monásticos, sobretudo no que respeita às formas gráficas utilizadas nos títulos, onde o uso das maiúsculas de traçado elegante e cuidado foi mais comum.

A análise do panorama epigráfico português revela-nos que a aceitação do novo alfabeto foi paulatina, enfrentando resistências moçárabes que se fizeram sentir com alguma força até aos meados do séc. XII e, em algumas zonas, até um pouco mais tarde. Deste modo, podemos dizer que o alfabeto carolino só se irá impor definitivamente na segunda metade do séc. XII, quando começa a receber influências unciais poderosas, sobretudo ao nível de algumas letras (AA, MM, TT, UU)⁶⁹.

Os primeiros sintomas de aceitação do novo alfabeto começam a detectar-se entre nós logo na segunda e terceira décadas do Séc. XII (1117 – Insc. N.º 57; 1128 – Insc. N.º 64; 1130 – Insc. N.º 65). Salientemos que, dentro deste alfabeto, se podem eleger os MM, os GG, os EE, os RR, os OO amendoados e os SS como das letras mais características. Os AA não apresentam grandes inovações em relação aos do período precedente. Continuamos a assistir ao aparecimento de AA com ou sem travessão central, constituídos por dois ou por três segmentos de recta articulados num vértice. Os BB apresentam sistematicamente as duas “barrigas” unidas. Ao nível dos CC salientemos os CC rectos e os CC curvos, nalguns casos com inflexão da curva a meio (quase parecendo dois CC sobrepostos). Salientemos que os CC curvos podem ser relativamente fechados mas podem, numa primeira fase, apresentar arco de curva bastante aberto, sobretudo na zona de Coimbra. O mesmo se diga dos EE de perfil curvo, alguns muito abertos, que convivem lado a lado com os EE rectos. Os GG conhecem, nesta fase, a maior diversidade de tipos, desde os GG abertos, aos GG mais fechados, aos GG rectificadados e aos GG com inflexões a meio das linhas curvas, numa solução caprichosa. Os HH podem ser rectos ou curvos, maiúsculos ou minúsculos, com traço horizontal ou inclinado. Os MM, com múltiplas soluções, podem ter hastes rectas e paralelas, apresentando ao centro segmentos oblíquos de desenvolvimento simétrico e que normalmente não ultrapassam a meia altura do corpo da letra (ao contrário dos MM moçárabes, onde os segmentos centrais desciam muitas vezes até ao plano inferior do corpo da letra). Podem, no entanto, ter as hastes rectas levemente convergentes para o centro, ou adquirir configurações sinuosas de desenvolvimento simétrico, denunciando já influências unciais. Os OO mais característicos do alfabeto carolino são os OO amendoados. Estes podem ser de dois tipos distintos: com linha curva em cima, e apenas com vértice na zona inferior; ou com dois vértices, um em cima, outro em baixo. Não podemos, no entanto, deixar de salientar a presença de OO com inflexões das linhas curvas a meia altura, quer à direita (N.º 122, de 1166) quer à esquerda (N.º 189, de 1190), e excepcionalmente em ambos os lados (N.º 186, de 1189). Estes OO em forma de feijão (“*en haricot*” como lhes chamou Paul Deschamps), documentam-se em França

⁶⁹ Vicente Garcia Lobo demonstrou que o alfabeto carolino surge em 1161 em San Miguel de Escalada e que o seu uso se prolonga até aos inícios do séc. XIII (GARCIA LOBO 1982, pp. 23-25).

desde 1165 em Arles e Toulouse, e continuam a ser utilizados nesta última cidade no Séc. XIII (em 1230, 1251, 1252 e 1256) (DESCHAMPS 1929, p. 47). Em Portugal, os OO com inflexão a meio da curva ocorrem desde 1159 (N.º 103), 1166 (N.º 122), 1167 (N.º 125), 1173 (N.º 144), e até ao ano de 1298 (N.º 442). Dentro dos TT assistimos ao desaparecimento gradual do T moçárabe, com a linha superior enrolando-se à esquerda e unindo-se à haste vertical (que desaparece a partir de 1145, com uma única excepção, isolada, em S. Cláudio de Nogueira, em 1183 – Insc. N.º 172). Ganham preferência, agora, os TT clássicos, por vezes com pequenos segmentos no remate das extremidades. Um tipo particularmente característico é o T com a haste central rematada em caracol, como se a letra fosse desenhada a partir da sobreposição de um T e um C. Esta solução, que começa a ocorrer em 1166 (Insc. N.º 123) e em 1171 (N.º 136), continua a surgir até ao ano de 1285 (Insc. N.º 408), tendo encontrado algum favor na Abadia de Alcobaça, sobretudo depois dos meados do séc. XIII, quando noutras zonas já era ignorado. Dentro dos VV salientemos a presença de VV normais, com hastes rectas, de VV com linhas curvas extrovertidas, e particularmente dos VV com segmento central, semelhantes a AA invertidos, que ocorrem em 1173 (N.º 144), em 1179 (N.º 159), em 1181 (N.º 169), em 1189 (N.º 186), em 1219 (N.º 282) e em 1235 (N.º 308). Paul Deschamps documentou estes VV com travessão central em França em 1186, 1201 e 1224 (DESCHAMPS 1929, p. 47).

Assistimos desde relativamente cedo à difusão, neste alfabeto, e em particular na zona de Coimbra, das formas rectificadas, ou seja, das letras compostas por segmentos de recta, normalmente articulados entre si por ângulos rectos. É o caso dos CC, dos GG, dos HH minúsculos e dos SS, que convivem lado a lado com os caracteres que são, por natureza ou por opção maioritária, rectos (EE, FF, II, LL, MM, NN, TT), ajudando a conferir um aspecto peculiar a essas epígrafes. Estas formas encontram paralelo, mais precoce, em França, onde Paul Deschamps as registou nos Sécs. XI e XII (DESCHAMPS 1929, pp. 32 e 36). Tal como este autor salientou para França, também entre nós se verifica a convivência numa mesma inscrição de caracteres rectos e curvos, utilizando-se indiscriminadamente ao longo do texto os CC, GG e SS curvos e rectos (DESCHAMPS 1929, p. 36). Esta mesma diversidade acentua-se ainda mais quando se começam a difundir as letras unciais, que convivem igualmente com caracteres não unciais. Segundo Deschamps, os CC rectos sobrevivem em França até aos inícios do Séc. XIII, enquanto que os GG rectos se tornam muito raros desde os primeiros anos do séc. XII (DESCHAMPS 1929, p. 36). Entre nós, o aparecimento das letras rectificadas é um fenómeno essencialmente característico dos Sécs. XII e XIII, particularmente do período que vai dos meados do séc. XII à terceira década do séc. XIII, embora ainda possam ocorrer de forma esporádica mais tarde. Entre as letras rectificadas salientemos os GG, que nos surgem pela primeira vez com essa configuração rectificada em 1115

(Insc. N.º 53) e em 1117 (Insc. N.º 56), dois exemplos precoces, e que voltam a ocorrer em 1155 (Insc. N.º 101) e em 1163 (N.º 113). Ou os CC rectos que surgem em 1115 (N.º 53), 1116 (N.º 55), e em muitos outros exemplos ao longo de todo o séc. XII e em boa parte do séc. XIII (com alguma regularidade até 1268, depois ainda algumas vezes mais esporádicos). O mesmo se diga dos SS compostos por segmentos de recta, que já surgem em 1117 (N.º 56), mas que serão característicos sobretudo da segunda metade do séc. XII e da primeira metade do séc. XIII, ocorrendo em 1155 (N.º 101), em 1163 (N.º 113), em 1166 (N.º 122), em 1169 (N.º 132 e N.º 133), etc., num número crescente de exemplos que encontram o momento áureo na década de 70 e 80 do séc. XII, e com o último exemplo conhecido em 1235 (Insc. N.º 308).

António Durán Gudiol no estudo que consagrou as epígrafes da Província de Huesca considerou que

“las inscripciones del siglo XII presentan tres importantes variantes que pueden servir como criterios de datación: el empleo de la n minúscula, la T com el palo central em forma curva y el uso del signo abreviativo 9=us, que no aparecen en los textos del siglo precedente.” (DURÁN GUDIOL 1967, p. 53).

Ora, estes três vectores encontram eco igualmente entre nós: por um lado, o N minúsculo, de influência uncial, aparece apenas a partir de 1159, e nos primeiros tempos sempre de forma mais ou menos esporádica; por outro lado, o T com haste central rematada em caracol aparece pela primeira vez em 1166, depois em 1171, e de forma minimamente continuada a partir de 1195 (conhecendo exemplos até 1285); finalmente, o sinal específico de abreviatura da terminação US ocorre, como veremos um pouco mais à frente, a partir de 1180-1181.

Pouco depois de ter sido aceite nos meios epigráficos, o alfabeto carolino começa a receber poderosas influências unciais (Est. IX, 2). Os primeiros ecos desta influência começam a ocorrer na Epigrafia Medieval portuguesa já a partir de fins do séc. XI. Na realidade, o primeiro exemplo de um M uncial que ocorre no nosso *Corpus* data de 1091 (Insc. N.º 38). Não podemos deixar de realçar, aqui, que o aparecimento dos MM unciais com esta configuração (corpo esquerdo redondo e fechado, perna do lado direito arqueada e voltada para dentro em baixo), ocorre em França exactamente a partir dos fins do séc. XI (DESCHAMPS 1929, p. 41). As influências unciais começam por se sentir sobretudo nos caracteres utilizados como numerais, portanto sobretudo nas datas (MM, LL), como sublinhou Paul Deschamps:

“... le d oncial et l’M oncial sont employés au XI^e et au XII^e siècle quand il s’agit d’un chiffre, de préférence aux capitales romaines” (DESCHAMPS 1929, p. 28).

E houve, efectivamente, pelo menos nos primeiros tempos, uma preocupação de reservar os caracteres unciais para os numerais, utilizando-se o alfabeto maiúsculo para o restante texto⁷⁰. De resto, algumas formas gráficas unciais nunca abandonariam, nem com o avançar dos tempos, o campo circunscrito dos numerais. Veja-se o caso do L uncial, grafado de forma semelhante ao nosso 2, que foi sempre utilizado apenas com o sentido numeral (equivalente a 50), com uma única excepção, na inscrição funerária da Meana Dórdia Gomes, em Veade (Insc. N.º 103, de 1159), certamente fruto da falta de preparação do seu autor. O uso do alfabeto uncial vulgariza-se entre nós a partir de 1145 e sobretudo com o aproximar do fim da centúria⁷¹. Só nesta fase mais avançada se generaliza a outras letras do alfabeto, nomeadamente aos AA, aos HH, aos NN e aos TT. Já Paul Deschamps referira igualmente que

“... à mesure qu'on avancera dans le XII^e siècle les lettres onciales se propageront et seront adoptées de plus en plus à coté des lettres capitales...” (DESCHAMPS 1929, p. 26; vd. tb. pp. 39-40).

Segundo este autor, a partir do segundo quartel do séc. XII inaugura-se em França uma nova fase nas letras unciais, com as chamadas unciais ornadas (DESCHAMPS 1929, p. 38).

Ao nível dos AA as formas unciais começam por se anunciar em 1128 (Insc. N.º 64), atravessando depois uma fase de ocorrências mais ou menos isoladas – em 1154 (N.º 98), em 1155 (N.º 101), em 1159 (N.º 103), em 1163 (N.º 113) – mas apenas começam a ocorrer de forma minimamente contínua a partir de fins da década de 60 e da década de 70 do séc. XII, triunfando apenas no séc. XIII. Os BB, CC e EE são das letras menos características, embora se possa dizer que estes últimos optam igualmente pela forma curva. Nos FF as influências unciais começam por se denunciar na linha superior, que começa a ser curva (1148 – N.º 89; 1172 – N.º 143; 1173 – N.º 144; etc.). No entanto, o verdadeiro F uncial, onde a haste esquerda cede lugar a uma linha sinuosa contínua, deixando de se distinguir os limites entre a haste vertical e o travessão superior, ocorre apenas a partir de 1197 (Insc. N.º 204) e 1211 (Insc. N.º 265), nunca

⁷⁰ Esta tendência para se reservar determinadas formas gráficas para os numerais já se detecta na Epigrafia Paleocristã que, paralelamente ao uso alargado do D maiúsculo nos textos, preferiu desde sempre reservar o D minúsculo para numeral.

⁷¹ Sobre as origens e evolução da letra uncial nos documentos veja-se STIENNON 1973, pp. 63-68, onde este autor caracteriza o itinerário desta escrita de luxo, utilizada sobretudo na produção de códices, aceite em meios sempre restritos entre os sécs. III e IX (com exemplos mais recentes em 840-851 e em 844) (STIENNON 1973, p. 68), e esquecida a partir de então. Efectivamente, depois dos meados do séc. IX a uncial apenas ocorre nas titulações dos códices e, por influência destes, passa ao universo epigráfico onde os seus ecos se detectam na segunda metade do Séc. XII e nos Sécs. XIII-XIV.

se tendo difundido muito⁷². Os GG, com a linha superior ondulante ocorrem em 1159 (N.º 103), 1163 (N.º 123), e depois já no séc. XIII (1208, [1212-1261], 1217, 1234, 1243, etc). Os LL unciais, com desenho semelhante ao nosso 2, foram das formas unciais mais cedo adoptadas, mas quase sempre circunscritas aos numerais. Já o encontramos na inscrição de Lourosa, de 912, que constitui o primeiro exemplo da sua utilização entre nós. Voltamos a encontrar, sempre com valor de numeral, em [1013-21], em 1035, e em numerosíssimas inscrições dos sécs. XII e XIII. Os últimos exemplos são de 1285 (Insc. N.º 408) e de 1314 (Insc. N.º 527), desaparecendo com o triunfo da Gótica Maiúscula Redonda. Lado a lado com os MM, é das formas unciais mais características. Os MM unciais começam por ocorrer primeiro nos numerais, e só mais tarde se alargam a outros domínios. O primeiro exemplo que conhecemos em Portugal remonta a 1091 (Insc. N.º 38). Um dos casos mais curiosos será, porventura, o de Manhente, de 1117, onde assistimos à geometrização do M uncial, em formas losangulares de influência moçárabe, numa solução que não mais se repetiria (Insc. N.º 56). Os MM unciais de desenvolvimento simétrico, com haste central e dois braços simétricos e curvos, marcadamente redondos, ocorrem a partir de 1128 (Insc. N.º 64) e 1130 (Insc. N.º 65), com algumas belas formas (1138 – N.º 74; 1155 – N.º 101). No entanto, a forma mais difundida será a do M com corpo redondo encerrado, à esquerda, e linha arqueada à direita, que ocorre desde 1128 (N.º 63), 1145 (N.º 84), 1146 (N.º 85), etc. Num momento posterior, a linha arqueada do lado direito será rematada com a ponta voltada para fora, uma forma que ocorre em França a partir dos meados do séc. XII (DESCHAMPS 1929, p. 41), e que entre nós predomina sobretudo no séc. XIII (embora com exemplos desde 1164 – N.º 114; e 1165 – N.º 119). O mesmo se diga dos MM de desenvolvimento simétrico, com linhas sinuosas com remates inferiores voltados para fora, que surgem em França a partir de 1175, e entre nós em 1170 (N.º 134), 1171 (N.º 136), 1173 (N.º 144), 1179 (N.º 160), etc.

“Par conséquent, dans le cours du XII^e siècle, trois formes principales d’M oncial se succèdent: \mathfrak{M} \mathfrak{M} \mathfrak{M} .”

De ces trois formes la première existera presque exclusivement pendant la première moitié du XII^e siècle; durant le troisième quart du siècle la 2^e forme prédominera, la 1^e forme étant de plus en plus rare; pendant le dernier quart du siècle la 3^e forme voisinera avec la 2^e et deviendra de plus en plus fréquente, l’M capital persistant toujours.” (DESCHAMPS 1929, p. 43).

⁷² Também em França os FF unciais sinuosos ocorrem apenas nos fins do séc. XII, vulgarizando-se no Séc. XIII (DESCHAMPS 1929, p. 48).

O T uncial, raro em França nos inícios do séc. XII, difunde-se a partir dos meados da centúria (1143) e assume diferentes formas. A mais antiga, que apresenta travessão superior recto e corpo curvo partindo do meio desse travessão, documenta-se em França a partir de 1143 (DESCHAMPS 1929, p. 44). Este tipo de T aparece na nossa série epigráfica a partir de 1148 (N.º 89), 1151 (N.º 93) e 1154 (N.º 99). Ocorre depois um segundo tipo, com travessão recto e corpo curvo arrancando da extremidade direita do travessão, documentada em França desde 1165 e entre nós desde 1169 (N.º 131) e 1170 (N.º 134). Desde 1186 que em França se conhece o T com travessão sinuoso, que entre nós conhece um primeiro exemplo em 1168 (N.º 128) e depois em 1195 (N.º 203). O triunfo desta solução sinuosa para o travessão será, no entanto, sobretudo típica da letra Gótica Maiúscula Redonda. Um último tipo apresenta travessão recto, com corpo que arranca do seu centro, sendo esse corpo inferior vertical no início e enrolando-se depois em arco de círculo, adquirindo a forma que alguns autores designam o “T em caracol”, a que já nos referimos acima. Esta forma documenta-se em França desde 1162, evoluindo desde 1181 e ao longo do séc. XIII no sentido de o corpo curvo não arrancar directamente do segmento de recta vertical mas ultrapassá-lo um pouco para a direita, assemelhando-se, portanto, à sobreposição de um T com um C. Este T com haste central rematada em caracol aparece pela primeira vez entre nós em 1166 (N.º 123) conhecendo-se exemplos até 1285 (Insc. N.º 408).

“Vers le milieu du XIII^e siècle une transformation importante se produira: certaines lettres onciales seront fermées par un léger trait qui reunira les extrémités de leurs courbes; ce sera d’abord l’E: E dont nous voyons déjà quelques exemplaires fermés à côté d’autres encore ouverts sur l’építaphe de Raynaud, ancien abbé de Saint-Nicaise de Reims, mort vers 1198 (...); puis le C: C citons à titre d’exemple l’inscription de 1257 de Saint-Just de Narbonne (...); puis l’ C , le T et l’ U : 1258, építaphe de Raymond de Foix, prieur des Jacobins de Toulouse (...). A la fin du siècle un grand nombre de lettres seront fermées: $\text{H}, \text{G}, \text{E}, \text{F}, \text{h}, \text{M}, \text{Q}, \text{T}, \text{U}$.” (DESCHAMPS 1929, p. 54)

“Du milieu du XIII^e au milieu du XIV^e siècle, la prédominance des onciales devient totale, et la plupart d’entre elles tendent à se fermer, un léger trait unissant l’extrémité des courbes; la ponctuation entre chaque mot, généralement par trois points verticaux, devient de règle. Puis l’écriture minuscule «gothique» supprime la capitale, avec ses traits anguleux, et la quasi-disparition des courbes et des déliés ...” (FAVREAU 1979, p. 75).

Esta mutação paleográfica, com a adopção quase exclusiva das formas unciais, arredondadas, encerradas à direita por segmentos de recta gravados a traço mais fino e

superficial, define o início de um novo alfabeto, que nós aqui designamos por Gótico Maiúsculo Redondo (Est. X, 1). Assim, podemos afirmar que o triunfo crescente das influências unciais no alfabeto carolino reflecte a “goticização” do alfabeto epigráfico. O processo de evolução, obviamente lento, culmina com as letras que ostentam certos traços mais espessos, normalmente reforçando o peso das linhas verticais. Este espessamento de certas linhas das letras ou, por vezes, a utilização de duplos traços, resulta uma vez mais da importação, para o universo epigráfico, de tendências que se definiram primeiro no mundo da Diplomática. De resto, como os Paleógrafos têm demonstrado, o espessamento de certas linhas das letras góticas não resulta tanto de uma opção estética mas acima de tudo da adopção da pena ou cálamo de bico biselado assimétrico. Terá sido este acontecimento, mais técnico do que estético, que esteve na origem da letra gótica (STIENNON 1973, p. 161). Devemos, no entanto, sublinhar que a passagem desta caligrafia para o universo epigráfico resulta, agora sim, de uma opção eminentemente estética.

O alfabeto gótico redondo surge em San Miguel de Escalada a partir de 1220, prolongando-se o seu uso até aos meados do séc. XIV (GARCIA LOBO 1982, pp. 25-26). Este último limite corresponde, no entanto, não ao abandono do tipo de letra mas sim ao início de um hiato na colecção epigráfica de Escalada, que não possui inscrições da segunda metade do séc. XIV e do séc. XV. Tendo em atenção os elementos revelados pela série epigráfica da Província de Huesca, António Durán Gudiol considerou, por sua vez, que a letra Gótica Maiúscula

“... debió entrar en Aragón a fines del siglo XII o principios del XIII, habiendo sido empleada constantemente hasta el siglo XV, inclusive. La tendencia al redondeamiento se manifiesta así en el aspecto total de las letras como en los rasgos característicos de cada una de ellas.” (DURÁN GUDIOL 1967, p. 56).

Entre nós, os primeiros sintomas do novo alfabeto começam a surgir ao nível dos CC e dos EE, que são as primeiras letras a receber segmento de recta encerrando-as à direita (em 1243, N.º 321; e em 1245, N.º 327). A tendência começa a acentuar-se mais em 1262 (N.ºs 355, 356), 1266 (N.º 365), 1268 (N.º 368), 1272 (N.º 379) e 1274 (N.º 387). No entanto, seria necessário aguardar pelo séc. XIV para assistirmos ao triunfo definitivo da nova tendência. A partir dos finais do séc. XIII começamos igualmente a assistir ao aparecimento dos duplos traços (por exemplo, ao nível dos AA, desde 1285 – N.º 406; 1292 – N.º 423). Por fim, sublinhemos que desde 1309 encontramos as letras com traços mais espessos que outros (Insc. N.º 520), que se vão tornando cada vez mais vulgares (Inscs. N.ºs 531, 532, 533, 540, 559, etc.). A presença de letras com linhas mais espessas que outras, juntamente com a linha fina encerrando as formas curvas à direita (nos CC, EE, FF, TT), em baixo (nos AA, HH, minúsculos, MM, NN, RR)

e em cima (UU), revelam-se os dois mais característicos vectores da letra Gótica Maiúscula Redonda, que triunfa de forma esmagadora no séc. XIV. As últimas inscrições a utilizarem o alfabeto Gótico Maiúsculo Redondo são as inscrições de Alter do Chão (de 1432), do Convento do Carmo (de 1433) e de St.º Tirso (de 1434). Trata-se, no entanto, de casos isolados, sem grande tradição, espelho de arcaísmos e resistências. Na realidade, desde 1402 e 1409 o uso do alfabeto Gótico Minúsculo Anguloso – ou “Gótico Alemão”, como lhe chamou João Pedro Ribeiro – se tinha imposto de forma quase instantânea e esmagadora (Est. X, 2). Este processo reveste-se, para a Epigrafia, de notável interesse já que seria este o primeiro momento onde a adopção de um alfabeto não se fez de uma forma gradual e progressiva, com complicadas fases de transição onde convivem arcaísmos e inovações, mas antes de uma forma abrupta. Na realidade, todas as mutações paleográficas que temos vindo a analisar foram processos lentos. O alfabeto carolino começou a afirmar-se entre as letras de influência moçárabe e as duas tendências conviveram durante quase meio século, uma ganhando terreno, outra perdendo influência. Por seu turno, a letra carolina haveria de ir cedendo face à gótica redonda, encerrando umas letras, espessando outras. No entanto, quando chegamos aos inícios do séc. XV encontramos uma situação totalmente diversa. Sem qualquer fase de transição, algumas epígrafes adoptam o novo alfabeto. Assim, a fase de transição entre a letra gótica maiúscula redonda e a gótica minúscula angulosa não se processa *dentro* das inscrições mas *entre* as inscrições. Ou seja, não possuímos inscrições onde se detectem os dois alfabetos simultaneamente – o redondo e o anguloso – mas durante algum tempo continuaram a fazer-se inscrições em gótico redondo ao mesmo tempo que se criavam epígrafes em gótico anguloso.

Os primeiros exemplos de inscrições em Gótica Minúscula Angulosa são casos de epígrafes criadas em momentos claramente posteriores às datas que anunciam. É o que acontece, por exemplo, com cinco inscrições do nosso *Corpus*:

- o epitáfio de D. Egas Fafes de Lanhoso, Bispo de Coimbra e Arcebispo de Santiago de Compostela, falecido em 1268 (Insc. N.º 367), criado indiscutivelmente muito depois da Era exarada;
- a legenda que ficou a identificar o túmulo de D. Fernão Sanches, falecido entre [1329-1335], mas gravada numa fase muito posterior (Insc. N.º 572);
- a inscrição comemorativa da acção de Fernando Afonso de Morais na construção do claustro de S. Francisco de Évora, de 1376, que deve ter sido criada depois de concluídas as obras do Claustro, bastantes anos mais tarde (Insc. N.º 657);
- a pequena legenda da Anunciação do relevo de Rui Pires, Frade e Alfageme, de 1382 (Insc. N.º 666);

– e, por fim, o epitáfio de el-Rei D. Fernando, falecido em 25 de Outubro de 1383, e que deve ter sido apenas criado no séc. XV, depois de ultrapassados os momentos mais difíceis da Crise Dinástica (Insc. N.º 669).

Todos estes letreiros, apesar de utilizarem o alfabeto Gótico Minúsculo Anguloso, foram criados em momentos posteriores às datas que ostentam, pelo que não servem para traçar a cronologia do advento do novo alfabeto. Os primeiros casos onde julgamos que as datas apresentadas são coevas da realização do monumento e que, portanto, estão aptos para determinar o momento em que a letra Gótica Minúscula Angulosa se difunde entre nós, datam já do Séc. XV. Na realidade, a primeira inscrição nessa situação é a epígrafe comemorativa da conclusão de uma capela que se erguia anexa à Ermida do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal (Insc. N.º 733, de 1402). Esta inscrição permaneceria, no entanto, como caso isolado até que, em 1409, voltamos a encontrar novo exemplo, agora em N.ª S.ª da Oliveira, comemorando a construção da Capela de St.º André por iniciativa do Cónego D. Afonso André (Insc. N.º 741). A partir deste momento podemos dizer que a situação se inverteu, e que as inscrições portuguesas passam a ser, maioritariamente, registadas em alfabeto Gótico Minúsculo Anguloso (Insc. N.º 743, de 1412; Insc. N.º 744, de 1412; Insc. N.º 746, de [1415]; Insc. N.º 747, de 1419; Insc. N.º 748, de 1420), e que apenas alguns casos de resistência e conservadorismo continuam a utilizar o alfabeto Gótico Maiúsculo Anguloso⁷³. De resto, depois de 1422 (data que serve de limite ao nosso *Corpus*), só conhecemos dois casos de inscrições criadas com recurso ao velho alfabeto Gótico Maiúsculo Redondo: a epígrafe de Alter do Chão de 1432, comemorando o empenho do Conde de Arraiolos, D. Fernando, em obras, que queda avulsa no interior do Castelo; e o epitáfio de Domingos Afonso, Alfaiate, datado de 1433 e gravado na parede exterior do Convento do Carmo, em Lisboa.

O uso do alfabeto Gótico Minúsculo Anguloso irá prolongar-se até ao séc. XVI, quando acaba por ser suplantado pelo renascimento dos alfabetos clássicos. O Dr. João de Barros registou esse acontecimento na sua *Geografia de Entre-Douro-e-Minho* quando escreveu:

“Haverá 50 annos, que em Itália se tornarão a inventar as letras dos Romanos, excellentes, antigas, que hora escrevemos: e ha pouco mais de 20 annos, que este Reino começarão a ser... E maravilho-me como isto esteve encuberto

⁷³ Devemos, no entanto, ressaltar os dois últimos casos do nosso *Corpus* – Inscs. N.ºs 749 e 750 – por se tratar de inscrições encomendadas muitos anos antes, e apenas concluídas depois da morte dos encomendadores, onde a situação pode ter sido outra. Efectivamente, apesar de uma apresentar a data de 1423 e outra a de 1434, sabemos que foram encomendadas seguramente antes de 1422, tendo a data sido apenas completada. Por isso ainda utilizam a Era Hispânica para a datação. Nestas circunstâncias é possível que o uso do alfabeto Gótico Maiúsculo Redondo seja apenas sintoma de terem sido criadas numa altura onde ainda predominava o uso desse alfabeto.

tanto tempo entre nós... e não sei como durou tanto o costume barbaro, como do tempo dos Godos ficara.” (cit. por VITERBO J.S.R. 1798-99, vol. 1, p. 153).

Como se sabe, o Dr. João de Barros redigiu a sua *Geografia* em 1549, pelo que o aparecimento do novo alfabeto era atribuído por este autor aos anos 20 do Séc. XVI. No entanto, devemos sublinhar que o primeiro exemplo que conhecemos em Portugal de uma inscrição gravada com alfabeto maiúsculo, que, portanto, se afasta claramente do universo da letra gótica minúscula angulosa, é a inscrição do Chafariz de El-Rei, em Évora, erguido por D. Manuel I em 1497. Embora não se trate de um alfabeto “clássico”, como o que se desenvolveria no século seguinte, é claro que a inscrição manuelina de Évora marca o início do processo de transição⁷⁴. No entanto, mesmo depois desta inscrição continuaram a ser utilizadas as letras góticas minúsculas angulosas.

Guardamos para o fim algumas considerações sobre determinadas soluções de apresentação gráfica das inscrições que, apesar de não serem verdadeiramente aspectos paleográficos, merecem ser aqui abordadas. A primeira observação diz respeito à forma como se exararam as inscrições. A imensa maioria dos exemplos corresponde a inscrições gravadas. Num universo de 651 inscrições onde conseguimos determinar a forma como foram exarados os textos, possuímos 628 exemplos de inscrições onde o texto foi gravado (ou seja, 96,47 %), 22 inscrições com as letras em relevo (3,38 %) e apenas 1 caso de uma inscrição pintada (0,15 %). Podemos, portanto, com plena propriedade dizer que a Epigrafia Medieval Portuguesa optou quase invariavelmente pela gravação dos caracteres. As inscrições que apresentam caracteres em relevo oferecem matéria para diversas reflexões. A primeira devido às suas cronologias tardias. Efectivamente, podemos dizer que as letras em relevo foram, entre nós, uma opção apenas do Gótico. Se exceptuarmos os exemplos de inscrições sineiras, que por força do molde de fundição apresentam normalmente as letras em relevo (Inscs. N.º 421, N.º 428, N.º 658 e N.º 676, compreendidas entre 1292 e 1391) e outros exemplos de suportes metálicos (N.º 588, de 1336, e N.º 747, de 1419), podemos dizer que as primeiras inscrições de suporte pétreo que apresentam as letras esculpidas, em relevo, são do Castelo do Alandroal (Inscs. N.º 431 e N.º 432), portanto de [1294-1298]. Os exemplos que se seguem confirmam o carácter tardio e quase sempre meridional destas inscrições: Serpa, [1295-1325] (Insc. N.º 436); Évora, 1308 (N.º 513); Lisboa, 1324 (N.º 559); Távora, 1327 (N.º 567); Lisboa, [1349] (N.º 620); Elvas, 1367 (N.º 641); Elvas, 1376 (N.º 656); Évora, 1382 (N.º 666); Santarém, 1383 (N.º 669); Braga, s/D (N.º 685); Lagos, s/D (N.º 698); Alcácer do Sal, 1402 (N.º 733); Vila do Conde, [1406] (N.º 740);

⁷⁴ A nível numismático, a transição da letra gótica minúscula angulosa para a capital de influência clássica deu-se durante o reinado de D. João II (1481-1495).

e Guimarães, 1409 (N.º 741). A segunda reflexão diz respeito à origem desta moda. A geografia predominantemente meridional destas inscrições parece denunciar que a sua penetração nos hábitos epigráficos portugueses se fez a partir do Sul muçulmano, onde, por força do tipo de alfabeto, desde muito cedo se optou pelas inscrições com caracteres em relevo (vd. Insc. N.º 6 do nosso inventário das epígrafes muçulmanas, Anexo 2.1)⁷⁵. Dentro das inscrições gravadas cumpre realçar a existência de dois exemplares de letras gravadas e posteriormente preenchidas com folha metálica (Insc. N.º 590, de [1338-1350], e N.º 743, de 1412), significativamente ambas de S. Domingos de Santarém. A única inscrição pintada que se encontra no nosso *Corpus* é, como se sabe, a inscrição de Ermida de Paiva, pintada a ocre no tímpano lateral Sul do Templo Premonstratense (Insc. N.º 273, de 1214).

Desde cedo que se procuraram criar formas destinadas a facilitar a leitura dos caracteres, que por vezes se afiguravam de interpretação mais difícil. Uma das formas, ainda hoje infelizmente usual, foi pintarem-se as letras, como vemos na inscrição de proveniência desconhecida que se conserva no MNAE (Insc. N.º 359, de [1262-1361]). No entanto, a opção maioritária parece ter recaído sobre o preenchimento das letras com massa normalmente de cor escura, negra ou quase negra, que fazia bom contraste com a cor clara do calcário ou do mármore. Encontramos, no entanto, alguma diversidade nestas opções. A inscrição de Santiago de Beduído (de [1263-1264]) apresenta letras preenchidas com massa vítrea de diversas cores (verde, avermelhada, negro) (Insc. N.º 362). Em St.ª Cruz de Coimbra, a epígrafe criada no primeiro quartel do Séc. XVI para personalizar o novo local de repouso de D. Fernão Fernandes Cogominho e sua mulher apresenta as letras preenchidas com massa ocre (Insc. N.º 390). Em Tavira a opção recaiu não no preenchimento das letras mas sim de alguns dos sinais de separação de palavras (que oscilam entre os 4 e os 7 pontos sobrepostos). A solução foi embutir pequenas pedras de calcário branco, numa técnica que não pode deixar de recordar as produções de certos centros oleiros (Insc. N.º 424, de 1293). No epitáfio de D. Maria Fernandes, Abadessa de Celas, António de Vasconcelos registou que a lápide foi outrora toda revestida de folha dourada e as letras preenchidas com massa ou betume negro (Insc. N.º 448, de 1300). O epitáfio de Martim Silvestre, que se conserva em Monsaraz, recebeu massa negra nas suas letras para facilitar a leitura, que era prejudicada pelo facto de o mármore ser muito alvo (Insc. N.º 599, de 1341). Na inscrição do Padrão da Oliveira, em Guimarães, as letras gravadas na folha metálica receberam igualmente massa escura, de que sobrevivem evidentes vestígios (Insc. N.º 603, de

⁷⁵ A epigrafia muçulmana foi, também, bastante mais receptiva a esta forma. No nosso inventário encontramos 11 exemplos de inscrições muçulmanas com caracteres em relevo (ou seja, 16,4 %) (Inscs. N.º 6, N.º 7, N.º 14, N.º 15, N.º 25, N.º 31, N.º 32, N.º 34, N.º 49, N.º 51 e N.º 66 do Anexo 2.1).

1342). O mesmo se diga do epitáfio do Chantre de Coimbra D. André Anes, que recebeu primeiro tinta ocre, uma base destinada a preparar a superfície que foi depois folheada a ouro, com as letras preenchidas com massa negra (Insc. N.º 608, de 1345). Na inscrição de Faro (?) de 1364 o Escudo Nacional apresenta as quinas preenchidas com massa escura (Insc. N.º 638). A inscrição da Muralha Fernandina de Lisboa apresenta, igualmente, as suas letras preenchidas com massa escura, quase negra (Insc. N.º 652, de 1375). O mesmo se diga da epígrafe que assinala o nome do Arquitecto do edifício da Alfândega medieval do Porto, cujas letras estão preenchidas com massa castanha escura (Insc. N.º 723). A epígrafe joanina de N.ª S.ª da Oliveira, de 1401, foi toda ela objecto de profundo tratamento cromático: a lápide possuía o fundo vermelho, as letras foram pintadas a cinzento escuro, os encordoados da moldura eram dourados, as folhas de videira foram primeiro douradas e depois verdes (Insc. N.º 732). Por fim, registemos que o epitáfio do Dr. João Afonso das Regras se apresenta com as suas letras preenchidas com massa vítrea negra (Insc. N.º 738, de 1404). Já fora do âmbito cronológico do nosso *Corpus* podemos registar o exemplo, notável, do conjunto funerário de D. Fernão de Brito, Abade de Mouçós (Vila Real), composto por túmulo com jacente, com epígrafe na orla, e duas lápides: uma com brasão na metade esquerda e epígrafe do lado direito, datada de 1483; outra com brasão e legenda na orla. Em qualquer dos casos os brasões apresentam-se pintados com diversas cores e as letras em relevo pintadas de negro (na lápide bipartida, de 1483) ou gravadas e depois preenchidas com massa escura (na legenda em torno do brasão). A utilização de elementos colorantes (tintas ou mesmo massas coloridas) como forma de realçar os textos e facilitar a sua leitura não foi exclusivo do espaço nacional. Na realidade, encontramos muitos exemplos quer noutros reinos peninsulares quer fora do espaço ibérico. António Durán Gudiol registou-os na Catedral de Roda, com inscrições policromadas ou com as letras apenas pintadas a vermelho (DURÁN GUDIOL 1967, N.ºs 79, 215 e 218), e já tivemos oportunidade de referir que em Toulouse, no Musée des Augustins, se encontram expostas diversas epígrafes com as letras pintadas a azul e, na zona dos elementos cronológicos, a vermelho.

5.2. Ateliers e Escolas Regionais.

Não temos dúvidas em afirmar que Portugal foi, durante os tempos medievais, um reino pobre do ponto de vista epigráfico. Na realidade, a esmagadora maioria das inscrições que inventariámos permanecem exemplos isolados no quadro dos monumentos onde ocorrem, ou quando muito associam-se em grupos de dois ou três exemplares, poucas vezes em número superior. Sublinhemos que não deixa de ser surpreendente o escasso número de epígrafes que conhecemos, por exemplo, para certas Catedrais, que

em princípio deveriam ser dos locais com maior número de epitáfios, lado a lado com as instituições monásticas. No entanto, algumas delas – por exemplo a Sé do Porto, a Sé de Lamego e a Sé de Viseu, ou até mesmo a Sé de Braga – são marcadas por uma fraca expressão epigráfica. As únicas que não acompanham este panorama desolador são as Sés de Coimbra, Lisboa e Évora. O mesmo se diga de algumas das mais prestigiadas instituições monásticas portuguesas, que sabemos terem sido eleitas para Panteão pela Nobreza da época, e onde este facto não encontra tradução a nível epigráfico. Veja-se o caso do mosteiro beneditino de St.^a Maria de Pombeiro de Riba-Vizela, com a sua célebre Galilé funerária, onde se enterravam alguns dos mais prestigiados elementos da Nobreza de Entre-Douro-e-Minho dos sécs. XII e XIII, ou o exemplo do mosteiro beneditino de Paço de Sousa, cuja Capela do Corporal, que se abria no braço Norte do Transepto, serviu de panteão para a família de Riba-Douro e para as linhagens secundárias que lhe andaram associadas, e onde se fez enterrar D. Egas Moniz, o Aio. No entanto, ao contrário do que seria natural que acontecesse, o prestígio destes espaços também não se reflecte a nível epigráfico. Certamente que muitas inscrições podem ter sido destruídas com reformas posteriores (nos casos em foco com as demolições da Galilé de Pombeiro e do Corporal de Paço de Sousa), assim se explicando que instituições bem menos importantes (como por exemplo o Mosteiro de S. Gens de Montelongo), possuam colecções epigráficas numericamente mais importantes. No entanto, esta explicação não é suficiente. Reparemos, por exemplo, no caso da Sé de Lisboa, onde por certo a sua colecção epigráfica foi duramente afectada pelo itinerário do monumento, marcado por diversos terramotos e reconstruções, e que, mesmo assim, apresenta uma importante colecção de epígrafes. Somos, portanto, forçados a considerar que a fraca expressividade epigráfica que, de uma maneira geral, se detecta a nível nacional espelha igualmente a pobreza que desde sempre dominou o panorama português: um país pequeno, com uma economia de possibilidades limitadas e com um nível cultural relativamente pobre.

Este panorama reduz, obviamente, as possibilidades de identificarmos ateliers epigráficos. Efectivamente, não se pode individualizar e definir a produção de um atelier por um ou dois exemplos. Conseguimos, mesmo assim, identificar alguns núcleos que apresentam uma certa coerência e que denunciam a presença de ateliers epigráficos. Robert Favreau sublinhou que

“Lorsque le matériel épigraphique est abondant, on peut même, à partir de l’écriture, identifier des ateliers dans le domaine le mieux représenté, celui de l’épigraphie lapidaire.” (FAVREAU 1979, p. 52)

acrescentando que

“L’écriture aide encore à déterminer des «régions» présentant une certaine homogénéité épigraphique, donc aussi une homogénéité de culture.” (FAVREAU 1979, p. 53).

É o que acontece entre nós, por exemplo, com o núcleo de Montemor-o-Velho, que preservou sempre características inconfundíveis; com a série epigráfica da cidade de Coimbra, sobretudo no seu núcleo forte na Sé Velha mas presente em outros monumentos urbanos; com o núcleo epigráfico dos Templários, que se dispersa por diversas fortificações, e que apresenta característica homogéneas; com a colecção da Abadia de Alcobaça, o mais importante núcleo epigráfico medieval português; com o conjunto epigráfico da Sé de Lisboa, sobretudo ao longo do séc. XIV; e, por fim, com as inscrições de Sé de Évora e de outros monumentos dessa cidade.

Para além deste núcleos poderíamos ainda definir algumas tendências regionais, que permitiriam agrupar as inscrições das manchas graníticas do Norte e Centro de Portugal, sempre marcadas pelas dificuldades de trabalho do granito e pautadas por algum arcaísmo e conservadorismo; as inscrições do Centro de Portugal, em calcário, mais receptivas às inovações e, fruto da natureza do suporte, com concepções e acabamentos geralmente mais requintados; e, por fim, com as epígrafes alentejanas da zona fronteira, dominadas pelos mármore da zona de Estremoz e Vila Viçosa.

Dos diversos núcleos elegemos para tratar de forma um pouco mais detalhada os casos de Montemor-o-Velho, de Coimbra, de Alcobaça e dos Templários.

O núcleo epigráfico de Montemor-o-Velho revela-se interessante por formar um conjunto com uma vincada personalidade, que apresenta uma grande vitalidade numa época recuada e que perde importância quando Montemor-o-Velho perde protagonismo político-militar. No nosso *Corpus* possuímos 15 inscrições procedentes de Montemor-o-Velho, distribuídas cronologicamente da seguinte forma:

Séc. X – 2 (Inscs. N.º 6, de 982; N.º 7, de c. 982)

Séc. XI – 1 (Insc. N.º 43, s/d)

Séc. XII – 9 (Inscs. N.º 53, de 1115; N.º 64, de 1128; N.º 65, de 1130; N.º 68, de 1133; N.º 82, de 1144; N.º 125, de 1167; N.º 147, de [1173-1181]; N.º 160, de 1179; N.º 198, de [1192-1201])

Séc. XIII – 2 (Inscs. N.º 445, de 1299; N.º 460, s/d)

Séc. XIV – 1 (Insc. N.º 573, de 1330).

Podemos, deste modo, dizer que Montemor-o-Velho foi um pólo de certa importância até aos fins do séc. XII, esmorecendo depois de forma significativa. As duas primeiras inscrições correspondem à fase final da primeira Reconquista Cristã na zona, que se desenrola depois da campanha do Conde Hermenegildo (878), que garantiu o domínio cristão por mais de um século, entre 878 e 987. Retomada pelas forças muçulmanas, a região de Coimbra e do Baixo Mondego apenas voltariam para a posse dos cristãos em

1064, com Fernando, o Magno, e D. Sesnando Davides. Depois da segunda, e definitiva, Reconquista a zona de Montemor-o-Velho não perdeu imediatamente importância estratégica. Situada sobre o Mondego, o seu castelo fazia parte do sistema defensivo de Coimbra, controlando movimentos vindos da orla marítima. A sua importância continuaria por toda a primeira metade do séc. XII, mas viria a esmorecer significativamente com os fim da centúria. A epigrafia reflecte esses ritmos. Na realidade, se o séc. XII se revela um período de pujança para Montemor-o-Velho, depois de 1192 só voltamos a possuir uma inscrição cem anos mais tarde, em 1299. Tomando em consideração as distribuições cronológicas, podemos dizer que 60 % das suas inscrições correspondem ao período que vai de 1115 a 1192. Depois, à medida que os centros de decisão política e a fronteira militar se vão afastando de Montemor-o-Velho, esta povoação perde protagonismo e o número de epígrafes reduz significativamente. Ora, tomando apenas em consideração as inscrições que sobreviveram até aos nossos dias e que permitem uma análise do tipo de letra, podemos dizer que entre as primeiras epígrafes de Montemor-o-Velho se encontram alguns dos mais interessantes exemplos moçárabes do nosso *Corpus*. Veja-se, a título de exemplo, o alfabeto utilizado nas inscrições de 982 (N.ºs 6 e 7), onde encontramos claras e profundas influências moçárabes (bem patentes, por exemplo, ao nível dos MM, dos NN, dos OO angulosos, na opção pelo contorno rectificado dos SS, ou na forma do K). Mas o principal interesse de Montemor-o-Velho reside no facto de o seu núcleo epigráfico ter sido um dos que soube preservar essas influências moçárabes até uma fase mais tardia⁷⁶. Na realidade, continuamos a encontrar ecos dessa influência em [1173-1181] (Insc. N.º 147), ao nível dos MM, PP e RR, e mais tarde ainda, em 1179 (Insc. N.º 160), ao nível dos BB, OO e RR. Apesar de as influências unciais se fazerem sentir em Montemor-o-Velho pelo menos desde 1128 (Insc. N.º 64), por exemplo ao nível dos AA e dos MM, devemos sublinhar que é em Montemor-o-Velho que encontramos os mais tardios exemplos de alfabetos ainda receptivos a influências moçárabes. Na realidade, em 1179 ainda encontramos os BB

⁷⁶ A presença moçárabe na zona de Coimbra, com ramificações em todos os sentidos – Sul (Soure), Ocidente (Montemor-o-Velho), Leste (Lorvão) e Norte (Vacariça) – foi sempre muito intensa. Veja-se, por exemplo, a onomástica do Livro Preto, tão rica em exemplos moçárabes, a sobrevivência de testemunhos arquitectónicos moçárabes na zona (arco do Paço Episcopal, em Coimbra; ajimezes de Soure e de Coimbra; silhar do Mosteiro de Lorvão), ou o facto de alguns prelados deixarem livros escritos em árabe: D. Paterno, que deixou em testamento à Sé de Coimbra um “*librum canonicum arabice scriptum*” (LKal., vol. II, p. 121; COSTA A.J. 1983, p. 58; COSTA A.J. 1990(a), p. 1316 e 1318); ou D. Miguel Salomão, que legou a St.ª Cruz “*libros latinos et sarracenos*” (COSTA A.J. 1990(a), pp. 1326-1327). É ainda em Coimbra que encontramos o que julgamos ser a mais antiga definição de Moçárabe:

“... cativarão tambem hu genero de Christãos que em lingoagem se chamão Mozaraves que vivião naquella provincia do senhorio dos Infieis, mas comtudo goardavão em alguma maneira os costumes da catholica lei de Christo, e por direito da guerra os subgigarão a catholica lei, e cativeiro...” (Vida de S. Teotónio – ACMA, p. 164).

Sobre os moçárabes veja-se, ainda, MATTOSO 1987, pp. 19-34 e PRADALIÉ 1987, pp. 15-17.

moçárabes, com as duas “barrigas” separadas, os OO losangulares e os RR com solução gráfica semelhante aos BB. Este conservadorismo epigráfico, que vai sobreviver até aos meados da segunda metade do séc. XII, revela, afinal, uma personalidade muito vincada do seu atelier epigráfico, que não se pode confundir com o atelier que abastecia, por essa altura, a cidade de Coimbra. De resto, sentimos em Montemor-o-Velho as influências da oficina epigráfica coimbrã em 1167 (N.º 125), quando vemos surgir os OO em feijão, com inflexão na linha curva (cujos exemplos portugueses são maioritariamente originários de Coimbra).

As inscrições da cidade de Coimbra e, particularmente, as epígrafes da Sé Velha, revelam uma coerência que permitem identificar o labor de um atelier epigráfico que foi, para a época, um dos que melhor qualidade conseguiu alcançar em Portugal. Já tivemos oportunidade de sublinhar, no Capítulo 2, que o período áureo de Coimbra se situa ao longo dos Sécs. XII e XIII, altura em que se afirma como o mais importante conjunto epigráfico urbano em Portugal (e apenas suplantado pela Abadia de Alcobaça no Séc. XIII). A quebra significativa que se sente na centúria de Trezentos, altura em que o número de inscrições procedentes de Coimbra diminui em mais de 50%, é directamente proporcional à afirmação de outros centros epigráficos: Santarém, Évora e, sobretudo, Lisboa. A “geografia epigráfica” confunde-se aqui, portanto, com a “geografia política”. Dentro da cidade de Coimbra podemos distinguir diversas séries de epígrafes. Na realidade, é evidente o ar de família de quase todas as inscrições de St.^a Cruz de Coimbra, que devem ter sido concebidas no seio do *scriptorium* monástico e, muito possivelmente, paginadas por algum dos seus monges copistas. Referimo-nos, concretamente, às inscrições N.º 110, N.º 165 e N.º 195, que supomos terem sido obra de um mesmo *ordinator*. Houve, no entanto, um outro núcleo epigráfico – o da Sé Velha de Coimbra – que começou a ganhar peso sobretudo a partir da penúltima década do séc. XII, e que se tornaria no principal conjunto epigráfico de Coimbra. A análise do quadro geral permite determinar claramente o peso que, ao longo do Séc. XIII, a Sé de Coimbra adquire:

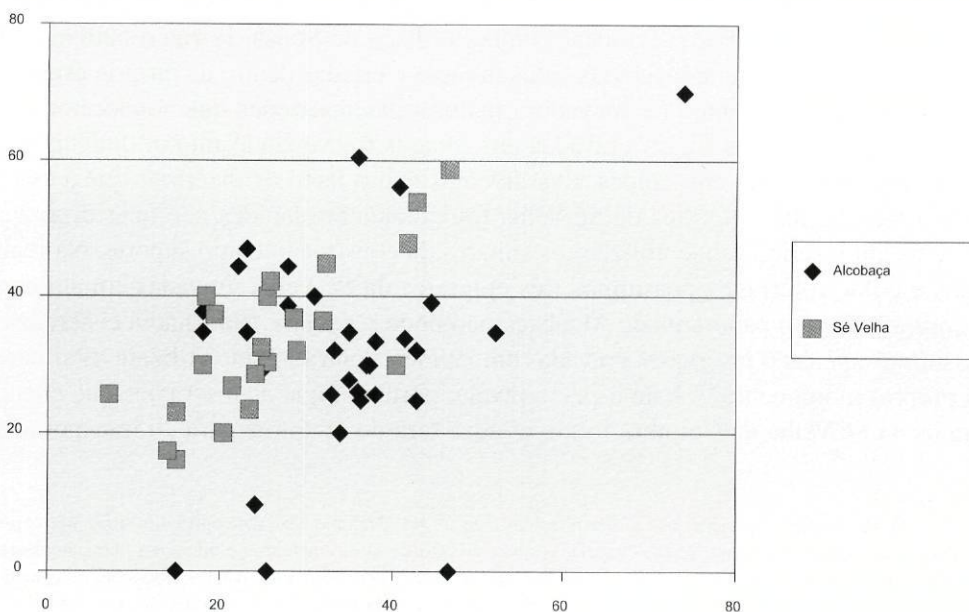
	Séc. XI	Séc. XII	Séc. XIII	Séc. XIV
Sé Velha	1	12	19	6
St. ^a Cruz		6	6	
St. ^a Justa		3		
S. Cristovão		3		
S. Pedro		2		
S. Salvador		2		
S. Bartolomeu		1		
Santiago		2	1	
S. João Almedina			1	1
Celas			3	1
St. ^a Clara				3

A situação torna-se ainda mais expressiva se tivermos em conta que 9 das 12 inscrições da Sé Velha de Coimbra que pertencem ao Séc. XII correspondem às duas últimas décadas dessa centúria. Deste modo, julgamos ser legítimo considerar que a Sé de Coimbra adquire preponderância epigráfica sobretudo a partir da penúltima década do Séc. XII, de 1181 em diante. A situação é perfeitamente natural já que é a partir dos anos 80 do Séc. XII, depois do crucial governo de D. Miguel Salomão, que temos a Sé românica concluída ou em vias de conclusão. Ao longo de todo o séc. XIII a Sé Velha não encontra rival à sua altura dentro do perímetro urbano de Coimbra e, em todo o reino, apenas a Abadia de Alcobaça a consegue suplantar (com um total de 42 epígrafes ducentistas).

As inscrições da Sé Velha ajudam-nos a definir a imagem de um atelier epigráfico que conseguiu alcançar alguma personalidade. Podemos dizer que se trata sobretudo de um atelier que opta pelas inscrições em lápides, por vezes de dimensões não muito grandes. Na realidade, 28 inscrições da Sé Velha foram gravadas em lápides e apenas 3 em silhares. Este aspecto denuncia que, muito possivelmente, não se trabalhava no local, mas que se fazia deslocar o produto acabado para a Sé Velha. Seria, assim, uma oficina exterior à Sé, que forneceria este e outros monumentos da cidade. A lógica leva-nos a pensar que a oficina poderia mesmo ser exterior à cidade de Coimbra, localizando-se para os lados de Portunhos ou de Ançã, onde floresciam as pedreiras de calcário brando que atraíram os favores dos escultores do Gótico coimbrão. A situação do núcleo epigráfico da Sé de Coimbra revela-se, assim, muito distinta da maior parte dos Mosteiros, como Alcobaça, Tarouca, Pombeiro, Paço de Sousa, Roriz, e outros, onde as inscrições deviam ser concebidas pelos monges e criadas dentro da própria estrutura monástica. Efectivamente, a esmagadora maioria das inscrições que conhecemos em instituições monásticas foram gravadas em silhares (ou, quando muito, directamente nos moimentos) e não em lápides. Ressalvemos que o facto de dizermos que a esmagadora maioria das epígrafes da Sé Velha foi exarada em lápides não quer dizer que não existam inscrições que utilizam os silhares da construção como suporte. Na realidade, e como referimos, possuímos três epígrafes da Sé Velha gravadas em silhares. O contraste com o panorama de Alcobaça não pode ser maior. Na Abadia cisterciense possuímos apenas 6 inscrições gravadas em lápides, contra 32 que utilizam os silhares do próprio monumento⁷⁷. Este aspecto revela, portanto, que as inscrições que encontramos na Sé Velha de Coimbra foram criadas fora do templo e para ali transportadas

⁷⁷ Dentro destas 6 inscrições que utilizam lápides convém ressaltar que duas são cópias modernas, três correspondem a legendas indicando o orago das capelas e uma é a inscrição que comemorou o início das obras do claustro dionisino, em 1308. Portanto, nenhum epitáfio foi gravado em lápide. Pelo contrário, todas as inscrições de conteúdo funerário foram gravadas em silhares ou, no caso de alguns elementos da Família Real, directamente nos túmulos.

enquanto que as inscrições de Alcobaça foram sobretudo criadas dentro da Abadia, pelos monges. Esta opção leva a que se registem igualmente diferentes opções ao nível do formato das inscrições. Assim, podemos dizer que a Sé Velha de Coimbra possui inscrições que optam maioritariamente por campos quadrados ou rectangulares deitados (ou seja, com o lado maior correspondendo à largura do campo epigráfico), enquanto que em Alcobaça sentimos que a opção dos monges foi sobretudo para os campos rectangulares verticais (ou seja, com a altura a ultrapassar a largura). Procuramos criar uma representação gráfica para ilustrar e comprovar o que acabamos de dizer. O gráfico anexo apresenta no eixo das ordenadas a altura dos campos epigráficos, expressa em centímetros, e no eixo das abcissas a sua largura, também em centímetros. A bissetriz marca, portanto, todas as inscrições quadradas, que apresentam altura igual à largura. Todos os pontos que caem no quadrante superior esquerdo definido pela bissetriz correspondem a inscrições que apresentam valores de altura superiores à largura. Pelo contrário, todas as inscrições que pertencem ao quadrante inferior direito são epígrafes onde a largura suplanta a altura. Os losangos correspondem às inscrições da Sé Velha de Coimbra e os pequenos quadrados com ponto correspondem às epígrafes de Alcobaça. Parecem claras as duas tendências anunciadas: a Sé Velha optou de forma esmagadora pelas inscrições com campos deitados, enquanto que Alcobaça, embora com um maior número de excepções (11), preferiu maioritariamente as inscrições de campos verticais.



As diferenças entre as inscrições da Sé Velha de Coimbra e da Abadia de Alcobaça não se resumem, no entanto, apenas à forma como se orientou o campo epigráfico – se no sentido do comprimento, se no da altura. Podemos igualmente detectar hábitos epigráficos distintos no que concerne à marcação das regras. Na Sé Velha de Coimbra as inscrições apresentam regularmente as regras marcadas a traço tão profundo quanto as letras. Neste sentido, podemos dizer que o regramento, adoptado primeiro por questões técnicas, foi depois rapidamente convertido em elemento de valor estético. No entanto, no claustro de Alcobaça podemos verificar que a maioria das inscrições não apresentam as regras marcadas, mas apenas levemente grafitadas. Deste modo, as regras marcadas tiveram sempre um valor meramente técnico e nunca foram entendidas como elementos capazes de valorizar esteticamente a epígrafe.

Do ponto de vista paleográfico, o atelier que abasteceu a Sé Velha de Coimbra revela alguns vectores interessantes. Acompanhando as tendências gerais que se denunciam nas zonas mais progressivas do país, sobretudo nas manchas calcárias, a epigrafia da Sé Velha adoptou os caracteres maiúsculos que designamos, neste capítulo, por Alfabeto Carolino, com a diversidade que lhe é inerente, fazendo conviver formas rectas e curvas ao nível dos CC e dos EE. Devemos, no entanto, chamar a atenção para o facto de, desde muito cedo, o atelier epigráfico ter denunciado uma predilecção pelos caracteres rectificadados, nomeadamente ao nível dos GG e, sobretudo, dos SS. Salientemos, igualmente, a presença desde uma época relativamente precoce dos AA de influência uncial (desde 1182 e 1191). O mesmo acontece com os TT minúsculos unciais e com os MM com corpo esquerdo encerrado e haste curva do lado direito (qualquer das soluções presentes desde 1182 e 1191). Curiosamente, a série epigráfica da Sé Velha de Coimbra sempre se manteve relativamente afastada dos TT com haste vertical rematada em curva ou, como alguns autores designam, em caracol, que ocorrem em 1191 e 1201 mas não voltam a ser utilizados. No que respeita aos OO, o atelier de Coimbra optou pelos OO amendoados, típicos da época, e pelos OO em forma de feijão, com inflexão a meio da curva do lado direito ou do lado esquerdo (desde 1190). A maioria dos exemplos deste tipo de OO que conhecemos em Portugal pertence à série epigráfica da Sé Velha de Coimbra. Significativamente, enquanto que Alcobaça utilizou de forma bastante mais abundante os TT com haste vertical rematada em caracol, ignorou completamente os OO em forma de feijão.

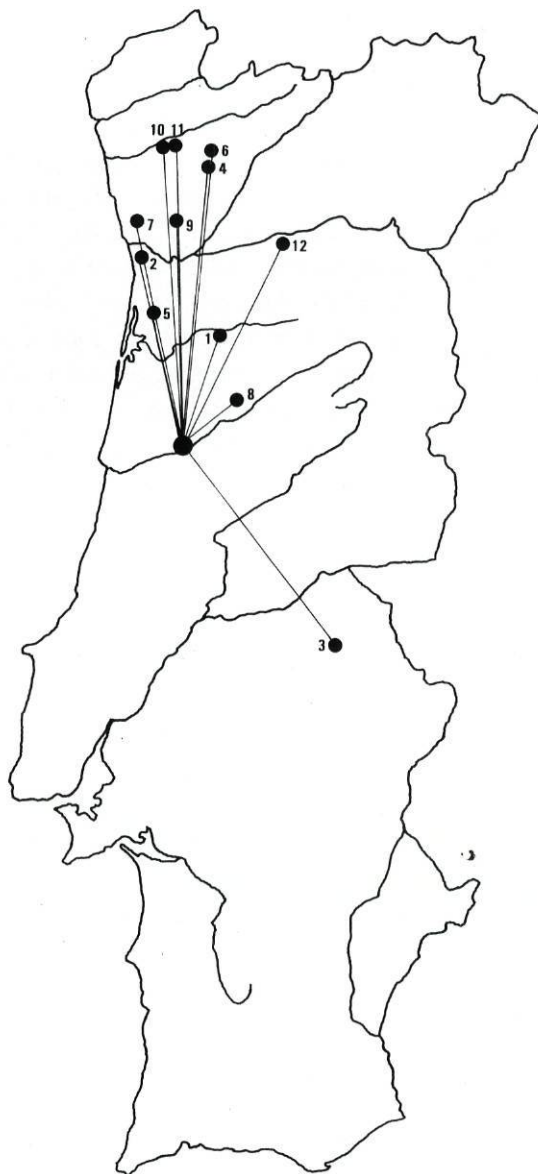
As inscrições produzidas pelo atelier de Coimbra não se circunscreveram à Sé Velha. Encontram-se presentes em outros monumentos da cidade e mesmo fora do perímetro urbano de Coimbra, por vezes em zonas muito arredadas. Conseguimos detectar em diversos locais a presença de epígrafes que, pelas suas características e pela matéria-prima utilizada, denunciam a sua origem coimbrã (cf. Est. XI):

- N.º 1 – Reigoso – Insc. N.º 202, de 1195
- N.º 2 – Grijó – Insc. N.º 325, de 1245
- N.º 3 – Crato – Insc. N.º 336, de 1248
- N.º 4 – Costa – Insc. N.º 356, de 1262
- N.º 5 – Beduído – Insc. N.º 362, de [1263-1264]
- N.º 6 – S. Torcato – Insc. N.º 504, de 1305
- N.º 7 – Leça do Balio – Insc. N.º 505, de 1306
- N.º 8 – St.^a Comba Dão – Insc. N.º 540, de [1319-1334]
- N.º 9 – Cête – Insc. N.º 556, de 1323
- N.º 10 – Braga – Insc. N.º 562, de 1325
- N.º 11 – Braga – Insc. N.º 563, de 1326
- N.º 12 – Balsemão – Insc. N.º 634, de [1362-1372]

Estas inscrições ajudam a definir e a compreender qual era a área abastecida por este atelier, maioritariamente voltada para a zona das Beiras a Norte do Mondego e para o Entre-Douro-e-Minho, ou seja, para as zonas demográfica e economicamente mais dinâmicas, mas com um caso de “exportação” para o Alto Alentejo (Crato). Como é lógico, todas estas inscrições foram criadas em lápides, mais fáceis de transportar. Verifica-se, mesmo, uma redução significativa do tamanho das lápides entre as epígrafes mais próximas (casos de Reigoso e de St.^a Comba Dão) e as epígrafes mais afastadas (por exemplo, Crato, Lamego, Cête, Leça do Balio ou Braga). Esta tendência para uma diminuição do tamanho do suporte à medida que as distâncias vão aumentando reflecte as dificuldades de transporte e o encarecimento que as deslocações a grande distância implicavam. Sublinhemos, ainda, que a maioria das inscrições encomendadas no atelier coimbrão foram embutidas nas paredes, em campos rebaixados, mas que num caso – Leça do Balio – se optou pela original solução de embutir o epitáfio na própria tampa do sarcófago (cf. Insc. N.º 505, de 1306).

No que respeita a Alcobaça, devemos salientar que nos encontramos perante um núcleo epigráfico com personalidade tão vincada quanto o de Coimbra. A situação apenas difere por se tratar de uma oficina epigráfica cuja acção se limitou ao espaço físico da própria Abadia. Deviam ser, de resto, os próprios monges que criavam estes letrados, redigindo os textos no *scriptorium*, onde deviam ser paginados por algum *titulador* treinado no desenho de maiúsculas elegantes, de fortes influências unciais, que certamente desenharia para os códices produzidos nesse activo *scriptorium* (vd. MIRANDA A. 1986, Ests. 5, 10 e 11). O conjunto epigráfico de Alcobaça engloba uma maioria expressiva de epitáfios, mas encontramos igualmente epígrafes de conteúdo comemorativo e piedoso, inscrições elucidando o orago das diversas capelas e, caso único na nossa Epigrafia Medieval, uma inscrição de conteúdo bem mais pragmático,

Dispersão Geográfica das inscrições produzidas pelo atelier de Coimbra



dizendo apenas AQUE DUCTUS e com duas mãos dispostas simetricamente e com os dedos indicadores apontando para o local de passagem de um cano de água (Insc. N.º 467). O único paralelo que conhecemos para este letreiro é uma inscrição moderna que se encontra no Convento de Cristo, em Tomar (cf. referimos no comentário à Insc. N.º 467). A natureza deste letreiro confirma-nos que eram os próprios monges a criar as inscrições alcobacenses. Na realidade, seria pouco provável que, se as epígrafes fossem criadas por pessoas estranhas ao Mosteiro, e portanto recompensadas monetariamente pelo seu trabalho, os monges se dessem ao trabalho (e ao luxo) de assinalar a passagem do cano por meio de uma inscrição. Este aspecto apenas se compreende porque entre os monges alcobacenses, como todos os cistercienses habituados a construir as suas próprias abadias, havia por certo um “monge-lapicida”. Já tivemos oportunidade de realçar que entre as diversas epígrafes alcobacenses se encontra um pequeno lote que ostenta uma sigla constituída por um I coroado por segmento de recta, que nos revela a identidade de um desses monges-lapicidas, de seu nome João. Não foi, certamente, o único que Alcobaça conheceu embora talvez fosse o único no seu tempo. Na realidade, é provável que a Abadia tivesse apenas um monge capaz de executar uma epígrafe, ao qual seria incumbida essa tarefa sempre que fosse necessário criar um novo letreiro. Provavelmente em determinadas alturas, quando o monge-lapicida começava a ficar mais idoso, teria um aprendiz a trabalhar consigo, assim se garantindo a transmissão dos conhecimentos. Poderíamos, deste modo, supor que a série epigráfica de Alcobaça se ficou a dever a uns três ou quatro monges.

Como já referimos, a colecção epigráfica de Alcobaça é dominada pelas inscrições gravadas em silhares (32 exemplares) contra 6 em lápides (das quais duas são cópias modernas e três são pequenas legendas indicando os oragos das capelas da cabeceira do templo). Esta situação reflecte directamente o facto de terem sido criadas dentro da Abadia, por monges cistercienses, que não tinham assim necessidade de gastar matéria-prima. Serviam-se dos próprios silhares do Templo e do Claustro, exarando neles os epitáfios ou as inscrições comemorativas ou piedosas. Por outro lado, a colecção epigráfica alcobacense revela uma tendência para organizar os campos epigráficos na vertical, mais altos que largos, o que contrasta com a opção de Coimbra. Por fim, e também contrastando com a oficina coimbrã, Alcobaça preferiu quase sempre não gravar as regras no suporte, pintando-as ou grafitando-as, mas quase nunca as assumindo como elemento de valor estético. A última característica que confere personalidade a este núcleo é a utilização da abreviatura da palavra “Obiit” por grafismo na forma de um O cortado por segmento de recta oblíquo (Ø).

Do ponto de vista paleográfico, Alcobaça revela alguns dos mais bem conseguidos exemplos do alfabeto carolino com influências unciais. Encontramos na produção desta Abadia alguns dos melhores exemplos de AA unciais (1239; 1240; 1243; 1281;

1282) e de MM unciais de desenvolvimento simétrico (1208; 1234; 1239; 1245; 1248; 1267; 1282). Salientemos que desde muito cedo a Abadia optou pelos TT minúsculos (1208; 1223; 1234; etc.), com haste curva e travessão superior recto ou ondulado, que convivem lado a lado com os TT maiúsculos. Por outro lado, Alcobaça foi o núcleo que mais abundantemente utilizou os TT com haste vertical rematada em curva ou em cacol (com primeiro exemplo em 1240 e sobretudo utilizado ao longo da segunda metade do séc. XIII, desde 1263). Ao contrário de Coimbra, que tantas vezes utilizou os OO com inflexão a meio da linha curva (os OO em forma de feijão, como designou Paul Deschamps), Alcobaça ignorou completamente este tipo, optando sempre pelos OO amendoados. Sublinhemos, ainda, que a personalidade deste atelier se reflecte igualmente no facto de nunca utilizar os MM unciais de aselha à esquerda fechada (com única excepção na inscrição de 1223), mas optarem sempre pelos MM unciais de desenvolvimento simétrico, quase sempre com os remates inferiores extrovertidos (lado a lado com os MM maiúsculos comuns, de hastes verticais paralelas). Por fim, as letras rectificadas foram quase ignoradas, surgindo apenas nas pequenas epígrafes da cabeceira do Templo, revelando os oragos das diversas capelas⁷⁸.

O último caso de uma oficina epigráfica que denuncia uma certa unidade paleográfica que gostaríamos de realçar aqui é o dos Templários. Tivemos oportunidade de reunir ao longo do nosso *Corpus* um pequeno grupo de epígrafes criadas pela Ordem do Templo, maioritariamente durante o governo do prestigiado D. Gualdim Pais mas ultrapassando o ano de 1195 em que este Mestre faleceu (Insc. N.º 98, de 1154; N.º 104, de 1 de Março de 1160; N.º 136, de 1171; N.º 137, de 1171; N.º 138, de 1171; N.º 142, de 1172 (?); N.º 148, de 1174; N.º 188, de 5 de Julho de 1190; N.º 203, de 13 de Outubro de 1195; N.º 267, de 19 (?) de Julho de 1212; N.º 324, de 1245; e N.º 548, de 13 de Novembro de 1321). Dentro destas inscrições encontramos alguma diversidade que traduz cronologias muito díspares e diferentes mãos na execução dos letrados. Há, no entanto, um núcleo que apresenta algumas afinidades, e que deve ter tido por trás da sua realização o mesmo responsável. Referimo-nos às inscrições dos Castelos de Tomar (N.º 104), de Pombal (N.º 136), de Almourol (N.ºs 137 e 138), do Convento de Cristo (N.º 188), de St.ª Maria dos Olivais (N.º 203). A este pequeno lote devemos, talvez, acrescentar a inscrição de St.ª Maria da Alcáçova de Santarém (N.º 98),

⁷⁸ Referimo-nos particularmente aos GG e SS rectificadas, já que ao nível dos CC, dos EE, dos FF, dos LL, dos MM e dos NN, letras que normalmente usam segmentos de recta no seu traçado, encontramos exemplos em Alcobaça. Mas não podemos deixar de realçar que, por exemplo, ao nível dos HH só encontramos um H maiúsculo (Insc. N.º 465), sendo todos os restantes exemplos desta letra em Alcobaça constituídos por HH minúsculos desenhados com linhas curvas. Veja-se, igualmente, a elevada percentagem de AA e de MM unciais, de desenho curvo, face às mesmas letras compostas por segmentos de recta.

onde já se começam a desenhar algumas das tendências deste núcleo, e a inscrição da Torre de Menagem do Castelo de Longroiva, que apesar de ter sido gravada em silhares de granito, ostenta uma ou outra solução paleográfica que recorda os exemplos da Estremadura. Todas estas epígrafes, sobretudo as do primeiro grupo, apresentam afinidades paleográficas bem evidentes que podem indicar a existência de um atelier epigráfico dos Templários. A situação muda radicalmente depois do epitáfio de D. Gualdim Pais, e as inscrições seguintes apresentam já características muito distintas (Inscs. N.º 267, N.º 324 e N.º 548). O atelier dos Templários foi um dos que em Portugal desenvolveu melhor qualidade epigráfica, denunciando um perfeito conhecimento das tendências de além-Pirinéus. Por outro lado, foi de todos os ateliers portugueses aquele que levou mais longe o uso das letras inscritas, geminadas e enlaçadas, atingindo nalguns casos um número nunca mais superado (vd. Inscs. N.º 136, N.º 137 e N.º 188). A utilização alargada destas diferentes formas gráficas, apenas compatíveis com uma cuidadosa *ordinatio*, ajudou a conferir um aspecto peculiar a estes letreiros, tornando-os aparentemente herméticos, de leitura difícil. Por fim, é nas produções deste atelier que encontramos os mais claros sintomas de utilização de escantilhão como instrumento auxiliar no traçado de certas letras (nomeadamente escantilhão circular nos CC, EE, DD e OO) (vd. Inscs. N.º 98 e N.º 104)⁷⁹.

5.3. Sistemas de Abreviaturas.

A Epigrafia Medieval Portuguesa utilizou, de forma relativamente abundante, a abreviatura de palavras. Esta opção resulta da necessidade de se economizar espaço, permitindo a gravação de textos relativamente extensos em superfícies menores. Mas, por outro lado, o desenvolvimento das abreviaturas ficou a dever-se também às necessidades impostas pela própria paginação do texto. Por fim, devemos igualmente equacionar a presença de abreviaturas com simples questões de moda e de hábito. Será, porventura, no cruzamento destes três vectores que encontraremos a resposta mais equilibrada para o sucesso que o uso de abreviaturas encontrou na Epigrafia Medieval Portuguesa, sobretudo a partir dos finais do séc. XII. Não se trata, no entanto, de uma característica exclusiva desta época ou sequer desta zona da Península. Já muito antes se utilizavam abreviaturas e sinais de abreviatura, embora certamente com caracterís-

⁷⁹ É possível que o lapicida também tenha feito uso de escantilhão circular no desenho de certas letras das Inscs. N.º 102, de 1156, e N.º 340, de 1250. Sobre o uso de escantilhões nas oficinas epigráficas vd. FAVREAU 1979, p. 51. Não conhecemos, no entanto, exemplos portugueses de letras invertidas por terem sido inadvertidamente desenhadas com os escantilhões colocados em posição invertida.

ticas distintas das que estiveram em voga nos tempos medievais, e, como se sabe, esta opção pelas abreviaturas verifica-se por toda a Europa.

Charles Higounet considerava que a abundância de abreviaturas nos documentos exarados sobre pergaminho traduzia uma necessidade de economia de tempo e de espaço:

“... le très large emploi des abréviations, moyen de gagner du temps et de ménager le parchemin” (HIGOUNET 1955, p. 102).

No entanto, e como estudos posteriores vieram chamar a atenção, nem sempre a utilização de um sinal de abreviatura se traduz numa economia de tempo ou de espaço:

“Il est naturel de penser que les scribes ont recouru aux abréviations pour gagner du temps, de la place et, par le fait même, économiser le parchemin, matière couteuse. Un peu de pratique enseigne néanmoins que le tracé de certains signes abrégatifs prend autant de temps, sinon plus, que celui des lettres qu'ils remplacent et qu'ils occupent parfois sur le feuillet le même espace que ces dernières.” (STIENNON 1973, p. 125).

Como Ludwig Traube sugeriu em 1907, e quase todos os paleógrafos aceitaram até hoje, o aparecimento dos sistemas de abreviatura desenvolveu-se a partir dos *nomina sacra*:

“Les premières abréviations sacrées ont porté, au IV^e siècle, sur: DS = Deus, IHS = Jesus, XPS = Christus, SPS = Spiritus; puis aux V^e-VI^e siècles se sont formées de la même manière: DNS = Dominus; SCS = Sanctus; EPS = Episcopus; PBR = Presbiter.” (HIGOUNET 1955, p. 104; vd. tb. STIENNON 1973, p. 125; CRUZ A. 1987, pp. 91-92).

A este grupo de abreviaturas devemos associar ainda as que se desenvolvem, de forma igualmente precoce, a nível dos textos jurídicos, as *notae juris*. Higounet diz-nos que

“Les notae juris sont les ancêtres des systèmes médiévaux, on y trouve, outre la contraction, l'abréviation par suspension, les lettres barrées et les lettres suscrites.” (HIGOUNET 1955, p. 104; vd. tb. CRUZ A. 1987, p. 91).

A Paleografia demonstra como o desenvolvimento dos sistemas de abreviatura atinge o seu período áureo nos sécs. X a XV, primeiro entre o Latim e depois entre as línguas vernáculas. Stiennon definiu três fases na utilização destes sistemas de abreviaturas nos diplomas:

“Du Haut-Moyen Age à la fin du IX^e siècle, on constate la persistance du système de l'Antiquité basé sur les abréviations par contraction du type *cpl* = capitula, *debr* = decembris, sur les abréviations sous forme de sigle, quelquefois

redoublé (F = Frater; FF = Fratres), et sur les abréviations par suspension annoncées par un titulus (diac = diaconus). Du X^e siècle à la fin du XII^e siècle, le recours à l'abréviation est moins fréquent, mais les signes spéciaux se multiplient, tandis que les abréviations par contraction abandonnent le schéma consonantique pour accueillir les voyelles à côté des consonnes. Quant à la période qui va du début du XIII^e siècle à la fin du XV^e siècle, c'est à coup sur la plus riche en formes et en systèmes abrégatifs. Prédominant cependant les abréviations par élimination de syllabes avec inscription de la finale du mot en exposant.” (STIENNON 1973, p. 127).

Não sabemos, no entanto, se se poderão detectar perspectivas semelhantes na Epigrafia Medieval portuguesa. Apenas uma maior sistematização dos dados poderá dar uma resposta, positiva ou negativa, a esta possibilidade.

Podemos, no entanto, avançar com alguns vectores. Joaquín Maria de Nasvascués y de Juan determinou, na colecção epigráfica de Mérida, que as abreviaturas foram de uso raro e esporádico até ao terceiro quartel do séc. VI, e que se vulgarizaram a partir de 588 (NAVASCUÉS Y DE JUAN e GOMEZ MORENO 1953, pp. 45-46). No que respeita à Epigrafia Medieval Portuguesa, as abreviaturas são raras e esporádicas até aos meados do séc. XII, sobretudo circunscritas a palavras de sentido religioso (por exemplo, DI NE = DeI NominE; DNI = DomiNI; SCI = SanCtI; APLI = APpostoLI; ECLA = ECcLesiA; PR = PresbiteR; EPS = EPiscopuS; DOVOTA = DeOVOTA) ou a elementos relativos à data (E^a = Era; NS = NonaS; KLNDs = KaLeNDaS; KL = KaLendas; ID = IDus). Poderíamos mesmo dizer que é a partir de 1165 (Insc. N.º 119) ou de 1169 (Insc. N.º 132) e 1170 (Inscs. N.ºs 134 e 136) que a Epigrafia Medieval Portuguesa começa a utilizar as abreviaturas de uma forma um pouco mais alargada e significativa. No entanto, sublinhemos que muitas vezes a opção ainda recaiu nas letras inclusas e sobrepostas, e menos na utilização de abreviaturas no sentido pleno da palavra (vd., por exemplo, a Insc. N.º 136, de 1171; a Insc. N.º 169, de 1181; ou a Insc. N.º 188, de 1190). Por outro lado, importa realçar que, mesmo depois de terem começado a ser correntes as abreviaturas nas epígrafes portuguesas, o seu uso foi sempre relativamente circunscrito, na maior parte dos casos ocorrendo em situações comuns, onde se prestavam pouco a equívocos. É a partir dos fins do séc. XIII e ao longo do séc. XIV que iremos assistir ao aparecimento de inscrições que fizeram um uso mais profuso e alargado de abreviaturas, como é o caso da inscrição do Hospital de Portalegre (Insc. N.º 387, de 1274), da inscrição de Pero Vicente (Insc. N.º 518, de 1308), do epitáfio de D. Berengária Aires de Gosende (Insc. N.º 521, de 1310), da inscrição da igreja de Recardães (Insc. N.º 524, de 1312), da “Ordinhaçom” da Capela de Bartolomeu Joanes (Insc. N.º 560, de 1324), do epitáfio de Domingos Aparício (Insc. N.º 629, de 1362?), entre outros. Efectivamente, a profusão e variedade de abreviaturas que se

detecta nestas epígrafes converte-as em verdadeiros mostruários ou dicionários de abreviaturas epigráficas. No entanto, a partir do último quartel do séc. XIV o número de abreviaturas tende a diminuir, abandonando-se, igualmente, cada vez mais os sinais de valor específico, ao contrário dos sinais de valor universal, que continuam a ser utilizados.

Os diferentes tipos de abreviatura podem ser sistematizados nos seguintes grupos:

1. abreviaturas por contracção ou síncope
2. abreviaturas por suspensão, amputação ou apócope
3. abreviaturas por letras sobrepostas ou soerguidas
4. abreviaturas por símbolos especiais
5. abreviaturas por grafismo
6. notas tironianas⁸⁰.

Caracterizemos cada um destes grupos, fornecendo alguns dos exemplos mais usuais na Epigrafia Medieval Portuguesa. Durante algum tempo alimentámos a esperança de poder incluir nesta dissertação um pequeno dicionário de abreviaturas utilizadas pela epigrafia portuguesa entre os sécs. IX e XV, mas tal acabou por se revelar absolutamente impossível de concretizar em tempo útil. Certamente que não faltarão outras oportunidades para o fazer, podendo em caso de dúvidas socorrer-se do dicionário criado por Cordeiro de Sousa, que infelizmente contempla demasiados casos modernos (SOUSA J.M.C. 1926-28, pp. 5-24, de novo publicado em SOUSA J.M.C. 1928, pp. 45-55).

Ao primeiro grupo – o das abreviaturas por contracção ou síncope – correspondem as abreviaturas que preservam o início e o fim da palavra, suprimindo a(s) parte(s) intermédia(s). Seguindo António Cruz (CRUZ A. 1987, p. 94) e A. Floriano Cumbreño (cit. por SANTOS M.J.A. 1988, p. 103, nota 1), que distinguiram três tipos dentro das abreviaturas por contracção, teríamos:

– as abreviaturas simples (quando se suprimem letras contíguas), por exemplo:

$\overline{\text{BTE}}$ = BeaTE; $\overline{\text{DS}}$ = DominuS ou DeuS; $\overline{\text{ECCLA}}$ = ECCLesiA; $\overline{\text{EPS}}$ = EPiscopuS; $\overline{\text{FEBR}} = \text{FEBruarR}II$; $\overline{\text{LCO}}$ ou $\overline{\text{LÇO}}$ = LourenÇO; $\overline{\text{MR}}$ = MagisteR; $\overline{\text{NE}}$ = NominE; $\overline{\text{NNE}}$ = NomiNE; $\overline{\text{NS}}$ = NonaS; $\overline{\text{PR}}$ = PateR; $\overline{\text{PR}}$ = PresbiteR

– as abreviaturas duplas (quando se suprimem dois grupos de letras, preservando-se uma ou mais letras intermédias entendidas como determinantes), como por exemplo:

$\overline{\text{DNS}}$ = DomNuS; $\overline{\text{HORE}}$ = HOnoREm; $\overline{\text{INR}} = \text{IaNuaR}II$; $\overline{\text{KLS}}$ = KaLendaS; $\overline{\text{PLGIUS}}$ = PeLaGIUS; $\overline{\text{SCI}}$ = SanCtI; $\overline{\text{SCAREN}}$ = SanCtAREN;

⁸⁰ Trata-se de um esquema que se tem vindo a aplicar igualmente na Paleografia (cf., por exemplo, HIGOUNET 1955, pp. 104-107; STIENNON 1973, pp. 125-129; CRUZ A. 1987, pp. 87-101).

- as abreviaturas triplas (quando foram suprimidos três grupos de letras), casos como:

I $\overline{\text{HRLM}}$ = IHeRusaLeM; F $\overline{\text{MLS}}$ = FaMuLuS; DC $\overline{\text{BR}}$ = DeCemBeR; IH $\overline{\text{NS}}$ = IoHaNniS.

O segundo grupo, correspondente às abreviaturas por suspensão, amputação ou apócope, compreende a abreviação da palavra nas suas primeiras letras, eliminando-se, portanto, a parte terminal. Trata-se do processo abreviativo mais antigo, que obedece ao princípio de que a primeira parte da palavra é a determinante em relação à segunda parte (cf. SANTOS M.J.A. 1988, pp. 101-102). Este tipo de abreviaturas pode conduzir, quando levado ao extremo, ao desenvolvimento de siglas (*singulae litterae*):

- M = Maria; M = Martinho; OB ou O $\overline{\text{b}}$ = OBiit; E = Era; PN = Pater Noster; KAL = KALendas.

As abreviaturas por letras sobrepostas ou soerguidas são normalmente abreviaturas por suspensão onde uma letra (geralmente a última, mas por vezes também uma letra intermédia) é grafada soerguida, em expoente e com módulo menor, denunciando a supressão de letras:

- L $^{\circ}$ = LopO; A $^{\circ}$ = AnO; A $^{\circ}$ = AntoniO; AF $^{\circ}$ = AFonsO; M $^{\text{a}}$ = MariA; G $^{\circ}$ = GonçalO; BP $^{\circ}$ = BisPO; M $^{\text{E}}$ = MestrE; V $^{\circ}$ = VerO; V $^{\text{i}}$ GO = VIrGO; Q $^{\text{a}}$ M = QuAM; Q $^{\text{i}}$ CQ $^{\text{i}}$ D = QuICQuID; Q $^{\circ}$ D = QuOD.

As abreviaturas por símbolos especiais são casos onde, como o nome indica, uma sílaba ou um conjunto de letras foi substituído por um símbolo. Estes símbolos podem ser de valor universal ou de valor específico.

Os sinais com valor universal revelam a presença de uma abreviatura mas não denunciam a natureza das letras ausentes, nem tão pouco o número de caracteres em falta (ficando essas tarefas reservadas ao leitor). Um sinal de abreviatura com valor universal é normalmente designado *titulus* (cf. HIGOUNET 1955, p. 105). Encontramos dois sinais com particular aceitação na Epigrafia Medieval Portuguesa:

- o sinal — , traço horizontal abrangendo normalmente a zona onde se verifica a abreviatura, colocado em expoente, coroando as duas letras que definem o princípio e o fim da abreviatura; é utilizado desde sempre (Inscs. N.º I e ss.);
- o sinal ⊃ , traço horizontal interrompido a meio por pequena curva, utilizado de forma idêntica ao anterior, grafado soerguido, muitas vezes aproveitando os espaços interlineares; é utilizado pela primeira vez em 1171 (Insc. N.º 136) e depois, com alguma regularidade, a partir de 1208 (Insc.

N.º 263) e de 1223 (Insc. N.º 289) em Alcobaça, e a partir de 1281 (Insc. N.º 395) em Coimbra. O seu sucesso seria, no entanto, sobretudo alcançado no séc. XIV⁸¹.

Em qualquer destes casos o sinal revela a presença de uma abreviatura mas não indica quais as letras suprimidas nem o número de letras eliminadas. São, por isso, sinais de valor universal, podendo ser aplicados numa enorme diversidade de situações. De resto, ainda hoje em dia utilizamos sinais de notação que vão buscar algo a estes sistemas antigos. Veja-se, por exemplo, o caso da utilização do ponto como sinal indicador da presença de uma abreviatura – por exemplo, “Séc.” – que não se pode confundir com um sinal de pontuação, embora graficamente seja semelhante ao ponto final.

Pelo contrário, os sinais de abreviatura com valor específico são sinais que revelam as letras abreviadas. A Idade Média conheceu diversos destes sinais, que utilizou sempre de forma rigorosa, não confundindo o seu valor. Assim, por exemplo, e tendo apenas em atenção alguns dos casos contemplados pela Epigrafia Medieval Portuguesa, poderíamos incluir aqui:

- o sinal \mathcal{C} correspondente à terminação -US (quando utilizado no fim das palavras) ou à sílaba CON-, COM-, CUN- ou CUM- (quando utilizado no início das palavras); foi dos sinais específicos que maior aceitação alcançou na Epigrafia Medieval Portuguesa, utilizado pela primeira vez em 1180 e 1181 (Inscs. N.º 165 e N.º 169, respectivamente), e difundindo-se muito rapidamente⁸²;

assim, e dentro do primeiro grupo, podemos encontrar: EP \mathcal{C} = EPiscopus; CUI \mathcal{C} = CUIus; ID \mathcal{C} = IDus; EI \mathcal{C} = EIus; IPSI \mathcal{C} = IPSIus; FILI \mathcal{C} = FILIus; MENSIB \mathcal{C} = MENSIBus; STEPHN \mathcal{C} = STEPHaNus; MOD \mathcal{C} = MODus; OMNIB \mathcal{C} = OMNIBus; DO \mathcal{C} = DOus;

dentro do segundo grupo, com valor de COM- ou CON-, podemos encontrar: \mathcal{C} STRUCTA = conSTRUCTA; \mathcal{C} TRA = conTRA; \mathfrak{C} = contra; \mathcal{C} S VACOM = conSerVACiOM; \mathcal{C} F'MATŪ = conFirMATUm; \mathcal{C} DIC'ONĒ = conDICiONEm; \mathcal{C} PMISO = comProMISsO

⁸¹ Maria José Azevedo Santos já o regista pela primeira vez na escrita Visigótica de Transição (1054-1172), e depois, com alguma representatividade, nos diplomas que utilizam letra Carolino-Gótica (1111-1172) e Gótica (1127-1172) (SANTOS M.J.A. 1988, p. 195 e Quadro IV-2).

⁸² Maria José Azevedo Santos encontra este sinal – quer com valor de COM- ou CON-, quer com valor de -US – já em uso na escrita Visigótica Cursiva (882-1101) (cf. SANTOS M.J.A. 1988, p. 105). Com o valor de CON- podia adquirir igualmente a forma de um C invertido com ponto central (Idem, p. 105 e Quadro IV-6), que nós também encontramos em algumas inscrições do séc. XII (vd. por exemplo, Insc. N.º 237).

- mais raramente pode ser utilizado no meio das palavras, com valor equivalente a US: AG \mathcal{J} TI = AuGusTI; CLA \mathcal{J} TRU = CLAusTRUm.
- o sinal \mathcal{Z} correspondente à terminação -RUM; assim, AN \mathcal{Z} = ANnorum; DUCENTO \mathcal{Z} = DUCENTOrum; SCO \mathcal{Z} = SanCtOrum; MART \mathcal{Z} = MARTirum; SUO \mathcal{Z} = SUOrum
anotemos que a origem gráfica deste sinal se encontra perfeitamente explicitada na forma como na inscrição de S. João de Arranas se grafou a terminação ORUm: $\mathcal{O}\mathcal{R}$ (cf. Insc. N.º 2); na realidade, este sinal específico é integrado por um R, com o traço oblíquo muito horizontalizado, cortado por segmento de recta; este segmento é que é, verdadeiramente, o sinal de abreviatura, correspondente a -UM (conforme já sublinhou SANTOS M.J.A. 1988, p. 104); a inscrição de Arranas constitui o mais remoto testemunho deste sinal específico no nosso *Corpus* (Insc. N.º 2, de 882 ?)⁸³.
- o sinal \mathcal{P} correspondente a PER: por exemplo SEN \mathcal{P} = SENPer; \mathcal{P} FECTAM = PerFECTAM; \mathcal{P} PETUUM = PerPETUUM; PAU \mathcal{P} U = PAUPe-rUm; \mathcal{P} ERET = PerEREnT; O \mathcal{P} IS = OPerIS; \mathcal{P} ICULIS = PerICULIS; \mathcal{P} A = PerA; surge utilizado pela primeira vez em 1165, na inscrição de Dedicção da Igreja de Unhão (Insc. N.º 119)⁸⁴.
- o sinal \mathcal{P} correspondente a PRO: por exemplo \mathcal{P} CURATOR = ProCU-RATOR; \mathcal{P} PRIIS = ProPRIIS
este sinal específico aparece na nossa colecção epigráfica pela primeira vez na inscrição de Vera Cruz de Marmelar, de 1268 (Insc. N.º 368)⁸⁵; no entanto, o seu uso foi apenas generalizado a partir dos inícios do séc. XIV, aplicado de forma sempre restrita; efectivamente, apenas o registamos em mais sete epígrafes: Insc. N.º 387, de 1274; Insc. N.º 448, de 1300; Insc. N.º 516, de 1308; Insc. N.º 518, de 1308; Insc. N.º 521, de 1310; Insc. N.º 587; de 1336 e Insc. N.º 592, de 1340.

⁸³ Maria José Azevedo Santos regista-o pela primeira vez entre a escrita Visigótica Cursiva (882-1101) (cf. SANTOS M.J.A. 1988, p. 104).

⁸⁴ Maria José Azevedo Santos encontra-o pela primeira vez entre os documentos redigidos com letra Visigótica Cursiva (882-1101) (cf. SANTOS M.J.A. 1988, p. 106 e Quadro IV-9), embora com a forma gráfica que conhecemos na Epigrafia apenas ocorra com o alfabeto Visigótico Semi-Cursivo (977-1123) e seguintes (cf. SANTOS M.J.A. 1988, p. 130 e QUADRO IV-9).

⁸⁵ Maria José Azevedo Santos encontra-o a partir da letra Visigótica Semi-Cursiva (977-1123) (SANTOS M.J.A. 1988, p. 130 e Quadro IV-9).

- o sinal ʃ correspondente às letras ER (grafado normalmente a meio das palavras, mas por vezes também no fim); assim, MAGIST ʃ = MAGIST er ; PAT ʃ = PAT er ; FRAT ʃ = FRAT er ; FEC ʃ IT = FEC er IT; MONAST ʃ II = MONAST er II; ROD ʃ ICI = ROD er ICI; SPECIALIT ʃ = SPECIALIT er ; MOLH ʃ = MOLH er ; B ʃ THOLAMEU = BerTHOLAMEU; ANIV ʃ AIROS = ANIV er (s)AIROS;
por vezes o mesmo sinal pode ser correspondente a RE; assim T ʃ S = TreS; SOB ʃ = SOB re ;
- documenta-se pela primeira vez no nosso *Corpus* na Insc. N.º 197, de 1192, o epitáfio do primeiro Mestre-Escola da Sé de Coimbra, o Presbítero João ⁸⁶.
- o sinal V̄ , pequeno segmento horizontal cortando o U, indicador da sílaba -UM; assim, E V̄ = EUm; C V̄ = CUm; PAL V̄ BAR = PALUmBAR. Encontra o seu exemplo mais remoto na inscrição do Castelo de Pombal, de 1171 (Insc. N.º 136).

As abreviaturas por grafismo, que surgem igualmente na Paleografia (STIENNON 1973, p. 128), foram relativamente raras na Epigrafia Medieval Portuguesa. O único caso claro que encontramos é o do símbolo O , o O cortado por segmento de recta oblíquo, que se deve desdobrar por *Obiit*. Este símbolo foi utilizado em Portugal apenas por instituições cistercienses. Na realidade, a quase totalidade dos exemplos que conhecemos pertencem à colecção epigráfica de Alcobaça (Inscs. N.º 306, de 1234; N.º 307, de 1234; N.º 314, de 1239; N.º 318, de 1240; N.º 327, de 1245; N.º 328, de 1245; N.º 335, de 1248; N.º 373, de 1269; N.º 399, de 1282; N.º 409, de 1286; N.º 469, do Séc. XIII). O único exemplo exterior a Alcobaça ocorre em Fiães, como se sabe um Mosteiro igualmente cisterciense (cf. Insc. N.º 533, de 1316). Julgamos que esta ocorrência não é meramente accidental mas que, pelo contrário, documenta a circulação de monges e manuscritos entre as diversas instituições cistercienses portuguesas ⁸⁷.

⁸⁶ Maria José Azevedo Santos sublinhou que o seu uso se intensificou com a adopção da letra Carolina (SANTOS M.J.A. 1988, p. 184).

⁸⁷ Jacques Stiennon sublinhou que “Un ordre comme celui de Cîteaux, qui a imposé à ses monastères une conception architecturale fortement unifiée, semble avoir encouragé au sein de ses fondations des coutumes calligraphiques qui donnent un «air de famille» aux productions des scriptoria cisterciens.” (STIENNON 1973, p. 16). Não será o uso desta abreviatura, exclusivo de Alcobaça e de Fiães, um reflexo dos contactos que existiam entre os diferentes mosteiros e das dependências hierárquicas que entre ele se estabeleciam?

Por fim, abordemos o caso das Notas Tironianas. A origem deste sistema de notação, onde cada palavra é substituída por um sinal e cuja autoria é vulgarmente atribuída a *Tullius Tiro*, encontra-se resumida em Jacques Stiennon, que regista ainda o primeiro exemplo conhecido da sua utilização – um diploma de 679 (STIENNON 1973, p. 129). A Epigrafia sempre se manteve relativamente afastada deste sistema codificado de escrita, até porque ele era contrário à “missão epigráfica” de divulgar uma mensagem junto de um número tão amplo quanto possível de pessoas. No entanto, encontramos um símbolo que é retirado das Notas Tironianas. Referimo-nos ao sinal graficamente semelhante a 7, equivalente a *et*. Este sinal começa a ser utilizado entre nós no Séc. XII, primeiro sem um sentido claramente definido (vd. Inscs. N.º 40 e N.º 83), depois, a partir dos meados do século, com um valor fixo e imutável (correspondente a *et* nas inscrições latinas e a *e* nas inscrições portuguesas). O primeiro exemplo que conhecemos encontra-se na Insc. N.º 20, de 1022, onde foi utilizado por duas vezes. No entanto, e como referimos no respectivo comentário, trata-se de um letreiro muito posterior à data expressa, certamente do séc. XIII, pelo que não possui valor comprovativo para a perspectiva que aqui nos ocupa. Assim, o primeiro exemplo que possuímos é o da inscrição de St.^a Maria da Alcáçova de Santarém (Insc. N.º 98, de 1154), onde o sinal surge por 3 vezes, sempre com valor de *et*⁸⁸. Depois ocorre em diversas epígrafes: Insc. N.º 134, de 1170; Insc. N.º 210, de 1200; Insc. N.º 233, da segunda metade do Séc. XII; Insc. N.º 362, de [1263-1264]; Insc. N.º 402, de 1283; Insc. N.º 414, de 1288; Insc. N.º 448, de 1300; Insc. N.º 449, do Séc. XIII; Insc. N.º 513, de 1308; Insc. N.º 521, de 1310; Insc. N.º 523, de 1310; Insc. N.º 583, de 1333; Insc. N.º 648, de 1373; Insc. N.º 709, do Séc. XIV). Depois que se difundiu entre nós a língua portuguesa, a mesma Nota Tironiana surge como equivalente de *e* em diversos letreiros (Insc. N.º 422, de 1292; Insc. N.º 527, de 1314(?); Insc. N.º 540, de [1319-33]; Insc. N.º 541, de 1321; Insc. N.º 592, de 1340; Insc. N.º 604, de 1343; Insc. N.º 616, de 1348; Insc. N.º 643, de 1368; Insc. N.º 663, de 1380; Insc. N.º 673, de 1387; Insc. N.º 725, do Séc. XIV; Insc. N.º 732, de 1401).

Por outro lado, notamos uma certa evolução do sinal. Na realidade, ele começa em 1154 por ser 7, forma que manteve até aos fins do séc. XIII. No séc. XIV começa a adquirir um contorno curvo τ , quase semelhante aos TT minúsculos, aparecendo ocasionalmente também as formas \mathcal{A} e $\overline{\tau}$. Este sinal de linhas curvas, graficamente semelhante aos TT minúsculos, convive ao longo do séc. XIV com outro sinal igual-

⁸⁸ Maria José Azevedo Santos encontrou este sinal já na letra Visigótica Redonda (1014-1123), embora a sua difusão se tenha verificado sobretudo com a Carolina (1108 em diante), com a Carolina-Gótica (1111 em diante) e com a Gótica (1123 em diante) (cf. SANTOS M.J.A. 1988, Quadro IV-5).

mente curvo \curvearrowright , parecido com o sinal específico da terminação -US. Por fim, no séc. XV adquire novos contornos \curvearrowleft .

Muitas das abreviaturas da epigrafia medieval fazem-se pela supressão das vogais e das consoantes de nasalização (M e N), podendo abreviar igualmente uma ou outra consoantes. Assim, por exemplo, $\overline{\text{MENEDI}} = \text{MENEnDI}$; $\overline{\text{ALFOSI}} = \text{ALFOnSI}$; $\overline{\text{ANO}} = \text{ANnO}$; $\overline{\text{IUBETE}} = \text{IUBEnTE}$; $\overline{\text{TRASLATI}} = \text{TRAnSLATI}$; $\overline{\text{REGNATE}} = \text{REGNAnTE}$; etc. No entanto, importa reter que, normalmente, a abreviatura preserva consoantes, por serem as letras mais características de uma palavra. Assim, por exemplo: $\overline{\text{DNS}} = \text{Dom-NuS}$; $\overline{\text{FMLS}} = \text{FaMuLuS}$; $\overline{\text{DCNUS}} = \text{DeCaNUS}$; $\overline{\text{DCBR}} = \text{DeCemBeR}$; $\overline{\text{EPS}} = \text{EPisco-puS}$; $\overline{\text{OB}} = \text{OBiit}$; $\overline{\text{KLNDS}} = \text{KaLeNDaS}$. Há, no entanto, situações de excepção, onde a abreviatura da palavra se fez precisamente pela supressão das consoantes. É o que acontece, por exemplo, com a abreviatura $\overline{\text{AIA}} = \text{AnImA}$, tão amplamente difundida e aceite pelos lapicidas.

Considerando as abreviaturas e os respectivos símbolos como formas de economia de espaço, utilizados pelo lapicida para contornar a falta de espaço com que tinha de lidar para exarar o texto epigráfico, então deveríamos acrescentar, aqui, uma nota sobre a utilização de nexos ou letras geminadas e ainda sobre as letras sobrepostas, inscritas e enlaçadas, tudo formas gráficas que podem ser igualmente entendidas como procedimentos para se economizar espaço.

Os nexos são, como se sabe, letras geminadas ou conjuntas, ou seja, caracteres interligados entre si pela utilização de partes comuns. A situação é relativamente comum quando se trata de letras com limites externos constituídos por hastes verticais, como, por exemplo, acontece com os AA, BB, DD, EE, HH, LL, MM, NN, PP, RR, TT, que convidam ao adossamento de outras letras, às quais se podem acrescentar ainda os CC e os GG nas suas configurações rectificadas. Houve, no entanto, situações menos comuns, onde se geminaram letras de linhas curvas, como os OO (por exemplo OR). Os nexos ocorrem na Epigrafia desde épocas relativamente antigas, sendo os mais comuns aqueles que geminam duas letras. Houve, no entanto, situações onde se geminaram três e quatro letras, sendo este o exemplo máximo (cf., por exemplo, Insc. N.º 159, de 1179; e Insc. N.º 188, de 1190). Normalmente os nexos fazem-se dentro de cada palavra, mas casos houve onde os nexos associaram letras de palavras distintas, numa opção menos feliz (cf., por exemplo, Insc. N.º 265, de 1211; e Insc. N.º 511, de 1307). No nosso *Corpus* surgem pela primeira vez na inscrição de S. João de Arranas, onde são utilizados por seis vezes em cinco palavras distintas: em *SanCtORum*, *PASTORIS*, em *CONSTAT*, em *CONSUMMATUm* e em *hOC* (Insc. N.º 2, de 882 ?). Continuam a ser

utilizados, de forma original, na Insc. N.º 6 de 982, na Insc. N.º 12, do Séc. X, na Insc. N.º 21, de 1030, na Insc. N.º 23, de 1035, nas Inscs. N.ºs 32 e 33, de [1071-1091], na Insc. N.º 43, do séc. XI. Depois de um hiato de meio século, voltamos a encontrar de novo na inscrição de Rio Mau, de 1151 (Insc. N.º 93), que deve, justamente, ser considerado um marco na nossa epigrafia. A partir de então os nexos viriam a alcançar algum favor, sobretudo entre as inscrições dos Templários. Aqui, curiosamente, as primeiras inscrições não apresentam nexos (Inscs. N.º 98 e N.º 104), mas a partir de 1171, com as inscrições de Pombal e de Almourol, passamos a assistir a um uso alargado, como a Epigrafia Medieval Portuguesa nunca vira até então. Registemos, por exemplo, que apenas na inscrição do Castelo de Pombal, com 12 regras, encontramos nada menos que 70 casos de letras geminadas. Podemos dizer, de uma maneira geral, que os nexos continuaram a ser utilizados pelas epígrafes do Séc. XIII e inícios do séc. XIV. Depois da primeira década do Séc. XIV, embora não sejam de todo abandonados, o seu número decresce significativamente ⁸⁹.

As letras sobrepostas são, como o nome indica, letras de módulo menor que são sobrepostas na vertical, ocupando em largura o espaço de uma única letra normal. O lapicida conseguia, desta forma, uma economia de espaço pela redução do módulo das letras a metade dos valores comuns. No entanto, nem sempre o único objectivo foi poupar espaço. Nalgumas situações fica-nos a sensação que o autor da *ordinatio* procurou criar um “jogo estético”, criando situações peculiares. Na realidade, as letras sobrepostas, normalmente em número de duas, são lidas de cima para baixo ou, quando muito, em dois níveis paralelos. Assim, por exemplo, na inscrição de Rio Mau, para ler o nome DIDACI devemos ler primeiro o D com I incluído, e depois as letras DA em expoente e a sílaba final CI por baixo das primeiras. Simulando graficamente, temos:

No entanto, na maioria das situações temos leituras que se processam na vertical. Ainda para exemplificar com a inscrição de Rio Mau, na palavra SACERDOS todas as letras sobrepostas devem ser lidas de cima para baixo. Simulando graficamente, encontramos:

⁸⁹ Cordeiro de Sousa apresentou um primeiro ensaio de inventário de letras geminadas nos seus *Apontamentos de Epigrafia Portuguesa*, com 37 exemplos de geminações duplas, 10 de geminações triplas e dois de geminações de quatro letras (SOUSA J.M.C. 1928, p. 58). Os dois casos que apresentam maior número – cinco letras – correspondem a inscrições modernas.

SACERDOS

Há, no entanto, outros casos onde a forma “labirintica” como a leitura se processa nos denuncia que, para além da economia de espaço, temos por detrás desta opção do autor da *ordinatio* uma opção estética e mesmo um certo deleite ou jogo. É o caso das letras sobrepostas que obrigam a uma leitura sinuosa, alternadamente de cima para baixo e de baixo para cima. O primeiro exemplo de letras sobrepostas que encontramos no nosso *Corpus* Epigráfico responde precisamente a este último grupo. É o epitáfio de Eugénia, onde o nome se deve ler por colunas e em sentidos inversos. A forma como se grafou EUGENIA é a seguinte:

E G E A
E V N I

Se o único motivo para esta forma de gravar o nome de Eugénia fosse a economia de espaço, certamente que o *ordinator* teria optado por uma solução comum, com leitura horizontal (primeiro todas as letras de cima, e depois todas as de baixo) ou por leitura vertical de um único sentido.

Depois do epitáfio de Eugénia (Insc. N.º 53, de 1115), e da inscrição de Rio Mau (Insc. N.º 93, de 1151), voltamos a encontrar exemplos de letras sobrepostas nas seguintes inscrições: Insc. N.º 144, de 1173; Insc. N.º 147, de [1173-1181]; Insc. N.º 169, de 1181; Insc. N.º 179, de 1186; Insc. N.º 186, de 1189, Insc. N.º 192, de 1191; Insc. N.º 202, de 1195; Insc. N.º 259, de 1207; Insc. N.º 401, de 1283; Insc. N.º 417, de 1290; e na Insc. N.º 565, de 1326. Estamos, assim, aptos a poder caracterizar um pouco melhor este tipo de opção gráfica: ela é sobretudo característica do Séc. XII (particularmente do último quartel da centúria) e dos inícios do séc. XIII, tendo alcançado particular favor na zona de Coimbra e na área de influência do seu atelier epigráfico. Sublinhemos, por exemplo, que nunca foi sistema utilizado em Alcobaça, mesmo quando o lapicida lutou com evidente falta de espaço. Por outro lado, nos casos mais tardios, dos fins do séc. XIII e mesmo do séc. XIV, esta opção deve espelhar uma necessidade efectiva de economia de espaço, como parece claro no epitáfio de Simão Joanes (Insc. N.º 565).

As letras inscritas ou inclusas, ou como alguns paleógrafos preferem designar, enclavadas ou inseridas (CRUZ A. 1987, p. 99), foram um dos sistemas para se econo-

mizar espaço mais em voga na Epigrafia Medieval. A fim de se poder delimitar claramente as letras inscritas das letras geminadas, aceita-se normalmente que as letras inscritas são caracteres que albergam dentro do seu espaço gráfico outra letra de módulo menor sem possuírem qualquer traço comum (DURÁN GUDIOL 1967, p. 48). Normalmente a letra do lado esquerdo é a continente e a do lado direito a contida. Assim, por exemplo, em *DIDACI* o primeiro I foi incluído dentro do espaço do D (cf. Insc. N.º 93, de 1151). Esta é a situação usual, embora se conheçam um ou outro caso anómalos, onde a letra contida é a da esquerda e a continente a da direita (vd., por exemplo, Insc. N.º 370, de [1268-1271]). Os primeiros casos de letras inclusas que conseguimos detectar dizem respeito a uma forma peculiar de abreviatura da palavra ERA. Nalgumas inscrições arcaicas, a palavra ER encontra-se grafada nas letras ER e o A foi incluso dentro da haste oblíqua do R (vd. Insc. N.º 19, de 1021; Insc. N.º 24, de 1037; e Insc. N.º 25, de 1062). No entanto, se exceptuarmos esses exemplos ambíguos (já que se verifica a partilha de um traço comum às duas letras), a primeira inscrição a apresentar letras inclusas no sentido usual do termo, é a inscrição de Eugénia, em Montemor-o-Velho, onde a palavra FAMULA foi abreviada em FL com pequenos AA inclusos dentro do espaço gráfico do F e do L, e onde a palavra DEI se resumiu a um D com I incluso (Insc. N.º 53, de 1115). Depois deste exemplo, encontramos de novo letras inclusas na inscrição de Rio Mau, num total de 10 exemplos (não contando como letras inclusas os nexos TR e LE) (Insc. N.º 93, de 1151). Voltamos a encontrar mais exemplos nas inscrições templárias (Inscs. N.º 104, de 1160; N.º 136, de 1171; N.º 135, de 1171; N.º 136, de 1171; N.º 188, de 1190), onde tiveram uma aceitação como em mais nenhum outro núcleo encontramos. Por fim, registemos a sua presença em Unhão (Insc. N.º 119, de 1165), em Lamas do Vouga (Insc. N.º 134, de 1170), em Avelãs de Cima (Insc. N.º 144, de 1173), na Sé Velha de Coimbra (Insc. N.º 192, de 1191), em Alcobaça (Insc. N.º 263, de 1208, entre muitas outras), na inscrição da Torre de Belcouce (Insc. N.º 265, de 1211), em St.^a Maria dos Olivais (Insc. N.º 267, de 1212), etc. À medida que nos vamos aproximando dos fins do séc. XIII o número de letras inclusas vai rareando, e, a partir dos inícios do séc. XIV (1308), o seu uso torna-se esporádico ou acidental. Poderíamos, assim, dizer que o sucesso das letras inclusas se regista sobretudo ao longo da segunda metade do séc. XII e ao longo do séc. XIII⁹⁰.

Por fim, as letras enlaçadas, onde alguns caracteres são gravados em torno de outros, com sobreposição de letras mas preservando as proporções de ambos os caracteres

⁹⁰ Veja-se em Cordeiro de Sousa um primeiro ensaio de inventário deste tipo de soluções (26 exemplos de uma letra inclusa noutra e dois casos de inclusão de duas letras dentro de uma terceira) (SOUSA J.M.C. 1928, p. 59).

(DURÁN GUDIOL 1967, p. 48), verifica-se normalmente em letras com hastes verticais, sobretudo os TT. Estes exemplos, de clara opção estética, são mais raros na nossa colecção epigráfica, registando-se, por exemplo, em Balugães (Insc. N.º 127, de 1168) e em S. Pedro das Águias (Insc. N.º 241, do Séc. XII).

Sublinhemos que estas diferentes soluções encontradas pela Epigrafia para poupar espaço, para forçar um texto a um determinado formato ou, simplesmente, para deleite de quem criou o texto epigráfico, apenas são compatíveis com uma *ordinatio* relativamente cuidada, certamente transmitida ao suporte pétreo antes de se começar a gravação. Na realidade, muitas destas soluções apresentam um desenho que só se pode compreender neste quadro. Veja-se, por exemplo, as inscrições produzidas pela Ordem do Templo, sobretudo as de 1171 (Pombal e Almourol) e a de 1190 (Tomar), com uma extraordinária profusão de letras geminadas, inclusas e enlaçadas, que só assim se podem compreender. Outro aspecto que importa realçar é o facto de este tipo de soluções ocorrer sobretudo em instituições monásticas, regulares ou seculares, ou em Ordens Militares, portanto em instituições que possuíam *scriptorium* estruturado, onde devia existir um paginador, habituado a dispor as letras nos títulos dos códices, que terá sido provavelmente o autor da *ordinatio*. Por fim, acrescentemos que são soluções muito mais abundantes no Centro e Sul do País, de Coimbra para baixo, e relativamente raras no Norte do País (onde, apesar de tudo, se registam excepções – vd. Insc. N.º 93, de Rio Mau).

Por fim, cumpre realçar as diferenças cronológicas que se verificam entre Portugal e a França no que respeita à utilização dos sistemas de letras geminadas, inscritas e enlaçadas. Paul Deschamps, no seu clássico estudo dedicado à Paleografia das inscrições lapidárias francesas, realçou que estes três sistemas foram característicos das epígrafes do séc. XI, quase desaparecendo no séc. XII:

“Le même souci de ménager la place ou plutôt une mode du temps qui consistait à rendre le texte obscur en en faisant une sorte de rébus difficile à déchiffrer fera du XI^e siècle par excellence l’époque:

1^o des lettres conjointes;

2^o des lettres enclavées;

3^o des lettres entrelacées.

On ne voyait guère de lettres conjointes et de lettres enclavées aux époques antérieures et elles seront peu employées au XIII^e siècle. Quant aux lettres entrelacées, nous n’en connaissons que de très rares exemples avant le XI^e siècle et elles ne sont pas fréquentes non plus au XII^e siècle.” (DESCHAMPS 1929, pp. 22-23).

O panorama que se pode traçar para Portugal aponta, precisamente, para que as letras geminadas, inscritas e enlaçadas sejam um fenómeno típico da segunda metade do séc. XII, que é ignorado no séc. XI, quando foram uma das opções predilectas dos lapicidas franceses. No entanto, Deschamps não deixa de registar a ocorrência de alguns casos de letras enlaçadas, geminadas ou inscritas, em soluções gráficas complexas:

“pendant la seconde moitié du XII^e siècle certains artistes, assez rarement toutefois, recommencèrent à composer des assemblages compliqués de lettres (...). Cette idée d’assembler ainsi les caractères fut sans doute empruntée aux calligraphes qui dans certains manuscrits groupaient ainsi leurs lettres” (DESCHAMPS 1929, p. 49).

5.4. Sistemas de Numeração.

Como se sabe, a Idade Média começou por utilizar a Numeração Romana, com recurso a letras do alfabeto que adquiriam, nesse contexto, valor numérico. Por outro lado, utilizou durante muito tempo o sistema de notação numérica progressiva (ou aditiva), que, dentro das dezenas, se socorre apenas de três símbolos: I, V e X. Assim, a numeração de 1 a 10 fazia-se por um sistema cumulativo e progressivo:

I, II, III, IIII, V, VI, VII, VIII, VIIII, X.

Neste sistema devemos registar a forma, aparentemente anómala, como se indicam os numerais 4 e 9. A alternativa ao sistema progressivo é, como se sabe, o sistema regressivo ou subtractivo, onde os numerais 4 e 9 são grafados na forma IV e IX (em vez de IIII e VIIII). Ou seja, onde a anteposição da unidade aos numerais V e X indica a operação subtractiva. O sistema de notação progressiva encontrava-se em uso já na Epigrafia Paleocristã Portuguesa. O primeiro exemplo que conhecemos onde se documenta essa opção é um epitáfio mutilado de Mértola, datado de 12 de Março de 523, que na indicação do dia do falecimento regista “... D(ie) IIII [id]US MARTIAS ...” (cf. Insc. N.º 18, do Anexo 1)⁹¹. Depois dessa inscrição, o sistema de notação progres-

⁹¹ Devemos, neste aspecto, corrigir o que escrevemos em 1991, quando atribuíamos o primeiro exemplo conhecido para este tipo de notação numérica na Epigrafia Paleocristã Portuguesa à inscrição funerária de *Veran[ia]nus*, procedente de Silveirona e datada de 29 de Maio de 531 (BARROCA 1991(b), p. 144, Nota 6).

siva encontra-se amplamente documentado na série epigráfica paleocristã, com mais 21 exemplos⁹².

Ao longo do nosso Inventário iremos encontrar a utilização exclusiva do sistema de notação progressiva até ao ano de 1191. Contabilizando apenas os casos de epígrafes sobreviventes, onde podemos comprovar as grafias adoptadas pela análise do original, teremos a utilização do sistema progressivo aplicado ao nível das unidades em 26 casos⁹³. No entanto, a opção pelo sistema progressivo não se regista apenas ao nível dos numerais das unidades, mas também nos numerais das dezenas, embora aqui compreensivelmente com muito menos eco, dada a aceitação do X aspado. Efectivamente, possuímos apenas quatro exemplos da sua utilização nos numerais das dezenas⁹⁴.

Como referimos, o primeiro exemplo de notação regressiva da Epigrafia Medieval Portuguesa pertence ao ano de 1191. Trata-se da inscrição funerária de Diogo Moniz, falecido a 9 de Janeiro, cujo epitáfio, procedente de Porto de Mós, se conserva hoje no Museu do Carmo, em Lisboa (Insc. N.º 190). Aqui, a Era de 1229 foi registada na forma:

... Era : M^a : CC^a : XX^a : IX^a ...

Esta perspectiva vem ao encontro do quadro traçado por Maria José Azevedo Santos que, até ao ano de 1172, registou sempre o sistema progressivo ou aditivo (SANTOS M.J.A. 1988, p. 108). Depois do exemplo pioneiro de 1191, o sistema progressivo continuou a ser utilizado, sendo inclusive aquele que maior sucesso continuou a alcançar entre a Epigrafia Medieval Portuguesa. Registamos mais 40 exemplos do seu emprego nos numerais relativos às unidades⁹⁵ e mais 7 nos numerais das dezenas⁹⁶. No entanto,

⁹² Vd. as Inscs. N.º 23, N.º 29, N.º 36, N.º 41, N.º 42, N.º 43, N.º 44, N.º 46, N.º 47, N.º 48, N.º 49, N.º 50, N.º 51, N.º 56, N.º 60, N.º 63, N.º 66, N.º 70, N.º 71, N.º 76 e N.º 101 do Anexo I. Também Isabel Velázquez Soriano registou esta opção pela notação progressiva nas Pizarras Visigodas, sobretudo ao nível da chamada série numérica (as pizarras tipo "Lerilla") (VELÁZQUEZ SORIANO 1989, p. 33).

⁹³ Referimo-nos às inscrições N.º 9, de 991; N.º 19, de 1021; N.º 31, de [1071-1072]; N.º 38, de 1091; N.º 55, de 1116; N.º 71 de [1136]; N.º 78, de [1138-1175]; N.º 85, de 1146; N.º 90, de [1149-1151]; N.º 92, de 1151; N.º 93, de 1151; N.º 98, de 1154; N.º 102, de 1156; N.º 107, de 1161; N.º 121, de 1166; N.º 122, de 1166; N.º 123, de 1166; N.º 136, de 1171; N.º 138, de 1171; N.º 154, de 1176; N.º 169, de 1181; N.º 169-A, de 1181; N.º 170, de 1182; N.º 178, de 1186; N.º 179, de 1186; e N.º 180, de 1186.

⁹⁴ Ocorre nas inscrições N.º 96, de 1152; N.º 71, de [1136]; N.º 101, de 1155; e N.º 102, de 1156.

⁹⁵ Cf. as inscrições N.º 191, de 1191; N.º 192, de 1191; N.º 193, de 1191; N.º 252, de 1201; N.º 253, de 1201; N.º 254, de [1201]; N.º 260, de 1208; N.º 265, de 1211; N.º 272, de 1214; N.º 278, de 1216; N.º 283, de 1219; N.º 291, de 1224; N.º 296, de 1225; N.º 327, de 1245; N.º 331, de 1246; N.º 336, de 1248; N.º 344, de 1251; N.º 352, de 1261; N.º 365, de 1266(?); N.º 382, de 1273; N.º 389, de 1276; N.º 409, de 1286; N.º 438, de 1296; N.º 442, de 1298; N.º 445, de 1299; N.º 505, de 1306; N.º 506, de 1306; N.º 529, de 1314; N.º 532, de 1316; N.º 533, de 1316; N.º 534, de 1316; N.º 564, de 1326; N.º 565, de 1326; N.º 581, de 1332; N.º 586, de 1336; N.º 587, de 1336; N.º 610, de 1346; N.º 639, de 1366; N.º 656, de 1376; N.º 657, de 1376.

⁹⁶ Cf. as inscrições N.º 345, de 1252; N.º 347, de 1255; N.º 495, de 1302; N.º 506, de 1306; N.º 517, de 1308; N.º 625, de 1359; N.º 733, de 1402.

a opção pelo sistema regressivo começou a ser cada vez mais usual, com um total de 19 exemplos identificados⁹⁷. Deste modo, o aparecimento de um novo sistema de notação não ditou o abandono do anterior. Não podemos deixar de assinalar, aqui, que a convivência entre os dois sistemas se fez inclusivamente dentro das mesmas inscrições. Na realidade, possuímos cinco exemplos onde, dentro do mesmo texto epigráfico, vemos serem utilizadas as duas notações, de forma indiscriminada⁹⁸.

Para além da numeração romana a Idade Média conheceu, ainda, a numeração com algarismos árabes, mas apenas a partir dos fins do primeiro quartel do séc. XV, escapando, assim, aos limites deste *Corpus*. Já diversos autores se debruçaram sobre o assunto, desde João Pedro Ribeiro (RIBEIRO J.P. 1813, pp. 125-126), Joaquim Barradas de Carvalho (CARVALHO J.B. 1957-58; CARVALHO J.B. 1981), até A. H. de Oliveira Marques (MARQUES A.H.O. 1986, pp. 63-64), a quem se deve a mais recente síntese sobre o assunto (MARQUES A.H.O. 1995, pp. 128-131). É opinião aceite que o primeiro testemunho conhecido de utilização de números árabes entre nós remonta a 8 de Agosto de 1425 (RIBEIRO J.P. 1813, p. 125, nota b; MARQUES A.H.O. 1986, p. 63; MARQUES A.H.O. 1995, p. 128), embora Joaquim Barradas de Carvalho preferisse dizer que teriam surgido “*au plus tôt vers 1415*”, atendendo ao testemunho do *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, do Infante D. Pedro (cf. CARVALHO J.B. 1957-58, pp. 113-114). No entanto, a utilização dos números árabes só começa a ser um pouco menos que esporádica a partir dos meados da década de 30 do Séc. XV (mais concretamente a partir de 1436), quer ao nível da Chancelaria Real quer ao nível da documentação particular (MARQUES A.H.O. 1995, p. 129). No entanto, e como A. H. de Oliveira Marques teve oportunidade de sublinhar, não se pode falar de uma generalização deste sistema de numeração entre nós antes do Séc. XVI ou XVII:

“Embora os algarismos «árabes» fossem conhecidos em Portugal e correntemente utilizados no século XV, a sua generalização demorou. A tradição e os preconceitos travaram-lhes o percurso durante séculos. Nos documentos oficiais, mesmo de contabilidade, o sistema «romano» tradicional manteve-se até ao século XVI e mesmo até ao século XVII. Nos textos literários, os algarismos foram

⁹⁷ Voltamos a encontrar o sistema regressivo nas seguintes inscrições: N.º 253, de 1201; N.º 266, de 1211; N.º 284, de 1221; N.º 318, de 1240; N.º 344, de 1251; N.º 358, de [1262-1361]; N.º 362, de 1263 ou 1264; N.º 366, de 1267; N.º 408, de 1285; N.º 438, de 1296; N.º 445, de 1299; N.º 494-A, de 1301; N.º 548, de 1321; N.º 564, de 1326; N.º 577, de 1331; N.º 596, de 1341; N.º 599, de 1341; N.º 664, de 1381; N.º 732, de 1401.

⁹⁸ São as inscrições N.º 253, de 1201; N.º 344, em 1251; N.º 438, de 1296; N.º 445, de 1299; e N.º 564, de 1326.

introduzidos somente no século de Quinhentos e com alguma lentidão. A sua utilização limitou-se, durante muito tempo, a uma forma de reduzir, a uma «abreviatura», aceite como nota e como simplificação da escrita. Faltava-lhes, no entanto, a «dignidade» bastante para lhes abrir uma ampla porta na sociedade medieval portuguesa.» (MARQUES A.H.O. 1995, p. 129).

Ao nível epigráfico podemos dizer que o primeiro caso de utilização de numerais árabes na Epigrafia Medieval Portuguesa ocorre apenas em 1475 e que até aos finais da centúria apenas conhecemos seis casos seguros da sua utilização:

- a inscrição funerária do Doutor Rui Gomes de Alvarenga, membro do Conselho do Rei, Presidente da Casa da Suplicação e Chanceler-Mor de D. Afonso V, falecido em 28 de Agosto de 1475, que se encontra gravada na secção lateral da tampa do seu monumento funerário, na Sacristia da Igreja da Graça, em Lisboa (publicada por, entre outros, SALES 1925, p. 18, N.º 2(a); SOUSA J.M.C. 1940(a), N.º 69, embora com lapso na leitura do ano; sobre o Doutor Rui Gomes de Alvarenga veja-se a biografia traçada por Humberto Baquero Moreno – MORENO H.B. 1973, vol. II, pp. 710-712);
- a inscrição de sua mulher, D. Melícia de Melo, falecida em 20 de Outubro de 1479, gravada igualmente na secção lateral do seu monumento, criado ao mesmo tempo que o de seu marido, e que se conserva na Sacristia da Igreja da Graça, em Lisboa (publicada por, entre outros, SALES 1925, p. 18, N.º 2(a); SOUSA J.M.C. 1940(a), N.º 70);
- a inscrição de Isabel Vieira, mulher de D. Afonso de Bivar, Cavaleiro, Contador da Casa de D. Manuel I, que se conserva no interior da Igreja de St.ª Maria dos Olivais (Tomar), falecida a 18 de Fevereiro de 1492 (publicada por, entre outros, CORDEIRO L. 1895, p. 35, N.º VI; TEIXEIRA G. 1940-41, p. 157, Insc. N.º 4; SEQUEIRA 1949, p. 117; ROSA 1965, p. 91);
- a inscrição de Gaston de la Ilha e de sua mulher, Violante Gonçalves, que se conserva na Sé de Silves, na capela que se rasga na parede Sul da Nave, junto da fachada Ocidental; ele, que era filho de Bertholo de la Ilha e de D. Maria de Gusmão, foi “*criado e feitura*” do Infante D. João e faleceu em 1492 (publicada por JUDICE 1911, p. 55);
- a inscrição inédita de Paderne, de 1492, que se pode ver na parede Norte da nave deste templo monástico;
- por fim, a inscrição do Chafariz d’El-Rei, erguido às portas de Évora, que já figura iconografado na célebre vista de Évora que acompanha o Foral Manuelino outorgado à cidade em 1501 (Arquivo Municipal de Évora) e que memoriza o protagonismo de D. Manuel I na construção deste chafariz, em 1497 (publicado por, entre outros, ESPANCA 1966, p. 330).

Os dois primeiros exemplos, quer pelas afinidades que ostentam entre si, quer pelas circunstâncias históricas, devem ser um pouco posteriores às datas indicadas. De qualquer forma, este pequeno grupo de epígrafes aponta claramente para o facto de a introdução dos algarismos árabes na Epigrafia Medieval Portuguesa ser um acontecimento do último quartel do Séc. XV, afinal confirmando as conclusões a que chegara Joaquim Barradas de Carvalho, através de cálculos percentuais da utilização dos algarismos árabes nas fontes medievais portuguesas (CARVALHO J.B. 1957-58). Reflectindo igualmente o facto de que, como A. H. de Oliveira Marques sublinhou, apesar de serem conhecidos desde pelo menos 1425, faltava aos algarismos árabes a “dignidade” para serem comumente aceites pela sociedade portuguesa. De resto, devemos salientar que, mesmo depois de surgirem as primeiras inscrições com números árabes, continuaram a predominar as datas expressas com numerais romanos (ou, na designação de João Pedro Ribeiro, “romano-lusitanos” – RIBEIRO J.P. 1813, p. 124) ou grafadas por extenso.

5.5. Sinais de Separação de Palavras.

Os lapicidas medievais socorreram-se de diversos símbolos para assinalar a separação de palavras. Este costume não constitui novidade no panorama epigráfico já que em épocas mais recuadas também se utilizaram sinais específicos para marcar a separação de palavras. A presença destes sinais tornou-se fundamental quando os sistemas braquigráficos se desenvolveram muito, como por exemplo na época romana, onde as palavras mais usuais nos formulários epigráficos se viram abreviadas numa simples letra. Mas eles serviram, igualmente, para clarificar a leitura, ajudando a distinguir o início e o fim das palavras que, mesmo que gravadas por extenso, podiam por vezes tornar-se mais confusos – quer pelo recurso aos alfabetos maiúsculos, quer pela necessidade de se poupar espaço, o que levou a que a distinção entre as diferentes palavras tivesse fraca expressão no espaçamento das letras. Houve, no entanto, diferentes opções (essencialmente estéticas) entre o universo epigráfico romano e o medieval. Na realidade, os sinais de separação de palavras em voga na Epigrafia Romana são muito diferentes dos que vemos na Epigrafia Medieval.

José d’Encarnação registou para as inscrições do *Conventus Pacensis* a utilização de diversos tipos de sinais destinados a “separar siglas, abreviaturas ou palavras” conhecidos na Epigrafia Clássica:

“Praticamente todos os tipos de pontuação figuram nas inscrições pacenses: o ponto redondo, triangular (que tem inclusive a forma dum delta maiúsculo ... ou dum T...), em forma de forquilha ou cauda de andorinha; as heras das mais variadas formas e tamanhos; as folhas de parra...; as palmas...; as pontas de seta...” (ENCARNAÇÃO J. 1984, pp. 832-833).

Os sinais mais comuns serão, porventura, o ponto redondo, o triângulo e as folhas de hera. Sublinhemos, por fim, que na Epigrafia Romana estes símbolos podem não ser apenas utilizados como *puncti distinguentes*, ou seja, como sinais de separação de palavras, mas que também podem assinalar as divisões silábicas (*interpunctio sillabaris*) ou mesmo a simples separação de letras.

A passagem para o universo epigráfico paleocristão não trouxe grandes novidades no que diz respeito à gama de formas que os sinais de separação de palavras assumem. Devemos, no entanto, registar uma redução significativa quer da gama de sinais utilizados quer na própria frequência com que estes são empregues. Na realidade, verifica-se, por um lado, o predomínio das folhas de hera (vd., por exemplo, Inscs. N.º 9, N.º 33 ou N.º 65 do Anexo 1), embora possa surgir um ou outro caso de pontos redondos (vd. Insc. N.º 70 do Anexo 1) ou até das “caudas de andorinha” (vd. Insc. N.º 30 do Anexo 1). Por outro lado, verifica-se também uma significativa diminuição do uso deste tipo de sinais, que muitas vezes se limitam a um ou dois por inscrição, às vezes apenas assinalando o fim do texto e tendo, por isso, um valor essencialmente estético (vd., por exemplo, Inscs. N.º 10, N.º 21 ou N.º 51 do Anexo 1). De resto, já Joaquín Maria Navascués y de Juan havia assinalado para a série epigráfica de Mérida que o Séc. VI se tinha traduzido pelo quase desaparecimento dos sinais de separação de palavras. Segundo este autor, poderíamos distinguir em Mérida três períodos:

“En el primero, 442-514, se usan estos signos, que pasan de simple punto triangular a la hojita vegetal; en el segundo, 517-601, estos signos caen en desuso con la aparición esporádica de algunos excepcionales y raros por su forma; en el tercero, 648-662, se vuelve al uso de los signos comenzando por el punto triangular convertido luego en hojitas vegetales, a las que se añaden ramitos que ahora parecen novedad.” (NAVASCUÉS Y DE JUAN e GOMEZ MORENO 1953, pp. 47-48).

É tempo de traçarmos o quadro que se perspectiva para o período cronológico abrangido pelo nosso *Corpus*. A primeira reflexão respeita à gama dos sinais conhecidos. A Idade Média pós-visigótica socorreu-se de sinais de separação de palavras que são, genericamente, distintos dos que as épocas anteriores conheceram. A diversidade que o nosso *Corpus* encerra compreende os seguintes grandes grupos de sinais:

- pontos – ponto isolado
 - dois pontos sobrepostos
 - três pontos sobrepostos
 - quatro pontos sobrepostos
 - mais de quatro pontos sobrepostos

- triângulos – dois triângulos sobrepostos
 - três triângulos sobrepostos
- traços verticais
- cruzes
- círculos
- folhas de hera.

A estes grandes grupos devemos acrescentar ainda duas outras situações. Por um lado, a utilização de mais do que um tipo de sinal de separação dentro da mesma inscrição (por exemplo, a utilização de um e três pontos sobrepostos; ou de dois e três pontos; ou, finalmente, de um, dois e três pontos sobrepostos) e, por outro lado, a ausência de qualquer sinal de separação de palavras.

Assim, e em termos genéricos, poderíamos dizer que a Idade Média diversificou os sinais de separação de palavras (não porque tenha usado tipos mais variados mas, precisamente, porque mudou os sinais) ao mesmo tempo que os reduziu a formas mais simples e, portanto, de execução mais rápida. Analisemos, agora, as perspectivas que se abrem para cada tipo de sinal, começando pelos casos menos usuais até atingirmos os mais comuns.

Sublinhemos que contabilizámos um único caso de utilização da folha de hera, presente numa inscrição do Séc. X (Insc. N.º 10, de Mértola). A ele devemos acrescentar, ainda, o caso da inscrição moçárabe de Cacela (Insc. N.º 9, de 991), que utiliza aparentemente a *hedera* como sinal de separação de palavras (assim o assinala Hübner) mas que, infelizmente, não conseguimos analisar a partir do original. Por isso, o seu exemplo não consta do quadro de distribuição que mais adiante apresentaremos. Estes são os únicos ecos dessa tradição antiga que conseguimos detectar ao longo das 761 inscrições que integram o nosso inventário. A redução deste sinal, que outrora conquistava os favores dos lapicidas, a uma expressão tão ínfima não pode deixar de ser significativa, como também o é, certamente, a cronologia dos dois casos e a sua distribuição geográfica⁹⁹. De resto, todos os casos peninsulares de uso da folha de hera que conhecemos não ultrapassam o séc. X.

⁹⁹ Robert Favreau registou que

“L’emploi de la feuille de lierre, si fréquent dans l’épigraphie chrétienne, disparaît généralement à l’époque carolingienne, mais se maintient à Rome jusqu’au XI^e siècle, et subsiste aussi jusqu’à cette date dans un certain nombre d’inscriptions de la Péninsule Ibérique (Oviedo, Tavira, Cordoue, León).” (FAVREAU 1979, p. 57).

Robert Favreau referia-se, certamente, à inscrição da Cruz da Vitória, de Oviedo, de 878 (HÜBNER 1871, N.º 249), à inscrição de Cacela (a Insc. N.º 9 do nosso Corpus), à insc. de Córdova de 987 (HÜBNER 1871, N.º 226), e à epígrafe do altar lateral de S. Miguel de Escalada que revela a presença das relíquias de St.ª Marinha e St.ª Cecília, entre outras (FITA F. 1898; GOMEZ MORENO 1919, p. 161; GARCIA LOBO 1982, n.º 5, p. 62).

A utilização do círculo isolado ocorre apenas num caso – na inscrição de Unhão de 1165 (Insc. N.º 119). Não parece ser, assim, um caso significativo, devendo ser antes encarado, na série epigráfica portuguesa, como uma excepção.

As pequenas cruces ocorrem em apenas dois exemplos: na inscrição da placa de bronze do Cruzeiro de N.ª S.ª da Oliveira, de 1342 (Insc. N.º 603), e na inscrição de D. Sancha Garcia do Casal, proveniente de St.ª Clara de Santarém, de 1346 (Insc. N.º 610).

O traço vertical, um sinal relativamente infeliz já que se pode confundir com letras, o que por vezes complica mais o trabalho de leitura do que o simplifica, surge-nos utilizado em quatro exemplos, um dos inícios do séc. XIII (Insc. N.º 280, de 1217), os restantes dos fins do séc. XIII ou da centúria seguinte (Inscs. N.º 435, de 1295; N.º 532, de 1316; e N.º 656, de 1376). Salientemos que, certamente fruto das limitações que lhes eram reconhecidas por se poderem confundir com os II, os traços verticais nunca foram adoptados pelos principais centros epigráficos, surgindo apenas em casos esporádicos e relativamente periféricos.

Entramos, agora, nos grupos mais representativos. O primeiro diz respeito aos triângulos. As nossas inscrições utilizam os dois triângulos sobrepostos (Inscs. N.º 291, N.º 321, N.º 365 e N.º 399) ou, mais frequentemente, os três triângulos sobrepostos (Inscs. N.º 318, N.º 319, N.º 322, N.º 328, N.º 333, N.º 335, N.º 354, N.º 355, N.º 370, N.º 408, N.º 409, N.º 462, N.º 464, N.º 465, N.º 468, N.º 469, N.º 470, N.º 498, N.º 499 e N.º 516). Em alguns casos encontramos os dois tipos de sinais aplicados dentro da mesma inscrição. Assim acontece com as inscrições N.º 306, N.º 314, N.º 317, N.º 361, N.º 373, que aplicam os dois e os três triângulos sobrepostos. Num único caso encontramos aplicado o triângulo isolado associado aos três triângulos sobrepostos (Insc. N.º 327). A presença destes sinais de separação de palavras não podia ser mais característica. Na realidade, todos os exemplos que conseguimos detectar de utilização destes sinais de separação de palavras pertencem à série epigráfica de Alcobça. Deste modo, podemos dizer que a sua utilização revela mais um aspecto da personalidade deste atelier epigráfico. Dentro desta perspectiva, não será de estranhar a sua distribuição

Para além dos exemplos citados por Robert Favreau acrescentemos o epitáfio, recentemente aparecido, do Abade *Argivito*, falecido a 24 de Novembro de 929, procedente da Igreja de St.ª Maria de Ventosa (Pontevedra), e que se guarda no Museu de Orense:

OBIIT F(a)M(u)LO D(e)I ARGIVITO ABBATI C(on)F(rater) / VIII KaLenDaS DeCemBriS IN HERA [hedera] / DCCCC 2 XVIIª SUB / SANCTORES

(cf. RIVAS FERNANDEZ 1986, pp. 59-83, com lapso de leitura quando transcreve “SANCZO RES” em vez de SANCTORES, lapso que se reflecte, de resto, no próprio título do artigo). Trata-se, para nós, de um caso duplamente valioso por documentar o uso de *hedera* no segundo quartel do Séc. X, mas também por estar exarado numa tampa em estola, ajudando a dissipar as dúvidas sobre a verdadeira cronologia deste tipo de tampas.

cronológica: nenhum caso até ao séc. XIII, 28 exemplos pertencentes a esta centúria e 3 casos ao Século XIV. Depois de 1308, ou seja, depois da construção do Claustro do Silêncio, financiada por D. Dinis, não se conhece mais nenhum exemplo. O fim da série epigráfica de Alcobaça ditou, igualmente, o fim da utilização destes sinais de separação de palavras¹⁰⁰.

Por fim, o sinal mais abundantemente utilizado nas inscrições medievais foi, sem sombra de dúvida, o ponto nas suas diversas formas: ponto isolado, dois pontos sobrepostos, três pontos sobrepostos, quatro pontos sobrepostos e mais de quatro pontos sobrepostos. O caso com maior número de pontos sobrepostos que conseguimos identificar é o da inscrição de 1186 da Igreja-Colegiada de S. Salvador de Coimbra, onde foram utilizados três, quatro, sete e oito pontos sobrepostos (Insc. N.º 179). Dentro dos casos de epígrafes onde se encontram sinais com mais de quatro pontos sobrepostos podemos ainda incluir a inscrição N.º 424 (com quatro a sete pontos) e as epígrafes N.º 467 e N.º 495, ambas com cinco pontos sobrepostos. Segue-se um pequeno lote de inscrições com quatro pontos sobrepostos, repartidas equitativamente entre o Séc. XII e o Séc. XIII (Inscs. N.º 147, N.º 218, N.º 387 e N.º 406). A opção esmagadoramente maioritária foi, como seria previsível, para os três pontos sobrepostos. Efectivamente, se tivéssemos de eleger um sinal de separação de palavras que fosse característico da Idade Média seríamos obrigados a escolher os três pontos sobrepostos. Eles surgem aplicados em 290 casos¹⁰¹, o que corresponde a uma percentagem de 49,74 % do universo total das inscrições que conseguimos analisar directamente¹⁰². O sucesso esmagador dos três pontos sobrepostos é reforçado se compararmos com o número total de inscrições que utilizam os dois pontos e o ponto isolado. Com dois pontos sobrepostos temos 84 exemplos¹⁰³ e com o ponto isolado possuímos 58 exemplos¹⁰⁴.

¹⁰⁰ O facto de os triângulos sobrepostos serem exclusivos de Alcobaça, e, portanto, característicos deste atelier, não quer dizer que tenham sido os únicos sinais de separação de palavras que os monges cistercienses utilizaram. Registemos, igualmente, o uso dos dois pontos sobrepostos (Inscs. N.º 366 e N.º 463), dos três pontos sobrepostos (Insc. N.º 461) e dos cinco pontos sobrepostos (Insc. N.º 467).

¹⁰¹ Somando-se, aqui, os exemplos de uso exclusivo dos três pontos sobrepostos – 256 inscrições – com os casos mistos, onde este sinal se combina com outros – 34 casos.

¹⁰² Um universo de 583 casos, de onde excluímos as inscrições conhecidas por cópias modernas, as inscrições desaparecidas e as inscrições às quais não tivemos acesso directo, num total de 178 casos.

¹⁰³ Sendo 57 de uso exclusivo dos dois pontos ao longo de toda a inscrição e 27 casos de uso combinado com outras soluções.

¹⁰⁴ Dos quais 45 de uso exclusivo dentro da inscrição e 13 casos de uso combinado com outras soluções.

Assinalemos, ainda, as cronologias antigas de cada um destes sistemas: o ponto isolado documenta-se entre nós desde 862 (?) (Insc. N.º 1), os dois pontos desde 882 (?) (Insc. N.º 2) e os três pontos desde 912 (Insc. N.º 3)¹⁰⁵. O testemunho mais antigo da utilização dos três pontos sobrepostos em território nacional encontra-se, no entanto, num epitáfio paleocristão grego proveniente da Basílica do Rossio do Carmo, em Mértola (cf. COELHO L., DIAS M.M.A. e TORRES C. 1992(a), Insc. N.º 184).

À medida que vamos avançando na Idade Média assistimos a um predomínio crescente dos três pontos sobrepostos. Entrando em linha de conta apenas com os casos de uso exclusivo deste sinal, a evolução detectada é a seguinte:

¹⁰⁵ Encontramos os três pontos sobrepostos utilizados em diversas inscrições desta mesma época na vizinha Espanha. Assim acontece, por exemplo, nas seguintes epígrafes dos sécs. IX e X:

– na inscrição do altar de St.ª Maria de Naranco, de 848, cujo original se encontra no Museu de Oviedo (VIGIL 1887, vol. I, pp. 218-219; ESCORTELL PONSODA 1994, pp. 95-96; DIEGO SANTOS 1994, N.º 74, p. 101);

– na inscrição de D. Afonso III, o Magno, procedente do Palácio de Oviedo, datada de 875, que se conserva no Museu de Oviedo (HÜBNER 1871, N.º 253; VIGIL 1887, vol. I, p. 183; LUIS DE GARCIA-MONTOTO 1961, pp. 58-59, N.º 86; ESCORTELL PONSODA 1994, p. 109; DIEGO SANTOS 1994, N.º 75, pp. 103-104);

– na inscrição de D. Afonso III, de [866-905], procedente das muralhas de Oviedo e também conservada no Museu de Oviedo (LUIS DE GARCIA-MONTOTO 1961, pp. 59-60, N.º 87; ESCORTELL PONSODA 1994, p. 109; DIEGO SANTOS 1994, N.º 76, p. 104);

– na inscrição da Arca Santa ou Arca das Relíquias de Oviedo (HÜBNER 1871, N.º 255; VIGIL 1887, vol. I, pp. 14-16; DIEGO SANTOS 1994, N.º 25, pp. 61-64);

– em três inscrições de San Martín de Salas, duas de 896 (VIGIL 1887, p. 508 e p. 509; GOMEZ MORENO 1919, Lâm. XXXV; DIEGO SANTOS 1994, N.º 165, p. 166; e N.º 166, pp. 166-167) e outra da reconstrução do templo, de 951 (VIGIL 1887, p. 508; DIEGO SANTOS 1994, N.º 159, p. 163);

– no epitáfio de Nausto, de 912, que se conserva na Igreja de St.º André de Trobe (HÜBNER 1871, N.º 234; NUÑEZ RODRIGUEZ 1979, N.º XLI, pp. 319-320);

– na inscrição da Ponte de Tabuada (Lalin y Silleda, Pontevedra), de 912 (HÜBNER 1871, N.º 237; NUÑEZ RODRIGUEZ 1979, N.º XXXV, p. 316; PLATERO FERNANDEZ 1979, p. 112);

– na inscrição da Ponte de Toiriz (Lalin, Pontevedra), datada de 917 mas que tem sido erradamente publicada como sendo de 887 (NUÑEZ RODRIGUEZ 1979, N.º XXXIX, pp. 318-319; PLATERO FERNANDEZ 1979, p. 112);

– na inscrição de S. Pedro de Montes, de 919 (cf. HÜBNER 1871, N.º 245; GOMEZ MORENO 1919, p. 215 e Lâm. N.º LXXXIX);

– na epígrafe de S. Miguel de Celanova, do Séc. X, que coroa a porta de acesso ao pequeno templo moçárabe (HÜBNER 1871, N.º 232; GOMEZ MORENO 1919, p. 249 e Lâm. N.º XCVI; NUÑEZ RODRIGUES 1979, N.º IX, pp. 303-304);

– na cópia moçárabe da inscrição de S. Pedro de Rocas, de 573, que se conserva no Museu de Orense (GOMEZ MORENO 1919, p. 94; NUÑEZ RODRIGUEZ 1979, N.º XXVIII, pp. 312-313);

– no epitáfio de *Io(h)anni*, do séc. X, procedente de S. Miguel de Bóveda (cf. RIVAS FERNANDEZ 1981, pp. 70-72).

Para além destes casos Emílio Hübner acrescenta mais alguns exemplos, mas cujos originais não sabemos se sobreviveram (HÜBNER 1871, N.º 233, N.º 265, N.º 267, N.º 270 e N.º 282).

- 0 casos no Séc. IX
- 1 caso no Séc. X (6,6 %)
- 4 casos no Séc. XI (12,5 %)
- 54 casos no Séc. XII (28,1 %)
- 77 casos no Séc. XIII (30,9 %)
- 110 casos no Séc. XIV (45,6 %).

Este quadro percentual revela, de forma clara, que houve dois momentos de franca difusão deste sinal de separação de palavras: por um lado o Séc. XII, que marca o momento em que os três pontos sobrepostos passam a ser claramente o sistema predominante, situação que permanece estabilizada ao longo do Séc. XIII; e, por outro lado, o Séc. XIV, quando o universo das inscrições onde se utiliza de forma exclusiva esse sinal passa de cerca de um terço do total para valores próximos da metade ¹⁰⁶.

Acrescentemos, por fim, que possuímos um total de 140 inscrições onde não se utilizaram sinais de separação de palavras. Este número, que começa por ser expressivo nos primeiros séculos, torna-se progressivamente menos representativo com as centúrias seguintes:

- 9 casos no Séc. X (60 %)
- 17 casos no Séc. XI (53,1 %)
- 43 casos no Séc. XII (21,2 %)
- 39 casos no Séc. XIII (15,7 %)
- 30 casos no Séc. XIV (12,5 %).

Esta evolução traduz, afinal, o avanço progressivo e irreversível dos sinais de separação de palavras, que à medida que nos vamos aproximando dos fins da Idade Média se tornam cada vez mais uma presença regular nos letreiros ¹⁰⁷. Sobre este aspecto, que se detecta igualmente além-Pirinéus, escreveu Robert Favreau que

“La ponctuation – qui a d’abord été introduite dans les inscriptions – n’a cessé de se développer jusqu’à séparer chaque mot, mais ce développement ne s’est pas fait partout aux mêmes dates.” (FAVREAU 1979, pp. 56-57).

¹⁰⁶ Paul Deschamps regista igualmente os três pontos sobrepostos como solução predominante ao nível dos sinais de separação de palavras na epigrafia francesa dos sécs. XII e XIII (DESCHAMPS 1929, p. 55).

¹⁰⁷ Sublinhemos que nos valores para os Sécs. XII, XIII e XIV se contabilizam diversos casos de epígrafes de texto muito reduzido, que não justificaram a utilização de sinais. Se não fossem contabilizados as percentagens obtidas seriam ainda mais expressivas.

Não nos parece, no entanto, que o sinal de separação de palavra possa ser entendido como um sinal de pontuação, pelo menos no sentido que hoje damos a esta palavra. Na realidade, ele serviu sobretudo para clarificar os limites de cada palavra, que se podiam tornar confusos, tendo em atenção a necessidade de economia de espaço (que obrigava a grafar as letras muito próximas umas das outras) e o facto de se utilizarem predominantemente letras maiúsculas ou letras isoladas (portanto sem cursividade)¹⁰⁸. Deste modo, os sinais de separação não assinalam pausas ou ritmos de leitura, como deveriam marcar se fossem verdadeiramente sinais de pontuação.

Há, no entanto, situações onde a forma como os sinais de separação foram utilizados permitiu, de forma subtil, dar relevo a determinadas passagens da epígrafe. Na realidade, julgamos que a forma como se colocaram os sinais ao longo dos letreiros, sobretudo quando eles não são aplicados em todas as palavras do letreiro ou quando mudam de tipo em certas zonas, denuncia uma intencionalidade do lapicida. Anotemos algumas dessas situações:

- na inscrição de D. Pala Froiaz, em Vairão (Insc. N.º 23, de 1035), o sinal de separação de palavra foi utilizado apenas uma vez, na zona da data, entre a palavra ERA e os numerais;
- na inscrição do Castelo de Pombal (Insc. N.º 136, de 1171), o lapicida utilizou sempre os três pontos sobrepostos (aplicados 97 vezes) excepto na parte relativa à Era, logo na abertura do letreiro, onde preferiu optar pelos dois pontos sobrepostos;
- na inscrição do Convento de Cristo, Tomar, comemorativa do cerco almóada de 1190 (Insc. N.º 188, de 1190), onde uma vez mais o lapicida apenas utilizou os dois pontos sobrepostos na data, preferindo no restante utilizar os três pontos sobrepostos;
- na inscrição funerária de André, da Sé Velha de Coimbra (Insc. N.º 189, de 1190), onde os três pontos sobrepostos cedem lugar, na data, ao ponto isolado;
- na inscrição funerária de Félix Surio, da Igreja-Colegiada de Santiago (Insc. N.º 191, de 1191), que na Era utiliza dois pontos sobrepostos e no restante texto três pontos (embora, aqui, se deva sublinhar que a Era resulta de acrescento posterior);
- na inscrição funerária do *Miles* Soeiro Peres, na Sé Velha de Coimbra (Insc. N.º 315, de 1239), que opta pelos dois pontos na Era e pelos três pontos no restante texto;

¹⁰⁸ Reparemos que um dos aspectos que ajuda a distinguir as diferentes palavras na escrita comum é, não só o espaço livre que se deixa entre cada uma, mas também a interrupção do traço no fim da cada palavra. Ora, na Epigrafa, como todas as letras, maiúsculas ou minúsculas, são grafadas isoladamente, este aspecto deixa de ser contemplado.

– na inscrição funerária de D. Afonso Martins, da Sé Velha de Coimbra (Insc. N.º 414, de 1288), que aplica o ponto isolado na Era e os três pontos no restante epitáfio.

Todos estes exemplos parecem apontar no sentido de, em algumas situações, os lapicidas terem alterado a sinalização de separação de palavras ou de grupos de numerais como forma de dar relevo a determinadas passagens das inscrições, como se pode verificar sobretudo no que respeita aos elementos cronológicos. Esta perspectiva pode alargar-se a outros aspectos. Sebastián Mariner Bigorra entendia que em certas situações o sistema de pontuação podia assinalar a divisão dos versos (cit. por NAVASCUÉS Y DE JUAN 1961, p. 36). Já vimos, entre nós, acontecer isso com a inscrição latina de S. Francisco de Alenquer, onde os dois versos, que foram repartidos pela mancha gráfica disponível ao longo de quatro regras, foram assinalados por pequenas cruces (cf. Insc. N.º 535, de 1317). Por outro lado, já Jacques Stiennon havia assinalado que

“La ponctuation est restée flottante pendant tout le Moyen Age, à tel point qu’on a pu parler d’incohérence. Mais, avec Charles Higounet, il convient de rappeler que la ponctuation médiévale servait surtout «à mettre en évidence les éléments rythmiques de la période». A partir du VIII^e siècle, le point représente la ponctuation faible, et le point-virgule la ponctuation forte.” (STIENNON 1973, pp. 133-134; vd. tb. HIGOUNET 1955, pp. 108-109).

A distribuição dos diferentes tipos de sinais de separação de palavras ao longo das diversas centúrias permite traçar o seguinte Quadro:

	Sem Sinais	Pontos						Triângulo	Círculo	Traço	Cruz	Hedera	Não Det.	Moderna
		1	2	3	4	>4	Misto							
S. IX	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S. X	9	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0
S. XI	17	2	1	4	0	0	2	0	0	0	0	0	6	0
S. XII	43	23	6	57	2	1	15	0	1	0	0	0	47	8
S. XIII	39	14	11	77	2	2	14	28	0	2	0	0	56	4
S. XIV	30	4	30	110	0	1	7	3	0	2	2	0	47	5
S. XV	2	1	6	7	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
TOTAL	140	45	57	256	4	4	38	31	1	4	2	1	159	19
%	18,40	5,91	7,49	33,64	0,53	0,53	4,99	4,07	0,13	0,53	0,26	0,13	20,89	2,50

Dentro das inscrições “*Não Determinadas*” incluímos as inscrições desaparecidas, apenas conhecidas por leitura de outros autores, e as inscrições às quais não tivemos acesso directo, não podendo, portanto, comprovar o tipo de sinais utilizados. Dentro da coluna “*Misto*” contabilizamos todos os casos de epígrafes onde convivem mais do que um tipo de sinal de separação (1 e 3 pontos; 2 e 3 pontos; e 1, 2 e 3 pontos). No Séc. XV apenas se contam as epígrafes que integram o nosso *Corpus*, portanto até 1422, mais os dois casos posteriores mas com Era Hispânica.

CAPÍTULO VI

SISTEMAS DE DATAÇÃO

6.1. Sistemas de Datação.

Um dos mais profundos contrastes que se pode detectar entre a Epigrafia Romana e a Epigrafia Cristã – quer na série Paleocristã (Sécs. V a VIII), quer na série Medieval (Sécs. IX a XV) – é o facto de a Epigrafia Cristã ser, desde sempre, muito presa aos elementos cronológicos. Efectivamente, as inscrições romanas são, por regra, epígrafes sem data expressa, o que obriga os historiadores a procederem a uma série de análises com vista a determinar a data relativa das inscrições (apoiando-se para o efeito na paleografia, nos formulários, nas referências políticas, no *cursus honorum*, etc.). As dificuldades cronológicas são agravadas pelo facto da maior parte das inscrições romanas corresponderem aos Sécs. I e II. Assim, não será de estranhar que os *Corpora* epigráficos romanos sejam, sistematicamente, organizados segundo critérios geográficos e não cronológicos. Pela contrário, a Epigrafia Cristã teve, desde os seus primeiros tempos, uma componente cronológica muito importante. Os epitáfios paleocristãos, por força das exigências das comemorações de aniversário, optaram desde muito cedo por apresentar elementos cronológicos precisos, indicando o ano do falecimento e, quase sempre, o dia e mês em que isso ocorreu. Diríamos mesmo que, do ponto de vista da liturgia da morte, era mais importante registar-se o dia e mês do óbito do que o ano em que isso acontecera. O costume alargou-se das inscrições funerárias para outros domínios epigráficos, tornando-se regra comum, o que permite que, legitimamente, os inventários epigráficos medievais sejam normalmente organizados segundo um critério cronológico. Efectivamente, desde que os elementos cronológicos sejam utilizados de uma forma alargada, este critério revela-se preferível aos critérios geográficos.

No que respeita à Epigrafia Medieval Portuguesa, podemos dizer que 580 inscrições apresentam elementos cronológicos precisos e expressos, enquanto que 181 epígrafes são não-datadas (embora algumas tenham sido objecto de datação crítica tendo em conta elementos internos ou externos ao letreiro). Ou seja, 76,22 % das inscrições

medievais portuguesas inventariadas apresentam datação precisa enquanto que em 23,78 % isso não acontece. Devemos, no entanto, atender a que os valores relativos às inscrições não-datadas estão potenciados pelo facto de nelas serem contabilizadas epígrafes de que apenas sobrevivem fragmentos que não ostentam elementos de datação, o que não quer dizer que não os possuíssem originalmente.

A situação revelada pelo nosso *Corpus* no que respeita aos diferentes sistemas de datação utilizados pode ser sintetizada no seguinte Quadro:

Era Hispânica	551	72,40 %	76,22 %
<i>Anno Domini</i>	17	2,24 %	
Ano da Encarnação	6	0,79 %	
Era Hispânica + Ano da Encarnação	5	0,66 %	
<i>Anno Domini</i> + Era Hispânica	1	0,13 %	
Sem Datação	181	23,78 %	23,78 %

Face aos números expostos não parece restar qualquer dúvida de que a Idade Média Portuguesa utilizou, até 1422, de forma quase exclusiva a datação pela Era Hispânica. Na realidade, o conjunto das epígrafes datadas que não adoptam esse sistema apresenta apenas um total de 29 inscrições. Analisemos, então, a situação destas 29 inscrições que conseguem fugir às normas para verificarmos se se consegue retirar alguma conclusão.

Depois das epígrafes datadas pela Era Hispânica o grupo mais numeroso é o das inscrições datadas pelo *Anno Domini*, que apresenta 17 exemplos. São eles:

- Insc. N.º 71 – 1136 – St.^a Cruz de Coimbra – Insc. Moderna
- Insc. N.º 169-A – 1181 – St.^a Cruz de Coimbra – Insc. Moderna
- Insc. N.º 300 – 1229 – Mosteiro de Lorvão – Insc. Moderna
- Insc. N.º 338 – 1249 – S. Domingos de Lisboa – Insc. Desaparecida
- Insc. N.º 343 – 1250 – S. Domingos de Lisboa – Insc. Desaparecida
- Insc. N.º 390 – 1277 – St.^a Cruz de Coimbra – Insc. Moderna
- Insc. N.º 427 – 1293 – Mosteiro de Alcobaça – Insc. Moderna
- Insc. N.º 529 – 1314 – Castelo de Albuquerque – Insc. Medieval
- Insc. N.º 558 – 1324 – Sé Velha de Coimbra – Insc. Desaparecida
- Insc. N.º 562 – 1325 – Sé de Braga – Insc. Medieval
- Insc. N.º 563 – 1326 – Sé de Braga – Insc. Medieval
- Insc. N.º 626 – 1357 – Sé de Lisboa – Insc. Moderna
- Insc. N.º 627 – [1360-94] – S. Domingos de Santarém – Insc. Desaparecida
- Insc. N.º 637 – 1364 – S. Francisco de Évora – Insc. Moderna

Insc. N.º 644 – 1368 – S. Francisco de Évora – Insc. Moderna

Insc. N.º 734 – 1402 – S. Domingos de Benfca – Insc. Moderna

Insc. N.º 742 – 1410 – S. Domingos de Benfca – Insc. Moderna

A análise desta listagem revela, desde logo, que apenas possuímos 3 inscrições medievais que utilizam o *Anno Domini* como sistema de datação de forma segura e explícita, sendo os restantes 14 exemplos respeitantes a inscrições desaparecidas (4) ou cópias modernas (10). Assim, a imagem que, numa primeira análise, se poderia retirar do Quadro Geral, e que parecia apontar para uma preferência significativa pelo *Anno Domini* face a outros sistemas de datação, nomeadamente o Ano da Encarnação, acaba por não ter confirmação quando procedemos a uma análise mais atenta. Na realidade, se retirarmos os exemplos modernos, que não possuem valor provatório, e as epígrafes desaparecidas, cujo conteúdo pode ter sido adulterado pelo autor que as registou, ficamos reduzidos a três casos seguros de uso desse sistema de datação. Apenas os suficientes para podermos afirmar que a Idade Média portuguesa não ignorou de todo a datação pelo *Anno Domini* (que aplicou por três vezes ao longo do séc. XIV).

Analisemos, agora, a situação que se desenha no que respeita à utilização do Ano da Encarnação. Conhecemos seis exemplos:

Insc. N.º 82 – 1144 – Montemor-o-Velho – Insc. Desaparecida

Insc. N.º 98 – 1154 – St.^a Maria da Alcáçova, Santarém – Insc. Medieval

Insc. N.º 171 – 1182 – Sé Velha de Coimbra – Insc. Moderna

Insc. N.º 228 – Séc. XII – Sé de Lisboa – Fragmento¹⁰⁹

Insc. N.º 272 – 1214 – St.^a Cruz de Coimbra – Insc. Medieval

Insc. N.º 330 – 1246 – Mosteiro de Alcobaça – Insc. Desaparecida

A situação é um pouco distinta. Dentro dos exemplos inequivocamente medievais possuímos dois casos, aos quais se poderá acrescentar um terceiro que por ser fragmentado oferece algumas dúvidas. No que respeita às epígrafes que se conhecem por cópias modernas possuímos apenas um caso. Por fim, as epígrafes desaparecidas cujo conteúdo chegou até nós por via indirecta correspondem a dois exemplos. No entanto, há uma diferença fundamental entre estas seis inscrições e o grupo precedente: enquanto que no primeiro caso, das inscrições datadas pelo Ano do Senhor, é legítimo pensar que, ao realizarem-se cópias modernas, se tenham convertido as Eras Hispânicas em datas pelo

¹⁰⁹ O caso da insc. funerária de Simão ... *rcus*, da Sé de Lisboa, de que apenas sobrevive parte do letrado, oferece diversas e legítimas dúvidas. Na realidade, a parte correspondente ao ano diz apenas: "... IN ANNO / ..." (Insc. N.º 228). Não esclarece, portanto, se era Ano da Encarnação ou Ano do Senhor. Incluímos esta epígrafe no rol das inscrições datadas pelo Ano da Encarnação, pelo facto de todos os exemplos seguros de datação pelo *Anno Domini* serem já do séc. XIV.

Ano do Senhor, em uso quando essas cópias foram feitas, já neste caso a situação é distinta. Não parece muito credível que se fosse transformar uma datação feita segundo um sistema em desuso numa datação feita num sistema que nunca chegou a ter uso generalizado entre nós. Assim, é possível que os seis exemplos acima referidos sejam verídicos.

No que respeita às inscrições que utilizam a datação dupla, pela Era Hispânica e pelo Ano da Encarnação, a situação é totalmente distinta. Na realidade, quase todos os exemplos que conhecemos correspondem a inscrições cujos originais medievais chegaram até aos nossos dias. Não está, portanto, em causa a credibilidade destas inscrições:

Insc. N.º 134 – 1170 – Ig. Lamas do Vouga – Insc. Medieval

Insc. N.º 303 – 1233 – Mosteiro de Alcobaça – Insc. Desaparecida

Insc. N.º 309 – 1236 – St.^a Maria da Alcáçova de Santarém – Insc. Medieval

Insc. N.º 362 – [1263-64] – Ig. Santiago de Beduído – Insc. Medieval

Insc. N.º 397 – 1282 – Sé Velha de Coimbra – Insc. Medieval

Ou seja, quatro inscrições de existência medieval inequívoca, e um caso de uma inscrição desaparecida, cujo conteúdo chegou até nós por intermédio do testemunho de autores como Fr. António Brandão ou George Cardoso. Não temos, no entanto, muitas dúvidas em aceitar este exemplo como potencialmente coevo da data indicada já que, tendo sido criado em Alcobaça, não faltaria entre o *scriptorium* monástico quem dominasse esse sistema de contagem. Estamos, portanto, perante um sistema de datação de utilização erudita, circunscrita aos meios religiosos, o que nos denuncia o perfil cultural dos autores dos textos epigráficos. Por se reconhecer que o sistema erudito não coincidia com o que era utilizado comumente, preferiu-se optar pela dupla datação: pelo sistema comum, em uso generalizado na época, e pelo sistema erudito, eclesiástico.

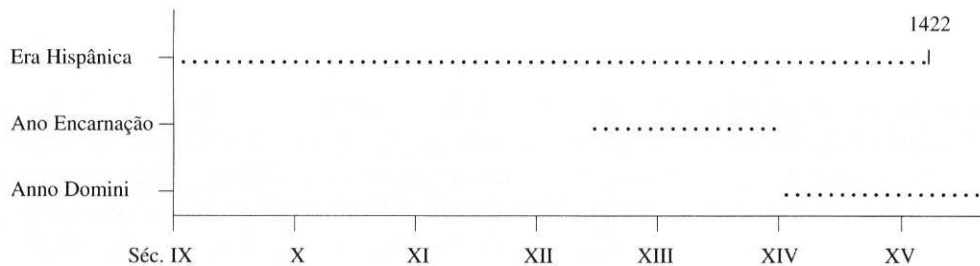
Por fim, no que respeita às inscrições que utilizam o *Anno Domini* e a Era Hispânica, possuímos apenas um exemplo:

Insc. N.º 67 – 1132 – Ig. Perosinho – Insc. Moderna

O caso isolado da epígrafe da Igreja de Perosinho parece ser resultado da intervenção moderna: a pessoa que copiou o letreiro medieval, que devia apresentar a datação pela Era Hispânica, decidiu acrescentar, para evitar confusões, a data correspondente no sistema então em uso, o Ano do Senhor.

Concluindo, a análise das diferentes formas de datação que ocorrem no nosso *Corpus* epigráfico permite verificar que a esmagadora maioria das inscrições datadas optou pela utilização da Era Hispânica (95 % dos exemplos com data expressa), e que as alternativas conhecidas resultam normalmente de erudição eclesiástica. A opção mais comum foi, então, a datação pelo Ano da Encarnação (6 casos) ou pelo sistema

duplo Ano da Encarnação/Era Hispânica (5 casos). A utilização do Ano da Encarnação documenta-se desde os meados do Séc. XII e ao longo do Séc. XIII, entre 1144 e 1282. Por fim, numa fase relativamente mais tardia, a partir dos inícios do Séc. XIV, passamos a contar com exemplos de inscrições datadas pelo *Anno Domini* (3 exemplos). O quadro cronológico quase sugere que ao declínio do Ano da Encarnação correspondeu o incremento do uso do *Anno Domini*. Assim, poderíamos dizer que o Ano da Encarnação foi característico das datações eruditas e eclesiásticas nos Sécs. XII-XIII, e que o *Anno Domini* foi sobretudo utilizado no Séc. XIV, igualmente cultivado por pessoas oriundas dos meios eclesiásticos.



6.2. Era Hispânica.

Foi com recurso à Era Hispânica que se dataram 95 % das inscrições do nosso *Corpus* que apresentam referência cronológica precisa. O ano da Era, à semelhança do que acontecia com o Ano Juliano, tinha início no dia 1 de Janeiro (RIBEIRO J.P. 1811, p. 24; LE GOFF 1986, p. 261 e 270). Como é do conhecimento geral, a Era Hispânica andava 38 anos avançada em relação ao *Anno Domini*:

“E assi posta a Era de Cesar, e diminuindo trinta e oito annos, restam os annos do nascimento do Senhor.” (ESTAÇO 1625, p. 36).

A origem da Era Hispânica permaneceu obscura durante bastante tempo. No entanto, desde os estudos de José Vives (VIVES 1940; VIVES 1942, com 2.^a ed., revista, em VIVES 1969) e Álvaro d’Ors (D’ORS 1962), podemos com alguma segurança traçar o quadro evolutivo deste sistema de datação. O primeiro aspecto que importa realçar é o facto de se tratar de uma forma de datação exclusiva do espaço ibérico. Deste modo, e apesar de ser também vulgarmente conhecida por “Era de César”, parece preferível a designação “Era Hispânica”. Efectivamente, esta designação tem a vantagem

de espelhar a origem geográfica desta forma de datação, que é um dado pacífico, ao contrário da primeira que radica numa tentativa de explicação, essa algo polémica.

A origem da Era Hispânica é revelada por um pequeno grupo de inscrições dos fins do séc. III da zona Astur-Cantábrica que começaram a utilizar um sistema de datação designado epigraficamente por COS, CONS, AERA CONS e finalmente apenas AERA ou ERA (VIVES 1940, pp. 4-5; VIVES 1969, p. 7 e p. 177 e ss.; D'ORS 1962, pp. 9-12)¹¹⁰. Sobre a sua origem, José Vives escreveria:

“... si nos fijamos en los lugares de procedencia de las inscripciones, veremos que seis, y entre elles las tres más antiguas, provienen de un rincón casi inaccesible de Asturias en Cantabria occidental. No cabe duda que allí nació la datación por la era. Por otra parte todas las inscripciones son sepulcrales, carácter que conservarán aun mucho después (lo son todas hasta el año 550), es decir de carácter popular y local. Esto quiere decir que no hay que pensar en que fuera introducida pelos romanos para conmemorar la conquista o la constitución de una provincia (...). La prueba es que no se ha encontrado en ninguna inscripción de carácter oficial: miliarios, dedicaciones, etc., en toda España, tal como se encuentra el «annus provinciae» en no pocas de Mauretania. La Era es una institución indígena, de una tribu de los cántabros. Así se explica que quedara confinada durante tres siglos en aquella región y sólo en el cuarto pasara a las regiones vecinas y por fin a la metrópolis lusitana de Mérida” (VIVES 1969, p. 182)

acrescentando sobre a origem da palavra Era:

“Podría creerse que la tribu cántabra, al adoptar la lengua o escritura latina, aplicó o adaptó a su manera de datar la fórmula romana en un sentido que no tenía.” (VIVES 1969, p. 183).

A Era Consular asturiana surgiu pela primeira vez na zona de Cangas de Onís; em ple-nos Picos de Europa, numa epígrafe de 290, e o seu uso continuou confinado à zona astur-cantábrica até ao séc. IV (A.D. 362) (VIVES 1969, pp. 178-9). Alastraria depois para as zonas vizinhas e, a partir de 381, alcança Mérida, para onde deve ter sido

¹¹⁰ Esta Era Consular asturiana já era do conhecimento de Hübner que, no entanto, entendia ser um sistema de datação distinto da Era Hispânica. Hübner entendia que a Era Consular asturiana teria início em 206 a.C., comemorando a constituição da Península Ibérica como província romana, enquanto que Mommsen, que aceitou a teoria de Hübner de que as duas Eras correspondiam a diferentes sistemas de datação, defendeu que começaria em 136 a.C., assinalando a vitória de Décimo Júnio Bruto (cf. VIVES 1969, p. 177; D'ORS 1962, p. 12).

Não tem fundamento a tese, defendida por António Maranhão Peixoto, de que a Era Hispânica surgiu no Séc. V e foi introduzida por Idácio, Bispo de Chaves, na sua Crónica (PEIXOTO A.M. 1985, pp. 101-102). Há testemunhos inequívocos que provam a anterioridade da Era em relação à obra de Idácio. Esta apenas assinala a mais antiga utilização da Era Hispânica no Noroeste Peninsular.

levada por indivíduos originários das Astúrias que se deslocaram para a capital da Lusitânia. Deste centro administrativo o seu uso estendeu-se a partir dos meados do séc. V para a Bética e para a Galécia. Em finais do séc. V mais de metade da Península Ibérica utilizava a Era Hispânica como forma de datação. Vives esclarece ainda que

“A principios del siglo VI el rey Atanagildo le da caracter oficial permitiendo datar por la Era Hispánica.” (VIVES 1969, p. 184).

Em meados do Séc. VI atingia-se o ponto culminante na expansão altimediévica da Era Hispânica, quando era abrangido o extremo ocidental da Cartaginense (VIVES 1969, p. 185). Significativamente, a Era Hispânica não conseguiria penetrar na zona oriental da Península, sensivelmente a Leste do meridiano de Zaragoza (cf. VIVES 1940, p. 5; VIVES 1969, Mapa 1), uma zona que corresponde à maior parte das províncias romanas Tarraconense e Cartaginense, onde prevaleceu por vários séculos o sistema romano de datação pelos consulados ou pelos reinados. Seria necessário aguardar pelos tempos da Reconquista (Séc. IX) para que essas regiões adoptassem igualmente a datação pela Era Hispânica (cf. VIVES 1969, pp. 184-185), e mesmo assim em certas zonas (como a Catalunha) apenas de forma mais ou menos esporádica (VIVES 1962, p. 57). Assim, e como Álvaro d’Ors sublinhou, é quase paradoxal que a generalização da Era Hispânica se verifique precisamente quando Dionísio, o Exíguo, propunha em Roma a utilização do Ano do Nascimento de Cristo como fundamento de uma nova cronologia (D’ORS 1962, p. 8).

Este quadro, traçado a partir dos elementos facultados pelas inscrições altimediévicas, não se confina, no entanto, apenas à Epigrafia. Na realidade, Idácio, Bispo de Chaves, ao longo da sua Crónica, que regista eventos compreendidos entre os anos de 379 e 469, utiliza sistematicamente a Era Hispânica para datar os eventos a que se refere amargamente, o que constitui o mais antigo testemunho da sua utilização no Noroeste Peninsular. Por seu turno, St.º Isidoro de Sevilha utilizou igualmente a Era Hispânica ao longo das suas obras. Nas Etimologias fornece mesmo uma tentativa de explicação da origem desta forma de datação, que viria a alcançar algum sucesso e aceitação até um passado relativamente recente:

“La Era de los diferentes años fue iniciada por César Augusto cuando, al efectuar el Censo, delimitó por primera vez el orbe romano. Y se le dio el nombre de «Era» porque todo el orbe se comprometió a pagar un tributo a la República.” (Etimologias, V:36, vol. I, pp. 548-549).

Significativamente, e como José Vives sublinhou, as *Chronicorum Caesaraugustanorum Reliquiae* ou o *Chronicon* de Juan de Biclara (567-590), ambos redigidos na zona oriental da Península, utilizam sempre a datação consular romana ou as referências aos monarcas visigodos (VIVES 1969, p. 185), o que demonstra que os hábitos que se detectam a nível epigráfico eram partilhados igualmente noutros domínios da escrita.

Se a origem e o itinerário da Era Hispânica ficaram relativamente aclarados com os estudos de José Vives e de Álvaro d’Ors, o acontecimento que essa Era comemora, e que serviu de marco para o início da contagem, continua a oferecer algumas dúvidas. O primeiro aspecto que deve ser ponderado é o facto de a Era Hispânica arrancar mais de três séculos depois do acontecimento que serviu para definir o início da contagem. Na realidade, o primeiro exemplo conhecido remonta ao ano da Era de 328 (A.D. 290) (VIVES 1969, p. 178; CIL II, 2714)¹¹¹. Deste modo, a natureza do acontecimento comemorado teria de exceder em muito a importância de uma simples institucionalização de um tributo, até porque, se assim fosse, o natural era que tivesse sido utilizada desde logo como factor determinante de cronologia (não começando a ser utilizada apenas três séculos depois). Já Álvaro d’Ors sublinhou que

“Las cronologías provinciales, en el mundo romano, no fueron cosa rara, y la existencia de una cronología especial para las provincias españolas o alguna de ellas no sería, por sí misma, un hecho sorprendente. Lo que realmente sorprende es que en ese año 38 no hay ningún acontecimiento hispánico que pueda justificar una cronología provincial. (...) Pero hay más: un hecho suficiente para inaugurar una cronología provincial debía tener tal efecto en un momento inmediato, y sería inexplicable que sólo tres siglos y medio después los hispanos se hubieran dado cuenta de la importancia de aquel acontecimiento y empezado a contar por él la serie de sus años.” (D’ORS 1962, pp. 15-16).

St.º Isidoro de Sevilha, como acabamos de ver, entendia que a Era Hispânica comemorava a extensão do Tributo à Península Ibérica, o que assinalava a entrada do espaço ibérico para o Império. Esta ideia seria a que prevaleceria por mais tempo. Encontramos entre os autores antigos portugueses algumas tentativas de explicação da Era Hispânica, as quais seguem normalmente a opinião de St.º Isidoro, com pequenas nuances. Uma das mais antigas é a de André de Resende, que em 4 de Julho de 1551 confiou a João Vaseu a sua opinião sobre a origem da Era Hispânica, tendo este humanista flamengo incluído parte da epístola de Resende na sua *Chronica Rerum Memorabilium Hispaniae*, editada em Salamanca em 1552. Resende entendia que a origem da Era

¹¹¹ José Vives considera que o exemplo mais antigo remonta à Era de 316 (A.D. 278) (VIVES 1969, pp. 178-179; CIL II, 5752), mas segundo Álvaro d’Ors trata-se de uma inscrição incompleta, onde falta um numeral, supondo que seja da Era de 346, A.D. 308 (D’ORS 1962, pp. 11-12).

O facto de o uso da Era Hispânica só se documentar bastante depois do evento que lhe terá estado na origem já tinha sido realçado por Viterbo, no *Elucidário*:

“Faltam-nos documentos, que nos assegurem, como desde logo, e pelos quatro primeiros séculos, se praticou com frequência o contar pela Era de César; desde o quarto não tem dúvidas ser a única que, por muitos séculos depois, se continuou, assim no eclesiástico como no civil e profano.” (VITERBO J.S.R. 1798-99, s.v. Era, vol. II, p. 223).

Hispânica radicava na partilha triunviral realizada quatro anos depois do assassinio de Júlio César, quando a Península Ibérica fora confiada a Octaviano César (que depois de 27 a.C. tomaria o nome de Augusto). A carta de Resende foi recentemente reconstituída e publicada na íntegra por Virgínia S. Pereira (PEREIRA V.S. 1987-88, pp. 229-232). Por seu turno, D. José de Cristo, no Catálogo da Livraria de St.^a Cruz de Coimbra, apontamentos que redigiu em 1623, explicava da seguinte maneira o motivo por que o Livro das Eras assim se chamava:

“... o Livro das Eras tem este nome porque todos os capitulos começa por Eras, que he hum genero de conta antiga que se uzava em Hespanha pera signalar o tempo das escrituras, e assi se acha em m^a Chronicas, e papeis antigos. Era quer dizer hum certo tempo limitado o qual teve principio de alguma idade, ou começou de algum valeroso Rej ou Principe, ou de alguma façanha ou cousa digna de memoria (...). Porem a Era q fala este nosso livro he a Era de Cezar, contando desde q pacificamente começou a governar e possuir o mando e ceptro real; isto foi trinta e oito annos antes do nascimento de Christo (...). Por tanto se alguem ler o Livro das Eras e quiser saber a quantos annos foi da nacença de Christo tire trinta e oito annos do numero da Era q ler, e o que ficar sera o tempo q ouve des o nascimento do Salvador. Dizem alguns q se escreve com diphtongo dizendo Aera, e q tras sua origem no tributo q se pagava a Cezar. (...) Este modo de contar por Era durou em Hespanha e Portugal ate o tempo dos Rejs D. João 1^o de castela e D. João 1^o de Portugal, os quais mandarão q dahi a diante se não uzasse mais nas escrituras Era, senão Ano de Christo assi como uzavão os Sumos pontifices...” (ACMA, pp. 250-252).

Gaspar Estaço, por seu turno, dedicou dois capítulos das suas *Várias Antiguidades de Portugal* (1625) à Era Hispânica e à mudança ordenada por D. João I (ESTAÇO 1625, pp. 33-41). O primeiro deles, o Capítulo 9, intitulado “*Da opiniam do Autor a cerca da Era, e porque começaram aquellas nações esta conta depois de quatro annos do Imperio de Augusto*”, invoca a habitual justificação do Tributo lançado sobre a Península por Augusto:

“... huns dizem que a causa della foi porque depois da partiçam triumphal, Hespanha ficou sujeita a Octavio Cesar: e Baronio diz, que foi o dinheiro que se levou de Hespanha a Roma no quarto anno do Triumvirato.” (ESTAÇO 1625, p. 33).

Depois de contestar a justificação, alegando que outras nações não ibéricas utilizaram a datação pela Era [Sic], Gaspar Estaço confessaria:

“A causa que houve pera aquellas nações começarem a conta da Era quatro annos acabados da morte de Iulio Cesar tio de Augusto, que vem a ser o quinto anno inclusive do imperio do mesmo Augusto, nam se sabe. Mas a mim me

parece que foi porque naquelle quinto anno começou o ditto Augusto a ser senhor de Roma cabeça do Imperio...” (ESTAÇO 1625, p. 36).

Foi Álvaro d’Ors quem avançou com a mais recente explicação para a origem da Era Hispânica, salientando que St.º Isidoro de Sevilha, nas suas Etimologias, ao tratar da Sexta Idade – a que se iniciava desde Augusto – assinalava como único acontecimento digno de nota o facto de ter nascido Cristo:

“El único hecho de este largo reinado aparece señalado así por San Isidoro: Christus nascitur. Augusto es, pues, una simple cota profana para señalar la nueva etapa de la historia sagrada que empieza con Jesucristo, la última y definitiva etapa de la historia universal. (...) No se trata ya de un supuesto censo, ni de otro acontecimiento especialmente relevante para España, sino del comienzo mismo del reinado de Augusto. (...) San Isidoro, siguiendo una fuente (...) desconocida, colocaba el comienzo del reinado de Augusto en el año 43 antes de Jesucristo. Hoy colocamos eses comienzo en el año 27, cuando aparece el título de Princeps y el de Augustus, pero es claro que los antiguos no veían las cosas exactamente así (...). (...) el poder de Augusto se fue formando, como es sabido, por una progresiva acumulación de títulos, de una manera casi subrepticia, de suerte que resultaba especialmente difícil fijar el momento en que empezaba realmente su reinado. Si los títulos de Augustus y Princeps pueden datarse el 27, la sacro-sanctitas data ya del 36 y el título de imperator precisamente del 38. Quizá este último título pudo parecer en algún momento el decisivo para fijar el comienzo del Imperium.” (D’ORS 1962, pp. 18-19).

Deste modo, a Era Hispânica tomaria a concessão do título de Imperador, dado pelo Senado a Augusto em 38 a.C., como ponto de arranque da contagem. Ainda segundo o mesmo autor, o aparecimento da Era Hispânica apenas em fins do séc. III estaria relacionado com a reforma imposta por Diocleciano, que ordenara a substituição das datas pelo reinado de cada imperador pelas datas por cônsules, e teria constituído uma forma camuflada de as populações cristãs se afirmarem:

“... el fechar por una Era aparentemente consular, según estaba ordenado, pero que toma por punto de partida el reinado de Augusto como referencia al nacimiento del Salvador...” (D’ORS 1962, p. 26).

6.3. Anno Domini.

A datação pelo Ano do Nascimento do Senhor ficou a dever-se a Dionísio, o Exíguo, monge originário de Scythia que viveu em Roma na primeira metade do Séc. VI, onde faleceu antes de 556 (DACL 1907-51, s.v. “Ère”, vol. V, tomo 1, col. 360). Dionísio, o Exíguo, determinou que o nascimento de Cristo teve lugar a 25 de Dezembro do ano de 753 da Fundação de Roma (*ab urbe condita*), fazendo, deste modo, corresponder o ano 1 do Nascimento de Cristo com o ano 754 da Fundação de Roma (DACL 1907-51, vol. V, tomo 1, col. 361; D’ORS 1962, p. 7; COSTA A.J. 1982, p. 21). Apesar de os seus cálculos serem questionáveis (cf. DACL 1907-51, vol. V, tomo 1, col. 361), foi esse cômputo que prevaleceu até aos nossos dias.

Desta forma, o *Anno Domini* começa, verdadeiramente, a contagem a 25 de Dezembro de cada Ano, na Natividade do Senhor. Essa parece ter sido a opção maioritária entre nós ao longo dos Sécs. XIV, XV e boa parte do Séc. XVI, ainda utilizada em alguns casos no séc. XVII (RIBEIRO J.P. 1811, pp. 16-20)¹¹². O dia 1 de Janeiro, que assinalava o início do Ano Juliano, com a tomada de posse dos cônsules, (mas que também assinalava a Circuncisão de Cristo), só começou a ser utilizado em Portugal de forma sistemática para determinar o início da contagem do Ano do Senhor a partir de 15 de Outubro de 1582, quando se adoptou o calendário Gregoriano cuja contagem, como se sabe, se inicia no dia 1 de Janeiro (Estilo da Circuncisão) (cf. COSTA A.J. 1982, p. 23).

A expansão do sistema de datação pelo *Anno Domini* pelo Ocidente Europeu fez-se por fases. A sugestão de Dionísio, o Exíguo, começou por ser aceite e aplicada em certas zonas de Itália, estendendo-se progressivamente a zonas cada vez mais alargadas da Península Itálica. Em Inglaterra encontra-se em uso desde os fins do séc. VII e nos diplomas reais desde inícios do Séc. VIII (DACL 1907-51, vol. V, tomo 1, col. 361; D’ORS 1962, p. 8). Na Gália aparece pela primeira vez em meados do Séc. VIII, datando capitulários de Carlos Magno e de Pepino o Breve (DACL 1907-51, vol. V, tomo 1, col. 361; D’ORS 1962, p. 8). Por fim, no pontificado de João XIII (968-970) as cartas apostólicas começam a trazer, ainda que excepcionalmente, a datação pela Era Cristã (DACL 1907-51, vol. V, tomo 1, col. 361; D’ORS 1962, p. 8).

¹¹² João Pedro Ribeiro cita, entre outros documentos, um emprazamento assinado em 16 de Junho de 1479 que determinava: “... começando de lhe fazer a primeira paga per o dia de Natal primeiro que vem, que se começará o anno de 480 annos.” (RIBEIRO J.P. 1811, p. 18). Não menos elucidativo é outro diploma, de 1595, que começa: “Saibam quantos este documento virem que no anno do nascimento de N. Senhor J. C. de 1596, por ser passado dia de Natal, e anno de 1595, por não ser entrado dia de Janeiro, aos 31 de Dezembro...” (RIBEIRO J.P. 1811, p. 19).

Na Península Ibérica a datação pelo Ano do Senhor afirma-se primeiro na zona da Catalunha, uma região desde sempre muito presa às influências francesas, onde o Concílio de Tarragona de 1180 decretou a utilização deste sistema, a qual não teve grandes dificuldades em se impor (D'ORS 1962, p. 8; RIBEIRO J.P. 1811, p. 2; MARQUES A.H.O. 1986, p. 68). Seria depois adoptado em Aragão a partir de 1349-50, onde foi decretado por Pedro IV, o Cerimonioso, em Valência a partir de 1358 e em Leão e Castela a partir de 1383, ordenado por D. João I nas Cortes de Segóvia (D'ORS 1962, p. 8; GARCIA LOBO 1982, p. 37; RIBEIRO J.P. 1811, p. 2; GONÇALVES A.N. 1980, p. 282; MARQUES A.H.O. 1986, p. 68). Fernão Lopes na *Crónica de D. João I* não podia deixar de registar a mudança da Era Hispânica operada em Leão e Castela no seguimento das Cortes de Segóvia de 1383. Escrevia o Cronista:

“... *hu sse começava o novo año em Castella da naçemça de Nosso Senhor Ihesu Christo de mill e trezentos e oitenta e quatro, e da Era de Çesar de mill e quatro çentos e viinte e dous...*” (Crón. D. João I, Parte I, Cap. LX, p. 103).

Apesar de já ter redigido a sua obra em plena vigência do Ano do Senhor, Fernão Lopes optou por utilizar a Era Hispânica por todos os acontecimentos narrados terem ocorrido durante a vigência desse sistema de datação, assim tendo procedido nas suas três crónicas (D. Pedro, D. Fernando e D. João I) (cf. GONÇALVES A.N. 1980, p. 288). É o próprio cronista que adverte, para evitar dúvidas aos leitores: “... *pella era de Çesar per que esta cronica he copillada ...*” (Crón. D. João I, vol. I, Cap. LXIII, p. 309). No entanto, o Cronista escrevia esse capítulo no ano de 1443: “... *A sexta [Idade] em que ora amdamos, que ha mill e quatro çentos e quareemta e tres que dura ...*” (Crón. D. João I, vol. I, Cap. CLXIII, p. 308).

Como se sabe, em Portugal a Era do Nascimento foi utilizada a partir de 22 de Agosto de 1422, quando foi decretado o seu uso por D. João I. O decreto, breve no texto mas não nas suas consequências, encontra-se transcrito nas *Ordenações Afonsinas*:

“*ElRey dom Joham da famosa e excellente memoria em seu tempo fez Ley em esta forma que se segue.*

Manda ElRey a todolos Taballiães e Escripvaães do seu Regno e Senhorio, que daqui em diante em todolos contrautos e escripturas, que fezerem, ponham Anno do nacimiento de Nosso Senhor Jesu Christo, assi como ante soyam a poer Era de Cesar: e esto lhes manda que façam assi, sob pena de privaçom dos Officios.

Poblicado foi assi o dito Mandado do dito Senhor na Cidade de Lixboa per mim Philipe Affonso Loguo-Teente do Escripvam da Chancelaria nos Paaços d'ElRey perante Diego Affonso do Paão, Ouvidor na sua Corte, que sia em audiencia, aos vinte e dous dias d'Agosto Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos vinte e dous annos.” (Ordenações Afonsinas, Liv. IV, Tit. LXVI, pp. 233-234; vd. tb. ChUP, vol. III, doc. 786).

A decisão seria igualmente recordada no epitáfio do monarca, extenso texto laudatório gravado ao longo do lateral do seu monumento, no Mosteiro de St.^a Maria da Batalha (ls. 10-11). A medida de D. João I foi tomada quando corria a Era de 1460. Deste modo, todos os anos entre 1422 e 1460 tiveram dupla contagem: primeiro pela Era Hispânica, depois pelo Ano do Senhor. No entanto, e apesar do decreto ser datado de 22 de Agosto, João Pedro Ribeiro regista disposições tomadas pelo monarca que, desde 15 de Agosto desse ano, apresentam a datação pelo Ano do Senhor (RIBEIRO J.P. 1811, p. 25, nota c).

A mudança da Era, decretada por D. João I, encontra-se registada em diversos locais, nomeadamente no início do *Livro das Kalendas*:

“Considerando el Rei Dom João o primeiro da muito excelente memoria quanto mais convinha a nossa religião christã contaremse os annos pola era do nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo que foi o verdadeiro começo dos tempos pois o foi de nossa redemção que pola era de Cesear, fez lei a vinte dous dias do mes dagosto do anno do nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quatrocentos e vinte e dous annos que dali por diante todos os tabaliães posessem nas escrituras os annos pelo nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo e não pola era de Cesear como ate aaquele anno se usou...” (LKal., vol. I, p. 11).

Fr. Baltasar dos Reis, na *Breve Relação da Fundação e Antiguidade do Mosteiro de Santa Maria da Salzeda*, redigida no Séc. XVII, pouco depois de 1612, deixou uma derradeira nota consagrada ao esclarecimento dos leitores:

“Porquanto as mais das doações e scripturas que se apontão em este livro forão feitas pella Era de Caesar e não pella de Xpo me pareceo ser necessario dar noticia ás pessoas que não estam bem vistos nellas: como se hão de aver para nam errarem o anno ou Era em q as scripturas forão feitas os annos passados. Para se saber em qualquer scriptura a Era de Christo se hão de tirar .38. annos da Era de Caesar (...). Esta ley de contar pella Era de Caesar foi ordenada sendo Emperador de Roma Octaviano Augusto no anno da Criação do Mundo tres mil novecentos vinte e nove, trinta e outo annos antes q Christo nosso Redemptor nascesse (...). Na Era de Caesar 1421 e de Christo 1383 Mandou ElRey Dom João o primeiro de Castella e o q perdeo a batalha de Aljubarrota que se não contasse mais pella Era de Caesar, senam pello Anno do Nascimento de Jesu Xpo E em Portugal se mandou o mesmo.” (REIS B. 1936, p. 87; vd. tb. REIS B. 1934, pp. 18-19).

Gaspar Estaço referiu igualmente o acontecimento nas suas *Várias Antiguidades de Portugal*, redigidas em 1625:

“En Portugal tirou a Era elRei dom Ioam primeiro no anno do Senhor de 1422, e mandou, que se contasse pello nascimento de Christo nosso Senhor. O mesmo fez en Castella elRei dom Ioam também primeiro no anno 1383. E ia o fezera en Aragam elRei dom Pedro quarto do nome no anno de 1358 (...).” (ESTAÇO 1625, Cap. 10, p. 40).

O Decreto joanino parece ter alcançado rapidamente os objectivos pretendidos. Na realidade, pelo menos ao nível epigráfico, o seu efeito foi sentido de imediato em todas as zonas do Reino. Não podemos deixar de sublinhar que, depois de 22 de Agosto de 1422 não possuímos inscrições datadas pela Era Hispânica¹¹³. Efectivamente, os dois únicos exemplos que apresentamos no nosso *Corpus* com data posterior a 1422 e ainda usando a Era dizem respeito a epígrafes que tinham sido redigidas e gravadas na sua quase totalidade antes do decreto de D. João I, mas que só foram completadas na parte que respeita aos elementos cronológicos depois dos óbitos respectivos, o primeiro ocorrido logo em 1423 (Insc. N.º 749), o segundo apenas em 1434 (Insc. N.º 750). Os lapicidas não tiveram outra alternativa se não datar os óbitos pela desactualizada Era Hispânica, terminando a gravação iniciada antes do decreto joanino. No entanto não conhecemos nenhum exemplo de uma epígrafe criada integralmente depois de 22 de Agosto de 1422 que tenha utilizado a Era Hispânica. Logo em 1423 encontramos diversos letreiros datados pelo Ano do Senhor. Assim acontece com a inscrição de Fr. Fernão Rodrigues Sequeira, Mestre de Avis, comemorativa da construção dos Paços de Benavente, que se conserva na parede da Igreja de Benavente, ou com a inscrição do Chafariz de Évora Monte, que D. Fernando, Conde de Arraiolos, filho segundo do Conde de Barcelos, mandou erguer em 1423. Podemos, portanto, dizer que a promulgação da lei teve um efeito quase imediato¹¹⁴.

¹¹³ A Corte régia ainda utilizava a Era Hispânica em 4 de Fevereiro de 1422 (Mon. Henr., vol. II, doc 19), tal como o Infante D. Henrique (Mon. Henr., vol. II, doc. 18, de 16 de Janeiro de 1422) e a Universidade (ChUP, vol. III, doc. 785, de 21 de Maio de 1422). O Infante D. Henrique usa o Ano do Nascimento já em 25 de Maio de 1422 (Mon. Henr., vol. II, doc. 24), e os documentos saídos da Chancelaria usam o Ano do Nascimento logo a partir de Agosto de 1422 (cf. HFAC, vol. I, doc. 336, de 30 de Agosto de 1422; ChUP, vol. III, doc. 787, de 15 de Setembro de 1422; Mon. Henr., vol. II, doc. 25, de 6 de Outubro de 1422; Mon. Henr., vol. II, doc. 26, de 30 de Outubro de 1422; etc.).

¹¹⁴ Sobre a velocidade de propagação das decisões emanadas do Poder Central veja-se o interessante estudo que João José Alves Dias consagrou à difusão pelo país do decreto de D. João III de 1532: assinado em Setúbal em 14 de Junho de 1532, chegou ao conhecimento do Corregedor de Entre Tejo e Guadiana, em Elvas, no dia seguinte (15 de Junho), do Corregedor do Algarve, em Tavira, três dias depois (17 de Junho) e do Corregedor de Entre-Douro-e-Minho quatro dias depois (18 de Junho). Contabilizando o tempo dispendido na difusão da Lei a nível local, o País ficou a conhecer a decisão régia em pouco mais de uma semana (cf. DIAS J.J.A. 1988, pp. 1-17).

Depois do Decreto de 1422, a Era Hispânica começou lentamente a ser esquecida. Não é de estranhar que alguns anos mais tarde comecem a surgir as notas explicando o sistema de conversão, procurando esclarecer as dúvidas que começavam a assolar os espíritos. Uma das primeiras dessas referências que conhecemos encontra-se no *Livro das Lembranças* de St.^a Cruz de Coimbra, exarada nos chamados *Anais Quatrocentistas*, numa pequena passagem dedicada aos problemas de concordância entre as diferentes formas de datação. Aí se regista o sistema adequado para converter as datas expressas na Era Hispânica em *Anno Domini*:

“Quando achares algua era das sobre dictas nom te torves conta XXXVIIJ sobre a era de Ihesu Christo e acharas a era de Cesar.” (ACMA, p. 93).

A nota foi redigida em 1447, portanto um quarto de século depois de D. João I ter ordenado a substituição da Era Hispânica pelo Ano do Senhor. Esta nótula revela-nos que deviam ter começado a surgir algumas dúvidas quanto à conversão da velha Era em *Anno Domini*, em desuso desde o decreto joanino.

O facto do Ano do Nascimento apenas ter sido imposto como norma em 1422 não quer dizer que antes não fosse conhecido ou que não tivesse sido esporadicamente utilizado. Ele foi, realmente, utilizado em certos meios eclesiásticos mais eruditos, como sublinhou o Prof. Avelino de Jesus da Costa, desde o Séc. XI (COSTA A.J. 1982, p. 22, citando PMH, DC 815, 816 e 853, três documentos retirados do Livro Preto).

6.4. Ano da Encarnação.

A grande diferença entre o *Anno Domini* e o Ano da Encarnação reside no dia em que se inicia a contagem: o *Anno Domini* começa a 25 de Dezembro (Estilo do Nascimento) ou a 1 de Janeiro (Estilo da Circuncisão); o Ano da Encarnação começa a 25 de Março (Estilo da Encarnação ou da Anunciação). Acrescente-se que o *Anno Domini* apresenta apenas um sistema de contagem (com a possibilidade de variação de 5 dias, consoante se aplique o Estilo do Nascimento ou o Estilo da Circuncisão), enquanto que o Ano da Encarnação, que utiliza sempre o Estilo da Encarnação, possui dois Cômputos: o Cômputo Pisano e o Cômputo Florentino. O Cômputo Pisano conta os anos correntes (iniciando a contagem a 25 de Março do Ano 753 da Fundação de Roma), enquanto que o Cômputo Florentino conta os anos completos (iniciando, portanto, a contagem a 25 de Março do Ano 754 da Fundação de Roma). Assim,

“... o cômputo de Pisa antecipa-se nove meses ao Nascimento de Cristo e o cômputo de Florença começa três meses depois do Nascimento. (...) o estilo de Pisa leva nove meses de avanço em relação ao ano do Nascimento (25 de Março

– 25 de Dezembro) e nove meses e sete dias em relação ao ano da Circuncisão (25 de Março – 1 de Janeiro). O estilo de Florença tem, por sua vez, um atraso de três meses quanto ao ano do Nascimento (25 de Dezembro – 25 de Março) e dois meses e vinte e quatro dias relativamente ao ano da Circuncisão (1 de Janeiro – 25 de Março).” (COSTA A.J. 1982, p. 24).

Ou, como esclarecia João Pedro Ribeiro,

“*Daqui nasce que no cálculo Pisano concorre o anno 1º de J.C. com o 46 do anno Juliano, 754 da Fundação de Roma, 4714 do periodo Juliano, 4 do Império d’Augusto, e 39 da era Hispanica; o Florentino porém assignando com zero o primeiro anno de J.C. depois de completo este, principia a contar o 1, que concorre com o 47 Juliano, 755 da Fundação de Roma, 4715 do Periodo Juliano, 5 do Imperio de Augusto, e 40 da era Hispanica.*” (RIBEIRO J.P. 1811, p. 4)

concluindo:

“*Portanto com o anno de 1805 concorre até 24 de Março o anno da Encarnação Pisano de 1805, e o Florentino de 1804; e de 25 de Março em diante o de 1806 Pisano e 1805 Florentino...*” (RIBEIRO J.P. 1811, p. 5).

Diríamos, portanto, que se entre os dias 1 de Janeiro e 24 de Março se verificar uma coincidência entre o Ano da Encarnação e o Ano do Nascimento (descontando-se os 38 anos à Era Hispânica) estamos perante um exemplo de utilização do Cômputo Pisano. Pelo contrário, se essa coincidência se verificar entre 25 de Março e 31 de Dezembro, estaremos perante um exemplo de Cômputo Florentino.

Reconhecida a existência dos dois Cômputos, importa verificar qual deles foi utilizado normalmente nos diplomas medievais portugueses e o que nos revela o panorama epigráfico. A resposta à primeira questão foi dada por João Pedro Ribeiro, que deixou registado que

“*... se accaso se usou na Hespanha do calculo de Pisa, mais ordinariamente se empregou o Florentino.*” (RIBEIRO J.P. 1811, pp. 7-8).

Falta dar resposta à segunda questão. Como referimos, possuímos no nosso *Corpus* 11 casos de utilização do Ano da Encarnação (em 6 casos utilizado em exclusivo, em 5 exemplos conjugado com a Era Hispânica). O primeiro exemplo de aplicação do Ano da Encarnação remonta a 1144 (Insc. N.º 82) enquanto que o último data de 1282 (Insc. N.º 397). Dentro destas 11 epígrafes apenas estão aptas a esclarecer qual o Cômputo utilizado as inscrições que apresentam simultaneamente os dois sistemas de datação (Ano da Encarnação + Era Hispânica) e que, por outro lado, revelem o dia e mês do evento comemorado. Efectivamente, só assim se poderá determinar se se aplicou o

cômputo Florentino ou o Pisano. Obedecendo a estas duas condições possuímos cinco inscrições:

Insc. N.º 134 – 1170, Maio, 10 – Ig. Lamas do Vouga

Insc. N.º 303 – 1233, Maio, 22 – Mosteiro de Alcobaça

Insc. N.º 309 – 1236, Maio, 10 – Ig. St.^a Maria da Alcáçova de Santarém

Insc. N.º 362 – [1263-64], Fevereiro, 2 – Ig. Santiago de Beduído

Insc. N.º 397 – 1282, Março, 18 – Sé Velha de Coimbra

Deste lote de epígrafes apenas a análise do caso de Santiago de Beduído se revela inconclusiva, pelo facto de uma pequena fractura afectar os numerais da Era Hispânica, impedindo a sua leitura. Todos os restantes casos revelam-nos invariavelmente a utilização do Cômputo Florentino no cálculo do Ano da Encarnação. Deste modo, podemos dizer que o panorama epigráfico concorda com o que João Pedro Ribeiro havia encontrado na Diplomática.

Não foi apenas ao nível epigráfico que se verificou a utilização dos dois sistemas de datação – Era Hispânica e Ano da Encarnação. Encontramos essa mesma dupla datação em alguns documentos da época, desde períodos relativamente remotos. Veja-se, por exemplo, PMH, DC 802, de 1094, um diploma datado precisamente pela Era Hispânica e pelo Ano da Encarnação.

6.5. Datação por vários sistemas. Sincronias.

A Idade Média, e nomeadamente determinados meios eruditos, apreciou a datação por sistemas complexos, onde as sincronias serviam para reforçar a data. Encontramos esses hábitos não apenas ao nível de certos *scriptoria* monásticos, mas também na Chancelaria Régia, aqui fruto da formação cultural de quem redigia o diploma.

Já tivemos oportunidade de referir a datação simultânea pela Era Hispânica, forma mais vulgarizada, e pelo Ano da Encarnação, de perfil mais erudito e normalmente cultivado nos meios eclesiásticos. Encontramos exemplos desses quer a nível epigráfico, quer a nível diplomático. Curiosamente, os primeiros exemplos que conhecemos pertencem a diplomas do episcopado de D. Crescónio, que se exararam no Livro Preto da Sé de Coimbra, o que revela a origem erudita e eclesiástica deste sistema de datação. Estes diplomas acrescentam, ainda, diversas referências de carácter histórico, como seja a datação pelo reinado de Afonso VI de Leão e Castela ou pelo ano do episcopado. O primeiro exemplo remonta a 1094:

“Facta est carta testamenti Anno ab Incarnatione Domini Nostri Ihesu Christi millesimo et nonagesimo Vº videlicet in Era Mª Cª XXXª IIª. Anno imperii regis Domni Adefonsi vicesimo et nono VIª kalendas marcias. Anno aepiscopatus

predicti pontificis IIº Comite Domno Raimondo dominante Colimbrie et omni Gallaeie.” (PMH, DC 802, de 1094; LPreto, n.º 173).

No que respeita ao Ano da Encarnação trata-se, como se pode verificar, de um caso de Cômputo Florentino. No mesmo cartulário da Sé de Coimbra encontramos, no ano seguinte, um novo exemplo:

“Factum est hoc testamentum et oblatum super Altare Sancte Marie pariter et in manu Episcopi Domni Cresconii die IIII kalendas Marcii luna XVIII In Era Mª Cª XXXIII qui est a Nativitate Christi Annus Milessimus et Nonagesimus Quintus. Anno episcopatus supradicti presulis IIIº Mense Xº die mensis XII. Anno imperii supradicti regis Domni Ildefonsi XXXº mense IIIº IIIª die mensis.” (PMH, DC 815, de 1095; LPreto, N.º 302).

Possuímos mais exemplos datados de 1095 (PMH, DC 816), de 1096 (LPreto, N.º 32) e de 1097 (PMH, DC 849 = LPreto N.º 509; PMH, DC 853 = LPreto, N.º 293).

Dentro da mesma linha de força podemos registar ainda outras passagens documentais onde as datas se sincronizam com eventos de particular relevância para a sociedade da época. Assim acontece, por exemplo, com alguns documentos de D. Sancho I¹¹⁵. Em Julho de 1188 declarava-se:

“Facta karta in mense Iulio sub Era Mª. CCª. XXª. VIª. Regnante Rege Domno Sancio. Capta Terra Iherusalem a Rege Saladim in ipso anno. Mortuus Rex Ferdinandus.” (DS, N.º 32; PMH, Leges, p. 471).

Em 1197, quando o monarca faz doação de Idanha-a-Velha à Ordem do Templo na pessoa de D. Lopo, sucessor de D. Gualdim Pais, declara:

“Facta fuit carta hec apud Portum Dorii X Kalendas Februarii Era Mª CCª XXXª Vª, anno regni nostri XI et a populatione eiusdem civitatis anno IIIº” (DS, N.º 100).

Ou, como se declara numa doação de D. Egas Afonso ao Mosteiro de Salzedas, datada de 1189:

“Era 1227 Regnante Rege Sanchio, V. regni ejus anno incipiente, quando capta fuit Civitas Silvis, translato de Portugalensi Episcopatu in Bracharensem Metropolim Martino Archiepiscopo, sede Lamecensi vacante...” (RIBEIRO J.P. 1811, p. 100).

¹¹⁵ João Pedro Ribeiro teve oportunidade de realçar que foi no reinado de D. Sancho I que se atingiu a maior expansão deste tipo de referências (cf. RIBEIRO J.P. 1811, pp. 99-100 e 104). Não pode deixar de ser significativo sublinharmos que ao nível das epígrafes medievais o reinado deste monarca corresponde igualmente à fase de maior expansão das referências cronológicas por eventos sincrónicos.

Noutros diplomas da Chancelaria Régia contabilizavam-se, apenas, os anos de reinado. Assim, em 1196 dizia-se:

“Facta fuit hec carta apud Ripam de Monteco III^o Kalendas Augusti Era M^a. CC^a. XXX^a. III^a. (...) Anno Regis Nostris XI^o...” (DS, N.º 96);

em 1202:

“Facta fuit hec carta apud Vimaranes Mensse Iunio Era M^a. CC^a. X^a. Anno Regni Nostris X^o VII^o” (DS, 140);

em 1206:

“Facta fuit hac carta apud Colimbriam decimo kalendas februaryi Era Millessima Duocentessima Quarta Decima, Anno Regni Nostris Vigesimo...” (DS, N.º 162).

O costume de apresentar datações com referência a momentos marcantes não foi exclusiva das chancelarias régias. Apresentamos, apenas, o caso dos Templários. D. Gualdim Pais, quando outorga o foral a Pombal, em 1174, refere:

“Facta firmamenti karta a constructione opidi anno decimo octavo mense iunio Era Millesima ducesima XII^a. Regnante Domno Ildefonso portugalesium rege comitis Henrici et regine Tarasie filio magni regis Ildefonsi nepote et cum eo rege Sanchio filio suo et uxore eius domna regina Dulci nomine. Anno ab Incarnatione Domini Millesimo Centesimo septuagesimo quarto.” (PMH, Leges, pp. 398-399).

No Foral do Castelo de Zêzere, que D. Gualdim assina nesse mesmo ano, declara-se:

“Facta karta firmitudinis mense Iunio Era M^a. CC^a. XII^a Anno secundo a constructi opidi populatione.” (PMH, Leges, p. 403).

Este tipo de referências cronológicas, onde as datas vulgares, pela Era Hispânica, são legitimadas e confirmadas por sincronias de diversos acontecimentos ou pelas contagens dos anos de reinado ou de episcopado, não pode deixar de recordar alguns exemplos de epígrafes do nosso *Corpus*, nomeadamente a inscrição de Soure, de 1138 (Insc. N.º 73), a inscrição de St.^a Maria da Alcáçova de Santarém (Insc. N.º 98), a inscrição da Torre Quinária (Insc. N.º 205) e a inscrição da Torre de Belcouce (Insc. N.º 265).

Houve, no entanto, outras situações de coexistência de diferentes sistemas de datação, como por exemplo três curiosos documentos do Mosteiro de Lorvão que, espelhando o ambiente moçárabe que se vivia na zona, e a convivência entre as duas civilizações, utilizam a datação pela Era Hispânica e a datação pela Hégira (PMH, DC 229, de 1016; PMH, DC 230, de 1016; PMH, DC 240, de 1018) (cf. VITERBO J.S.R. 1798-99, s.v.

Égira, vol. II, p. 207; Idem, s.v. Era, vol. II, p. 224; AZEVEDO R. 1932, p. 193)¹¹⁶. Não menos significativo é o facto de um deles classificar a datação pela Hégira “*secundum Egitam Arabum*” enquanto que a Era Hispânica é designada “*secundum Eram Romanorum*” (PMH, DC 229). Não possuímos, no entanto, nenhum exemplo de convivência epigráfica entre as duas civilizações, como acontece, por exemplo, com algumas inscrições bilingues espanholas onde os mesmos textos foram exarados em latim e em árabe (cf., por exemplo, o epitáfio cordovês de João, falecido em 1109 – OCAÑA JIMENEZ 1961-62; o epitáfio de Miguel Semeno, de Toledo, de 1146 – YAHUDA 1917; ou o epitáfio de Domingos Joanes, de Córdova, de 1181 – SIMONET 1897, vol. IV, p. 775).

6.6. O X Aspado e outros sinais específicos.

A Epigrafia Peninsular conheceu, ao longo da Idade Média, alguns símbolos específicos que aqui abordaremos. Unem estes sinais o facto de terem sido sobretudo utilizados nos numerais das datas e de uso exclusivo, ou quase exclusivo, do espaço peninsular.

“L’analyse de l’écriture doit être attentive aus différences régionales, parfois très marquées. Pour prendre deux exemples particulièrement suggestifs, on notera la forme du T dit wisigothique, le chiffre lié de XL employé depuis 540, l’épísemon pour six, déformation du VI classique, les formes propres employées pour le chiffre de mille, I, I^a, T, tous éléments caractéristiques du domaine hispanique jusqu’au XII^e siècle, et qui ne franchissent qu’à peine les Pyrénées, du côté oriental.” (FAVREAU 1979, pp. 59-60).

O primeiro desses sinais que aqui abordaremos é aquele a que os epigrafistas chamam vulgarmente *epísemon* dada a semelhança gráfica com o sinal grego utilizado para representar o numeral seis (cf. VIVES 1940, pp. 11-12; VIVES 1969, p. 190). Hübner ignorou este sinal quando se debruçou sobre a Epigrafia Peninsular, tendo transcrito uma vez por “G” outras por “S”. Por seu turno, o P.^e José Vives entendia que “*el epísemon deriva de una letra griega arcaica con valor de VI (seis)*” (VIVES 1969, p. 190, um estudo cuja primeira edição, recordemos, foi publicada em 1942). Jean Mallon demonstrou, em 1948, que o sinal que se fazia derivar do numeral grego

¹¹⁶ A Hégira teve início a 16 de Julho de 622, coincidindo o início da contagem do calendário muçulmano, como se sabe e como o próprio nome indica, com a fuga de Maomé de Meca para Medina.

não era mais do que a solução terminal da evolução do nexa das letras VI (MALLON 1986, pp. 191-193), concluindo que

“Il faut abandonner définitivement l’explication grecque du sigle qui exprime le chiffre 6 dans les mêmes inscriptions, sigle que, en vertu de cette même explication, on avait cru pouvoir baptiser «épisemon».” (MALLON 1986, p. 204).

Às mesmas conclusões chegou Joaquín Maria de Navascués y de Juan quando se debruçou sobre as Eras que terminavam com as letras AS, esclarecendo que esse nexa VI tanto pode assumir a forma do *episemon* como de um S (NAVASCUÉS Y DE JUAN 1951, pp. 5-20).

Apesar de ser conhecido da série epigráfica paleocristã portuguesa (desde 527 ou 528 – Insc. N.º 26 do nosso Anexo 1), não temos, na Epigrafia Medieval Portuguesa (Sécs. IX a XV) nenhum exemplo de utilização desse nexa.

O segundo sinal que aqui abordaremos é o conhecido X aspado, equivalente a 40, que esteve na origem de tantos lapsos de leitura: nalgumas situações porque os autores negaram conscientemente a sua existência e o seu valor (como foi o caso de Hübner), noutros casos porque, apesar de reconhecerem a existência do X aspado, não o reconheceram na inscrição que tinham perante si. Ambas as situações conduziram a erros de datação, com a antecipação indevida da data em 30 anos.

Os historiadores e paleógrafos habituaram-se, desde há bastante tempo, a reconhecer a existência deste sinal. Fr. António Brandão conhecia o seu valor, como se depreende, por exemplo, de BRANDÃO A. 1632(a), p. 5 v.º, p. 52 ou p. 100. Escassos nove anos antes, D. José de Cristo deixava nos seus manuscritos diversas notas sobre o valor do X aspado. Efectivamente, no Catálogo que elaborou em 1623, D. José de Cristo escrevia a propósito do X:

“Em o qual algarismo pera contar dez poem o gottico hum .X. pera sinalar vinte e poem dous .XX. pera trinta poem tres .XXX. pera dizer quarenta poem hum .X. co hua virgola por cima em figura de arco desta forma X^l.” (CRUZ A. 1964, pp. 254-255).

O mesmo autor deixaria uma extensa nota sobre as várias configurações que o X aspado podia assumir nos documentos medievais portugueses:

“Porque escreve quarenta de tres modos. O primejro he assim X’ a qual letra sem mais arco nem virgola mas so com a plica em o mejo val quarenta, o 2º he XL como o de Morales que val quarenta. Estes dous modos são ordinarios no Livro Santo, no Discipolo, e no Memorial. O 3º so achej em prazos, que quando escrevem quarenta sinalão assim X^v o que alguns padres cuidarão que valia quinze mas he pensamento errado conforme o tenho computado com diligencia.

Tambem achej em alguns prazos o numero de quarenta assinalado desta sorte .X^{ta}. As constituições santas, que falão em a quaresma, dizem deste modo .X^Lgesima. ou .X'. Isto a de advertir quem quizer com as Eras deste mostr^o e com as do Livro das Eras, por isso o pus aqui pera se lograrem do trabalho que nisso pus e sofri.” (CRUZ A. 1964, p. 256).

Noutro escrito seu, D. José de Cristo registava:

“Note quem ler este livro, pera não errar como muitos fizerão, que não sabem de contas antigas nem da valia das letras. Principalmente nos Xizes dos quais huns valem dez outros valem quarenta e muitos no tresladar se confundem errando intolerantemente as contas, e Eras furtandolhe trinta anos.” (ACMA, p. 17).

De pouco valeram as advertências de D. José de Cristo, de Fr. António Brandão e de outros historiadores. Na realidade, o X aspado tem conduzido desde sempre a erros. Já João Pedro Ribeiro se lamentava dos erros de datação na leitura de muitos documentos, que muitos dos seus antecessores haviam cometido por não reconhecerem a presença do X aspado e do L uncial:

“... os tenho reconhecido por mal lidos nas suas datas, v.g. por se ter dado ao 2, ou L, o valor de 20, ou X aspado o valor sómente de 10.” (RIBEIRO J.P. 1811, p. 28).

O X aspado é um sinal característico do espaço peninsular já que foi apenas aqui utilizado. Teve, no entanto, um grande sucesso, tendo sido aplicado durante quase um milénio. José Vives registou, a este propósito, que

“En las inscripciones y también en los manuscritos españoles anteriores al siglo XII sale frecuentemente una cifra especial para indicar la cantidad de XL. Se dieron ya cuenta de ello los historiadores españoles del siglo XVIII, como Flórez, y la han admitido casi sin excepciones los modernos. Hübner, sin embargo, con una terquedad que tiene visos de ceguera, no quiso aceptar el valor de tal signo. En su primer volumen de 1871 titubea al tratar de esta cuestión; en el segundo, de 1900, decididamente lo rechaza. Lo malo es que su parecer, realmente arbitrario, ha sido seguido unánimamente por los arqueólogos de fuera de la península y aun hizo vacilar a algunos españoles.” (VIVES 1940, p. 5; VIVES 1969, p. 186).

Acrescentava Vives que

“Este signo especial, que en realidad no es otra cosa que un nexo de las cifras X y L con los trazos de esta última muy reducidos, figura, según hemos dicho, frecuentemente en los manuscritos de los siglos IX-XII.” (VIVES 1940, p. 6; VIVES 1969, p. 186).

Se, na realidade, a origem do X aspado radica no nexa das letras XL tendo, portanto, o valor de 40, como foi amplamente demonstrado por Vives (VIVES 1940, pp. 6-11; VIVES 1969, pp. 187-190) e como bem demonstra a evolução que é possível traçar a partir dos exemplos altimedievicos, devemos no entanto corrigir o limite da utilização deste sinal, que em Portugal ultrapassa em muito o séc. XII, e que chega até ao séc. XIV.

Em Portugal o primeiro exemplo do nexa XL, que com a evolução paleográfica daria origem ao X aspado, encontra-se no epitáfio de *Orania*, de Mértola, de 503 (conforme já sublinhou NAVASCUÉS Y DE JUAN 1951, p. 10), e logo de seguida no epitáfio de *Pierius* de 507 (respectivamente Inscs. N.ºs 6 e 7 do nosso Anexo 1).

Na Epigrafia Medieval (Sécs. IX a XV), o X aspado é utilizado em 23 inscrições:

- Insc. N.º 50 – 1105 – Canedo
- Insc. N.º 99 – 1154 – S. João de Tarouca
- Insc. N.º 103 – 1159 – Veade
- Insc. N.º 104 – 1160 – Tomar
- Insc. N.º 105 – 1160 – Ermida de Paiva
- Insc. N.º 107 – 1161 – Pedroso
- Insc. N.º 150 – 1174 – Sé Velha de Coimbra
- Insc. N.º 188 – 1190 – Tomar
- Insc. N.º 256 – 1202 – Paço de Sousa
- Insc. N.º 257 – 1202 – St.^a Cruz de Coimbra
- Insc. N.º 258 – 1206 – S. João de Almedina
- Insc. N.º 260 – 1208 – Sé Velha de Coimbra
- Insc. N.º 261 – 1208 – Sé Velha de Coimbra
- Insc. N.º 262 – 1208 – St.^a Maria do Castelo de Torres Vedras
- Insc. N.º 265 – 1211 – Torre de Belcouce, Coimbra
- Insc. N.º 266 – 1211 – Sé Velha de Coimbra
- Insc. N.º 303 – 1233 – Alcobaça
- Insc. N.º 350 – 1258 – Roriz
- Insc. N.º 352 – 1261 – Estremoz
- Insc. N.º 502 – 1304 – Ganfei
- Insc. N.º 504 – 1305 – S. Torcato
- Insc. N.º 507 – 1306 – Castelo de Albuquerque, Espanha
- Insc. N.º 510 – 1307 – S. Bartolomeu de S. Gens

Desta listagem podemos concluir que o uso do X aspado na série epigráfica que ocupa o nosso *Corpus* se prolonga por todo o Séc. XII e XIII e pelos inícios do Séc. XIV, já não sendo aplicado nos meados desta centúria nem em períodos mais recentes.

A forma gráfica que o X aspado adquire pode ser variada. Houve, no entanto, duas que se afiguram particularmente características: o X com aspa oblíqua gravada a

partir da haste superior direita do X e o X onde a aspa se gravou entre as metades superiores das hastes, na forma de pequeno arco de círculo. Devemos, contudo, sublinhar a presença de dois casos de “pseudo X aspado”. Referimo-nos às inscrições de Sernancelhe e de N.^a S.^a da Fresta (respectivamente Insc. N.^o 141, de 1172, e N.^o 174, de 1184). Devemos confessar que o caso de Sernancelhe nos levantou – e continua a levantar – muitas dúvidas. Trata-se de um curto letreiro, que apenas memoriza uma data (certamente relacionada com alguma fase construtiva do templo), e onde se pode ler:

E . M CC X

O X apresenta na haste superior direita uma linha curva semelhante a um pequeno “c”, que podia ser interpretada como um X aspado. Assim o fizemos inicialmente, até porque no contexto em que surge aplicado era perfeitamente plausível. A Era seria, portanto, 1240, correspondendo ao A.D. 1202. No entanto, conhecemos um segundo exemplo de uma solução gráfica exactamente igual, na Igreja de N.^a S.^a da Fresta, em Trancoso. Nessa inscrição podemos ler a data:

E. M CC XX II

onde o segundo X volta a apresentar a mesma solução gráfica, com linha curva gravada no remate da haste superior direita, quase parecendo um pequeno “c”. ora, no contexto desta data, a presença de um X aspado é anómala e impossível. Na realidade, nunca um lapicida gravaria a Era de M CC XX’ II = 1232, A.D. 1194 como pretenderam alguns autores. Pelo contrário, apenas podemos estar perante a Era de 1222, A.D. 1184. Assim, esta solução gráfica, que numa primeira análise poderia ser entendida como mais uma forma de representar o X aspado, não parece passar de um capricho epigráfico, se assim se pode dizer. As semelhanças entre o caso de Trancoso e de Sernancelhe levaram-nos a assumir que o X de Sernancelhe não é aspado, e que portanto a epígrafe corresponde ao ano de 1172. De resto, a forma deste X com pequeno “c” no remate da haste superior direita não pode deixar de recordar outros exemplos que ocorrem nos documentos da época, e para os quais Fr. Joaquim de St.^a Rosa Viterbo chamava a atenção no seu *Elucidário*, sublinhando que “*nem sempre que o X tenha alguma risca ou variedade se há-de julgar cegamente como nota numeral de 40*” (VITERBO J.S.R. 1798-99, vol. II, p. 641, nota 1). Entre os exemplos apontados encontra-se uma carta do Mosteiro de S. Simão da Junqueira onde a data foi exarada “E. M. CC. LXX. *Regnabat Rex S.*”, com o segundo X apresentando pequeno C na haste superior direita. Trata-se de um diploma de D. Sancho II, que apenas poderá corresponder ao A.D. 1232.

Reservamos para uma nota final algumas breves considerações no que respeita à utilização de certos caracteres como numerais. A primeira observação vai para a utilização do T e do I com valor de numeral (equivalente a 1000). Ambas as soluções são, como Robert Favreau sublinhou, sobretudo características da Epigrafia Medieval da

Península Ibérica (FAVREAU 1979, p. 60). Diríamos mesmo que se trata de soluções que apenas ocorrem nas epígrafes que denunciam influências mais arcaicas, nomeadamente moçárabes. Em qualquer dos casos a sua utilização nas inscrições do nosso *Corpus* limita-se ao período que medeia entre os fins do séc. X (desde 982) e a primeira metade do séc. XII (até 1140). Conhecemos sete exemplos seguros de utilização do T com valor numeral de mil (excluindo-se, portanto, desta listagem os casos de inscrições que não sobreviveram até aos nossos dias):

- Insc. N.º 6 – 982 – Montemor-o-Velho
- Insc. N.º 8 – [982-1001] – St.^a Leocádia de Briteiros
- Insc. N.º 9 – 991 – Cacela
- Insc. N.º 28 – 1067 – Cête
- Insc. N.º 31 – [1071-1072] – Serzedelo
- Insc. N.º 60 – [1123-1131] – Manhente
- Insc. N.º 65 – 1130 – Montemor-o-Velho.

Já no que respeita à utilização do I com valor de mil possuímos apenas um caso:

- Insc. N.º 78 – 1140 – Correlhã.

Qualquer das soluções foi utilizada nos diplomas da época, convivendo lado a lado com o M (que desde sempre se afirmou como a solução predominante). Tal como a tendência demonstrada na epigrafia medieval portuguesa, também nos diplomas se verifica que, depois do M, a forma mais utilizada foi o T, e que o I se circunscreveu a casos mais raros. Para o período correspondente à segunda metade do séc. XI (1050-1100) contabilizamos nos 578 documentos que integram os *Portugaliae Monumenta Historica* (PMH, DC 374 a DC 952), 86 casos de utilização do T com valor numeral e apenas 7 casos de I com valor numeral¹¹⁷. Ou seja, os TT representam 14,88 % dos exemplos, enquanto que os II representam apenas 1,21 % dos casos.

A derradeira nota respeita ao L uncial (graficamente semelhante ao nosso 2), que surge nesta sua forma curvilínea utilizado quase exclusivamente com valor de numeral (equivalente a 50), portanto de forma esmagadoramente maioritária nas datas¹¹⁸. O nosso *Corpus* apresenta um total de 81 epígrafes onde ocorre o L uncial. O primeiro exemplo é a inscrição de Lourosa da Serra, de 912 (Insc. N.º 3), enquanto que os últimos exemplos que detectamos são de 1329 (Insc. N.º 570) e de [1330-1339] (Insc. N.º 575).

¹¹⁷ Seria fastidioso estar aqui a referir todos os 86 casos de TT com valor de mil nesta segunda metade do séc. XI. No entanto, os II, por serem muito mais escassos, podem ser registados. Encontramo-los em PMH, DC 382 (de 1052), DC 435 (de 1063), em DC 598 (de 1081), em DC 599 (de 1081), em DC 713 (de 1088), em DC 866 (de 1097) e em DC 871 (de 1098).

¹¹⁸ Embora com algumas exceções – vd. Inscs. N.º 368 e N.º 408, onde é utilizado fora das datas, embora ainda como numeral.

A repartição por centúrias denuncia, no entanto, que estamos perante uma forma que alcançou particular sucesso ao longo do Séc. XII e particularmente do Séc. XIII, resumindo-se a um carácter meramente excepcional no Séc. XIV. Efectivamente, no que respeita à utilização do L uncial pela Epigrafia Medieval Portuguesa podemos traçar o seguinte panorama:

	1.ª Metade Século	2.ª Metade Século	Total	%
Séc. IX	–	–	0	0
Séc. X	2	–	2	2,47
Séc. XI	6	–	6	7,41
Séc. XII	22	5	27	33,33
Séc. XIII	36	7	43	53,09
Séc. XIV	3	–	3	3,70
Séc. XV	–	–	–	0

A grande concentração dos exemplos nas primeiras metades das centúrias não deve causar qualquer estranheza, sendo reflexo directo de as epígrafes serem datadas pela Era Hispânica, 38 anos avançada em relação ao nosso calendário. O quadro revela de forma indelével que o séc. XII e sobretudo o séc. XIII foram as centúrias que mais regularmente utilizaram essa forma gráfica. Do ponto de vista paleográfico diríamos que se trata de uma solução que é sobretudo característica do alfabeto epigráfico Carolino, embora se conheçam exemplos anteriores. No entanto, a afirmação do alfabeto Gótico Maiúsculo Redondo veio ditar o desaparecimento quase repentino desta forma gráfica.

Podemos dizer que esta forma uncial e minúscula foi reservada para uso com sentido de numeral. Há, no entanto, uma excepção – a única que encontramos em todas as epígrafes – onde o L uncial foi aplicado numa palavra como letra comum. Trata-se do epitáfio da Meana Dórdia Gomes, que se conserva na Igreja de Veade (Insc. N.º 103, de 1159).

6.7. Sistemas de contagem dos dias. Nomenclaturas.

Iremos, neste pequeno apartado, debruçarmo-nos por meio de breves apontamentos sobre os diversos sistemas de contagem dos dias e as nomenclaturas dos dias da semana.

Registou João Pedro Ribeiro que

“Entre nós não se frequentou a pratica de distinguir os dias da semana com os nomes dos Deozes da gentilidade, ainda hoje usuaes em Hespanha, e até ha pouco na França. Contou-se sempre pelo modo Ecclesiastico por Ferias, e por ellas se designarão, nos nosso documentos, algumas vezes os dias da semana...” (RIBEIRO J.P. 1811, p. 75).

Já diversos autores tiveram oportunidade de realçar a importância cultural do Noroeste Peninsular ter sido a única zona do Ocidente a prescindir da nomenclatura pagã dos dias da semana e a adoptar a designação cristã pelas férias (cf. COSTA A.J. in DHP, s.v. “Dias da Semana”, vol. II, pp. 296-298, onde se apresenta uma boa resenha bibliográfica sobre o tema). No caso português, por força do processo da Reconquista, a utilização da nomenclatura acabou por se alargar a toda a área do território nacional. Os primeiros testemunhos do uso desta nova nomenclatura encontram-se na *Crónica* de Idácio, Bispo de Chaves, um autor que utilizou exclusivamente o sistema cristão ao longo de toda a sua *Crónica* (redigida em 469). Uma das mais celebrizadas referências encontra-se em S. Martinho de Dume, que no *De Correctione Rusticorum* se insurgiu contra o uso dos nomes pagãos e advogou a mudança para as férias (*De Correctione Rusticorum*, § 9). Diversos autores caíram na tentação de atribuir a S. Martinho de Dume e à sua acção evangelizadora o facto do Noroeste Peninsular ter sido a única zona do Império a aderir ao novo sistema. No entanto, e como Carlos Alberto Ferreira de Almeida teve oportunidade de sublinhar, não é possível atribuir apenas à acção de S. Martinho este costume, devendo o seu sucesso ser igualmente encarado como um sintoma da tardia e incompleta romanização do Noroeste Peninsular no momento em que se começa a afirmar o Cristianismo:

“Cremos bem que a singularidade portuguesa, na maneira de designar os dias da semana, se deve explicar, na verdade, pela actuação eclesiástica, já pré-martiniana, mas exercida sobre uma população que ainda não tinha assimilado, nem profunda nem totalmente, a nomenclatura romana.” (ALMEIDA C.A.F. 1973, pp. 15-16).

Na realidade, outras zonas do Ocidente tiveram os seus pregadores, tão ou mais influentes que S. Martinho de Dume, e o efeito dessa pregação não se traduziu em resultados práticos.

Como se sabe, o primeiro testemunho epigráfico do uso da nomenclatura cristã encontra-se em Braga. Trata-se do epitáfio de *Remisnuera*, falecida a 1 de Maio de 618 que, como o leteiro esclarece, correspondeu a uma Segunda-Feira. Depois desta referência epigráfica do séc. VII, seria necessário aguardar pelo séc. X para voltarmos a encontrar uma referência ao dia da semana, no epitáfio de Hermenegildo, de St.^a Maria

de Salceda (Pontevedra), falecido nas Nonas de Novembro de 943, que se pretende ter coincidido com uma Quinta-Feira (quando, na realidade, coincidiu com um Domingo).

No nosso *Corpus* não possuímos muitas epígrafes referindo o dia da semana: entre 761 epígrafes apenas 12 referem o dia da semana:

- Insc. N.º 393 – 1279, Julho, 1 – Sábado
- Insc. N.º 423 – 1292, Novembro, 15 – Sábado
- Insc. N.º 506 – 1306, Janeiro, 17 – Segunda-Feira
- Insc. N.º 507 – 1306, Agosto, 4 – Quinta-Feira
- Insc. N.º 522 – 1310, Abril, 27 – Segunda-Feira
- Insc. N.º 546 – 1321, Fevereiro, 17 – Terça-Feira
- Insc. N.º 548 – 1321, Novembro, 13 – Sexta-Feira
- Insc. N.º 595 – 1340, Julho, 1 – Sábado
- Insc. N.º 604 – 1343, Março, 1 – Domingo [Sic]
- Insc. N.º 611 – 1346, Dezembro, 31 – Domingo
- Insc. N.º 663 – 1380, Abril, 16 – Segunda-Feira
- Insc. N.º 669 – 1383, Outubro, 22 – Quinta-Feira.

Como se pode verificar a partir desta listagem, apenas um caso encerra um erro de cálculo (o que deve reflectir um afastamento entre o momento em que se criou a epígrafe e a data nela exarada). Trata-se da Insc. N.º 604, que indica o dia 1 de Março de 1343 como tendo sido um Domingo quando, na realidade, coincidiu com um Sábado. Todos os restantes exemplos são correctos no que respeita ao dia indicado. Por outro lado, importa realçar como o aparecimento da referência aos dias da semana é um acontecimento relativamente tardio no nosso panorama epigráfico, do último quartel do séc. XIII e do séc. XIV, que ocorre apenas a partir de 1279. Ora, este ano coincide precisamente com o início do reinado de D. Dinis que, como se sabe, foi o monarca responsável pela imposição da língua portuguesa nos domínios diplomáticos. De resto, os dias da semana aparecem exclusivamente relacionados com as inscrições redigidas em português.

O caso da inscrição do Castelo de Albuquerque, de 4 de Agosto de 1306 (Insc. N.º 507), merece alguns comentários. Na realidade, o letrado refere

F(eri)a : Q(ua)RTA : Q(ua)TRO : DIAS : AnDADOS : DAGOSTO : DA
: Era : DE : MIL : E : TR / EZENTOS : E : X' : E : Q(ua)TRO : ANOS

No nosso *Corpus* atribuímos a epígrafe a “1306, Agosto, 4, Quinta-Feira” (Insc. N.º 507). Como justificamos no respectivo comentário, o dia 4 de Agosto de 1306 coincidiu realmente com uma Quinta-Feira. No entanto, a lápide do Castelo de Albuquerque não encerra nenhum lapso, tratando-se, antes, de um caso de contagem das férias à maneira castelhana. Efectivamente, enquanto que entre nós consideramos o Domingo

como o primeiro dia da semana, em Castela, quando se utilizou o sistema de contagem por férias (de uso erudito e essencialmente eclesiástico), considerou-se o Domingo como o último dia da semana, aquele em que o Senhor descansou (cf. SARAIVA J. 1943, pp. 62-64). Assim, a férias primeira da contagem erudita castelhana corresponde à nossa Segunda-Feira, a férias sexta ao nosso Sábado e a férias sétima ao Domingo. Deste modo, a inscrição do Castelo de Albuquerque estava correcta quando se reportava ao dia 4 de Agosto de 1306 declarando-o “F(eri)A Q(ua)RTA”.

Como se sabe, o sistema de contagem dos dias do mês fazia-se outrora pelas Calendas, Nonas e Idos, num sistema de contagem regressiva ou retrógrada.

“Em vez da contagem directa ou progressiva dos dias desde o início ao fim do mês, usou-se na Antiguidade e Idade Média a contagem regressiva em relação às calendas (o dia 1 de cada mês), às nonas e aos idos (respectivamente a 7 e 15 nos meses de Março, Maio, Julho e Outubro, e a 5 e 13 nos meses restantes).” (COSTA A.J. 1982, p. 25; vd. tb. SARAIVA J. 1943, p. 35).

O sistema de contagem regressivo ou retrógrado utilizou-se de forma esmagadora até aos meados da segunda metade do séc. XIII. Houve, no entanto, excepções e, mesmo contando pelas calendas, nonas ou idos, podem-se encontrar casos de contagem progressiva ou directa (cf. SARAIVA 1943, pp. 36-40). Segundo o Professor Doutor Avelino de Jesus da Costa, os exemplos de contagem directa começam a ocorrer a partir de 1030 (COSTA A.J. 1982, p. 25; DHP, s.v. “Dias da Semana”, vol. II, p. 296). No entanto, não encontramos a nível epigráfico nenhum caso seguro de contagem directa por calendas, nonas ou idos.

O sistema clássico de contagem regressiva manteve-se predominante até aos meados da segunda metade do Séc. XIII. Já João Pedro Ribeiro sublinhara que

“Até o reinado principalmente do Senhor D. Diniz, em que os documentos do nosso Reino forão pela maior parte exarados na lingua latina, foi mais usual contarem-se os dias do mez pelo Kalendario Romano, por Kal., Non. e Idos” (RIBEIRO J.P. 1811, p. 63).

Para além do “Estilo Clássico” (contagem regressiva por calendas, nonas e idos), a Idade Média conheceu igualmente alguns casos de contagens pelo “Estilo Vulgar”, para usarmos expressões de José Saraiva, onde os dias eram anotados de forma progressiva ou directa e por numeração contínua (SARAIVA J. 1943, pp. 27-32).

A Epigrafia Medieval Portuguesa foi claramente dominada pelo sistema de contagem regressivo pelas calendas, nonas e idos, o qual foi utilizado de forma quase exclusiva até ao terceiro quartel do Séc. XIII. Não foi, no entanto, o único sistema conhecido. Na realidade, possuímos no nosso *Corpus* alguns (escassos) exemplos de contagens

progressivas ou directas pelo “Estilo Vulgar”. O primeiro exemplo regista-se em 1186, e é um curioso caso que merece alguma atenção. Trata-se da inscrição da Igreja-Colegiada de S. Salvador, em Coimbra, onde se registou inicialmente “XII DIES TR(a)NSACTIS DE ERA M^a CC^a XX^a IIII^a” (cf. Insc. N.º 179). Num momento posterior, com letra claramente distinta e fora da mancha gráfica do letreiro original, acrescentou-se a palavra APRILIS: “XII DIES TR(a)NSACTIS DE <APRILIS> ERA M^a CC^a XX^a IIII^a”. Apesar de ser flagrante que se trata de um acrescento muito posterior, a inscrição de Vermudo Vermudes foi publicada por todos os autores até hoje como sendo de 12 de Abril de 1186 quando, na realidade, ela corresponde ao dia 12 de Janeiro de 1186 (tendo em atenção que a Era Hispânica, usada na sua datação, começava a ser contada a partir de 1 de Janeiro de cada ano). Depois da epígrafe coimbrã encontramos mais dois exemplos de contagem directa: na Insc. N.º 296, de 14 de Dezembro de 1225, onde o dia se expressa na forma “XIII D(ie) DECEMBRIS”; e na Insc. N.º 311, de 22 de Março de 1237, que refere “MARCIO XX II DIE MENSIS”. Estes exemplos de contagens progressivas ou directas, contrastantes com a esmagadora maioria de contagens regressivas, devem ser colocados em paralelo com outros que João Pedro Ribeiro e José Saraiva registaram na Diplomática (RIBEIRO J.P. 1811, pp. 64 e ss.; SARAIVA J. 1943, pp. 31-32).

A mudança para um novo sistema de contagem começa a sentir-se com o fim do terceiro quartel do séc. XIII, quando se começam a vulgarizar os “dias andados” e os “dias por andar”. Em princípio, este sistema deveria contar até aos meados dos meses os dias andados, e daí até ao fim dos meses os dias por andar. No entanto, e como João Pedro Ribeiro sublinhou, nem sempre se respeitou este esquema:

“Nos fins do séc. XIV, e ainda no Séc. XV se exprimirão entre nós muitas vezes os dias andados, e por andar dos mezes, semque se observasse escrupulosamente contar os primeiros até o meio do mez, e os outros dahi em diante...” (RIBEIRO J.P. 1811, p. 59).

Outro problema que este tipo de datações suscita é o de se saber se se contavam apenas dias completos ou dias correntes:

“Poderia com tudo duvidar-se, se nos dias andados entrava também o da data, e igualmente nos por andar: isto he, se se contavão só os completos ou também os corrente, dizendo-se v.g. a 7 de Março, 7 dias andados, ou sómente 6: se a 28 de Janeiro (que tem 31 dias) se dizia 4 dias por andar, ou sómente 3. Verifica-se porém, que o mesmo dia da data entrava na conta, e portanto não só os completos, mas também o corrente, com analogia à computação do Kalendarario Romano por Kalendas, Nonas e Idos.” (RIBEIRO J.P. 1811, p. 60).

A resposta a esta questão, comprovando a legitimidade da conclusão de João Pedro Ribeiro, encontra-se, por exemplo, na epígrafe de Maria Fernandes, que se conserva na

Igreja de S. Martinho de Sintra, onde se declara que “PAS(s)OU : VESPerA : De : SAn : MIguel : De : SETEmBRO : TRES : DIAS : POR AnDAR” (Insc. N.º 511, de 1307). Como Setembro possui 30 dias, nos “3 dias por andar” entrava-se em linha de conta com o dia corrente e não apenas com os dias completos. Só assim se pode fazer coincidir o S. Miguel de Setembro (28 de Setembro) com a indicação dos “3 dias por andar”. Este exemplo seria, de resto, um dos utilizados por João Pedro Ribeiro na demonstração da sua conclusão (RIBEIRO J.P. 1811, p. 62).

Os primeiros exemplos epigráficos do novo sistema de contagem dos dias do mês remontam a 1272. Uma inscrição, infelizmente truncada e de leitura não isenta de dúvidas, indica os XXXº AN[dados] (Insc. N.º 379), enquanto que outra epígrafe, desaparecida, refere o dia 29 de Maio como sendo “DOIS DIAS POR ANDAR” (Insc. N.º 381-A). A contagem dos dias andados ou por andar conviveu com as contagens directas (Estilo Vulgar), que se foram impondo cada vez mais. Em 1274 encontramos novo exemplo da utilização do sistema de contagem progressivo, semelhante ao que utilizamos nos nossos dias. A inscrição do Hospital de Portalegre, de 1274, refere “XV DIE AUGUSTI ERA Mº CCC XII” (Insc. N.º 387). Logo dois anos depois, em 1276 encontramos nova referência: “VIII DIAS ANDADOS...” (Insc. N.º 389, de 8 de Julho de 1276). Em 1 de Julho de 1279: “SABADO PRIMO DIA DE IULIO...” (Insc. N.º 393). Nesse mesmo letreiro se indica que D. Dinis começara a reinar a 17 de Fevereiro: “XVII DIA[s de fevereiro]”. Em 1283, num letreiro redigido em latim, diz-se “APRILIS LUCE SECUNDA” (Insc. N.º 402, de 1283, Abril, 2). Em 1292: “SABADO XV DIAS DE NOVEMBRO...” (Insc. N.º 423). Em 1294: “VI DIAS DE FEVEREIRO...” (Insc. N.º 430). Em [1295-1325]: “X DIAS DE IA[neiro]” (Insc. N.º 435). Em 1296: “XVIII DIAS ANDADOS DOYTUBRO” (Insc. N.º 438). E em 1298: “XXIII DIAS ANDADOS DE FEVEREIRO” (Insc. N.º 442). Com esta epígrafe atingimos os finais do séc. XIII. Depois de dobrada a centúria o número de exemplos aumenta progressivamente, sendo fastidioso estar aqui a registar todos eles.

Convivendo primeiro com o velho sistema das Calendas, Idos e Nonas, as novas formas de contar os dias da semana – pelos dias andados/por andar ou pela contagem segundo o Estilo Vulgar – acabariam por se ir gradualmente impondo, suplantando-o o Estilo Clássico. Podemos afirmar que, à semelhança do que se detecta nos documentos da época, é igualmente com D. Dinis que se impõem entre nós a nível epigráfico os sistemas de contagem directos ou progressivos.

Por fim, registemos a existência de casos de referências por aproximação, não exactas. Possuímos dois desses casos, um de 1217, que regista “MAGIO MEDIATO” (Insc. N.º 280), outro de 1288, que refere “IN FINE MADII” (Insc. N.º 413).

CAPÍTULO VII

ALGUNS CONTRIBUTOS EPIGRÁFICOS

7.1. Aspectos Culturais

Começaremos por abordar, nestes “contributos epigráficos”, aspectos relacionados com a linguagem utilizada pelas epígrafes medievais portuguesas: latim, português, prosa e verso. Como seria previsível, a maioria das inscrições que integram o nosso *Corpus* encontra-se redigida em latim e em prosa. Podemos dizer que mais de 64 % dos letrados utilizam o latim e que esta língua permaneceu como a única a ser aplicada nos meios epigráficos até, pelo menos, aos inícios da segunda metade do séc. XIII. Neste aspecto, o panorama que se desenha em Portugal acompanha a tendência geral da Europa de então, onde a afirmação das línguas vernáculas é um acontecimento sobretudo característico do Séc. XIII. Efectivamente, e como Robert Favreau salientou, o latim permaneceu como língua quase exclusiva até aos fins do Séc. XII, tendo na centúria seguinte começado a surgir os primeiros casos de uso de línguas vernáculas (FAVREAU 1979, p. 61 e p. 66). Em França,

“... ces textes en langue vulgaire paraissent plus fréquents dans le Midi, où on les trouve dès la première moitié du XIII^e siècle, et où ils se multiplient dans la seconde moitié du siècle, notamment dans les épitaphes des laïcs. En pays wallon et en pays flamand la langue vulgaire apparaît en 1270 et en 1271. En Bretagne on aura encore des inscriptions bilingues – latin et français – au XV^e siècle” (FAVREAU 1979, p. 68).

O quadro geral que se pode traçar ao longo do nosso *Corpus* no que respeita à língua utilizada pelas epígrafes é o seguinte:

	Latim	Português	Não Determinado
Séc. IX	2	–	–
Séc. X	14	–	1
Séc. XI	26	–	6
Séc. XII	183	–	20
Séc. XIII	193	29	27
Séc. XIV	70	159	12
Séc. XV	1	18	–
TOTAL	489	206	66
	64,26%	27,07%	8,67%

Os valores encontrados neste quadro-síntese revelam-nos que o latim se conservou como a língua única entre as inscrições até ao séc. XII, o mesmo acontecendo em boa parte do séc. XIII. Efectivamente, as primeiras epígrafes redigidas em Português ocorrem apenas na segunda metade do séc. XIII, intensificando-se o seu uso com a aproximação dos fins da centúria quando atingem rapidamente a hegemonia.

Os primeiros exemplos de utilização da língua portuguesa coincidem com a segunda metade do séc. XIII, a partir dos anos 60, correspondendo portanto grosso modo à segunda metade do reinado de D. Afonso III. Podemos definir, com certa segurança, uma fase de transição, onde a língua vulgar é utilizada de forma mais ou menos esporádica, que corresponde à segunda metade do reinado de D. Afonso III e aos primeiros anos do reinado de D. Dinis, até 1290. A essa fase de transição correspondem as seguintes inscrições, que nos surgem de forma mais ou menos isolada por entre a maioria dos letrados latinos:

Insc. N.º 357 – [1262-1288] – Mosteiro de Castro de Avelãs

Insc. N.º 372 – 1269 – Ig. de Castelões

Insc. N.º 381-A – 1272 – Ermida de St.º Estêvão, Beja

Insc. N.º 389 – 1276 – Ig. N.ª S.ª dos Anjos, Valença

Insc. N.º 390 – 1277 – St.ª Cruz de Coimbra (epígrafe do Séc. XVI)

Insc. N.º 392 – 1279 – Sé de Silves

Insc. N.º 393 – 1279 – Castro Marim

Insc. N.º 394 – 1280 – Vilar Maior

Insc. N.º 403 – 1284 – Ermida de St.º André, Torres Novas.

Esta lista inclui todas as epígrafes anteriores a 1290 que utilizam o Português. São elas que estão aptas, portanto, a revelar o momento em que a língua portuguesa penetra nos meios epigráficos. Depois de uma primeira análise a esta lista seríamos tentados a

dizer que o Português aparece pela primeira vez em 1262 ou em 1269. No entanto, devemos sublinhar algumas particularidades inerentes a estas epígrafes, que obrigam a certa precaução. A primeira inscrição é, infelizmente, uma inscrição inacabada, que se resume apenas ao início do epitáfio (Insc. N.º 357). Nem a data está completa nem o nome do defunto é revelado. Como defendemos no respectivo comentário, a análise dos brasões que o sarcófago de Castro de Avelãs ostenta permitiu-nos identificar esse monumento como sendo o túmulo de D. Nuno Martins de Chacim, o célebre e irrequieto nobre transmontano. A data que apresenta – ERA DE MIL E CCC E – garante-nos que a encomenda, protagonizada pelo próprio nobre, foi posterior a 1262. Por seu turno, pelos dados conhecidos para a sua biografia podemos igualmente supor que tenha sido criado antes de 1288, data em que está documentalmente dado como falecido. Assim, o túmulo terá sido encomendado algures entre 1262 e 1288. Apesar de não ser de excluir a possibilidade de ser este o primeiro exemplo de uso do Português (se tiver sido criado entre 1262 e 1269), devemos salientar que o momento de criação deste epitáfio pode avançar até perto de 1288. Não é, portanto, um exemplo muito feliz do ponto de vista cronológico. O segundo caso, da inscrição de Castelões, é um exemplo que oferece motivos para algumas dúvidas. Trata-se, efectivamente, de uma inscrição que obriga a uma correcção cronológica, fazendo acrescentar 100 anos à data referida, inverosímil para o tipo de texto e de letra que ostenta. A epígrafe diz:

Era M^a CC^a [c] VIJ^a A(fons)o : ANES . A / A FES

(Insc. N.º 372). Atendendo a estas circunstâncias, não podemos considerar como um exemplo digno de inteira confiança. O terceiro exemplo, a inscrição da Ermida de St.º Estêvão, em Beja, datada de 1272 (Insc. N.º 381-A), é um epitáfio que não conseguimos observar directamente, pelo que não sabemos se é coevo da data apresentada. O pouco que se consegue perceber da fotografia divulgada por Túlio Espanca no que respeita ao tipo de letra parece excluir, no entanto, que se trate de um epitáfio criado bastante mais tarde, a exemplo do epitáfio de D. Fernão Fernandes Cogominho e de sua mulher, que se conserva em St.ª Cruz de Coimbra, e que é uma inscrição criada no primeiro quartel do séc. XVI, coeva da trasladação dos seus corpos para a zona da entrada do templo crúzio (Insc. N.º 390). Aparentemente, o tipo de letra da inscrição de Beja parece apontar para que se trate de uma epígrafe relativamente contemporânea da data pretendida. Temos, no entanto, de manter algumas reservas até conseguirmos analisar directamente este monumento. Deste modo, e não excluindo definitivamente o epitáfio de Estêvão Vasques do rol das possibilidades, podemos dizer que o primeiro caso seguro de utilização da língua portuguesa nos meios epigráficos e que nos possibilita uma datação rigorosa é a inscrição da Igreja de N.ª S.ª dos Anjos, em Valença, datada de 1276 (Insc. N.º 389). Depois deste caso, possuímos logo em 1279 mais dois exemplos

inequívocos de uso do português, um em Silves e outro em Castro Marim (Insc. N.º 392 e N.º 393). Assim, poderíamos dizer que, ressalvando as situações peculiares que acompanham as inscrições de 1262-88 e 1269, o Português penetra nas epígrafes a partir dos inícios do derradeiro quartel do séc. XIII (1272-1276-1279). No entanto, numa primeira fase – que designamos aqui por fase de transição – permanecerá como língua de uso mais ou menos esporádico. Efectivamente, depois dos três casos seguros na segunda metade da década de 70 (1276 e 1279), registamos apenas dois letreiros em português na década seguinte (1280 e 1284). Seria necessário aguardar pelo ano de 1292 para assistirmos ao triunfo decisivo da língua portuguesa.

Esta nova fase inaugura-se com a epígrafe de Mértola, de 1292 (Insc. N.º 419), e os números não enganam: se até 1292, mesmo contando com os casos que oferecem dúvidas, já acima ressaltados, possuímos 9 inscrições em português, de 1292 até 1300 possuímos mais 16 exemplos (contra apenas 10 casos de uso de latim em igual período). Podemos, portanto, dizer que a aceitação da língua portuguesa nos meios epigráficos foi quase instantânea, triunfando depois de um curto período de transição, que percorre cerca de duas dezenas de anos.

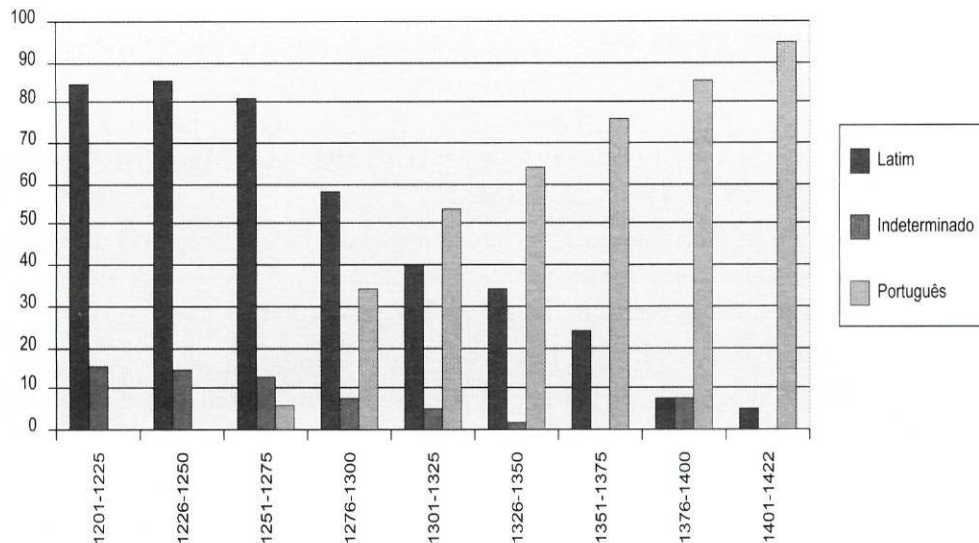
Uma análise ainda mais fina, repartindo agora os dados por décadas, revela-se ainda mais elucidativa, demonstrando como terminada a “fase de transição”, a partir de 1292 a língua portuguesa se assume como a língua claramente predominante na Epigrafia nacional. Para esse efeito chega-nos analisar as décadas correspondentes à segunda metade do séc. XIII:

	Latim		Português		Não Determinado	
1251-1260	7	87,50 %	–	0 %	1	12,50 %
1261-1270	21	87,50 %	2	8,33 %	1	4,17 %
1271-1280	13	61,91 %	6	28,57 %	2	9,52 %
1281-1290	23	95,83 %	1	4,17 %	-	0 %
1291-1300	11	34,38 %	16	50,00 %	5	15,62 %

No séc. XIV as inscrições redigidas em português são já claramente maioritárias, representando mais do dobro das que optaram pelo latim. Se fizermos uma análise global dos sécs. XIII a XV (1422), repartindo os elementos por períodos de 25 anos, podemos acompanhar de forma clara a afirmação do português nos meios epigráficos:

	Latim		Português		Não Determinado	
1201-1225	39	84,78 %	–	0 %	7	15,22 %
1226-1250	41	85,42 %	–	0 %	7	14,58 %
1251-1275	38	80,85 %	3	6,38 %	6	12,77 %
1276-1300	37	57,81 %	22	34,38 %	5	7,81 %
1301-1325	29	40,28 %	39	54,17 %	4	5,55 %
1326-1350	20	34,48 %	37	63,80 %	1	1,72 %
1351-1375	8	23,53 %	26	76,47 %	–	0 %
1376-1400	2	7,41 %	23	85,18 %	2	7,41 %
1401-1422	1	5,26 %	18	94,74 %	–	0 %

A representação destes números em gráfico de barras, tendo apenas em conta os valores percentuais, revela-nos de forma exemplar a progressão avassaladora da língua portuguesa e a regressão do latim, que se foi confinando cada vez mais a um pequeno grupo de utilizadores:



A partir da derradeira década do Séc. XIII podemos dizer que o português passou a ser a língua dominante entre as epígrafes nacionais, e que cada vez mais o latim se tornou uma manifestação de erudição, cultivada sobretudo no seio de instituições eclesásticas (nomeadamente mosteiros e catedrais).

Possuímos algumas epígrafes que nos ilustram, de forma clara, como o latim se manteve como a linguagem utilizada nos domínios do Sagrado. Efectivamente, conhecemos alguns letreiros que conjugam as duas línguas, e onde o português foi utilizado na maior parte do texto (nomeadamente na identificação das pessoas, da natureza do evento e dos elementos cronológicos) enquanto que o latim se aplicou nas passagens de conteúdo religioso. Não nos referimos a casos como o Convento de S. Francisco de Alenquer, onde encontramos dois letreiros criados na mesma altura e comemorando o mesmo evento, um redigido em português e outro em latim, este significativamente rematando com voto típico dos *scriptoria* monásticos, denunciando a origem cultural do autor do texto:

OPerE : FINITO : SIT : LAUS : ET : GL(or)IA : CRISTO : AMEN :
(cf. Insc. N.º 535, de 1317).

Referimo-nos particularmente a epígrafes que encerram, dentro do mesmo texto, passagens redigidas nas duas línguas. É o caso, por exemplo, do epitáfio de Pedro Anes, Chaveiro de Veiros, falecido em 1292, onde se verificam ainda ambiguidades e hesitações na utilização do português (“AD SABADO”), e onde o epitáfio remata com o voto em latim:

E(ra) : M : CCC : XXX : **AD** [Sic] : SABADO XV : DIAS : DE : NO-
VEmBRO : MORREO : PEDREANES : CHAVEYRO : HOME(m) :
BOOm : E RICO : E HONRRADO : E IAZ : AQUI : O SEU CORPO :
E O DE : SA MOLHER MARIA : DI COLHO : **ANIME EORUM : RE-
QUIESCANT : IN PACE : AMEN :**

(Insc. N.º 423). Ou da inscrição de 1296 que assinalava o local de repouso de Martim Pires Palhavã, de sua mulher, Maria Soares, e da filha de ambos, Teresa Martins Palhavã, que depois de várias regras redigidas em português rematava com o voto:

“REQUIESCANT IN PACE”

(Insc. N.º 438). Ou o exemplo do epitáfio de Vicente Martins Curvo, também um “homem bom e rico” de Veiros, que nos diz:

AQ(u)I : IAZ : VICENTE : MARTII(n)Z CURVO : HOMEN : BOON :
e RICO : NO SEU : TENPO : O Q(u)aL : MOR(r)EO : DEZ : VIII :
DIAS : DAGOSTO : E(ra) : M : CCC : LXXX : e VI : ANOS : **CUIus
: ANIMA : REQ(u)iESCAT : IN PACE : AMEN**

(Insc. N.º 616, de 1348). Estes três exemplos revelam-nos como determinadas fórmulas, tornadas vulgares pelo uso multiplicado, conseguiram sobreviver por bastante tempo, mesmo que utilizadas em epígrafes já maioritariamente redigidas em português. Reparemos que, neste último exemplo, estamos a meio século de distância do triunfo

do português. Certamente que estes casos traduzem uma certa falta de preparação cultural dos autores dos textos, mas espelham igualmente a força do hábito. Saindo dos domínios dos epitáfios, encontramos igualmente outros testemunhos da convivência das duas línguas. É o caso da inscrição do Castelo do Alandroal, de 1298, que depois do texto todo redigido em português remata com voto piedoso em latim:

: ERA : DE : MIL : E : CCC : E : XXXVI : ANos : XXIII : DIAS :
 ANDADOS : DE : FEVEREIRO : FEZ : ESTE : CASTELO : DON :
 LOURENCO : AFONSO : : MAESTRE : DAVIS : A ONRA : E : A
 SERVICIO : DE : DEUS : : E : DE : SANTA : MARIA : SA : MADRE
 : E : DA SA ORDEN : E : : DO : MUI : NOBRE : SEN(h)OR : DON
 : DENIS : REI : DE : : PORTUGAL : E : DO : ALGARVE : REI-
 NANTE : EN : : AQUEL : TENPO : E : A DEFENDEMENTO : DO(s)
 SEUS : REINOS : **SALVATOR : MUNDI : SALVA : ME :**

(Insc. N.º 442). No caso da epígrafe do Castelo de Veiros, de 1308, depois de seis regras escritas em português encontramos a rematar:

... SIT : NOMInE : DomiNI : BENEDICTUm : ET [...]

(Insc. N.º 517). Ou no caso do castelo de Zagala, uma epígrafe igualmente toda redigida em língua vernácula e que remata com um voto que, pela circunstância de se encontrar registado na inscrição de uma fortificação de fronteira, não deixa de adquirir um significado muito particular:

... DEUS : SIT : PRO : NOB(is)

(Insc. N.º 522-A, de 1310). Ou, por fim, o exemplo da inscrição da Bica do Largo do Andaluz, que foi toda escrita em português excepto nas duas últimas palavras:

... DeO : GRATiaS :

(Insc. N.º 586, de 1336).

Noutros casos, redigiu-se todo o texto em português mas preservaram-se os nomes das orações em latim, como é o caso dos letreiros que rematam pedindo que se reze um *Pater Noster* e uma *Ave Maria* pelas almas de quem ali jaz (Insc. N.º 494-A, de 1301; Insc. N.º 605, de 1343; Insc. N.º 611, de 1346; Insc. N.º 667, de 1382). Estes casos reflectem também o facto de as orações terem continuado a ser rezadas em latim, e encontram paralelo estreito nos documentos da época. Registemos, apenas, o exemplo de certos obituários que, redigidos em épocas avançadas, usam o português para a maioria dos registos de aniversário mas preservam o latim quando tratam das orações ou de votos piedosos. É o caso, por exemplo, do Livro de Aniversários da Igreja de St.ª Marinha de Lisboa, do qual Isaías da Rosa Pereira publicou o pouco que sobrevive, e onde vamos encontrar registos como:

“Era de mil e IIIc e trinta e huu annos, Este dia se finou Bertholameu Vicente, cuius anima requiescat in pace, o qual deu e doou à igreja de Sancta Marinha e prior e raçoeiros della hua casa térrea, a qual he junto com outras suas e com casas do doctor Joham das Regras...” (PEREIRA I.R. 1964, pp. 11-12).

ou

“Este dia sse compeçam os XII aniversários do prior dom Joham Martinz, que foii prior da dicta igreja de Sancta Marinha, ao qual Deus perdoe os sseus pecados, amen. O qual deu e doou aa dicta igreja e prior e raçoeiros della pera todo senpre, por lhi fazerem os dictos XII aniversários e sairem sobrel depois de acabarem a missa do dia com + e augua benta e responso Memento Mei Deus e psalmo De Profundis e oratio Omnipotens Sempiterne Deus, estas possissões que sse adeante seguem...” (PEREIRA I.R. 1964, p. 14).

Saindo dos domínios dos votos piedosos e dos pedidos de oração, continuamos a encontrar nas nossas epígrafes textos em latim relacionados com o Sagrado e o Religioso. Não deixa de ser significativo que a inscrição de D. Lopo Fernandes Pacheco tenha sido toda redigida em português mas que a legenda mariana da bainha da sua espada esteja em latim (cf. respectivamente, Insc. N.º 619, de 1349, e Insc. N.º 620). Exactamente a mesma opção que, anos mais tarde, tomaria o autor do relevo de Rui Pires Alfageme, com texto em português mas com as legendas da Anunciação em latim (Insc. N.º 666, de 1382). Na mesma linha se poderiam incluir as inscrições sineiras que, apesar de redigidas em português, conservam as referências apotropaicas em latim, nomeadamente a invocação de St.^a Ágata (MENTEM SANCTAM SPONTANEAM HONOREM DEO) (Insc. N.º 658, de 1377; Insc. N.º 676, de 1391). Por fim, a mesma perspectiva é revelada pela inscrição de Ferreira do Zêzere, que apresenta na moldura a legenda religiosa:

+ IN : [nomine : p]ATRI : et : FILII : E(t) : SPE / RITUS : SANTI : AMEN : / ECCE : CRUCE : [...] / IH(es)U : XPI : FILII : D[...] /

enquanto que o texto principal da inscrição, comemorando a construção dos Paços de D. Nuno Rodrigues Freire de Andrade, Mestre da Ordem de Cristo, foi todo redigido em português (cf. Insc. N.º 632, de 1362).

Todos estes exemplos parecem sugerir que houve textos e expressões que o homem não ousou traduzir desde logo para língua vernácula: o Sagrado pronuncia-se em latim.

No entanto, a sobrevivência de expressões em latim não se sentiu apenas a nível religioso, embora aqui compreensivelmente tenham sobrevivido com mais força. Houve outras fórmulas que continuaram a ser usadas por força do hábito, que as vulgarizou.

Assim aconteceu a Mestre Francisco, o arquitecto responsável pelas obras do Castelo de Assumar, que criou a inscrição de 1332 que comemorou o fim dos trabalhos nessa fortificação. Não resistiu à tentação de registar o seu protagonismo e, depois de todo o texto em português, surge-nos a surpreendente fórmula:

∴ M(estr)E ∴ F(r)ANCISCO ∴ Me ∴ FeCit ∴

(Insc. N.º 579).

Este exemplo pode ser colocado em paralelo com outros que nos são revelados pela documentação da época, onde a persistência do uso do latim não se circunscreveu apenas ao Sagrado. Nos primeiros tempos de uso da língua vernácula é relativamente comum encontrarmos expressões latinas em textos redigidos maioritariamente em português. É o que acontece, por exemplo, no Livro de Aniversários de S. Domingos de Santarém, que Hermínia Vasconcelos Vilar publicou, onde encontramos registos que são verdadeiramente bilingues:

“Aniversarium Garsie Martinj do Casal in die Beati Agustini por hua almui-nhe et huum olival que nos leixou nas Manteigas pera alumear de dia e de noyte a lampada da capela de Sancto Agustinho e este he soterrado en esta mesma capela.”
(VILAR H.V. 1990, p. 401).

O processo de afirmação da língua portuguesa nos meios epigráficos é quase sincrónico com o processo de afirmação do português nos documentos comuns. João Pedro Ribeiro, que dedicou a sua Dissertação V ao idioma dos nossos documentos medievais, procurou determinar o momento em que começaram a ocorrer os diplomas em língua vulgar, concluindo que

“A nossa lingua principiou a empregar-se nos documentos publicos, quando sahia da sua infancia nos reinados do senhor D. Affonso III e D. Diniz.” (RIBEIRO J.P. 1810(b), p. 196).

Depois de ter afastado diversos documentos falsos, salientou que

“... nem duvido da veracidade de dous documentos, unicos em vulgar; anteriores ao reinado do senhor D. Affonso III, que até o presente tenho descoberto. O Iº he huma Noticia particular de Lourenço Fernandes, que se conserva no Cartorio do Mosteiro de Vairão; posto que sem data, assim como outra Noticia Latina do mesmo Lourenço Fernandes da Cunha, por outros documentos ainda do mesmo cartorio se vê ser do reinado do senhor D. Sancho I.” (RIBEIRO J.P. 1810(b), p. 188).

João Pedro Ribeiro referia-se, obviamente, à *Notícia de Torto* e à *Mentio de Malefactoria*, dois notáveis documentos de D. Lourenço Fernandes da Cunha relativos a eventos

que tiveram lugar cerca de 1210, quando a sua Torre em S. Miguel da Cunha foi destruída por D. Vasco Mendes de Sousa, cumprindo ordens de D. Sancho I, e quando D. Lourenço Fernandes foi vítima de diversos desmandos, perpetrados no momento em que este nobre se encontrava numa posição enfraquecida. A *Notícia de Torto* continua a ser, ainda hoje, dos primeiros testemunhos de uso do português num texto não-literário. Apesar de certa polémica que mais tarde viria a envolver a cronologia deste testemunho, João Pedro Ribeiro tinha razão em atribuir o documento ao reinado de D. Sancho I. Na realidade, estudos mais recentes, nomeadamente do Professor Doutor Avelino de Jesus da Costa, vieram demonstrar que a *Mentio de Malefactoria* deve ter sido redigida em [1210] enquanto que a *Notícia de Torto*, relativa à actuação dos Ramirões contra o património de D. Lourenço Fernandes da Cunha, pode ser atribuída a [1214-1216] (COSTA A.J. 1992, pp. 209-212). Depois de referir um outro documento de Vairão – o Auto de Partilhas de 1192 (Era de 1230)¹¹⁹ – João Pedro Ribeiro continuava:

“Além destes dous documentos em vulgar, só do reinado do senhor D. Afonso III, e desde a Era 1293 he que principião a apparecer alguns na mesma lingua vulgar; posto quer em menos numero, que no reinado do senhor D. Diniz.”
(RIBEIRO J.P. 1810(b), pp. 188-189).

Ou seja, depois da *Notícia de Torto*, entendia João Pedro Ribeiro que apenas se voltavam a encontrar diplomas redigidos em português a partir dos meados do séc. XIII, de 1255 em diante. João Pedro Ribeiro registava, em nota, que no Livro I da Chancelaria de D. Afonso III se podiam contar apenas 31 diplomas redigidos em português, continuando a maioria a ser redigida em latim (RIBEIRO J.P. 1810(b), p. 189, nota 1). Podemos, deste modo, dizer que a partir dos meados do séc. XIII (c. 1255), o português começou a penetrar nos meios diplomáticos, de forma tímida, não conseguindo suplantar o latim. A mudança decisiva para o novo idioma foi detectada por João Pedro Ribeiro no ano de 1296, quando num Livro de Registos da Chancelaria de D. Dinis se passa de um uso sistemático do latim (o que acontece até 20 de Janeiro de 1296) para o uso sistemático do português (a partir de 27 de Maio de 1296) (cf. RIBEIRO J.P. 1810(b), p. 190)¹²⁰. Tudo parece apontar no sentido de a Chancelaria Régia ter

¹¹⁹ O Auto de Partilhas de 1192 foi considerado como o mais antigo documento em português. O Professor Doutor Avelino de Jesus da Costa demonstrou, no entanto, que se trata de uma cópia dos fins do séc. XIII ou princípios do séc. XIV (cf. COSTA A.J. 1992, pp. 174-183). O mesmo se diga do Testamento de Elvira Sanches, de 1193, igualmente procedente do cartório de Vairão, que o Professor Doutor Avelino de Jesus da Costa entende ser uma tradução realizada em fins do séc. XIII (COSTA A.J. 1992, pp. 183-185).

¹²⁰ As mesmas conclusões foram apresentadas igualmente por José Anastácio de Figueiredo na sua *Nova Malta* (FIGUEIREDO J.A. 1800, Parte II, p. 331).

recebido em Maio de 1296 directrizes para que os documentos fossem redigidos em português ¹²¹.

Estudos posteriores a João Pedro Ribeiro vieram demonstrar que a *Notícia de Torto*, de [1214-1216], continua a poder ser apontada como um dos mais antigos testemunhos do uso do português num texto não-literário, sendo apenas acompanhada, e talvez mesmo ultrapassada em antiguidade, pelo Testamento de D. Afonso II, de 27 de Junho de 1214 (vd. COSTA A.J. 1992, pp. 221-226). No entanto, continuam válidos os principais vectores definidos por João Pedro Ribeiro no que concerne à afirmação do português como língua escrita.

O processo a que se vai assistir ao longo do séc. XIII é de uma importância crucial já que, como António José Saraiva sublinhou, “*até ao final do século XII toda a gente falava o português, mas ninguém sabia escrevê-lo*” (SARAIVA A.J. 1991, p. 40), tendo sido então que se começaram a resolver as dificuldades ortográficas de adaptação da linguagem oral à língua escrita (SARAIVA A.J. 1991, p. 41; vd. tb. MARQUES A.H.O. 1986, pp. 400-401). Passava-se, por esta altura, de uma cultura eminentemente oral, até mesmo nas suas diversas formas literárias, poéticas e narrativas (ZUMTHOR 1989, pp. 20-21, 29-32, 41 e ss.; SARAIVA A.J. 1991, p. 56 e ss.; MATTOSO 1985(a), vol. II, pp. 60-61), para uma cultura cada vez mais da escrita. A afirmação da escrita seria acompanhada por diversos elogios à capacidade de memorização e às virtudes do testemunho escrito (MATTOSO 1985(b), vol. II, p. 57; LE GOFF 1982, p. 78; LE GOFF 1984(a), p. 29). D. Afonso III, que foi entre nós um dos principais protagonistas deste processo, em carta endereçada a seu filho, o Infante D. Afonso, escrevia:

“... porque os homens sum mortaes, e a renembrancha dos feitos que fazem no podem sempre durar nos coraçoes dos homens que depois nadem, por ende foy achada escriptura, que as cousas traspasadas por firmidoe da escriptura sejam sempre presentes...” (SOUSA A.C. 1739-48, vol. I, pp. 79-81).

É que, como aconselhava D. Duarte, a memória dos homens é traiçoeira, falece onde menos se espera, e mais vale confiar no documento escrito:

“... Dou porém de conselho que, por grande que alguém a sinta [a memória] que nunca em ela muito se confie, porque falece ligeiramente onde cumpre por muitas guisas, e porém sempre se proveja em toda cousa que bem puder de

¹²¹ O processo de afirmação do português culminou, muito depois de ter triunfado na Chancelaria Régia, nos meios tabeliônicos e nos cartórios monásticos, com a imposição desta língua às minorias étnico-religiosas. D. João I promulgou uma lei ordenando aos tabeliães judeus que redigissem os seus documentos em português e não em hebraico, punindo os infractores com pena de morte. A disposição legal seria mantida por D. Afonso V nas *Ordenações Afonsinas* (Livro II, Tit. 93), embora com pena bastante mais leve.

pôr as cousas em escrito ou mandar que o lembrem, como se pensasse que a fraca tivesse...” (Leal Cons., p. 36).

O processo de difusão da língua portuguesa entre os documentos escritos encontra-se directamente relacionado, ainda, com a difusão do tabelionato, que é um acontecimento sobretudo dos meados do séc. XIII. Na realidade, apesar de o ofício de tabelião estar documentado em Portugal desde 1211, tendo sido instituído por D. Afonso II (BARROS H.G. 1945-54, vol. VIII, p. 368-369), a sua difusão pelo país é um acontecimento do reinado de D. Afonso III, que coincide com os meados da centúria (MATTOSO 1985(a), vol. II, pp. 57-58; BARROS H.G. 1945-54, vol. VIII, pp. 370-375)¹²². José Mattoso teve oportunidade de sublinhar que a difusão dos tabeliões foi *“talvez o facto que maiores consequências traz para a difusão da cultura e da escrita entre os leigos”* (MATTOSO 1985(a), vol. II, p. 58). Podemos, assim, dizer que a afirmação da língua portuguesa escrita acompanha de perto a laicização da escrita, quando esta técnica deixa de ser um exclusivo (ou quase) dos meios eclesiásticos e passa a ser dominada por um número crescente de civis.

Deste modo, a difusão da língua portuguesa entre os documentos escritos, a laicização da técnica da escrita, e o alargamento do registo escrito, agora cada vez mais sistematicamente utilizado pela Administração, são tudo vectores que se desenrolam paralelamente ao longo do Séc. XIII, que se reflectem igualmente a nível epigráfico.

Com a crescente aceitação do português entre os letrados, o latim viria a tornar-se uma linguagem cada vez mais ligada e circunscrita a certos meios eclesiásticos, sobretudo aos mosteiros que possuíam *scriptoria* e às Sés, onde se desenvolviam as escolas claustrais¹²³. Não se pense, no entanto, que todo o eclesiástico estava apto a compreender o latim ou a redigir em latim. Recordemos, apenas, o exemplo de Fernando

¹²² A esmagadora maioria dos nossos documentos medievais anteriores aos meados do séc. XIII foram, efectivamente, redigidos por clérigos. Não deixa de ser sintomático que o Concílio de Braga reunido por Fr. Telo em 5 de Dezembro de 1281 tenha decidido proibir que os clérigos exercessem o ofício de tabelião: *“Clericus constitutus in sacris non assumatur ad officium tabellionatus”* (Syn. Hisp., vol. II, p. 21, § 34).

¹²³ A obrigatoriedade das Sés possuírem Mestre-Escola e estudos claustrais foi instituída no III Concílio de La-trão, reunido em 1179. Na Sé de Braga a primeira referência ao Mestre-Escola é, no entanto, anterior à decisão conciliar. Na realidade, já em 2 de Fevereiro de 1173 encontramos documentado *“Nuno Magister Scholarum”*, testemunhando lado a lado com o Deão e com o Chantre (LFidei, doc. 821). No caso de Coimbra, a primeira referência ao cargo de Mestre-Escola remonta a 16 de Setembro de 1192, o registo do Livro das Kalendas relativo ao óbito de D. João que, como o seu epitáfio elucidada, foi o primeiro Mestre-Escola de Coimbra (cf. Insc. N.º 197, de 16 de Setembro de 1192). Na Sé do Porto o cargo é instituído com a reforma de D. Martinho Pires, em 1186 (BRANDÃO D.P. 1960, pp. 247-248 e 278; SÁ 1968, doc. 11). Em Lisboa encontra-se documentado desde 23 de Maio de 1220 (SÁ 1966, doc. 18). No entanto, não eram apenas as Sés a possuírem escolas e Mestre-Escola. A Colegiada de Guimarães, por exemplo,

Afonso, Prior Crasteiro do Mosteiro de St.^a Cruz de Coimbra, que em 1395 mandou fazer uma versão portuguesa da Regra de St.^o Agostinho para que ela fosse lida por aqueles que não sabiam latim, facto que foi memorizado na subscrição do códice:

“Fernandafonsso priol clastreiro do M.^o de Sancta + de Coimbra que depois foy priol de Sancta Maria dAarruda tornou esta Regra asy como grosa de latym em linguagem aa honra e louvor de Deus e da Virgem Maria e de Sancta Vera + pera a lerem e entenderem aquelles que menos entendem e salvarem suas almas trabalhandose de comprir aquellas cousas que en ellas som conteudas...” (CRUZ A. 1964, p. 112).

Por outro lado, para além daqueles que não compreendiam o latim, havia os clérigos que pura e simplesmente não sabiam ler. O problema não afectava apenas o clero secular (sobretudo a nível das pequenas paróquias nos pontos mais recônditos do país), mas também o clero regular. Fr. Joaquim de St.^a Rosa Viterbo refere um prazo do Mosteiro de Vila Boa do Bispo, datado de 1467, onde no fim se declara:

“Testemunhas Pedro Affonso Conego, e Gonçalo Alvares, e Rodrigo Annes, todos Conegos, e Joanne Annes, Conego leigo, e Martim Lopes Capellão em o dito Mosteiro. E eu Prior, que este prazo fiz, e escrevi por minha mão... porquanto ao presente não havia alli nenhum que soubesse escrever...” (VITERBO J.S.R. 1798-99, vol. II, pp. 42-43).

O mesmo autor regista ainda um documento datado de 1387, que se conservava no Cartório de S. Simão da Junqueira, onde o Arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente, embora reconhecendo que todos os párocos deveriam ao menos entender o que liam e cantavam, abria uma excepção para que fosse nomeado o pároco para a Igreja de Ferreira (VITERBO J.S.R. 1798-99, vol. II, p. 42). Na realidade, o Sínodo de Braga de 1281 tinha disposto no sentido de não serem ordenados clérigos seculares que não compreendessem latim nem soubessem cantar ou ler (Syn. Hisp., vol. II, pp. 11-12, § 4). O problema continuou a afligir a Igreja, e em 1477 o Sínodo de Braga reunido por D. Luís Pires, reconhecendo que

“... nas egrejas e moesteiros deste arcebispado achamos muitos clerigos ou religiosos asy beneficiados como nom beneficiados que lhes non abasta non seren leterados ao menos daquella sciencia que os direitos chamon conpetente nen soamente saberen nen entenderen alguun pouco de latin, mais anda tanta hé a sua negligencia que non saben cantar nem o queren saber e que o muito pior hé leer senon mui mall...”

possuía Mestre-Escola pelo menos desde 1211 (VMH, pp. 118-119; SÁ 1968, doc. 12). De resto, com o IV Concílio de Latrão, reunido em 1215, a obrigatoriedade da existência do cargo de Mestre-Escola e, portanto, da existência de escola claustral alargou-se igualmente às Colegiadas. Sobre o tema vd. SÁ 1966; SÁ 1968; CAEIRO 1966; BRANDÃO D.P. 1960.

voltaria a insistir que

“... os que non saben ben leer nem as outras cousas que per razon de sua orden lhes pertece saber, nós lhes mandamos que dentro no dicto anno se trabalhen de saber e saiban muy ben e desenhadamente leer e aprehandan muy ben a sacra e as cirimonias da missa e como han de dar e administrar os sanctus sacramentos e como han de rezar o domingall e o santal per todo anno assy pellos livros do coro como pello missal do altar ...” (Syn. Hisp., vol. II, pp. 100-101)¹²⁴.

Possuímos, portanto, indícios suficientes de que nem todos os clérigos sabiam latim e que nem todos seriam sequer letrados.

Atendendo ao quadro que temos vindo a traçar, podemos estabelecer um paralelismo relativamente estreito entre a afirmação do português nos diplomas e o seu aparecimento, e rápido triunfo, na epigrafia medieval. Em ambos os casos as primeiras manifestações antecedem em meio século a sua difusão decisiva. No caso dos documentos escritos, depois de dois textos singulares da segunda década do séc. XIII (Testamento de D. Afonso II, de 1214, e Notícia de Torto, de [1214-1216]), assistimos ao aparecimento de documentos não-literários a partir de 1255 e ao seu triunfo na Chancelaria Régia a partir de 1296. No caso da epigrafia, os primeiros testemunhos ocorrem na década de 60, mas o triunfo apenas se desenha a partir de 1292. Em qualquer dos casos, as primeiras manifestações ocorrem na segunda metade do reinado de D. Afonso III e o triunfo coincide com o reinado de D. Dinis.

Por outro lado, sendo a escrita uma técnica essencialmente dominada pelos meios eclesiásticos (pelo menos até ao séc. XIII), não será de estranhar que seja precisamente no seio das suas instituições – Sés, mosteiros ou simples templos paroquiais – que iremos encontrar a esmagadora maioria das epígrafes conhecidas para as primeiras centúrias. Poderíamos dizer, portanto, que a distribuição geográfica das epígrafes acompanha, nos primeiros séculos, a “geografia” da escrita. As concentrações das primeiras denunciam quase sistematicamente centros letrados. Ora, também neste aspecto a laicização da escrita e a difusão do seu conhecimento por um número crescente de pessoas, que escapam ao meio eclesiástico, se irá reflectir na Epigrafia. Efectivamente, o processo de laicização da escrita não se traduz apenas na adopção do português, com o progressivo abandono do latim, mas também se espelha no aparecimento do registo epigráfico num número cada vez maior de monumentos civis – castelos, muralhas,

¹²⁴ O problema estava longe de ser exclusivo da diocese de Braga, como nos garantem as diversas disposições tomadas pelos Sínodos – cf. Syn. Hisp., vol. II, p. 164, § 32; p. 219; p. 298, §4; p. 320, § 2; p. 361, § 9; p. 379-380, § 34; p. 427, § 4).

obras públicas, casas, etc – quebrando o monopólio das instituições eclesiásticas. Esta laicização da geografia das epígrafes é um fenómeno que começa a desenhar-se com o séc. XIII e que se irá acentuar sobretudo com o séc. XIV, revelando-se uma outra face desse processo de difusão da escrita pelos meios civis.

Referimos, no início deste ponto, que a maioria das inscrições do nosso *Corpus* se encontra redigida em prosa. Há, no entanto, um pequeno grupo de epígrafes versificadas ou, pelo menos, em prosa rítmica. Apesar de não nos querermos aventurar por estes caminhos tão especializados, para os quais não estamos minimamente preparados, julgamos que pela sua importância cultural elas merecem um pequeno comentário.

Se, como Robert Favreau escreveu, “*l’emploi du vers est un bon révélateur de la culture du milieu où il se rencontre*” (FAVREAU 1979, p. 79), então o primeiro aspecto que deve ser sublinhado é o facto de a área portuguesa ter sido, durante quase toda a Idade Média, marcada por uma assinalável pobreza cultural. De resto, a própria análise do *Corpus* epigráfico permite verificar como o nível cultural de quem encomendava e de quem redigia as inscrições era quase sempre relativamente modesto. A maioria das inscrições revela textos pobres e curtos, muitas vezes presos a formulários mais ou menos estereotipados, em casos extremos reduzidos a simples datas que não esclarecem sequer a natureza do evento que comemoravam. No mesmo sentido devem ser levadas em linha de conta as escassas citações retiradas da Bíblia, reveladoras de uma fraca cultura bíblica dos autores dos textos epigráficos¹²⁵. Estas perspectivas são confirmadas pela escassez de exemplos de epígrafes versificadas ou rimadas e pela cronologia relativamente tardia que esses exemplares espelham. Salientemos, por exemplo, que é sintomático o facto de não conhecermos nenhum exemplo de um acróstico em Portugal para o período em análise, quando esta forma poética teve relativo sucesso na epigrafia funerária moçárabe do Sul da Península, sobretudo na zona de Granada e Córdova, nos séculos X e XI¹²⁶. No entanto, os acrósticos surgiram em Portugal pelo menos no séc. XVII¹²⁷.

¹²⁵ Vejam-se, por exemplo, as inscrições N.ºs 552 a 555.

¹²⁶ Veja-se, por exemplo, o epitáfio acróstico de Eugénia, martirizada em 932 (HÜBNER 1871, N.º 220; SIMONET 1897, vol. III, p. 591; GOMEZ MORENO 1919, p. 365); o epitáfio acróstico do Bispo Daniel, de Badajoz, datado do ano 1000 (HÜBNER 1871, N.º 213; FITA F. 1917, pp. 85-89; GOMEZ MORENO 1919, p. 367); o epitáfio acróstico de Cipriano, de Granada, de 1002 (HÜBNER 1871, N.º 291; SIMONET 1897, vol. III, p. 635; FITA F. 1917, pp. 89-91; GOMEZ MORENO 1919, p. 367); o epitáfio acróstico do bispo Leo... (HÜBNER 1871, N.º 156; GOMEZ MORENO 1919, p. 368-369); o epitáfio acróstico de Maria, não datado, aparecido em Córdova (HÜBNER 1871, N.º 130; DACL 1907-51, s.v. “Acrostiche”, vol. I, tomo I, col. 360); ou o epitáfio acróstico do Abade Recosindo, de Granada, de que se desconhece igualmente a data (MARINER BIGORRA 1960-61).

Embora já conhecido da Antiguidade, o acróstico foi, na Península Ibérica uma forma sobretudo característica da epigrafia cristã e moçárabe. Na realidade, Sebastián Mariner Bigorra contou apenas um caso de um acróstico entre

A poesia foi, para a Antiguidade, uma forma de discurso que não diferia muito da prosa:

“Para los antiguos, la poesía y la prosa no eran dos formas de expresión radical y esencialmente diversas; ambas estaban comprendidas dentro del concepto de «discurso». La poesía es un discurso reduzido a metro.” (CURTIUS 1948, p. 215).

Deste modo, em termos de poesia clássica, a métrica revela-se como componente fundamental (ao contrário do que acontecia com o conceito de poesia que vigorou até há pouco tempo, que privilegiava a presença de rima na definição de poesia). Surgem assim os hexâmetros, os pentâmetros, os dísticos e outras formas poéticas. Os hexâmetros são versos formados por seis pés de dáctilos ou espondeus¹²⁸. Os pentâmetros são, como o nome indica, versos formados por cinco pés. Os dísticos são conjuntos de dois versos de natureza distinta (por exemplo, um hexâmetro e um pentâmetro). Para o caso da Epigrafia Medieval Portuguesa os que mais nos interessam são os hexâmetros.

O hexâmetro foi introduzido como género sepulcral no séc. II a.C. (MARINER BIGORRA 1952, p. 158). No entanto, o primeiro exemplo de um hexâmetro entre a epigrafia da Península Ibérica remonta ao séc. I d.C. (insc. de Cartagena – cf. MARINER BIGORRA 1952, p. 158). Os dísticos, que surgem nos meios epigráficos um pouco mais tarde que os hexâmetros, aparecem na Península Ibérica numa fase igualmente mais recente (MARINER BIGORRA 1952, pp. 157-158). Curiosamente, enquanto que os dísticos são predominantes entre as inscrições versificadas romanas

a epigrafia romana (MARINER BIGORRA 1952, p. 184). Bastante mais raros que os acrósticos são, naturalmente, os telésticos que, quando surgem, estão normalmente associados aos primeiros. Na realidade, se a criação de um acróstico, com as primeiras letras de cada regra a formar o nome, se revela um sintoma de erudição, muito mais o é o teléstico, onde são as últimas letras de cada verso a formar o nome. Como os telésticos surgem normalmente associados aos acrósticos, as dificuldades de composição são dobradas e eles reflectem ainda mais a cultura de quem o redige. É, por isso, natural que os telésticos sejam bastante mais raros que os acrósticos. Não conhecemos, no espaço peninsular, nenhum caso sobrevivente de um teléstico. No entanto, De Rossi publicou uma passagem de um manuscrito (B.N.Paris, Cod. Lat. 8093) onde se transcreviam dois epitáfios com acrósticos e telésticos peninsulares: o primeiro comendo o acróstico TUSERHEDO e o teléstico ASCARICUS; o segundo comendo o acróstico ILDEMUDI ABBATIS e o teléstico XRITE MEMOR ESTO (cf. DACL 1907-51, s.v. “Acrostiche”, vol. I, tomo I, col. 362). Ambos oferecem, no entanto, motivos para legítimas dúvidas.

¹²⁷ Ana Hatherly publicou um anagrama criado em Lisboa, datado de 29 de Junho de 1654, dedicado à Rainha St.^a Isabel, o qual apresenta nove versos acrósticos comendo o nome “ELISABETH” (HATHERLY 1979, p. 34). Sublinhemos, por outro lado, que o carmen de Gosuino que relata a conquista de Alcácer do Sal, em 1217, é um “quase-acróstico”, se assim podemos dizer, onde a primeira letra de cada estrofe forma os nomes das duas personalidades envolvidas: SUERIUS (em referência a D. Soeiro Viegas, Bispo de Lisboa, a quem se ficou a dever a conquista de Alcácer) e GOSUINUS (o nome do autor) (cf. PMH, Script., pp. 101-104).

¹²⁸ Dáctilos são pés compostos por três sílabas: a primeira longa e as duas seguintes breves. Espondeus são pés compostos por duas sílabas longas.

(28 casos de dísticos contra 11 exemplos de hexâmetros), a situação inverte-se na epigrafia paleocristã, quando os hexâmetros têm a preferência (MARINER BIGORRA 1952, p. 158). Esta tendência continua a verificar-se na Baixa Idade Média, como teremos oportunidade de constatar.

Na definição clássica de poesia o vector determinante é, portanto, a presença ou não da métrica. No entanto, a partir dos sécs. VIII-IX começa-se a registar o aparecimento de conceitos como a *sequência* (importada dos domínios musicais) e a rima que vieram dar novos contornos à poesia.

“En la tardia Antigüedad, los finales dejaron de ser métricos para convertirse en rítmicos o acentuales, y recibieron el nombre de cursus. El cursus decayó a partir del siglo VIII, pero a fines del siglo XI tuvo nuevo auge, gracias a la curia papal, que lo tomó del estilo epistolar de San León Magno; de ahí los terminos leoninos cursus y leonitas. Con este nombre se designarían también los popularísimos hexámetros de rima interna (versus leonini)” (CURTIUS 1948, p. 220).

O *cursus* é, portanto, um discurso não-métrico (portanto não-poético), que se baseia no ritmo ou acentuação, na rima. É, verdadeiramente, um caso de prosa rítmica situando-se, como escreveu Robert Favreau, “*a mi-chemin entre le vers et la prose*” (FAVREAU 1979, p. 64). O seu uso verifica-se sobretudo entre o Séc. XI e o Séc. XIII, tendo caído em desuso a partir desta centúria (FAVREAU 1979, p. 64).

O aparecimento de rima veio, por outro lado, dar novos contornos aos textos métricos. Assim, surgem os hexâmetros com rima interna, na cesura do terceiro pé do verso e no fim deste, que tomam o nome de *versos leoninos*:

“Ce vers où la fin de la première moitié rime avec celle de la seconde est appelé «léonin» pour la première fois vers 1050, sans doute plutôt par référence au lion, roi des animaux, qu’au chanoine de Notre-Dame de Paris, Léon, qui l’utilisa laborieusement dans son Histoire de l’Ancien Testament. Cette métrique, qui respecte l’ordonnance classique des longues et des brèves de l’hexamètre ou du pentamètre, est rendue encore plus difficile par l’emploi de la rime riche, de deux syllabes, à la fin de chaque hémistiche.” (FAVREAU 1979, p. 63).

Sublinhemos, desde já, que não possuímos na Epigrafia Medieval Portuguesa casos de pentâmetros nem sequer casos de rima rica, mas apenas versos leoninos com hexâmetros e com uso de rima simples. Segundo Robert Favreau, os versos leoninos multiplicam-se particularmente entre os meados do Séc. XI e os meados do Séc. XII, para entrar em decadência depois de dobrados os meados da centúria:

“... ils se multiplient pour devenir presque de règle entre le milieu du XI^e et le milieu du XII^e siècle. (...) Mais dès la seconde moitié du XII^e siècle, le vers

léonin, notamment avec rimes riches, est de moins en moins employé, car il devient trop difficile pour les lettrés du temps, et sans doute passe-t-il alors de mode.” (FAVREAU 1979, p. 63).

Como teremos oportunidade de analisar, o caso português apresenta cronologias algo desfasadas: surge um pouco mais tarde (meados do séc. XII – 1155), e prolonga-se até uma fase igualmente mais tardia (segundo quartel do séc. XIV – 1336).

Paralelamente ao uso dos versos leoninos a Idade Média continua a criar hexâmetros sem rima, correspondendo, portanto, ao conceito clássico de poesia.

É tempo de nos debruçarmos sobre as perspectivas que se desenham no nosso *Corpus epigráfico*¹²⁹.

Em face do que nos ensina Ernest Robert Curtius podemos sistematizar os diversos géneros que ocorrem no nosso *Corpus epigráfico* em três alíneas:

1. Hexâmetros Dactílicos – textos com métrica mas sem rima (hexâmetros clássicos)
2. Versos Leoninos – textos com métrica (hexâmetros) e com rima interna
3. *Cursus* Leonino – textos sem métrica mas com rima interna.

Ao primeiro grupo, dos Hexâmetros Dactílicos, pertencem apenas dois casos:

Insc. N.º 111 – 1162 – Igreja-Colegiada de S. Pedro de Coimbra – Epitáfio de Randulfina

Insc. N.º 476 – Séc. XIII – Mosteiro de St.º Tirso – Epígrafe de D. Alda Vasques de Soverosa e de D. Urraca Ermiges de Riba Douro.

Sublinhemos, desde já, que o primeiro caso (Insc. N.º 111) suscita algumas dúvidas quanto à sua autenticidade, podendo tratar-se de uma inscrição forjada em época mais recente. Infelizmente trata-se de uma inscrição desaparecida, pelo que não podemos tirar as dúvidas pelo confronto com o original.

Ao segundo grupo, dos Versos Leoninos, pertencem quatro exemplos:

Insc. N.º 325 – 1245 – Mosteiro de S. Salvador de Grijó – Epitáfio de D. Rodrigo Sanches

Insc. N.º 338 – 1249 – Mosteiro de S. Domingos de Lisboa – Epígrafe comemorativa da sua fundação, por D. Afonso III

¹²⁹ Como referimos ao longo do *Corpus*, a classificação das epígrafes no que respeita à sua métrica e género poético foi realizada pelo Professor Doutor José Carlos Miranda, a quem estamos agradecidos.

Insc. N.º 367 – 1268 – Sé Velha de Coimbra – Epitáfio do Bispo D. Egas Fafes de Lanhoso (1.ª Parte)

Insc. N.º 395 – 1281 – Sé Velha de Coimbra – Epitáfio do Mestre-Escola D. Pedro Martins.

Salientemos, neste pequeno grupo de letreiros, que o epitáfio de D. Rodrigo Sanches deve ter sido redigido em Coimbra, onde sua irmã, D. Constança Sanches, encomendou o túmulo com jacente e, certamente, o letreiro. Assim, dentro dos Versos Leoninos possuímos três exemplos conimbricenses e um de Lisboa. Salientemos, ainda, as cronologias relativamente coesas: todos foram criados num espaço de tempo de menos de quarenta anos, entre 1245 e 1281.

Por fim, para o terceiro grupo, dos casos de *Cursus Leonino*, possuímos catorze exemplos:

Insc. N.º 101 – 1155 – Igreja-Colegiada de St.ª Justa-a-Antiga, Coimbra – Epitáfio do Presbítero Rodrigo, fundador do templo

Insc. N.º 112 – 1162 – Igreja de St.ª Maria Madalena de Constantim de Panóias – Epitáfio do Abade D. Frutuoso Gonçalves

Insc. N.º 224 – Séc. XII – Mosteiro de Chelas, Lisboa – Epitáfio de D. Justa Rabaldes

Insc. N.º 289 – 1223 – Mosteiro de St.ª Maria de Alcobaça – Inscrição piedosa comemorativa da transferência dos monges da Abadia Velha para a Abadia Nova

Insc. N.º 295 – 1225 – Mosteiro de St.ª Maria de Salzedas – Inscrição comemorativa da Sagração do templo

Insc. N.º 348 – 1256 – Mosteiro de S. Pedro de Arouca – Epitáfio de St.ª Mafalda

Insc. N.º 374 – [1269] – Mosteiro de St.ª Cruz de Coimbra – Epitáfio de D. Constança Sanches

Insc. N.º 402 – 1283 – Sé de Évora – Epitáfio de D. Durando Pais, Bispo de Évora

Insc. N.º 406 – 1285 – Mosteiro de St.ª Maria de Celas, Coimbra – Epitáfio de D. Elvira Lopes, segunda Abadessa de Celas

Insc. N.º 415 – [1290] – Mosteiro de S. Francisco de Santarém – Epitáfio de D. João Pires Bochardo, do qual infelizmente apenas conhecemos dois versos, com rima interna e emparelhada

Insc. N.º 418 – 1291 – Sé do Porto – Epitáfio de D. Pedro Durães

- Insc. N.º 448 – 1300 – Mosteiro de St.^a Maria de Celas, Coimbra – Epitáfio de D. Maria Fernandes, quinta Abadessa de Celas
- Insc. N.º 531 – 1315 – Mosteiro de St.^a Maria de Celas, Coimbra – Epitáfio de D. Teresa Raimundes de Portocarreiro, sexta Abadessa de Celas
- Insc. N.º 588 – 1336 – Igreja de Leça do Balio – Epitáfio de D. Estêvão Vasques Pimentel, Mestre da Ordem do Hospital.

Neste lote de epígrafes cumpre realçar que a inscrição funerária do Abade D. Frutuoso Gonçalves deve ter sido criada no Mosteiro de Caramos, onde este fora abade antes de partir em peregrinação, e que não deve ter sido redigida em Constantim de Panóias, de resto como defendemos no respectivo comentário.

A este derradeiro grupo poderíamos associar, ainda, casos como a inscrição de Arranas (Insc. N.º 2) que, como o Professor Doutor José Galdes Freire salientou, apresenta vestígios de rima monossilábica em -US, ou a inscrição desaparecida da Igreja de N.^a S.^a da Finisterra, em Soure, com rima emparelhada e uma estrutura próxima dos hexâmetros (embora com incorrecções) (Insc. N.º 73). Poderíamos, igualmente, acrescentar inscrições de textos breves que ostentam rimas, como é o caso da inscrição da Igreja-Colegiada de S. Salvador (com rima em -ONTE: SPONTE / FRONTE) (Insc. N.º 159, de 1179), ou do epitáfio de D. Pedro Garcia, Prior de Landim (com rima em -ECTUS: RECTUS / TECTUS) (Insc. N.º 206, de 1198). Salientemos, ainda, o uso de rima emparelhada na máxima que encerra o epitáfio de D. Afonso, bastardo de D. Afonso Henriques, que se conserva em S. João de Alporão, Santarém (Insc. N.º 259, de 1207), na máxima que remata o epitáfio de D. Mendo Afonso, em St.^a Maria da Alcáçova, Santarém (Insc. N.º 309, de 1236) ou na fórmula que remata a inscrição dionisina de S. Francisco de Alenquer (Insc. N.º 535, de 1317). Por fim, devemos realçar que é relativamente comum as inscrições sineiras apresentarem textos versificados, retirados de formulários estereotipados (cf., por exemplo, Insc. N.º 421, de 1292; e Insc. N.º 658, de 1377).

No que respeita aos esquemas de rima possuímos casos de rima interna e casos com apenas rima terminal, ambas as soluções representadas de forma relativamente abundante. Podem ser distinguidas rimas interpoladas (A B B A) (por exemplo, Inscs. N.º 374, N.º 531), rimas alternadas (A B A B) (por exemplo, Inscs. N.º 325, N.º 338, N.º 395, N.º 415), e rimas emparelhadas (A A B B) (por exemplo, Inscs. N.º 101, N.º 289, N.º 295, N.º 348, N.º 367, N.º 402, N.º 406, N.º 588). Sublinhemos, por outro lado, que muitas vezes os esquemas de rima apresentam variações ao longo do texto, podendo passar de um esquema para outro, e abdicar da rima interna para apenas ostentar rima terminal.

A análise das epígrafes rimadas ou versificadas revela-nos a seguinte repartição cronológica:

	Hexâmetros Dactílicos	Hexâmetros Leoninos	<i>Cursus</i> Leonino
Séc. XII	1	–	3
Séc. XIII	1	4	9
Séc. XIV	–	–	2

Não restam dúvidas, portanto, de que estamos perante um fenómeno essencialmente característico do Séc. XIII, que tem a sua primeira manifestação em 1155 (Insc. N.º 101), mas que só atingiu a plenitude com os meados do séc. XIII (de 1245 em diante). Poderíamos mesmo dizer que a fase decisiva é a que se desenrola entre 1245 e 1300, quando se concentram 11 dos 20 textos rimados ou versificados que acima inventariámos. A derradeira manifestação encontra-se no epitáfio de D. Estêvão Vasques Pimentel, Prior da Ordem do Hospital (Insc. N.º 588, de 1336). No entanto, ao séc. XIV pertencem apenas 2 exemplos (Inscs. N.ºs 531 e 588). Deveríamos, por isso, corrigir João Pedro Ribeiro que, em 1810, escrevia que “*no Século XIV prevalece o gosto pelos versos Leoninos*” (RIBEIRO J.P. 1810(b), p. 195), antecipando esse período cronológico em um século¹³⁰. Por outro lado, a análise deste quadro revela-nos que, exceptuando-se o caso particular do epitáfio de Randulfina, que suscita algumas dúvidas, só possuímos um caso seguro de um texto em hexâmetros dactílicos, concebido dentro do que poderíamos chamar um conceito clássico de poesia, valorizando-se exclusivamente a métrica e não a rima. Esse texto ocorre no Mosteiro de St.º Tirso, uma instituição que, como o Professor José Mattoso demonstrou, possuía uma actividade cultural assinalável quer a nível da prosa linhagística quer mesmo a nível de prosa analística (MATTOSO 1982(b), pp. 481 e ss.). Ao contrário da inscrição de St.º Tirso, a imensa maioria dos textos preferiram valorizar a rima, quer de maneira mais erudita, na forma de hexâmetros com rima interna, o que normalmente se designa por “Versos Leoninos”, quer na forma menos perfeita do *Cursus* Leonino, com rima interna mas sem respeito integral pela métrica. Os exemplos de Versos Leoninos desenrolam-se entre 1245 e 1281 e revelam o peso de Coimbra como centro cultural: três dos quatro exemplos foram criados nesta cidade. Mas a solução dominante foi, obviamente, a do *Cursus* Leonino, que corresponde a 70 % dos textos rimados ou versificados do nosso *Corpus*.

¹³⁰ Robert Favreau sublinhou, igualmente, que na epigrafia europeia “*les inscriptions versifiées sont-elles très fréquentes, surtout du IX^e au XIII^e siècle*” (FAVREAU 1979, p. 62). Em Portugal, como se pode verificar, o fenómeno é um pouco mais tardio, correspondendo sobretudo à segunda metade do séc. XII e ao séc. XIII.

Por outro lado, a distribuição das inscrições revela-se igualmente elucidativa. Já tivemos oportunidade de salientar que este tipo de epígrafes denuncia uma preparação cultural acima da média. Se analisarmos os locais onde os letrados se encontravam ou onde foram redigidos, podemos detectar alguns dos centros culturais mais avançados. Ora, todos os 20 textos acima referidos encontram-se relacionados com instituições religiosas, podendo ser assim repartidos:

- Catedrais – 4 inscrições
- Mosteiros – 13 inscrições
- Igrejas-Colegiadas – 2 inscrições
- Igrejas Paroquiais – 1 inscrição.

Ressalvemos que este último caso, como já defendemos, deve ter sido criado no Mosteiro de Caramos, onde D. Frutuoso Gonçalves exercera o cargo de Abade, pelo que verdadeiramente deveríamos apontar 14 inscrições relacionadas com instituições monásticas (ou seja 70 %). Estes elementos estão de acordo com as grandes linhas de força apontadas por Robert Favreau para a Europa de então:

“La généralisation de l’emploi de la métrique pour les inscriptions les plus soignées et les personnages les plus importants a provoqué un recours fréquent aux poètes du temps, car ils ne devaient pas être nombreux les clercs capables de composer un texte respectant les quantités du vers classique et introduisant en même temps des éléments d’assonance en fin et parfois en milieu de vers.” (FAVREAU 1979, p. 40).

Ora, para dois casos conhecemos os autores dos textos versificados. Referimo-nos ao epitáfio de Fr. Frutuoso Gonçalves, antigo abade do Mosteiro de Caramos e depois Abade da Igreja de St.^a Maria Madalena de Constantim de Panoias, cujo texto (segundo F. Craesbeeck e Fr. Tomás da Encarnação) teria sido redigido por D. Afonso Pais, Cónego de Caramos e seu sucessor no governo dessa casa monástica (Insc. N.º 112, de 1162) (CRAESBEECK 1726, vol. II, p. 24; ENCARNAÇÃO T. 1759-63, vol. III, p. 252); e ao epitáfio de D. Constança Sanches, falecida em 1269 (Insc. N.º 374), que segundo Fr. Nicolau de St.^a Maria teria sido composto pelo *“Prior D. João Pirez, que era excelente poeta latino”* (SANTA MARIA N. 1668, Parte II, p. 542). No primeiro caso, D. Afonso Pais era cónego de Caramos durante o governo de Fr. Frutuoso Gonçalves, tendo convivido de perto com o Abade antes de este partir em peregrinação para a Terra Santa. D. Afonso Pais sucedeu-lhe no cargo abacial, e não é de estranhar que tivesse, mais tarde, redigido o epitáfio versificado de Constantim de Panoias. A referência de Fr. Nicolau de St.^a Maria merece igualmente algum crédito já que, como se sabe, D. Constança Sanches professou nas Donas de St.^a Cruz, instituição crúzia feminina que se erguia anexa ao mosteiro de St.^a Cruz. Não é de estranhar, portanto, que D. Constança tivesse encomendado o seu epitáfio versificado ao Prior de St.^a Cruz,

peessoa que certamente conhecia bem e com quem convivia. A inscrição funerária devia ser sensivelmente contemporânea do seu túmulo, que D. Constança Sanches encomendou quando decidiu erguer, no Claustro de St.^a Cruz, uma Capela consagrada a St.^o António, santo de sua particular devoção. Esta circunstância não só explica o motivo por que o epitáfio não ostenta data como é, simultaneamente, corroborada por este aspecto. Sabendo que D. Constança Sanches encomendou, em Coimbra, pouco depois de 1245, o túmulo com jacente de D. Rodrigo Sanches e o seu epitáfio versificado (Insc. N.^o 325, de 1245), não podemos deixar de pensar que esse texto pode ter sido mais uma criação de D. João Pires, Prior de St.^a Cruz no tempo de D. Afonso III e “*excellente poeta latino*”. Ficamos assim a conhecer o perfil dos autores de dois (ou três) dos epitáfios versificados. Um era abade de um mosteiro do Norte de Portugal. O outro membro de uma das instituições coimbrãs de maior prestígio e maior actividade cultural – o Mosteiro de St.^a Cruz – que na cidade de Coimbra apenas encontrava rival à sua altura na Sé. No entanto, ao contrário do que se poderia supor, não se tratava de um simples elemento do seu *scriptorium*, de um monge mais culto, mas do próprio Prior. Não podemos, no entanto, deixar de sublinhar que, noutros casos, os autores dos textos podiam ser simples monges, mesmo que as inscrições se apresentem versificadas. Recordemos, aqui, o caso da inscrição de Alcobaça, de 6 de Agosto de 1223 (Insc. N.^o 289) que, como defendemos no respectivo comentário, pela sua peculiar disposição gráfica, nos revela que deve ter sido criada pelo monge alcobacense Martinho. Na realidade, este monge-escriba foi o responsável pelas duas únicas subscrições de códices alcobacenses que adoptam a mesma disposição gráfica que a nossa inscrição, com a última letra de cada verso colocada em comum com a do verso seguinte por meio de “chaveta” (cf. Cód. Alc., N.^o 360 e 259). O Mosteiro de Alcobaça possuía, de resto, na sua livraria diversos manuscritos com subscrições versificadas¹³¹, e entre os seus códices conta-se um pequeno dicionário de verbos latinos que apresenta, no fim, umas notas sobre a versificação latina e portuguesa (Cód. Alc. 286, dos meados do séc. XIV)¹³². Tudo indícios que apontam no sentido de o *scriptorium* de Alcobaça ter cultivado de alguma forma o gosto pela versificação ao longo dos sécs. XIII e XIV.

¹³¹ Entre os códices alcobacenses salientemos os seguintes exemplos de subscrições versificadas:

- Cód. Alc. 5 – 1250 – 4 versos
- Cód. Alc. 24 – Séc. XIV – 3 versos
- Cód. Alc. 52 – Séc. XIV – 7 versos
- Cód. Alc. 233 – Sécs. XIII ou XIV – 10 versos
- Cód. Alc. 234 – Sécs. XIII ou XIV – 11 versos
- Cód. Alc. 259 – Séc. XIII – 4 versos
- Cód. Alc. 360 – Séc. XIII – 4 versos
- Cód. Alc. 375 – Séc. XIII – 8 versos
- Cód. Alc. 403 – Séc. XIII – 4 versos.

¹³² Sobre a poesia medieval portuguesa em latim rítmico veja-se, entre outros, o estudo que Mário Martins consagrou a este tema – cf. MARTINS M. 1958, pp. 5-18.

Por outro lado, se analisarmos os locais de proveniência dos letreiros verificamos que eles se distribuem pelos principais centros urbanos do país, com uma claríssima e natural supremacia para a zona de Coimbra:

Coimbra – 9 inscrições (contabilizando-se aqui o epitáfio de D. Rodrigo Sanches encomendado por sua irmã em Coimbra, juntamente com o sarcófago com estátua jacente)

Lisboa – 2 inscrições

Porto – 1 inscrição

Évora – 1 inscrição

Santarém – 1 inscrição

Alcobaça – 1 inscrição

Salzedas – 1 inscrição

Arouca – 1 inscrição

St.º Tirso – 1 inscrição

Leça do Balio – 1 inscrição

Panóias (ou Caramos) – 1 inscrição.

O peso de Santarém poderia ser reforçado se contabilizássemos aqui os casos dos epitáfios de D. Afonso, bastardo de D. Afonso Henriques (Insc. N.º 259, de 1207) e de D. Mendo Afonso (Insc. N.º 309, de 1236) que, como referimos acima, apesar de não possuírem estrutura rimada ou versificada encerram com máximas rimadas. Por seu turno, o caso de Coimbra poderia ser igualmente reforçado se incluíssemos aqui a inscrição com rima emparelhada de Soure (Insc. N.º 73), criada por pessoa formada no ambiente cultural coimbrão (talvez Salvado, a quem tinha sido confiada a redacção da Vida de S. Martinho de Soure). Poderíamos, assim, definir dois vectores fundamentais no que concerne aos textos rimados ou versificados: por um lado, a sua concentração em alguns centros urbanos, os culturalmente mais activos no Portugal de então (Coimbra, Santarém, Lisboa, Évora, Porto), e por outro lado, o papel activo desempenhado por certas instituições monásticas, nomeadamente aquelas onde se recolhiam com alguma regularidade elementos da Alta Nobreza, detentores de uma cultura mais evoluída (Alcobaça, Salzedas, Arouca, Celas, St.ª Cruz, St.º Tirso). De resto, já José Mattoso registara que as inscrições rimadas ou versificadas

“... situam-se em ou perto de centros urbanos, que, como se sabe cultivaram mais intensamente as letras clássicas (Santarém, Coimbra, Évora e Porto) ou ainda em mosteiros cistercienses femininos, habitados por senhoras de alta e média nobreza, que encomendavam inscrições prestigiantes a clérigos eruditos.” (MATTOSO 1982(b), p. 499).

Efectivamente, dentro das instituições monásticas a primazia vai, claramente, para a Ordem de Cister (6 exemplos), e dentro desta para as casas monásticas femininas (5 exemplos). De resto, não encontramos em Portugal mais nenhum exemplo como o do Mosteiro de Celas, onde três das suas Abadessas receberam epitáfios em *Cursus* Leonino, criados no curto espaço de 30 anos (entre 1285 e 1315).

Podemos, portanto, com plena propriedade afirmar que os textos rimados ou versificados resultam de uma cultura eclesiástica, típica de certos meios monásticos – nomeadamente de mosteiros que possuíam *scriptoria* com documentada actividade (como Alcobaça, St.^a Cruz ou St.^o Tirso) e de instituições que recebiam, regularmente, elementos oriundos da Alta Nobreza (como Salzedas, Arouca ou Celas). Podemos, igualmente, afirmar que foi uma manifestação especialmente cultivada na zona centro do País, com especial relevo para a área de Coimbra. De resto, ninguém duvida que Coimbra representou, nos séculos XII e XIII, o principal centro cultural do Reino, acompanhando o papel político que desempenha até pelo menos D. Afonso III, numa situação que se espelha bem no nosso *Corpus* epigráfico.

7.2. Epigrafia e a Morte: os epitáfios

“A memória dos bõos nom he pera esquecer”¹³³

Os epitáfios e as inscrições relacionadas com a Morte representam, naturalmente, a maioria dos exemplos conhecidos dentro da Epigrafia Medieval Portuguesa. Podemos dizer que, globalmente, os epitáfios representam cerca de metade das epígrafes que conseguimos reunir. Na realidade, contamos com 382 inscrições de conteúdo (ou contexto) funerário, contra 379 de outra natureza¹³⁴. Como já tivemos oportunidade de sublinhar, este quadro representa um retrocesso dos epitáfios em relação ao panorama que se traça para a Epigrafia Paleocristã, onde se detecta na área portuguesa um índice de epitáfios acima dos 92 %. Depois da enorme quebra que se assinala no Séc. VIII (sobretudo a partir da segunda década) e na primeira metade do Séc. IX, onde os níveis de produção epigráfica atingem o ponto mais baixo desde o início da dominação romana, podemos dizer que a retoma epigráfica vai assumir contornos distintos do que

¹³³ Nota acrescentada ao Ms. St.^a Cruz 93, de 1380-1382 – cit. por CRUZ A. 1964, p. 116.

¹³⁴ Nesta contagem das inscrições de conteúdo funerário adoptamos um critério não muito rígido, contabilizando casos como os letrados que, não sendo estritamente funerários, se encontram gravados em túmulos (como é o caso, por exemplo, das Inscs. N.^o 620 e N.^o 628).

se conhecia para o período precedente. Na realidade, depois do Séc. IX nunca mais os epitáfios atingiram a importância quantitativa que antes tinham tido. Passamos de uma hegemonia quase total (no período paleocristão) para valores que ultrapassam um pouco a metade mas que raras vezes se avizinham dos 60 %. Esta diminuição do peso da epigrafia de conteúdo funerário fez-se em boa parte pela crescente importância que o registo epigráfico foi ganhando noutros domínios, mas não pode ser explicada apenas pelo aumento do número das inscrições não-funerárias. Por outro lado, importa realçar que a recuperação epigráfica, que se enceta a partir da segunda metade do séc. IX, é mais lenta nos domínios da Morte do que noutras temáticas, revelando que afinal por detrás destas mudanças percentuais esteve algo de mais profundo que uma simples correlação de forças. Na realidade, os valores percentuais extremamente elevados que os epitáfios representam no seio da colecção epigráfica paleocristã (numa situação que naturalmente prolonga o panorama tardo-romano, onde a mentalidade paleocristã se forjou) não pode deixar de espelhar uma situação onde, à luz da mentalidade da época, a inscrição funerária, memorizando o nome e a data do falecimento de uma pessoa, se afigurava como sendo muito mais imprescindível para a bem-aventurança no Além do que se veio a sentir no Séc. VIII e nas centúrias seguintes. A regularidade com que, nos epitáfios paleocristãos, encontramos a referência ao dia, mês e ano do falecimento, lado a lado com a identidade do morto (reduzida ao nome próprio) e a idade com que faleceu, leva-nos a pensar que neste período se deveria proceder a comemorações de aniversário com relativa regularidade, e que essas comemorações litúrgicas deviam incluir a deslocação ao local de sepultura. As escassas referências ao culto do morto que encontramos nos Concílios hispânicos – normalmente interdições de comportamentos considerados demasiado próximos do paganismo – denunciam precisamente a existência de cerimónias que deviam, com certa regularidade, levar os familiares aos locais de sepultura. Cerimónias que resultavam sobretudo da iniciativa dos particulares, e não da Igreja. Na realidade, os domínios da Morte ficaram durante bastante tempo reservados à decisão individual, tendo-se a Igreja remetido para um plano (voluntariamente) secundário (ARIÈS 1977, pp. 147-151; BARROCA 1987, pp. 18-20). Os epitáfios paleocristãos respondiam, portanto, a essa necessidade de identificação da sepultura, de personalização do enterramento, reflectindo práticas culturais que implicavam a deslocação ao local de enterramento.

Face ao panorama que se traça para o período paleocristão diríamos que o homem medieval aprendeu, ao longo dos sécs. VIII e IX, a encarar a Morte de outra forma. Os túmulos deixam de ser personalizados com os epitáfios, e o ritual deve ter abandonado certas práticas que se desenrolavam nos dias de aniversários, desde comemorações litúrgicas realizadas junto do túmulo até outras práticas onde ainda se sentiam algumas influências pagãs (como, por exemplo, os banquetes funerários, memória das libações pagãs – BARROCA 1987, pp. 14-17). Já em estudo anterior tivemos oportunidade de

sublinhar como a sepultura no Período da Reconquista (Sécs. IX a XI) é, essencialmente, um monumento anónimo, despersonalizado (BARROCA 1987, pp. 119-121 e pp. 255-256). Esta realidade arqueológica – que se detecta, por exemplo, ao nível das sepulturas escavadas na rocha, características deste período, e que são sistematicamente anónimas – traduz certamente o recuo da civilização da escrita nestes tempos mais duros, mas traduz também de forma indirecta o tipo de ritual litúrgico que lhes andava associado. Na realidade, apesar de estar consciente de todo o lado dramático da Morte, e da dureza das penas do Inferno, constantemente recordadas no quotidiano, o homem medieval ainda desconhecia a possibilidade de os vivos intercederem em favor dos seus mortos, auxiliando-os no Além. Os documentos da época não cessam de reafirmar como, depois da morte, a condição da Alma é imutável, não havendo lugar para o arrependimento ou a remissão dos pecados (MATTOSO 1992(a), p. 23). Por isso, as boas acções e os actos piedosos deviam ser tomados em vida. O destino da alma era traçado nas acções terrenas, e não no Além. Paralelamente, mais do que individual, o destino da alma era sobretudo entendido como colectivo: contavam as acções da humanidade, tomadas colectivamente, e pesava menos o comportamento individual. Por fim, sublinhemos que o destino das Almas apenas se decidia no dia do Juízo Final. Até lá estas ficavam num estádio intermédio, de sono, aguardando a decisão final (MATTOSO 1992(a), pp. 28-29), aguardando que lhes fosse atribuído o prémio dos justos ou, pelo contrário, o eterno castigo dos pecadores. As faltas não começavam a ser redimidas senão depois do Juízo Final. Não havia, por isso, lugar para comemorações litúrgicas personalizadas: não se rezava por um morto em particular, rezava-se por todos os mortos. José Mattoso, que se debruçou recentemente sobre os problemas do culto dos mortos no espaço peninsular entre os sécs. VII e XI, teve oportunidade de sublinhar como as orações, que se faziam por todos os mortos, e não por um morto, se revelavam igualmente como uma forma de fortalecer a noção de comunidade (MATTOSO 1992(a), p. 27). O mesmo autor salientaria que

“... quanto aos sufrágios em dias determinados, a litúrgia da época regista apenas a missa no quinquagésimo dia e no aniversário, mas não no terceiro, nono ou quadragésimo, como prescrevem as Constituições Apostólicas (redigidas na Síria c. 400), nem no sétimo e trigésimo, como veio a prescrever o Ritual romano desde a época patrística” (MATTOSO 1992(a), p. 26).

Assim, podemos dizer que as comemorações litúrgicas individuais, realizadas pela família, tinham lugar em momentos precisos ao longo do primeiro ano do falecimento: no funeral e no terceiro, sétimo e trigésimo dia ou no quinquagésimo dia e no aniversário. A partir do aniversário, a memória do morto era recordada colectivamente, não havendo lugar a mais cerimónias litúrgicas individuais. Forçosamente entraria num

esquecimento progressivo e ao fim de uma ou, no máximo, duas gerações estaria totalmente ignorada. Na realidade, a memória individual sobrevive facilmente na geração dos filhos e dos netos, mas dificilmente o consegue fazer na geração dos bisnetos ou nas gerações seguintes. É neste contexto que se afirma o túmulo não-personalizado, onde nenhum elemento revela a identidade do morto ou a data do seu falecimento.

O processo começa a mudar lentamente a partir do Séc. XI e o marco dessa mudança pode ser, simbolicamente, colocado nos meados da primeira metade da centúria quando o Abade Odilon, de Cluny, instituiu a festa dos Fiéis Defuntos em 1024-1033 (LE GOFF 1993, pp. 149-151) ou em 1048 (ARIÈS 1977, p. 159; vd. tb. MATTOSO 1992, p. 29; MATTOSO 1992(a), p. 27). O aparecimento desta festa dedicada a evocar todos os defuntos, celebrada no dia 2 de Novembro, logo depois do Dia de Todos os Santos, veio unificar as diferentes datas nas quais se recordavam os mortos, que variavam de região para região (ARIÈS 1977, p. 159). Por outro lado, a forma rápida como esta nova festa se difundiu por todo o Ocidente revela-nos como a medida respondia bem aos anseios da época. Institucionalizava-se uma data onde todos os defuntos eram recordados, independentemente de terem parentes vivos ou de terem deixado bens para que os seus nomes fossem lidos nos ofícios¹³⁵. A missa dos Fiéis Defuntos representa, ainda, uma outra novidade no panorama ocidental:

“A Liturgia dos Fiéis Defuntos é muito diferente da de Todos os Santos. É marcada sobretudo pela escolha de textos que evocam a possibilidade da condenação eterna e, ao mesmo tempo, a necessidade de orar pelos mortos para os livrar dessa condenação.” (MATTOSO 1992, p. 30).

Ou seja, passa a ser possível ao cristão ter um papel activo no destino no Além. Rezando pela alma dos seus mortos, ele podia interferir no destino que tinha sido traçado ao longo da vida terrena deles, ajudando-os a suplantar os castigos transitórios. Mas, por outro lado, ao instituir o ofício dos mortos, Cluny estava a chamar a si e ao Clero um papel que, na Alta Idade Média, era muitas vezes exercido pelos leigos, privadamente (MATTOSO 1992, p. 30).

“... Cluny organiza e sistematiza a prática dos ofícios divinos e da celebração eucarística pelos defuntos não só nos próprios funerais, mas também uma semana depois das exéquias, um mês depois ou um ano depois, e ainda, por tempo indeterminado em cada aniversário da morte do fiel. Quase todos estes elementos

¹³⁵ No Livro das Kalendas, dentro do apartado respeitante às notícias obituárias – e não na primeira parte, respeitante ao Martiriológico – encontra-se registada a Festa dos Fiéis Defuntos, esclarecendo-se que se ia em procissão sobre todas as campas da Sé, sem excepção:

“¶ Ista [die] debet fieri commemoratio omnium fidelium defunctorum et debet fieri processio in ecclesia et in claustro et in atrio ecclesie super eis.” (LKal., vol. II, p. 231).

litúrgicos eram conhecidos antes num ou noutro lugar. Mas são os monges negros que os difundem e organizam de maneira sistemática. A liturgia aqui toma sobretudo uma forma intercessória, isto é, pede a salvação eterna do defunto cuja morte se comemora. Pede a libertação da morte eterna. (...). Ao rezar-se pelo defunto, pressupõe-se que a sua alma está em qualquer parte, e que, mesmo depois da morte, se pode alterar o seu estado de salvação ou de condenação. Há, portanto, um mundo dos mortos, diversificado, habitado por almas salvas ou condenadas ou à espera de uma salvação ou condenação definitiva.” (MATTOSO 1992, p. 29).

É neste quadro que se pode compreender a extraordinária visão da Rainha Godo, viúva do rei D. Sancho, que depois da morte deste se encerrou no mosteiro de Castrelo de Miño para rezar pela alma de seu marido. Numa primeira visão, este apareceu-lhe preso por cadeias a dois demónios e pediu-lhe que continuasse a rezar para o auxiliar na difícil viagem. Na segunda visão que teve do marido, quarenta dias depois, este apareceu-lhe vestido com uma túnica branca e comunicou-lhe que estava livre do poder demoníaco. As orações que a Rainha rezara, assim como as múltiplas esmolas e doações piás que entretanto fizera, tinham auxiliado a alma do Monarca no Além, tinham interferido com o Destino (cf. ANDRADE CERNADAS 1992, pp. 45-46). Segundo Manuel C. Diaz y Diaz, o relato das visões da Rainha Godo foi redigido na primeira metade do séc. XI (ANDRADE CERNADAS 1992, p. 45, nota 85). Esta possibilidade de os vivos intercederem no destino dos seus mortos lançou as sementes de uma fase de moderado optimismo. A necessidade de as pessoas serem recordadas em orações, de o seu nome ser mencionado nos actos litúrgicos, levou ao aparecimento de outra novidade no panorama ocidental – os Obituários. Como Joachim Wollasch e outros autores demonstraram, os Obituários são essencialmente uma criação cluniacense (WOLLASCH 1979; ARIÈS 1977, pp. 160-161; MATTOSO 1992, pp. 29-30). Os nomes dos fiéis eram registados de forma metódica, ordenados por cada dia, e eram lidos na hora canónica Prima, logo depois da referência aos Santos Mártires que se comemoravam nesse dia ¹³⁶. As mudanças que se vão operando ao longo do séc. XI conduzem, inevitavelmente, nas centúrias seguintes a uma generalização das práticas testamentárias e

¹³⁶ É precisamente esta circunstância que levou a que, no Livro das Kalendas da Sé de Coimbra, cada fólio, dedicado a um dia do ano, apresente a abrir uma notícia hagiográfica, revelando os Santos que se comemoravam nesse dia com pequenos apontamentos biográficos, seguindo-se os diversos aniversários funerários que os Cónegos tinham de recordar.

Em St.^a Cruz de Coimbra justificava-se, deste modo, o motivo porque se deviam exarar os nomes dos defuntos no *Taamo* ou Tombo:

“A todos os conegos que se morrerem os ponham no martillogio tã bem os que se morem no moesteiro como os que morrem fora. Aos que sse morrem em noviços ponham no martillogio em cima do sseu nome hua

das doações pias, realizadas em troca da garantia de que o nome dos defuntos seria mencionado em determinados actos litúrgicos e que, desta forma, a sua alma poderia beneficiar, sendo aliviada nas dificuldades do Além (ARIÈS 1977, p. 188 e ss.).

A evolução deste panorama fez-se, com o andar dos tempos, em duas direcções, desenvolvendo-se outras tantas tendências complementares. Por um lado, no sentido de uma crescente multiplicação dos legados testamentários, que crescem não só em número mas também em quantidade de bens doados. Cada vez mais se entende que deixar generosos legados testamentários é sinónimo de muitas orações na Terra, de muitas missas e, portanto, de maior eficácia no alívio das dificuldades no Além. Mas, por outro lado, cada vez mais a pessoa que redige o testamento será exigente nas contrapartidas, definindo-as claramente. Começa-se por pedir genericamente missas e orações. Depois precisa-se que depois do ofício litúrgico se deverá ir rezar sobre a campa do defunto. Logo se determinará não só a forma como se deverá ir (com Cruz, com Água Benta...), mas também quantos deverão ir e a natureza das orações que devem ser rezadas. Todas essas informações são transcritas para os Livros de Aniversário, para que sejam respeitadas as condições impostas.

A recuperação do registo epigráfico, que se começa a sentir muito lentamente a partir da segunda metade do séc. IX, com valores crescentes para os sécs. X e XI, e que culmina na verdadeira explosão epigráfica do séc. XII, começa sintomaticamente por se verificar em domínios que não são os da epigrafia funerária. Na realidade, podemos dizer que a recuperação epigráfica se começou a desenhar, primeiro, por meio de inscrições comemorativas da sagração de templos, e que só numa fase um pouco mais tardia começou a penetrar nos domínios da Morte. O primeiro epitáfio que possuímos remonta, efectivamente, a 982 (Insc. N.º 6), mais de um século depois da primeira epígrafe do nosso *Corpus*. Por outro lado, o peso da epigrafia funerária manteve-se, ao

cruz, e em cima dos nomes dos que morrem fora ponham huum tau .T. asi feicto. E os obitos quando os leerem asi os pernunciem. Kl. novembris obiit domnus tallis. canonicus Sancte Crucis. et domnus talis canonicus Sancte Crucis, et Iohannis Affonsi conversus Sancte Crucis. et os lugares e alcuinhas donda cada huum foi. seiam scriptos e leanse. por averem memoria e renenbrança daquelles que ia forom. leendoos assi. Obijt donus Bernandus colimbriensis ou Donus Jeronimus. Petri de Sousa.” (CRUZ A. 1964, p. 110-111).

Também Fr. Baltasar dos Reis deixou pormenores sobre a forma como os obituários eram utilizados. No caso do Mosteiro de Salzedas, o obituário chamava-se Calenda Antiga, e Fr. Baltasar escrevia:

“... se vee em a Calenda Antiga de pergaminho, os nomes das pessoas e o dia e era em que falecerão, pera que vendo-sse a tal lembrança rogassem ao Senhor per suas almas e cumprissem as obrigações que ao Mosteiro deixavão. E assy costumavam os Religiosos antigos. quando liam a Calenda e achavão à margem as tais lembranças, dizia o vitatorio antes da Commemoratio Omnium Fratrum etc.: «Commemoratio .N.» ou «Obiit .N.» E o presidente o do Capitulo dizia: «Requiescat in Pace.». E assy se ficava sabendo a obrigação que a cada hum dos ditos defuntos se tinha, ou anniversarios ou esmolos.” (REIS B. 1934, p. 58).

longo das primeiras centúrias, em níveis bastante mais modestos do que nos habituamos a encontrar na Epigrafia Paleocristã e mesmo em fases mais avançadas da Idade Média. Na realidade, quando chegamos aos inícios do Séc. XII a epigrafia funerária ainda só representa cerca de um terço do universo epigráfico. O salto qualitativo irá verificar-se precisamente ao longo do Séc. XII, quando se atingem valores que podemos considerar como os característicos da série epigráfica medieval portuguesa. A análise do quadro geral permite acompanhar esse processo de recuperação:

	Insc. Funerárias		Insc. Não Funerárias	
Séc. IX	-	0 %	2	100 %
Séc. X	3	20,00 %	12	80,00 %
Séc. XI	11	34,37 %	21	65,63 %
Séc. XII	91	44,83 %	112	55,17 %
Séc. XIII	141	56,63 %	108	43,37 %
Séc. XIV	125	51,86 %	116	48,14 %
Séc. XV	11	57,89 %	8	42,11 %

Independentemente dos valores percentuais, não se torna difícil perceber que a mudança de atitude decorre ao longo do Séc. XII. A perspectiva que se adivinha concorda com as palavras de Philippe Ariès quando este autor escrevia:

“A partir du XI^e siècle commence (...) cette nouvelle période, longue et continue, pendant laquelle l’usage du tombeau visible, et souvent dissocié du corps, devient plus fréquent. La volonté de commémoration s’étend alors des grands personnages au commun des mortels qui, très discrètement et très progressivement, cherchent à sortir de leur anonymat tout en répugnant néanmoins à dépasser un certain seuil d’ostentation (...). Aussi le premier phénomène considérable et plein de signification est-il le retour général de l’inscription funéraire qui coïncide à peu près avec la disparition du sarcophage anonyme (...) C’est au cimetière parisien de Saint-Marcel qu’on note, vers le XII^e siècle, la réapparition de ces inscriptions disparues depuis l’époque paléochrétienne. (...) Les premières épitaphes médiévales manifestent spontanément un besoin nouveau d’affirmer son identité dans la mort, mouvement quasi contemporain du développement de l’iconographie du Jugement dernier et de l’obligation religieuse de tester.” (ARIÈS 1977, pp. 214-215; vd. tb. ARIÈS 1975, p. 47).

Procuramos, agora, determinar o momento em que os epitáfios regressam, em força, ao universo epigráfico. Para isso voltemos a analisar o número de epitáfios tomando agora em linha de conta apenas aqueles que apresentam data expressa (portanto, excluindo todos os fragmentos de inscrições funerárias que não fornecem dados

cronológicos seguros), repartindo esses exemplos por períodos de meio-século. O resultado obtido é o seguinte:

	Insc. Funerárias		Insc. Não Funerárias	
851-900	–	0 %	2	100 %
901-950	–	0 %	3	100 %
951-1000	2	40,00 %	3	60,00 %
1001-1050	3	42,86 %	4	57,14 %
1051-1100	4	16,00 %	11	84,00 %
1101-1150	12	29,27 %	29	70,73 %
1151-1200	62	52,10 %	57	47,90 %
1201-1250	58	61,70 %	36	38,30 %
1251-1300	64	58,72 %	45	41,28 %
1301-1350	74	56,92 %	56	43,08 %
1351-1400	23	37,70 %	38	62,30 %
1401-1422	11	57,89 %	8	42,11 %

Sublinhemos, em relação a este quadro, que os valores percentuais obtidos para as primeiras parcelas (até aos meados do séc. XI) estão visivelmente distorcidos pelo reduzido número de epígrafes em causa, o que permite que se obtenham valores elevados com escassos exemplares. De qualquer forma, este segundo quadro permite verificar que a mudança decisiva não teve lugar na primeira metade do Séc. XII, que continua uma tendência que vinha de trás, embora se detecte uma certa aceleração. Na realidade, o salto qualitativo e quantitativo verifica-se na segunda metade do Séc. XII. Se é certo que a primeira metade da centúria nos deu três vezes mais epitáfios que a segunda metade do Séc. XI, devemos atender que a segunda metade do século XII nos oferece 15,5 vezes mais epitáfios que igual período da centúria precedente embora, globalmente, apresente “apenas” oito vezes mais inscrições. Verifica-se, deste modo, um significativo progresso da epigrafia funerária nesta segunda metade do Séc. XII. Se levássemos a nossa pesquisa para períodos ainda mais estreitos, de uma década, poderíamos definir a década de 60 do século XII como o momento da viragem:

Epígrafes Funerárias – Séc. XII

1101-1110	0
1111-1120	4
1121-1130	1
1131-1140	3
1141-1150	4

1151-1160	4
1161-1170	19
1171-1180	9
1181-1190	12
1191-1200	18

Os valores que este quadro nos faculta são perfeitamente elucidativos: para o período de 1161-1170 possuímos mais epitáfios do que para os primeiros 60 anos da centúria. Ignoramos, no entanto, os motivos concretos que estiveram subjacentes a esta mudança de atitude tão profunda, até porque não se consegue detectar nenhuma predominância geográfica. Pelo contrário, verifica-se uma acentuada diversidade na proveniência destes textos de conteúdo funerário (embora, naturalmente, com maior expressão na área urbana de Coimbra, que constitui o maior foco epigráfico nacional desta centúria). Não podemos, por isso, determinar um ponto de onde, hipoteticamente, tivesse irradiado o novo costume. É certo, no entanto, que a maioria destes epitáfios se encontra ligado a instituições monásticas (36 exemplos), logo seguidas da Sé de Coimbra (9 exemplos) e das Igrejas-Colegiadas de Coimbra (9 exemplos).

A partir dos anos 60 do séc. XII os epitáfios passam a representar uma percentagem considerável do total de epígrafes conhecidas, quase sempre acima dos 50 %, por vezes rondando ou ultrapassando mesmo os 60 %. Houve, no entanto, um momento de crise que se consegue detectar claramente na segunda metade do séc. XIV. Trata-se de mais uma consequência da Peste Negra de 1348-50.

“L’inscription poursuit un but, répond à une fonction. (...). Dans une épithèque, il doit généralement réserver la date, au moins du jour du décès, pour pouvoir veiller aux prières et services du jour anniversaire, et à la fin du Moyen Age, transcrire les obligations qui accompagnent les largesses consenties par le défunt.” (FAVREAU 1979, p. 40).

Os epitáfios medievais começam por apresentar uma estrutura relativamente simples, reduzindo as informações ao mínimo necessário. São fórmulas sóbrias e estereotipadas, que conseguem sobreviver por bastante tempo. Assinalam a Era em que se verificou o óbito, muitas vezes acompanhada da indicação do dia e mês, fundamentais para as comemorações de aniversário. Esta referência não foi, no entanto, sempre respeitada, até porque por vezes era suficiente que dia e mês estivessem exarados num Livro de Aniversários. Mas podemos dizer que, genericamente, metade dos epitáfios medievais apresentam os três elementos cronológicos (Era + Mês + Dia)¹³⁷ e que cerca de

¹³⁷ Sublinhemos que fora do universo funerário possuímos apenas 71 inscrições que revelam o dia e mês do evento comemorado, contra 191 epitáfios que o fazem.

Ao contrário do que acontece com a série epigráfica paleocristã, que acrescenta, com regularidade, à Era, mês e dia do falecimento a idade com que a pessoa morreu, a epigrafia medieval dos séculos IX a XV abandonou completamente essa tradição, seguindo a tendência que se desenha um pouco por todo o Ocidente (cf. FAVREAU 1979, p. 36). Na realidade, não conhecemos nenhum caso de epitáfio no nosso *Corpus* que apresente declarada a idade com que a pessoa faleceu.

um terço opta apenas pela indicação da Era. As duas opções representam, no seu conjunto, a esmagadora maioria das inscrições funerárias. A opção pela indicação da Era e do Mês (ignorando-se o dia do falecimento) é que foi sempre excepcional. É o que nos revela o quadro síntese das diferentes soluções utilizadas na Epigrafia Funerária:

	Era		Era + Mês		Era + Mês + Dia		Não Determ.	
Séc. X	–	0 %	1	33,33 %	1	33,33 %	1	33,33 %
Séc. XI	4	36,36 %	–	0 %	2	18,18 %	5	45,45 %
Séc. XII	23	25,27 %	3	3,30 %	49	53,85 %	16	17,58 %
Séc. XIII	36	25,53 %	7	4,97 %	77	54,61 %	21	14,89 %
Séc. XIV	37	29,60 %	4	3,20 %	55	44,00 %	29	23,20 %
Séc. XV	4	36,36 %	–	0 %	7	63,63 %	–	0 %
	104	27,22 %	15	3,93 %	191	50,00 %	72	18,85 %

Para além da indicação do(s) elemento(s) cronológico(s) relativo(s) ao falecimento, os primeiros epitáfios limitam-se, quando muito, a classificar o defunto como “*Famulo(a) Dei*” e a fazer votos de que descance em paz (“*Requiescat in Pace*” é a expressão mais utilizada).

A expressão “*Famulus Dei*” encontra-se documentada na Epigrafia peninsular desde cerca de 450, tendo sido utilizada na Bética, na Lusitânia e na Galécia mas, significativamente, nunca na Tarraconense (cf. VIVES 1969, pp. 7-8)¹³⁸. Ou seja, teve um uso sobretudo concentrado na metade ocidental da Península Ibérica, precisamente na área onde mais cedo se afirmou o uso da Era Hispânica (VIVES 1969, p. 15). No espaço actualmente português o primeiro exemplo de uso dessa expressão encontra-se no epitáfio de *Pierius*, de 24 de Novembro de 510 (Insc. N.º 7 do nosso Anexo 1)¹³⁹.

Sublinhemos que a expressão *Famulus Dei* aparece utilizada em 19 epitáfios entre os anos de 982 (Insc. N.º 6) e 1291 (Insc. N.º 418). A frequência com que é utilizada revela que se trata de uma expressão que alcança especial favor na segunda metade do Séc. XII e que começa a ser cada vez menos utilizada quando avançamos ao

¹³⁸ Sobre as origens das expressões *Famulus Dei* e *Famulus Christi* veja-se DACL 1907-51, s.v. “*Famulus Dei et Christi*”, vol. VI, tomo 1, Cols. 1107-1114.

¹³⁹ Isidoro de Sevilha, nas *Etimologias*, diz que “*Famuli sunt ex propria servorum familia orti*” ou seja, “*Fámulos são os que nasceram numa família própria de servos*” (*Etimologias*, Livro IX, pp. 780-781). Veja-se, igualmente, Fr. Joaquim de St.ª Rosa Viterbo (VITERBO J.S.R. 1798-99, vol. II, pp. 249-250). O equivalente germânico de “*Famulus Dei*” é “*Godesteo*” que, como Joseph Piel elucidou, é composto por duas partes: GODE-STE0 = Servo do Senhor (PIEL 1989, p. 137). Como se sabe, *Godesteo* foi antropónimo utilizado na Idade Média pelo menos até ao séc. XII.

longo do Séc. XIII, desaparecendo quando se difunde a língua portuguesa entre a Epigrafia. Na realidade, nesses 19 exemplos encontramos um caso do Séc. X (Insc. N.º 6), dois casos do Séc. XI (Inscs. N.º 24 e N.º 31), nove casos pertencentes ao Séc. XII (Inscs. N.º 53, N.º 57, N.º 85, N.º 103, N.º 113, N.º 116, N.º 122, N.º 154 e N.º 204) e sete casos no Séc. XIII (Inscs. N.º 258, N.º 261, N.º 332, N.º 334, N.º 383, N.º 407 e N.º 418). A utilização desta expressão parece ter sido de particular predilecção em certos meios da Nobreza, sobretudo em pessoas que, apesar de nunca terem professado, revelaram particular devoção religiosa. Não deixa de ser curioso sublinhar que raras vezes esta expressão se aplicou a clérigos. Por outro lado, podemos dizer que foi utilizada em certas instituições monásticas (como Cête, Paço de Sousa, St.º Tirso, Veade, Antime), em Sés (Coimbra, Porto) e em simples templos paroquiais (S. Tomé da Serra, Serzedelo, St.ª Maria da Alcáçova de Montemor-o-Velho), mas que nunca foi utilizada pelos monges de Alcobaça. Contrastando com os dezanove exemplos de uso da expressão “*Famulus Dei*” possuímos, significativamente, um único caso de utilização da forma “*Famulus Christi*” (Insc. N.º 237)¹⁴⁰.

Bastante mais difundido foi o voto “*Requiescat in Pace*”, que começa a ser utilizado em 982 (Insc. N.º 6), em 1022 (um exemplo pouco feliz do ponto de vista cronológico já que se trata de um texto criado no Séc. XIII – Insc. N.º 20) e em 1067 (Insc. N.º 28)¹⁴¹. A partir do Séc. XII torna-se uma das expressões mais comuns, multiplicando-se por inúmeros exemplos. Sublinhemos, por outro lado, que de início o voto “*Requiescat in Pace*” foi utilizado de forma abstracta, se assim se pode dizer. No entanto, a partir dos fins do Séc. XII começa-se a precisar melhor o voto: “*Cuius Anima Requiescat in Pace*”. A referência explícita à Alma ocorre pela primeira vez em 1191 (Inscs. N.º 190 e N.º 191)¹⁴² e começa a ser cada vez mais usual com o Séc. XIII, quer nos epitáfios em latim quer, depois, nos epitáfios em português. Continua a ser utilizada com relativa frequência na primeira metade do Séc. XIV mas, no entanto, viria a desaparecer totalmente a partir dos fins da década de 60 do Séc. XIV. Na realidade, depois de 1368 (Insc. N.º 644), não conhecemos mais nenhuma referência explícita à Alma (pelo menos até 1422, limite cronológico da nossa análise). O quadro da frequência das referências à Alma na nossa epigrafia funerária é o seguinte:

¹⁴⁰ José Vives sublinhou que o aparecimento do “*Famulus Christi*” é um acontecimento mais tardio do que a expressão “*Famulus Dei*”, ocorrendo apenas a partir do séc. VI (VIVES 1969, p. 9). No entanto, devemos sublinhar que o primeiro exemplo que conhecemos em território português é o epitáfio de *Mannaria*, de 494 (Insc. N.º 5 do nosso Anexo 1), anterior mesmo ao aparecimento entre nós do primeiro caso de “*Famulus Dei*”, que como referimos ocorre no epitáfio de *Pierius* (Insc. N.º 7 do nosso Anexo 1).

¹⁴¹ Sobre as origens deste voto veja-se DA CL 1907-51, s.v. “Requies”, vol. XIV, tomo 2, Cols. 2381-2385.

¹⁴² Há uma referência anterior, em [1150-1151], na inserção de Soure hoje desaparecida. Trata-se, no entanto, de um caso isolado, e que assim permaneceu durante muito tempo.

Séc. XII – 7 (sendo 4 casos de 1191 em diante, e 2 não datados)
 Séc. XIII – 36
 Séc. XIV – 34 (sendo 32 casos anteriores a 1350 e todos anteriores a 1369).

Alguns casos, porque fogem à solução mais estereotipada do “*Cuius Anima Requiescat in Pace*”, merecem algum destaque. É o caso, por exemplo, da inscrição fúnebre de D. Urraca Afonso, onde se refere na parte final:

“... Cujus : Aia : Requiescat : Cum : Xpo : Amen”

(Insc. N.º 396, de 1281). Ou do epitáfio de Margarida Fernandes, em S. Martinho de Sintra, onde se pede

“... DA QuaL : SEIA : A SA : ALMA : ALV(er)GADA : NO REINO :
 CELESTIAL”

estabelecendo-se uma clara distinção entre o corpo e a Alma, esta a única a ter direito a ir para o Reino Celestial (Insc. N.º 511, de 1307). Não menos interessante é a forma como se pede a graça divina no epitáfio do Infante D. Afonso, Senhor de Portalegre, que termina pedindo:

“... ao qual Deos aja perdoadamento, e receba na gloria, que tem para os seus amigos, Amen.”

(Insc. N.º 525, de 1312). Veja-se, ainda, o epitáfio de Estêvão Pais, natural de Bouro, que apesar de ser todo redigido com discurso na terceira pessoa, muda para discurso directo quando o próprio suplica:

“... (en)COMENDO : A : M(in)HA : ALMA : A : D(e)us : / e : A : SanCtA
 : MARIA ...”

(Insc. N.º 541, de 1320). Outros exemplos poderiam ser aqui recordados, como o caso do epitáfio de D. Gil Martins, primeiro Mestre da Ordem de Cristo, falecido em 1321, onde se apela que

“... [a qua]L : ALMA : DeuS : LEVE : PerA A : GLORIA DO : PA-
 RAYSO”

(Insc. N.º 548, de 1321). Registemos, ainda, o exemplo do epitáfio do Bispo D. Pedro, de Évora, falecido em 1340, onde se refere

“... AO : QUAL : BisPO : DEUS : PerDOE : e : RECEBA : A SA :
 ALMA : COmNOS : SEUS : SANTOS : NA : GLorIA : DO : PARAISO”

(Insc. N.º 595). Ou o voto final do epitáfio de D. Sancha Garcia do Casal, que encerra dizendo

“... CUI(a) ALMA VIVA + CO(m) D(eu)S +”

(Insc. N.º 610).

No entanto, as referências à Alma não ocorrem apenas em inscrições de conteúdo funerário. Ao longo do Séc. XIII começamos a encontrar igualmente as acções que se fazem “para remédio da Alma”, quer do próprio quer de familiares já falecidos (por exemplo, Inscs. N.º 202, N.º 275, N.º 376, N.º 387, N.º 425, N.º 516, N.º 524, N.º 547, N.º 560, N.º 584). E, também nalguns destes textos se sente como, no Séc. XIV, a “geografia do Além” estava cada vez mais clarificada aos olhos dos cristãos. Veja-se, por exemplo, o caso notável da inscrição de D. Afonso IV, comemorando o protagonismo do rei na construção da charola da Sé de Lisboa, que termina com o voto:

“... os Quaes Senhores, Rey e Rajnha, e Seus Filhos Mantenha Deos em Seu Serviço, & os Leve, Desque Deste Mundo Sairem, Para o Seu Santo Reyno do Paraíso. Amen”

(Insc. N.º 584, de 1334).

A maioria dos epitáfios optou por declarar que a pessoa faleceu (“*Obiit*”). No entanto, possuímos algumas excepções. Um pequeno número de textos refere que emigrou, uma expressão que se revela interessante, espelhando a crença na vida no Além. É o caso, por exemplo, do rude epitáfio de Sesnando, de 1116, que se encontra na Capela de S. Bartolomeu, junto a St.º Tirso, e onde a expressão utilizada é

“EIMICRATO FUIT (de) HOC SEculo”

(Insc. N.º 55, de 1116). Trata-se de uma solução de certa forma arcaica, que encontra eco nos documentos desde o Séc. IX até aos meados do Séc. XII, se não com frequência pelo menos com alguma regularidade. Na realidade, quando em 897 o marido de Enderquina Pala quis dizer que esta já falecera, utiliza a expressão “*migravit de hoc seculo*”. Em 1079, D. Elvira *Donnaniz* determina que sejam doados diversos bens à Sé de Braga por ocasião da sua morte:

“... *pro remedio anime mee et pro meo filio Adefonso Nantemiriz qui migravit ante me... ut de hodie et tempore quale ora migrata fuero habetis meo corpo et mea anima...*” (LFidei, doc. 74, de 28 de Julho de 1079).

São inúmeros os exemplos que poderíamos apontar: “... *pro nostro filio qui migravit ab hoc seculo...*” (LFidei, doc. 111, de 1082); “... *quando fuit migratus Domno Egas...*” (LTPSousa, n.º 5, anterior a 1095); “... *et si ego migratus fuero...*” (DMP, DP III, N.º 11, de 1101); “... *qui ante de illos migraverit de hoc seculo...*” (DMP, DP III, N.º 378, de 1111); “... *et hic dicimus si ego transmigrata fueri ante soror mea...*” (DMP, DP III, N.º 458, de 1113); “... *si ego Odorius migratus fuero...*” (LFidei, III, N.º 738, de 1130); “... *cum autem ab hac vita migraverimus...*” (LFidei, III, N.º 797, de 1159).

A utilização da expressão “EIMICRATO FUIT DE HOC SEculo” não se volta a repetir no nosso *Corpus*. Encontramos, no entanto, diversos exemplos de uso de

“MIGRAVIT” (migrou) como sinónimo de “faleceu”: Inscs. N.º 101, de 1155; N.º 303, de 1233; N.º 309, de 1236; N.º 330, de 1246. Numa única ocasião se optou por “OCCIDET” (Insc. N.º 262, de 1208). Mais comum foi o uso de “DECESSIT” (afastou-se, deixou), forma mais doce para se indicar que faleceu. Essa forma ocorre em epitáfios dos fins do Séc. XIII e inícios do Séc. XIV (Inscs. N.º 370, de [1268-1271]; N.º 375, de [1269]; N.º 402, de 1283; N.º 577, de 1331; e N.º 634, de [1362-1372]). Por fim, registemos uma única vez a forma “PASSIT FUIT” (Insc. N.º 404, de 1284), embora se deva sublinhar o enorme sucesso da correspondente forma portuguesa. Efetivamente “PASSOU”, como sinónimo de morreu, foi abundantemente utilizada na epigrafia funerária desde inícios do séc. XIV. O primeiro exemplo encontra-se em 1308 (Insc. N.º 518), mas volta a ocorrer em mais 30 epitáfios desta centúria e dos inícios do séc. XV (Insc. N.º 520, N.º 522, N.º 525, N.º 528, N.º 536, N.º 541, N.º 548, N.º 551, N.º 559, N.º 569, N.º 571, N.º 585, N.º 595, N.º 599, N.º 605, N.º 606, N.º 609, N.º 610, N.º 611, N.º 613, N.º 617, N.º 633, N.º 644, N.º 645, N.º 646, N.º 664, N.º 674, N.º 711, N.º 712 e N.º 735). Por fim, registemos que na fase final do nosso *Corpus* começa a ocorrer uma outra expressão – FINOU – que irá ter algum sucesso nos tempos seguintes, e que surge já em três epitáfios (Inscs. N.º 669, N.º 738 e N.º 750).

Um pequeno grupo de epitáfios encerra pedidos de oração pela alma do morto. Este costume, que se começa a detectar no nosso inventário logo no Séc. X (Insc. N.º 9, de 991), prolonga-se, de forma sempre mais ou menos excepcional mas também distribuída de forma relativamente uniforme, até à segunda metade do Séc. XIV (Insc. N.º 644). Podemos encontrar pedidos de oração genéricos – “ORATE PRO ME”, “PRO ME PRECOR ORA”, “ROGADE A DEUS POR ELA”, “E Todos Aquelles que a Deos por elle fizerem oração, desse mesmo Deos ajão salvação” – tudo pedidos onde a natureza das orações não são indicadas (vd., por exemplo, Insc. N.º 9, de 991; Insc. N.º 111, de 1162; Insc. N.º 190, de 1191; Insc. N.º 259, de 1207; Insc. N.º 551, de 1322; Insc. N.º 644, de 1368). Mas podemos, igualmente, encontrar pedidos de oração onde a natureza desta é explicitada. Neste grupo a opção recaiu, exclusivamente, no Padre Nosso. Assim aconteceu em 1184 (“PATER NOSTER” – Insc. N.º 174), em 1191 (“PATER NOSTER PER HUIUS ANIMA DICITE” – Insc. N.º 191), em 1239 (com a simples indicação “PATER” – Insc. N.º 316), em 1243 (“PATER NOSTER PRO ANIMA” – Insc. N.º 321), em 1315 (“Ora Pater Noster Lector qui carmine cernis” – Insc. N.º 531), em 1343 (“PATER NOSTER” – Insc. N.º 605), e em 1346 (“PATER NOSTER POR SA ALMA” – Insc. N.º 611).

A estes epitáfios podíamos associar um grupo, ainda mais restrito, de textos onde se apela à recordação. São apenas três as epígrafes que conhecemos em Portugal que terminam com o pedido “MEMENTO MEI” (“Lembra-te de mim” ou “Lembrai-vos de mim”). Há, no entanto, duas situações distintas. Em dois casos parece ser um

simples apelo à recordação: no epitáfio de Pedro Soares de Pouves, em Pedroso, que encerra dizendo “MEMENTO MEI” (Insc. N.º 107, de 1161), e no epitáfio do prior D. Egas Mendes, em Bravães, onde se gravou “TU LECTOR MEMENTO MEI” (Insc. N.º 182, de 1187). No entanto, na inscrição funerária de Diogo Moniz, de Porto de Mós, a situação parece ser diferente. O letreiro encerra dizendo “MEMENTO MEI ORATE PRO ME” (Insc. N.º 190, de 1191). Ora, neste caso não parece tratar-se de um simples apelo à recordação, como nos dois exemplos precedentes, mas antes de um pedido de oração. Diogo Moniz pede que lhe rezem a oração fúnebre que começava “*Memento Mei Deus...*”, e que era assim vulgarmente designada na Idade Média.

Os epitáfios de estrutura mais simples – revelando os elementos cronológicos relativos à morte, a identidade do morto e fazendo um voto, sóbrio, pela paz e bem-aventurança no Além – alcançaram bastante sucesso, surgindo ao longo de diversas centúrias, desde o Séc. X até aos Sécs. XIII e XIV. É o caso, por exemplo, dos epitáfios de Montemor-o-Velho, de 982 (Insc. N.º 6); de S. Tomé da Serra, de 1037 (Insc. N.º 24); de Cête, de 1067 (Insc. N.º 28); de Serzedelo, de [1071-1072] (Insc. N.º 31); de St.^a Maria da Alcáçova de Montemor-o-Velho, de 1115 (Insc. N.º 53); de Cête, de 1117 (Insc. N.º 57); de S. Cristovão de Coimbra, de 1138 (Insc. N.º 76); da Gemieira, de 1148 (Insc. N.º 89); de Pedroso, de 1161 (Insc. N.º 107); de St.^a Tirso, de 1163 (Insc. N.º 113); de S. Bartolomeu, de 1164 (Insc. N.º 118); da Sé Velha de Coimbra, de 1166 (Insc. N.º 122); de St.^a Justa, de 1166 (Insc. N.º 123); da Sé Velha de Coimbra, de 1166 (Insc. N.º 124); de S. Martinho de Montemor-o-Velho, de 1167 (Insc. N.º 125); etc.

Por vezes o autor do texto deixa transparecer algo do perfil e prestígio da pessoa falecida, utilizando-se pequenas expressões: “IUSTA” (Insc. N.º 44); “MIONA” (corruptela de Meana, “Mea Domina”) (Insc. N.º 103), “Vir Bonus et Rectus” (Insc. N.º 207), “NOBILIS FEMINA” (Insc. N.º 284 e Insc. N.º 311), “FILIVS INCLITE RECORDATIONIS” (Insc. N.º 310), “PIE RECORDATIONIS” (Insc. N.º 317), “Bonae Memoriae” (Insc. N.º 319), “VIR HONESTISSIMUS” (Insc. N.º 556), etc.

Sublinhemos que mesmo quando se trata de pessoas de alto sangue, de destacado protagonismo social, os textos podiam continuar a ser extraordinariamente sucintos e voluntariamente sóbrios. Veja-se, por exemplo, o epitáfio de D. Egas Moniz de Riba Douro, que se limita a tratar o Nobre como “Vir Inclitus”, ou os epitáfios de outros nobres do séc. XII. Ou o caso, não menos elucidativo, do epitáfio de D. Gualdim Pais, singularmente curto e lacónico para a reconhecida importância que o Mestre teve para a Ordem do Templo em Portugal (Insc. N.º 204, de 1195). O mesmo se diga de pessoas que desempenharam papéis cruciais na fundação de instituições monásticas e que, mesmo assim, mereceram textos funerários sóbrios. Veja-se o caso de alguns dos protagonistas dos primeiros tempos de St.^a Cruz – os epitáfios de D. Telo (Insc. N.º 71),

de D. Teotónio, de 1162 (Insc. N.º 110), de D. Miguel Salomão, de 1189 (Insc. N.º 165), de D. João Teotónio, de 1181 (Insc. N.º 170). Ou o caso de D. Roberto, o fundador do mosteiro premonstratense de Ermida de Paiva (Insc. N.º 105, de 1160). Por trás da sobriedade e contenção destes epitáfios estiveram, por certo, preocupações espirituais. Afinal, as mesmas que levaram a que D. Afonso Henriques e D. Sancho I fossem enterrados em St.^a Cruz sem monumentos dignos de nota e sem epitáfios laudatórios.

Houve, evidentemente, desde sempre exceções, de que podem ser exemplo os epitáfios versificados, que já tivemos oportunidade de analisar atrás, bem como alguns textos mais elaborados e laudatórios. Veja-se, por exemplo, os epitáfios de St.^a Senhorinha (Insc. N.º 66, de 1130), de D. Mendo Arias, irmão e companheiro de S. Martinho de Soure (Insc. N.º 91), do Presbítero Rodrigo, fundador de St.^a Justa de Coimbra (Insc. N.º 101), de D. Frutuoso Gonçalves, Abade de Caramos e depois de Constantim de Panóias (Insc. N.º 112), de D. Teresa Afonso, viúva de Egas Moniz de Riba Douro e fundadora de Salzedas (Insc. N.º 139), de D. Pedro Soeiro, dito “Inspector” (Insc. N.º 160), do eremita Ricio que se fixou na zona de Soure (Insc. N.º 187), o epitáfio duplo de André e de sua mulher Maria Pais (Inscs. N.ºs 190 e 201), o epitáfio de D. Gomes Ramires, Mestre dos Templários (Insc. N.º 269), etc.

A partir da primeira metade do Séc. XIII começamos a sentir uma predilecção por textos algo mais prolixos, que recordam, ainda que em breves referências, o papel desempenhado em vida, realçando algum aspecto particularmente significativo, quer a nível de cargos desempenhados, quer a nível de acções desenvolvidas (religiosas, militares, etc). Esta tendência, que se vai acentuando cada vez mais ao longo dos sécs. XIII e XIV, encontra paralelo noutras zonas da Europa Ocidental. Philippe Ariès teve oportunidade de sublinhar que

“Aux XIII^e et XIV^e siècles, l’építaphe n’a plus toujours l’extrême concision du milieu du Moyen Age, elle devient plus longue et plus explicite” (ARIÈS 1977, p. 218).

Entre nós o paradigma do epitáfio do séc. XIV, com elogio das acções do morto, pode ser o caso da inscrição funerária de D. Lopo Fernandes Pacheco (Insc. N.º 619, de 1349).

Analisemos, agora, os elementos relativos à evolução do sistema antroponímico. Como se sabe, ao longo da epigrafia romana predominou um sistema antroponímico complexo, baseado nos *tria nomina* (prenome + gentílico ou nome de família + cognome) aos quais se acrescentava por vezes a referência à tribo em que o cidadão estava inscrito (ENCARNAÇÃO J. 1979, p. 19; COSTA A.J. 1954, pp. 21-30; CAGNAT 1914, p. 37 e ss.). Com a adopção do Cristianismo, a epigrafia paleocristã assiste ao triunfo do nome próprio, utilizado isoladamente, normalmente associado a expressões

como *Famulus Dei*, reveladoras da nova atitude perante Deus. O que importa já não é a filiação terrena, o pertencer a uma *gens* ou a uma tribo, mas sim fazer parte da grande família cristã. Desaparecem, igualmente, os elementos relativos ao *cursus honorum*, ocorrendo apenas algumas indicações sobre as funções desempenhadas (sobretudo quando se trata de elementos do Clero). Esta tendência prolonga-se durante a Alta Idade Média germânica, onde o sistema antroponímico mais comum também se baseia apenas no nome próprio. Será ainda esta tendência altimedieval que se detecta desde o Séc. X até aos inícios do séc. XII, convivendo, portanto, com o sistema de parentesco cognático.

Observemos, por agora, o quadro geral dos diferentes sistemas antroponímicos encontrados nas inscrições funerárias do nosso *Corpus*:

	N	N + Alc.	N + P	N + P + A	N + A	N. D.
Séc. X	3	–	–	–	–	–
Séc. XI	8	–	–	1 (a)	–	2
Séc. XII	33	4	33 (b)	–	–	4
Séc. XIII	26 (c)	–	74 (d)	5	–	14
Séc. XIV	18	–	56 (e)	11	3	8
Séc. XV	3	–	3	2	2	1

N = Nome Próprio

N + Alc. = Nome Próprio + Alcinha

N + P = Nome Próprio + Patronímico

N + P + A = Nome Próprio + Patronímico + Apelido

N + A = Nome Próprio + Apelido

N. D. = Não Determinado

(a) Inscrição criada no séc. XIII (Insc. N.º 20).

(b) Sendo 30 casos de [Nome Próprio + Patronímico], 2 casos de [Nome Próprio + Patronímico + Topónimo] e 1 caso de [Nome Próprio + Patronímico + Alcinha].

(c) Sendo 24 casos de Nome Próprio e 2 casos de [Nome Próprio + Topónimo].

(d) Sendo 71 casos de [Nome Próprio + Patronímico], 2 casos de [Nome próprio + Patronímico + Topónimo] e 1 caso de [Nome Próprio + Patronímico + Alcinha + Topónimo].

(e) Sendo 52 casos de [Nome Próprio + Patronímico], 3 casos de [Nome Próprio + Patronímico + Topónimo] e 1 caso de [Nome Próprio + Patronímico + Alcinha].

Analisando as inscrições de conteúdo funerário do nosso *Corpus* podemos dizer que até 1117 não possuímos senão casos de uso do nome próprio aplicado isoladamente, sem patronímico. O primeiro exemplo claro de uso de nome próprio conjugado com patronímico ocorre precisamente nesse ano, no epitáfio de D. Guterre Mendes, que se conserva no claustro de Cête (Insc. N.º 57). O aparecimento dos patronímicos parece obedecer a uma lógica do sistema de parentesco agnático ou linhagístico, onde

se valorizavam sobretudo os laços de sangue e de descendência directa, portanto a filiação. A evolução que se detecta a nível da epigrafia tumular portuguesa, como não podia deixar de ser, acompanha de perto os ritmos sentidos na documentação da época. Na realidade, os historiadores que têm estado mais atentos a estes problemas sublinham que cerca de 1125-1150 se começa a verificar, a nível documental, a mudança de um sistema antroponímico simples (onde se usa apenas o nome próprio) para um sistema antroponímico de nome próprio + patronímico. Robert Durand, ao estudar, através dos elementos fornecidos pelo Livro Preto da Sé de Coimbra, a evolução antroponímica na zona de Coimbra do Séc. X aos inícios do Séc. XIII, determinou que a passagem do sistema antroponímico de nome próprio isolado para o sistema duplo de nome próprio + patronímico ocorreu cerca de 1125 (DURAND 1987, p. 222). Se ao longo dos Sécs. X e XI o sistema de nome próprio isolado se revela maioritário, com mais de 60 % dos casos, a partir dos meados do séc. XII o sistema duplo de nome próprio associado ao patronímico torna-se claramente maioritário, passando a afectar, desde 1160, um universo de 80 % dos indivíduos mencionados no Livro Preto (DURAND 1987, p. 222). É, de resto, a partir de 1160 que Robert Durand detecta o triunfo decisivo dos nomes próprios de origem cristã e latina sobre os nomes próprios de raiz germânica (DURAND 1987, p. 223). Este autor teve ainda oportunidade de sublinhar que

“Parmi les formes anthroponymiques à deux éléments, les nomina paterna représentent une proportion écrasante. Or il s’agit bien d’authentiques nomina paterna: toutes les vérifications – et elles sont relativement nombreuses – que l’on peut faire, en reconstituant des généalogies sur au moins deux générations aboutissent rigoureusement à la même conclusion. Le système fonctionne sans la moindre exception pendant toute la période: ce qui se transmet d’une génération à l’autre, c’est le nom du père et lui seul; avant 1200, jamais un surnom n’est transmis: le nom de famille n’existe pas. Or tous les sondages effectués dans divers cartulaires portugais confirment la régularité de cette pratique.” (DURAND 1987, p. 223).

Como referimos, o triunfo deste novo sistema antroponímico, conjugando o nome próprio com o patronímico (os *nomina paterna*) traduz a importância que os laços de sangue e de descendência directa adquiriam numa sociedade cada vez mais dominada por um sistema de parentesco agnático ou linhagístico. Na realidade, o patronímico comum que vários indivíduos de uma mesma família e geração apresentam traduz aquilo que os une estreitamente – o facto de serem descendentes directos da mesma pessoa. Possuímos, no entanto, uma fase intermédia na nossa série epigráfica, que marca a passagem de um sistema simples (nome próprio) para o sistema duplo (nome próprio + patronímico), e que se detecta no aparecimento e uso de alcunhas, que, associadas ao

nome próprio, se podem considerar uma forma a meio caminho entre o uso do nome próprio isolado e o uso do nome próprio conjugado com o patronímico. Significativamente, esses exemplos, raros, ocorrem apenas no séc. XII, quando o novo sistema antroponímico estava a penetrar na Epigrafia. Também aqui a tendência geral que se detecta nas epígrafes funerárias é paralela à que Robert Durand encontrou na antroponímia do Livro Preto, onde entre alcunhas e nomes de funções, apenas encontrou 30 exemplos, representando menos de 3 % das formas antroponímicas entre 1100 e 1160 (DURAND 1987, p. 223).

O aprofundamento do sistema linhagístico conduziria, logicamente, ao aparecimento dos apelidos ou nomes de família. Na nossa série epigráfica esse acontecimento apenas ocorre no Séc. XIII, ao aproximarem-se os meados da centúria, e é paralelo a um outro processo: a afirmação da Heráldica de família, adoptada primeiro por algumas linhagens mais prestigiadas (como, por exemplo, os Sousas, a primeira família da Nobreza portuguesa a usar brasão) e depois por um número crescente de famílias ao longo da segunda metade do Séc. XIII e sobretudo do Séc. XIV. O aparecimento dos nomes de família na epigrafia funerária é, portanto, um acontecimento um pouco mais tardio do que se detecta na documentação da época. Na realidade, José Mattoso e Leontina Ventura encontram os primeiros exemplos de nomes de família precisamente um século antes, no segundo quartel do Séc. XII, aumentando progressivamente de frequência até aos finais da centúria (MATTOSO 1982(a), p. 110; VENTURA 1992, vol. I, pp. 190-192). É possível determinar igualmente nos nossos epitáfios uma fase de transição, onde se utilizam as referências toponímicas associadas aos nomes próprios e patronímicos. Afinal, e como se sabe, uma boa parte dos apelidos ou nomes de família tiveram origem toponímica e foram, antes de serem adoptados como cognomes, usados nesse sentido restrito (MATTOSO 1982(a), pp. 110-111; VENTURA 1992, vol. I, p. 190). Sousa, Bragança, Baião, Briteiros, Silva, Aguiar ou, no caso das linhagens secundárias em ascensão no séc. XIII, Redondo, Vasconcelos, Cunha, Melo, Portocarreiro, Arões, etc., foram nomes utilizados primeiro com sentido geográfico, toponímico, denunciadores do solar de origem da família ou da região (mais ou menos vasta) onde se centravam os seus domínios e só mais tarde foram abstractizados, tornando-se nomes de família. Há, de resto, no nosso *Corpus* lugar para alguns casos relativamente ambíguos. Assim, por exemplo, no epitáfio de D. João Henriques de Portocarreiro (Insc. N.º 306, de 1234), esta última palavra encontra-se utilizada com sentido toponímico ou linhagístico?

Numa primeira fase, o uso do apelido não levou ao desaparecimento dos patronímicos. Ao longo do séc. XIII e de boa parte do séc. XIV o uso do apelido fez-se sempre lado a lado com o patronímico. No entanto, com a aproximação dos finais da centúria começamos a detectar os primeiros casos de nome próprio + apelido (sem

patronímico), cujo uso se alargará cada vez mais ao longo do séc. XV, num fenómeno que, em boa medida, escapa aos limites cronológicos da nossa Dissertação e que tem paralelo nos documentos da época (cf. MARQUES A.H.O. 1986, pp. 255-256).

A análise da evolução do suporte das epígrafes funerárias ao longo dos séculos que integram o nosso inventário não revela elementos particularmente significativos. Os elementos recolhidos podem ser sistematizados no seguinte quadro:

	Silhar	Lápide	Túmulo	Outros	Não Determ.
Séc. X	2	–	–	–	1
Séc. XI	2	1	7	–	1
Séc. XII	30	23	16	3	19
Séc. XIII	47	36	30	4	24
Séc. XIV	13	44	46	4	18
Séc. XV	2	–	8	–	1

Na realidade, podemos dizer que as inscrições funerárias começaram por ser gravadas em silhares das Igrejas ou, quando muito, nas tampas dos sarcófagos (quando se estava perante sepulturas aparentes). Só com o Séc. XII se detecta a afirmação da lápide como um dos suportes de eleição para o epitáfio. Passamos então de um panorama bipartido (silhar-túmulo), que dominou os primeiros tempos (até aos fins do séc. XI), para um panorama tripartido (silhar-lápide-túmulo). Os silhares continuam, no entanto, a conquistar os favores, preservando-se como o grupo dominante nos sécs. XII e XIII. No entanto, os dois outros grupos vão ganhando representatividade. Reparemos, por outro lado, que ao longo dos sécs. XII e XIII os epitáfios gravados sobre suportes independentes dos túmulos (quer em silhar, quer em lápide) são claramente predominantes. No séc. XII temos uma relação de proporção entre silhares/lápidas e túmulos de 3,3 para 1. No séc. XIII essa relação é de 2,8 para 1. Ambos os índices espelham o sucesso dos enterramentos simples e anónimos, no subsolo, apenas memorizados por letreiros colocados nos muros mais próximos. Este panorama de campa rasa anónima e memória na parede era o que dominavam, por exemplo, nos Claustros da Sé Velha de Coimbra e de Alcobça. No entanto, a situação tende a transformar-se com o séc. XIV. Esta centúria assiste ao triunfo da sepultura aparente e do epitáfio registado directamente no sarcófago, que se torna o grupo dominante, suplantando os epitáfios em silhares. A relação de proporção entre epitáfios gravados em silhares ou lápidas e epitáfios exarados directamente nos túmulos passa a ser de apenas 1,2 para 1. Embora o universo de amostragem seja muito reduzido, essa tendência parece permanecer bem visível nos primeiros anos do séc. XV.

António Durán Gudiol, quando estudou a colecção epigráfica da Província de Huesca, teve oportunidade de distinguir dois tipos de inscrições de conteúdo funerário: as inscrições sepulcrais e as inscrições necrológicas. As *inscrições sepulcrais* seriam criadas no momento do passamento, indicando o local de sepultura e a data da morte, utilizando normalmente expressões como *Hic Requiescit* (DURÁN GUDIOL 1967, p. 47). As *inscrições necrológicas*, pelo contrário, seriam criadas bastante depois da morte, baseando-se em Obituários, Necrológios ou Livros de Aniversários, e utilizam expressões como *Obiit* (DURÁN GUDIOL 1967, p. 47). Nas suas palavras, em Huesca haveria epígrafes comemorativas, exortativas

“... y funerarias, en la doble acepción de sepulcrales y necrológicas correspondientes las primeras a lugares y fechas de enterramientos, siendo las segundas copias en piedra de un Necrologium u Obituarium de un centro eclesiástico. Casi invariables en su formulario, las funerarias son fácilmente distinguibles por las palabras «Hic Requiescit», de las sepulcrales, y «obiit», de las necrológicas. Las catedrales y monasterios tenían el libro casi litúrgico conocido con el nombre de Necrologium, que se leía diariamente, al igual que el Martyrologium, en la conmemoracion de los difuntos en la hora canónica Prima.” (DURÁN GUDIOL 1967, p. 47).

Para estabelecer a distinção entre inscrições sepulcrais e necrológicas António Durán Gudiol apoiava-se em dois casos particulares: por um lado, na colecção epigráfica de San Juan de la Peña, onde se contam 38 epígrafes necrológicas ou obituárias (DURÁN GUDIOL 1967, pp. 65-67), e, por outro lado, na invulgar série epigráfica da catedral de Roda de Isábena, com as suas 191 inscrições de conteúdo funerário, grande parte delas (164 epígrafes) criadas num único momento, que vieram materializar na pedra o Necrológio da catedral de Roda (DURÁN GUDIOL 1967, pp. 69-72). O exemplo de San Juan de la Peña é pouco característico do ponto de vista cronológico, apenas permitindo concluir que as inscrições foram maioritariamente criadas no séc. XIII ou pouco depois. Já no que respeita a Roda, a situação é bastante diferente, permitindo uma definição da época em que as inscrições foram realizadas. Segundo Durán Gudiol os cónegos rotenses tinham estabelecido um pacto de irmandade com os cónegos da Sé de Pamplona, tendo enviado uma cópia do seu Necrológio para Pamplona a fim de que também aí fossem recordados aqueles que tinham deixado bens a Roda. Esse obituário foi publicado por António Ubieto Arteta (*Obituario de la Catedral de Pamplona*, Pamplona, 1954) (cf. DURÁN GUDIOL 1967, p. 69). Os dados conhecidos revelam que a cópia do Necrológio de Roda deve ter sido enviada para Pamplona entre 1219 e 1232 (cf. DURÁN GUDIOL 1967, p. 70). As epígrafes de Roda não podem ter sido realizadas antes de 1225 (cf. Insc. N.º 79), nem depois de 1251 (cf. Insc. N.º 113). Devem,

na opinião de Durán Gudiol, ter sido criadas entre 1240 e 1250, embora depois desta data a série epigráfica tivesse continuado a ser actualizada até aos fins do séc. XIII (DURÁN GUDIOL 1967, p. 70). A monotonia desta colecção epigráfica espelha bem as circunstâncias da sua criação, saídas da mesma mão e executadas num espaço de tempo relativamente curto. Por outro lado, a fonte de informação de que se socorreu o lapicida é revelada pela estrutura da maioria dos textos, onde se assinala o dia e mês do falecimento, bem como o nome do defunto, mas onde se ignora quase sistematicamente o ano da morte¹⁴³. Uma estrutura que reflecte o facto de as referências se terem retirado de um Obituário, e que contrasta com a maioria das inscrições funerárias, que não se esquecem de registar o ano de morte. Significativamente, as maioria das inscrições funerárias de Roda que apresentam o ano de morte correspondem aos acrescentos posteriores à criação das inscrições necrológicas de Roda. Assim, Durán Gudiol tinha plena razão quando considerava que na catedral de Roda se estava perante uma versão epigráfica do Necrológio. Não podemos, no entanto, generalizar a situação e considerar que todas as inscrições que usam a expressão “*Hic Requiescit*” correspondem a inscrições sepulcrais, criadas pouco depois da morte, e que todas as que usam “*Obiit*” são epígrafes necrológicas, realizadas numa fase bastante mais tardia e tendo por base um Obituário.

A distinção que António Durán Gudiol estabeleceu dentro das inscrições funerárias, individualizando as sepulcrais e as necrológicas, seria retomada, entre nós, por Carlos Alberto Ferreira de Almeida que foi, deste modo, o primeiro autor português a reconhecer e a chamar a atenção para a existência destes dois universos dentro da epigrafia funerária (ALMEIDA C.A.F. 1978, vol. II, p. 55). Devemos, no entanto, sublinhar que a situação peculiar de Roda, que legitima a distinção entre inscrições sepulcrais e inscrições necrológicas ensaiada por Durán Gudiol, não encontra paralelo rigoroso no nosso *Corpus*. O único exemplo que conhecemos em Portugal que se pode aproximar do de Roda, ressaltando-se as diferenças de proporções, é o caso da Sé de Évora, onde encontramos seis inscrições necrológicas, todas apresentando o mesmo tipo de letra, caracteres com a mesma altura (sempre 6 a 6,5 cm) e formulários idênticos. Devem ter sido criadas no último quartel do séc. XV, pouco depois de 1470, altura em que se acabou a cópia do *Livro III de Aniversários* que, como o P.^e Henrique da

¹⁴³ As 191 inscrições da Catedral de Roda pertencem todas ao domínio funerário (DURÁN GUDIOL 1967, N.º 79 a 269). Deixando de lado a memória funerária dos sete bispos (Insc. N.º 79), podemos dizer que destas epígrafes 149 apresentam indicado apenas o dia e o mês do falecimento, ignorando o ano, enquanto que 41 letrados revelam o ano de morte. Salientemos, ainda, que dentro destas 41 epígrafes que revelam o ano da morte só 15 foram criadas pelo “Mestre de Roda”, o lapicida do Necrológio pétreo da catedral, sendo as restantes correspondentes a momentos de gravação distintos. Ou seja, o “Mestre de Roda” criou 164 epígrafes mas apenas em 15 casos julgou ser necessário acrescentar o ano do falecimento.

Silva Louro sublinhou, foi ordenada pelo Chantre da Sé, D. Martim Vasques, e foi dado por concluído em 21 de Maio de 1470 (LOURO 1965-67, p. 65; LOURO 1970-71, p. 186). O pequeno núcleo da Sé de Évora comporta as seguintes inscrições:

– junto do Portal Ocidental, à direita de quem entra no templo, no sarcófago de D. Mem Pires Pestana, com tampa armoriada e a inscrição:

ANIVERSSAIRO : POR : MEM : PIreZ : PESTANA : CAVALEIRO

(publ. por BARATA 1876, p. 25; ESPANCA 1966, p. 22). No Livro III de Aniversários, fl. 8, regista-se que D. Mem Pires Pestana “*jaz à porta da Sé à mão seestra quando sae da Sé*” (LOURO 1965-67, p. 67).

– junto do Portal Ocidental, à esquerda de quem entra na Sé, o sarcófago do Cónego Fernão Domingues com a inscrição:

ANIVERSSAIRO : POR : FERNAm : DOMInGueZ : CONIGO

(publ. por BARATA 1876, p. 25; ESPANCA 1966, p. 22). No Livro III de Aniversários, fl. 63 v.º, refere-se um “*Fernão Domingues*” que “*jaz à Porta dos Apóstolos*” (LOURO 1965-67, p. 67), que deve ser o Cónego de Évora.

– na segunda capela do Transepto Sul da Sé, o sarcófago de D. Vasco Martins de Melo, com o letreiro:

ANIVERSSAIRO POR V(as)co MartInZ DE MELO

(publ. por BARATA 1876, p. 29; ESPANCA 1966, p. 33). No Livro III de Aniversários regista-se que “*Vasco Martins de Melo e sua mulher Maria Afonso... jazem na capela-mor*” (fls. 7 e 24) (LOURO 1965-67, p. 69), embora noutra passagem se declare que Vasco Martins de Melo “*jaz em seu moimento na Capela de St.ª Ana*” (fl. 61), “*que he a das Onze Mil Virgens*” (fl. 69) (LOURO 1965-67, p. 84).

– no topo do Transepto Sul, ladeando a porta de acesso ao claustro, o sarcófago de D. Sancha Gonçalves, finamente decorado com folhagens de videira, infelizmente parcialmente embebido no solo, com a inscrição:

ANIVERSSAIRO POR SSAMCHA GonçaLLveZ

(publ. por BARATA 1876, p. 28; ESPANCA 1966, p. 28). No Livro III de Aniversários refere-se o seu monumento em diversas passagens: “*jaz no moimento da vide à Porta de Santa Cruz*” (fl. 33), “*jaz em dereito de St.ª Cruz em hum moymento que tem hua vide*” (fl. 17 v.º), “*jaz a par de Mem Soares na parede hu está a frol da vide*” (fl. 71) (LOURO 1965-67, p. 83).

– no mesmo local, à esquerda da porta de acesso ao claustro e em frente da arca de Sancha Gonçalves, o sarcófago de Mem Soares com a inscrição:

ANIVERSSAIRO / POR : MEM SOAREZ

(publ. por BARATA 1876, p. 28; ESPANCA 1966, p. 28). No Livro III de Aniversários refere-se que “*Mem Soares Cavaleiro*” “*jaz no moimento alçado quando vão para a Porta da Moura apar do moimento da vide*” (ou seja, a par do moimento de D. Sancha Gonçalves).

– finalmente, junto do Portal lateral Sul, ou Porta do Sol, encontra-se o sarcófago de Pero Mestre, que apresenta na tampa uma cruz e a inscrição:

ANIVERSSAIRO / POR P(er)o M(est)re

(publ. por BARATA 1876, p. 37; ESPANCA 1966, p. 22). No Livro III de Aniversários refere-se que “*Pero Mestre*” “*jaz à porta de Santa Cruz no moimento que está metido na Casa do Cabido e tem huma cruz em cima*” (fl. 41) (LOURO 1965-67, p. 83). O sarcófago de Pero Mestre receberia, num momento posterior, ao longo de todo o seu lateral o Credo, gravado ao longo de 10 regras, e que deve ter sido registado depois da inscrição necrológica. Pelo tipo de letra julgamos ser já do séc. XVI.

Exceptuando o caso eborense, não conhecemos mais nenhum exemplo português que possa ser classificado, na esteira de Durán Gudiol, como “inscrição necrológica”. Nem mesmo em Alcobaça ou na Sé Velha de Coimbra, as maiores colecções epigráficas portuguesas procedentes de um único monumento, e que possuíam Obituários, se encontra algo de análogo. Na realidade, em Alcobaça as inscrições foram criadas ao longo de quase um século, grosso modo entre 1223 e 1308, verificando-se variações de formulário e de letras que revelam as várias mãos e os diferentes momentos em que cada epígrafe foi criada. A mesma situação pode ser detectada na Sé Velha de Coimbra, embora aqui o âmbito cronológico seja ainda mais dilatado.

Merecem ainda uma referência especial os panteões funerários que se conseguem detectar por via epigráfica. Jack Goody, no seu estimulante estudo *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*, teve oportunidade de demonstrar como a Epigrafia Medieval não deve ser entendida como a Epigrafia contemporânea, com um mero sentido de propaganda, mas sim como uma forma de afirmar e perpetuar direitos (nomeadamente direitos de propriedade, entre outros) (GOODY 1986, pp. 60-61). Julgamos que é neste sentido que pode, e deve, ser também perspectivada a presença de certos epitáfios em instituições monásticas. Mais do que perpetuar a memória de quem ali jazia, eles serviam sobretudo para perpetuar direitos patronais, legitimando-os para as gerações vindouras. A concentração de diversos enterramentos de uma mesma família ou linhagem numa instituição não visa apenas motivos sentimentais – embora certamente eles não estejam ausentes –, não visa apenas o usufruto de condições favoráveis – be-

neficiando de comemorações litúrgicas instituídas pelos antepassados –, mas visa, também, o reforço dos direitos patronais e da imagem da linhagem. Neste sentido, a constituição de Panteões revela-se do maior interesse.

Começaremos este pequeno apartado pela análise de alguns processos de constituição de panteões que, porque estão ligados a famílias de menor projecção social, e por vezes a instituições que nem sequer são monásticas, respondem a outros objectivos que não o simples reforço de direitos patronais. Aqui procura-se sobretudo perpetuar a memória dos entes queridos, reunindo-os num único local. Em muitos casos procura-se criar condições privilegiadas para que as cerimónias religiosas tenham lugar, quer reunindo parentes na Sé onde um descendente era Cónego ou na Igreja onde era Presbítero, quer reunindo-os em capelas que são instituídas, para poderem beneficiar de missas de sufrágio. Um pequeno grupo de quatro epígrafes de conteúdo funerário memorizam trasladações de ossadas com vista à criação de verdadeiros panteões familiares. O interesse destes processos de trasladação é que eles não só envolvem famílias conhecidas – como é o caso dos Palhavãs – mas sobretudo porque envolvem famílias desconhecidas, que não conheceram a ventura de entrar nos anais da História.

O primeiro desses casos remonta a 1226. Trata-se de uma inscrição da Sé Velha de Coimbra, infelizmente desaparecida, que comemorava a trasladação das ossadas de D. Maria Pais, falecida em 28 de Maio de 1130, de D. Gonçalo Viegas, falecido em 15 de Maio de 1187, de D. Bartolomeu Gonçalves, falecido em 23 de Julho de 1212 e, finalmente, de D. Pedro Gonçalves, que era presbítero na Sé de Coimbra e que faleceu a 23 de Julho de 1226 (Insc. N.º 297). Conseguimos completar um pouco a biografia destas pessoas com recurso às notícias obituárias do Livro das Kalendas. Como referimos no respectivo comentário, julgamos que a inscrição deve ter resultado de uma encomenda de D. Pedro Gonçalves, presbítero da Sé, que a deve ter deixado encomendada em testamento. Procurou, deste modo, reunir num único local e monumento, os restos mortais de seu irmão, Bartolomeu Gonçalves, do pai de ambos, Gonçalo Viegas, e da provável avó Maria Pais.

O segundo exemplo de uma trasladação para criação de um panteão familiar pertence aos fins do séc. XIII e respeita à família Palhavã. Como se sabe, esta família de Lisboa elegeu a Igreja do Mosteiro de S. Domingos para panteão. Aí se fizeram enterrar diversos elementos seus. No que resta do Claustro de S. Domingos encontramos um sarcófago que albergou os restos mortais de D. Martim Pires Palhavã (falecido a 17 de Outubro de 1279), de sua mulher, D. Maria Soares (falecida a 9 de Setembro de 1296), e da filha de ambos, D. Teresa Martins Palhavã (falecida a 6 de Março de 1290) (Insc. N.º 438). A trasladação dos restos mortais dos três para um mesmo moimento teve de ocorrer forçosamente depois de 9 de Setembro de 1296, data do falecimento de D. Maria Soares, e deve ter sido ordenada por algum descendente. Na realidade, foram

depois enterrados em S. Domingos de Lisboa pelo menos mais dois Palhavãs: D. João Anes Palhavã I (Insc. N.º 522, de 1310), e D. Sancha Pires, mulher de D. João Anes Palhavã II (Insc. N.º 605, de 1343). Em S. Domingos de Lisboa ficava, portanto, o Panteão desta família que granjeou lugar de certa notoriedade na vida urbana de Lisboa nos fins do séc. XIII e primeira metade do séc. XIV.

O terceiro exemplo é o da inscrição de 1299 comemorativa da transladação dos restos mortais de Martim Pais (falecido a 10 de Março de 1270), sua mulher Gontinha Peres (falecida a 15 de Junho de 1281), e suas filhas Maria Martins (falecida a 27 de Maio de 1266) e Justa Martins (falecida a 25 de Outubro de 1271) (Insc. N.º 445). A inscrição, que se encontra no interior da Igreja de St.^a Maria da Alcáçova de Montemor-o-Velho, foi encomendada por Fernando Martins (filho dos primeiros e irmão das segundas), em 7 de Setembro de 1299. Este aguardou, portanto, que tivessem decorrido 18 anos sobre a última morte para proceder à transladação das ossadas.

Por fim, o quarto exemplo remonta a 1332 e revela-se igualmente interessante. Assinalava o local de sepultura de D. Estefânia Fernandes (falecida em 1269), de D. Sancha Martins (falecida em 1286) e de D. Pedro Lourenço (falecido em 1304), respectivamente Avó, Mãe e Pai de D. Fernando Peres, Cónego da Sé de Coimbra. Estes tinham sido enterrados primeiro em Montemor-o-Velho. O Cónego Fernando Peres aguardou que se passassem 28 anos sobre o derradeiro falecimento para se decidir a proceder à transladação das ossadas para Coimbra. A lápide encontra-se embutida na parede Sul da Capela que se rasga ao centro da Ala Sul do Claustro da Sé Velha de Coimbra, possivelmente o espaço que aquele religioso elegeu para panteão familiar. Na lápide, para além de três textos obituários que obedecem em quase tudo a epitáfios comuns (apenas diferindo deles por esclarecerem sempre o grau de parentesco em relação a D. Fernando Peres), foi acrescentado um quarto texto consagrado à cerimónia de transladação:

QUORUM : OSSA : FUERUNT : PORTATA : DE MONTE : MAIORI :
 VETERI : ET : TRANSLATA : IN : HOC : MONUMENTO : Per : Dictum :
 FILIUM : SUUM : XXIII : DIE MENSIS : IUNI : DE : Era : M^a :
 CCC^a : LXX^a : ET : AD REVERENCIAM : ET : HONOREM : DICTORUM :
 PARENTUM : SUORUM : ELEGIT : SIBI : SEPULTURAM : AD :
 PEDES : SUOS : IUXTA : ALTARE : HUIUS : CAPELLE : QUORUM
 ANIMAE : IN PACE : Per : DEI : MISERICORDIAM : REQUIESCANT :
 (cf. Insc. N.º 581, de 1332).

A estes quatro exemplos poderíamos acrescentar diversos outros casos que nos revelam a mesma preocupação de agrupar familiares próximos, criando verdadeiros panteões familiares. Veja-se, por exemplo, a forma como D. Domingos Aparício promove

o enterramento de seus pais, D. Justa e D. Aparício, em sepultura(s) assinalada(s) por um único monumento epigráfico, ornamentado com relevos esculpidos onde se pode admirar, em cima, uma Crucifixão, e em baixo Nossa Senhora no trono com o Menino (Insc. N.º 575, de [1330-1339]). Esta lápide, certamente procedente da Sé Velha de Coimbra, fez parte da Coleção Vilhena e integra hoje os fundos do Museu Nacional de Arte Antiga. Foi igualmente na Sé Velha de Coimbra que se fez enterrar o próprio Domingos Aparício, que faleceu em 1362 (Insc. N.º 629), e que não nos devemos enganar muito se dissermos que foi enterrado ao lado de seus pais. Poderíamos, ainda, recordar aqui o exemplo de D. Gracia Froiaz, mãe do Conde D. Pedro, que instituiu capela para si, para sua mãe D. Justa e para sua irmã D. Maria Anes (cf. Insc. N.º 551, de 1322). Ou, para terminar, o caso de Bartolomeu Joanes, figura enigmática de um rico mercador de grosso trato, que instituiu uma capela na Sé de Lisboa – a Capela de S. Bartolomeu, à esquerda de quem entra no templo – onde se fez enterrar (cf. Insc. N.º 559, de 30 de Novembro de 1324, e Insc. N.º 560, com a pormenorizada instituição da capela, petrificando parte do documento pergamináceo) e onde instituiu um verdadeiro panteão para os seus *companhons*, que alguns aproveitaram (cf. Inscs. N.ºs 710, 711 e 712).

Todos estes exemplos respeitam a pequenos panteões, ou pelo menos a panteões funerários de pessoas que tiveram uma importância social menos destacada. Há, evidentemente, os casos dos panteões funerários dos estratos sociais de mais alto sangue.

O primeiro é, naturalmente, o Panteão Real. Como se sabe, a Sé de Braga afirmou-se como local do primeiro panteão – o Panteão Condal. Aí se fizeram enterrar o Conde D. Henrique e D. Teresa. No entanto, quando o reino de Portugal se afirma a cidade de Braga encontra-se demasiado afastada do centro político. Com D. Afonso Henriques, e desde cerca 1130, o centro político desloca-se para a cidade de Coimbra, onde se fixa. Aqui se iria localizar o primeiro Panteão Real português, sediado no Mosteiro de St.ª Cruz, uma fundação que gozou desde o início dos favores régios de D. Afonso Henriques. Em St.ª Cruz de Coimbra se fez enterrar D. Afonso Henriques e seu filho e sucessor D. Sancho I. Foi igualmente em St.ª Cruz que foi enterrado o infante D. Henrique, filho de D. Dulce e de D. Sancho I, falecido ainda muito jovem, e cujo túmulo se pode ainda hoje admirar no Claustro de St.ª Cruz (cf. Insc. N.º 195, de [8 de Dezembro de 1191]). D. Afonso II seria o responsável pela criação do segundo Panteão Real português, desta feita situado em Alcobça. Aí se fez enterrar sua mulher, D. Urraca, falecida em 1220 e sepultada no que é a mais antiga experiência de escultura jacente que sobrevive em Portugal. O próprio Monarca, D. Afonso II, seria enterrado num grande sarcófago que ainda hoje sobrevive, abandonado e vazio, na primeira capela do transepto Sul, lado a lado com o monumento funerário de D. Afonso III (cf. Insc. N.º 461). As circunstâncias históricas sobejamente conhecidas levaram

D. Sancho II a ser o único Monarca português da Primeira Dinastia que não foi enterrado em território nacional, tendo sido sepultado na Sé de Sevilha, onde faleceu exilado em 1248. No entanto, depois dele a Abadia de Alcobaça continuaria a ser escolhida para Panteão Real. Em Alcobaça se fez enterrar não só D. Afonso III como igualmente D. Beatriz, esposa do Monarca, e diversos infantes reais: o infante D. Vicente (cf. Insc. N.º 370), o infante D. Fernando (Insc. N.º 375), e a infanta D. Sancha (Insc. N.º 499), para além de outros infantes cujas arcas tumulares, que se conservam na Capela dos Reis de Alcobaça, não apresentam epitáfios. Não podemos deixar de sublinhar que foi ainda em Alcobaça que se enterraram alguns dos bastardos régios – nomeadamente D. João Afonso, Bastardo de D. Afonso II (Insc. N.º 307), que recebeu sepultura no Claustro – bem como a Ama de D. Afonso III, D. Elvira Peres (Insc. N.º 361, de 1263). Podemos, portanto, dizer que com D. Afonso III o Panteão Real de Alcobaça atinge o seu momento de maior projecção. É natural que seja, portanto, nestes meados e segunda metade do Séc. XIII que encontramos a maior concentração de epitáfios no Claustro do Silêncio, traduzindo em parte o movimento de todos quantos queriam imitar os gestos reais, e serem enterrados no mosteiro da eleição do Monarca. A situação privilegiada de Alcobaça altera-se com D. Dinis, que como se sabe escolheu o Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, por ele fundado às portas do novo centro de decisão política, para ser enterrado. Ainda hoje se pode admirar o seu túmulo na capela lateral do lado do Evangelho de Odivelas, com arca ornamentada e coberta com estátua jacente (o primeiro jacente de um monarca português, infelizmente tão maltratado e tão desastrosamente reconstituído). A Rainha St.^a Isabel, falecida onze anos depois de seu marido, seria enterrada em St.^a Clara de Coimbra (cf. Insc. N.º 589). O sucessor na Coroa, D. Afonso IV, escolheria a Sé de Lisboa para local de sua derradeira morada (cf. Insc. N.º 622), no que foi seguido por sua mulher, a Rainha D. Beatriz, falecida dois anos mais tarde (cf. Insc. N.º 626), e por alguns nobres da sua corte. D. Afonso IV foi, deste modo, o único Monarca português da Primeira Dinastia a falecer em Portugal que escolheu uma Sé (e não um Mosteiro) para ser enterrado. Com D. Pedro o Panteão Real voltaria, momentaneamente, a Alcobaça (cf. Insc. N.º 628), onde o Monarca se fez enterrar juntamente com D. Inês de Castro, executada em 1355. A Rainha D. Constança, falecida em 1349, fora no entanto sepultada em S. Francisco de Santarém, o que ajuda a compreender a opção do descendente régio. Na realidade, seria em S. Francisco de Santarém que se mandou deitar D. Fernando (cf. Insc. N.º 669), numa opção que espelha não só o seu especial fervor por S. Francisco mas também o facto de aí se encontrar o túmulo de sua Mãe. Com este Monarca encerra a Primeira Dinastia. O aparecimento da Segunda Dinastia, de Avis, seria sancionado com a fundação de um novo Panteão Real, no Mosteiro da Batalha. Podemos, deste modo, dizer que Alcobaça se afirmou, ao longo dos três primeiros séculos de independência, como o principal

panteão real português, apenas rivalizando com St.^a Cruz, que dominou no primeiro século.

Analisemos, agora, alguns casos de Panteões senhoriais. Fr. Leão de S. Tomás esclarece o leitor menos avisado que

“Nos nossos mosteyros mais graves, & antigos avia defronte da porta principal da igreja hum recebimento com suas paredes, & arcos levantados, em que os defunctos nobres se enterravão. A estes recebimentos (a que hoje respondem os alpendres das igrejas ordinarias) chamavão galilés ou galileas.” (SÃO TOMÁS 1644-51, vol. II, p. 43).

Apesar de a localização destes espaços na zona Ocidental dos templos ter sido a mais usual, não foi certamente a única. Bastará atender ao exemplo bem conhecido do Corporal de Paço de Sousa, que se erguia no braço Norte do transepto.

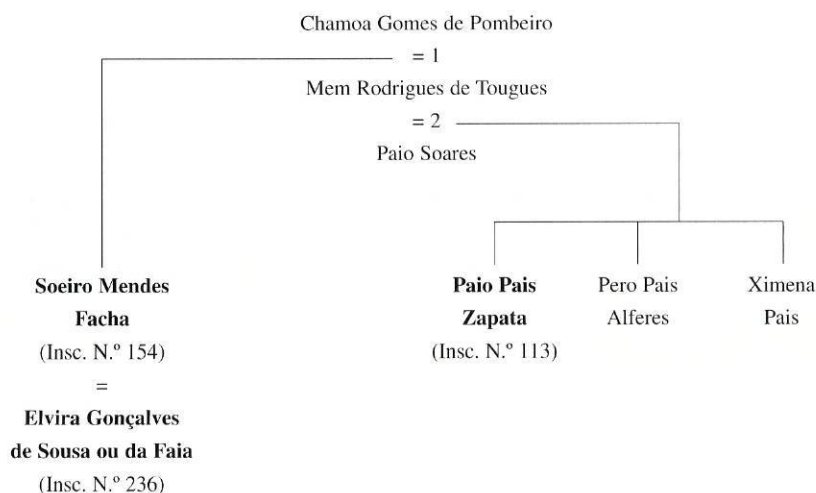
Sendo o Entre-Douro-e-Minho a zona de onde foram oriundas quatro das cinco grandes linhagens que *“andaram a la guerra a filhar o reino de Portugal”* (Baiões, Maias, Riba-Douro, Sousas), é natural que seja aqui que encontremos os primeiros exemplos de panteões de nobres.

O primeiro Panteão que abordaremos é o do Mosteiro de St.^o Tirso. Fr. Leão de S. Tomás, na *Benedictina Lusitana*, deixou registado que

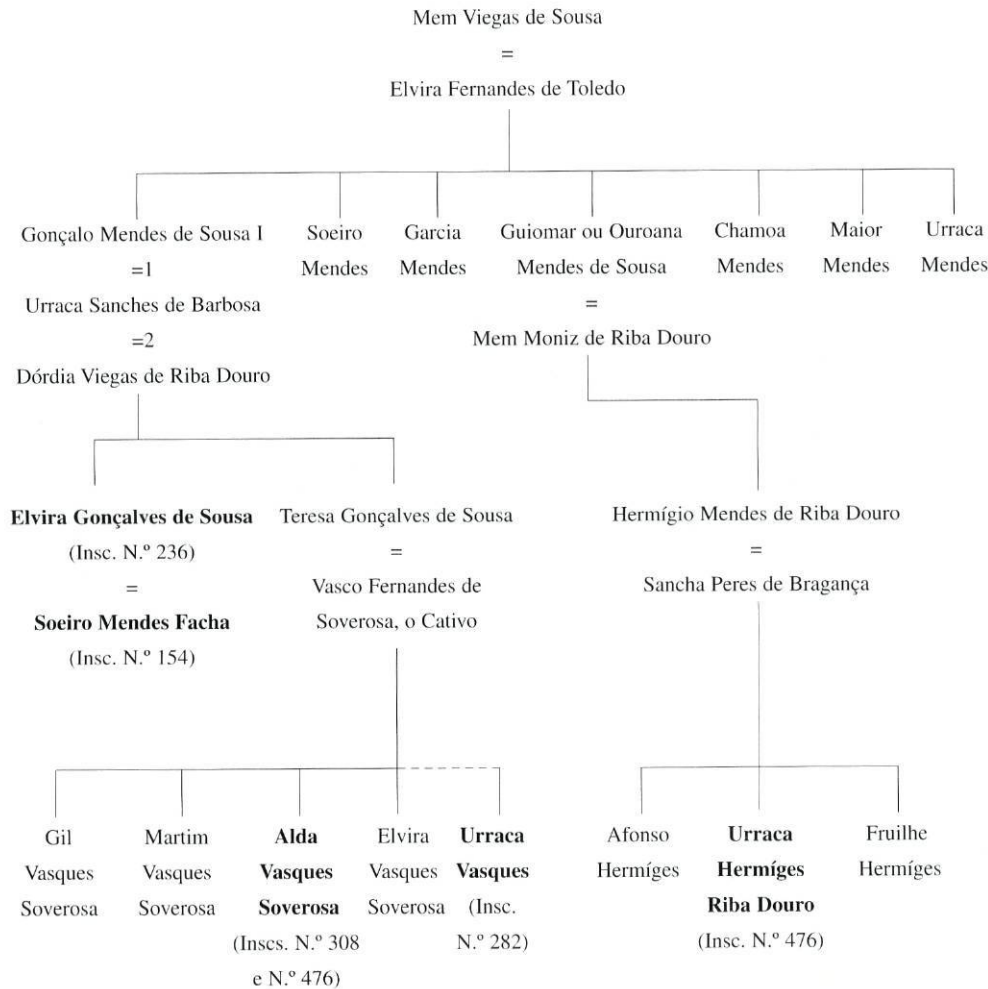
“Na Galile (...) de St. Thirso achamos enterrada grande parte da Nobreza antiga de Portugal. A primeira pessoa, de que devemos fazer menção como padreiro, e grande benfeitor, he o excellentissimo varão Dom Soeiro Mendes da Maya o Bom de cuja sepultura se não sabia até agora, hoje se vê na dita galilé à parte da mão esquerda, quando entramos na Igreja do dito Mosteyro metida na grossura da parede, na qual está pintada a Anunciação de Nossa Senhora.” (SÃO TOMÁS 1644-51, vol. II, p. 44).

É provável que Fr. Leão de S. Tomás se tenha equivocado na identificação do nobre em causa, e que o D. Soeiro Mendes que refere seja D. Soeiro Mendes Facha, cuja inscrição ainda hoje se pode ver em St.^o Tirso, no átrio de acesso ao templo (cf. Insc. N.^o 154, de 1176). No entanto, a passagem de Fr. Leão de S. Tomás revela-nos que a Galilé funerária de St.^o Tirso seria um espaço que se erguia fronteiro à Igreja, desenvolvendo-se transversalmente em relação ao templo e apresentando uma entrada axial, que permitia o acesso directo ao templo. Desenvolvia-se, assim, qual exonárteç, para ambos os lados do eixo central da Igreja. No lado esquerdo (Norte), apresentaria pintada uma cena da Anunciação. A Galilé de St.^o Tirso deve ter sido erguida simultaneamente com o terceiro templo monástico, cujas obras foram custeadas por D. Martim Gil de Riba Vizela que, cerca de 1312, deixou ao Mosteiro 3000 libras para a construção de uma igreja nova que, nas suas palavras, deveria ser *“mui alta e mui boa”*.

O templo primitivo já tinha sido substituído por uma construção românica, erguida a partir dos fins do séc. XI, e era agora de novo integralmente refeito. Fr. Leão de S. Tomás deve ter sido um dos últimos autores a descrever a Galilé de St.º Tirso com a construção em pé. Na realidade, em 1659 este espaço seria destruído com a construção da nova Igreja. Dos enterramentos da Galilé de St.º Tirso chegaram até nós diversas inscrições, deslocadas para diferentes locais das novas construções monásticas: o epitáfio de D. Paio Pais Zapata (Insc. N.º 113, de 1163), o epitáfio de D. Soeiro Mendes Facha, o “Mãos de Águia” (Insc. N.º 154, de 1176), a inscrição de D. Elvira ou Gelvira, talvez D. Elvira Gonçalves de Sousa, ou da Faia (Insc. N.º 236, do Séc. XII), o epitáfio de D. Urraca Vasques (de Soverosa) (Insc. N.º 282, de 1219), o epitáfio de D. Alda Vasques de Soverosa (Insc. N.º 308, de 1234), a inscrição funerária versificada que comemorou a trasladação dos restos mortais de D. Alda Vasques de Soverosa e de D. Urraca Ermiges de Riba Douro (Insc. N.º 476, do Séc. XIII). Possuímos, ainda, a inscrição que D. Miguel da Silva mandou executar, em 1529, para assinalar o local de sepultura de D. Martim Gil de Sousa ou de Riba Vizela, 2.º Conde de Barcelos, e de sua mulher, D. Violante Sanches, que jaziam “sem memória alguma” (uma epígrafe que não consta do nosso *Corpus* por ter sido criada em época moderna mas que já transcrevemos acima, no Capítulo 2). Apesar de estarmos perante uma pequena amostragem do que seria a colecção epigráfica da Galilé de St.º Tirso, é possível detectar alguns laços de parentesco entre as diferentes pessoas, denunciando tendências para a formação de Panteões senhoriais. Na realidade, D. Soeiro Mendes Facha, o “Mãos de Águia”, era meio irmão de D. Paio Pais Zapata e fora casado com D. Elvira Gonçalves de Sousa, ou da Faia. O esquema genealógico permite realçar esses laços de parentesco:



Por seu turno, D. Alda Vasques de Soverosa e D. Urraca Vasques (de Soverosa) eram sobrinhas de D. Soeiro Mendes Facha e de D. Elvira Gonçalves de Sousa e primas de D. Urraca Ermiges de Riba Douro, como se pode verificar pelo seguinte esquema genealógico simplificado:



Não menos famoso era o panteão funerário do Mosteiro de Paço de Sousa, conhecido como a Capela do Corporal ou, como o designa a Crónica dos Sete Reis, de 1419, a “*Capela dos Freguezes*”, uma construção que se erguia no topo Norte do transepto e onde se fizeram enterrar numerosos nobres ao longo dos sécs. XII e XIII, no-

meadamente pessoas ligadas à família de Riba Douro. É conhecido que D. Egas Moniz de Riba Douro, o Aio, elegeu este Mosteiro para local de sua sepultura pelo menos desde 1106, quando assina, em companhia de sua primeira mulher, D. Dórdia, testamento a favor desta instituição monástica à qual estava ligado por laços patronais (LTPSousa, doc. 41, de 1106). A Paço de Sousa se deslocou em 1137 para enterrar seu filho, D. Mendo Viegas, prematuramente falecido, aproveitando a ocasião para fazer doação de diversos bens em sua memória:

“... *Ego don Egas Moniz presente populo qui mecum venit ad monasterium de Palaciolo sepelire filium meum Menendus Venegas, facio testamentum ad altare de Sancto Salvator de Palaciolo pro anima sua...*” (LTPSousa, doc. 156, de 1137).

Certamente que a sepultura de seu filho se localizava no Corporal de Paço de Sousa, onde o Aio viria a ser enterrado em 1146 (cf. Insc. N.º 85). De resto, Paço de Sousa já era utilizado como local de eleição para a sepultura de seus antepassados, e continuaria a ser escolhido por outros elementos da sua linhagem e, depois da extinção da varonia, por descendentes colaterais que, assim, se procuravam assumir como herdeiros do prestigiado passado. É precisamente por aqui estar localizado o Panteão dos Senhores de Riba Douro que se compreende, por exemplo, a presença do registo genealógico dos descendentes de D. Mem Moniz, irmão de Egas Moniz, que se conserva no último fólio do Livro de Testamentos de Paço de Sousa, onde foi exarado no séc. XIV, numa demonstração inequívoca dos estreitos laços que uniam esta instituição monástica e a família de Riba Douro (cf. LTPSousa, p. 140). No Corporal foram enterrados muitos outros nobres (vd. MEIRELES 1942(a), pp. 101-105) e, no momento em que foi demolido, o Panteão da Nobreza contava com pelo menos 14 sarcófagos (cf. BARROCA 1987, p. 431). O elevado número destes monumentos funerários revela, de alguma forma, as dimensões desse espaço arquitectónico.

A Capela do Corporal de Paço de Sousa devia ser uma construção erguida nos fins do Séc. XI, portanto no momento em que o templo monástico de Paço de Sousa era aquele que o Bispo D. Pedro sagrara em 1088. Em 1605 ameaçava ruína, o que levou o Abade D. Martinho Golias a ordenar a transferênciã do túmulo de D. Egas Moniz e de seu filho, D. Mendo Viegas, para a Capela-Mor de Paço de Sousa, sendo decidida a demolição da Capela dos Fregueses (cf., entre outros, SÃO TOMÁS 1644-51, vol. II, p. 275; ALMEIDA A. 1831, p. 134; BARROCA 1987, p. 432). Sobrevivem, no entanto, ainda testemunhos dessa construção na estereotomia da face exterior da parede do topo Norte do Transepto de Paço de Sousa, onde as marcas nos asseguram que se tratava de construção alta. Fr. Leão de S. Tomás, que também aqui foi um dos últimos autores a conhecer o Corporal, descreveu a construção nos seguintes termos:

“*Avia no Mosteyro outra como Igreja, que corria do lado do Cruseiro pera a parte do norte, & dificio muyto bem feito de pedra de cantaria, a que chamavão Corporal. Ali tinham os freguezes seu Altar, ali lhe dizião Missa, & ali lhe fazião sua estação, pera que os Monges ficassem mais desempeidos, pera celebrarem seus officios Diurnos no Choro, & Altar.*” (SÃO TOMÁS 1644-51, vol. II, pp. 273-274).

Tratava-se, efectivamente, de um espaço amplo, comparável a um pequeno templo, que estava consagrado a St.^a Maria, onde existia um Altar para as cerimónias litúrgicas. Fr. António da Assunção Meireles, que redigiu as suas *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa* em 1799, lamentava a demolição de tão importante espaço:

“*Falta-lhe hoje hua parte principal, qual era a Igr.^a de Santa Maria do Corporal, aonde se enterravão os cadaveres; comunicava esta com a Igr.^a principal pela parte do Norte, e nela jazerão os osos d’Egas Moniz, seus filhos, e ascendentes, até ao ano de 1605, ou pouco mais, epoca em que a ignorancia, sempre atrevida, demolio aquele edificio, que quando menos devia conservar-se em atenção a veneranda antiguidade.*” (MEIRELES 1942(a), p. 10).

O Mosteiro de Paço de Sousa afirmou-se, assim, como o principal Panteão da família de Ribadouro, embora não tenha sido nem o único, nem o primeiro. Na realidade, os primeiros elementos desta linhagem fizeram-se enterrar no Mosteiro de Vila Boa do Bispo, onde se encontra o cenotáfio de D. Mónio Viegas, o Gasco, e de seus dois filhos, D. Egas Moniz e D. Gomes Moniz (cf. Insc. N.º 20). A Vila Boa do Bispo se ligam ainda outros elementos dos Gascos, nomeadamente o Bispo D. Sesnando, irmão de Mónio Viegas (cf. Inscs. N.º 22 e N.º 80). Um outro filho de D. Mónio Viegas, D. Garcia Moniz, escolheria, por seu turno, o Mosteiro de Travanca, que fundara, para ser enterrado. Por outro lado, são igualmente conhecidos os laços que ligaram elementos desta família a outras instituições monásticas do vale do Douro, nomeadamente Alpendurada. No entanto, nenhum destes laços conseguiu ser tão profundo quanto os que ligavam a linhagem a Paço de Sousa.

Para completar o périplo pelos principais Panteões da Nobreza de Entre-Douro-e-Minho falta referir o caso do Mosteiro de Pombeiro, que albergou aquele que deve ter sido, no Entre-Douro-e-Minho, o mais importante e imponente espaço funerário da velha Nobreza. A Galilé de Pombeiro foi construída em momento desconhecido, talvez no séc. XII. Fr. Leão de S. Tomás registava que

“*Muyta gente illustre daquelle tempo antiguo escolheo sua sepultura no Mosteyro de Pombeiro, huns pella devação que tinham a Mosteyro tão insigne, outros pellos muytos suffragios que nelle se fazião cada dia pellos Defunctos, & Bemfeitores.*” (SÃO TOMÁS 1644-51, vol. II, p. 67).

Na realidade, o cronista beneditino realçara, noutra passagem, que o Mosteiro recebia muitas doações “*pello muyto que neste se fazia pelos defunctos*” (SÃO TOMÁS 1644-51, vol. II, p. 58), rezando-se regularmente nas Matinas e nas Vésperas, independentemente dos ofícios particulares a que cada um tinha direito por deliberação testamentária (SÃO TOMÁS 1644-51, vol. II, p. 58). A Galilé de Pombeiro, tendo albergado moimentos de nobres de diversas linhagens, pode, no entanto, ser justamente considerada como um dos Panteões preferidos dos Sousas e dos Riba Vizela. Já Fr. Leão de S. Tomás sublinhara essa particularidade ao escrever que “*muitas pessoas (...) escolherão sua sepultura no Mosteyro de Pombeiro principalmente da familia dos Sousas & dos de Riba de Vizela*” (SÃO TOMÁS 1644-51, vol. II, p. 69; sobre as pessoas que aqui receberam sepultura veja-se MEIRELES 1942(b), pp. 69-73).

O Conde D. Pedro, quando se referiu à sepultura do Conde D. Gomes Nunes de Pombeiro, precisamente um dos primeiros nobres de alto sangue a eleger este mosteiro para derradeira morada, escreveu: “*El conde Dom Gomez Nunez, que jaz em Pombeiro, na Galigee [Sic] aa parte derecha quando home vem de fora*” (LL, vol. I, p. 270).

Curiosamente, Fr. Leão de S. Tomás coloca o túmulo do Conde D. Gomes Nunes precisamente na outra metade da galilé:

“*... mandouse sepultar na galile delle, aonde se conservou seu tumulo ate o tempo de nossos maiores à parte esquerda da dita Galile, quando entrão pera a Igreja, & depois pello tempo a diante se tresladou pera dentro della...*” (SÃO TOMÁS 1644-51, p. 54; vd. tb. pp. 67-68).

Independentemente de sabermos se o túmulo estava na metade esquerda ou direita da Galilé de Pombeiro, questão de pouco interesse histórico, importa reter destas referências que se tratava de um espaço que se desenvolvia em frente do templo, ao longo de toda a sua fachada, com uma entrada alinhada com o Portal do templo monástico, eixo que definia duas partes. Sabemos pela descrição do cronista beneditino que a Galilé de Pombeiro apresentava três naves transversais. Possuía, portanto, duas séries de colunas ou pilares ao centro, definindo as naves abobadadas e seria, deste modo, um espaço único entre a nossa arquitectura medieval.

“*Defronte da porta principal estava hua Galile de tres naves muy alta, & fermosa toda de abobada, & esquadria na qual estavam por ordem abertas todas as armas da nobresa antiga de Portugal: de maneira que quando avia alguma duvida sobre esta materia, a Galile de Pombeiro, & armas, que nella estavam servião de juís. Toda esta fabrica com as injurias do tempo veyo ao chão, & se perdeo esta grandesa particular de Pombeiro.*” (SÃO TOMÁS 1644-51, vol. II, p. 77).

É natural que a organização deste espaço funerário em três naves seja o resultado de alguma reforma arquitectónica, consequência do crescente sucesso de Pombeiro como

espaço de eleição para sepultura. Na realidade, sabemos que a Galilé teve uma reforma profunda em 1271 (cf. GEPB 1935-60, s.v. “Pombeiro de Riba Vizela”, p. 370) ou em 1272 (cf. Insc. N.º 381), por iniciativa do Abade D. Rodrigo que governou o mosteiro no tempo de D. Afonso III, entre pelo menos 1252 e 1276. Sublinhemos que o abaciado de D. Rodrigo inaugura uma das fases de prosperidade do Mosteiro de Pombeiro, que se prolongaria até aos inícios do séc. XIV. Fr. Leão de S. Tomás acrescenta que em 1578 já este espaço funerário estava muito arruinado. Seria, no entanto, apenas no Séc. XVII e inícios do Séc. XVIII que as remodelações na fachada de Pombeiro vieram ditar a demolição desta extraordinária construção. Na realidade, a Galilé seria demolida no séc. XVII, quando foram acrescentadas duas torres à fachada, compondo-a ao gosto do Barroco (ALMEIDA C.A.F. 1988(b), p. 82). As obras na fachada prolongaram-se por mais alguns anos, e sabemos que o arranjo do pavimento e da escadaria na zona de acesso ao portal ocidental foi feito pelo Abade Trienal Fr. Francisco de S. Paulo, eleito em 1704 (MEIRELES 1942(b), p. 70), e que em 1719 a rosácea e a parte alta da frontaria foram finalmente alinhadas pelas paredes ocidentais das duas potentes torres (GRAF 1986, vol. II, p. 40). Este momento assinala o fim das obras na zona Ocidental do edifício, e logo em 1722 os monges começaram a reconstruir, dentro dos novos conceitos estéticos e litúrgicos, a zona da Capela-Mor. A intervenção barroca na fachada de Pombeiro não veio destruir o portal mediévico, que se conserva em relativo bom estado. Na base direita das suas arquivoltas, em baixo, junto do solo, encontra-se o resto de uma inscrição, truncada pelo embasamento da Torre Sul, que constitui, aparentemente, o derradeiro testemunho da velha Galilé que queda *in situ* (Insc. N.º 473). Na Igreja de Pombeiro e no espaço envolvente do templo encontramos, no entanto, diversos túmulos que são oriundos desse Panteão, desde a tampa epigrafada de D. Vasco Mendes de Sousa (Insc. N.º 320, de 1242), até aos dois sarcófagos com estátua jacente que se podem admirar no interior do templo (BARROCA 1987, pp. 459-461, N.º 8 e N.º 9), e ao túmulo, sem decoração, que se conserva no exterior, adossado à parede Norte do templo (BARROCA 1987, p. 373, N.º 72). É possível que também pertencesse à Galilé a desaparecida tampa datada de 1222, referida na GEPB (cf. Insc. N.º 285).

O Mosteiro de Pombeiro não constituiu, no entanto, o único Panteão que os Sousas conheceram em Portugal. Na realidade, nos meados do Séc. XIII esta linhagem escolheu um outro Panteão, ao qual deu particular relevo. Seguindo de perto o exemplo da Família Real, e procurando afirmar as suas prerrogativas de principal família da Nobreza portuguesa de Duzentos, os Sousas elegeram – como não podia deixar de ser – o Mosteiro de Alcobaça para seu novo Panteão. A localização e a organização deste novo espaço funerário revela-se do maior interesse. Não podendo fazer enterrar os elementos da sua linhagem no interior do templo – um privilégio com que apenas a Família Real foi distinguida – os Sousas elegeram o Claustro do Silêncio como local de

enterramento, afinal o espaço utilizado por todos quantos desejam repousar em Alcobaça e que não fossem nem membros da Família Real nem Abades. A Abadia de Alcobaça tinha, na realidade, regras relativamente rígidas. Reparemos, por exemplo, que todos os elementos da Família Real foram enterrados dentro do templo, mas que já assim não aconteceu com D. João Afonso, bastardo de D. Afonso II, apesar de o seu epitáfio o designar de “Inclita Recordação” (Insc. N.º 307). Por outro lado, todos os Abades de Alcobaça tiveram direito a ser enterrados dentro da Sala do Capítulo, como recomendou o Capítulo Geral da Ordem reunido em 1180 (COCHERIL 1989, p. 65). Aí se localizaram, invariavelmente, os túmulos de todos os Abades alcobacenses, e por isso, quando o solo foi remodelado, quase todos eles se perderam (o que aconteceu, nomeadamente, com todas as tampas epigrafadas – cf. Inscs. N.º 303, N.º 330, N.º 346). No entanto, estas normas rígidas levaram a que os Abades que abdicaram em vida, e que continuaram a viver em comunidade depois de deixarem a cadeira abacial, não fossem enterrados na Sala do Capítulo. Morriam na condição de simples monges, e por isso, por maior que fosse o seu prestígio, não tinham direito a serem inumados nesse espaço de eleição. Assim aconteceu com D. Estêvão Martins, que abdicou do cargo de Abade em 1276 e faleceu em 1285 (Insc. N.º 408) e com D. Domingos Martins, que abdicou em 1297 e faleceu em 1302 (cf. Insc. N.º 498). Ambos seriam enterrados no Claustro do Silêncio, embora num local relativamente privilegiado: no primeiro tramo da Ala Leste, junto da porta de acesso ao interior do templo. Esta feliz circunstância levou a que fossem estes os únicos epitáfios de Abades (ou melhor dizendo, de ex-Abades) de Alcobaça que conseguiram sobreviver até aos nossos dias. A Abadia de Alcobaça tinha, portanto, regras rígidas no que respeita à distribuição dos espaços funerários, embora talvez nunca tenha atingido o extremo da Sé de Lérida, onde o Bispo e Cabido tinham regulamentada a distribuição dos diversos espaços de enterramento de acordo com o perfil social do morto ¹⁴⁴. No caso de Alcobaça detectamos, portanto, que o interior do templo era reservado à Família Real, e que a Sala do Capítulo estava reservada aos Abades que faleciam no exercício das suas funções. O ângulo Sudeste do

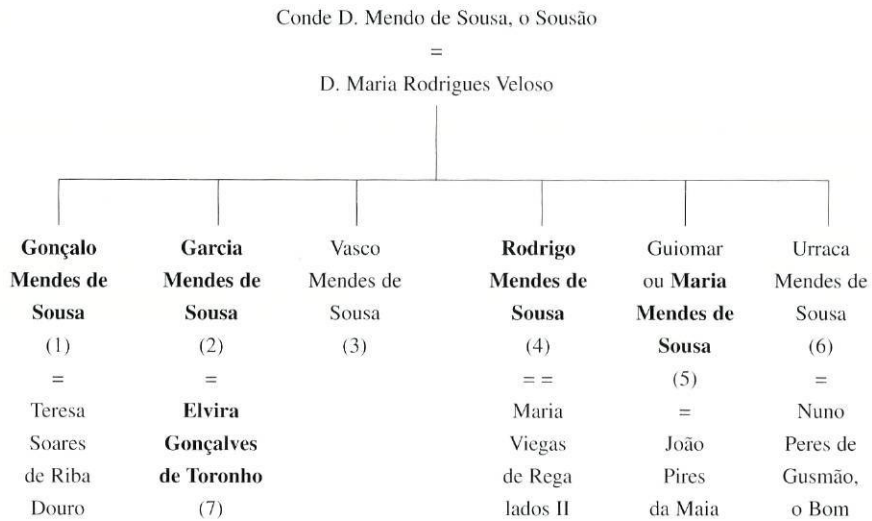
¹⁴⁴ Segundo Jesús Tarragona i Murray, na Sé Velha de Lérida o espaço interior do templo foi reservado para os sarcófagos de preladados, de elementos da família real e, em casos excepcionais, de cónegos ou de nobres, embora aqui apenas mediante acordo capitular (TARRAGONA I MURRAY 1979, p. 247). Assim, o interior do templo ficou reservado para o que poderíamos classificar de enterramentos privilegiados. No que respeita ao espaço do claustro, o número crescente de enterramentos levou o Bispo a definir, em 1343, regras muito precisas quanto à utilização do espaço, estabelecendo hierarquias claras:

“El davant de la Seu fou reservat als canonges de Lleida i priors de Roda; l'altra mitja nau de llevant, als nobles, cavallers i ciutadans honorables; l'ala nord va ésser destinada als canonges forasters i als particulars que s'haguessin dedicat a les arts, a les lleis, a la medicina i als erectors d'alguna capella; les altres dues

Claustro, junto da porta de acesso ao templo, era um local de relativa eleição, onde se concentravam as inscrições piedosas (Inscs. N.º 289 e N.º 470) e as inscrições de monges com particular relevo, nomeadamente os que haviam sido Abades mas tinham abdicado. Dentro do vasto espaço do Claustro do Silêncio, os Sousas elegeriam uma área igualmente privilegiada para localizar o seu Panteão: a zona da Ala Leste do Claustro do Silêncio que confinava com a entrada da Sala do Capítulo, imediatamente por baixo do janelão do lado Leste, portanto à direita de quem entra para esse compartimento. Reparemos que, em posição simétrica ao panteão dos Sousas, à esquerda da entrada da Sala do Capítulo, se encontra precisamente o epitáfio de D. João Afonso, o bastardo de D. Afonso II. Todo o espaço do Panteão dos Sousas foi assinalado por brasões que, num total de cinco, delimitam a zona reservada à mais poderosa família da Nobreza portuguesa de Duzentos. O primeiro brasão, com as cinco cadernas de crescentes dispostas em sautor, encontra-se logo ao lado dos colunelos do portal da Sala do Capítulo, na sexta fiada de silhares, imediatamente acima da inscrição funerária de D. Rodrigo Mendes de Sousa, de 1262 (Insc. N.º 355). O segundo brasão, absolutamente idêntico, foi gravado no silhar ao lado do referido epitáfio, no ângulo inferior esquerdo do janelão da Sala do Capítulo. Ao centro deste espaço funerário, sensivelmente por baixo do pilar central do janelão, encontramos um conjunto de três brasões equidistantes entre si, que se afirmam como o centro do Panteão funerário dos Sousas. Significativamente, é por cima destes brasões que se encontram as inscrições de D. Gonçalo Mendes de Sousa (Inscs. N.º 321 e N.º 322) e o notável relevo do cavaleiro com as armas dos Sousas. Posicionado no centro do Panteão, o epitáfio de D. Gonçalo Mendes de Sousa reflectia o papel crucial que este nobre desempenhara no devir da sua linhagem. Se analisarmos a Genealogia simplificada dos Sousas, compreenderemos como Alcobaça foi, decididamente, o Panteão dos Sousas nas décadas centrais do Séc. XIII:

naus eren per a les persones fundadores dels altars i de les capellanies; l'angle nord-est del pati central era exclusiu dels beneficiats de la catedral; i la resta quedava per als ciutadans de condició menys elevada que els anteriors.” (TARRAGONA I MURRAY 1979, p. 247).

Não conhecemos, em Portugal, nenhum exemplo que se possa comparar rigorosamente ao caso da Sé de Lérida. O caso do Claustro do Silêncio, de Alcobaça, onde verificamos uma certa ordem na distribuição dos espaços, poderia ser, eventualmente, a situação que entre nós mais se aproximava de Lérida. Infelizmente o claustro românico, onde se realizou a maioria dos enterramentos de que conhecemos epígrafes, foi destruído em 1308 para dar lugar ao claustro dionísio. Apenas se aproveitaram as paredes exteriores Leste e Sul da velha quadra, precisamente aquelas que encostavam ao templo e à Sala do Capítulo. Todas as restantes partes do claustro românico foram destruídas e, com elas, um número indeterminado de epígrafes. Assim, não é possível saber se havia alguma organização do seu espaço.



(1) Falecido em 25 de Abril de 1243 e enterrado em Alcobaça (cf. Inscs. N.ºs 321 e 322).

(2) Falecido em 27 de Fevereiro de 1239 e enterrado em Alcobaça (cf. Insc. N.º 314).

(3) Falecido em 10 de Março de 1242 e enterrado em Pombeiro (cf. Insc. N.º 320).

(4) Falecido em Outubro de 1262 e enterrado em Alcobaça (cf. Insc. N.º 355).

(5) Falecida em 24 de Janeiro de 1240 e enterrada em Alcobaça (cf. Insc. N.º 318).

(6) Falecida em Castela, para onde foi viver depois do casamento.

(7) Falecida em 16 de Dezembro de 1245 e enterrada em Alcobaça (cf. Insc. N.º 328).

Como se pode verificar, da geração dos filhos do Conde D. Mendo, o Sousão, só não foram enterrados em Alcobaça D. Vasco Mendes de Sousa e D. Urraca Mendes de Sousa. Compreende-se facilmente porque esta dama não foi sepultada em Alcobaça, já que depois do seu casamento com D. Nuno Peres de Gusmão, o Bom, se deslocou para Castela, onde viveu e onde foi enterrada. Qual o motivo, portanto, que levou a que D. Vasco Mendes de Sousa não tivesse sido enterrado em Alcobaça mas fosse antes inumado em Pombeiro, no velho Panteão da sua família? Não parece que a sua personalidade irrequieta e violenta fosse motivo suficiente para essa decisão. Deve, portanto, ter havido algum motivo de força para que assim acontecesse.

O Panteão dos Sousas em Alcobaça constitui o mais significativo testemunho do seu género para a Idade Média portuguesa que conseguiu chegar até aos nossos dias. E, no entanto, passou despercebido aos olhos da maioria dos autores, que não o souberam valorizar devidamente. Ele representa uma potente afirmação desta linhagem

perante os seus pares, ajudando a sublinhar, afinal, a sua posição cimeira na sociedade portuguesa de então. Não pode deixar de ser sintomático que os Sousas tenham sido a primeira família da Nobreza portuguesa a utilizar brasão, o que aconteceu cerca de 1245 e precisamente aqui, no Panteão de Alcobaça.

Os casos que temos vindo a recordar aqui não foram, no entanto, os únicos exemplos de Panteões da Nobreza que se conhecem em Portugal. Poderíamos ainda evocar o exemplo dos Meiras, em St.^a Luzia de Campos, dos Resendes, em Cárquere, dos Cabrais, em Belmonte, para além de diversos espaços arquitectónicos de exclusiva função funerária (Comenda de Távora, St.^a Cristina de Serzedelo, S. Salvador de Ansiães, etc). Gostaríamos, no entanto, para finalizar este pequeno apontamento, de chamar a atenção para os Panteões ligados a certas Ordens Militares. É o caso da Igreja de St.^a Maria dos Olivais, em Tomar, que desde muito cedo se afirmou como o Panteão dos Mestres da Ordem do Templo e dos seus Freires, e cujos monumentos funerários foram infelizmente quase todos destruídos. Já Pinho Leal sublinhara que

“Alli estão sepultados os Mestres das duas Ordens acima referidas [Templo e Cristo] em uma capella do corpo da Egreja. Até aos reinados de D. Manuel e D. João III, cada um dos sepultados tinha tumulo especial, sendo alguns de boa construcção, mas com o pretexto de desobstruir a Egreja de tantos mausoleus, praticou-se o vandalismo de os desmoronar, fazendo-se a trasladação para uma só capella... Perderam-se assim os epitaphios que estavam gravados nos sepulchros de tantos mortos illustres, ficando apenas os de Gualdim Paes e Lourenço Martins. Na Capella-Mor ainda se vê a inscripção sepulchral de D. Gil Martins, primeiro Mestre da Ordem de Christo.” (LEAL 1873-90, vol. VI, p. 250).

Efectivamente a maior parte dos epitáfios dos Templários e dos membros da Ordem de Cristo foram destruídas, apenas sobrevivendo os epitáfios de D. Gualdim Pais (Insc. N.º 203), de D. Gomes Ramires (Insc. N.º 267), de D. Lourenço Martins (Insc. N.º 520), e de D. Gil Martins (Insc. N.º 548). Houve, no entanto, muitos outros pois só assim se compreende o desafio final do epitáfio do primeiro Mestre da Ordem de Cristo, que termina declarando:

E QuEm : MAIS : Q(ui)SER SABER : CATE : AS : OUTRAS : ERAS

ou seja, quem quiser saber mais procure nas outras Eras (= inscrições) (Insc. N.º 548). Assim como St.^a Maria dos Olivais foi eleita Panteão dos Mestres e Freires da Ordem do Templo e depois da Ordem de Cristo, também as restantes Ordens Militares conheceram os seus espaços funerários de eleição. Assim aconteceu com a Ordem de Santiago, cujo Panteão se localizava na Igreja de Palmela, e com a Ordem de Avis que, naturalmente, escolheu a igreja do Convento de Avis para seu Panteão.

O derradeiro apontamento deste apartado consagrado às inscrições funerárias é reservado à Peste Negra. Como se sabe, são relativamente escassos os documentos que se conhecem sobre a Peste Negra no nosso país pelo que a publicação de uma inscrição relacionada com a Peste Negra e que permanecia inédita é facto que merece realce. Por outro lado, devemos salientar ainda que o nosso *Corpus* encerra não uma mas seis inscrições relacionadas com a terrível mortandade, um conjunto documental que merece especial destaque. Por isso o elegemos para finalizar estes apontamentos dedicados às inscrições funerárias.

São conhecidas algumas das referências coevas à “Pestilência” que espelham a situação dramática que se viveu por toda a Europa nesses finais da década de 40 do séc. XIV ¹⁴⁵. No *Livro das Eras* de St.^a Cruz de Coimbra encontramos uma dessas referências:

“Era de mil e trezentos e oytenta e seys anos foy grande mortaydade polo mundo assy que yualmente morrerom as duas partes das gentes. Esta mortaydade durava na terra por spaço de tres meses. E as mays dores das doenças eram de levacoens que tijham nas verilhas e so os bracos. E as de mays das gentes também as que morrerom como as que ficaram todos ouverom estas doores.” (ACMA, pp. 80-81).

Em nota à margem deste registo alguém acrescentou e esclareceu:

“Por sam Miguel de Setembro se compeçou esta Pestilencia”.

No *Livro das Lembranças* do mesmo mosteiro de St.^a Cruz encontramos novo registo do mesmo teor (ACMA, p. 95). O cômputo de dois terços de mortes com a Peste Negra foi igualmente registada no *Chronicon Alcobacense*:

“Era M^a. CCC^a. LXXX^a. V^a. Fuit generalis pestilencia per toto mundo in qua mortui sunt dues partes hominum.” (PMH, Script., p. 22).

Por seu turno, Fr. Joaquim de St.^a Rosa Viterbo registou, no seu *Elucidário*, uma celebrizada passagem de um documento da Colegiada de S. Pedro de Almedina, onde se referia um índice de mortalidade bem diferente, pretendendo-se que nove em cada dez pessoas haviam falecido com a Peste Negra:

¹⁴⁵ Sobre a Peste Negra, e sem a preocupação de sermos exaustivos, vejam-se: BARROS H.G. 1945-54, vol. V, pp. 166-170; MARQUES A.H.O., GONÇALVES I.V., RAMOS L.A.O. e MORENO H.B. 1963; TUNHAS 1965; RAU 1966; MORENO H.B. 1978; ROQUE M.C. 1979; COELHO M.H.C. 1980; MORENO H.B. 1983; MARQUES A.H.O. 1986, pp. 20-21; MORENO H.B. 1991; SOUSA A. 1993, pp. 340-342 (para apenas citarmos estudos relativos a Portugal).

“... porque en o ano da Era de 1386 veo a Pestelencia, e a morteidade de door de levadigas per todo o mundo tam grande, que nom ficou hi viva a dizima dos homees e molheres, que entom hi avia, e en o dicto ano morrerom o Priol, e o Chantre, e todos os Raçoeiros da Eigreja de Sam Pedro da Almidinha de Coimbra huums depos outros, todos em huum mez” (VITERBO J.S.R. 1798-99, s.v. “Levandigas”, vol. II, p. 362).

Certamente que qualquer destes cálculos não oferece qualquer garantia, mas ambos espelham o vivo impacto que a epidemia teve na época. O suficiente para que um século mais tarde ainda D. Duarte a registasse nos seus apontamentos particulares, onde apenas assinalou os acontecimentos mais importantes da centúria:

“Era de mil iij^o lxxx bj. foy a pestelença grande em que foy morta muyta gente.” (LCons. D. Duarte, p. 202)¹⁴⁶.

De resto, as mudanças foram tão profundamente sentidas que a Peste Negra de 1348-50 passou a ser encarada como marco cronológico. Num documento de Paço de Sousa, datado de 1351, refere-se

“... E pagem os seis maravidis que hi montava de la morteydade aa cá...” (VITERBO J.S.R. 1798-99, vol. II, p. 425).

E ao longo da Chancelaria de D. Pedro encontramos igualmente referências que tomam a Peste Negra como marco cronológico:

“... andou hi de longo tempo ata a pestilencia...” (Chanc. Pedro I, doc. 612), por vezes vendo-se na obrigação de distinguir as diversas epidemias:

“... ante da outra pestellencia...” (Chanc. Pedro I, doc. 1012).

Por seu turno, no *Obituário da Sé do Porto* regista-se a dado passo que

“Estom huas casas iunto com a morada onde mora Affonso Martynz deam do Porto. E por q no anno da primeyra pestilença atee agora ñ foy achado herdeyro dellas as emprazou ao dito deam por X.III rs e ordenarom II annyverssayros pollas almas de cujas foram...” (ADP, *Obituário da Sé do Porto*, fl. 21 v.º).

¹⁴⁶ D. Duarte devia ter, à semelhança de muitos dos seus contemporâneos, verdadeiro medo da Peste. No Livro dos Conselhos (Livro da Cartuxa), que João José Alves Dias publicou, encontramos uma *Recepta contra a Peste* (LCons. D. Duarte, p. 278). Por outro lado, no *Leal Conselheiro*, D. Duarte consagrou o capítulo 54 às “*Razões por que me parece bem fugir aa pestellença*” (Leal Cons., pp. 270-276). O monarca não tinha, de resto, motivos para menos já que vira sua mãe, a Rainha D. Filipa de Lencastre, falecer vitimada pela Peste em 1415. Sobre a Epidemia de 1414-16, que vitimou a Rainha e muitos outros, veja-se o relato de Gomes Eanes de Zurara (Crón. Tom. Ceuta, Cap. 35, p. 136, e Cap. 38, p. 147).

Esta referência, que permaneceu inédita até hoje, revela-se como uma das primeiras que conhecemos para a Peste Negra na cidade do Porto, reflectindo indirectamente a violência da epidemia: não só tinham falecido os moradores da casa em questão como nenhum herdeiro aparecera a reclamá-las por muitos anos, certamente em virtude de terem igualmente perecido na epidemia. De resto, na Chancelaria de D. Pedro encontramos referência a uma petição que os moradores tinham enviado ao Monarca e que reflecte igualmente as duras consequências da Peste no povoamento da zona. Queixava-se a cidade do Porto que

“... soya a seer ante da pestilencia que avja hi multidoõe de pescado tanto que avondava a terra e levavam del pera fora... e que ora mudou se assy per mjngo de pescadores...” (Chanc. Pedro I, doc. 559, p. 243).

Sublinhemos, por outro lado, o facto de no Obituário se referir a “*primeyra pestilença*”, sintoma de que quem exarava a nota no Obituário tinha consciência de que outras se haviam sucedido. E, na realidade, o Obituário terá sido redigido depois de 1447 e antes de 1468, numa altura em que o país já tinha sido vítima de diversas epidemias (1356, 1361-63, 1374-75, 1383-85, 1389, 1400, 1408, 1414-16, 1423, 1427, 1429, 1432, 1437-39, 1448-52, 1456-58, 1464-69)¹⁴⁷.

A Peste Negra, pelas condições de propagação, teve duras repercussões nos meios urbanos e nas comunidades religiosas, tudo circunstâncias que colocavam numerosas pessoas em contacto estreito. Não é de estranhar, assim, que diversas disposições municipais reflectam a preocupação que os surtos epidémicos causavam. É o caso, por exemplo, de algumas medidas tomadas pelo município de Lisboa que se registam no *Livro de Leis e Posturas*, nomeadamente procurando interditar o acesso ou a saída de Lisboa de pessoas contaminadas, de qualquer condição que seja, estipulando as multas que sofreriam os prevaricadores e quem os albergasse (cf. LPAnt., pp. 39-40) ou ordenando que se enterrassem de imediato as pessoas que falecessem com Peste, mesmo que fossem judeus e fosse um sábado (LPAnt., pp. 42-43). Por outro lado, por facilitarem as condições de contágio, as instituições religiosas foram duramente afectadas. É conhecido o caso do Mosteiro de Lorvão, cuja abadessa se queixava, em 4 de Novembro de 1349, que “... *en esta pestilença se morrerom a maior parte das donas que avia no dito mosteiro...*” (COELHO M.H.C. 1980, p. 60). O Mosteiro de S. Vicente de Fora, junto a Lisboa, foi igualmente duramente afectado pela epidemia, tendo falecido o

¹⁴⁷ Cf. MARQUES A.H.O. 1986, p. 21. À lista fornecida por A. H. de Oliveira Marques acrescentamos, apenas, as referências à Epidemia de 1395 (cf. RODRIGUES A.M. 1987, que divulga documento de 25 de Junho de 1395 que regista epidemia de Peste em Torres Vedras); à Epidemia de 1408 (cf. GOMES S.A. 1988, doc. 79, datado de 24 de Abril de 1408, que documenta Peste na zona de Coimbra); e à Epidemia de 1427 (cf. Mon. Henr., vol. III, doc. 83, de 3 de Outubro de 1427).

próprio Abade como se revela numa carta que D. Afonso IV envia ao Papa Clemente VI pedindo que confirmasse D. Gonçalo Garcia, cónego do mosteiro, como novo Abade:

“... *quod anno pestilentie, vacante monasterio sancti vicentii extra muros Ulixboñ, ordinis sancti Augustini, fundato, constructo, dotato per progenitores, sustentato per eum...*” (MPV, vol. I, doc. 365, de 20 de Abril de 1350).

Pela mesma ocasião o Monarca escrevia igualmente ao Papa pedindo que confirmasse prelados para as igrejas de St.^a Maria de Arruda, S. Cucufate de Cuba, e outros templos que não discrimina, que tinham ficado vacantes com a Peste (MPV, vol. I, doc. 366). De resto, a concentração de pedidos de confirmação de clérigos para cargos que tinham vagado que se detecta a partir de finais de 1348, apesar de muitas vezes não referirem a Peste Negra, deve estar relacionada com as consequências da epidemia.

A Peste Negra não efectou apenas comunidades monásticas, fazendo-se sentir igualmente nas Canónicas das nossas Sés. É conhecido o caso de D. Gonçalo Pereira que, em fins de 1348 escrevia ao Papa Clemente VI dando conta da terrível Peste que grassava entre o Cabido da Sé de Braga e comunicando-lhe a nomeação de vários nobres para ocuparem os cargos que entretanto estavam vagos:

“... *quod propter mortalitatem immensam et orribilem que in illis partibus duravit, sicut durat, vestra Bracharensis ecclesia est ministrorum solatio destituta in tantum quod vix divinum officium per residentes potest expleri. (...) providit de subsequentibus dignitatibus et beneficiis vacantibus personis nobilis benemeritis potentibus et multum necessariis sibi et dicte ecclesie...*” (MPV, vol. I, doc. 288).

D. Gonçalo Pereira refere explicitamente a morte de três cónegos da Sé de Braga (o Deão, D. Martim Zote, o Chantre D. Martim Esteves, e o Cónego D. João Martins) e pedia a nomeação de D. Vasco da Cunha, Cónego de Braga e “*nepotis sui, iuriperiti*”, de D. Nuno Gonçalves, “*de nobili prosapia descendenti*”, de D. João de Santarém e de D. Nicolau Vicente, “*iurisperiti, clerici et familiaris sui dilecti*”, para os cargos vagos. A missiva de D. Gonçalo Pereira deve ter sido redigida e enviada em inícios de Dezembro de 1348. Logo em 7 de Janeiro de 1349 o Papa Clemente VI enviava a resposta, mas quando esta chegou a Braga já o próprio Arcebispo D. Gonçalo Pereira tinha sido vitimado pela epidemia, tendo falecido seguramente antes de 16 de Abril de 1349 (cf. MPV, vol. I, docs. 296-297), talvez a 20 de Dezembro de 1348, como sublinhou Maria Helena da Cruz Coelho (COELHO M.H.C. 1990(a), p. 416), ou a 18 de Dezembro de 1348 (como se regista no Obituário da Sé do Porto)¹⁴⁸.

¹⁴⁸ No Obituário da Sé do Porto encontramos, no fólio 89 v.º, nos registos relativos a 18 de Dezembro a seguinte notícia:

“*Era de . M. CCC LXXXVJ . Morreo dom Gonçalo Pereyra arcebispo de Braga que leyxou ao Cabidoo dous casaes em Novelas emprazados por XVII mrs.*”.

Ao longo do nosso *Corpus* encontramos dois epitáfios que referem explicitamente que as mortes ocorreram em consequência da Peste Negra de 1348-50, e mais quatro que nos oferecem motivos suficientes para suspeitarmos que podem ser associados a essa trágica epidemia.

O primeiro caso – de todos o mais notável – é o epitáfio inédito de D. Lourenço Anes, “homem do Deão” e sobrinho do Bispo D. Miguel Vivas, que foi gravado ao longo de diversas zonas do seu sarcófago, quer no lateral, em campos separados pelos braços, quer na secção da tampa. O sarcófago foi encontrado há pouco mais de 10 anos na Sé de Lisboa, enterrado no subsolo da Capela de S. Lourenço, que o próprio Lourenço Anes instituíra, e permaneceu até hoje inédito. A inscrição, extensa e rica em pormenores no que concerne às disposições testamentárias, consagra o direito de um elemento de sua linhagem estar ligado à Capela de S. Lourenço, mesmo que fosse pobre, e institui a comemoração de 12 missas de aniversário, uma por cada mês, tal como ficava exarado no *Livro da Preciosa*. O epitáfio encerra declarando:

... O : QUAL : L(ouren)CO : ANES : PAS(s)OU : NA : PESTELENÇA
 : DA : ERA : DE : MIL : E : TREZENTOS : OYTENTA : SEIS : AN-
 NOS : DE SAA : ALMA : DEUS PERDOE AMEN

(cf. Insc. N.º 613). Salientemos, ainda, que o túmulo de D. Lourenço Anes é o primeiro exemplo que conhecemos entre nós de utilização de um escudo com ponteira ou espigão, que tanto sucesso haveriam de alcançar na segunda metade do séc. XIV.

O segundo caso é a inscrição desaparecida do Abade de Alcobaça D. João Martins, cujo conteúdo conhecemos através de uma leitura de Fr. Fortunato de S. Boaventura (embora com pequeno lapso na data, como referimos no comentário – Insc. N.º 614). D. João Martins falecera, como sublinhava o epitáfio, no “*Anno quod dira pestis devastavit humanum genus in toto orbe*”. Fr. António Brandão, certamente com algum exagero, deixara anotado num manuscrito seu que em Alcobaça haviam falecido 150 monges com a Peste Negra. Apesar de este número ser pouco credível, tudo parece apontar no sentido de os efeitos da Peste se terem feito sentir de forma igualmente violenta no seio da comunidade cisterciense. Assim, D. João Martins, que desempenhou as funções de Abade durante 16 anos e 4 meses, terá sido uma das vítimas. Infelizmente a sua tampa epigrafada, que se encontrava na Sala do Capítulo, desapareceu com a remodelação do solo deste compartimento.

Entrando no campo dos epitáfios que podem corresponder a mortes ocorridas durante a Peste Negra, sublinhemos o caso de Vicente Martins Curvo, “HOMEN BOON E RICO” de Veiros, que faleceu em 18 de Agosto de 1348, e que pode ter sido mais uma das vítimas da Peste Negra (Insc. N.º 616). Ainda em Veiros, pequena vila alentejana, iremos encontrar um novo epitáfio, também datado de 1348, do dia 13 de Dezembro, e

que ficou a assinalar a morte de duas pessoas: [...] Vaz e [...], talvez marido e mulher (Insc. N.º 618). O facto de se tratar de um duplo óbito, ocorrido no mesmo dia e em plena epidemia, leva-nos a pensar que os dois podem ter sucumbido com a Peste. Por outro lado, sublinhemos o caso de D. Nicolau Martins, Prior de Vila Boa do Bispo, que faleceu a 25 de Novembro de 1348, tendo sido mais tarde trasladado para o monumento com jacente que seu irmão encomendou (Insc. N.º 617). A data da morte de D. Nicolau Martins – que andou normalmente mal lida, sendo vulgarmente atribuída a 1345 – sugere que o Prior terá falecido com a epidemia. Por fim, sublinhemos o caso do Cónego Fernão Guilherme de Elvas, cuja arca tumular, com brasões e com legenda não datada, repousa no Claustro da Sé de Lisboa (Insc. N.º 716). O Cónego Fernão Guilherme faleceu pouco antes de Outubro de 1349, já que nessa altura o Papa Clemente VI confirma as nomeações indicadas para a sua substituição (MPV, vol. 1, docs. 311 e 333; ChUP, vol. I, doc. 179). Todos os elementos parecem apontar, portanto, para que o Cónego da Sé de Lisboa tenha sido mais uma vítima da Peste a acrescentar a D. Lourenço Anes.

Podemos, portanto, apresentar mais dois casos seguros de morte pela Peste, testemunhados nos respectivos epitáfios, e outros quatro casos que apresentam elevado grau de probabilidade de assim serem.

No entanto, não é apenas para a epidemia de 1348 que a Epigrafia pode dar contributos importantes. São conhecidos letrados que se reportam a outras epidemias, nomeadamente à “Peste Grande” de 1569, que se prolongou pelos anos seguintes (até 1581), e que, pela sua violência, levou D. Sebastião a mandar vir de Sevilha dois médicos, Garcia de Salzedo Coronel e Tomás Alvares, para tentar debelar o mal¹⁴⁹. São quatro as inscrições que conhecemos relacionadas com essa enorme epidemia. Albano Bellino publicou, em 1895, uma inscrição que declara ser proveniente de “*junto do muro da quinta do Conde de S. Martinho, próxima da capela de S. Sebastião das Carvalheiras*”, e que se conserva no Museu da Sociedade Martins Sarmento, a qual regista:

AQUI IAZ / GREGORI / O GOMEZ / FALECEO / EM TEMPO / DE
PESTE / A . X . DIAS / DE MAR / ÇO DO A / NO . M . D . / . LXX .

(BELLINO 1895, p. 45; CARDOSO M. 1935, N.º 139). No Cruzeiro de Quintiães (Barcelos), que ostenta a data de 1575, possui a seguinte inscrição na face principal:

ESTA OBRA / FOI FEITA / EN O ANO / DA PESTE

Na face lateral direita tem a data

1 5 7 b

¹⁴⁹ A vinda destes médicos levou à publicação de um pequeno opúsculo da sua autoria, a *Recopilçam das cousas que convem guardarse no modo de preservar a cidade de Lisboa*, que conheceu 3 edições, todas em Lisboa: 1569, 1580 e 1598 (cf. ROQUE M.C. 1979, p. 344).

e na face esquerda as siglas:

I H S

ou seja, IH(e)S(us).

Por fim, registemos duas inscrições ligadas a capelas de invocação de S. Roque, como se sabe um dos santos mais invocados em casos de Peste, lado a lado com S. Sebastião¹⁵⁰. Na Capela de S. Roque, em Aveleda (Penafiel), Pinho Leal refere uma inscrição já muito apagada onde teria lido:

“COBRE ESTA PEDRA OS OSSOS DO VENERAVEL PADRE, FREI MANUEL DA RESURREIÇÃO, PADRE DE S. FRANCISCO, QUE MORREU COM REPUTAÇÃO DE SANTO, CONFESSANDO NA PESTE. N'ESTE LOGAR, NO ANNO DE 1579.”

(LEAL 1873-90, vol. VI, p. 567).

Por seu turno, na parede exterior da Capela de S. Roque, em Vila do Conde, encontra-se a inscrição:

“FEITA PELOS DEVOTOS DESTA VILLA PELA PESTE DE 1580”

(cf. GEPB 1935-60, vol. XXXV, p. 486).

Se a Peste era um sinal da ira de Deus (como refere um diploma de D. Pedro I, “... *pollas pestilencias que Deus dera no mundo pollos nossos pecados...*” – Chanc. Pedro I, doc. 878), e se a medicina não estava apta a debelar as epidemias, cíclicas e sempre com consequências devastadores, a melhor solução era pedir a indulgência divina, erigindo monumentos consagrados ao culto.

7.3. Epigrafia e Arquitectura Religiosa

Os contributos que a Epigrafia pode facultar para a História da Arte, em geral, e para a História da Arquitectura, em particular, são grandes e muito diversificados. Em boa verdade, toda a inscrição representa um contributo para o conhecimento da evolução do edifício, mesmo quando ela não está directamente relacionada com algum evento construtivo. Na realidade, a História da Arquitectura não se pode fazer sem se atender aos contributos epigráficos, que facultam tantas vezes elementos cronológicos preciosos para a compreensão dos ritmos construtivos. Neste sub-capítulo iremos, apenas, considerar os elementos que se prendem directamente com as fases construtivas

¹⁵⁰ D. Manuel I mandou vir de Veneza uma relíquia de S. Roque, para se proteger da Peste (cf. ALMEIDA C.A.F. 1978, vol. II, p. 11). No entanto, o monarca viria a falecer vitimado pela doença. Sobre o papel de S. Roque como santo protector contra a Peste vd. ROQUE M.C. 1979, pp. 258-266.

de um edifício religioso, particularmente com a Fundação, a Sagração e a Dedicção dos templos, não esquecendo os exemplos que nos revelam nomes de mestres arquitectos e os casos onde a Epigrafia consegue fornecer “datações absolutas” para as igrejas, delimitando o início e o fim das obras.

Dentro deste apartado incluiremos, e distinguiremos, quatro tipos de inscrições monumentais: as epígrafes comemorativas da Fundação de templos (onde predominam expressões como “*Fundavit*” e similares), as inscrições de Sagração (onde predomina a expressão “*Consacrata*”), as inscrições de Dedicção (onde predomina a expressão “*Dedicata*”) e as inscrições comemorativas da Conclusão de obras ou de fases construtivas. Neste último grupo reunimos não só epígrafes que documentam, explicitamente, a conclusão de obras (com expressões como “*Perfectum est Templum...*”, “*Acabou...*” ou outras), mas também todos os casos de inscrições que se resumem a uma simples data e que, pelo posicionamento e contexto, devem corresponder ao fim das obras de construção do templo ou de alguma fase marcante da obra. Analisemos, primeiro, o quadro geral de distribuição destes quatro tipos de inscrições ao longo das diferentes centúrias, entre 862 e 1422:

	Fundação	Sagração	Dedicção	Conclusão de Obras ou Fase
Séc. IX	–	2	–	–
Séc. X	1	1	–	1
Séc. XI	3	4	1	7
Séc. XII	15	6	18	16
Séc. XIII	9	7	8	12
Séc. XIV	9	4	1	5
Séc. XV	2	1	–	–
	40	25	28	40

Deste quadro ressalta, desde logo, a importância do Séc. XII na maioria das inscrições relacionadas com a arquitectura religiosa, assumindo-se como a centúria que apresenta maior número de epígrafes de Fundação, de Dedicção, de conclusão de obras ou de fases, sendo apenas ultrapassada nas inscrições de Sagração pelo Séc. XIII, que apresenta mais um exemplo que a centúria precedente. Este peso que o Séc. XII apresenta reflecte, directamente, a importância que estas cerimónias adquiriram aos olhos da época. Na realidade, não parece lícito concluir-se, a partir dos valores deste quadro, que o Séc. XII fundou, sagrou ou dedicou mais templos que o Séc. XIII ou XIV, o que certamente não corresponde à verdade. Podemos, sim, concluir que para a mentalidade do Séc. XII uma cerimónia de fundação, de sagração ou de dedicção de

um templo se afigurava como um acto mais importante do que para a mentalidade do Séc. XIV, tendo por isso merecido mais vezes ser memorizado por meio de epígrafes. É, no entanto, possível que para esta situação tivessem contribuído outros factores. Recordemos que o Séc. XII corresponde ao período de afirmação do Românico, que coincidiu com uma fase de intensa actividade construtiva, fruto da criação da rede paroquial e monástica, mas que corresponde, também, à afirmação da Liturgia Romana. É natural que qualquer destes factos tenha influído no quadro que se desenha. No entanto, devemos igualmente sublinhar que, este quadro nos revela que, também nestes domínios, o registo epigráfico foi sempre mais ou menos excepcional. Na realidade, estamos longe de poder afirmar que foi norma regular comemorar a Sagração ou Dedicção de um templo com a criação de uma epígrafe.

Começemos por nos debruçar sobre as inscrições de Fundação de templos. Como Pierre David salientou, o ritual bracarense estipulava que ninguém devia construir uma igreja sem o bispo ter colocado uma cruz no terreno destinado à construção, no local onde devia ficar o altar-mor. Esta devia ser uma cerimónia singela, que era acompanhada da benção do terreno. Devia ser igualmente garantida a existência do dote que permitisse a sobrevivência do local de culto (DAVID P. 1947, pp. 247-249). Na *Primeyra Partida* de Afonso X, o Sábio, encontramos uma referência a esta cerimónia fundacional. Registava o Monarca que

“... quando a ouverem de começar deve o bispo a vijr aaquel logar hu a quem fazer seendo dante muytos homens boõs e en aquel logar hu tener por bem de seer o altar e deve ficar dos geolhos e rrogar a Deus dizendo aquellas orações que som stabeleçudas pera esto. ¶ E quando a oraçõ for acabada deve elle mesmo a aseentar a primeyra pedra e poer sobr’ela hua cruz e sobre aquela pedra deve a seer feyto o altar. ¶ Entõ deve a dizer dante todos como outorga aquel logar pera jgreia. ¶ Pero ante que esto faça o bispo ha de demãdar aos que fazem que assjnem alguma herdade que fique senpre pera ela e que seia atal de que aia rrenda per que possã viver dous clerigos ao meos que a servihã. ¶ Ca tal herdade como esta he chamada en latim dota. ¶ E ainda deve sair desta herdade rrenda pera alumear hua lampada e de que possam os clerigos dar seu deryto ao bispo e rreçberem os ospedes.” (Prim. Part., p. 387).

A expressão mais vezes utilizada nas nossas inscrições relativas a fundações de templos é, obviamente, “*Fundavit*” (Inscs. N.º 62, N.º 313, N.º 479) ou formas similares como “*Fundata*” (Inscs. N.º 98, N.º 99, N.º 144, N.º 280), “*Fundatus*” (Insc. N.º 74), “*Fecit Fundare*” (Insc. N.º 583). Encontramos, no entanto, pequenas variações como “*Cepit Edificare*” (Insc. N.º 93), “*Incepit Edificare*” (Insc. N.º 368), “*Iecit Fundamenta*”

(Insc. N.º 338). Dentro das epígrafes redigidas em português encontramos “*Fundada*” (Insc. N.º 389), “*Fundou*” (Insc. N.º 535), ou “*Começada*” (Insc. N.º 673).

A cerimónia de Fundação de um templo não parece ter sido associada a nenhum dia da semana em especial, nomeadamente ao Domingo. Na realidade, dentro das inscrições de Fundação possuímos nove exemplos que nos revelam o dia e mês em que a cerimónia teve lugar, e que nos reflectem uma grande diversidade de opções. Encontramos dois exemplos de Fundações que coincidiram com Domingos, podendo esta escolha ter sido consciente e intencional (Inscs. N.º 62 e N.º 97). No entanto, encontramos muitas outras variantes: segunda-feira (Inscs. N.º 663 e N.º 673), terça-feira (Insc. N.º 601), quarta-feira (Inscs. N.º 157 e N.º 389), quinta-feira (Insc. N.º 99) e sexta-feira (Insc. N.º 88).

Com a aproximação dos fins do Séc. XIV começam a ocorrer as inscrições onde, em vez de se assinalar a fundação de um templo, se comemora o lançamento da primeira pedra. Possuímos, dentro do nosso *Corpus*, dois casos (Inscs. N.º 635 e N.º 663, respectivamente de 1363 e 1380). O primeiro caso, da Igreja da Glória do Ribatejo, revela-se interessante já que nos documenta o empenho régio na fundação do templo. Ora, como salientamos no respectivo comentário, é bem possível que D. Pedro I, que nessa ocasião se encontrava em Santarém, se tenha deslocado ao local, assistindo pessoalmente à cerimónia (cf. comentário à Insc. N.º 635).

Estas epígrafes comemorando o lançamento da primeira pedra não podem deixar de nos recordar a cerimónia de lançamento das quatro pedras angulares da Igreja do Convento de St.^a Clara, no Porto, um documento que Artur de Magalhães Basto valorizou, onde encontramos uma das mais pormenorizadas e interessantes descrições de uma cerimónia deste tipo (cf. BASTO 1954). A cerimónia, que teve lugar em 28 de Março de 1416, começou pela leitura da Bula papal, que fora endereçada ao Abade de St.^o Tirso, D. Martim Aires (cujo epitáfio encerra o nosso inventário – Insc. N.º 750), tendo-se dado posse do terreno às freiras clarissas. Depois, o Bispo do Porto levantou uma cruz de cipreste no centro da área demarcada para o templo, benzendo a primeira pedra, a qual colocou na parte direita do cruzeiro. D. João I lançou a segunda pedra, pelas suas próprias mãos, no ângulo direito do templo, junto da fachada Ocidental, o Infante D. Fernando a pedra do ângulo oposto e o Infante D. Afonso a pedra do lado esquerdo do cruzeiro, fronteira à que o Bispo do Porto colocara em primeiro lugar. Uma vez definido o perímetro máximo do templo, foi o espaço solenemente benzido, tendo sido depois rezada missa em tenda previamente montada (cf. BASTO 1954).

“Le schéma de l’inscription de dédicace d’une église ou de consécration d’un autel se fixe peu à peu en fonction de la liturgie: obligation de consécration par l’évêque du lieu établie au IV^e siècle, de célébration de la dédicace d’après un décret attribué à Félix IV mais qui date en fait du IX^e siècle, de mention des

reliques conservées dans l'autel. On y trouvera donc régulièrement à partir du XI^e siècle la date de dédicace, le nom du prélat consécrateur, les noms des saints dont les reliques sont déposées dans l'autel.” (FAVREAU 1979, p. 41).

Os grupos das inscrições de Sagração e de Dedicção podem ser reunidas numa abordagem única. Na realidade, estabelecemos sempre a distinção entre as duas cerimónias, até porque nos interessava verificar a observância ou não de certas normas e qual o peso que cada acto litúrgico teve relativamente ao outro, mas elas podem ser agrupadas num conjunto único em termos de comentário.

A fronteira entre os dois actos litúrgicos é ténue ou mesmo nula. À partida diríamos, seguindo Robert Favreau, que se consagra um altar e se dedica uma Igreja. No entanto, a sagração do Altar implica a deposição de relíquias de diversos Santos e nomeadamente do Santo patrono do templo. Assim, ao depositarem-se as relíquias na cerimónia de sagração do Altar, está-se igualmente a proceder à dedicção da Ara, consagrando-a à veneração de um Santo em particular. Assim, a dedicção do templo é a dedicção da sua Ara. Por seu turno, o espaço do templo não é apenas dedicado, sendo igualmente sagrado quando o bispo o percorre com rezas e unge solenemente as doze cruces de sagração, quando esparge os fumos do incenso, quando traça no solo a cruz em aspa com o Alfa e o Ómega. A fronteira entre os dois actos é, portanto, muito ténue, uma situação para a qual deve ter contribuído o facto de na maior parte dos casos as cerimónias terem lugar no mesmo dia (cf. DAVID P. 1947, pp. 247-249). Há, no entanto, momentos onde uma cerimónia pode ter lugar independentemente da outra, como por exemplo, quando um templo já dedicado e sagrado sofre obras de remodelação que envolvem a modificação do altar, o que motiva a sua nova sagração¹⁵¹. Não é forçoso, no entanto, que esta cerimónia implique uma nova dedicção.

“A notificação da sagração era muito importante, social e espiritualmente. Ela garantia a protecção que a igreja devia proporcionar aos vivos e aos mortos. Deve ainda relevar-se o facto de este acto litúrgico se designar, entre nós, sistematicamente «dedicção» (dedicata est), o que valoriza o papel das relíquias do altar e o santo padroeiro da igreja.” (ALMEIDA C.A.F. 1988(b), p. 19).

A Sagração do altar, até pelo lugar central que este ocupa no espaço arquitectónico e na cerimónia religiosa, parece ter sido o acto litúrgico que se generalizou primeiro. Tendo começado por ser uma simples missa (DACL 1907-51, s.v. “Dedicace

¹⁵¹ Veja-se na *Primeira Partida* de Afonso X, o Sábio, a “*Ley XIX^a por qual rrazō podem consagrar a eygreia que fosse ia sagrada*”, onde se expõe algumas das situações que recomendam e justificam uma segunda sagração de um espaço já dedicado: quando um templo ardia, quando eram derrubados os muros, quando o telhado caía na totalidade, quando houvesse dúvida se fora sagrada, ou quando se fizessem obras de reconstrução ou de ampliação, desde que estas afectassem mais de um nono do templo (Prim. Part., pp. 401-402). Da mesma forma se deveria proceder se o Altar fosse derrubado ou quebrado.

des Églises”, vol. IV, tomo 1, col. 380), viria a adoptar rapidamente a forma de procissão solene de deposição das relíquias, costume que triunfa primeiro no Oriente e que se difunde rapidamente por todo o Ocidente ao longo do Séc. VI (à excepção de Roma, que apenas o adopta no séc. VIII ou IX) (DACL 1907-51, s.v. “Dédicace des Églises”, vol. IV, tomo 1, cols. 381-384). Desde então, a cerimónia de Sagração ficou indelevelmente associada à *reconditio* das relíquias no *loculus* do altar, um dos momentos mais solenes da cerimónia. José Vives, que se ocupou monograficamente das inscrições altimedievicas relativas à sagração de altares, teve oportunidade de salientar a riqueza do panorama ibérico, onde se concentram algumas das mais importantes epígrafes do seu género (VIVES 1942(a), p. 257), a partir das quais se adivinham precisamente os dois momentos fundamentais nas cerimónias de sagração de um espaço: a procissão solene e triunfal que levava as relíquias até ao novo templo, entre cânticos de Salmos e Hinos, e a deposição ou, como algumas epígrafes da Bética classificam, a *reconditio* das relíquias no altar (VIVES 1942(a), pp. 257-258). No entanto, desde épocas igualmente remotas, difundiu-se o costume de se ungir o altar com os santos óleos. Trata-se de um costume de origem igualmente oriental, que surge na Síria no séc. VI e que se difunde na centúria seguinte pelo Ocidente (DACL 1907-51, vol. IV, tomo 1, cols. 386-387).

A Dedicção de uma Igreja compreendia, numa primeira fase, a benção e purificação do edifício com Água Benta, espargida pelo Bispo em três voltas que dava ao templo, uma cerimónia que se encontra documentada desde o Séc. VI (DACL 1907-51, vol. IV, tomo 1, col. 388). Depois, penetrando no espaço arquitectónico, e apenas acompanhado dos religiosos, o prelado desenhava, no centro do templo, no chão, sobre cinzas depositadas, uma cruz em aspa, direccionada para os quatro ângulos do templo, sobre a qual escrevia com o auxílio do báculo a primeira e a última letra do alfabeto grego. A inscrição dos alfabetos latino (o X) e grego (o Alfa e o Ómega) no solo do templo, que é ignorada no Oriente, está documentada nas cerimónias ocidentais desde o séc. VIII, embora possa ser algo anterior (DACL 1907-51, vol. IV, tomo 1, cols. 389-390). De seguida, o prelado ungia a mesa do altar em cinco pontos – e por isso alguns altares mais remotos apresenta na sua mesa cinco cruces gravadas, uma em cada ângulo e a quinta ao centro – e espargia Água Benta pelos muros do templo, agora na face interna destes. O momento seguinte, crucial, compreendia a deposição das relíquias no pé-de-altar, num ritual já acima referido. O prelado e os religiosos iam buscar as relíquias e deslocavam-se em procissão solene. O *loculus* era ungido e benzido pelo bispo, sendo no seu fundo colocada uma argamassa preparada previamente pelo prelado, sobre a qual eram depositadas as relíquias. A tampa que encerra o tabernáculo era igualmente ungida. Encerrado e lacrado o *loculus* do Altar, o Bispo procede à unção das doze cruces de Sagração, gravadas nas paredes do templo, regressando de novo ao Altar para colocar, sobre os cinco pontos previamente ungidos, cinco grãos de incenso

e cinco velas, benzendo-o de seguida e incensando-o. Depois de todo o espaço ter sido incensado, rezava-se missa solene à qual podiam assistir os crentes.

Para o estudo das características que as cerimónias de Sagração assumiam em tempos mais tardios possuímos diversos testemunhos documentais, embora muito esteja ainda por fazer¹⁵². Entre esses testemunhos salientemos, pela riqueza de pormenores, as disposições de Afonso X, o Sábio, exaradas na *Primeyra Partida*, no Título XIII “*Das Igrejas en como sse devem fazer*” (Prim. Part., p. 385 e ss.). Aqui, Afonso X define-nos a Igreja como

“*logar sagrado cercado de paredes e cuberto de suso hu acheguem os cristãos a oyr as oras e rrogar a Deus que lhys perdoe seus pecados*” (Prim. Part., p. 386).

Ao abordar a sagração dos novos espaços de culto, Afonso X, o Sábio, regista:

“*Acabada e cõprida seendo a eygreia de todos seus labores podea o bispo en cuio bispado for consagrar se he erdada ssegundo de ssusso dito he. ¶ E outro nem huu nõna pode sagrar senõ o bispo. E esso meesmo he da sagraçõ dos altares. ¶ Pero hua he a sagração das eygreias e a outra dos altares. E podeas huu bispo fazer anbas em huu dia se quiser ou en dous huu depos outro ou en tempo mais alongado. ¶ Outrossy o podem fazer dous bispos en huu dia sagrãdo huu a eygreia e o outro os altares. E podem sagrar os altares e nõ a eygreia. E a eygreia e nõ os altares. ¶ E des que a eygreia for consagrada nõ devem en ela a ffazer altar de novo ssen outorgamento de seu bispo. (...) E nõ deve sagrar altar nem huu salvo o que for de pedra. ¶ E quando sagrarem devem meter en elles rre-ligas.*” (Prim. Part., Tit. XIII, Lei XIIª, pp. 394-395).

Noutra disposição, o Monarca facultou-nos uma descrição do teor das cerimónias:

“*Consagrar devem a ygreia pera seer acabada. E ena sagraçõ della ha mes-ter que seiam hy sete cousas: a primeyra que am de ffazer doze cruces aderredor da eygreia enas pedras de dentro tã altas que as nõ possa nenhuum atãger cõ as mãos e devem fazer tres a ouriente e III a ouçidente e as tres contra meridiano e as tres a parte. ¶ A IIª cousa he que devem sacar os corpos dos mortos todos e os ossos dos que forem scomungados ou doutra ley. ¶ A IIIª cousa he que devem a encender XII candeas e poelas nas cruces en senhos cravos que devem estar*

¹⁵² Assinalemos, por exemplo, que apenas nos Códices de Alcobaça possuímos pelo menos 13 códices, quase todos dos sécs. XIII e XIV (com dois casos do Séc. XV), com missais segundo o antigo rito cisterciense, e que encerram missas de dedicação de Igrejas (o ofício “*In Dedicacione Ecclesie*”): Códcs. Alc. N.º 9, N.º 26, N.º 30, N.º 66, N.º 67, N.º 163, N.º 249, N.º 251, N.º 252, N.º 255, N.º 258, N.º 361 e N.º 434. Num dos casos – o Cód. Alc. N.º 26, do Séc. XIV – incluíram-se igualmente as “benções da primeira pedra”.

O cerimonial de sagração de um templo segundo o Ritual Bracarense foi objecto de estudo de Joaquim O. Bragança, que explorou os ensinamentos do Ms. 1134 da BPMP e do Cód. Alc. 162 (cf. BRAGANÇA 1965).

ficados en meynos das cruces. ¶ A IIIª cousa he que devem fazer tomar sal e cijza e vinho e agua e volvelo todo en huu cõ as orações que diz o bispo e spargela per a eygreia pera lavala. ¶ A Vª cousa he que deve escrever o bispo cõ seu bagoo sobrela cijza que spargerõ pelo chaao da ygreia o ABC dos ladinhos e dos gregos ¶ E devem seer feitos ao lōgo e ao traves da jgreia de quisa que sse ajuntem en meynos como en maneyra de cruz. ¶ A VIª que deve o bispo unger as cruces cõ crisma e con olio sagrado. ¶ A VIIª que devem ençençar a ygreia a todas partes.” (Prim. Part., Tit. XIII, Lei XIIIª, p. 396).

A cerimónia que Afonso X acaba de nos descrever corresponde à Sagração de um templo segundo o Ritual Romano. Entre nós, e nomeadamente em boa parte do Norte de Portugal, as cerimónias podem ter tido um teor um pouco distinto até aos fins do séc. XV. Na realidade, e como Joaquim O. Bragança demonstrou na sua análise comparativa de dois Pontificais Bracarenses (o Ms. 1134 da BPMP, da segunda metade do séc. XII, que Pierre David já tinha estudado antes – DAVID P. 1947, pp. 539-554 – e o Cód. Alc. 162, da BNL, do séc. XIII), a evolução do ritual de sagração de uma igreja no Ritual Bracarense traduziu-se numa crescente sobriedade, conseguida pelo abandono de certos passos do Ritual Romano. Efectivamente, Joaquim O. Bragança concluiu que o *Ordo* do séc. XIII é “... de uma maneira geral mais sóbrio que as fontes romanas correspondentes...”, o que se conseguiu pelo abandono de alguns rituais, nomeadamente

“... a distribuição da cinza sobre a qual deveria em princípio ser escrito o alfabeto (...), a benção da cinza para a mistura da água ritual (...), a benção do vinho (...), a deposição dos grãos de incenso no final da sagração do altar.” (BRAGANÇA 1965, p. 98).

Por outro lado, havia determinadas partes onde o Ritual Bracarense era original, nomeadamente na parte final da cerimónia de Sagração e na parte que concerne à deposição das relíquias no Altar (cf. BRAGANÇA 1965, pp. 98-99).

Afonso X, o Sábio, concluía mais à frente que

“Outrossy poyz que a santa eygreia ffosse sagrada devem os clerigos screver o dia en que sagrarõ e fazer grande festa daquela sagraçõ en cada huum ano.” (Prim. Part., Tit. XIII, Lei XIXª, p. 402).

Esta disposição, que vem na esteira do costume que se afirma no Ocidente a partir do Séc. VIII ou IX¹⁵³, era cumprida em diversos templos portugueses, nomeadamente em

¹⁵³ Ensina-nos P. de Puniet que “*Le décret de Félix IV que le Bréviaire fait lire à la fête de la dédicace et qui fait une loi de célébrer le natalis des églises comme on fait celui des évêques, est une pièce composée au IX^e siècle*” (DACL 1907-51, vol. IV, tomo 1, col. 403). No entanto, e segundo o mesmo autor, alguns sacramentários do Séc. VIII já apresentam orações específicas para o *natalis basilicae anniversarii* (cf. DACL 1907-51, vol. IV, tomo 1, col. 404).

St.^a Cruz de Coimbra (celebrada a 7 de Janeiro), em Alcobaça (20 de Outubro), e nas Sés de Braga (28 de Agosto) e do Porto (9 de Setembro).

A sagração de um templo estava, desde pelo menos o séc. VI, condicionada à garantia de existência de um dote que fosse suficiente para a manutenção do culto. O II Concílio de Braga, reunido em 572, estipulou que os bispos não deviam exigir nada pelas cerimónias de sagração, recomendando ainda

“... cada um dos bispos... não deve consagrar Igreja ou Basilica sem que previamente esta receba património para seu serviço, confirmado por doação escrita, porque é grande temeridade consagrar um templo sem cera e sem renda para sustentação dos que hão-de servir nele, como se fora uma casa particular.” (ALMEIDA F. 1971, vol. IV, pp. 35-36).

Afonso X o Sábio não se esquece de recordar essa mesma condição:

“Assinaar deve dote aa jgreia o que a faz de novo (...) E sse per ventura entõ nõ lha dessem teudos som de lha dar quando a consagrassem e nõ a deve o bispo cõsagrar ante...” (Prim. Part., Tit. XIII, Lei III^a, pp. 387-388).

Esta norma seria respeitada pelos prelados portugueses. Como o Professor Avelino Jesus da Costa sublinhou, o Bispo D. Pedro recusava-se a sagrar templos sem que a renda estivesse garantida (COSTA A.J. 1959, vol. I, p. 52 e p. 68), motivo porque diversas cerimónias litúrgicas ficaram assinaladas por documentos de doação de bens e formação do património do templo. Veja-se, por exemplo, o caso da Igreja de S. Julião de Tabuaças (Conc. de Vieira), que recebe doações para constituição do dote em 28 de Julho de 1074 (LFidei 97) e em 1 de Agosto de 1074 (LFidei 614), a fim de que o templo fosse sagrado pelo Bispo D. Pedro. Ou o caso da Igreja de S. Mateus de Soalhães (Freg. de Oliveira, Conc. de Vila Nova de Famalicão), que recebe doações em 23 de Outubro de 1085 (LFidei 138) e em 28 de Outubro de 1085 (LFidei 137), onde se encerra uma das primeiras referências explícitas ao uso da liturgia romana entre nós (*“... canon romane ecclesie...”*) (cf. MATTOSO 1982(b), p. 97). Ou o caso da Igreja de S. Salvador, S. Miguel e S. Julião da Várzea, no termo de Chaves (hoje S. Miguel de Outeiro Seco), cujo dote é instituído em 19 de Outubro de 1087 (LFidei 601 e LFidei 413), com entrega dos passais a fim de que possa ser sagrada pelo Bispo D. Pedro. É o caso, ainda, da Igreja de S. Martinho de Cedofeita (Porto), cujo dote é oficialmente confirmado no próprio dia da solene cerimónia de sagração, em 20 de Setembro de 1087:

“... textum scripture et firmitati et dotem confirmatione de ecclesia vocabulo Sancti Martini de Citofacta vobis Petrus episcopus Bracalensis ecclesia dum invitatur ad ipsos fideles ad consecrandam ipsam basilicam...” (LFidei 602).

Por fim, poderíamos invocar o exemplo da própria Sé de Braga, que no dia da sua dedicação recebe uma doação (“... *in diem dedicationis ecclesie...*” – LFidei 605, de 28 de Agosto de 1089). Podemos, deste modo, supor que as Igrejas de Adaúfe, Lomar e Gualtar, em cujas cerimónias de Sagração ou Dedicção o Bispo de Braga esteve envolvido (cf. Inscs. N.º 33, N.º 34 e N.º 36), deviam preencher essas condições. Os exemplos podiam, no entanto, ser alargados a outros âmbitos geográficos e cronológicos. A sagração da igreja do Mosteiro de Grijó, em 1093, foi acompanhada da doação, por Soeiro Formarigues, de terrenos para os passais, dos quais os primeiros doze passos em redor do templo eram destinados ao cemitério e os 72 passos seguintes para o sustento dos monges (BFerrado 143, confirmado pelos filhos e herdeiros em BFerrado 11, de 1104)¹⁵⁴. E, em 1162, a Infanta D. Sancha, irmã de D. Afonso Henriques, fez doação à Igreja de Vila Nova de Infantas no próprio dia da cerimónia de dedicação: “... *in XIIº Kal. Februarii in Era Mª. CCª. quando dedicata fuit...*” (cit. por COSTA A.J. 1959, vol. II, p. 508; RIBEIRO J.P. 1811, pp. 108-109; CRUZ A. 1938, p. 51).

As cerimónias de Sagração e Dedicção deviam ser realizadas pelos Bispos das respectivas dioceses. Afonso X sublinha esse mesmo facto quando declara que “... *po-dea o bispo en cuio bispado for consagrar...*” (Prim. Part., Tit. XIII, Lei XIIª, p. 394). Assim aconteceu na maioria dos casos, embora possam existir excepções, nomeadamente quando se encontra presente um prelado hierarquicamente mais importante. Foi o que aconteceu, por exemplo, na dedicação da Sé de Braga, em 28 de Agosto de 1089, onde o Bispo D. Pedro cedeu o papel fundamental a D. Bernardo, Arcebispo de Toledo (COSTA A.J. 1959, vol. I, p. 49). Realçamos, por outro lado, que o facto de o Bispo D. Pedro surgir a sagrar templos como S. Martinho de Cedofeita ou Paço de Sousa, hoje na diocese do Porto, não contradiz essa regra, uma vez que esta diocese ainda não tinha sido restaurada. Foi também o que aconteceu, por exemplo, quando D. João Peculiar sagrou a Igreja de S. João de Tarouca (cf. Insc. N.º 131, de 18 de Maio de 1169): estavam presentes quatro prelados – o Arcebispo de Braga e os Bispos do Porto, Lamego e Viseu – mas o principal protagonista seria D. João Peculiar, precisamente por ser aquele que ocupava lugar mais importante na hierarquia eclesiástica. Significativa é a ausência do Bispo de Coimbra, que nunca viu com bons olhos estas “ingerências” de D. João Peculiar pelas Dioceses do Centro de Portugal. Não foi esta, no entanto, a única cerimónia de sagração que D. João Peculiar realizou em territórios onde, em princípio não lhe competiria presidir a esses actos litúrgicos. Mons. José

¹⁵⁴ Era, no entanto, mais comum que a doação dos passais fosse realizada no acto de fundação do templo, quando se doava o terreno para nele ser erguido o novo edifício. Assim se verifica, por exemplo, em S. Miguel de Negrulos (hoje S. Miguel do Paraíso, Guimarães) em 870 (PMH, DC 5), em S. Martinho de Soalhães (Marco de Canaveses) em 875 (PMH, DC 8), em Lordosa (Penafiel) em 882 (PMH, DC 9), em S. Martinho de Aldoar (Porto) em 944 (PMH, DC 54), em S. Pedro de Arouca em 951 (PMH, DC 63), etc.

Augusto Ferreira referiu um diploma da *Gaveta dos Arcebispos* onde se registava a presença de D. João Peculiar na sagração das

“*Igrejas do Mosteiro de Santa Maria da Oliveira (Famalicão), de Fonte Arcada (Póvoa de Lanhoso), de Numão, Penella, Penedono, Trancoso e muitas outras em Vizeu e Lamego*” (FERREIRA J.A. 1928-35, vol. I, pp. 312-313).

Da cerimónia de sagração de St.^a Maria da Oliveira (V. N. Famalicão) possuímos parte da respectiva inscrição (cf. Insc. N.º 129, de 17 de Novembro de 1168). No entanto, a identificação de Fonte Arcada com o templo de Póvoa de Lanhoso é incorrecta. Trata-se, na verdade, de Fonte Arcada na Beira Alta, como se depreende do teor do referido diploma:

“... *vidit Archiepiscopum Bracarensem tenentem et consecrantem ecclesias da Numan et de Penela. Penna de Dunu. et de Fonte Arcada et de Trancusu. et plures alteras in Lamecense et Visense episcopatus quando Bernardus Colimbriensis episcopus tenebat Viseum et Lamecum...*” (ADB, Gav. dos Arcebispos, doc. 4 – cit. por REAL M.L. 1974, p. 351).

O aparecimento de D. João Peculiar a presidir a cerimónias em zonas geograficamente afastadas da sua diocese, ocupando o lugar que devia ser do prelado da respectiva diocese, deve ser relacionada não só com o facto de D. João Peculiar ser natural da zona (nascido talvez em Lafões ou em Coimbra – cf. COSTA A.J. 1984(b), p. 63), onde se formou e onde teve lugar de algum destaque¹⁵⁵, mas também com o exercício indevido de certos direitos jurisdicionais de que D. João Peculiar se apropriou na área de Coimbra durante o episcopado de D. Bernardo (1128-1146) e de D. João Anaia (1147-1155), e que levaram este último prelado a escrever ao Papa queixando-se da situação (COSTA A.J. 1984(b), pp. 69-72; FERREIRA J.A. 1928-35, vol. I, pp. 319-333).

As inscrições comemorativas da Sagração dos templos apresentam um reduzido leque de expressões características, quase sempre variantes em torno de “*Sacrauit*” ou “*Consacrata*” (ou, nas inscrições redigidas em português, “*Sagrada*”).

As normas religiosas obrigavam, desde tempos remotos, que a cerimónia de sagração fosse realizada por um bispo¹⁵⁶ e assim aconteceu na maioria dos casos onde epigraficamente se documenta o protagonista principal da cerimónia (cf. Inscs. N.º 1,

¹⁵⁵ Recordemos que foi Mestre-Escola da Sé de Coimbra e um dos fundadores do Mosteiro de St.^a Cruz, em 1131, ao lado de D. Telo e de S. Teotónio. Foi, ainda, já na sua qualidade de Bispo do Porto, o prelado que sagrou o Altar-Mor da Igreja de St.^a Cruz, tendo ainda ordenado alguns dos seus cónegos e procedido à canonização solene de S. Teotónio em 18 de Fevereiro de 1163, um ano depois da sua morte. Em qualquer destas actuações, D. João Peculiar estava a usurpar direitos que pertenceriam, por regra, ao Bispo de Coimbra (cf. COSTA A.J. 1984(b), pp. 59-61).

¹⁵⁶ Veja-se, por exemplo, o que foi decidido no Sínodo de Lisboa de 1240, quando se reafirmou que “*Nullus sacerdos confirmare aut consecrare virgines presumat; solius enim episcopi est confirmare, virgine consecrare, ecclesias dedicare, ordines dare et altaria erigere.*” (cf. Syn. Hisp., p. 287).

N.º 30, N.º 33, N.º 34, N.º 36, N.º 252, N.º 273, N.º 298, N.º 513, N.º 540, N.º 546, N.º 602 e N.º 732). O único caso que poderia suscitar dúvidas seria o da inscrição desaparecida de Moreira da Maia, de 1112, que referia que “MENDO ABBATE SACRATUR” (Insc. N.º 51). No entanto, temos comprovação documental de que essa cerimónia foi protagonizada por D. Hugo, recém-nomeado Bispo do Porto (DMP, DP III, N.º 387). Deste modo, o teor do letreiro de 1112 deve ser entendido como assinalando que a cerimónia de Sagração fora promovida pelo Abade D. Mendo e não propriamente que fora ele que procedera à Sagração. Salientemos, por outro lado, o pequeno conjunto de inscrições que ficaram a documentar a presença do Bispo D. Pedro, de Braga, em cerimónias de Sagração (Inscs. N.º 33, N.º 34 e N.º 36), onde se inclui uma inscrição até hoje inédita (Insc. N.º 33).

As normas religiosas foram também muito claras quanto ao facto de as cerimónias de Sagração apenas poderem ter lugar ao Domingo. Já no III Concílio de Zaragoza, reunido em 691, assim se decidiu (Constituição I – cf. PUERTAS TRICAS 1966, pp. 208-209; VIVES 1963, pp. 476-477). José Vives teve oportunidade de sublinhar este mesmo aspecto e de provar que nas inscrições paleocristãs e altomedievicas se verifica um integral cumprimento dessa norma, ao contrário do que entendera D. Marius Férontin por erros de calculos (cf. VIVES 1942(a), pp. 259-264). Por outro lado, Afonso X, o Sábio, apesar de declarar que

“Altar ou eygreia quando o bispo a sagrar deve cantar a missa quando o quiser ffazer. (...) E pode ao bispo ffazer enos outros dias assi como nas festas...”
(Prim. Part., Tit. XIII, Lei XIII, p. 395),

acrescenta logo que

“Ca enos dias do domingo devem sagrar os bispos e nō enoutros dias.”
(Prim. Part., p. 395).

No que respeita ao dia da semana em que ocorreram as cerimónias de sagração, os resultados facultados pelas nossas inscrições são mais surpreendentes. Possuímos oito inscrições que revelam o dia e mês em que a cerimónia teve lugar, e fazendo os cálculos respectivos ficamos a saber que apenas três ocorreram em Domingos (Inscs. N.º 296, N.º 602 e N.º 732). As restantes tiveram lugar à terça-feira (Inscs. N.º 75 e N.º 546), à quarta-feira (Insc. N.º 252), à quinta-feira (Insc. N.º 149) e à sexta-feira (Insc. N.º 298).

Sublinhemos que o facto de se realizar a cerimónia de Sagração não deve ser entendido como um sinónimo de que as obras do templo estavam concluídas. Na realidade, conhecemos inúmeros casos de prolongadas obras, que atravessaram inclusive mais do que uma geração, e onde a cerimónia de sagração apenas revela que a zona entretanto erguida já oferecia condições para que o culto se comesçasse a realizar. Reparemos, por exemplo, no caso da Igreja de S. Vitor, em Braga, onde o Arcebispo

D. Paio Mendes preside à cerimónia de Sagração, ocorrida e 4 de Março de 1120, tendo então abdicado dos direitos episcopais em favor das obras do templo (DMP, DP IV, N.º 125; COSTA A.J. 1959, vol. I, p. 63 e vol. II, p. 90; FERREIRA J.A. 1928-35, vol. I, p. 276). Este diploma revela bem como as obras em S. Vitor estavam longe de ser dadas por concluídas, a ponto de o prelado ter abdicado dos rendimentos destinados à Diocese para que o ritmo destas pudesse ser acelerado. A mesma perspectiva é revelada pelos templos de Trêsminas (Vila Pouca de Aguiar), do St.º Cristo ou Senhor da Fraga (Castro Vicente, Mogadouro) e de N.ª S.ª do Mileu (Guarda), que apresentam encaixes para portas nos respectivos arcos triunfais, sintoma de que a capela-mor esteve, durante bastante tempo, ao culto sem que as obras nas naves estivessem em vias de conclusão.

No que concerne às inscrições de Dedicção, onde as expressões se mantiveram desde sempre relativamente imutáveis (“*Dedicata*”, “*Dedicatio*” ou “*In Dedicacione*”), verificamos que houve um maior respeito pelas normas que determinavam que as cerimónias de Dedicção deviam ter lugar ao Domingo, mas apesar de tudo estamos longe de verificar um integral cumprimento destas recomendações. Efectivamente, em 14 epígrafes de Dedicção que revelam dia e mês em que a cerimónia teve lugar, conseguimos determinar que 9 destas tiveram lugar a um Domingo (Inscs. N.º 64, N.º 129, N.º 131, N.º 134, N.º 167, N.º 169, N.º 210, N.º 276 e N.º 311). Houve, no entanto, algumas excepções: cerimónias que tiveram lugar à quarta-feira (Insc. N.º 79), à quinta-feira (Inscs. N.º 119 e N.º 180), à sexta-feira ou sábado (Insc. N.º 362) e ao sábado (Insc. N.º 301-A). Importa realçar que, quer no que respeita aos casos de Sagrações quer nos casos de cerimónias de Dedicção que não tiveram lugar ao Domingo, não encontramos qualquer justificação para o desvio, já que nem sequer se pode invocar a festividade que se comemorava no dia em que a cerimónia teve lugar como motivo para a escolha dessa data¹⁵⁷. Pelo contrário, tudo parece apontar para um simples não cumprimento das normas em vigor, aproveitando-se talvez a circunstância de o prelado estar na zona.

Houve, no entanto, um maior respeito no que concerne à cerimónia dever ser protagonizada por um bispo. Na realidade, em quinze cerimónias sabemos quem foi o oficiante, e nesses quinze exemplos estamos perante Bispos ou Arcebispos. Assim, documentamos os seguintes prelados a oficiarem as Dedicções:

- Insc. N.º 50 – S. Geraldo (Braga)
- Insc. N.º 63 – D. Paio Mendes (Braga)
- Insc. N.º 64 – D. Bernardo (Coimbra)

¹⁵⁷ Se se verificasse uma coincidência entre o Santo comemorado no dia da cerimónia e o Orago do templo poderíamos pensar numa opção intencional por essa data. Não é, no entanto, a situação de nenhum dos casos.

- Insc. N.º 119 – D. João Peculiar (Braga)
- Insc. N.º 129 – D. João Peculiar (Braga)
- Insc. N.º 131 – D. João Peculiar (Braga), com a presença de D. Pedro Sênior (Porto), D. Mendo (Lamego) e D. Gonçalo (Viseu)
- Insc. N.º 134 – D. Miguel Salomão (Coimbra)
- Insc. N.º 167 – D. Bermudo (Coimbra)
- Insc. N.º 169 – D. Bermudo (Coimbra)
- Insc. N.º 180 – D. Martinho Gonçalves (Coimbra)
- Insc. N.º 268 – D. Estêvão Soares da Silva (Braga)
- Insc. N.º 276 – D. Estêvão Soares da Silva (Braga)
- Insc. N.º 311 – D. Silvestre Godinho (Braga)
- Insc. N.º 362 – D. Vicente Mendes (Porto)
- Insc. N.º 364 – D. Gil Perez de Cerveira (Tuy).

Salientemos, uma vez mais, que a este núcleo se devem acrescentar as inscrições que testemunham a ligação do Bispo D. Pedro a cerimónias de Sagração ou Dedicção (Inscs. N.ºs 33, 34 e 36).

O derradeiro grupo de epígrafes que incluímos dentro deste apartado são as inscrições relacionadas com a conclusão de obras ou com a conclusão de fases construtivas. Possuímos algumas epígrafes que nos documentam, de forma explícita, a conclusão dos templos. Nos casos mais antigos é comum a expressão “*Perfectum est templum...*” (Inscs. N.ºs 19, 21, 23) ou “*Perfecta est Ecclesia...*” (Insc. N.º 60). Num caso utiliza-se a expressão “*Fabricata*” (Insc. N.º 117) que, nesse contexto, parece indicar que as obras tinham sido concluídas. No entanto, a maior parte das inscrições que incluímos neste apartado resumem-se a simples datas, que não esclarecem a natureza do evento que pretendiam comemorar ou, tão somente, assinalar. Em 40 epígrafes, 30 pertencem a este sub-grupo. O contexto em que a inscrição se encontra permite entrever a natureza do evento em causa. Assim, por exemplo, a inscrição de Lourosa da Serra, datada de 912 (Insc. N.º 3), pelo local que lhe foi reservado, devia comemorar a conclusão do templo moçárabe, talvez mesmo a sua Sagração. A construção do templo moçárabe de Lourosa deve ser equacionada no contexto das migrações de populações moçárabes para Norte, fugindo às vagas intolerantes que acompanharam os anos de governos de Muhammad I (852-886), e que se traduziram em numerosos martírios. É, neste sentido, um testemunho que deve ser colocado lado a lado com S. Miguel de Escalada, o célebre templo moçárabe leonês fundado em 913 e Sagrado a 20 de Outubro de 914 (cf. GARCIA LOBO 1982, pp. 35-36). Por outro lado, a inscrição de S. Cláudio de Nogueira, que ostenta apenas a data de 1084, deve estar relacionada com alguma fase construtiva do templo, possivelmente a fase inicial, que se ocupou da Capela-mor,

onde se localiza o silhar em causa (Insc. N.º 37). O mesmo se diga da inscrição de S. Gens de Montelongo, de 1091 (Insc. N.º 38) ou da inscrição de Rendufe, de 1151 (Insc. N.º 92). No caso de St.^a Maria das Júnias, supomos que a data de 1147 deve corresponder à fundação do templo (Insc. N.º 86). Em Arnoso parece claro que, como o próprio posicionamento da epígrafe indica, a data de 1156 assinala o arranque da nova fase de construção do templo, aquela que lhe veio introduzir profundas alterações na concepção de espaço, reduzindo consideravelmente a obra (Insc. N.º 102). O exemplo de Arnoso revela-se interessante por nos alertar para o facto de as simples datas exaradas em muros não estarem sempre forçosamente relacionadas com a conclusão de fases construtivas, podendo assinalar igualmente o arranque de novas etapas. Podemos supor, sem grande risco, que as datas que figuram em St.^a Leocádia de Geraz do Lima (1172 – Insc. N.º 140), em Sernancelhe (1172 – Insc. N.º 143), em Lourosa da Serra (1188 – Insc. N.º 184), em Tarouquela (1214 – Insc. N.º 274), em S. Martinho de Mouros (1217 – Insc. N.º 279), em Sanfins de Friestas (1221 – Insc. N.º 284), em S. Salvador do Pinheiro (1223 – Insc. N.º 287), em Vila Cova da Lixa (1238 – Insc. N.º 312), em N.^a S.^a da Orada (1245 – Insc. N.º 326), em Leça do Balio (1250 – Insc. N.º 342), em Rubiães (1257 – Insc. N.º 349), etc., se devem relacionar com fases marcantes da construção do edifício, sobretudo quando se davam por concluídos os trabalhos em certos espaços (Capela-Mor, Nave, etc.). Nalguns casos, as datas ficaram a assinalar as reformas românicas introduzidas em templos de origem anterior. Veja-se, por exemplo, o caso de St.^a Leocádia de Geraz do Lima, onde a data de 1172 corresponde à reforma românica do templo moçárabe, ou o caso de Lourosa, onde o mesmo acontecimento foi memorizado com a gravação da data de 1188 na imposta do primeiro arco formeiro do lado esquerdo. Noutros casos podem assinalar as Sagrações, como por exemplo em S. Salvador do Pinheiro ou em Vila Cova da Lixa.

O conjunto das inscrições de Fundação, Sagração, Dedicção e de Conclusão de obras ou de fases traduz, de alguma forma, o ritmo da construção de templos sobretudo para o nosso Românico. José Mattoso, num estimulante estudo consagrado à Arquitectura Românica portuguesa, procurou realçar o paralelismo entre os ritmos de obras românicas e as fases económicas. Procuremos, primeiro, sintetizar os grandes ritmos detectados por este Autor e, depois, testar esse esquema com os elementos que coligimos no nosso inventário.

Na perspectiva de José Mattoso, o movimento de expansão territorial que se detecta a partir de 1050-1060, associado aos sucessos da empresa da Reconquista (1064), e potenciado pela reforma monástica e litúrgica (1080-1085), espelhar-se-ia no surto de sagrações que se detecta precisamente a partir de 1080-1085 (MATTOSO 1985(b), pp. 151-152). No entanto, os inícios do Séc. XII, em boa medida por força da grande

investida almorávida (1086-1109) e suas consequências, seriam marcados por um retrocesso no movimento construtivo, que acompanhou a tendência recessiva que se detecta em diversos níveis da sociedade e economia (MATTOSO 1985(b), p. 152). Esta tendência negativa começou a ser contrariada a partir do segundo quartel do Séc. XII, culminando com nova fase de expansão militar (1147 e ss.) e de dinamismo económico. Segundo José Mattoso, entre 1147 e 1169 a Reconquista revela-se uma empresa fortemente lucrativa. Alimentado por uma economia em expansão e pelo influxo dos dividendos da guerra, o movimento construtivo ter-se-ia acelerado. Esta nova fase de construções, onde se podem incluir algumas das obras mais marcantes do nosso Românico, nomeadamente a nível das Sés (Lisboa, Coimbra, Porto, Braga, Viseu e Lamego) e de templos urbanos (S. Vicente de Fora, St.^a Cruz, S. João de Almedina, S. Salvador e S. Pedro de Coimbra, etc.), prolongou-se até cerca de 1180 (MATTOSO 1985(b), pp. 153-157). Sintetizando este movimento construtivo, José Mattoso escrevia:

“Durante a segunda metade do século XII, deve ter havido obras nos seguintes mosteiros beneditinos: Rates, Arnoso, Santo Tirso, Tibães, Sanfins de Friestas, Rendufe, Ganfei, S. Cláudio de Nogueira, Travanca, Paço de Sousa, Fonte Arcada, Pombeiro, Serzedelo das Donas, Várzea e Vilar de Frades. Talvez se pudessem eventualmente encontrar vestígios da mesma época, feitas investigações arqueológicas, em Pendorada, Pedroso, Vairão, Tuías, etc. Não sabemos a que época se devem atribuir os restos de Carvoeiro, Arnoia, Adaúfe e S. Romão de Neiva. Acrescentem-se, fora de Entre Douro e Minho, Lorzão, S. Pedro das Águias, S. Pedro de Coimbra (dependente de Lorzão) e talvez Arouca, Tarouquela, Semide, etc. Na mesma época encontram-se vestígios nos seguintes mosteiros de Cónegos Regrantes: Costa, Roriz, Landim, Vila Boa do Bispo, Bravães, Rio Mau e, fora da mesma zona, em Cárquere. É admissível que se venham a encontrar vestígios contemporâneos em Moreira, Grijó, Refoios de Lima, etc. Esperamos a opinião dos especialistas sobre os vestígios de Valdreu e Caramos, também regrantes. Das restantes igrejas, conviria distinguir as pertencentes a Ordens Militares, que, por esta época deviam dispor também de importantes recursos financeiros. Pertencem-lhes, pelo menos, as seguintes: aos Templários, S. Pedro de Ferreira, Coucieiro, Cervães, e talvez também Verim e Unhão que foram comendas da Ordem de Cristo; aos Hospitalários, Veade e Leça do Balio; ao Santo Sepulcro, Águas Santas.” (MATTOSO 1985(b), p. 156, nota 5).

A partir de 1180-1184, com as devastadoras incursões almóadas comandadas por Abu Yaqub al-Mansur, a crise volta a assolar a economia e sociedade cristãs. Recordemos que os exércitos muçulmanos reconquistam quase todas as posições que as forças cristãs tinham conseguido tomar a Sul do Tejo (com excepção de Évora, que consegue

resistir), e que fazem importantes incursões a Norte deste rio, ameaçando mesmo o vale do Mondego: investem contra as lezírias da zona de Santarém e conquistam Torres Novas (1190), cercam e quase conseguem conquistar o castelo de Tomar (cf. Insc. N.º 188, de 1190), ameaçam a zona de Coimbra, que se chega a preparar para enfrentar os temíveis exércitos almóadas (1190-1191) (cf. AZEVEDO R. 1934). Em 1191 investem vitoriosamente contra Alcácer do Sal, Palmela e Almada e, pouco depois, contra a cidade de Silves, que D. Sancho I conquistara em 1189. Cinco anos mais tarde, as forças almóadas infligem uma histórica derrota ao exército de Afonso VIII, na Batalha de Alarcos (1196). Esta fase negativa prolongou-se, segundo José Mattoso, até 1210, tendo sido agravada, nos finais do séc. XII e na primeira década do século XIII, por maus anos agrícolas, fomes e epidemias (MATTOSO 1985(b), pp. 157-160). Apesar de sublinhar que não se detecta

“... através da observação dos vestígios arquitectónicos e escultóricos, um hiato evidente nesta época, a verdade é que das trinta e três menções epigráficas e documentos datados referentes a obras até 1300 existem apenas no período de 1200 a 1210, um no Norte, de 1201, em S. Cláudio de Nogueira, e mais três no Sul do Douro, em S. Tiago de Coimbra, Ferreira das Aves e Sernancelhe.” (MATTOSO 1985(b), p. 159).

A partir de 1210 as condições militares e económicas melhoram. A vitória de Navas de Tolosa (1212) marca, simbolicamente, a viragem na conjuntura militar, assinalando o regresso de certa supremacia cristã. Mas o aparecimento de revoltas urbanas, guerras civis e o período de anarquia que marcou os últimos anos do reinado de D. Sancho II, a partir da década de 1230, culminando com a guerra civil de 1245-48, veio contrariar o relançamento das grandes obras arquitectónicas. Assim, todo o reinado de D. Sancho II poderia, na opinião de José Mattoso, ser considerado como um período desfavorável para a construção de estruturas religiosas (MATTOSO 1985(b), pp. 161-163). O relançamento do movimento construtivo apenas se teria verificado na segunda metade da centúria, acompanhando a recuperação económica e a monetarização da economia, com D. Afonso III e com D. Dinis, e a afirmação do Gótico.

Sintetizados, de forma breve e empobrecedora, os ritmos definidos por José Mattoso, analisemos, então, de que forma os elementos que coligimos se articulam com eles. Devemos, desde já ressaltar que os elementos de que dispomos são exclusivamente procedentes da recolha epigráfica, que colocou à nossa disposição bastante mais epígrafes que as conhecidas ao tempo em que foi publicado o estudo de José Mattoso. Eles devem, no entanto, vir a ser completados num futuro breve com um levantamento exaustivo dos elementos documentais, para se alcançar um quadro mais equilibrado. Este levantamento afigura-se ainda mais importante se tivermos em conta que a criação

de uma inscrição para comemorar a Fundação, Sagração, Dedicção ou a conclusão de obras ou de fases de um templo foi acontecimento sempre mais ou menos excepcional. Na realidade, muitas dessas cerimónias nunca foram memorizadas na pedra, o que torna as referências documentais ainda mais importantes. O panorama geral que se detecta a nível epigráfico pode ser resumido no seguinte quadro:

	Fundação	Sagração	Dedicção	Conclusão	Totais
851-900	–	2	–	–	2
901-950	1	–	–	1	2
951-1000	–	–	–	–	–
1001-1050	–	–	–	3	3
1051-1100	2	4	–	3	9
1101-1150	7	3	5	5	20
1151-1200	8	3	13	11	35
1201-1250	3	7	5	8	23
1251-1300	5	–	2	3	10
1301-1350	6	4	–	2	12
1351-1400	3	–	–	3	6
1401-1422	2	1	–	–	3

A análise dos elementos que este quadro nos faculta revela, desde logo, que a grande concentração dos quatro tipos de inscrições se encontra ao longo de todo o séc. XII e da primeira metade do séc. XIII, com particular intensidade na segunda metade do séc. XII. Neste sentido, o panorama epigráfico concorda, genericamente, com a fase de pujança definida por José Mattoso ao longo de quase toda a segunda metade do séc. XII (desde c. 1147 até c. 1184). Mas, como já tivemos oportunidade de sublinhar, estes valores não podem reflectir, apenas, as consequências das oscilações conjunturais, quer económicas, quer políticas, quer militares. Na realidade, parece claro que a partir de certa altura, sensivelmente os meados do séc. XIII, deixou de ser costume criar-se uma epígrafe para comemorar a Sagração e Dedicção de um templo. Ou seja, estas cerimónias litúrgicas deixaram de merecer a memorização na pedra. E, no entanto, o registo epigráfico estava a invadir domínios cada vez mais diversificados, acompanhando a difusão da escrita, que se ia tornando uma técnica ao alcance de um número crescente de pessoas, nomeadamente civis. Houve, portanto, outras mudanças que se espelham neste quadro.

No que concerne à periodização apontada por José Mattoso, devemos salientar que a grande concentração de epígrafes que se verifica depois de 1145-1147 e até 1184 (com um total de 34 epígrafes) espelha bem o período de pujança económica, de dinamismo demográfico e de sucesso da empresa da Reconquista. Por outro lado, a fase crítica

que acompanha a afirmação almóada, a partir de 1184, e que José Mattoso prolonga até 1210, está igualmente bem caracterizada no levantamento do nosso *Corpus*, com apenas 6 epígrafes no conjunto dos quatro tipos de inscrições. Devemos, no entanto, salientar que os elementos coligidos parecem apontar para diferentes comportamentos nas restantes fases. O registo cumulativo dos diferentes tipos de inscrições ajuda a detectar e compreender os ritmos que acabamos de apontar.

Fund.	Sagr.	Dedic.	Conc.	Fund.	Sagr.	Dedic.	Conc.
	862					1183	
	882					1186	
912			912		1195	1195	1188
			1021			1200	
			1030		1201		
			1035			1212	
			1062		1214	1214	1214
	1068			1217			1217
	1070						1221
1071	1071					1223	1223
	1075						
			1084		1224		
			1091		1224		
1092		1105			1225		
					1225		
	1112				1228		
1121		1113				1231	
						1237	
			1123				1238
			1123	1239			
1125				1249			1245
		1128					
		1128					1250
	1130						1250
1132							1257
1138	1138			1258			
			1140				1262
		1141				1263	
1143						1264	
1145				1268			
1147			1147	1271			
			1149	1276			
1151			1151				1283
1152			1152	1298			
1154				1305			
1154					1308		
1164			1156	1312			
			1164				1316
			1164	1317			
		1165			1319		
			1166		1321		
	1168	1168		1324			1327
		1169					
		1169		1333			
		1170		1342	1342		
			1172	1363			
			1172				1373
			1172				1378
1173		1173		1380			
	1174			1387			1395
1177							
1178					1401		
		1180	1180	1404			
		1181		1420			
		1181					

Na realidade, e no que respeita à fase inicial, diríamos que, depois de uma fase crítica que corresponde à viragem do séc. XI para o séc. XII, grosso modo entre 1092 e 1112, para a qual possuímos apenas uma inscrição no conjunto dos quatro tipos, a recuperação deve ter sido algo mais rápida do que se poderia pensar. Na realidade, os elementos coligidos revelam um dinamismo tímido na segunda década do séc. XII mas a partir dos anos 20 a recuperação sente-se bem. Na realidade, para a década de 20 possuímos 6 inscrições e para a década de 30 possuímos 4 epígrafes, num panorama não muito distinto da década de 40 (com 7 inscrições) ou de 50 (com outras 7 epígrafes). Por outro lado, José Mattoso tinha realçado que, terminado o período de recessão dos fins do séc. XII e inícios do séc. XIII (c. 1184 a c. 1210), o ritmo de construção na arquitectura religiosa se tinha continuado a ressentir de condições internas desfavoráveis, desde guerras civis, conflitos fronteiriços com Leão, até ao período de anarquia do reinado de D. Sancho II, nos anos 30 do séc. XIII, que culminaria na guerra civil de 1245-48 que levou o Conde de Bolonha ao trono. Os números que conseguimos reunir aqui parecem apontar para uma franca recuperação na segunda e sobretudo terceira década do séc. XIII. Na realidade, os anos 10 e sobretudo os anos 20 do Séc. XIII parecem ser caracterizados por um franco dinamismo arquitectónico. No entanto, parece certo que a arquitectura religiosa se ressentiu particularmente do período de anarquia da década de 1230, e dos tempos conturbados que se viveram na década seguinte. Na realidade, é forte o contraste entre a década de 20 (com 8 inscrições) e a década de 30 (com 4 inscrições) e a década de 40 (com 2 epígrafes). Por fim, salientemos que a partir dos meados do séc. XIII, as inscrições que traduzem, de alguma forma, ritmos arquitectónicos abandonam os âmbitos litúrgicos (sagração-dedicação) e quedam-se sobretudo pelas cerimónias de prestígio, onde os protagonismos individuais podiam ser mais facilmente realçados (fundação e conclusão de obras).

Reservamos um derradeiro apontamento para salientar alguns casos de epígrafes que nos permitem delimitar a construção de um templo, fornecendo assim “datações absolutas” para o Românico, ou que nos revelam nomes de Arquitectos. Não iremos aqui focar casos onde a epigrafia permite determinar o arranque ou a conclusão de obras, até porque são demasiado numerosos para o fazermos no âmbito deste pequeno apontamento, mas sobretudo realçar casos que delimitam um e outro momento. É o que acontece, por exemplo, com o templo de S. Salvador de Arnoso, que uma inscrição avulsa revela ter sido iniciado em 1124, e que pela epígrafe do tímpano lateral Sul sabemos ter sido a obra retomada em 1156 (cf. Inscs. N.^{os} 61 e 102). Os dados conjugados permitem definir o período de 1124-1156 como os limites extremos para a construção da capela-mor de Arnoso, que seria depois de 1156 convertida em nave de um templo mais modesto. Seria também o caso do templo românico do Mosteiro de Moreira da

Maia, iniciado em 1092 (Insc. N.º 39) e sagrado em 1112 (Insc. N.º 51), infelizmente duas epígrafes desaparecidas. No caso do Mosteiro de S. João de Tarouca, sabemos ter sido fundado em 1 de Julho de 1154 (Insc. N.º 99) e dedicado em 18 de Maio de 1169 (Insc. N.º 131). O mesmo se diga da Igreja de Manhente, que sabemos agora ter sido concluída em [1123-1131], embora o limite ocidental do templo, e o respectivo portal, tivessem sido concluídos em 1117 (cf. Inscs. N.º 56 e N.º 60). Manhente é, ainda, um dos primeiros exemplos que nos revela o nome de um arquitecto – *Magister Gundisalvus*. É possível que o *Magister Sisaldi* referido em Unhão, que possivelmente escreveu o letreiro de 1165, comemorativo da Dedicção, fosse o Mestre-Arquitecto responsável pelo templo (Insc. N.º 119). Neste domínio, salientemos igualmente a inscrição que nos refere o nome de um dos Mestres-Arquitectos de S. Pedro de Rates – *Magister Pelagio* – que devia trabalhar nas obras da segunda metade do séc. XIII, talvez na estrutura ogival que se erguia na parede lateral Sul e que foi destruída com o restauro da DGEMN (cf. Insc. N.º 474). É possível que fosse arquitecto da Igreja de St.ª Maria do Castelo, em Torres Vedras, o *Magister Menendus* que é referido em inscrição funerária de 1208 (Insc. N.º 262). E o mesmo se diga de Afonso Anes, que “fez” a Igreja de Castelões (Guimarães), da qual pode ter sido o arquitecto. Acrescentemos, aqui, o caso da inscrição, recentemente aparecida – e que por isso já não foi incluída no nosso *Corpus* – durante os trabalhos arqueológicos que Miguel Rodrigues desenvolveu na Igreja de Vilar de Frades (Barcelos), e que nos revela o nome do arquitecto deste templo românico, um edifício celebrizado pela sua arcatura historiada. Na realidade, apesar de ter sido picada e de apresentar bem evidentes as duras marcas do tempo, conseguimos decifrar o seu conteúdo. A inscrição, gravada num silhar reaproveitado nos alicerces da capela-mor moderna, revela-nos o nome do arquitecto do templo românico, declarando apenas: DIDACUS FECIT¹⁵⁸. No entanto, e como se pode verificar, são relativamente raros os casos de epígrafes revelando o nome de arquitectos de templos românicos. Algo mais numerosas se revelam as referências mais tardias, do último quartel do Séc. XIII e do Séc. XIV, relacionadas com templos góticos. Na realidade, conhecemos por via epigráfica o nome do arquitecto responsável pela Sé de Silves, Mestre Domingos Joane, que faleceu em 1279 (Insc. N.º 392), ou o responsável pelas obras em S. Dinis de Odivelas, Antão Martins, que aí laborava em 1295 (Insc. N.º 434). Conhecemos igualmente por via epigráfica o nome do arquitecto responsável pelo claustro dionisino de Alcobça, Mestre Domingos Domingues, que é nomeado na inscrição de fundação da obra, datada de 1308 (Insc. N.º 516). Nos finais da centúria voltamos a encontrar referências a diversos mestres. Mestre Francisco Domingues foi

¹⁵⁸ Agradecemos ao Dr. Miguel Rodrigues o conhecimento desta epígrafe recentemente aparecida.

o responsável pela construção de uma capela na Igreja de S. Domingos de Évora, como revela a inscrição de 1378 (Insc. N.º 659). Poucos anos mais tarde possuímos diversas epígrafes assinalando a actividade de Mestre João Garcia de Toledo, o arquitecto responsável pela reformulação do claustro de Alpendurada (Insc. N.º 667, de 1382) e pelas obras joaninas na Colegiada de N.ª S.ª da Oliveira (Insc. N.º 673, de 1387, e Insc. N.º 732, de 1401). Conhecemos, igualmente, o nome do provável arquitecto responsável pelas obras na Igreja da Misericórdia de Melgaço, Mestre Domingos Dias (Insc. N.º 727, do Séc. XIV), e das obras do Convento do Carmo, em Lisboa, Mestre Gomes [Martins] (Insc. N.º 675, de [1389-1397]).

7.4. Epigrafia e Arquitectura Militar

Tal como se verifica em relação à Arquitectura Religiosa, a Epigrafia revela-se capaz de fornecer importantes elementos para o estudo da Castelologia. No entanto, esses contributos, longe de nos ilustrarem equilibradamente a evolução da Arquitectura Militar até 1422, estão concentrados sobretudo em dois aspectos: por um lado as inscrições relacionadas com as Ordens Militares e, por outro lado, as epígrafes relacionadas com as reformas góticas de castelos e amuralhamentos urbanos.

A primeira epígrafe que possuímos numa construção militar é a inscrição do Bispo D. Pedro no Castelo de Lanhoso, um exemplo que permanecerá isolado durante um século. A inscrição do Bispo D. Pedro permitiu datar a reforma proto-românica desta fortaleza, atribuindo-a ao período que medeia entre 1070 e 1091 (cf. BARROCA 1990-91, pp. 111-114). O castelo de Lanhoso apresenta uma fase com aparelho caracteristicamente pré-românico, que se desenvolve em quase toda a extensão do castelo, ao nível dos alicerces e preenchendo os interstícios entre os batólitos graníticos. Esta fase sofreria uma reconstrução nos meados da segunda metade do séc. XI, que apesar de ter implicado a construção integral de boa parte da altura dos seus muros não veio introduzir grandes inovações ao nível da planta. Preservou-se a mesma estrutura, com a fachada principal organizada em três torreões equidistantes, com sapata larga. Há, no entanto, uma diferença considerável entre o aparelho de construção da primeira fase, pré-românica, e esta fase, proto-românica. Depois de uma fiada de pedras que regulariza o leito dos silhares, ultrapassando as irregularidades típicas da construção pré-românica, a segunda fase denuncia uma certa preocupação de normalização, evidenciando um aparelho de construção pseudo-isódomo que se pode classificar de proto-românico. A presença da inscrição do Bispo D. Pedro, gravada em silhar junto da entrada principal do castelo, no torreão do lado esquerdo, revela o empenho do Bispo de Braga na

reconstrução deste castelo que integrava a coroa de fortalezas que garantia a defesa da cidade episcopal de Braga. A inscrição sugere-nos, ainda, que o prelado pode ter procedido à benção da estrutura militar. Na realidade, não eram apenas as estruturas religiosas que mereciam essa distinção. Bastará recordar, aqui, os casos de pontes que foram benzidas, como é o caso da Ponte do Porto, benzida por D. João Peculiar (cf. Insc. N.º 77, de [1138-1175])¹⁵⁹. A benção não tinha, nestes casos, funções de sagração do espaço, mas respondia a preocupações apotropaicas.

Curiosamente, a inscrição do Castelo de Lanhoso permaneceu como caso isolado no panorama castelar português até ao ano de 1160. Não podemos deixar de sublinhar que, deste modo, todo o processo de incastelamento, a que se assiste desde o aparecimento das *Terras*, na segunda metade do Séc. XI, sobretudo a partir de 1060, e que se encontra implementado nas suas grandes linhas no início do Séc. XII, escapa ao registo epigráfico. Deste modo, todo o processo de afirmação do castelo românico não encontra eco no nosso inventário. Este silêncio epigráfico pode reflectir, de alguma forma, o facto das tenências serem de nomeação régia, podendo ser revogadas a qualquer momento pelo Monarca. No entanto, reflecte igualmente o enorme peso – quase monopólio – que as instituições religiosas tiveram, em termos epigráficos, ao longo das primeiras centúrias. Efectivamente, entre as inscrições dos sécs. IX a XII, onde contamos com 252 epígrafes, apenas 13 se encontram localizadas em estruturas não-religiosas.

Depois deste caso isolado do Castelo de Lanhoso seria necessário aguardar pelo ano de 1160 para encontrarmos um novo caso de uma epígrafe localizada numa estrutura castelar. Trata-se do primeiro leiteiro realizado pela Ordem do Templo durante o governo de D. Gualdim Pais, o seu 4.º Mestre em Portugal. A inscrição encontra-se gravada no lintel da porta de acesso da Torre de Menagem do Castelo de Tomar, sede da Ordem em Portugal (cf. Insc. N.º 104, de 1 de Março de 1160). A inscrição do Castelo de Tomar não só nos data com rigor um dos casos mais remotos de Torre de Menagem que conhecemos entre nós (pelo menos entre as que possuem datação rigorosa), como inaugura o primeiro núcleo epigráfico coeso no que respeita a construções militares. Neste grupo de epígrafes dos Templários localizadas em castelos poderíamos incluir as seguintes inscrições:

¹⁵⁹ O nosso inventário apresenta ainda, no que concerne às inscrições relacionadas com a construção de pontes, a inscrição da Ponte de Cavês (Insc. N.º 156, de [1177-1228]), a inscrição da Ponte de Barro (Insc. N.º 376, de 1271) e a inscrição da Ponte de Mucela (Insc. N.º 441, de 1298). Salientemos, pelo seu interesse, a epígrafe da Ponte de Barro (St.º Isidoro, Marco de Canaveses), que para além do nome do principal obreiro desta construção, João Esteves, nos revela o custo global da obra: “CUSTAVIT CENTUM MARABITINOS”.

- Insc. N.º 104 – 1160 – Castelo de Tomar
- Insc. N.º 136 – 1171 – Castelo de Pombal
- Insc. N.º 137 – 1171 – Castelo de Almourol
- Insc. N.º 138 – 1171 – Castelo de Almourol
- Insc. N.º 142 – 1172(?) – Castelo de Penas Róias
- Insc. N.º 148 – 1174 – Castelo de Longroiva
- Insc. N.º 188 – 1190 – Castelo de Tomar.

Estas inscrições espelham o prestígio que o Mestre D. Gualdim Pais granjeou junto de D. Afonso Henriques e dos nobres da época, a ponto de o primeiro Monarca português ter confiado, umas após outras, uma série de estruturas castelares que garantiam a defesa de dois cruciais espaços de fronteira: por um lado a zona da Estremadura, desde o Tejo até à zona de Soure, garantia da segurança do acesso Sul a Coimbra, cidade onde o rei mais vezes permanecia, e onde se podem incluir os castelos de Soure, Pombal, Tomar, Cardiga, Almourol, Zêzere; e por outro lado a fronteira interior do reino, que o separava das terras de Leão e Castela, quer na zona da Beira (Idanha-a-Velha e Monsanto) e do rio Côa (Longroiva), quer a Norte, na zona de Trás-os-Montes (Penas Róias e Mogadouro)¹⁶⁰. Ressalvemos que, nestes últimos casos (Longroiva, Penas Róias e Mogadouro), não estamos perante uma entrega protagonizada directamente pelo Monarca mas antes pelo *tenens* D. Fernão Mendes de Bragança, embora, certamente, com acordo do Monarca. Ao entregar ou ao permitir que se entregasse aos Templários este conjunto de fortificações de fronteira, implantadas em zonas tão sensíveis, o Monarca estava a demonstrar a confiança militar que D. Gualdim Pais lhe merecia. E, na

¹⁶⁰ As primeiras doações à Ordem do Templo remontam aos tempos de D. Teresa, quando esta lhes confia a zona de Soure, em 1128 (DMP, DR I, N.º 77 e N.º 79), uma doação logo confirmada por D. Afonso Henriques em [1129-1130] (DMP, DR I, N.º 99). A Ordem recebeu ainda, por doação de D. Fernão Mendes de Bragança, ao tempo *tenens* de Bragança e Lapaças, os Castelos de Penas Róias e de Mogadouro (conforme se depreende de PMH, Inq., p. 1279), em data desconhecida mas que será, forçosamente, entre 1128 e 1145, datas limites da tenência desse nobre. Receberia, das mãos do mesmo Braganção, o Castelo de Longroiva, em 10 de Julho de 1145 (cf. VITERBO J.S.R. 1798-99, vol. II, p. 587; AZEVEDO R. 1962, p. 259), portanto também ainda no tempo de D. Hugo Martoniense, embora as obras de reforma da fortificação pertençam já ao mestrado de D. Gualdim Pais (cf. Insc. N.º 148). O povoamento da zona de Pombal e a construção do respectivo castelo teriam sido realizados pela Ordem cerca de 1155 ou 1156 (conforme se depreende da subscrição do foral de Pombal, outorgado por D. Gualdim Pais em 1174, onde se declara “*Facta firmamenti karta a construtione Opidi anno decimo octavo mense iunio Era Millesima Ducentesima XX*” – PMH, Leges, p. 399). Já no tempo de D. Gualdim Pais, a Ordem do Templo recebeu a doação do Castelo de Ceras (Tomar) em 1159 (DMP, DR I, N.º 271). A Ordem do Templo deve ter recebido o Castelo de Tomar sensivelmente pela mesma altura (cf. Insc. N.º 104). Recebeu ainda os Castelos de Idanha-a-Velha e Monsanto por doação régia de 30 de Novembro de 1165 (DMP, DR I, N.º 288) e os Castelos de Zêzere e Cardiga em Outubro de 1169 (DMP, DR I, N.º 297; Mon. Henr., I, n.º 7). Seria dentro do perímetro destes últimos que se ergueu, cerca de 1171, o Castelo de Almourol.

realidade, D. Gualdim Pais, que esteve no Oriente na Guerra Santa, no quadro da IIª Cruzada, tendo tomado parte em alguns dos eventos militares de maior relevo (conforme se sublinha na biografia do Mestre, traçada nas Inscs. N.º 136 e N.º 137), era detentor dos mais actualizados conhecimentos poliorcéticos para a época. Sublinhemos, por exemplo, que todos os castelos templários que acima referimos se encontram entre os mais antigos testemunhos datados de Torres de Menagem que encontramos entre nós, algumas revelando alguns arcaísmos construtivos (como é o caso de Pombal e de Tomar, por exemplo). De resto, o facto de os Templários acharem digno de ser memorizado por epígrafe a construção de uma Torre de Menagem, como aconteceu em Longroiva (cf. Insc. N.º 148), não pode deixar de ser um sintoma da novidade e prestígio que estas construções ainda constituíam na época¹⁶¹. De resto, quando os Templários recebem o castelo de Longroiva, em 1145, este não possuía mais que a cerca inferior. A Torre de Menagem de Longroiva foi erguida numa fase claramente posterior em relação ao resto da fortificação, como evidenciam as diferenças de aparelho de construção. Foi, assim, uma inovação introduzida pelos Templários quando receberam o castelo. Por outro lado, a Torre de Menagem de Longroiva apresenta os mais evidentes sinais da presença de uma *hurdício* que conhecemos em Portugal, sintoma da actualidade dos conhecimentos de arquitectura militar que a Ordem do Templo detinha. Por fim, resta salientar a presença da inscrição do Castelo de Idanha-a-Velha, no tímpano da sua Torre de Menagem, erguida sobre o *podium* de um templo romano, e que constitui o mais tardio exemplo de uma epígrafe dos Templários associada a uma construção militar (Insc. N.º 324, de 1245).

O conjunto epigráfico dos Templários, que para além das epígrafes em castelos acima referidas inclui ainda o letreiro de St.^a Maria da Alcáçova de Santarém (Insc. N.º 98) e os epitáfios de St.^a Maria dos Olivais, em Tomar (Inscs. N.º 203, N.º 267, N.º 477 e N.º 478), revela-se um dos núcleos mais importantes no seu género entre nós e que, no quadro das Ordens Militares, apenas encontra rival na Ordem de Avis, embora as inscrições desta Ordem sejam bastante mais tardias. As inscrições dos Templários não são, no entanto, os únicos casos que possuímos que comemoram a construção de Torres de Menagem românicas. No Castelo de Numão, uma inscrição hoje desaparecida, datada de 1189, comemorava a construção de uma torre que, se a nossa interpretação estiver correcta, seria a Torre de Menagem (cf. Insc. N.º 185). E, embora não se trate de Torres de Menagem, no sentido restrito do termo, mas de grandes torres do sistema muralhado de Coimbra, devemos associar a este grupo as inscrições da

¹⁶¹ Sobre o aparecimento da Torre de Menagem no castelo românico veja-se FOURNIER 1978, pp. 80-90; FIXOT 1984, pp. 45-62; ALMEIDA C.A.F. 1989, pp. 53-54; BARROCA 1990-91, pp. 121-122.

Torre Quinária (1198) e da Torre de Belcouce (1211), ambas pertencentes à muralha românica de Coimbra, que vieram reforçar o sistema defensivo da (então) capital do reino, e que D. Sancho I não deixou de memorizar pomposamente por meio de inscrições (cf. Inscs. N.º 205 e N.º 265).

Por outro lado, conhecemos mais epígrafes relacionadas com castelos de Ordens Militares, nomeadamente com a Ordem de Avis e com a Ordem de Santiago. Relacionada com esta última Ordem podemos apontar uma única epígrafe: a da Torre de Menagem do Castelo de Mértola, datada de 1292 (Insc. N.º 419). Bastante mais importante é o conjunto de epígrafes ligadas à actuação da Ordem de Avis no Alentejo. Este conjunto epigráfico é integrado por oito inscrições, relacionadas com quatro fortificações: Avis (Insc. N.º 275, de 1214), Alandroal (Inscs. N.º 430, N.º 431, N.º 432 e N.º 442, de 1294, [1294-1298] e 1298), Noudar (Inscs. N.º 515 e N.º 519, de 1308) e Veiros (Insc. N.º 517, de 1308). A maior parte destas inscrições (com excepção da primeira epígrafe, de 1214) pode, no entanto, ser enquadrada num conjunto mais vasto que se detecta a partir da década de 60 do Séc. XIII e que retrata uma nova fase na nossa castelologia.

Na realidade, depois do núcleo epigráfico dos Templários, correspondendo à segunda metade do Séc. XII, ao qual se podem associar algumas, poucas, inscrições castelares de outra proveniência, podemos distinguir no nosso *Corpus* um segundo importante núcleo de inscrições ligadas a construções militares. Este novo núcleo inaugura-se em 1260 (Insc. N.º 351) e prolonga-se até aos meados do séc. XIV (Insc. N.º 624, de 1359). Abrange, portanto, um período de cerca de um século e os reinados de D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I. O que caracteriza estas epígrafes é o facto de, para além de estarem ligadas a obras de cariz militar, corresponderem à afirmação do Castelo Gótico entre nós. Na realidade, a esmagadora maioria das epígrafes que se encontram neste período correspondem a estruturas castelares, embora com uma ou outra excepção, nomeadamente ligadas a sistemas muralhados. O panorama que se desenha nestes 100 anos de reformas da arquitectura militar contrasta fortemente com a situação que se detecta na segunda metade do séc. XIV, onde iremos encontrar sobretudo epígrafes ligadas com as reformas régias empreendidas nos sistemas muralhados das cidades e vilas.

Neste conjunto de inscrições que assinalam e comemoram as reformas góticas nos castelos portugueses e em alguns sistemas urbanos, incluiremos:

- Insc. N.º 351 – 1260 – Muralha de Caminha
- Insc. N.º 352 – 1261 – Alcáçova de Estremoz
- Insc. N.º 360 – 1263 – Muralha de Melgaço
- Insc. N.º 385 – 1274 – Castelo de Castro Marim

- Insc. N.º 393 – 1279 – Castelo de Castro Marim
- Insc. N.º 394 – 1280 – Muralha de Vilar Maior
- Insc. N.º 413 – 1288 – Castelo da Messejana
- Insc. N.º 419 – 1292 – Castelo de Mértola
- Insc. N.º 424 – 1293 – Muralha de Tavira
- Insc. N.º 430 – 1294 – Castelo do Alandroal
- Insc. N.º 431 – 1294 – Castelo do Alandroal
- Insc. N.º 432 – [1294-1298] – Castelo do Alandroal
- Insc. N.º 435 – [1295-1325] – Muralha de Serpa
- Insc. N.º 436 – [1295-1325] – Muralha de Serpa
- Insc. N.º 437 – [1295-1325] – Castelo de Serpa
- Insc. N.º 442 – 1298 – Castelo do Alandroal
- Insc. N.º 495 – 1302 – Castelo de Borba
- Insc. N.º 506 – 1306 – Castelo de Évora Monte
- Insc. N.º 507 – 1306 – Castelo de Albuquerque
- Insc. N.º 508 – 1306 – Castelo de Olivença
- Insc. N.º 509 – 1307 – Castelo de Beja
- Insc. N.º 515 – 1308 – Castelo de Noudar
- Insc. N.º 517 – 1308 – Castelo de Veiros
- Insc. N.º 519 – [1308] – Castelo de Noudar
- Insc. N.º 522-A – 1310 – Castelo de Zagala
- Insc. N.º 529 – 1314 – Castelo de Albuquerque
- Insc. N.º 529-A – 1314 – Castelo de Albuquerque
- Insc. N.º 538 – 1319 – Castelo de Redondo
- Insc. N.º 557 – 1324 – Castelo de Leiria
- Insc. N.º 566 – 1327 – Muralha de Castelo de Vide
- Insc. N.º 579 – 1332 – Castelo de Assumar
- Insc. N.º 600 – 1342 – Castelo de Leiria
- Insc. N.º 604 – 1343 – Castelo de Mourão
- Insc. N.º 612 – 1347 – Castelo de Beja
- Insc. N.º 624 – [1357-1367] – Castelo de Alter do Chão.

Como não podia deixar de ser, este grupo de epígrafes que comemora as reformas góticas dos castelos apresenta uma distribuição geográfica com importantes concentrações ao longo da fronteira terrestre e, sobretudo, na zona alentejana. A história das centúrias seguintes ensina-nos que seria precisamente pela fronteira alentejana ou beirã que penetrariam as principais ameaças militares à soberania nacional. Por isso, era aqui

que se concentrava a maioria dos castelos activos no séc. XIV¹⁶². De resto, desde a assinatura do Tratado de Alcanices (1297), a fronteira portuguesa ficou definida nas suas principais linhas, sendo notório que, a partir desse momento, a atenção da Coroa se concentrou sobretudo nas fortificações de fronteira. São precisamente estas que Duarte d'Armas viria a retratar no seu *Livro das Fortalezas do Reino*, quando desenha 57 estruturas das quais 55 se alinhavam ao longo da fronteira terrestre, de Castro Marim até Caminha. Seria nestas fortificações que se repercutiriam, primeiro, as reformas góticas, com a adopção de novos mecanismos defensivos, nomeadamente nos domínios da chamada defesa activa.

O aparecimento do Castelo Gótico é acompanhado, entre nós, por importantes reformas do sistema de organização territorial e militar. Na realidade, e como já tivemos oportunidade de salientar em outro estudo, o advento do castelo gótico acompanhou de perto o desaparecimento do sistema de organização territorial e militar que tinha por base as *Terras* (BARROCA 1990-91, pp. 124-125; BARROS H.G. 1945-54, vol. XI, p. 46). Tratava-se de um sistema de organização territorial que se tinha forjado ao longo da segunda metade do Séc. XI, acompanhando a ascensão dos Infanções e a decadência do sistema condal apoiado nas *Civitates* (cf. ALMEIDA C.A.F. 1988(a), pp. 150-151; BARROCA 1990-91, pp. 115-118; MERÊA e GIRÃO 1943; MATTOSO 1993, vol. II, pp. 277-279). A organização territorial em *Terras*, que a partir dos meados do Séc. XIII já estava em decadência, esvaziadas de parte das funções iniciais (judiciais, fiscais e outras), sendo as tenências quase entendidas como cargos honoríficos, seria abandonada por D. Dinis com a aproximação dos últimos anos do Séc. XIII. Na realidade, a partir de Julho de 1287 deixamos de encontrar na documentação régia referências às *Terras* (cf. VENTURA 1992, vol. II, p. 997, nota 1)¹⁶³. O silêncio que a partir

¹⁶² A. H. de Oliveira Marques regista a existência de 94 castelos nos quais se apoiava a defesa do reino no séc. XIV, repartidos da seguinte forma: 17 no Entre-Douro-e-Minho, 13 em Trás-os-Montes, 20 na Beira, 15 na Estremadura, 25 no Alentejo e 7 no Algarve (cf. MARQUES A.H.O. 1986, pp. 345-346). A concentração de fortificações na Beira e no Alentejo reflecte a importância estratégica destas zonas, nomeadamente pelo facto de apresentarem os melhores acessos para, partindo-se de além-fronteira, se alcançar a capital do reino. Veja-se, a este título, a cartografia elaborada por este Autor (MARQUES A.H.O. 1986, p. 347).

Por seu turno, Humberto Baquero Moreno inventariou 162 castelos activos no período que medeia entre 1350 e 1450, salientando igualmente as concentrações raianas, particularmente na zona da Beira (com 22 castelos detectados), e do Alto Alentejo (com 27 castelos documentados) (MORENO H.B. 1984, p. 115). Por outro lado, este autor salientou a densificação de pontos fortificados a Sul de Coimbra, ao longo da Estremadura, à medida que se aproximava da capital do reino, onde contou 29 pontos fortificados, que formavam “*um sistema defensivo bem escalonado*” (MORENO H.B. 1984, p. 115). Significativos são os grandes vazios detectados em boa parte do Alentejo (sobretudo na zona central e ocidental), na Beira (nas zonas vizinhas da Serra da Estrela, a Leste do rio Zêzere, e a Norte do Mondego) e em boas partes de Trás-os-Montes.

¹⁶³ A última referência conhecida é datada de Julho de 1287, exarada na Chancelaria de D. Dinis (Chanc. D. Dinis, Livro I, fl. 206-206 v.º), e documenta-nos D. João Rodrigues de Briteiros como *tenens* da Terra de Basto (cf.

de 1287 se detecta na Chancelaria parece retratar a decisão de D. Dinis de abandonar o velho sistema senhorial, com mais de dois séculos de vida, estruturando o território nacional em comarcas, atribuindo aos meirinhos parte das funções que outrora eram detidas pelos tenentes (BARROS H.G. 1945-54, vol. XI, pp. 51-56). Ora, se tivermos em mente esse limite cronológico, podemos verificar que uma boa parte das inscrições que nos assinalam reformas nos castelos, de que acima apresentamos uma listagem, correspondem precisamente ao período a seguir a 1287, portanto quando a Coroa devia ter chamado a si as responsabilidades na manutenção de boa parte dos castelos raianos.

A existência de um volume tão considerável de obras em castelos – sobretudo se tivermos em mente que o registo epigráfico foi sempre excepcional, e que, portanto, muitas outras obras devem ter tido lugar – pode ser explicada pela necessidade sentida, depois de Alcanices (1297), de se reforçar e actualizar os sistemas defensivos raianos. No entanto, não é o único motivo. Por trás destas reformas arquitectónicas, que representaram um esforço económico considerável, esteve uma mudança de conceito de defesa. Na realidade, como Carlos Alberto Ferreira de Almeida salientou,

“o castelo românico está ainda dominado pela ideia de uma defesa passiva, de resistência, visando, sobretudo, dificultar a aproximação e a entrada na torre de menagem.” (ALMEIDA C.A.F. 1989, p. 54).

A partir dos meados do Séc. XIII assistimos, precisamente, ao triunfo progressivo do Castelo Gótico, dominado por um conceito de defesa distinto, que vulgarmente se designa por “defesa activa”¹⁶⁴. Esta evolução na concepção arquitectónica procura responder aos avanços que se haviam registado a nível de armamento e de tácticas militares ao longo do séc. XII e inícios do séc. XIII:

“Pela Europa, a arte de atacar castelos tem grandes avanços no decurso dos séculos XII e XIII e isto obrigou os seus construtores a melhorar e inovar os seus sistemas defensivos, evitando mais os ângulos mortos e facilitando aos sitiados acções para a sua custódia. Assim, ao sistema marcado por uma defesa passiva que os castelos anteriores evidenciavam – quando a segurança do recinto se resumia à espessura e altura dos muros da cerca, à torre isolada, com a porta muito acima do nível do solo e a ausência de aberturas nos níveis mais baixos – sucedem

VENTURA 1992, vol. II, p. 1000), seu irmão D. Mem Rodrigues de Briteiros como *tenens* da Terra da Maia (Idem, vol. II, p. 1003), D. Lourenço Soares de Valadares à frente da Terra de Riba Minho (Idem, vol. II, p. 1007), D. Martim Anes de Soverosa na Terra de Sousa (Idem, vol. II, p. 1008), D. Martim Mendes de Briteiros na governação da Terra de Barroso (Idem, vol. II, p. 1010), D. Pedro Anes de Portel como *tenens* de Panóias (Idem, vol. II, p. 1013) e o Infante D. Afonso como governador das Terras de Lamego, de Seia e de Viseu (Idem, vol. II, pp. 1019, 1023 e 1025).

¹⁶⁴ Gabriel Fournier coloca o aparecimento deste novo conceito de castelo em França na primeira metade do Séc. XIII (cf. FOURNIER 1978, pp. 94-99).

soluções arquitectónicas que possibilitam uma defesa activa, as quais se traduzem no flanqueamento da cerca pela colocação de uma série de torres em seu redor – estas permitem vigiar os seus alicerces e possibilitam mais facilmente os tiros sobre os sitiantes –, na invenção das torres albarrãs, na melhoria dos caminhos de ronda e no uso de hurdes e do sistema dos mata-cães ao longo das torres, nas esquinas ou sobre as portas, o que lhes faculta uma boa guarda. Podemos dizer que os sistemas arquitectónicos, aptos para uma defesa activa, só começam a desenvolver-se, entre nós, a partir dos meados do século XIII. Por isso, são mais da época gótica, quando já decaem os castelos das «terras» e ganham relevo os das linhas de fronteira, pelo seu valor estratégico.” (ALMEIDA C.A.F. 1988(b), pp. 137-138).

A adopção dos conceitos de defesa activa, conjugada com a definição das fronteiras do Reino, traduziu-se numa série de modificações nas estruturas castelares, que tiveram lugar sobretudo no reinado de D. Dinis (1279-1325). Na realidade, e como se pode verificar a partir da lista de epígrafes acima referida, depois de passado o ano de 1325, da morte deste Monarca, o volume de obras em castelos revela-se bastante mais modesto, muito longe do panorama que se desenha para a primeira década do Séc. XIV.

Ao nível dos muros, assistimos ao alargamento do adarve ou caminho de ronda, facilitando a deslocação das forças defensoras. A subtracção das escadas de acesso ao adarve da espessura dos muros, e a sua colocação em maciços pétreos adossados aos muros, permitiu a libertação do adarve para a circulação das forças, aumentando a sua eficácia. As ameias abandonam a silhueta alta e esguia, típica dos castelos românicos, com os seus remates ponteagudos, para optarem pelos perfis deitados, mais largos que altos, por vezes com seteira a meio, o que facilita a movimentação das forças defensivas e as protege mais eficazmente do ataque exterior. Por seu turno, o aumento da superfície das ameias góticas é acompanhado por uma diminuição das *abertas* (o espaço que medeia entre cada ameia ou merlão), sendo estas por vezes munidas de esbarros (plano inclinado para o exterior), facilitando a utilização de projectéis pétreos ou de líquidos quentes. As seteiras que nos primeiros tempos, românicos, eram pequenas e se apresentavam rasgadas com ranhura vertical, apenas adequadas ao uso do arco, passam a ser mais esguias, facilitando o uso de arcos mais amplos e, portanto, mais potentes, e são munidas de ranhura horizontal, assumindo uma silhueta cruciforme ou recruzada, tornando-se aptas ao uso de bestas. A difusão das seteiras em cruz, aptas para arco e besta, confirma a importância crescente que a besta assumiu nos exércitos cristãos a partir do Séc. XIII, quando foi ultrapassado o estigma da proibição papal referente ao uso desta mortífera arma entre os cristãos, e acompanha o aumento de importância das pontas de dardo que se detecta através do registo arqueológico.

O desenvolvimento do castelo gótico traduziu-se, igualmente, na multiplicação do número de torreões e cubelos adossados aos muros, espaçados por forma a que de um torreão fosse possível tiro sobre a base do torreão seguinte. Deste modo, não só se multiplicam os pontos que permitiam às forças militares defender a integridade da base dos muros do castelo, como também era possível a defesa da base dos próprios torreões. A estrutura castelar assumia-se como um todo orgânico, permitindo uma defesa integrada de todas as suas partes.

Por um lado, o coroamento dos muros começa a apresentar os balcões munidos de matacães, balcões que apresentavam orifícios no solo permitindo tiro vertical sobre o inimigo. Estas estruturas começam por surgir sobre as portas de acesso ao interior do castelo, quer no pano de muralha quer na Torre de Menagem, multiplicando-se depois por outras zonas e, com a aproximação do séc. XV, implantando-se igualmente nos ângulos das Torres de Menagem e nas inflexões dos panos de muralha.

Assistimos, ainda, a um deslocamento da Torre de Menagem, que no castelo românico opta maioritariamente por uma implantação isolada dos muros, no centro do pátio, traduzindo a fraca confiança nos mecanismos defensivos. Agora, com o castelo gótico, a Torre de Menagem aproxima-se dos pontos estratégicos mais importantes, contribuindo para a sua defesa, e não se importando de se adossar aos próprios muros do castelo, de que passa muitas vezes a fazer parte integrante. Registemos, ainda, o aparecimento das primeiras torres que adoptam as plantas pentagonais, com claras vantagens sobre as plantas quadrangulares ou rectangulares, cujos ângulos rectos se revelam sempre mais vulneráveis aos trabalhos de desmonte e minagem. Entre as torres que fogem à planta quadrangular mais simples salientemos os casos das Torres de Menagem dos Castelos de Freixo-de-Espada-à-Cinta, de Algosó (Trás-os-Montes), de Dornes, do Sabugal, de Penha Garcia, de Castelo Branco (Beiras) e de Monsaraz (Alentejo).

Multiplicam-se, igualmente, os castelos munidos de barbacãs a toda a volta dos muros principais, criando espaços de defesa avançada, munidos de soluções para tiro, de que o Castelo do Sabugal é bom exemplo.

Todas estas mudanças arquitectónicas, motivadas por progressos nos conceitos de defesa, ditam um amplo movimento de reconstrução e adaptação das velhas estruturas militares de fronteira. O reinado fulcral para a compreensão deste movimento é, como já vários autores salientaram e como o nosso inventário bem ilustra, o reinado de D. Dinis. Na realidade, este Monarca, apesar de alguns sintomas de crise que começavam a despontar, empenhou-se na reforma arquitectónica dos castelos raianos, sobretudo depois da assinatura do Tratado de Alcanices. No entanto, o esforço era já anterior a esse ano e o Monarca não olhou a meios para levar a cabo a sua empresa. Na realidade, na Concordata com o Clero, que D. Dinis assina em 1289, já encontramos uma referência às

obras em castelos. O Clero queixava-se de que o Monarca e alguns concelhos retinham a terça das igrejas, destinada a obras nos templos, e a aplicavam para obras militares:

“ElRey, e os Concelhos em alguus bispados dos seus Regnos filham as terças das Igrejas, que foram dadas para as obras das Igrejas, e em alguus lugares filham as terças dos Bispados, e fazem dessas terças fazer e refazer os muros” (ALMEIDA F. 1971, vol. IV, pp. 62-63, Artigo IX).

Alegava-se, ainda, que o Monarca obrigava o Clero e as Igrejas a darem a *“talha pera fazer e refazer os muros”* contra a sua vontade (ALMEIDA F. 1971, vol. IV, p. 63, Artigo XI), e que obrigava os lavradores de herdades dos mosteiros e igrejas a servirem nas obras, pelo que estes *“desemparram as herdades e as herdades ficam destruidas”* (ALMEIDA F. 1971, p. 63, Artigo XII). O Monarca acabaria por reconhecer a legitimidade das alegações, cedendo em quase todos os pontos. No entanto, as queixas continuaram a fazer-se sentir em 1309, como se depreende da 3.^a Concordata que o Monarca assina com o Clero. Os Religiosos queixavam-se de que eram obrigados a pagar como os Leigos, ao contrário do que ficara previsto no 11.^o artigo da Concordata de 1289, e D. Dinis decidia

“... que guardará hi o decimo primeiro artigo, que pera fazimento dos muros manda que nom paguem, assy como em esse artigo he contheudo. E diz ElRey que pera aquellas cousas que som pera defendimento da terra, e prol do Senhorio, podem seer costringidos per ElRey, e pagaróm como os outros...” (ALMEIDA F. 1971, vol. IV, p. 77).

O esforço de renovação das estruturas castelares, que D. Dinis desenvolveu ao longo do seu reinado, encontra-se registado pelo Conde D. Pedro, na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, e por Rui de Pina, na *Crónica delRey Dom Diniz*. O primeiro texto, redigido um quarto de século depois da morte do monarca, declara que

“Depois da morte del rey dõ Affonso, que foy conde de Bolonha, regnou seu filho, o iffante dõ Denis. E este foy o melhor rey e mais justicioso nem mais honrado que ouve em Portugal des o tempo del rey dõ Affonso, o primeiro, ataa o seu tempo (...). Este pobrou muytos logares e villas en Portugal e outras cercou muy bem. Primeiramente: Miranda; e Vinhaaes; e Villa Frol; e a Alfandega; e Mirandela; e Freixio d’Espada Cinta; e Monforte de Rio Livre; e Montalegre; e Monçõ; e Villa Nova de Cerveira; e Villa Real; e Guimarãaes; e Bragaa; e o Castello do Sabugal; e enadeo en Castello Rodrigo; e Moura; e Serpa; e enadeo em Juromenha; e lavrou Olivença; e o Alandroal; e Veiros; e Mõforte; e o Açumar; e Evooramõte; e Arrayollos; e Noudar; e Villa Viçosa; e Borva; e o Redondo; e outras villas e castellos que nos ainda aquy non dizemos, assy en Portugal como no Algarve, e outras muytas benfeitorias que fez.” (Crón. 1344, vol. IV, p. 243).

Por seu turno, Rui de Pina, um século depois do falecimento de D. Dinis, refere-se a esse momento ímpar da nossa castelologia medieval de forma igualmente eloquente:

“Este Rey em seu tempo fez quasi de novo todas as Villas, e Castellos de riba Dodiana, ha saber: Serpa, Moura, Olivença, Campo Mayor, Ouguella, cujos alcaceres, e castellos fez de fundamento com muitas despezas, e assi fez na dicta Comarca dantre Tejo e Odiana hos Castellos de Monforte, e Darronches, Portalegre, e Marvam, Alegrete, Castello Davide, Borba, Villa Viçosa, Arrayolos, Evora monte, Veyros, e ho Alandroal, Monçaraas, e Noudar, e acrescentou ho castello de Juromenha, e fez ho Redondo, e ho Assumar, e fez a Torre, e Alcacer de Beja, e na Comarqua da Beyra, e riba de Coa, fez de novo estes Castellos, ha saber; Avoo, que agora hee do Bispo de Coimbra, ho Sabugal, Alfayates, Castel Rodrigo, Villar Mayor, Castel Boom, Almeyda, Castel Melhor, Castel Mendo, Sam Felizes dos Galegos, que tem agora Castella, e nom fez ho Castello de Monforte de riba de Coa, que tambeem lhe foy dado por estar em maa despoziçam da terra, e sua força pera defenção do Regno, nom seer muito necessaria, fez mais Pinhel, e seu castello, e nas Comarquas dantre Douro e Minho, e Tralos montes fez estas Villas e Fortalezas, ha saber, cerquou Guimarães da cerqua, que agora teem, e Braga, e Miranda de Douro, e seu Castello, e Monçam, e Crasto Laboreyro, e povoou de novo, e fez hos castellos de Vinhaes, e Villa Frol, Alfandega, Mirandella, Freyxo Despada Cinta, Villa Nova de Cerveyra, e fez de novo, e do primeyro fundamento Villa Real, que fazem numero de corenta, e coatro Villas, Castellos, e Fortalezas do Regno, de que alguuas fez novamente, e outras reformou, e fez de novo hos castellos, e assi fez outras muitas povoaçoens, assi como Muja, Salvateerra, Atalaya, Ceyceyra, Montargil, e outras semilhantes, e fez ha rua nova de Lixboa, e assi ho Moesteyro de Sam Diniz Dodivellas em que jaas...” (Crón. Rui Pina, p. 312).

Estas passagens, do Conde D. Pedro e de Rui de Pina, revelam-se notáveis por diversos motivos. Primeiro, pelo elenco de obras militares que nos apontam, garantindo que tiveram lugar no reinado de D. Dinis. É talvez uma das imagens mais fortes que possuímos para esse movimento construtivo. Algumas das obras referidas pelas Crónicas estão documentadas por inscrições do nosso *Corpus*, como é o caso de Serpa (Inscs. N.º 435, N.º 436 e N.º 437), de Olivença (Insc. N.º 508), de Borba (Insc. N.º 495), de Évora Monte (Insc. N.º 506), do Redondo (Insc. N.º 538), de Beja (Insc. N.º 509). É certo que tanto o Conde D. Pedro como Rui de Pina se entusiasmam nos seus relatos, e acabam por atribuir ao Monarca obras que foram feitas durante o seu reinado mas cujas iniciativas, e esforços económicos inerentes, pertenceram às Ordens Militares,

como é o caso do Alandroal (Inscs. N.º 430, N.º 431, N.º 432 e N.º 442), de Noudar (Inscs. N.º 515 e N.º 519), e de Veiros (Insc. N.º 517). Noutros casos atribuíram-se obras que não estão rigorosamente documentadas no seu reinado, como é o caso de Castelo de Vide (Insc. N.º 566) e de Assumar (Insc. N.º 579), mas nestas situações somos obrigados a aceitar que as reformas, que se concluíram em 1327 e 1332, podem (e devem) ter decorrido maioritariamente no reinado de D. Dinis. No entanto, poderíamos acrescentar a esta lista casos, epigraficamente documentados, como Tavira (Insc. N.º 424), Messejana (Insc. N.º 413) e Castro Marim (Insc. N.º 393), que os Cronistas esquecem. Noutros casos referidos pelo Conde D. Pedro e por Rui de Pina, apesar de não possuímos epígrafes, conhecemos elementos suficientes para garantir a veracidade das suas afirmações. É o caso, por exemplo, de Vilar Maior, cuja inscrição da muralha é anterior à passagem desta póvoa para os domínios portugueses (Insc. N.º 394), mas onde encontramos, no Castelo, uma magnífica Torre de Menagem com as Armas de D. Dinis, colocada ao lado da velha cerca, uma muralha que define um perímetro ovalado erguida em época remota, com amplos troços de aparelho proto-românico, e várias vezes reconstruída. É o caso, igualmente, dos Castelos de Arraiolos, Vila Viçosa, Monsaraz, Sabugal, Castelo Bom, Pinhel, etc., tudo fortificações onde se detectam testemunhos coevos do reinado do Lavrador.

Um segundo motivo merece ser realçado na passagem de Rui de Pina: o facto de ele dar a entender que por trás do movimento de reconstruções militares de D. Dinis esteve uma avaliação crítica do valor estratégico das fortificações. Não foram reconstruídas todas as estruturas que existiam, mas apenas aquelas que continuavam a justificar o empenho régio. Neste sentido, é particularmente interessante a referência que

“... nom fez ho Castello de Monforte de riba de Coa, que tambem lhe foy dado por estar em maa despoziçam da terra, e sua força pera defenção do Regno nom seer muito necessaria...”.

Por fim, o terceiro aspecto interessante, é o facto de Rui de Pina realçar que D. Dinis foi responsável pela fundação de algumas vilas ou cidades, como Vila Real de Trás-os-Montes, Salvaterra, Atalaia, Ceiceira, e Montargil, assim como pela abertura da Rua Nova em Lisboa. Na realidade, apesar de o *urbanismo criado* ser entre nós um fenómeno anterior a D. Dinis, ocorrendo já com D. Sancho I e sobretudo com D. Afonso III, o reinado de D. Dinis apresenta alguns dos mais interessantes casos que conhecemos entre nós, localizados sobretudo nas zonas fronteiriças, onde a Coroa pretendia fixar o povoamento, sobretudo ao longo do Alentejo, das Beiras, em Trás-os-Montes e mesmo no Alto Minho. Pertencem realmente ao reinado de D. Dinis alguns dos expoentes máximos de *urbanismo criado*, como sejam os exemplos estudados por Jorge Gaspar na zona alentejana – Monsaraz, Redondo, Alegrete, Vila Viçosa, Assumar,

Veiros, Campo Maior, Arronches (GASPAR J. 1969, pp. 207-212) – ou por Paulo Dórdio Gomes no Alto Douro e em Trás-os-Montes – particularmente em Vila Nova de Foz Côa, Miranda do Douro, Torre de Moncorvo (GOMES P.D. 1993, pp. 183-185) – aos quais se poderiam acrescentar casos como Trancoso, Vila Nova de Cerveira ou Viana da Foz do Lima (hoje do Castelo). Podemos, assim, dizer que, de alguma forma, a epigrafia militar acompanha igualmente o florescimento de alguns dos mais interessantes casos de *urbanismo criado*.

Houve, é certo, outros motivos que podem ter contribuído para este movimento de obras nos castelos sem ser a simples necessidade de se reformularem as soluções arquitectónicas. Na realidade, é sabido que o Séc. XIV foi particularmente afectado por terramotos, de que encontramos testemunhos ao longo de diversos registos. Poderíamos, à partida, ser levados a crer que estes factores teriam sido esporádicos e mais ou menos excepcionais, não obrigando a grandes obras de reconstrução arquitectónica. No entanto, os testemunhos que conseguimos reunir apontam para uma frequência e, por vezes, uma violência inesperadas. Assim, em 1356 regista-se que

“tremeu a terra e por tal guisa que as capaaas se tangion nos campanarios de seu e muytas casas cayron e omees que stavam em fortes casas fugiam dellas com medo que aviam e esto foy ante que se possesse o sol e durou per spaço duna quarta dora do dia.” (ACMA, p. 81).

Temos conhecimento da ocorrência dos seguintes terramotos ao longo do Séc. XIV:

- 1309, Fevereiro, 22 – *“terremotus magni fuit per totam terram vehementer”* cf. memória no *Livro das Eras* (ACMA, p. 77); vd. tb. BARROS H.G. 1945-54, vol. V, p. 185, nota 3, e IRIA A. 1956, vol. II, p. 5, que o regista no Algarve;
- 1318, Setembro, 21 – cf. memória no *Livro das Eras* (ACMA, p. 77); vd. tb. BARROS H.G. 1945-54, vol. V, p. 185, nota 3;
- 1321, Dezembro, 9 – no dia de St.^a Leocádia, quando D. Dinis estava em Santarém e o herdeiro, D. Afonso, em Coimbra; o terramoto teve duas réplicas: *“et dictus motus orbis terram fuit per spacium trium horam sed primus motus magnus, secundus maior, vero tercius maximus”* – cf. memória no *Livro das Eras* (ACMA, pp. 77-78); vd. tb. BARROS H.G. 1945-54, vol. V, p. 185, nota 3;
- 1331 – referido por MARQUES A.H.O. 1986, p. 32;
- 1337, Dezembro, 24 – cf. memória no *Livro das Eras* (ACMA, p. 77); vd. tb. BARROS H.G. 1945-54, vol. V, p. 185, nota 3, e MARQUES A.H.O. 1986, p. 32;

- 1344 – referido por MARQUES A.H.O. 1986, p. 32;
- 1347, Novembro, 28 – cf. memória no *Livro das Eras* (ACMA, p. 80); vd. tb. BARROS H.G. 1945-54, vol. V, p. 185, nota 3, e MARQUES A.H.O. 1986, p. 32;
- 1355 – pelo menos dois abalos, o primeiro a 11 de Julho, o segundo a 4 de Agosto – cf. memória no *Livro das Eras* (ACMA, p. 80); registados tb. no *Livro da Cartuxa*, lado a lado com eventos da importância da Batalha do Salado (1340), a Peste Negra (1348), a morte de D. Fernando (1383), a conquista de Ceuta (1415) ou a morte de D. João I (1433), o que, atendendo a que se trata de um registo realizado entre 1433 e 1437, quase um século mais tarde, reflecte bem a magnitude destes terramotos (LCons. D. Duarte, p. 202); vd. tb. BARROS H.G. 1945-54, vol. V, p. 185, nota 3;
- 1356, Agosto, 24 – cf. memória no *Livro das Eras*, já acima transcrita (ACMA, p. 81); vd. tb. os *Anais Quatrocentistas* – ACMA, p. 95; memória tb. no Cód. Alc. 240, registada no último fólio do códice, onde se refere que ocorreu no Dia de S. Bartolomeu; também sentido no Algarve cf. IRIA A. 1956, vol. II, p. 5; vd. tb. BARROS H.G. 1945-54, vol. V, p. 185, nota 3, e MARQUES A.H.O. 1986, p. 32;
- 1357 – “... morreu elRey Dom Affonso e tremeo a terra todo esse anno...” (ACMA, p. 91);
- 1365, Junho, 18 – “... tremeu a terra ao seraaõ muy rijamente e foy por espaso que disserom o Pater Noster tres vezes” – cf. memória no *Livro das Eras* (ACMA, p. 82);
- 1366 – referido por BARROS H.G. 1945-54, vol. V, p. 185, nota 3, e tb. MARQUES A.H.O. 1986, p. 32;
- 1395, Agosto, 20 – “... e esto durou en spaço dua Ave Maria e mais” – cf. memória no *Livro das Eras* (ACMA, p. 86); tb. ref. por BARROS H.G. 1945-54, vol. V, p. 185, nota 3, e MARQUES A.H.O. 1986, p. 32.

Este panorama, particularmente trágico, contrasta com a situação que se desenha na centúria seguinte, onde apenas conhecemos a referência ao terramoto de 1404 (cf. DHP, s.v. “Terramotos”, vol. VI, p. 163; MARQUES A.H.O. 1986, p. 32). É natural, portanto, que algumas das obras que se realizam tenham sido motivadas, em parte, pelos abalos telúricos ¹⁶⁵.

¹⁶⁵ Recordemos, apenas, o caso da Torre de Menagem do Castelo de Évora Monte, onde foi a ruína causada pelo Terramoto de 1531 que esteve na origem das profundas transformações que a torre sofreu com as obras orientadas por Francisco de Arruda, adaptando-a à pirobalística.

Ora, é precisamente na sequência dos devastadores terremotos da década de 50 que D. Pedro I escreve ao Papa Inocêncio VI solicitando-lhe as décimas dos proveitos eclesiásticos para reparar castelos, fortalezas e torres, necessários à defesa do reino dos vizinhos infiéis:

“... propter maximos terremotus qui in dicto regno proxime lapsis temporibus fuerunt, omnia quasi castra, turres, menia et alia fortalitia discti regni prohdolor corruerunt, propter quod regnum ipsum, quod finitimum et vicinum est infidelibus agarenis, guerram continuam facientibus dicto regi, et magno dinoscitur discrimini subiacere.” (MPV, vol. I, p. 388, de 13 de Julho de 1361).

O Monarca pedia, para a *“reparationem castrorum et fortalitorum ipsorum”*, a cedência dos direitos eclesiásticos por um período de 10 anos. Esta súplica, apesar de estar riscada no Arquivo do Vaticano, tendo o copista anotado ao lado que fora cancelada (*“sic erat in originali cancellatum”*), não perde valor documental e comprovativo no que concerne aos avultados prejuízos que os terremotos ao longo do Séc. XIV causaram no sistema defensivo do reino. Apesar de ter sido cancelada, a súplica revela que D. Pedro se viu na necessidade de empreender obras avultadas em diversas fortificações, vendo-se em dificuldades para sustentar o inerente esforço económico. Sabemos, de resto, que a Charola da Sé de Lisboa teve necessidade de ser toda reconstruída no tempo de D. Afonso IV, no seguimento do terremoto de 1344, que encontrou a estrutura já fragilizada pelos abalos de 1321 e de 1337, e que em Beja, o Mosteiro das Clarissas fora também duramente afectado pelos terremotos da década de 50, tendo as freiras solicitado indulgências ao Papa para aqueles que as ajudassem com esmolas para a reconstrução (cf. MPV, vol. I, pp. 450-451 e 458-459).

Deste modo, parece lícito supor que algumas das obras que se detectam no Séc. XIV se tenham ficado a dever igualmente à necessidade de reparar as fortalezas dos estragos infligidos pelos diversos terremotos.

A partir de meados do séc. XIV sente-se que a atenção do Monarca passou a estar centrada sobretudo na reforma dos sistemas muralhados urbanos. Salientemos, ainda, que enquanto que algumas das obras em castelos tinham sido custeadas por grandes senhorios (como é o caso de Albuquerque, por D. Afonso Sanches, de Zagala, por D. Martim Gil de Sousa ou de Riba de Vizela, ou de algumas fortalezas das Ordens Militares de Avis e de Santiago), o protagonismo que as lápides assinalam é agora, de forma esmagadoramente maioritária, a iniciativa régia. Poderíamos reunir neste terceiro grupo de epígrafes relacionadas com estruturas militares os seguintes letreiros:

- Insc. N.º 615 – 1348 – Muralha do Porto (Postigo do Carvão)
- Insc. N.º 625 – 1359 – Muralha de Ponte de Lima

- Insc. N.º 638 – 1364 – Muralha de Faro (?)
- Insc. N.º 641 – 1367 – Muralha de Elvas (Torre da Cadeia)
- Insc. N.º 642 – [1367-1383] – Muralha de Coimbra
- Insc. N.º 649 – 1374 – Muralha de Torres Novas
- Insc. N.º 650 – 1374 – Muralha de Coimbra (Torre Nova ou das Mulheres)
- Insc. N.º 651 – 1375 – Muralha de Braga (Torre de Menagem)
- Insc. N.º 652 – 1375 – Muralha de Lisboa (Porta da Mouraria)
- Insc. N.º 653 – 1375 – Muralha de Santarém (Porta de Santiago)
- Insc. N.º 654 – 1375 – Castelo de Óbidos (Torre de Menagem)
- Insc. N.º 655 – 1376 – Muralha de Torres Novas
- Insc. N.º 656 – 1376 – Muralha de Elvas
- Insc. N.º 679 – 1397 – Castelo de Beja.

Esta lista merece algumas reflexões. Em primeiro lugar, convém sublinhar que o esforço de reformas das muralhas não reflecte directamente o aumento demográfico a que se assistira entre o momento em que a maioria das cercas românicas foram erguidas (ao longo do Séc. XII) e o surto das cercas góticas (na segunda metade do Séc. XIV). Houve, certamente, um significativo aumento populacional ao longo dos Sécs. XII e XIII, o que se deve ter reflectido nos espaços urbanos. As velhas cercas românicas, de dimensões relativamente modestas, revelaram-se rapidamente incapazes de defender todos os que pretendiam morar nas cidades, e os arrabaldes extra-muros cedo cresceram, sobretudo junto dos principais acessos ao interior do espaço urbano. No entanto, não podemos deixar de sublinhar que o principal esforço de construção de cercas góticas se verifica na segunda metade do Séc. XIV, precisamente depois de uma crise demográfica profunda, quando um número significativo de pessoas, sempre difícil de determinar, faleceu com a Peste Negra. Não faltam os testemunhos documentais que reflectem a aflitiva falta de pessoas um pouco por toda a parte:

“... considerando como a terra era minguada das compainas pola Pestelença que Deus deu...” (VILAR H.V. 1990, doc. 2, pp. 355-356).

Ora, o fenómeno não atingiu apenas as zonas rurais mas também os meios urbanos. De resto, é provável que as zonas rurais tenham conseguido defender-se melhor que as cidades, onde o contágio era mais difícil de controlar. Não faltam referências documentais à falta de pessoas nas vilas e cidades que se sentia na segunda metade do séc. XIV e inícios do Séc. XV, consequência da Peste Negra de 1348, agravada por outras epidemias que se seguiram: Caminha queixa-se em 1412, Ponte de Lima em 1372, o Porto em 1361, Castelo Rodrigo em 1350, Coimbra em 1373, Santarém em 1358 e em 1364, Torres Novas em 1364, Marvão em 1351, Évora em 1376, Castro Marim em 1372, Silves

em 1372¹⁶⁶. O panorama que se traça em todas as vilas e cidades do reino é de franca quebra demográfica que, como A. H. de Oliveira Marques sublinhou, chegou a apresentar quebras da ordem dos 75 %, bem mais violentas que nos meios rurais (vejam-se os elementos sintetizados em MARQUES A.H.O. 1986, pp. 23-24). Assim, mesmo considerando que este índice de 75 % respeita aos efeitos nefastos acumulados de diversas epidemias – sete até aos finais da centúria (MARQUES A.H.O. 1986, p. 21; SOUSA A. 1993, pp. 340-342) – e que não pode ser atribuído apenas à epidemia de 1348-50, somos levados a concluir que o panorama urbano devia estar longe de necessitar, por exclusiva imposição demográfica, de um tal volume de reformas dos sistemas defensivos.

Houve, portanto, outras razões que, julgamos, ajudam a compreender este surto de obras régias. Em primeiro lugar, o facto de, ao longo do Séc. XIV, a cidade ter suplantado o castelo em termos de importância estratégica. Efectivamente, ao longo dos Sécs. XI e XII, a conquista do castelo era sinónimo da conquista de um território. No entanto, quando chegamos ao séc. XIV, o controle de um território passou a ser conseguido pela conquista das suas principais cidades (vd., entre outros, SILVA J.C.V. 1989, pp. 62-63). Não admira, portanto, que as diversas empresas militares em que esta centúria foi fértil, desde as diversas guerras civis até às invasões castelhanas, se tenham centrado sobretudo nas cidades. Um segundo aspecto explica o surto epigráfico assinalando o esforço régio. Na realidade, se as obras no castelo podiam ser iniciativa de particulares, dos senhores que detinham as suas tenências, mesmo que para isso contassem com a ajuda da população da *Terra* ou *Julgado*, como nos revelam as inúmeras referências ao longo das Inquirições do Séc. XIII ou como nos documentam as epígrafes dos castelos de Albuquerque e de Zagala, no caso das cercas urbanas o panorama era substancialmente distinto. O esforço económico que implicava a construção de uma cerca urbana limitava essa iniciativa ao Monarca ou ao concelho da cidade, que se apoiava no contributo forçado da população do *Termo* (MARQUES A.H.O. 1986, pp. 190-191). Houve, de resto, por diversas vezes a conjugação de esforços de ambas as partes para levar a bom termo a renovação dos sistemas defensivos. Assim, por exemplo, D. Fernando empreendeu a construção da Torre Nova ou Torre das Mulheres da cidade de Coimbra, enquanto que as obras no muro, cava e barbacã ficaram a cargo do Concelho de Coimbra, tendo o Monarca e concelho lançado diversos impostos sobre o termo da cidade para custear estas obras (cf. comentário à Insc. N.º 642, de 1367-1383, e à Insc. N.º 650, de 1374). O mesmo sistema seria ensaiado em Braga, onde o

¹⁶⁶ Cf. MARQUES A.H.O., GONÇALVES I.V., RAMOS L.A.O. e MORENO H.B. 1963, pp. 11-12; para além do exemplos aqui registados, de que apenas aproveitamos os relativos aos principais centros, utilizamos ainda referências retiradas de MORENO H.B. 1991, p. 139; Chanc. D. Pedro, docs. 559 e 879; Cortes D. Pedro, p. 109 e p. 127; Cortes D. Fernando, I, p. 137; Doc. Évora, doc. XLVI, pp. 62-64.

Monarca ergue a Torre de Menagem e incumbe o Arcebispo de construir a cerca gótica, obra mais extensa e cara (cf. comentário à Insc. N.º 651, de 1375). O mesmo aconteceu em Óbidos, onde D. Fernando empreendeu e custeou a reforma da Torre de Menagem, enquanto que o Concelho se encarregava da obra da Cerca Nova (cf. comentário à Insc. N.º 654, de 1375). Aqui conhecemos mesmo o nome dos dois vedores encarregados de superintender as obras: na Torre de Menagem foi vedor Lourenço Martins de Atouguia, na obra da Cerca Nova o cargo era desempenhado por João Eanes do Pó. Finalmente, foi esse ainda o sistema utilizado em Elvas, onde o monarca se encarregou da construção da Torre da Cadeia e deixou para o Concelho a tarefa, mais ingrata e dispendiosa, de construir as muralhas da vila (cf. Insc. N.º 641, de 1367, e Insc. N.º 656, de 1376, respectivamente). Em todos os casos a situação repetiu-se: o Monarca encarregou-se de obras mais circunscritas, menos dispendiosas mas, simultaneamente, que requeriam maior cuidado arquitectónico, assinalando a sua iniciativa por meio de epígrafes, enquanto que os Concelhos ou, no caso de Braga, o Senhorio Eclesiástico, foram encarregados das obras mais prolongadas e mais custosas. No entanto, e curiosamente, enquanto que o Monarca encarou as obras realizadas como um sinal de prestígio, memorizando o acontecimento por meio de epígrafes, nunca os concelhos se sentiram motivados para encarar os deveres impostos pela coroa em matéria de construções defensivas como algo que se revestisse de prestígio e merecesse ser memorizado por epígrafe. E, no entanto, obras bem menores, como a construção de fontes e chafarizes, mereceram esse estatuto (cf., por exemplo, a Insc. N.º 586, de 1336).

O esforço de renovação das cercas urbanas ultrapassou o elenco que nos revela o nosso inventário. Na realidade, A. H. de Oliveira Marques registaria que

“No tempo de D. Afonso IV começaram a erguer-se as novas muralhas de Évora, Porto e Setúbal, prosseguindo-se os trabalhos com muitas outras que vinham do reinado anterior, e terminando-se os de Lagos e Guimarães. No de D. Pedro I, as obras continuaram, iniciando-se, ao que parece, o amuralhamento de Ponte de Lima e encerrando-se o de Setúbal. Com D. Fernando, que passou à história como o monarca construtor de cercas por excelência, concluíram-se os amuralhamentos de Beja, Porto, Viana do Lima, Braga e Ponte de Lima e efectuaram-se ainda os de Santarém, Coimbra, Óbidos e Lisboa – este último o opus magnum do reinado. O de Évora ficou quase concluído.” (MARQUES A.H.O. 1986, p. 182; vd. tb. SILVA J.C.V. 1989, p. 63).

O esforço fernandino, sobretudo no que respeita à construção da cerca de Lisboa – erguida no tempo, nunca visto, de apenas 2 anos ¹⁶⁷ – seria memorizado por Fernão Lopes, que lhe dedicou um capítulo especial na Crónica do Monarca. Aí se regista que

“... porque muitas das mais rricas gentes moravom todos fora, em huu grande e espaçoso arravalde que avia arredor da cidade, des a porta do Ferro até a porta de Santa Catellina e des a torre d’Alfama até a porta da Cruz...”,

e que

“veendo el-rrei como esta sso cidade era a melhor e mais poderosa de sua terra e que em ella principallmente estava a perda e defenssom de seu rreino (...) determinou em sua voontade de a cercar toda arredor de boa e defenssavel cerca, de guisa que nehuu rrei lhe podesse empeeecer salvo com grande multidom de gente e fortes artificios de guerra...” (Crón. D. Fernando, Cap. LXXXVIII, pp. 307-310).

Como sublinhamos no respectivo comentário, as expressões utilizadas por Fernão Lopes quando diz que o Monarca decidira a construção da muralha por Lisboa ser a cidade melhor e mais poderosa do reino, revelam-nos que o Cronista deve ter tido conhecimento do teor da inscrição da Porta da Mouraria (Insc. N.º 652).

O esforço de D. Fernando em relação a outras cidades foi igualmente registado por Fernão Lopes:

“Muito bem-feitor foi este rrei dom Fernando assi em rrepairar villas e castellos, de que sse seguio gram bem ao rreino, como em mandar cercar outras de novo; ca el, como Lixboa foi cercada, mandou logo rrepayar a alcaceva de Santarém de boa e fremosa cerca com que foi mui deffensavell, e assi outros logares pello reino que nom curamos de dizer.” (Crón. D. Fernando, Cap. LXXXVIII, p. 310).

Compreende-se que as obras de Santarém tivessem sido as eleitas para figurarem na Crónica, logo depois de Lisboa, já que essa cidade era, no séc. XIV, a segunda cidade mais importante no reino (cf. MARQUES A.H.O. 1986, p. 183). Todo o esforço desenvolvido por D. Fernando, sobretudo depois do 2.º conflito com Castela (1372-1373), quando o cerco de D. Henrique II a Lisboa (1373) evidenciou a fragilidade dos sistemas defensivos, foi igualmente salientado por Fr. Manuel dos Santos, que lhe dedicou

¹⁶⁷ Segundo Fernão Lopes contribuíram para a obra da muralha de Lisboa as populações de Almada, Sesimbra, Palmela, Setúbal, Coima, Benavente, Samora Correia, todo o Ribatejo, Sintra, Cascais, Torres Vedras, Alenquer, Arruda, Lourinhã, Chaleiros, Mafra, Povos, Cornagua, Aldeia Galega *“assi os moradores dos logares come dos termos, e huus serviam per adua e outros davom certas fornadas de call, a quall tragiam aa sua custa aa cidade em barcas”* (Crón. D. Fernando, Cap. LXXXVIII, p. 308; vd. tb. SANTOS M. 1727, p. 191). Não admira, portanto, que o ritmo de construção tenha sido tão rápido, não se podendo comparar a nenhuma outra obra na época.

um capítulo especial na *Monarquia Lusitana* (SANTOS M. 1727, Cap. XXVII, pp. 191-197). As obras fernandinas alargaram-se, segundo este autor, a muitos outros lugares onde se iniciaram, continuaram ou concluíram trabalhos defensivos: Ponte de Lima, Viana, Neiva, Braga, Porto, Coimbra, Almeida, Guarda, Covilhã, Leiria, Óbidos, Torres Vedras, Almada e Évora (SANTOS M. 1727, pp. 192-194).

A construção das cercas góticas traduziu-se numa significativa ampliação do espaço urbano protegido por sistemas muralhados, como é patente por exemplo em Lisboa e no Porto. Os arrabaldes, que se tinham desenvolvido ao longo do séc. XIII ocupando as zonas extra-muros, e que tinham assumido uma crescente importância na vida urbana passaram a estar incluídos dentro do circuito murado. É certo que o espaço amuralhado não traduz directamente a realidade demográfica, já que amplos espaços ficaram livres, ocupados por almuinhas. O tempo encarregou-se, no entanto, de ir urbanizando esses recantos. Houve, no entanto, outras inovações para além da simples ampliação do espaço urbano. Na realidade, as muralhas góticas reflectem também a adopção dos mecanismos de defesa activa, embora aqui menos patentes que nos castelos fronteiriços. Salientemos, por exemplo, a crescente multiplicação de torreões, preciosos para a defesa da base dos muros, e que se erguem junto de todas as inflexões de itinerário dos muros e ao longo dos grandes panos de muralha, quebrando as grandes superfícies. Por outro lado, sentem-se melhorias ao nível do adarve e dos respectivos acessos. Por fim, a multiplicação do número de portas e de postigos, que traduz as necessidades crescentes de circulação, obriga a muralha a adoptar mecanismos de defesa mais eficazes. As portas passam a estar sistematicamente munidas de balcões com matacães, o mesmo acontecendo com alguns postigos (veja-se o caso do Postigo do Carvão, no Porto). Por outro lado, as portas de acesso são ladeadas por um ou dois torreões quadrangulares, que reforçam os mecanismos de defesa. Em certos casos podem ser rasgadas na base de uma torre, com acesso em ângulo recto, evitando os itinerários rectilíneos para um mais eficaz controle dos acessos, como vemos, por exemplo, na Porta da Erva da Guarda.

À semelhança do acontece com a Arquitectura Religiosa, também encontramos diversas epígrafes que nos revelam o nome dos Arquitectos responsáveis pela construção ou remodelação dos castelos ou sistemas defensivos das cidades. Já acima registámos a existência de 14 ou 15 inscrições que revelam os nomes de arquitectos responsáveis pelas obras dos templos. No que respeita às construções militares possuímos 12 epígrafes que referem os nomes dos Mestres responsáveis pelas obras:

- Insc. N.º 360 – 1263 – Melgaço – Mestre Fernando
- Insc. N.º 431 – 1294 – Alandroal – Mestre Galvo, Alarife Mouro
- Insc. N.º 507 – 1306 – Albuquerque – Mestre Pedro Vicente

- Insc. N.º 517 – 1308 – Veiros – Mestre Pedro Abrolho
- Insc. N.º 543 – 1320 – Estremoz – Mestre Antão
- Insc. N.º 579 – 1332 – Assumar – Mestre Francisco
- Insc. N.º 604 – 1343 – Mourão – João Afonso
- Insc. N.º 638 – 1364 – Faro – Estêvão Estiva
- Insc. N.º 652 – 1375 – Lisboa – João Fernandes e Vasco Braz
- Insc. N.º 654 – 1375 – Óbidos – Mestre João Domingues
- Insc. N.º 655 – 1376 – Torres Novas – Mestre Estêvão Domingues
- Insc. N.º 656 – 1376 – Elvas – Mestre Estêvão Peres.

A estes nomes acrescentemos, por exemplo, os três Mestres que trabalhavam em 1380 nas obras do castelo de Braga, e que o Professor José Marques revelou: João Mouro, Pero Senascais e João Pedreiro (MARQUES J. 1984, p. 177; MARQUES J. 1986, doc. 2, 3 e 4, pp. 25-28). Foram estes os arquitectos que ergueram a muralha da cidade, custeada pelo Arcebispo e Cabido, enquanto D. Fernando se encarregava da Torre de Menagem (Insc. N.º 651). E certamente que uma pesquisa minimamente atenta na documentação da época permitirá recolher bastante mais nomes de Mestres-Arquitectos de obras militares.

Neste pequeno núcleo devemos realçar a presença do Alarife Galvo, que foi responsável pela obra do Castelo do Alandroal, onde deixou bem vincada a sua formação cultural muçulmana quer a nível epigráfico (cf. Inscs. N.º 431 e N.º 432), quer a nível arquitectónico (de que é exemplo a fresta com arco em ferradura apontada na Torre da Cadeia). O seu caso deve ser colocado lado a lado com o exemplo de Braga, onde trabalhou *João Mouro*, e com outras fortificações que denunciam, em certos pormenores, a presença de artistas muçulmanos, como é o caso, por exemplo, da Torre de Menagem de Beja.

Apesar de estarmos perante um grupo um pouco mais reduzido do que o relativo aos arquitectos relacionados com templos, há, no entanto, uma diferença qualitativa importante. Na realidade, o peso percentual das epígrafes que assinalam o nome dos arquitectos responsáveis por estruturas militares em relação ao total de inscrições que memorizam obras em castelos ou muralhas é muito superior ao que acontece com as epígrafes relativas aos monumentos religiosos. Este aspecto traduz o facto de que, como escreveu José Custódio Vieira da Silva, os

“... mestres-de-obras medievais (...) nas construções militares podem subtrair-se ao anonimato que o carácter sagrado dos templos impunha, em termos de mentalidade medieval, com maior força” (SILVA J.C.V. 1989, p. 65).

7.5. Outros Contributos

As inscrições que integram o nosso inventário encerram muitos e diversificados contributos para a compreensão da Idade Média portuguesa que, pela absoluta falta de tempo, nos é impossível continuar a abordar. Gostaríamos, no entanto, de salientar dois domínios específicos: por um lado as orações, por outro lado alguns aspectos da relação entre a Epigrafia e a História Política.

Já tivemos oportunidade de salientar, quando abordámos os epitáfios, que alguns deles encerram com pedidos de orações. Por vezes, as inscrições não especificam qual a oração pretendida, quedando-se por um apelo geral (Inscs. N.º 9, N.º 111, N.º 190, N.º 259, N.º 551, N.º 644). No entanto, quando o letreiro revela a oração pretendida, a opção recaiu quase sempre sobre o Padre Nosso (Inscs. N.º 174, N.º 191, N.º 316, N.º 321, N.º 531, N.º 605, N.º 611). No entanto, não foi apenas em epígrafes de teor funerário que se pediu uma oração ao eventual leitor. É possível que na inscrição de Manhente, de 1117, a parte final encerrasse com um pedido de oração. Na realidade, a expressão VOS LECTOR..., que se pode ler no fim do primeiro silhar convida a essa interpretação (cf. Insc. N.º 56), e já depois de termos redigido o *Corpus* epigráfico tivemos oportunidade de progredir um pouco na leitura e decifração do segundo silhar, onde lemos, no fim da sua primeira linha, a palavra ROGO. Assim, a inscrição de Manhente, para além de revelar o nome do Arquitecto responsável pela obra românica e de datar o momento em que se construiu a fachada do templo, limitando a Ocidente o espaço sagrado, encerrava com um pedido de oração. No entanto, não foi o único exemplo. Na realidade, a lápide que ficou a assinalar a renovação do Claustro de Alpendurada, por iniciativa do Abade D. Afonso Martins, segundo traço de Mestre João Garcia de Toledo, encerra com as palavras PATER NOSTER AVE MariA que podem ser igualmente entendidas como um apelo à oração (cf. Insc. N.º 667, de 1382). Possuímos, no entanto, ao longo do nosso *Corpus* alguns exemplos de epígrafes que não se limitam a apelar para a oração mas que transcrevem para a pedra as próprias orações. É o caso do jacente da Infanta D. Constança, filha do Infante D. Afonso, Senhor de Portalegre, e de D. Violante Manuel, que faleceu ainda criança, com 8 a 12 anos, em [1296-1297]. O seu túmulo com jacente, que se conserva na Sé de Lisboa, representa a Infanta segurando um Livro de Orações onde foi gravado um *Miserere* (cf. Insc. N.º 439). O jacente de D. Maria de Vilalobos, que se conserva igualmente numa das capelas da Charola da Sé de Lisboa, apresenta uma solução semelhante. No Livro que o jacente de D. Maria de Vilalobos segura como se estivesse a ler foi gravado o Padre Nosso e a parte inicial da Ave Maria (cf. Insc. N.º 709, do Séc. XIV). Encontramos outro caso de uma oração gravada em túmulo no lateral do sarcófago de Pero Mestre, que se conserva na Sé de Évora, embutido num arcossólio junto da Porta do Sol, à saída

para o Claustro, onde se gravou, no séc. XVI, um Credo completo que já escapa aos limites cronológicos do nosso inventário. Encontramos, ainda, parte da oração da Santíssima Trindade (Insc. N.º 690, do primeiro quartel do séc. XIV), e da oração do Anjo da Guarda (Insc. N.º 678, de 1377). É certo que possuímos alguns textos de orações medievais transcritos em documentos da época, mas estes afiguram-se sempre relativamente raros e, por isso, estes testemunhos epigráficos revestem-se de um inegável interesse para sabermos como o homem português de Trezentos rezava. Trata-se, efectivamente, de um domínio onde os historiadores não se aventuraram muito, com excepção de Mário Martins que dedicou alguma atenção ao Padre Nosso (MARTINS M. 1983, pp. 289-319). No comentário à inscrição do Jacente de D. Maria de Vilalobos reunimos alguns elementos sobre o Padre Nosso, nomeadamente versões retiradas do Catecismo de Fr. Zacarias de Paio de Pele, do Séc. XIV (cf. SÃO BOAVENTURA 1829, pp. 142-144), dos Opúsculos de Fr. João Claro, do Séc. XV (SÃO BOAVENTURA 1829, pp. 215-218), do Sínodo do Porto de 1496 (Syn. Hisp., vol. II, p. 414), ou das obras dos Príncipes de Avis: *Leal Conselheiro* de D. Duarte (Leal Cons., p. 402), *Livro dos Conselhos de D. Duarte* (LCons. D. Duarte, pp. 220 e 246), e *Livro da Virtuosa Benfeitoria* do Infante D. Pedro (LVirt. Benf., p. 26). Estes exemplos permitem acompanhar a evolução do texto da oração, e verificar como este podia apresentar pequenas variantes, que em nada afectavam o sentido. Mas, como se pode verificar, são versões maioritariamente tardias, o que ajuda a conferir ainda mais importância à oração epigráfica do jacente de D. Maria de Vilalobos. Na realidade, de época claramente anterior à nossa inscrição conhecemos apenas um exemplo, registado no Missal de Mateus (BRAGANÇA 1975, p. 430, § 1692)¹⁶⁸. No que respeita à Ave Maria, os elementos que conseguimos reunir são bastante mais parcos (cf. comentário à Insc. N.º 709). Sublinhemos, relativamente ao Credo da Sé de Évora, que permanece inédito, que a Península Ibérica possui, numa celebrizada inscrição de Toledo, uma das mais antigas versões epigráficas do Credo que se conhece (cf. ARAGONESES 1957; VIVES 1969, N.º 552) e que a *Primeira Partida* de Afonso X, o Sábio, encerra um precioso testemunho explicando a forma como a oração foi criada:

“E destas palavras som feytas o «Credo in Deum» a que chamam en latim «Sinbolum» que quer tanto dizer como bocado. E esto he por que cada huum dos apostolos per ssy disse ssa palavra çerta en como cria e ajuntados todos em huum he hy creença de Deus conprida e por esso lhy chamarom «Credo in Deum». E o

¹⁶⁸ O Missal de Mateus é paleograficamente datável de 1130-1150, tendo sido criado na zona de Limoges, sob influência do Mosteiro de Moissac. Foi trazido para a diocese de Braga em momento não determinado, tendo então sido acrescentados, no início, sete fólios contendo um Calendário Bracarense, por forma a adaptar o Santoral do texto original à sensibilidade e devoção bracarense. Este Calendário foi redigido antes de 1176.

primeiro que disse foy Sam Pedro que disse: creio en Deus Padre poderoso criador dos ceos e da terra. E Samhoane disse: e em Jhesu Cristo seu Filho huum que he Nosso Senhor. E Santiago filho de Zebedeu disse: que conçebeu do Spiritu Santo e nação da Marya Virgem. E Sant'Andre disse: que rrecebeu morte e pai-xom e en poder de Ponço Pilato foy crucifixado e morto e ssoterrado. E Sam Philipe disse: e desçendeu aos jnffernos. E Sam Tomas disse que ao terçer dia rres-susçitou d'antre os mortos. E Sam Bertolameu disse: e ssobiu aos ceos e see a d(r)estra parte de Deus seu padre poderoso sobre todalas cousas. E Sam Mateus disse: e verra ende julgar os vivos e os mortos. E Santiago o Alfeu disse: creio eno Spiritu Santo. E Sam Simon disse: e en na Sancta Egreia catholica ajuntamento dos santos. E Judas Iacobus disse: e no rressuçitamento da carne e vida perduravil por sempre.” (Prim. Part., pp. 37-38) ¹⁶⁹.

A importância destas três orações – Padre Nosso, Ave Maria e Credo – para o homem medieval é sublinhada por Afonso X, o Sábio (1252-1284), quando o Monarca registava na *Primeira Partida* que a

“Ave Maria e «Pater Noster» e «Credo in Deum» som palavras santas e de gram vertude que convem muyto aos cristãos que as sabham por que na Ave Maria som palavras com que ha o angio saudou quando Nostro Senhor Ihesu Cristo tomou en ella carne (...) E outrossy no «Pater Noster» som as VII petições que mostrou Nostro Senhor Ihesu Cristo a todolos cristãos com que soubessem pedir merçee a Deus seu padre e gaanhar del piedade e perdom. E no «Credo in Deum» he toda a fe e toda a creença dos cristãos comprida segundo a devem creer e entender...” (Prim. Part., p. 136)

concluindo:

“... Ca per estas tres rrazoes comprehendem os cristãos a Santa Trindade: pelo «Pater Noster» o Padre, pela Ave Maria o Filho, e pelo «Credo in Deum» o Spiritu Santo que vem d'anhos e dous” (Prim. Part., p. 136).

Deste modo, e apesar de conhecermos poucos testemunhos epigráficos relativos a orações, podemos dizer que possuímos uma variedade relativamente grande e que entre esses exemplos se encerram algumas das versões mais antigas que conhecemos, para a Baixa Idade Média portuguesa, no que concerne à trilogia das orações fundamentais do Cristianismo.

¹⁶⁹ Sobre o Credo veja-se, ainda, os diversos contributos reunidos em *Pensée, Image & Communication en Europe Médiévale. À propos des Stalles de Saint-Claude*, Besançon, 1993, sobretudo pp. 159-198.

O último, e breve, apontamento respeita às ligações que se podem estabelecer entre a Epigrafia e a História Política. Também aqui os contributos epigráficos são da mais variada índole, pelo que não poderemos deixar de seleccionar alguns exemplos que nos parecem mais marcantes. Merecem destaque, em primeiro lugar, as inscrições de Soure e de St.^a Luzia de Campos (Inscs. N.º 73 e N.º 74), pelo facto de deverem ser incluídas entre os primeiros testemunhos do uso do título de Rei em relação a D. Afonso Henriques.

O primeiro documento onde D. Afonso Henriques é tratado como “Rei de Portugal” é a doação de Benedito à Sé de Braga da Albergaria das Gavieiras (freg. do Salto, Montalegre)¹⁷⁰, com o Couto que D. Afonso Henriques lhe concedera em Novembro de 1136. A doação de Benedito, cuja versão mais antiga se encontra exarada no *Liber Fidei*, é datada de 22 de Março de 1140 (LFidei, N.º 527, pp. 325-326). No seu texto D. Afonso Henriques é, por duas vezes, referido como Rei:

“... albergaria que est in illas Gavieiras quam ego peccator cum auxilio Dei et Regis nostris Alfonsi et aliorum boorum hominum adquisivit et postea ipse Rex cautavit pro amore Dei et remedio anime sue...” (LFidei, N.º 527).

Ora, não pode deixar de ser significativo sublinharmos que em Novembro de 1136, quando outorgou o couto da Albergaria das Gavieiras a Benedito (LFidei, N.º 525; DMP, DR I, N.º 155), D. Afonso Henriques se intitulou a si próprio *Infans*. Esta mudança de tratamento – que começa nos seus súbditos antes de ser adoptada pelo próprio Monarca – tem sido normalmente associada à Batalha de Ourique, que teve lugar a 25 de Julho de 1139, no dia de Santiago, e a partir da qual é aceite que D. Afonso Henriques adoptou o título de Rei. No entanto, devemos realçar que nos *Annales D. Alfonsi Portucalensium Regis* e noutros registos analísticos antigos, sempre que se contam os anos do reinado de D. Afonso Henriques, faz-se isso a partir de 1128, portanto a partir da Batalha de S. Mamede (24 de Junho de 1128), quando o Infante, apoiado nos nobres portucalenses, vence o partido de sua mãe, D. Teresa, e do conde galego D. Fernão Peres de Trava. Este é, portanto, e até ao momento, o mais antigo testemunho que se conhece onde os súbditos tratam D. Afonso Henriques como Rei. No entanto, só um pouco mais tarde o próprio Monarca aceitaria começar a designar-se dessa forma. Como se sabe, Paulo Merêa defendia, em 1928, que o primeiro diploma onde D. Afonso Henriques era designado Rei era uma carta proveniente de St.^a Cruz e datada de Março de 1139 (DMP, DR I, N.º 168), realçando o autor o facto de ser cerca de quatro meses anterior à Batalha de Ourique (MERÊA 1928). No entanto, este diploma crúzio foi por

¹⁷⁰ A Albergaria das Gavieiras, criada para apoio aos peregrinos, ficava na Serra da Cabreira, no lugar das Gavieiras, que, significativamente, apresenta por orago S. Bento. Ainda subsistem vestígios de casas e de uma igreja.

Rui de Azevedo classificado como um dos vários falsos forjados no *scriptorium* de St.^a Cruz cerca de 1155 pela mão de Mestre Pedro Alfarde (cf. AZEVEDO R. 1935; AZEVEDO R. 1940, pp. 177-182; Nota Crítica de Rui de Azevedo in DMP, DR I, t. 2, pp. 663-665; ERDMANN 1940, pp. 61-63). Deste modo, e afastado este diploma pelo estigma da falsidade, os primeiros diplomas onde o Monarca se designa a si próprio como Rei são a Carta de Couto do Mosteiro de Muías, datada de [1140-1141], Fevereiro, [1-5] (DMP, DR I, N.º 175), que infelizmente apenas se conhece por cópias muito tardias, e a Carta de Couto de St.^a Marinha de Vilarinho (DMP, DR I, N.º 176). Assim, e como sublinhou Carl Erdmann,

“para o problema da adopção do título de Rei em nada importam a amplitude e as consequências militares que a Batalha de Ourique teve objectivamente. O que, sim, importa é a ressonância moral que ela encontrou do lado português. E a este respeito não pode haver dúvida: a batalha foi sentida como um acontecimento importante. Todas as crónicas portuguesas do século XII falam dela, como dela fala também a Vita S. Theotonii, pondo-a em relevo como a primeira vitória de Afonso I sobre os mouros.” (ERDMANN 1940, p. 67).

No entanto, o problema deve ser igualmente perspectivado de outro ângulo. Se a batalha de Ourique, no corolário de outros eventos militares, pode ter conferido legitimidade a D. Afonso Henriques para este usar o título de Rei, o que se reflecte directamente na prática da Chancelaria Régia, terá sido apenas a partir desse momento que os seus súbditos assim o entenderam? Ou, por outras palavras, quando começou a ser reconhecida, pelo povo português, a realeza de D. Afonso Henriques, que desde 1128 se mantinha à frente dos destinos desta terra? É esta a perspectiva que mais nos importa. Na realidade, as duas inscrições que acima referimos, ambas anteriores a Ourique, tratam D. Afonso Henriques como Rei. O primeiro exemplo é a epígrafe desaparecida de Soure que comemorava a construção da Igreja de N.^a S.^a da Finisterra, erguida ao lado do Castelo de Soure (Insc. N.º 73). A inscrição rematava declarando:

“Regnante Comitibus Henrici Filio Adefonso, X Anno sui Regni”.

O facto de se tratar de uma inscrição desaparecida poderia levar-nos a afastar definitivamente esta epígrafe do rol dos letreiros que merecem confiança. A circunstância de o seu provável autor ter sido formado no ambiente cultural de St.^a Cruz de Coimbra, como nos revela a forma como datou a epígrafe, remetendo para eventos políticos sincrónicos, poderia acrescentar motivos de suspeita, sabendo como o mosteiro crúzio forjou diversos documentos nos meados do séc. XII para legitimar direitos eclesiásticos. Poderíamos, ainda, suspeitar do momento em que o letreiro foi concebido, e essa parece ser a solução mais coerente. Na realidade, o mais provável é que a inscrição de Soure, apesar de se reportar a eventos de 1138, tenha sido redigida um pouco mais

tarde, talvez próximo dos meados da centúria, quando Salvado redigia a Vida de S. Martinho de Soure a pedido do irmão deste, D. Mendo. No entanto, a inscrição de Soure não é o único caso que possuímos no nosso *Corpus* onde D. Afonso Henriques é tratado como Rei antes da Batalha de Ourique. Na realidade, em St.^a Luzia de Campos, junto a Vila Nova de Cerveira, no templo mediévico quase esquecido, encontramos um letreiro de modesta qualidade, repartido por dois silhares, os quais por força das reconstruções modernas foram removidos da posição original e afastados para diferentes pontos do edifício. Na inscrição de Soure referia-se “Reinando” e “Reinado”. Agora, em St.^a Luzia de Campos utiliza-se a dupla expressão “Reinando” e “Rei”:

“REGNANTE REX ALFO(n)S(us)”.

O letreiro, com características arcaicas, revela a data de 1138 (Insc. N.º 74). Se em Soure podíamos ter legítimas dúvidas por ser um original desaparecido, agora em Campos temos oportunidade de conferir a legitimidade da leitura com o original, que nos revela características paleográficas e epigráficas credíveis para a época pretendida. Nenhum elemento nos levanta a menor dúvida de que se trata de uma inscrição coeva. No entanto, é sempre possível que o letreiro seja um pouco mais tardio do que a data referida. Na realidade, é impossível garantir, por meios exclusivamente paleográficos, que um letreiro foi criado em 1138 e não em 1139 ou 1140, até mesmo em 1145. Sublinhemos apenas que neste caso não possuímos nenhum elemento que aponte para um desfasamento entre a data expressa e o eventual momento em que a inscrição foi criada. A presença destes dois elementos epigráficos atribuindo o título de Rei a D. Afonso Henriques antes de Ourique obriga, obviamente, a reflectir sobre as circunstâncias que lhes estiveram subjacentes. E a questão que legitimamente se coloca é a de sabermos quando começou a ser reconhecida pelos súbditos a realeza de D. Afonso Henriques, o que é substancialmente distinto do que tem sido até hoje prespectivado pelos Historiadores – e que tem sido quase sempre saber quando D. Afonso Henriques adoptou o título de Rei. Parece merecer crédito a teoria, comumente aceite, de que o Infante apenas adoptou o título a partir de 25 de Julho de 1139, quando a vitória militar lhe deu legitimidade para o fazer, numa tradição que vem pelo menos desde o Séc. XIV (MATTOSO 1987, pp. 215-218 e 228), mas é provável que já antes desse momento as pessoas lhe reconhecessem a sua realeza. Afinal, há dez anos que o Infante se mantinha, com sucesso, à frente dos destinos do Condado.

Depois dos letreiros de Soure e de Campos, e do problema da adopção do título real, as inscrições reunidas no nosso inventário oferecem mais matéria para reparos. Que dizer, por exemplo, do letreiro de Castro Marim, de 1279, que coloca o início do reinado de D. Dinis um dia depois do que é vulgarmente aceite? O letreiro, que chegou até aqui inédito, revela que a porta do castelo foi iniciada no dia 1 de Julho de 1279, que foi um Sábado (informação perfeitamente correcta e que aponta no sentido de o letreiro ser coevo da data indicada) e que foi feita

Em T[em]PO DE REY D[om] DINIS ERA COM[eçado] A REINAR XVII DIA[s de fevereiro] (Insc. N.º 393).

Este testemunho é interessante já que todos os Historiadores aceitaram até hoje que D. Dinis começou a reinar a 16 de Fevereiro de 1279, no próprio dia da morte de D. Afonso III. Na realidade, nos Anais de St.^a Cruz regista-se o falecimento de D. Afonso III a 16 de Fevereiro de 1279:

“XIII Kalendas Marcii Obiit donus Alfonsus inclitus Rex tertius Portugale cuius anima Requiescat in pace Amen” (ACMA, p. 76).

Esta informação é confirmada por outros registos, nomeadamente obituários: no *Livro das Kalendas*, no fôlio relativo às 14 kalendas de Março (LKal., vol. I, pp. 103-104); no Livro de Óbitos de St.^a Cruz (citado por BRANDÃO A. 1632(b), p. 255 v.º). Como se salienta no respectivo comentário, a inscrição de Castro Marim constitui o primeiro documento epigráfico da sua actuação como Monarca, 135 dias depois de ter assumido a coroa. Ou 134 dias depois? O início do reinado de D. Dinis tem sido colocado a 16 de Fevereiro graças a um documento do Cartório da Câmara de Lisboa, que Fr. Francisco Brandão transcreveu e divulgou, onde se declara:

“In Dei nomine. Sub Era M. CCC. XVII. feria quinta, decima sexta die Februarij decessit Dominus Rex Alfonsus Portugalliae, et Algarbij, et incipit Dominus Rex Dionysius filius eius regnare pro eo.” (BRANDÃO F. 1650, p. 37).

Trata-se, sem dúvida, de uma passagem da Carta Régia de D. João I de 2 de Fevereiro de 1423, onde o Monarca dava conta aos Vereadores de Lisboa que mandara *“Fernam Lopez escrevam da poridade”* procurar na *“torre do nosso castello dessa çidade de Lisboa onde estam as nossas escripturas do tonbo”* os documentos relativos a umas casas nas Ferrarias e fazer um treslado do conteúdo desses documentos:

... o dicto Fernam Lopez visto o dicto alvara e o conprimento delle fez buscar as dictas escripturas antre as quaaes foy achado huum livro dos registos del-Rey Dom Denis que tem as cuberturas pretas, o quall se começa em a primera carta em ell registada huum proemyo que tall he.

In Dey nomine amen sub Era MCCCXVIII, ferya Vª XVI die Februarij decessit Dominus rex Alfonssus Portugaliae et Algarbij et incipit Dominus rex Dionissijus filyus eis regnare super Portugaliae et Algarbij incipit liber donationum cauptorum fororum confirmationum et allyarum firmitudinum quas fecit Dominus rex.” (DHCL 1947, Doc. 2, p. 100).

Apoiados nesta notícia, sobretudo pela difusão que dela deu Fr. Francisco Brandão, a maioria dos Historiadores tem colocado o início do reinado do Lavrador a 16 de Fevereiro de 1279 (BARROS H.G. 1945-54, vol. XI, p. 46). De resto, não havia motivos

para duvidar dessa notícia. No entanto, de acordo com a insc. de Castro Marim o Monarca apenas teria começado a reinar no dia seguinte à morte de seu pai. Adiantar ou não um dia ao reinado de D. Dinis não tem qualquer influência na História Política. Será, se se confirmar a veracidade do leteiro algarvio, um preciosismo de somenos importância. No entanto, não podemos deixar de sublinhar que, do ponto de vista das Mentalidades, se trata de um pormenor interessante.

As frequências de menções aos Monarcas nas epígrafes do nosso *Corpus* revelam igualmente perspectivas interessantes, reflectindo nomeadamente o protagonismo e a popularidade que cada Monarca alcançou. O mesmo se diga, por exemplo, da “sobrevivência da memória”, isto é, do lapso de tempo que, mesmo depois do seu falecimento, o nome do Monarca continua a ser evocado nos leiteiros, espelho directo do prestígio alcançado. Uma rápida sondagem permite verificar a seguinte situação:

Monarca	Referências		
	Totais	em Vida	post. Morte
D. Afonso Henriques	15	11	4
D. Sancho I	11	6	5
D. Afonso II	3	1	1
D. Sancho II	1	1	0
D. Afonso III	13	10	3
D. Dinis	33	22	11
D. Afonso IV	15	12	3
D. Pedro I	11	8	3
D. Fernando	12	11	1

Este quadro não deixa de reflectir, de alguma forma, o dinamismo e a capacidade de iniciativa de certos Monarcas (como D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV e D. Fernando). Mas reflecte igualmente a estima e consideração que granjearam na época. Veja-se, a este título, o que se passa com D. Afonso Henriques, com D. Sancho I e com D. Dinis, ou, pela negativa, a situação que se desenha com D. Sancho II e com D. Fernando, por razões óbvias e sobejamente conhecidas. Salientemos, por fim, as significativas quebras de referências epigráficas a Monarcas que se registam com os reinados de D. Afonso II e, sobretudo, de D. Sancho II, que atinge o ponto mais baixo de sempre ao ser mencionado numa única inscrição.

Certamente que estas quebras significativas que se detectam reflectem não apenas as dificuldades económicas, sociais e políticas sentidas nesses tempos, particularmente com o reinado de D. Sancho II, minado por uma década e meia de desmandos e anarquia, que culminam na Guerra Civil de 1245-48, mas que traduzem também a estima que os seus súbditos tinham pelos Monarcas.

Não podemos esquecer igualmente as inscrições que comemoram eventos militares e que assinalam o povoamento de certas zonas recém-reconquistadas. Neste último grupo poderíamos incluir o letreiro de Castro Marim, assinalando e comemorando o povoamento deste local em 1274, por iniciativa de D. Afonso III (Insc. N.º 385), ou o caso da inscrição de Noudar, de 1308, que revela que esse castelo raiano foi povoado por D. Lourenço Afonso, Mestre da Ordem de Avis, em nome de D. Dinis (Insc. N.º 515). No caso das inscrições relacionadas com eventos militares, vejam-se os contributos que se podem retirar para a análise da Reconquista Cristã de letreiros como o de Vera Cruz de Marmelar (Insc. N.º 368), ou as referências directas que encontramos a alguns dos mais marcantes eventos militares dos Sécs. XII a XIV: o Cerco Almóada de Tomar (Insc. N.º 188, de 1190), a Batalha de Navas de Tolosa (Insc. N.º 267, de 1212, à qual se deve reportar o epitáfio de D. Gomes Ramires, Mestre do Templo falecido nela ou no cerco de Ubeda), a Batalha do Salado (Inscs. N.º 592 e N.º 619), a Batalha de Aljubarrota (Inscs. N.º 673, N.º 677 e N.º 732). Acrescentemos, ainda, as inscrições ligadas aos trágicos eventos das Guerras Cívicas que por diversas vezes assolaram o reino: o epitáfio de D. Rodrigo Sanches (Insc. N.º 325, de 1245) e de D. Fernando Raimundo de Rio de Moinhos (Insc. N.º 333, de 1247), falecidos de forma violenta no palco da Guerra Civil de 1245-48, ou o caso do Bispo de Évora, D. Geraldo, assassinado em Estremoz em 1321 (Insc. N.º 547), no contexto da Guerra Civil de 1319-1324.

Epílogo

Não iremos retirar conclusões nesta dissertação. As páginas que integram este primeiro volume são as conclusões possíveis de uma investigação que continua em aberto, que está muito longe de poder ser dada como concluída e que esperamos que venha a dar mais e melhores frutos, pelas nossas e por outras mãos. Tivéssemos tido mais tempo, tivéssemos tido oportunidade de sistematizar melhor os dados recolhidos, e certamente que os itinerários que fomos trilhando neste primeiro volume teriam sido outros. No entanto, estas foram as páginas possíveis pelas circunstâncias pessoais do seu autor. Fica a consciência de que o esforço dispendido foi grande e de que o volume de dados recolhidos ao longo do inventário é significativo e susceptível de ajudar a compreender melhor alguns aspectos da nossa Idade Média. Porque, como escrevia Fr. Manuel dos Santos,

“...se tivéssemos tido muitas destas pedras não haveria tanta razão de queixa contra o descuido dos nossos antigos...” (SANTOS M. 1727, p. 423).

Proveniência das Ilustrações

- Est. II, N.º 1 – Duarte d'Armas, *Livro das Fortalezas do Reino*, fl. 4 v.º-5
Est. II, N.º 2 – Duarte d'Armas, *Livro das Fortalezas do Reino*, fl. 51v.º-52
Est. IV – Seg. NAGY 1977, Fig. 1 a 7
Est. V – Seg. Diderot & D'Alembert, *L'Encyclopédie*, Architecture et Maçonerie, Est. XI
Est. VI, N.º 1 – Seg. SOUSA J.M.C. 1928, p. 18
Est. VI, N.º 2 – Seg. SOUSA J.M.C. 1928, p. 20
Est. VII, N.º 1 – Seg. COSTA A.J. 1976, N.º 12
Est. VII, N.º 2 – Seg. COSTA A.J. 1976, N.º 21
Est. VII, N.º 3 – Seg. COSTA A.J. 1992, p. 92, Est. XVI
Est. VII, N.º 4 – Seg. COSTA A.J. 1992, pp. 93-94, Est. XVII

Índice

Introdução	1
Capítulo 1 – Em torno dos conceitos de Epígrafe e de Epigrafia	5
Capítulo 2 – Distribuições Geográficas e Cronológicas	35
Capítulo 3 – A Idade Média e as Inscrições	65
3.1. Designações	65
3.2. Representações	77
Capítulo 4 – A Criação de uma Inscrição	81
4.1. Encomenda e Encomendadores	81
4.2. Autor do Texto	89
4.3. Minuta e <i>Ordinatio</i>	107
4.4. Execução	117
4.5. Matéria-Prima	130
Capítulo 5 – Aspectos Internos: Paleográficos, Braquiográficos e outros	139
5.1. Evolução de Alfabetos	139
5.2. Ateliers e Escolas Regionais	168
5.3. Sistemas de Abreviaturas	180
5.4. Sistemas de Numeração	194
5.5. Sinais de Separação de Palavras	198
Capítulo 6 – Sistemas de Datação	207
6.1. Sistemas de Datação	207
6.2. Era Hispânica	211
6.3. <i>Anno Domini</i>	217
6.4. Ano da Encarnação	221
6.5. Datação por vários sistemas. Sincronias	223
6.6. O X aspado e outros sinais específicos	226
6.7. Sistemas de Contagem dos Dias. Nomenclaturas	232

Capítulo 7 – Alguns Contributos Epigráficos	239
7.1. Aspectos Culturais	239
7.2. Epigrafia e a Morte: os Epitáfios	263
7.3. Epigrafia e Arquitectura Religiosa	308
7.4. Epigrafia e Arquitectura Militar	329
7.5. Outros Contributos	351
Epílogo	361

Esta 1.^a edição de EPIGRAFIA MEDIEVAL PORTUGUESA, Vol. I, de Mário Jorge Barroca, foi composta, impressa e brochada para a *Fundação Calouste Gulbenkian*, nas oficinas da Orgal Impressores – Porto. A tiragem é de 1000 exemplares.

Dezembro de 1999

Mário Jorge Barroca é Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde lecciona a cadeira de Arqueologia Medieval (da licenciatura) e é responsável pelo Seminário de Arqueologia Medieval (do curso de Mestrado). É autor de mais de seis dezenas de estudos versando temas de Arqueologia e Arte medievais, sobretudo do Norte e Centro de Portugal. Tem dedicado particular atenção aos domínios da Castelologia Medieval, das Residências Senhoriais e da Epigrafia Medieval Portuguesa. Foi Comissário-adjunto da Exposição *Aux Confins du Moyen Age* (Gant, Europália 91). Recentemente concluiu a *História da Arte Medieval Portuguesa*, deixada inacabada pelo Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, e redigiu a 1.^a Parte da *História Militar de Portugal* coordenada pelo Professor Doutor José Mattoso.

O presente texto constituiu a sua dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto e defendida em Março de 1996.

ISBN 972-31-0872-0



9 789723 108729